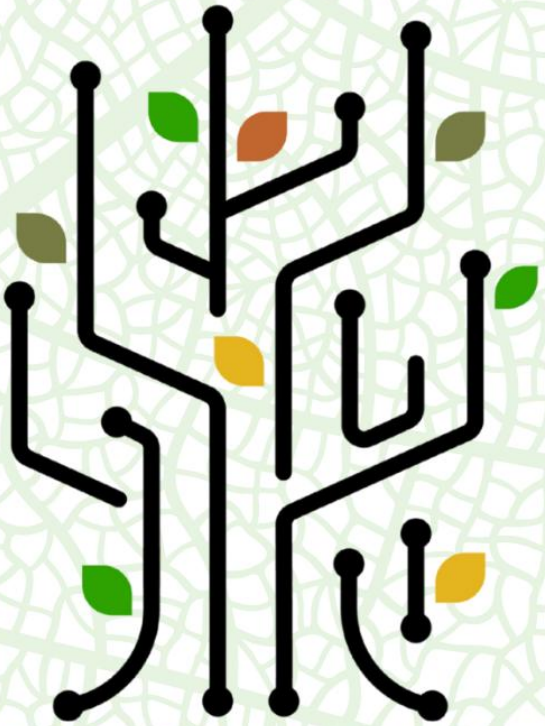
Jacquelin Teresa Camperos Reyes
Danielly Oliveira Inomata
Cassia Cordeiro Furtado
Cristian Berrío-Zapata
(*Orgs.*)



II SICAM

ICSA
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Jacquelin Teresa Camperos Reyes
Danielly Oliveira Inomata
Cassia Cordeiro Furtado
Cristian Berrío-Zapata
(*Orgs.)*

II Seminário Internacional Informação, Conhecimento e Digitalidade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
II SICAM

ISBN 978-85-61214-55-5

EDITORA INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Belém – PA
2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Gilmar Pereira da Silva	Reitor
Loiane Prado Verbicaro	Vice-reitora
Raimundo da Costa Almeida	Pró-Reitoria de Administração
Maria Lucilena Gonzaga Costa	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Maria Iracilda da Cunha Sampaio	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Nelson José de Souza Júnior	Pró-Reitoria de Extensão
Ícaro Duarte Pastana	Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal
Lise Vieira da Costa Tupiassu	Pró-Reitoria de Relações Internacionais
Cristian Mayko Carvalho da Costa	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvol. Institucional
Eliomar Azevedo do Carmo	Prefeito Multicampi

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Paulo Moreira Pinto	Diretor
Welson de Sousa Cardoso	Vice-diretor

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Cristian Berrío-Zapata	Diretor
Jessica Tarine Moitinho de Lima	Vice-diretora

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

S471 II Seminário Internacional Informação, Conhecimento e Digitalidade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia / organizado por Jacquelin Teresa Camperos Reyes ... [et al.]._ Belém: ICSA/UFPA, 2026.
599 p. : il.

E-book de trabalhos
ISBN: 978-85-61214-55-5
Disponível em: https://livroaberto.ufpa.br/handle/prefix/1353

1. Ciência da Informação-Seminário. 2. Desenvolvimento sustentável-Amazônia. 3. Conhecimento. 4. Tecnologia digital. I. Camperos Reyes, Jacquelin Teresa, org. II. Inomata, Danielly Oliveira, org. III. Furtado, Cassia Cordeiro, org. IV. Berrío-Zapata, Cristian, org. V. Título.

CDD: 020

Kátia Luciane Macèdo Martins
Bibliotecária - CRB-2/849

Comissão Científica *ad hoc*

Adélia de Moraes Pinto
Alexandre M. Dias da Fonseca de Sousa
Aline Santiago Borges
Amanda Garcia Gomes
Ana Cláudia Ribeiro
Ana Roberta Pinheiro Moura
Antonio Gouveia de Sousa
Augusto César Luiz Britto
Caitto Arroyo Vasconcellos
Cassia Cordeiro Furtado
Clarice Pereira Barros da Silva Neta
Claudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro
Claudia Regina Ferreira Santos
Cristian Mayko Carvalho da Costa
Cristiane de Lima Barbosa
Danielly Oliveira Inomata
Dejan Martins Conceição
Dinelle Rejane da Silva Lisboa
Dirlene Santos Barros
Doris Campos Mendonca
Eddie Carlos Saraiva da Silva
Ediane Maria Gheno
Elenice Janau Ferreira
Eliane Epifane Martins
Fabiana Aparecida Chagas Siqueira
Fábio Mosso Moreira
Fabrício Alves da Silva
Fernando de Assis Rodrigues
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Maurila Bentes de Mello e Silva
Mayane Batista Lima
Michela Alessandra Fraga Mendes
Mônica Tenaglia
Nilzete Ferreira Gomes
Priscila Eny Souza Oliveira
Rafael Sbeghen Hoff
Raimunda de Jesus Araújo Ribeiro
Raimunda Ramos Marinho
Raul Vitor Oliveira Paes
Renan Albuquerque Rodrigues
Renata Lira Furtado
Roberto Lopes dos Santos Junior
Sérgio Rodrigues de Santana
Suênia Oliveira Mendes
Francilene do Carmo Cardoso
Gilberto Gomes Cândido
Gisela Fernanda Monteiro Danin
Hamilton Vieira de Oliveira
Iane Maria da Silva Batista
Íris Alves Miranda Negrão
Isabella Maria Almeida Mateus
Israel de Jesus Rocha
Jacquelin Teresa Camperos Reyes
Jairo Jacques dos Passos Júnior
Jéssica Tarine Moitinho de Lima
Jetur Lima de Castro
João Arlindo dos Santos Neto
João Vitor Correa Diniz
Juan Bernardo Montoya-Mogollón
Juliana Fernanda Monteiro de Souza
Katia Luciane Macedo Martins
Kelren Cecília dos Santos Lima da Mota
Larissa Lima da Silva
Leda Maria Pereira Monteiro
Liniker Feio Passinho
Lucivaldo Vasconcelos Barros
Luiz Otavio Maciel da Silva
Luiza de Menezes Romanetto
Maika Rodrigues Amorim
Marcos Oliveira da Costa
Maria Luiza Rodrigues Moreira
Maria Raimunda de Sousa Sampaio
Mario das Gracas Carvalho Lima Junior
Mauricio Torres de Matos
Simone de Fátima Rodrigues dos Santos
Suzana Cardoso
Tamara Lima Martins Faria
Tania Chalhub de Oliveira
Tatiana Brandão Fernandes
Telma Socorro da Silva Sobrinho
Vinicius Augusto Carvalho de Abreu
Wanessa Pires Lott
Wendia Oliveira de Andrade
Williams Jorge Correa Pinheiro
Yasneidy Del Río López
Yohannis Martí-Lahera
Zilah Edelburga Chaves dos Santos

Financiamento

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA)

Capa
Ana Beatriz Nascimento dos Santos

Logo
Fabrício Bezerra

Editoração
Adélia de Moraes Pinto
Carla Gisely Furtado Matos
Eddie Carlos Saraiva da Silva
Jessica Andrade Figueiredo
Kátia Luciane Macêdo Martins
Priscila Eny Souza Oliveira
Renata Lira Furtado
Suzana Cardoso
Vitor Rabelo Delgado

Conselho Editorial
Paulo Moreira Pinto
Welson de Sousa Cardoso
Diana Priscila Sá Alberto
Francilene do Carmo Cardoso
Gilberto de Souza Marques
Helena Doris de Almeida Barbosa
Paulo Moreira Pinto
Rubens da Silva Ferreira
Wanderlino Demétrio Castro de Andrade

Editora ICSA
Rubens da Silva Ferreira

As opiniões emitidas nesta publicação são de inteira responsabilidade dos(as) autores(as), não refletindo, necessariamente, o posicionamento de seus/as organizadores/as, do ICSA e da UFPA.

Ed. ICSA
Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
R. Augusto Corrêa, 1 – Guamá, B - Belém – Pará
Campus Profissional - 66075-110
✉ editoraicsa@gmail.com

Licença de uso



CC BY-ND 4.0
Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons Atribuição Sem Derivações 4.0 Internacional. É permitida a leitura, a citação e a redistribuição do conteúdo, desde que seja atribuída a autoria e mentida a integridade dos textos, sendo vedada qualquer forma de alteração.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

EIXO 1 - Organização e Representação da Informação e do Conhecimento

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS PÚBLICOS: UM OLHAR PARA A CIDADANIA INFORMACIONAL A PARTIR DO PROJETO "CONECTANDO ARQUIVOS" DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ 13

Stefanie Gama de Nazaré, Mônica Tenaglia, Hamilton Vieira de Oliveira

O FUNDO DOCUMENTAL DE EXPOSIÇÕES DA COLEÇÃO ETNOGRÁFICA DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI: UMA ANÁLISE PERANTE SUA ESPECIFICIDADE 27

Christie Jemilly de Aquino Mendes, Leonardo de Souza Silva, Mônica Tenaglia

A NARRATIVA COMO DIMENSÃO INTERPRETATIVA DA CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVOS PESSOAIS: UMA ANÁLISE DO DOCUMENTO "INFORMAÇÕES DE SABINO (23/11/68)" 42

João Vitor Corrêa Diniz, Hana Vitória Oliveira Sousa, Gilberto Gomes Cândido

PRÉ-COP30: UMA ANÁLISE DOS ANÚNCIOS VEICULADOS NO INSTAGRAM 55

Cristian Mayko Carvalho da Costa, Michela Alessandra Fraga Mendes, Raul Vitor Oliveira Paes

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA: MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NA BRAPCI – CONCEITOS E DEFINIÇÕES 70

Eddie Carlos Saraiva da Silva, Gilberto Gomes Cândido

***PROMPT* PARA IDENTIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DE METADADOS RELACIONADOS AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM DISSERTAÇÕES** 85

Jaqueline Alfaia de Vasconcelos Cordeiro, Josilane Costa Rodrigues, Eddie Carlos Saraiva da Silva, Jacquelin Teresa Camperos Reyes, Cristian Berrío-Zapata, Vinicius Augusto Carvalho de Abreu

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO: RECONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO 100

Natany Soares Leite, Moana de Jesus Padilha Pinheiro, Emanuelle Caroline Silva da Silva

PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO 115

Stela Andrade Vasconcelos, Suelene Santana Assunção, Franciele Marques Redigolo, Marise Teles Condurú,Tania Chalhub de Oliveira

PANORAMA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS INDEXADOS NA *WEB OF SCIENCE* 2016–2025 131

Eliane Epifane Martins, Leandro de Sousa Rocha

O INSTAGRAM COMO DISPOSITIVO INFORMACIONAL DIGITAL NA MEDIAÇÃO DE FLUXOS DE INFORMAÇÃO NA ECONOMIA CRIATIVA AMAZÔNICA 146

Maika Rodrigues Amorim, Priscila de Nazaré Castro Progene

FOMENTO À PESQUISA PELA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: FOCO EM DADOS DO CENTRO DE PESQUISA E EDITORAÇÃO 161

Fernanda de Carvalho Pinheiro, Jacquelin Teresa Camperos Reyes

EIXO 2 - Gestão da Informação e do Conhecimento

MULHERES PIONEIRAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM ENSAIO SOBRE PROTAGONISMO E LIDERANÇA CIENTÍFICA..... 176

Iris Alves Miranda Negrão, Fernando de Assis Rodrigues,Tadeu Silveira

INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E SECRETARIADO: UM TRAÇADO TEÓRICO E HISTÓRICO ENTRE OS ANOS 1950 E 2020 EM DIÁLOGO COM A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL 192

Priscila Eny Souza Oliveira, Raul Vitor Oliveira Paes

DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: PESQUISA E PRODUÇÃO MONOGRÁFICA NA FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ 208

Alex Araújo Cardoso, Marcos Oliveira da Costa, Francilene do Carmo Cardoso

PRESERVAÇÃO DIGITAL, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SOBERANIA DIGITAL: DA DEPENDÊNCIA À EMANCIPAÇÃO DIGITAL NO BRASIL 221

Caitto Arroyo Vasconcellos, Cristian Berrío-Zapata, Moana de Jesus Padilha Pinheiro

GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA PROTEÇÃO DO SABER DAS ARTESÃS DE SALINÓPOLIS, PARÁ 237

Aelton Dias Costa, Tairis Dias Costa, Zilah Edelburga Chaves dos Santos

GESTÃO DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS E O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, PARÁ..... 253

Francisco Vasconcelos de Souza Filho, Juliana Fernanda Monteiro de Souza, Marise Teles Condurú, Nilzete Ferreira Gomes, Leonardo Petrilli, Luciana Pombo Campos

SUSTENTABILIDADE E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS SOB A PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA 268

William Felicidade Beckmam, Maurício Torres de Matos, Maurila Bentes de Mello e Silva, Marise Teles Condurú

ACESSIBILIDADE EM LIVROS DIGITAIS COM USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO IBERO-AMERICANA NAS BASES SCIELO E DIALNET (1998-2025) 284

Zilah Edelburga Chaves dos Santos, Tania Chalhub de Oliveira

EIXO 3 - Mediação da Informação e do Conhecimento

VIOLAÇÃO INFORMACIONAL EM REGIMES DE INFORMAÇÃO: MEDIAÇÃO INFORMACIONAL E MEMÓRIA SOCIAL NO CASO DA OPERAÇÃO PRATO (1977–1978) 301

Jairo Jacques dos Passos Júnior, Larissa Santos de Campos

ANÁLISE DIPLOMÁTICA ARQUIVÍSTICA NO ACERVO DE REGISTROS DE CASAMENTO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA) 317

João Paulo Ferreira Castro, Ana Beatriz Progênio Brito, Iane Maria da Silva Batista, Thammy Luyze Barbosa Ferreira

HORIZONTES DE LEITURA: IMPLEMENTAÇÃO E VIVÊNCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL ZACARIAS CASTRO DE ARAÚJO, EM SALVATERRA/MARAJÓ 332

Pâmela Whellen Jerônimo da Silva, Missilvane da Silva Cavalcante

ENTRE A DOMINAÇÃO E A PARCERIA: A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO SOB A LENTE DA MASCULINIDADE FEMINISTA DE BELL HOOKS 347

Priscila Eny Souza Oliveira, Renata Lira Furtado

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO FEMININO NA AMAZÔNIA: COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E INCLUSÃO DIGITAL EM CONTEXTOS DE DESIGUALDADE INFORMACIONAL 363

Andria Valadares Lima, Angela Karolina da Silva Barata, Christian Miguel Silva da Costa, Fernanda de Carvalho Pinheiro, Wivian Jordana Cardoso de Almeida

PROTAGONISMO DE MULHERES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA AMAZÔNIA: PARTICIPAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO *PPGCI/UFPA* 379

Priscila de Nazaré Castro Progene, Caroline Corrêa Pinheiro

TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA COMO INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL PARAENSE: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NO ACERVO DE PROCESSOS CRIMINAIS DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA 395

Isabela Letícia Sá de Araújo, Iane Maria da Silva Batista, Laila Barbosa Viana, Alan Vitor Guedes Farias

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA SOBRE A ADULTIZAÇÃO DIGITAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA COMUNIDADE EM BELÉM DO PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL 406

Eliane Epifane Martins, Alexandre Martinho Dias da Fonseca de Sousa, Pâmela Whellen Jerônimo da Silva, Jaqueline Alfaia de Vasconcelos Cordeiro, Crislene Favacho Serrão, Suely Paraense Vidal

DO ACESSO À INCLUSÃO: UM OLHAR EMPÁTICO SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ 422

Leontina da Cunha Nascimento, Luana Pereira da Silva, Suzana de Nazaré Cézar da Silva Santos

DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL E ENGAJAMENTO DIGITAL: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA CASA DA CULTURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS NAS REDES SOCIAIS 438

Carol Abreu Fragoso, Surama Maria Oliveira Andrade, Rodrigo da Silva Almeida, Eddie Carlos Saraiva da Silva

"ME VEJO NELES": A LITERATURA PERIFÉRICA NA BIBLIOTECA ESCOLAR 454

Carla Gisely Furtado Matos, Janaina Vaz Lima, Carolina de Souza Cuimar

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO CIDADÃ: PRÁTICAS DA BIBLIOTECA CASA CANTO DO RIO 470

Maria Clara de Sousa Bitencourt, Eddie Carlos Saraiva da Silva

ANÁLISE PALEOGRÁFICA E DIPLOMÁTICA DE UM PROCESSO CRIMINAL DE HOMICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ: EXPERIÊNCIA DO PROJETO GRAFIAS AMAZÔNICAS 484

Carolina de Souza Cuimar, Ayla Trindade dos Santos, Iane Maria da Silva Batista, Lidiane Santos Oliveira

LEITURA E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: ANÁLISE DE TCC EM BIBLIOTECONOMIA (2011-2025) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ 500

Adria Vitória do Socorro Barreiros Andrade, Maria de Jesus Tenório Ribeiro, Graciele Vieira Prestes, Surama Maria Oliveira Andrade, Eddie Carlos Saraiva da Silva

AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS COMO FERRAMENTAS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: ANÁLISE DOS CARTAZES DA GRANDE COLETA DO MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS .. 515

Rebeca Almeida de Souza, Laryane dos Passos Cavalcante Cardoso, Fabiane do Rosario Ferreira, Geovanna Figueiredo dos Santos, José Andrey Garcia Baía, Gustavo Reis Monteiro, Denilda Maria do Socorro Martins da Silva, Iane Maria da Silva Batista

BIBLIOTERAPIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM BIBLIOTECAS ESCOLARES AMAZÔNICAS 530

Fernanda de Carvalho Pinheiro, Andria Valadares Lima

ALAGAMENTOS URBANOS EM BELÉM E SUSTENTABILIDADE: PERSPECTIVA DE GRUPOS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ 545

Katia Luciane Macedo Martins, Kleiciane Silva de Souza Nogueira de Castro, Carlos Jorge Nogueira de Castro, Marise Teles Condurú

MEDIAÇÃO CULTURAL ENTRE LIVROS E FANTOCHES: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE BIBLIOTECÁRIOS EM FORMAÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 560

Leticia Costa Amaral, Paulo Glauber Ferradais Leão, Cristian Berrío-Zapata, Tania Chalhub de Oliveira

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DESORDEM INFORMATIVA NA COP 30: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A AMAZÔNIA EM AMBIENTES DIGITAIS 572

Crystiellen Cristine da Conceição Itapirema da Silva

A MEDIAÇÃO IMPLÍCITA NA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM PROCESSOS CRIMINAIS DE HOMICÍDIO NO ARQUIVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA) 585

Fernanda Victória Matos da Costa, Gilberto Gomes Cândido, Suzanne Oliveira Sousa

PREFÁCIO

É com satisfação que apresentamos os Anais do II Seminário Internacional de Informação, Conhecimento e Digitalidade para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (II SICAM), realizado nos dias 18 e 19 de junho de 2026, na Universidade Federal do Pará, em Belém. Esta publicação reúne parte importante das reflexões, pesquisas e experiências compartilhadas durante o evento e registra a diversidade de perspectivas que atravessam a relação entre informação, conhecimento, digitalidade e desenvolvimento sustentável na Amazônia.

O tema central desta edição foi “A comunidade acadêmica frente aos desafios identificados nas conferências do clima: reflexões, perspectivas e propostas a partir de estudos da informação”. Realizar um seminário com essa temática em Belém também significa reconhecer que discutir informação e conhecimento na Amazônia exige atenção às particularidades do território, às suas desigualdades, às suas memórias e às diferentes formas pelas quais pessoas e instituições produzem, organizam, acessam, preservam e utilizam a informação. Trata-se de acompanhar as transformações tecnológicas em curso e compreender como se relacionam com questões concretas da vida social, da pesquisa científica, da educação, da cultura, da gestão pública e da preservação da memória.

Os trabalhos reunidos nesta edição refletem essa amplitude. São 39 contribuições distribuídas em três grandes linhas de reflexão: Mediação da Informação e do Conhecimento; Organização e Representação da Informação e do Conhecimento; e Gestão da Informação e do Conhecimento. A divisão em linhas ajuda a evidenciar diferentes perspectivas de investigação, embora os estudos não se restrinjam a essas fronteiras. Ao contrário, estabelecem aproximações entre diferentes campos e mostram como problemas relacionados à informação frequentemente exigem perspectivas complementares.

A mediação aparece associada a temas como leitura, formação cidadã, competência em informação, inclusão digital, acessibilidade, biblioterapia, educação ambiental e participação de mulheres na ciência. Também está presente em estudos voltados à memória institucional, aos arquivos, à documentação histórica e às práticas culturais. Em conjunto, essas pesquisas lembram que mediar informação vai além de facilitar o acesso a conteúdos: envolve escolhas, contextos, relações sociais e responsabilidades diante dos sujeitos que produzem, buscam e utilizam a informação.

No campo da organização e representação, os trabalhos percorrem arquivos, coleções museológicas, políticas de informação, dados abertos, metadados, produção científica e dispositivos digitais. Há ainda investigações que utilizam ferramentas e técnicas contemporâneas para compreender fenômenos como mudanças climáticas, acessibilidade informacional e circulação de conteúdos nas plataformas digitais.

Já os estudos de gestão aproximam informação e conhecimento de questões como preservação digital, inteligência artificial, soberania digital, acesso à informação pública, sustentabilidade, desenvolvimento de coleções e proteção de saberes tradicionais.

Nesta coletânea, a Amazônia extrapola a mera percepção de cenário e torna-se questão de pesquisa. Diferentes localidades, instituições e acervos aparecem como espaços onde os problemas investigados ganham forma. Ao lado deles, surgem discussões de alcance nacional e internacional, como as relacionadas às mudanças climáticas, à produção científica, à inteligência artificial, à acessibilidade digital e aos desafios informacionais associados à COP30. Essa combinação entre o local e o amplo confere ao evento uma característica importante: pensar a Amazônia a partir de suas próprias experiências, sem perder de vista os debates que ultrapassam suas fronteiras.

Também se ressaltam as diferentes formas de fazer pesquisa. Há estudos bibliométricos e análises documentais, pesquisas teóricas e exploratórias, estudos de caso, experiências extensionistas e relatos de práticas desenvolvidas em bibliotecas, arquivos, museus, escolas, instituições públicas e ambientes digitais. Essa diversidade demonstra diferentes maneiras de produzir conhecimento a partir das questões que envolvem informação e sociedade.

Os Anais do II SICAM são, assim, mais do que o registro de um evento. São também um retrato, ainda que parcial, de inquietações que atravessam a pesquisa contemporânea em Ciência da Informação e áreas próximas, especialmente quando observadas a partir da Amazônia. Os trabalhos aqui reunidos mostram que falar em desenvolvimento sustentável implica discutir acesso, participação, memória, inclusão, preservação, circulação do conhecimento e capacidade de produzir respostas socialmente significativas.

Este e-book contém, portanto, contribuições a partir de estudos concluídos e em andamento apresentados durante o evento. Em complementação, os periódicos Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura (RECoDAF) e Revista Bibliomar também foram veículos para a publicação dos trabalhos divulgados no evento.

Por fim, ressaltamos que a realização do II SICAM só foi possível porque muitas pessoas acreditaram na importância desse encontro. Registramos nosso agradecimento às autoras e aos autores, às equipes de organização e avaliação, aos convidados e parceiros das faculdades de Biblioteconomia e Arquivologia da UFPA, do Instituto Agustín Millares da Universidade Carlos III de Madri (UC3M), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), e a todos que contribuíram para que o seminário acontecesse.

Que esta publicação permaneça como registro das discussões realizadas em Belém e, sobretudo, como ponto de partida para outras perguntas, pesquisas e diálogos. Que as pesquisas aqui reunidas encontrem novos leitores, suscitem outras perguntas e contribuam para ampliar a compreensão sobre o papel da informação, do conhecimento e da digitalidade na construção de futuros possíveis para a Amazônia.

Boa leitura!

Isabella Maria Almeida Mateus
Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFPA). Analista de Gestão em Pesquisa e Investigação Biomédica no Instituto Evandro Chagas. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1555-1185. E-mail: isabella.mateus@icsa.ufpa.br

Doris Campos Mendonça
Doutoranda em Ciência da Inform ação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFPA). Bibliotecária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9635-3609. E-mail: doris.ifpa@gmail.com

Larissa Lima da Silva
Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Ciência da Informação (PPGCI/UFPA). Bibliotecária no Programa de Pós-Graduação em Artes da UFPA. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2106-3011. E-mail: larissasilva@ufpa.br

Jacquelin Teresa Camperos Reyes
Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP de Marília). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0078-5376. E-mail: jacquelin@ufpa.br

EIXO I

ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO



MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS PÚBLICOS: UM OLHAR PARA A CIDADANIA INFORMACIONAL A PARTIR DO PROJETO "CONECTANDO ARQUIVOS" DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Information mediation in public archives: a perspective on informational citizenship based on the "Connecting Archives" project of the Public Archive of the State of Pará

Mediación de la Información en archivos públicos: una mirada a la ciudadanía informacional a partir del proyecto "Conectando Archivos" del Archivo Público del Estado de Pará

Stefanie Gama de Nazaré
Mestra em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
stefanie.nazare@icsa.ufpa.br

Hamilton Vieira de Oliveira
Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
hamilton@ufpa.br

Mônica Tenaglia
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal Fluminense, Brasil,
monica_tenaglia@id.uff.br

Resumo

Esta pesquisa analisa as estratégias de mediação da informação desenvolvidas pelo projeto "Conectando Arquivos", do Arquivo Público do Estado do Pará, e sua contribuição para a promoção da cidadania informacional nos municípios de Bragança, Barcarena, Cametá, Muaná e Curuçá. Parte-se da compreensão de que os arquivos públicos são instituições fundamentais para a preservação da memória coletiva e a efetivação do direito de acesso à informação. O objetivo do trabalho é apresentar as práticas de mediação da informação desenvolvidas pelo projeto nos municípios atendidos, identificando suas estratégias, analisando as dimensões educativa, cultural e técnica das ações realizadas e examinando suas contribuições para a descentralização do acesso à informação e o fortalecimento da cidadania informacional na Amazônia. A metodologia caracterizou-se como estudo de caso descritivo, de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica e análise documental de 18 postagens do perfil institucional do Arquivo no Instagram, publicadas entre 2022 e 2023, que registraram as atividades do projeto. Os resultados indicaram que o projeto articulou exposições, oficinas, palestras, rodas de conversa, mesas redondas e visitas guiadas, promovendo o diálogo entre acervo e comunidade, ampliando o reconhecimento do patrimônio documental e estimulando a apropriação social da informação. Concluiu-se que o "Conectando Arquivos" constituiu-se como estratégia de mediação da informação, contribuindo para o fortalecimento da cidadania informacional ao aproximar diferentes públicos de sua memória coletiva e estimular a apropriação crítica da informação pública.

Palavras-chave: mediação da informação; arquivos públicos; cidadania informacional; projeto Conectando Arquivos; Arquivo Público do Estado do Pará.

Abstract

This research analyzes the information mediation strategies developed by the project "Connecting Archives" (ConectandoArquivos), carried out by the Public Archive of the State of Pará, and its contribution to the promotion of informational citizenship in the municipalities of Bragança, Barcarena, Cametá, Muaná, and Curuçá. It is based on the understanding that public archives are fundamental institutions for the preservation of collective memory and for ensuring the right of access to information.The objective of this study is to present the information mediation practices developed by the project in the municipalities served, identifying its strategies, analyzing the educational, cultural, and technical dimensions of the actions carried out, and examining their contributions to the decentralization of access to information and the strengthening of informational citizenship in the Amazon region.The methodology was characterized as a descriptive case study, with a qualitative approach, based on a literature review and documentary analysis of 18 posts published on the Archive's official Instagram profile between 2022 and 2023, which recorded the project's activities.The results indicated that the project articulated exhibitions, workshops, lectures, discussion circles, roundtables, and guided visits, promoting dialogue between the archive holdings and the community, expanding the recognition of documentary heritage, and encouraging the social appropriation of information.It was concluded that "Connecting Archives" constituted an information mediation strategy, contributing to the strengthening of informational citizenship by bringing different audiences closer to their collective memory and encouraging the critical appropriation of public information.

Keywords: *information mediation; public archives; informational citizenship; Connecting Archives project; Public Archive of the State of Pará.*

Resumen

Esta investigación analiza las estrategias de mediación de la información desarrolladas por el proyecto "Conectando Archivos", del Archivo Público del Estado de Pará, y su contribución a la promoción de la ciudadanía informacional en los municipios de Bragança, Barcarena, Cametá, Muaná y Curuçá. Se parte de la comprensión de que los archivos públicos son instituciones fundamentales para la preservación de la memoria colectiva y la garantía del derecho de acceso a la información.El objetivo del estudio es presentar las prácticas de mediación de la información desarrolladas por el proyecto en los municipios atendidos, identificando sus estrategias, analizando las dimensiones educativa, cultural y técnica de las acciones realizadas y examinando sus contribuciones a la descentralización del acceso a la información y al fortalecimiento de la ciudadanía informacional en la Amazonía.La metodología se caracterizó como un estudio de caso descriptivo, con enfoque cualitativo, fundamentado en revisión bibliográfica y análisis documental de 18 publicaciones del perfil institucional del Archivo en Instagram, publicadas entre 2022 y 2023, que registraron las actividades del proyecto.Los resultados indicaron que el proyecto articuló exposiciones, talleres, conferencias, círculos de diálogo, mesas redondas y visitas guiadas, promoviendo el diálogo entre el acervo y la comunidad, ampliando el reconocimiento del patrimonio documental y estimulando la apropiación social de la información.Se concluyó que "Conectando Archivos" se constituyó como una estrategia de mediación de la información, contribuyendo al fortalecimiento de la ciudadanía informacional al acercar a diferentes públicos a su memoria colectiva y fomentar la apropiación crítica de la información pública.

Palabras clave: *mediación de la información; archivos públicos; ciudadanía informacional; proyecto Conectando Archivos; Archivo Público del Estado de Pará.*

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos públicos constituem-se como instituições fundamentais para a preservação da memória social, o fortalecimento da identidade coletiva e a garantia do direito de acesso à informação. Mais do que espaços de custódia documental, os arquivos assumem um papel ativo no diálogo entre a sociedade e seu patrimônio histórico, funcionando como mediadores que aproximam diferentes públicos dos documentos que narram a trajetória política, cultural e social de um território. Nesse cenário, a mediação da informação emerge como uma prática estratégica para promover o acesso, favorecer a apropriação do conhecimento e fortalecer a cidadania informacional.

De acordo com Almeida Júnior (2009, p. 92), a mediação da informação compreende “toda ação de interferência direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação”. No contexto dos arquivos, essa mediação, conforme o autor, pode se manifestar tanto de forma implícita por meio dos processos técnicos de organização, descrição e preservação documental, quanto de forma explícita, materializada em ações educativas, culturais e de mediação que ampliam a visibilidade dos acervos e aproximam o público de sua própria história.

Quando orientada para o acesso democrático e para a construção de vínculos entre sociedade e patrimônio documental, a mediação da informação torna-se instrumento de cidadania informacional. Essa ideia reconhece que o acesso aos documentos públicos não se limita à consulta, mas envolve a capacidade de compreender, interpretar e utilizar a informação para o exercício de direitos, a construção da memória coletiva e a participação social. Assim, ações mediadoras desenvolvidas por arquivos públicos podem contribuir para reduzir desigualdades informacionais, promover inclusão e fortalecer práticas cidadãs.

O Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), localizado em Belém, fundado em 1901, é uma das instituições arquivísticas mais relevantes da Amazônia, custodiando documentos desde o período colonial. Com um acervo de aproximadamente quatro milhões de documentos, o APEP desempenha papel essencial para a pesquisa histórica, científica e cultural (Batista; Torii, 2018; Torii, 2016).

Nos últimos anos, o APEP tem buscado romper barreiras geográficas, sociais e informacionais que tradicionalmente limitam o acesso da população ao patrimônio documental. Nesse movimento, destaca-se o projeto “Conectando Arquivos”, criado como estratégia de aproximação entre o APEP e comunidades de municípios paraenses. Por meio de palestras, oficinas, debates, rodas de conversa, visitas guiadas e exposições, o projeto atua na mediação da informação, estimulando parcerias institucionais e fortalecendo redes de colaboração em torno da preservação da memória.

Diante dessas ações, emerge a seguinte questão orientadora: quais estratégias de mediação da informação foram empregadas pelo projeto “Conectando Arquivos”, e de que forma elas contribuíram para a promoção e democratização do acesso aos documentos históricos do APEP?

Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral apresentar as práticas de mediação da informação desenvolvidas pelo projeto “Conectando Arquivos” nos municípios de Bragança, Barcarena, Cametá, Muaná e Curuçá. Os objetivos específicos são: identificar as estratégias de mediação da informação adotadas nas ações do projeto; e compreender em que medida essas ações contribuem para a promoção do acesso e o fortalecimento da cidadania informacional.

A relevância desta pesquisa reside na ampliação do debate sobre mediação da informação em arquivos públicos na Região Norte, além de contribuir ainda mais na compreensão sobre as motivações, estratégias e contribuições envolvidas nas ações de mediação promovidas pelo APEP.

A estrutura deste trabalho organiza-se da seguinte forma: após esta introdução, discute-se a revisão bibliográfica sobre mediação da informação e cidadania informacional, arquivos públicos como espaços de cidadania e o projeto “Conectando Arquivos”; posteriormente, detalha-se a metodologia utilizada; em seguida, apresentam-se os resultados; e, por fim, são expostas as considerações finais.

2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E CIDADANIA INFORMACIONAL

A mediação da informação, entendida como processo relacional, comunicacional e social, constitui-se como um dos pilares para a construção da cidadania informacional no contexto das instituições arquivísticas. Nesse sentido, conforme defendem Ulian e Almeida Júnior (2022, p. 6), “a mediação pode ser

concebida como um instrumento passível de criar e modificar sentidos e símbolos na vida cotidiana de acordo com os interesses hegemônicos".

Adotou-se essa perspectiva para compreender o problema desta pesquisa, uma vez que ela possibilitou analisar como as estratégias de mediação da informação foram mobilizadas em contextos concretos, como no projeto "Conectando Arquivos", desenvolvido pelo APEP. Ao considerar que a informação não é apropriada de forma automática, tornando-se necessário investigar quais ações mediadoras foram empregadas pelo projeto e de que modo elas contribuíram para aproximar os sujeitos dos documentos históricos.

No âmbito dos arquivos públicos, a mediação da informação assume papel estratégico, pois, conforme Almeida Júnior (2009), tanto as ações explícitas quanto as implícitas interferem diretamente nas possibilidades de acesso e apropriação da informação. As mediações explícitas, como exposições, oficinas, palestras e visitas guiadas, tornam visível o acervo e promovem o diálogo com a sociedade; enquanto as mediações implícitas, relacionadas ao tratamento técnico dos documentos, garantem condições de organização, contextualização e recuperação da informação. Essa distinção orientou a análise desenvolvida neste estudo, na medida em que permitiu identificar como as dimensões implícita e explícita da mediação da informação se materializaram nas ações do projeto "Conectando Arquivos".

A cidadania informacional, por sua vez, refere-se à capacidade dos indivíduos de acessar, compreender, interpretar e utilizar criticamente as informações que lhes dizem respeito, especialmente aquelas produzidas pelo Estado. Nesse sentido, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), o direito de acesso à informação pública constitui um elemento essencial para o exercício da cidadania. No entanto, como argumentou Fratini (2009), os arquivos historicamente foram concebidos como espaços de guarda e silêncio, o que evidencia a necessidade de transformação dessas instituições em ambientes mais acessíveis e dialógicos.

É nesse ponto que a mediação da informação se articula diretamente com a cidadania informacional, ao promover estratégias que facilitam o acesso, a compreensão e a interação com os documentos, os arquivos públicos ampliam as condições de participação social e de reconhecimento dos indivíduos como sujeitos de direitos. Assim, esta pesquisa parte do pressuposto de que as estratégias de mediação da informação desenvolvidas pelo projeto "Conectando Arquivos" não

apenas mediam o acervo do APEP, mas também atuam como instrumentos de democratização do acesso à informação, contribuindo para o fortalecimento da cidadania informacional nos contextos locais em que são implementadas.

Dessa forma, ao analisar as ações do projeto, buscou-se compreender em que medida as práticas mediadoras adotadas promovem o acesso aos documentos históricos e favorecem sua apropriação pelos diferentes públicos, respondendo ao problema de pesquisa proposto.

3 ARQUIVOS PÚBLICOS COMO ESPAÇOS DE CIDADANIA

Os arquivos públicos constituem-se como espaços fundamentais para o exercício da cidadania, por serem instituições responsáveis por custodiar documentos produzidos pelo Estado e garantir o acesso às informações que registram direitos, deveres e identidades coletivas. Nessa perspectiva, conforme destacou Fonseca (2005), a estrutura dos arquivos públicos brasileiros, influenciada pelo modelo francês de centralização administrativa, conferiu a essas instituições a função de preservar a memória governamental e assegurar a transparência dos atos públicos.

Essa compreensão permitiu analisar como os arquivos podem ultrapassar sua função custodial e assumir um papel ativo na democratização da informação. Ao considerar o problema de pesquisa, que busca identificar quais estratégias de mediação da informação foram empregadas pelo projeto “Conectando Arquivos” e como elas contribuíram para a ampliação do acesso aos documentos históricos do APEP, tornou-se necessário compreender os arquivos como espaços dinâmicos de interação social.

Nesse sentido, García (1999) afirmou que os arquivos públicos devem aproximar o cidadão de seu conteúdo, possibilitando a compreensão da história e da identidade coletiva. Tal perspectiva ofereceu um fundamento teórico importante para analisar as ações do projeto “Conectando Arquivos”, na medida em que suas atividades buscaram justamente promover essa aproximação entre os sujeitos e o patrimônio documental. Assim, as estratégias de mediação desenvolvidas pelo projeto podem ser interpretadas como mecanismos concretos de materialização dessa função social dos arquivos.

Essa visão foi reforçada por Jardim e Fonseca (2004), ao argumentarem que os arquivos precisam atender diretamente às demandas dos diversos agentes

sociais, garantindo que a informação pública cumpra sua função social. Ao reconhecer o usuário como sujeito central, os autores evidenciaram que práticas de mediação são indispensáveis para que os arquivos se consolidem como espaços de cidadania. A partir dessa abordagem, esta pesquisa parte do pressuposto de que as ações do projeto “Conectando Arquivos”, como oficinas, exposições e atividades educativas podem configurar estratégias mediadoras que buscam responder a essas demandas sociais, ampliando as possibilidades de acesso e uso da informação.

No caso da Amazônia, essa função cidadã torna-se ainda mais relevante. Considerando os desafios geográficos, socioeconômicos e estruturais da região, o acesso aos arquivos públicos é frequentemente limitado, o que reforça a necessidade de iniciativas descentralizadoras. Nesse contexto, o projeto “Conectando Arquivos” apresentou-se como uma estratégia de mediação territorial, ao deslocar as ações do arquivo para diferentes municípios, promovendo o contato direto das comunidades com os documentos históricos.

Dessa forma, esta pesquisa sustentou que os arquivos públicos, quando articulados a práticas mediadoras descentralizadas, como as desenvolvidas pelo projeto analisado, ampliam as condições de democratização do acesso à informação. Ao investigar essas estratégias, buscou-se compreender em que medida elas contribuem para transformar o APEP em um espaço efetivo de cidadania, fortalecendo a relação entre Estado e sociedade e promovendo a participação social por meio do acesso aos documentos históricos.

4 PROJETO “CONECTANDO ARQUIVOS”

O projeto “Conectando Arquivos” representa uma das mais relevantes iniciativas do APEP no âmbito da mediação da informação. Conforme Nazaré e Tenaglia (2025, p. 13), “iniciada em 2022 como uma iniciativa conjunta da Secretaria de Estado de Cultura (SECULT) e do APEP”, o projeto nasceu da necessidade de aproximar o Arquivo das comunidades paraenses, especialmente aquelas situadas em municípios distantes da capital, que historicamente enfrentam limitações de acesso ao patrimônio documental estadual.

A proposta do projeto é descentralizar o acesso à informação e à memória, deslocando servidores, documentos e ações educativas para municípios como Bragança, Barcarena, Cametá, Muaná e Curuçá. Tal atuação rompe com a lógica de

dependência da presença física do usuário na sede do Arquivo, reconhecendo que a realidade territorial da Amazônia exige políticas ativas de alcance comunitário.

O APEP, nesse contexto, assume papel propositivo ao estabelecer parcerias com instituições locais, como secretarias municipais, museus, centros culturais e arquivos municipais, promovendo ações técnicas, formativas e culturais adaptadas às necessidades específicas de cada município.

As atividades que compõem a programação do projeto incluem palestras, oficinas, mesas redondas, rodas de conversa, visitas guiadas e exposições documentais. Segundo Nazaré e Tenaglia (2025, p. 13), as atividades do projeto já foram “desenvolvidas nos municípios de Bragança, Barcarena, Cametá, Muaná e Curuçá”. Cada uma dessas localidades possui características singulares, tanto do ponto de vista histórico quanto geográfico, o que reforça a necessidade de uma atuação diversificada por parte do APEP.

Segundo Nazaré (2024, p. 28), “o projeto é coordenado pelo corpo técnico do APEP, composto por 17 servidores e três estagiários”, que colaboraram desde o planejamento das ações até a execução das atividades nos municípios. Esse trabalho coletivo demonstrou o compromisso institucional do APEP com a democratização do acesso à informação, reconhecendo-se como agente ativo na construção de cidadania, memória e conhecimento.

Assim, o “Conectando Arquivos” consolidou-se como um projeto inovador, que articula preservação da memória, acesso à informação e participação social, reafirmando o papel do APEP como instituição comprometida com sua função social e com a construção de uma cultura arquivística no Estado do Pará.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso descritivo, com abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e pesquisa documental. Segundo Gil (1996), o estudo de caso descritivo objetiva descrever uma população ou fenômeno, ou relacionar variáveis, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática.

Adotou-se a abordagem qualitativa por ser adequada à interpretação de fenômenos complexos, em que se busca compreender significados, práticas e interações em seu contexto de ocorrência. Conforme afirma Gil (1996), a pesquisa qualitativa busca descrever e interpretar elementos de um sistema complexo de

significados, priorizando a compreensão do contexto em que o fenômeno ocorre, sem foco na mensuração.

A revisão bibliográfica consistiu no levantamento sistemático da literatura referente aos temas centrais da pesquisa: mediação da informação, arquivos públicos e cidadania informacional. Também foram incluídos estudos sobre o APEP, além de trabalhos que discutem as ações do projeto “Conectando Arquivos”.

A busca foi realizada principalmente na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), por se tratar de uma base especializada na área da Ciência da Informação, e complementada por livros, dissertações e teses. Segundo Sousa, Oliveira e Alves (2021), a revisão bibliográfica permite identificar e sistematizar os conhecimentos já produzidos, contribuindo para o estabelecimento de um referencial teórico consistente.

Além da revisão bibliográfica, a pesquisa também possui caráter documental, que, conforme Gil (1996), utiliza-se de fontes que ainda não passaram por tratamento analítico ou que podem ser reexaminadas à luz dos objetivos da investigação. Assim, foram identificadas e analisadas 18 postagens no total, publicadas no perfil oficial do APEP no Instagram (@arquivoestadopa), distribuídas entre os meses de março, abril e junho de 2022 e março e maio de 2023. Os conteúdos analisados referiram-se às ações desenvolvidas no projeto “Conectando Arquivos”, incluindo palestras, oficinas, mesas redondas, exposições, rodas de conversa e visitas guiadas nos municípios atendidos.

Para a análise documental, foram definidas categorias temáticas a partir do referencial teórico sobre mediação da informação e arquivos públicos, bem como da leitura exploratória do corpus. As categorias estabelecidas foram: (1) tipos de ações desenvolvidas, contemplando as diferentes atividades promovidas pelo projeto; (2) estratégias de mediação da informação, voltadas às formas de interação entre o acervo e o público; e (3) finalidades das ações, relacionadas à promoção da cidadania informacional e ao acesso à informação.

Os procedimentos analíticos foram conduzidos com base na técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), envolvendo as etapas de (a) pré-análise, com a organização e leitura flutuante das postagens; (b) exploração do material, por meio da codificação e classificação dos conteúdos nas categorias definidas; e (c) tratamento e interpretação dos resultados, buscando identificar

padrões, recorrências e sentidos atribuídos às práticas de mediação da informação desenvolvidas no âmbito do projeto.

Dessa forma, o percurso metodológico adotado permitiu integrar teoria e prática, articulando a literatura com o exame de registros documentais das atividades desenvolvidas pelo projeto “Conectando Arquivos”. Essa combinação favoreceu uma compreensão detalhada do fenômeno investigado, assegurando rigor analítico e coerência com os objetivos propostos pela pesquisa.

6 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Os resultados obtidos a partir da análise documental e da revisão bibliográfica evidenciaram a relevância do projeto “Conectando Arquivos” como estratégia consistente de mediação da informação no contexto amazônico. Implantado em 2022 pelo APEP, em parceria com a SECULT, o projeto tem como propósito descentralizar o acesso à memória estadual, aproximando comunidades de municípios historicamente afastados das políticas culturais, informacionais e arquivísticas.

A análise do projeto “Conectando Arquivos” permitiu compreender que a mediação da informação, no âmbito dos arquivos públicos, se materializa como prática social vinculada ao exercício da cidadania. Ao deslocar documentos históricos e ações institucionais para além dos limites físicos do Arquivo, o APEP rompeu com barreiras geográficas e simbólicas, promovendo o contato direto entre as comunidades e o patrimônio documental. Esse movimento reforçou a compreensão de que o acesso à informação não se restringe à disponibilidade física dos documentos, mas envolve processos de mediação que possibilitam sua compreensão e apropriação pelos sujeitos.

Nesse sentido, a perspectiva de Almeida Júnior (2009) mostrou-se fundamental para a interpretação dos resultados, especialmente no que se refere à distinção entre mediação implícita e explícita. Observou-se que o projeto operou simultaneamente nessas duas dimensões: a mediação implícita manifestou-se nas atividades técnicas de seleção, organização e contextualização dos documentos levados aos municípios; enquanto a mediação explícita se concretizou por meio de exposições, oficinas, palestras, mesas redondas, rodas de conversa e visitas guiadas. Essas ações evidenciaram que a mediação da informação ocorreu de

forma intencional e estruturada, criando condições para a aproximação entre acervo e público.

Ao examinar as 18 postagens publicadas no perfil institucional do APEP no Instagram, foi possível identificar, de forma sistematizada, as principais estratégias de mediação da informação mobilizadas pelo projeto: exposições documentais itinerantes, que promovem o contato direto com fontes históricas; oficinas e ações formativas, voltadas à capacitação em gestão e preservação documental; atividades dialógicas, como rodas de conversa e mesas redondas, que estimulam a reflexão crítica; visitas guiadas e ações educativas, que facilitam a compreensão dos documentos; e articulação institucional, por meio de parcerias com órgãos e comunidades locais.

Essas estratégias podem ser compreendidas como práticas mediadoras que extrapolam a dimensão técnica, configurando-se como ações intencionais de aproximação entre sujeitos e informação. Nesse sentido, evidenciaram que a mediação da informação ocorreu de forma planejada e contextualizada, adaptando-se às especificidades de cada município atendido.

A análise das edições realizadas nos municípios de Bragança, Barcarena, Cametá, Muaná e Curuçá evidenciou o caráter contextual das estratégias de mediação. Em Bragança, observou-se uma abordagem mais formativa e participativa; em Barcarena, destacaram-se discussões de caráter técnico; em Cametá, a mediação favoreceu reflexões críticas sobre a história local; enquanto em Muaná e Curuçá houve maior ênfase em ações de educação patrimonial e sensibilização comunitária. Esses resultados indicaram que as práticas mediadoras não são homogêneas, sendo adaptadas às especificidades sociais, culturais e territoriais de cada contexto, o que dialoga com a perspectiva de que os arquivos devem responder às demandas dos diferentes públicos (Jardim; Fonseca, 2004).

No que se refere à contribuição para a cidadania informacional, os resultados demonstraram que o projeto ampliou as condições de acesso, compreensão e uso dos documentos históricos. Ao promover o contato direto com o acervo e estimular reflexões sobre memória, identidade e pertencimento, o “Conectando Arquivos” favoreceu a apropriação crítica da informação, elemento central para o exercício da cidadania. Tal constatação reforçou a ideia de que a mediação da informação atua como um mecanismo de inclusão informacional, contribuindo para a redução de desigualdades no acesso ao conhecimento.

Além disso, de acordo com dados fornecidos pela direção do APEP, o alcance de aproximadamente 2.000 participantes entre 2022 e 2023 evidenciou o potencial do projeto na democratização do acesso à informação pública. Mais do que ampliar o acesso físico aos documentos, as ações desenvolvidas contribuíram para reduzir barreiras simbólicas, tornando o arquivo mais acessível, compreensível e socialmente relevante para diferentes públicos.

Dessa forma, os resultados permitiram sustentar que as estratégias de mediação da informação empregadas pelo projeto “Conectando Arquivos” contribuíram para a promoção e democratização do acesso aos documentos históricos do APEP. Ao articular ações educativas, culturais e técnicas, o projeto transformou o arquivo em um espaço ativo de comunicação e participação social, reafirmando seu papel como agente de promoção da cidadania informacional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida nesta pesquisa permitiu compreender que a mediação da informação em arquivos públicos deve ser concebida como uma prática social, educativa e política, fundamental para a promoção da cidadania informacional. Ao retomar o problema de pesquisa, que buscou identificar quais estratégias de mediação da informação foram empregadas pelo projeto “Conectando Arquivos” e de que forma elas contribuíram para a democratização do acesso aos documentos históricos do APEP, concluiu-se que o projeto mobilizou um conjunto articulado de ações mediadoras que ampliaram as possibilidades de acesso, compreensão e apropriação da informação.

Nesse sentido, o projeto “Conectando Arquivos” evidenciou sua relevância como uma iniciativa inovadora do APEP, ao integrar a mediação da informação em uma proposta capaz de romper barreiras geográficas e simbólicas historicamente presentes na realidade amazônica. Ao deslocar suas ações para municípios distantes da capital, o Arquivo reafirmou seu compromisso com a democratização do acesso à informação pública e com a promoção da cidadania informacional, permitindo que diferentes comunidades reconhecessem o valor do patrimônio documental que compõe a memória do Estado.

A mediação da informação realizada pelo APEP, tanto explícita quanto implícita, demonstrou que o trabalho arquivístico foi além do tratamento técnico dos documentos, envolvendo dimensões comunicacionais, educativas e sociais que

favoreceram a apropriação crítica da informação e a formação de sujeitos mais conscientes de sua história, identidade e direitos.

Assim, concluiu-se que investir em estratégias de mediação da informação em arquivos públicos não apenas ampliou o acesso à informação, mas também fortaleceu a democracia, ao promover inclusão, participação social e valorização da memória coletiva. A experiência analisada demonstrou que a cidadania informacional não se efetivou apenas pela disponibilização de documentos, mas pela construção de práticas mediadoras que possibilitaram sua compreensão e uso crítico.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, p. 89-103, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170. Acesso em: 11 jun. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** 3ª reimpressão da 1ª Edição de 2016. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: https://pt.slideshare.net/slideshow/bardin-2016-livro-analise-de-contedopdf/259732570.Acesso em: 17abr. 2026.

BATISTA, Iane Maria da Silva; TORII, Leonardo da Silva. Entre a administração e a memória: notas sobre o arquivo público do estado do Pará (1894-1906). *In*: **Revista Analisando em Ciência da Informação:Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para a Arquivologia.** João Pessoa: UEPB, n. 6, 2018. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT07_0547-0562.pdf. Acesso em: 13 jan. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 mar. 2024.

FRATINI, Renata. Educação patrimonial em arquivos. **Histórica -Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.34, 2009. Disponível em:https://arquivistica.fci.unb.br/au/educacao-patrimonial-em-arquivos/. Acesso em: 23 mar. 2024.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação.** 1 edição, Editora FGV: Rio de Janeiro, 2005.

GARCÍA, Luis Martinez. La difusión por la difusión. In: **Archivos, ciudadanos y cultura.** Toledo: Anabad Castilla La Mancha, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996. Disponível em: https://share.google/zAsOnqA5k7nn913Bh. Acesso em: 10 maio 2025.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramaZero -Revista de Ciência da Informação**, v.5, n.5, 2004. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/5671. Acesso em: 23 mar. 2024.

NAZARÉ, Stefanie Gama de. **Difusão arquivística e educação patrimonial no Arquivo Público do Estado do Pará: a experiência do projeto "Conectando Arquivos".** Monografia - Universidade Federal do Pará. Curso de Arquivologia. Belém, 2024. Disponível em: https://bdm.ufpa.br/items/a33bac0a-fdbd-4b01-8802-c39860dfd557?fbclid=PAb21jcANmGHNleHRuA2FlbQIxMQABp_15WYpKat-imLzC7mR9AOg_SGf8uHoc183Ybbgp-IttNICIFxfcFP0VfVw5_aem_fDyOS3cZ-DZjc5cu0o9aaQ. Acesso em: 20 out. 2025.

NAZARÉ, Stefanie Gama de; TENAGLIA, Mônica. Mediação da informação e difusão arquivística no Arquivo Público do Estado do Pará: a experiência do projeto "Conectando Arquivos". **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência daInformação**, v. 18, n. 1, p. 1-24, 2025. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/730?fbclid=PAb21jcANmF45leHRuA2FlbQIxMQABpzdNeqGt4xk1cd_4-cdhZvAzkGvlm8CDxPxd3Z1pKVkQgkZKFaZSz0R5L682_aem_dR_Oty3dA334tbfqcmL0ww. Acesso em: 20 out. 2025.

SOUSA, Angélica Silva; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, Minas Gerais, 2021. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336. Acesso em: 10 maio 2025.

TORII, Leonardo. **O Guardião da memória do Estado do Pará: Acesso à informação e políticas na criação do Arquivo Público do Estado do Pará (1894-1906).** Dissertação (Mestrado do programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: https://share.google/DuROpfkKP8V4eHADS. Acesso em: 17 jun. 2024.

ULIAN, Simone Maria Gonçalves de Oliveira; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e seus impactos na formação da consciência de classe operária. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, n. esp., p. 1-17, 2022. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1797. Acesso em: 24 out. 2025.



O FUNDO DOCUMENTAL DE EXPOSIÇÕES DA COLEÇÃO ETNOGRÁFICA DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI: UMA ANÁLISE PERANTE SUA ESPECIFICIDADE

The Documentary Fund of Exhibitions from the Ethnographic Collection of the Emílio Goeldi Museum of Pará: an analysis of its specific characteristics

El Fondo Documental de Exposiciones de la Colección Etnográfica del Museo Emílio Goeldi de Pará: un análisis de sus características específicas

Christie Jemilly de Aquino Mendes
Bacharel em Museologia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
jemilly.mendes@icsa.ufpa.br

Mônica Tenaglia
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal Fluminense, Brasil,
monica_tenaglia@id.uff.br

Leonardo de Souza Silva
Doutorado em Ciências da Comunicação
Museu Paraense Emílio Goeldi, Brasil
leonardo.silva@ica.ufpa.br

Resumo

Este artigo discute as especificidades dos arquivos museológicos relacionados à documentação expográfica e etnográfica, a partir da análise do Fundo Documental de Exposição, da Coleção Etnográfica, do Museu Paraense Emílio Goeldi. A pesquisa parte da compreensão de que a documentação das exposições etnográficas reflete a interação entre práticas curatoriais, processos de pesquisa e dinâmicas institucionais. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica nos campos da Arquivologia, Museologia e Etnografia, aliada à investigação do referido fundo documental. Também foi realizada consulta ao site do Instituto Socioambiental, utilizado como referência para autodenominação e a grafia dos povos indígenas mencionados na documentação. Como resultado, conduzimos a identificação dos tipos documentais do fundo de exposição, apresentando seus desafios e complexidades. Conclui-se que existe a necessidade de uma gestão arquivística que considere o contexto museológico e etnográfico, pretende-se, com essa pesquisa, contribuir para o aprimoramento das práticas de tratamento, análise e valorização dos arquivos museológicos.

Palavras-chave: arquivos de museus; documentação de exposição; coleção etnográfica; documentos de arquivo; Museu Paraense Emílio Goeldi.

Abstract

This article discusses the specific characteristics of museum archives related to exhibition and ethnographic documentation, based on an analysis of the Exhibition Document Collection from the Ethnographic Collection of the Emílio Goeldi Museum of Pará. The research is grounded in the understanding that the documentation of ethnographic

exhibitions reflects the interaction between curatorial practices, research processes, and institutional dynamics. To this end, a qualitative approach was adopted, based on bibliographic research in the fields of Archival Science, Museology, and Ethnography, combined with an investigation of the aforementioned exhibition collection. The website of the Socio-Environmental Institute was also consulted, serving as a reference for the self-designations and spelling of the indigenous peoples mentioned in the documentation. As a result, we identified the document types within the exhibition collection, highlighting their challenges and complexities. It is concluded that there is a need for archival management that takes into account the museological and ethnographic context; this research aims to contribute to the improvement of practices regarding the handling, analysis, and appreciation of museum archives.

Keywords: *museum archives; exhibition documentation; ethnographic collection; archival documents; Emílio Goeldi Museum of Pará.*

Resumen

Este artículo analiza las particularidades de los archivos museísticos relacionados con la documentación expositiva y etnográfica, a partir del análisis del Fondo Documental de Exposiciones de la Colección Etnográfica del Museo Paraense Emílio Goeldi. La investigación parte de la idea de que la documentación de las exposiciones etnográficas refleja la interacción entre las prácticas curatoriales, los procesos de investigación y las dinámicas institucionales. Para ello, se adoptó un enfoque cualitativo, basado en una investigación bibliográfica en los campos de la archivística, la museología y la etnografía, junto con el estudio del mencionado fondo documental. También se consultó el sitio web del Instituto Socioambiental, utilizado como referencia para la autodenominación y la grafía de los pueblos indígenas mencionados en la documentación. Como resultado, hemos llevado a cabo la identificación de los tipos documentales del fondo de la exposición, presentando sus retos y complejidades. Se concluye que existe la necesidad de una gestión archivística que tenga en cuenta el contexto museológico y etnográfico; con esta investigación se pretende contribuir a la mejora de las prácticas de tratamiento, análisis y valorización de los archivos museológicos.

Palabras clave: *archivos de museos; documentación de exposiciones; colección etnográfica; documentos de archivo; Museo Paraense Emílio Goeldi.*

1 INTRODUÇÃO

O registro da história e da memória se dá, em grande parte, por meio dos documentos gerados pelas ações cotidianas de instituições, pessoas ou grupos. Entre esses registros, encontram-se os documentos de arquivo, produzidos, organicamente, no cotidiano, e que servem de prova e testemunho de atividades (Merlo; Konrad, 2015; Silva, 2013).

No entanto, suas informações não se restringem às razões de sua criação e podem ser compreendidas em sentido amplo, como transmissão cultural. Quando projetadas para o futuro, articuladas a dados de outros contextos, compõem um conjunto informacional que ultrapassa o documento gerado individualmente (Bellotto, 1991).

Assim, deixam de ser apenas instrumentos administrativos e passam a integrar um conjunto testemunhal mais amplo, constituindo a memória institucional, como exemplificado pelos documentos do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), que amplia o significado patrimônios salvaguardados pela instituição e atuam como testemunho social e cultural (Bellotto, 1991; Velthem, 2012).

Nesse contexto, ao se pensar nas especificidades dos arquivos de museus, compreende-se que tais documentos são produtos das atividades institucionais (técnicas, administrativas, pesquisas etc.), o que se relaciona com as funções como aquisição, conservação e curadoria (Bellotto, 1991; Hannesch; Granato, 2013).

À luz dessas especificidades, este artigo tem como objetivo discutir as especificidades dos arquivos de museus relacionados à documentação expográfica e etnográfica, a partir da análise do Fundo Documental de Exposição, produzido entre 1970 e 2025, integrante do Arquivo da Reserva Técnica “Curt Nimuendajú”, da Coleção Etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi. Para alcançar esse objetivo, adotou-se uma abordagem qualitativa, com base na pesquisa bibliográfica nos campos da Arquivologia, Museologia e Etnografia, aliada à investigação documental do referido fundo, contemplando a identificação de tipologias, contextos de produção e formas de acumulação e acesso.

Este artigo está dividido da seguinte forma: após a Introdução, a seção dois apresenta o referencial teórico, abordando os conceitos de documentos de arquivo, documentação museológica e arquivos de museus, bem como a complexidade dos documentos de exposições e daqueles referentes a coleções etnográficas. Em seguida, a seção três aborda os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A seção quatro apresenta a análise, discussão e resultados, incluindo o histórico da instituição e da Coleção Etnográfica. Por fim, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na Arquivologia, os documentos de arquivo são o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte e reunidos organicamente. Nesse sentido, refletem as atividades e funcionalidade da instituição que os produziu, constituindo-se como testemunhos e evidências (Arquivo Nacional, 2005; Silva, 2013). Quando inseridos em contexto

museológicos, tais conjuntos documentais apresentam características específicas relacionadas às funções institucionais.

Desse modo, os arquivos de museus possuem particularidades que precisam ser consideradas, sobretudo, quando analisamos a formação e usos de seus acervos, o que implica afirmar que não são apenas fontes administrativas ou históricas, mas também parte do contexto documental dos objetos do acervo, possuindo o desafio de dialogar com as práticas museológicas e de formar um elo entre os objetos expostos e as suas narrativas (Pret; Nicolau, 2025).

Assim, quando se conceitua os documentos de arquivo de museus, nos referimos também à documentação museológica, pois, na Museologia, essa documentação é um instrumento de controle espacial e informacional das coleções, com registros acerca da conservação, localização, entrada e aquisição de peças (Ferrez, 1994). A documentação não se limita a informações intrínsecas, abrangendo, também, dados extrínsecos e contextuais que permitem compreender a vida do artefato antes e durante a sua presença na instituição. São dados que orientam as ações expositivas, científicas e institucionais, inclusive, produzindo registros e arquivos das atividades museais (Aranha; Fonseca, 2020; IBRAM, 2023; Ferrez, 1994).

Mas há uma diferença entre documentação museológica e arquivística: embora ambas reconheçam o valor informativo dos registros, a arquivística privilegia as relações entre os documentos (organicidade), enquanto a museológica foca no objeto individual, mesmo em coleções (Araújo; Lima, 2020; Arellano, 2004). Assim, a documentação das exposições analisadas pode ser entendida tanto como fundo documental arquivístico quanto como documentação museológica, por reunir objetos, informações e arquivos produzidos durante as atividades museais (Aranha; Fonseca, 2020).

Monique Magaldi (2017) destaca o potencial histórico da documentação de exposições, pois envolve a seleção, organização, registro, indexação, armazenamento e consulta a documentos museográficos e museológicos. A museografia de uma exposição é caracterizada por concepção, seleção, desenvolvimento, implantação, avaliação, desmontagem e organização de documentos, sendo estruturada, pela autora, em quatro fases articuladas entre si.

A primeira fase envolve a concepção e montagem da exposição, com definição do conceito, tempo e seleção do acervo, gerando documentos como

projetos e relatórios. A segunda fase é a visitação, com a exposição aberta ao público e registros de observações e estudos de público. A terceira abrange o encerramento e desmontagem, com relatórios finais e análise de resultados. A quarta fase consiste na organização dos registros produzidos, transformando-os em documentos (Magaldi, 2017).

Nesse contexto, a produção, a comunicação e o uso da informação permeiam durante todas as etapas do processo expositivo, cabendo à documentação representá-lo com fidelidade, uma vez que é impossível reproduzi-lo por completo, considerando que cada exposição deve ser compreendida como única, cuja documentação responde a demandas específicas (Magaldi, 2017).

Desse modo, os documentos de arquivo relacionados a exposições demandam um olhar atento por se tratar de um conjunto documental diversificado, produzido em distintas fases, por diferentes agentes. Requerem uma leitura ampla, não exclusivamente arquivística, e necessitam ser compreendidos no cenário museológico, considerando os seus aspectos curatoriais, comunicacionais e simbólicos que estruturam a exposição (Desvallées; Mairesse, 2013; Magaldi, 2017).

É essencial preservar as conexões entre os documentos expositivos, evitando sua fragmentação ou alteração, o que pode ser difícil devido à diversidade dos registros. Além disso, é necessário entender que o acervo museológico, ao qual esses documentos pertencem, influencia diretamente sua identificação e organização. Neste caso, a pesquisa trata de documentos relacionados a coleções etnográficas, compostas por artefatos de contextos culturais específicos (Velthem; Guapindaia, 2006).

Lucia van Velthem (2012) afirma que os museus etnográficos são grandes arquivos da “cultura material” e que, atualmente, desempenham um importante papel social ao atenderem, por exemplo, a demandas e políticas indígenas que encontram, nesses espaços, a valorização e a preservação de seus patrimônios (Velthem, 2012). É crucial também considerar a documentação gerada nas atividades museais relacionadas às coleções, pois esses registros representam a memória da instituição e do acervo, além de desafiar paradigmas que se concentram apenas na visão institucional, sem considerar a conexão com os produtores dos objetos preservados.

Tomando por base o Fundo Documental de Exposição, é possível perceber a memória da trajetória das narrativas expositivas, ponderando que o termo

“exposição” significa tanto o resultado da ação de expor quanto o conjunto daquilo que é exposto e o lugar onde se expõe (Desvallées; Mairesse, 2013). Isso evidencia como os registros produzidos nesse contexto espelham os referenciais históricos e institucionais de cada período, comprovando o que foi exposto, o que se buscava comunicar e para qual público as narrativas foram construídas.

Sob essa perspectiva, é importante compreender que, tanto a instituição museológica como um todo quanto o arquivo nela existente, se constituem como espaços de poder que ressoam vozes e narrativas e salvaguardam registros criados por determinados grupos (Borges; Silva; Espírito Santo, 2023).

Nos documentos identificados, é possível encontrar denominações, atualmente, com diferentes grafias, etnônimos generalizados ou pejorativos. Segundo Gersem Baniwa (2014), a linguagem indígena é um patrimônio vivo e em constante construção, com a palavra sendo central na criação do mundo e das relações sociais. Os etnônimos não são meras designações neutras, mas produzem sentidos, organizam percepções e estabelecem relações de poder. Muitos nomes atribuídos refletem processos coloniais de classificação externa, frequentemente em conflito com a autodenominação dos grupos.

Diante disso, torna-se necessário que a gestão dos documentos de arquivo de coleções etnográficas atente-se para mudanças nas políticas dos povos representados e em suas discussões contemporâneas sobre as formas de nomeá-los e representá-los, seguindo o mesmo caminho da atual documentação dos objetos etnográficos que, segundo Lucia van Velthem (2004), deve orientar-se pelos propósitos dos produtores das coleções, fazendo-o através de abordagens integradas, cruzando um quadro coerente às dimensões históricas, políticas, estéticas e simbólicas dos povos indígenas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada foi qualitativa, com base em uma pesquisa bibliográfica interdisciplinar que integrou os campos da Arquivologia, Museologia e Etnografia. Além disso, foi realizada uma pesquisa documental do fundo arquivístico, focando na análise das tipologias documentais, nos contextos de sua produção e nos processos de acumulação e organização dos documentos, a fim de compreender a estrutura e os significados contidos nesse acervo.

Para a identificação dos nomes dos povos indígenas mencionados na documentação, adotamos, como referência, a autodeterminação e a grafia indicadas no site do Instituto Socioambiental (ISA)[1], reconhecido como referência sobre povos indígenas no Brasil, e que tem como missão defender a diversidade socioambiental brasileira, desenvolver soluções que protejam os territórios das comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas, fortalecendo-as culturalmente, politicamente e economicamente de forma sustentável (Controladoria-Geral da União, 2024).

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

4.1 Percurso Histórico do Museu Paraense Emílio Goeldi, da Coleção Etnográfica e seus documentos arquivísticos

O MPEG foi fundado em 1866, quando o cientista Domingos Soares Ferreira Penna liderou um grupo de intelectuais com o objetivo de reunir materiais para a criação da Associação Philomática (amigos da ciência). O principal propósito dessa associação foi a fundação de um museu de história natural, inspirado nos modelos europeus da época. A distinção estabelecida entre as ciências naturais e a etnografia conferiu ao Museu, incorporado como órgão do governo provincial, em 1871, uma posição de destaque no campo do conhecimento antropológico (Cavalcante, 2002; Velthem *et al*. 2004), agora, denominado, Museu Paraense de História Natural e Ethnografia.

Benchimol (2009) salienta que, em 1867, foi emitida uma circular solicitando doações de espécies e objetos relacionados aos três reinos da natureza – animal, vegetal e mineral – e um número significativo de itens foram enviados para a instituição, por colecionadores, políticos, pesquisadores e afins.

A chegada, em 1894, do zoólogo suíço Emílio Augusto Goeldi (1859-1917), contratado pelo governador da época para reformar o Museu, marcou o início das pesquisas científicas na região amazônica. Goeldi assumiu a responsabilidade de revitalizá-lo, criar um zoológico e um horto botânico anexos à instituição, e promover uma reconfiguração do espaço museológico (Sanjad, 2008).

Os planos de Goeldi não se limitaram a criar um museu que competisse com outras instituições científicas, mas estabelecer uma instituição profundamente vinculada à Amazônia, que valorizasse a sua natureza e potencial em atrair as

[1] https://pib.socioambiental.org/.

atenções da comunidade científica internacional. Foi durante a sua administração que o Museu se consolidou enquanto instituição de pesquisa sobre a região (Sanjad, 2006; Simões, 1981).

Na qualidade de chefe da Seção de *Ethnologia* e diretor do Museu Paraense, Goeldi ampliou a coleção etnográfica, principalmente por meio de excursões a campo, doações de particulares e eventuais aquisições. Exemplo de artefatos adquiridos nesse momento foram os itens Kayapó, posteriormente tombados e identificados como 'Coleção Frei Gil de Villanova' (Velthem *et al*., 2004). Nesse contexto, observa-se que a formação do acervo etnográfico do museu está, diretamente, relacionada ao surgimento e aos objetivos iniciais da instituição em documentar e estudar as populações amazônicas (Velthem *et al*., 2004). Tal relevância foi reconhecida, oficialmente, em 1938, quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou o tombamento da Coleção arqueológica e etnográfica[2] do Museu Paraense Emílio Goeldi[3] (Benchimol, 2009).

Dessa forma, as coleções etnográficas do Museu configuram-se como parte do patrimônio cultural de diferentes povos amazônicos, contribuindo para o registro, a preservação e a compreensão da história da região. Ao longo da trajetória institucional, o museu tem se dedicado à salvaguarda e à documentação desses acervos, disponibilizando-os para consulta e pesquisas em diversas áreas do conhecimento, o que reforça seu papel como importante referência científica nos estudos sobre a Amazônia (Velthem; Kukawka; Joanny, 2017).

Atualmente, a Coleção Etnográfica conta com mais de 14.300 peças tombadas, abrangendo diversas categorias artesanais. O acervo é representativo de 119 povos indígenas; outras coleções são oriundas de populações tradicionais amazônicas, de Matriz Africana do Suriname e da África Central. A coleção etnográfica é salvaguardada na Reserva Técnica "Curt Nimuendajú", situada no Campus do MPEG, integrando a Coordenação de Ciências Humanas que é composta pelos setores de Linguística, Arqueologia e Antropologia (Velthem; Kukawka; Joanny, 2017; Velthem; Candotti, 2019).

[2] As coleções arqueológicas e etnográficas passaram a integrar a categoria "Patrimônio arqueológico, etnográfico e paisagístico" do IPHAN após o tombamento. Na ocasião, essas coleções estavam ainda misturadas, sendo separadas apenas na década de 1960, sob a responsabilidade de Eduardo Galvão (Benchimol, 2009).

[3] A instituição recebeu diferentes denominações ao longo de sua história: Museu Paraense de História Natural e Etnografia em 1871; Museu Emílio Goeldi em 1900 e Museu Paraense Emílio Goeldi em 1931 (Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz, 2023).

No contexto da Reserva Técnica “Curt Nimuendajú”, os documentos não se restringem aos bens culturais tridimensionais, mas incluem, também, a documentação referente às atividades da instituição, ou seja, à documentação administrativa e orgânica que, graças às especificidades de arquivos de museus, refletem suas funções institucionais, científicas e curatoriais e é carregada de memórias acerca das suas coleções etnográficas.

A documentação encontra-se organizada em armários e pastas e reúne informações relacionadas à gestão, história e uso das coleções, incluindo as fichas catalográficas, estudos de coleções, desenhos, fotografias e negativos, relatórios de conservação e restauração, além de outros documentos administrativos e arquivos em diferentes mídias.

No âmbito do Arquivo da Reserva Técnica, destaca-se o “Fundo Documental de Exposições (1970-2025), armazenado em armário-arquivos com dois gaveteiros, identificado como “Exposições”. A organização e o volume documental variam conforme as características de cada exposição (itinerante ou não), quantidade de objetos selecionados, localização da exposição (nacional ou internacional), entre outras particularidades. Considerando a organização desses documentos no Arquivo e a natureza - produção em exposições -, esse conjunto é tratado, nesta pesquisa, como um fundo documental próprio.

Ao analisá-lo, evidenciam-se duas singularidades: as especificidades dos documentos produzidos no âmbito das ações expositivas, apresentadas no tópico 4.2; e as especificidades próprias das coleções etnográficas, apresentada no tópico 4.3. Nesta pesquisa, abordam-se, inicialmente, a documentação expositiva e, em seguida, as características próprias da documentação vinculada às coleções etnográficas.

4.2 A especificidade de Documentos de Exposição

Adotando as quatro fases propostas por Magaldi (2017), como categoria analítica, os documentos identificados no fundo documentais distribuem-se na seguinte forma: 1) Concepção e montagem; 2) Visitação; 3) Encerramento e desmontagem; 4) Seleção e organização de registros produzidos.

Na fase de concepção e montagem de uma exposição, há uma maior diversidade de tipologias documentais, que abrangem todo o processo preparatório. Esses documentos podem datar de antes da montagem efetiva e incluem atividades

de curadoria, financeiro, infraestrutura, logística e pesquisas anteriores. Entre os documentos estão fichas técnicas, registros de recebimento de acervo, contratos, plantas, desenhos expográficos, autorizações, inventários e projetos, alguns dos quais podem envolver curadoria compartilhada com indígenas, gerando outras tipologias documentais.

A exemplo, temos a exposição “A ciência dos Mebêngôkre: alternativas contra a destruição”, realizada em 1987 no MPEG, e no Rio de Janeiro em 1992. A mostra gerou documentos específicos de uma exposição etnográfica, com curadoria indígena, a exposição envolveu contatos preparatórios com os Kayapó[4], em particular orientação de Kwyra Ká Kayapó[5] e da sua família, que atuou, por dois meses, na consultoria permanente da mostra. Nesse período, foram elaborados documentos diversos, como um manual de montagem de tecnologia indígena e instruções sobre peças que deveriam ficar na mesma sala de exposição, pensando em uma narrativa que fizesse sentido para a temática da cosmologia indígena (Campos; Borges, 2012).

Durante a segunda etapa, no período de visitação, a documentação produzida abrange catálogos, programação cultural e relatórios técnicos de manutenção e conservação. Nesse momento, as tipologias documentais podem ser bem específicas, pois conta com a elaboração de catálogos expositivos em formato de livros, revistas etc. A exemplo, foram localizados os catálogos das amostras “Reencontros”, realizada em 2006, e “Brasil 500 Anos”, realizada entre os anos 2000 e 2001, *“Brésil Indien, les arts des Amérindiens du Brésil*”, realizada em 2005, em Paris, e que fazem parte do fundo de exposição, mas em razão de sua tipologia, são salvaguardados separadamente.

Já na etapa de encerramento e desmontagem, constam: termos de devolução, relatórios finais sobre o estado de conservação das peças e do projeto expositivo, dados de visitação e registros de transportes. Entre os documentos que ilustram essa etapa, há uma grande quantidade de documentos de desmontagem e transporte da exposição “Arte Plumária do Brasil”, que ocorreu nos anos de 1980 a 1987, iniciada na cidade de São Paulo. Ela teve itinerância por diversos outros

[4] Kayapó é a denominação pela qual os Mebêngôkre são genericamente conhecidos (Campos; Borges, 2012).
[5] Este era um importante xamã e um especialista em abelhas, portanto, no contexto do mundo Kayapó, exercia duplamente a ciência (Campos; Borges, 2012).

países, passando pelas cidades de Washington, Cidade do México, Genebra, Paris e Bogotá.

Por fim, na etapa de seleção e organização de registros produzidos, há materiais de divulgação, recortes de jornal, fotografias, CDs, etiquetas, cartazes, folders e banners etc. Nesse estágio, observamos a intenção de reunir memórias das exposições realizadas, como os pacotes de etiquetas usadas na amostra, relativos à exposição “Brasil 500 Anos”; nos recortes e cópias de jornais, a exemplo da mostra “Expor 92”, em Sevilha, e que possui cópias do jornal “Diario 16”, publicado na Espanha; e do cartaz da exposição de “Arte Plumária do Brasil”.

4.3 A especificidade da Documentação de Coleção Etnográfica

A documentação de coleções etnográficas exige estratégias específicas para sua salvaguarda e organização, considerando sua natureza expográfica e o contexto museológico em que foi gerada. Além da gestão e tipologia, essa documentação possui camadas mais sensíveis, como mudanças históricas, linguísticas e políticas dos povos representados, especialmente no que se refere às variações e modificações de grafias e denominações étnicas ao longo do tempo.

As variações nas denominações impactam a organização documental, influenciando processos de indexação, classificação e recuperação de informações. Quanto mais antigos os documentos, maior a diversidade na grafia dos nomes, que podem estar em desuso ou ter conotações pejorativas. A multiplicação dos etnônimos ocorreu principalmente durante a época dos etnógrafos de passagem, que, em suas rápidas viagens, nomeavam os povos com base nas denominações dos grupos que os identificavam, gerando diferentes designações para os mesmos grupos indígenas (Sáez, 2016).

Diante dessa instabilidade histórica das denominações, os documentos encontrados também podem conter dossiês de exposições identificadas por determinadas famílias linguísticas, grupos e/ou subgrupos. Nesse contexto, ganha relevância a autodenominação, cuja a visibilidade se ampliou nas últimas décadas com a decisão etnográfica de empregar os “nomes verdadeiros”, entendidos como aqueles utilizados pelos próprios povos ao se referirem a si mesmo (Sáez, 2016)

Nesse contexto, temos como exemplos práticos, o povo indígena conhecido, antigamente (por não indígenas), pelo nome Urubu ou Urubu-Ka’apor que, atualmente, prefere a autodenominação Ka’apor (ISA, 2021a). Situação semelhante

aos indígenas que são classificados nos documentos dentro da família linguística “Maku”, um termo considerado pejorativo, traduzido como ‘gente sem fala’. Atualmente, alguns grupos que fazem parte desta família linguística reivindicam o reconhecimento enquanto povo Yuhupdeh (Lolli; Felipe, 2024).

Variações de grafia são comuns em documentos expositivos, como no caso do povo Kubéwa, grafado também como Kubeo ou Cobéua, e dos Tikuna, que se autodenominam Maguta, mas aparecem como Ticuna ou Tukuna. Tikuna também é o nome de sua família linguística isolada, ou seja, apenas eles falam essa língua. Essas variações mostram a importância da interdisciplinaridade, pois interferem no inventário da Coleção Etnográfica (ISA, 2021b; ISA, 2021c).

Outras observações podem ser notadas na nomeação das exposições. Como exemplo, temos a exposição “Adornos corporais dos índios Tukanos - O complexo ritual do Alto Rio Negro”, cujo título nos leva a interpretar que a exposição seria somente sobre os(as) indígenas Tukano. Entretanto, a partir da identificação dos documentos, observa-se que contemplou, também, os povos Tukanizados, ou seja, da família linguística Tukano, sendo eles os Kubéwa, os Tuyuca, os Wananá e os Yahúna (ISA, 2021d).

Esses casos evidenciam que a documentação de um museu etnográfico pode ser complexa e exige atenção, paciência e uma pesquisa interdisciplinar, seguindo critérios arquivísticos, museológicos e etnográficos que respeitem as diferentes identidades dos povos produtores dos artefatos, salvaguardados pelo museu. Para assim, ser possível a organização e interpretação dos documentos arquivísticos da Coleção Etnográfica.

Por fim, é necessária uma gestão adequada com um sistema de documentação que considere as especificidades deste fundo documental, considerando seu viés expositivo e a diversidade documental, etnográfica e cultural. Este é um passo importante para aprofundar os vínculos e diálogos entre o museu, os povos representados, o público e os(as) pesquisadores(as).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que museus vêm estabelecendo novas dinâmicas em seus arquivos, contribuindo para a formação de conjuntos documentais ricos em informações sobre as ações institucionais. Nesse contexto, esses acervos

demandam preservação, organização e comunicação adequadas, que considerem sua complexidade, sensibilidade e natureza interdisciplinar.

Esta pesquisa não teve como objetivo propor procedimentos técnicos específicos para a organização do fundo documental expositivo, mas identificar os desafios que emergem em uma futura gestão documental, especialmente ao se considerar a diversidade dos documentos e as discussões sobre a representação a partir de linguagem inclusiva nas descrições arquivísticas.

Assim, compreende-se que os documentos arquivísticos da Reserva Técnica “Curt Nimuendajú” pertencentes à Coleção Etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi, constituem uma valiosa fonte de pesquisa, não apenas para os(as) profissionais da Museologia e da Etnografia, mas também para a Arquivologia. Esses(as) cientistas têm muito a contribuir, especialmente, no campo dos arquivos de museus e de coleções, sejam eles etnográficas ou não. A atuação conjunta é fundamental para possibilitar um processamento técnico adequado.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Ana Claúdia; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. Documentos em Fronteiras: considerações a partir de arquivos de artistas e arquivos de museus. *In:* Lídia Silva de Freitas; *et al.* (Org). **Tendências de Pesquisa no PPGCI/UFF**: Abordagens e perspectivas. São Paulo: Tikinet, 2020.

ARAÚJO, Letícia Oliveira de; LIMA, Gillian Leandro de Queiroga. Uma proposta de arranjo documental para o acervo pessoal de Pedro Moacir Maia: “retratos” a partir de uma memória individual. *In:* **Informação em Pauta.** Fortaleza, CE v.5, n.2. 2020.

ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. **A preservação digital da documentação museológica**. 2004. Disponível em: http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/322706.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 8 mar. 2026

BANIWA, Gersem. **Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena.** *In:* Seminário Ibero-americano de Diversidade Linguística. Foz do Iguaçu: 2014.

BELLOTTO, Heloísa. **Arquivos Permanentes:** Tratamento Documental. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

BENCHIMOL, Alegria. **Informação e objeto etnográfico:** percurso interdisciplinar no Museu Paraense Emílio Goeldi. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal

Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro. 2009.

BORGES, Leonor Calvão; SILVA, Ana Margarida Dias da; ESPÍRITO SANTO, Sílvia Maria do. Arquivos como fontes de poder, marginalização e silêncios em Portugal e no Brasil. *In:* Congresso Nacional BAD, 14., 2023. **Anais** [...]. Lisboa: BAD - Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação, 2023. Disponível em: Borges_2984-libre.pdf. Acesso em: 8 mar. 2026.

CAMPOS, Marcio D'Olne; BORGES, Luiz Carlos. Percursos simbólicos de objetos culturais: coleta, exposição e a metáfora do balcão. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas: Belém, v. 7, n. 1, p. 113-130, jan.-abr. 2012.

CASA DE OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Museu Paraense de História Natural e Etnografia. In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970).** 2023. Disponível em: MUSEU PARAENSE DE HISTÓRIA NATURAL E ETNOGRAFIA - Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1970). Acesso em: 16 mar. 2026.

CAVALCANTE, Paulo. Parque Zoobotânico. *In:* **Reencontros:** Emílio Goeldi e o Museu Paraense. 2002.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Instituto Socioambiental – ISA**. Governo Aberto. Brasília: CGU, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/iniciativas-de-governo-aberto/organizacoes-da-sociedade-civil/de-a-a-z/instituto-socioambiental-isa. Acesso em: 9 mar. 2026.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (org.). **Conceitos-chave de museologia.** Tradução de Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: ICOM/ICOFOM; Armand Colin, 2013. Disponível em: Livro Conceitos-Chave da Museologia_v6.indd. Acesso em: 6 mar. 2026.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de Ensaio.** Estudos de Museologia, Rio de Janeiro: MinC/Iphan, n. 2, p. 65-74, 1994.

HANNESCH, Ozana; GRANATO, Marcus. **Acervos Arquivísticos em Museus: patrimônio a ser preservado.** Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Florianópolis, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (Ibram). **Documentação.** Brasília, DF: Ibram, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/museus/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/programa-saber-museu/temas/documentacao. Acesso em: 15 fev. 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)**. Ka'apor.** 2021a. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ka'apor. Acesso em: 20 fev. 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)**. Kubeo.** 2021b. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kubeo. Acesso em: 20 fev. 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)**. Ticuna.** 2021c Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna. Acesso em: 20 fev. 2026.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)**. Tukano.** 2021d. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tukano. Acesso em: 20 fev. 2026.

LOLLI, Pedro; FELIPE, Henrique Junior. Nominações yuhupdeh: geração, cuidado efortalecimento do nome-sopro-de-vida. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi.** Cienc. Hum., Belém, v. 19, n. 1, 2024.

MAGALDI, Monique B. **Documentação sobre exposições em museus de arte:** a musealização dos processos, a história da exposição e a museografia. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Brasília. 2017.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento História eMemória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**,Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. 2015.

PRET, Raquel; NICOLAU, Nathalia dos Santos. Arquivo “de” museu, arquivo “em” museu: reflexões a partir do Museu Histórico Nacional. **Ágora:** Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 35, n. 70, p. 01-19, jan./jun. 2025

SÁEZ, Oscar Calávia. Nada Menos que Apenas Nomes: os etnônimos seriais no sudoeste amazônico. **Ilha – Revista de Antropologia** / Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. v. 18, número 2, 2016. Florianópolis: UFSC/ PPGAS, 2016

SANJAD, Nelson. Emílio Goeldi (1859-1917) e a institucionalização das ciências naturais na Amazônia. Revista Brasileira de Inovação, v. 5, n. 2, p. 455-477, 2006.

SANJAD, Nelson. A revitalização do Parque Zoobotânico do Museu Goeldi: em busca de uma nova relação com o público. **Museologia e Patrimônio,** v. 1, n. 1, p. 123-127, 2008.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos de Museus: Característica e Funções. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 2 n. 4. 2013.

SIMÕES, Mário F. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). **Acta Amazônica**, v. 11, p. 149-165, 1981.

VELTHEM, Lucia Hussak van; CANDOTTI, Ennio. Marcas na Amazônia: coleções, exposições e museus. *In:* GALÚCIO, Ana; PRUDENTE, Ana Lúcia (org.). **Museu Goeldi: 150 anos de ciência na Amazônia.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2019. p. 453-470.

VELTHEM, Lucia Hussak van; GUAPINDAIA, Vera. Patrimônios entrelaçados: Coleções arqueológica e etnográfica. *In*: SANJAD, Nelson (Ed); VELTHEM, Lucia Hussak van (Ed). **Reencontros:** Emílio Goeldi e o Museu Paraense. 2006.

VELTHEM, Lucia Hussak van. O objeto etnográfico é irredutível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan.-abr. 2012.

VELTHEM, Lucia Hussak van; KUKAWKA, Katia; JOANNY, Lydie. Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.** Ciências Humanas, v. 12, n. 3, p. 735-748, set.-dez. 2017



A NARRATIVA COMO DIMENSÃO INTERPRETATIVA DA CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVOS PESSOAIS: UMA ANÁLISE DO DOCUMENTO "INFORMAÇÕES DE SABINO (23/11/68)"

Narrative as an Interpretative Dimension of Archival Classification in Personal Archives: An Analysis of the Document "Informações de Sabino (23/11/68)"

La narrativa como dimensión interpretativa de la clasificación archivística en archivos personales: un análisis del documento "Informações de Sabino (23/11/68)"

João Vitor Corrêa Diniz
Mestre em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
joao.diniz@icsa.ufpa.br

Hana Vitória Oliveira Sousa
Bacharelanda em Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
hana.sousa@icsa.ufpa.br

Gilberto Gomes Cândido
Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
ggcandido@ufpa.br

Resumo

O artigo visa discutir a narrativa como dimensão interpretativa e complementar à classificação arquivística em arquivos pessoais, a partir do acervo do etnólogo Edson Diniz, custodiado no Centro de Memória da Amazônia. Problematiza-se a suficiência dos princípios de proveniência e organicidade diante de documentos marcados por subjetividade e experiência. A pesquisa, de natureza qualitativa e interpretativa, analisa o documento *Informações de Sabino (23/11/68)*, identificando elementos narrativos como personagens, temporalidade e relações sociais. Conclui-se que tais registros constituem construções discursivas situadas, que articulam memória, identidade e produção de conhecimento. A incorporação da narrativa amplia a representação arquivística e contribui para a salvaguarda sustentável de conteúdos amazônicos.

Palavras-chave: arquivo pessoal; Edson Diniz; narrativa.

Abstract

This article discusses narrative as an interpretative dimension complementary to archival classification in personal archives, based on the archive of ethnologist Edson Diniz, preserved at the Center for Amazonian Memory. It questions the sufficiency of provenance and organicity principles when dealing with documents marked by subjectivity and lived experience. The qualitative and interpretative research analyzes the document Informações de Sabino (23/11/68), identifying narrative elements such as characters, temporality, and social relations. The findings show that these records operate as situated discursive constructions that articulate memory, identity, and knowledge production. Incorporating narrative enhances archival representation and contributes to the sustainable preservation of Amazonian knowledge.

Keywords: *personal archive; Edson Diniz; narrative.*

Resumen

El artículo tiene como objetivo discutir la narrativa como una dimensión interpretativa y complementaria de la clasificación archivística en archivos personales, a partir del acervo del etnólogo Edson Diniz, custodiado en el Centro de Memoria de la Amazonía. Se problematiza la suficiencia de los principios de procedencia y organicidad frente a documentos marcados por la subjetividad y la experiencia. La investigación, de carácter cualitativo e interpretativo, analiza el documento Informações de Sabino (23/11/68), identificando elementos narrativos como personajes, temporalidad y relaciones sociales. Se concluye que estos registros constituyen construcciones discursivas situadas, que articulan memoria, identidad y producción de conocimiento. La incorporación de la narrativa amplía la representación archivística y contribuye a la salvaguarda sostenible de contenidos amazónicos.

Palabras clave: *archivo personal; Edson Diniz; narrativa.*

1 INTRODUÇÃO

Os arquivos pessoais constituem conjuntos documentais produzidos no curso das trajetórias individuais, resultantes das atividades humanas em seus contextos sociais, profissionais e culturais. Diferentemente dos arquivos institucionais, cuja produção documental está diretamente vinculada a funções administrativas formalizadas, os arquivos pessoais expressam experiências singulares, escolhas, intencionalidades e modos de representação do sujeito produtor. Por essa razão, ultrapassam o valor meramente informativo e participam da construção da memória, da identidade e da representação social (Hobbs, 2016; Mckemmish, 2013).

Já no campo da Arquivologia, a organização e a classificação de conjuntos documentais têm sido historicamente orientadas por princípios consolidados, como a proveniência, a organicidade e a tipologia documental, fundamentais para a preservação do contexto de produção e da autenticidade dos documentos (Camargo; Bellotto, 1996). Contudo, estes princípios, quando aplicados aos arquivos pessoais, revelam limites ligados à representação das dimensões subjetivas, narrativas e simbólicas que atravessam esses conjuntos documentais.

Essa questão evidencia-se em arquivos pessoais vinculados à produção intelectual, científica ou etnográfica, nos quais os documentos assumem caráter discursivo e narrativo. Sob essa perspectiva, o documento de arquivo pode ser compreendido como uma forma de texto, inserida em práticas sociocomunicativas, cuja interpretação envolve não apenas sua materialidade e função, mas também os contextos de produção, circulação e leitura (Smit, 2012; Van Dijk, 1992).

É nesse segmento que se insere o arquivo pessoal do etnólogo amazônida Edson Diniz[6], localizado no Centro de Memória da Amazônia. Esse arquivo é composto por cadernos de campo, correspondências, fotografias e textos produzidos no contexto de pesquisas etnográficas e da fricção interétnica na Amazônia. Trata-se de um conjunto documental que, além de seu valor informacional, possui segmentos simbólicos e narrativos, ao registrar experiências, relações interculturais e processos de produção de conhecimento sobre povos indígenas e comunidades tradicionais da região amazônica (Diniz; Batista; Cândido, 2024).

Diante desse contexto, este artigo parte da seguinte problematização: se e em que medida os princípios tradicionais da classificação arquivística são suficientes para representar a complexidade dos arquivos pessoais e como incorporar dimensões interpretativas capazes de evidenciar as narrativas, identidades e sentidos presentes nesses acervos? Como resposta a essa questão, propõe-se a narrativa como uma dimensão interpretativa da classificação arquivística, concebida como recurso teórico-metodológico complementar, e não como substituição dos fundamentos clássicos da Arquivologia.

Neste sentido, compreende-se narrativa como uma prática discursiva por meio da qual a experiência é organizada, selecionada e avaliada, tornando-se socialmente comunicável (Schütze, 2020). Para além de uma técnica de análise de conteúdo, a narrativa constitui uma forma estruturante de produção de sentido, presente em diferentes práticas culturais e textuais (Barthes, 1987; Van Dijk, 1992). Ao reconhecer os documentos de arquivos pessoais como tramas narrativas, possibilita-se articular temporalidade, identidade e contexto, ampliando a capacidade interpretativa dos processos de classificação e representação documental.

Essa abordagem possui implicações diretas para a salvaguarda e a sustentabilidade de conteúdos amazônicos, na medida em que contribui para a preservação de memórias, saberes e experiências historicamente sub-representadas nos sistemas formais de informação.

[6] Edson Soares Diniz foi um destacado etnólogo e indigenista brasileiro, com atuação relevante no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Ao longo de sua trajetória, realizou pesquisas de campo com diferentes grupos étnicos indígenas, entre eles Kayapó, Makuxi, Yanomami, Krikati, Terêna e Tenetehara, abordando temas como organização social, relações intertribais e processos de contato interétnico. Sua produção acadêmica e etnográfica contribuiu de forma significativa para a compreensão das dinâmicas culturais e sociais dos povos indígenas da Amazônia, consolidando-se como referência nos estudos indigenistas no Brasil (Centro de Memória da Amazônia, [*s.d*.]).

Ao valorizar os arquivos pessoais amazônicos, como o de Edson Diniz, a narrativa aplicada à classificação arquivística busca salvaguardar conteúdos relacionados com os princípios de educação, redução das desigualdades, preservação do patrimônio cultural, fortalecimento institucional e cooperação para a circulação do conhecimento, conforme proposto pela Organização das Nações Unidas no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2020).

O objetivo deste artigo é discutir a aplicabilidade da narrativa como recurso teórico-metodológico auxiliar na classificação de arquivos pessoais, tomando como referência o acervo Edson Diniz. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e de natureza interpretativa, com apoio em estudo de caso, voltada à reflexão crítica sobre os fundamentos narrativos da organização e da representação da informação arquivística.

O artigo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na seção seguinte, desenvolve-se o debate teórico que articula arquivos pessoais, classificação arquivística e narrativa como dimensão interpretativa. A terceira seção apresenta os procedimentos e métodos da pesquisa, com ênfase na abordagem narrativa aplicada ao acervo estudado. Por fim, na quarta seção, são discutidas as potencialidades e os limites da proposta, bem como suas implicações para a Arquivologia e para a salvaguarda sustentável de conteúdos amazônicos.

2 ARQUIVOS PESSOAIS, CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA E NARRATIVA

Os arquivos pessoais constituem fontes relevantes de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, na medida em que preservam registros produzidos ao longo de trajetórias individuais e profissionais. Ao trazê-los sob o olhar da Ciência da Informação, compreende-se tanto sua dimensão informacional quanto em função de seu potencial de mediação e disseminação de saberes (Smit, 2012).

Sendo assim, ao reunirem documentos textuais, iconográficos, epistolares, cartográficos e anotações de campo, os arquivos pessoais configuram-se como espaços privilegiados de circulação de memória e produção de sentido.

Nesse sentido, os arquivos pessoais podem ser compreendidos como espaços de autoinscrição, nos quais o sujeito produtor deixa traços de si, de suas escolhas e de seus percursos (Mckemmish, 2013). Tais registros funcionam como “provas de mim”, revelando camadas identitárias que se constroem e se transformam ao longo do tempo. Semelhantemente, Hobbs (2016) ressalta que a

reconstrução de trajetórias individuais a partir de arquivos pessoais implica reconhecer o caráter fragmentário e, ao mesmo tempo, profundamente significativo desses vestígios documentais.

Entretanto, do ponto de vista arquivístico, a organização desses arquivos tem sido tradicionalmente orientada por princípios técnicos consolidados, como a proveniência, a organicidade e a tipologia documental (Camargo; Bellotto, 1996). Ainda que fundamentos ligados à própria constituição do fazer arquivístico, especialmente em contextos institucionais, quando aplicados aos arquivos pessoais, mostram-se insuficientes para representar as nuances subjetivas e identitárias que atravessam esses conjuntos documentais (Camargo, 2009).

Nesse contexto, o arquivo pessoal de Edson Diniz insere-se nesse horizonte como um conjunto documental que registra diferentes camadas da trajetória do sujeito, articulando memória, experiência e produção de conhecimento.

Esses registros de Edson Diniz não somente documentam atividades acadêmicas, mas também preservam experiências de campo, interações interculturais e modos de construção do conhecimento antropológico na região amazônica. Conforme demonstram estudos recentes sobre sua trajetória, trata-se de um conjunto documental que articula produção etnográfica, registros de pesquisa, correspondências e reflexões analíticas sobre povos indígenas da Amazônia (Diniz; Batista; Cândido, 2024).

É nesse ponto que a narrativa emerge como categoria analítica relevante. A narrativa pode ser entendida como uma prática sociolinguística por meio da qual a experiência é organizada, selecionada e estruturada em forma de relato (Schütze, 2020). Assim, os registros presentes no acervo de Edson Diniz não apenas informam, mas narram experiências de si e dos sujeitos com quem interagiu.

Ao observar uma das anotações de campo datilografadas por Edson Diniz, é possível identificar elementos estruturantes da narrativa: a presença de narradores, personagens, temporalidades e espacialidades específicas, especialmente relacionadas ao contexto do trabalho de campo em territórios indígenas. Esses documentos revelam modos de ver, pensar e representar o “outro”, configurando-se como textos que produzem sentidos e posicionamentos (Barthes,1987). O documento, sob essa ótica, deixa de ser apenas suporte de informação para tornar-se também prática discursiva.

Essa compreensão é reforçada pela abordagem textual proposta por Van Dijk (1992), ao considerar que todo texto está inserido em contextos socioculturais que condicionam sua produção e interpretação. Assim, suas anotações demandam ser analisadas segundo seu contexto histórico e cultural, especialmente quando se referem à Amazônia, espaço que, como destaca Aragón (2013), constitui conceito polissêmico e território de disputas simbólicas, políticas e epistemológicas.

Ademais, a análise do arquivo pessoal de Edson Diniz à luz desses referenciais permite explorar o potencial informativo e memorial dos arquivos pessoais, compreendidos não apenas como fontes para a reconstituição de eventos passados, mas como meios de acesso a realidades culturais e simbólicas que compõem a diversidade amazônica (Aragón, 2013).

Ao preservar registros de contato interétnico, organização social e modos de vida indígenas, o arquivo pessoal de Edson Diniz contribui para a salvaguarda de conteúdos que integram o patrimônio cultural da região.

Essa abordagem dialoga, ainda, com os princípios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente no que se refere à educação de qualidade (ODS 4), à redução das desigualdades informacionais (ODS 10), à preservação do patrimônio cultural (ODS 11) e ao fortalecimento institucional (ODS 16) (ONU, 2020). A salvaguarda de conteúdos amazônicos, nesse sentido, não se restringe à conservação material dos documentos, mas envolve sua interpretação, contextualização e comunicação.

Portanto, ao compreender o arquivo pessoal de Edson Diniz como espaço narrativo e dispositivo de mediação da informação, esta pesquisa propõe um deslocamento teórico para uma classificação sensível às perspectivas discursivas e identitárias dos documentos. Tal movimento não implica abandonar os princípios arquivísticos clássicos, mas complementá-los com uma dimensão interpretativa capaz de representar a complexidade simbólica dos arquivos pessoais e sua relevância para a compreensão das dinâmicas socioculturais da Amazônia.

3 PROCEDIMENTOS E MÉTODOS

A pesquisa é qualitativa, exploratória e interpretativa. Ela é baseada em um estudo de caso, e foca na análise de uma das anotações encontradas no arquivo pessoal do etnólogo Edson Diniz, guardada no Centro de Memória da Amazônia

(UFPA). Parte-se da compreensão de que arquivos pessoais constituem espaços de produção de sentidos e de registros da identidade social (Hobbs, 2016; Mckemmish, 2013).

O *corpus* da pesquisa inclui o documento datilografado “Informações de Sabino (23/11/68)”, que foi produzido durante as pesquisas etnográficas de Diniz. A escolha desse documento fundamenta-se em critérios de representatividade, unidade analítica e densidade narrativa. O registro apresenta uma estrutura textual coesa, com características do relato etnográfico, como identificação de sujeitos, marcações temporais e descrição de relações sociais, o que o torna adequado à aplicação da análise narrativa (Barthes, 1987; Geertz, 1989). Além disso, trata-se de um documento que sintetiza aspectos recorrentes das anotações de campo do pesquisador, permitindo observar, em escala reduzida, dinâmicas discursivas presentes no conjunto do acervo (Diniz; Batista; Cândido, 2024).

Metodologicamente, a análise narrativa foi adotada como eixo interpretativo, considerando o documento como uma prática sociolinguística que organiza a experiência em forma de relato (Schütze, 2020).

Inicialmente, realizou-se uma leitura completa do documento, seguida por uma leitura analítica focada na identificação de unidades discursivas relevantes. As categorias analíticas foram construídas com base nos aspectos narrativos de Barthes (1987) e no interpretativismo de Geertz (1989). Estas categorias foram definidas a partir da repetição de elementos no documento e sua relevância para a compreensão de sentidos no texto (Schütze, 2020). Assim, três categorias foram estabelecidas: (1) temporalidade narrativa, que se revela nas marcações cronológicas e na organização sequencial dos eventos; (2) personagens e relações sociais, observadas nas referências a indivíduos e nos vínculos de parentesco e pertencimento social; e (3) enquadramentos interpretativos, analisados pelas escolhas de palavras e formas de descrição feitas pelo pesquisador.

Essas categorias foram aplicadas sistematicamente à leitura do documento Informações de Sabino (23/11/68), permitindo destacar sua estrutura narrativa e discutir suas implicações para a representação arquivística em arquivos pessoais.

Quadro 1 - Categorias de análise aplicadas ao documento

Categoria analítica	Descrição operacional	Elementos observados
Temporalidade narrativa	Identificação de marcas temporais e organização sequencial dos eventos relatados.	Datação do documento (23/11/68), referência ao momento do trabalho de campo, sequência das informações registradas.
Personagens e relações sociais	Identificação de indivíduos mencionados e das relações sociais descritas.	Personagens como Sabino, Humkrói e Francisco; relações de parentesco, casamento e pertencimento às metades sociais “Kaikóro” e “Kaapí”.
Enquadramentos interpretativos	Análise das escolhas lexicais e formas de descrição utilizadas pelo pesquisador.	Caracterizações sociais do grupo, explicações sobre nomeação, interpretações culturais presentes no registro.

Fonte: Elaboração dos autores (2026).

Essas categorias foram aplicadas sistematicamente na leitura do documento. Isso ajudou a evidenciar sua estrutura narrativa e a orientar a análise interpretativa. A abordagem também considerou o texto como uma prática situada em um contexto sociocultural específico (Van Dijk, 1992).

Por fim, os procedimentos utilizados dialogam com a ideia de informação como uma construção social e um processo de mediação (Smit, 2012). Isso contribui para entender a representação arquivística além de seus aspectos tipológicos (Mckemmish, 2013).

4 ANALISANDO O DOCUMENTO “INFORMAÇÕES DE SABINO (23/11/68)”

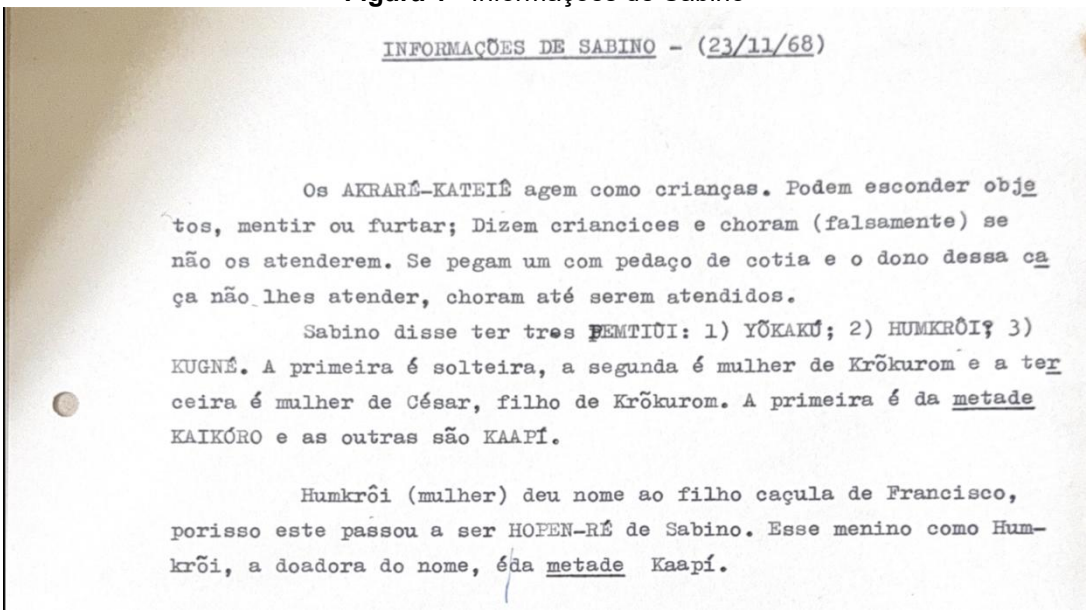
A análise do documento “Informações de Sabino (23/11/68)”(Figura 1) aponta que os registros etnográficos do acervo de Edson Diniz extrapolam a função informativa e configuram-se como construções narrativas situadas. O texto apresenta organização sintética, seleção temática, hierarquização de relações sociais e enquadramento interpretativo da experiência de campo.

É possível observar na figura 1 que a presença explícita da data “23/11/68” inscreve o documento em temporalidade precisa, vinculando-o ao contexto específico do trabalho etnográfico[7]. Essa marca não apenas situa o registro historicamente, mas indica o momento processual da observação, conferindo-lhe

[7]A etnografia, como prática central da Antropologia, é um método de investigação que se baseia na observação participativa e na imersão prolongada do pesquisador no contexto sociocultural analisado. Isso permite entender os significados que os próprios sujeitos atribuem às suas práticas e instituições. Essa abordagem se foca na descrição detalhada das relações sociais e dos sistemas simbólicos. Ela reconhece que o conhecimento antropológico vem da experiência local e da interpretação cultural (Geertz, 1989).

caráter testemunhal e reforçando sua natureza de documento produzido no fluxo da experiência vivida.

Figura 1 - Informações de Sabino



INFORMAÇÕES DE SABINO - (23/11/68)

Os AKRARÊ-KATEIÊ agem como crianças. Podem esconder objetos, mentir ou furtar; Dizem criancices e choram (falsamente) se não os atenderem. Se pegam um com pedaço de cotia e o dono dessa caça não lhes atender, choram até serem atendidos.

Sabino disse ter tres MEMTIÛI: 1) YÕKAKÛ; 2) HUMKRÔI; 3) KUGNÊ. A primeira é solteira, a segunda é mulher de Krõkurom e a terceira é mulher de César, filho de Krõkurom. A primeira é da metade KAIKÓRO e as outras são KAAPÍ.

Humkrôi (mulher) deu nome ao filho caçula de Francisco, porisso este passou a ser HOPEN-RÊ de Sabino. Esse menino como Humkrõi, a doadora do nome, éda metade Kaapí.

Fonte: Arquivo Pessoal de Edson Diniz.

Foram observados elementos estruturantes da narrativa, como narrador implícito, personagens identificados, temporalidade definida e relações sociais descritas. O documento organiza informações sobre casamento, filiação e nomeação, articulando pertencimento às metades sociais “Kaikóro” e “Kaapí”. Tal estrutura demonstra que o registro não é mera enumeração de dados, mas construção discursiva vinculada à experiência etnográfica (Geertz, 1989). Esse aspecto evidencia o que Schütze (2020) define como organização narrativa da experiência, na qual os acontecimentos são estruturados de forma significativa.

Além disso, a narrativa apresenta personagens nomeados, como Sabino, Humkrói e Francisco, organizados em rede de vínculos matrimoniais e parentais. O encadeamento textual demonstra lógica relacional interna, revelando a preocupação do pesquisador em registrar não apenas indivíduos, mas sistemas de pertencimento e reciprocidade. Essa organização confirma a compreensão da narrativa como estrutura de significação, na qual sujeitos, ações e contextos se articulam em rede para produzir sentidos (Barthes, 1987).

Nesse sentido, a forma como o grupo é descrito, com ênfase nas divisões internas e na atribuição de nomes, indica claramente a mediação interpretativa do

pesquisador. Ao registrar que determinado indivíduo “passou a ser *Hopen-Ré* de Sabino” em razão da nomeação realizada por Humkrói, Edson expôs o valor simbólico da prática social observada, traduzindo-a para possíveis interlocutores não indígenas.

Em determinado trecho, ao relatar que os *Akaré-Katêjê* “agem como crianças” e “choram até serem atendidos”, o pesquisador sintetiza comportamentos observados segundo sua perspectiva analítica. Tal formulação, embora descritiva, revela enquadramento interpretativo que traduz práticas culturais em categorias compreensíveis ao seu contexto científico (Geertz, 1989; Van Dijk, 1992).

Essa mediação feita por Edson, ao transpor a lembrança de uma experiência vivida, confirma a concepção de que o documento não é neutro. Poisé atravessado por escolhas lexicais, enquadramentos culturais e estratégias de explicação que articulam a experiência indígena ao horizonte interpretativo do etnólogo (Van Dijk, 1992).

Sob a ótica de Schütze (2020), a narrativa organiza a experiência vivida em forma inteligível, selecionando acontecimentos e estruturando-os em sequência coerente. A figura 1 exemplifica esse processo ao transformar observações empíricas dispersas em relato sintético sobre parentesco, nomeação e organização social.

Barthes (1987) contribui para compreender que o texto produz sentidos que excedem sua aparência informativa. Nesse contexto,o pesquisador constrói representações sobre o “outro”, a narrativa etnográfica evidencia a construção de significados que articulam linguagem, cultura e interpretação (Geertz, 1989).

Do ponto de vista arquivístico, essa dimensão narrativa tensiona a classificação tradicional baseada exclusivamente na proveniência e organicidade (Camargo; Bellotto, 1996). A organização funcional é necessária, mas não suficiente para representar as camadas simbólicas e discursivas presentes no documento. Dessa forma, a incorporação da narrativa amplia a representação arquivística ao considerar dimensões interpretativas dos registros.

A análise confirma que tais registros funcionam como “provas de si”, conforme Mckemmish (2013), por demonstrarem simultaneamente o objeto pesquisado e o percurso intelectual do pesquisador. Ao descrever sistemas de nomeação e pertencimento, Edson Diniz também registra sua própria inserção no campo e sua escolha metodológica.

A partir da visão de Hobbs (2016), ressalta-se que arquivos pessoais permitem reconstruir traços de vida individual por meio de fragmentos documentais. A figura 1, ao registrar relações sociais específicas, revela tanto a estrutura interna do grupo quanto a trajetória do etnólogo enquanto observador participante.

Conforme Smit (2012), a informação constitui a relação entre contextos e sujeitos no ensejo social. Nesse sentido, as anotações de campo de Edson, por exemplo, organizam marcadores culturais, traduzindo práticas indígenas ao universo acadêmico e consolidando-se como instrumentos de circulação de conhecimento.

A leitura do documento (Figura 1) também reforça a compreensão da Amazônia como espaço polissêmico, conforme Aragón (2013). As categorias sociais registradas revelam complexidade organizacional que desafia visões homogêneas da região e demonstram a riqueza epistemológica presente nos saberes indígenas.

Essa densidade cultural confere ao documento relevância patrimonial, ao registrar práticas e classificações que compõem a diversidade amazônica. A preservação e interpretação desses registros contribuem para a salvaguarda da memória regional e para a valorização de conhecimentos historicamente sub-representados (Diniz; Batista; Cândido, 2024).

A inclusão de uma dimensão narrativa na classificação arquivística abre novas possibilidades para a representação de documentos. Por exemplo, em uma descrição arquivística tradicional, o documento Informações de Sabino (23/11/68) poderia ser classificado apenas como uma anotação de campo etnográfica ligada às atividades de pesquisa de Edson Diniz. No entanto, ao considerar sua dimensão narrativa, a descrição pode também registrar aspectos como a presença de personagens identificados (Sabino, Humkrói e Francisco), a estrutura relacional com base em laços de parentesco e pertencimento social, além da interpretação do pesquisador ao descrever as práticas culturais do grupo *Akaré-Katêjê*.

Em síntese, a análise confirma que os documentos do arquivo de Edson Diniz constituem construções discursivas narrativas que articulam memória, identidade e representação cultural. Reconhecer essa dimensão narrativa representa um passo relevante para uma Arquivologia sensível à complexidade dos arquivos pessoais e comprometida com a salvaguarda da memória amazônica, em consonância com os princípios de preservação e acesso defendidos pela ONU (2020).

Contudo, é necessário reconhecer também as limitações dessa abordagem. A análise narrativa envolve processos interpretativos que podem implicar risco de

sobre-interpretação dos documentos, especialmente quando aplicada a contextos distintos daquele em que foram produzidos. Assim, sua aplicação em outros acervos pessoais requer atenção às especificidades do contexto de produção documental, evitando generalizações e preservando os princípios arquivísticos de proveniência e organicidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou demonstrar que a classificação arquivística de arquivos pessoais pode ser enriquecida pela incorporação da narrativa como dimensão interpretativa complementar. Ao analisar o documento *Informações de Sabino (23/11/68)*, evidenciou-se que os registros etnográficos de Edson Diniz ultrapassam a função informativa, constituindo-se como construções discursivas situadas, atravessadas por escolhas, mediações e enquadramentos culturais.

A análise revelou que categorias como temporalidade, personagens, sistemas de parentesco e categorias nativas não apenas organizam o conteúdo do documento, mas estruturam uma narrativa que articula memória, identidade e produção de conhecimento. Assim, os registros de campo podem ser compreendidos como práticas de mediação, nas quais o pesquisador interpreta e traduz experiências culturais específicas, comunicando-as na forma de uma narrativa que condensa falas de si, dos outros e de sua profissão.

Do ponto de vista arquivístico, constatou-se que os princípios clássicos da proveniência e da organicidade permanecem fundamentais, mas mostram-se insuficientes quando aplicados isoladamente aos arquivos pessoais. A dimensão narrativa permite ampliar a representação documental, incorporando aspectos simbólicos e identitários que compõem a complexidade desses acervos.

No contexto amazônico, essa abordagem contribui para a salvaguarda de conteúdos que registram saberes, relações sociais e práticas culturais de povos historicamente sub-representados. Ao reconhecer o valor narrativo dos documentos, fortalece-se sua função social e sua relevância para a preservação do patrimônio cultural, em consonância com os princípios de sustentabilidade e acesso ao conhecimento.

Por fim, o estudo reafirma a necessidade de uma Arquivologia sensível às características narrativas dos documentos, especialmente quando se trata de arquivos pessoais vinculados à pesquisa científica. Integrar narrativa e classificação

não implica romper com a tradição arquivística, mas aprofundá-la, ampliando sua capacidade de representar a complexidade da memória e da diversidade sociocultural amazônica.

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, Luís Eduardo. Amazônia: conceito polissêmico. In: ARAGÓN, Luís Eduardo. **Amazônia**: conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate. Hucitec: São Paulo, 2013. p. 27-53.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Ed. 70, 1987.

CAMARGO, Ana Maria de Alameida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 27-39, jul./dez. 2009. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf. Acesso em: 18 fev. 2026.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. SãoPaulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria deEstado da Cultura, 1996.

DINIZ, João Vitor; BATISTA, Iane Maria da Silva; CÂNDIDO, Gilberto Gomes. Memórias de um etnólogo amazônida: a trajetória de Edson Diniz por meio de seu acervo pessoal. **História e Cultura**, Franca (SP), v. 13, n. 2, 2024. DOI: 10.18223/hiscult.v13i2.4601. Disponível em: https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/4601. Acesso em: 30 jan. 2026.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. *In*: Terry, Eastwood;Macneil, Heather (org.). **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2016.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... Novas considerações. *In*: TRAVANCAS, Isabel Siqueira;ROUCHOU, Joëlle Rachel; HEYMANN, Luciana Quillet(org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares eexperiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 17-43, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Nações Unidas do Brasil.** 2020. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015. Acesso em: 1 fev. 2026.

SCHÜTZE, Fritz. Análise sociológica e linguística de narrativas. **Civitas-Revista de CiênciasSociais**, [*S. l.*], v. 14, p. e11-e52, 2020.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A informação na Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência daInformação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 84-101, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). Centro de Memória da Amazônia. **Biblioteca**. Belém: UFPA, [*s.d.*]. Disponível em:https://www.cma.ufpa.br/biblioteca.html. Acesso em: 08 fev. 2026.

VAN, Dijk. **La ciencia del texto**: Un enfoque interdisciplinario,1992



PRÉ-COP30: UMA ANÁLISE DOS ANÚNCIOS VEICULADOS NO INSTAGRAM

Pre-COP30: an analysis of advertisements published on Instagram

Pre-COP30: análisis de los anuncios publicados en Instagram

Cristian Mayko Carvalho da Costa
Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos
Universidade Federal do Pará, Brasil
mayko@ufpa.br

Raul Vitor Oliveira Paes
Mestre em Gestão Pública
Universidade Federal do Pará, Brasil
raulpaes@ufpa.br

Michela Alessandra Fraga Mendes
Mestra em Gestão Pública
Universidade Federal do Pará, Brasil
michela@ufpa.br

Resumo

Em meio à preparação da COP30, a veiculação de anúncios em redes digitais torna-se uma das principais estratégias de comunicação sobre o evento. O objetivo do trabalho foi analisar os conteúdos dos anúncios relacionados à COP30 veiculados no instagram no período pré-evento. A coleta de dados foi realizada na Biblioteca de Anúncios da Meta. A metodologia é mista, de natureza exploratório-descritiva, com análise de conteúdo e estatística descritiva aplicada aos dados coletados na Biblioteca. Foram identificados 359 anúncios distribuídos, que após análise, foram classificados em 11 categorias, com predominância de conteúdos desvinculados da agenda climática. Conclui-se que há padrões de uso comunicacional que indicam disputas de sentido e segmentações divergentes em torno do termo COP30.

Palavras-chave: COP30; publicidade digital; sustentabilidade.

Abstract

In the lead-up to COP30, advertising on digital networks became one of the main communication strategies for the event. This study aimed to analyze the content of COP30-related advertisements published on Instagram in the pre-event period. Data collection was carried out using the Meta Advertisement Library. The methodology employed was exploratory-descriptive, employing content analysis and descriptive statistics applied to the data found in the Library. A total of 359 advertisements were identified and, after analysis, classified into 11 categories, with a predominance of content unrelated to the climate agenda. The study concludes that there are patterns of communication usage indicating disputes over meaning and divergent segmentations surrounding the term COP30.

Keywords: *COP30; digital advertising; sustainability.*

Resumen

En el período previo a la COP30, la publicidad en redes digitales se convirtió en una de las principales estrategias de comunicación del evento. Este estudio tuvo como objetivo analizar el contenido de los anuncios relacionados con la COP30 publicados en Instagram durante el período previo al evento. La recopilación de datos se realizó utilizando la Biblioteca de Meta Anuncios. La metodología empleada fue exploratoria-descriptiva, aplicando análisis de

contenido y estadística descriptiva a los datos encontrados en la Biblioteca. Se identificaron un total de 359 anuncios que, tras su análisis, se clasificaron en 11 categorías, con predominio de contenido no relacionado con la agenda climática. El estudio concluye que existen patrones de uso de la comunicación que indican controversias sobre el significado y segmentaciones divergentes en torno al término COP30.

Palabras clave: *COP30; publicidad digital; sostenibilidad.*

1 INTRODUÇÃO

A 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas foi realizada na cidade de Belém, capital do estado do Pará, no período de 10 a 21 de novembro de 2025, sendo um evento que reinseriu o Brasil no centro das discussões climáticas em âmbito global e que coincide com os 10 anos da celebração do Acordo de Paris[8], o que torna um evento estratégico para avaliação de impactos positivos e dos desafios ainda existentes (Castro; Dias, 2025, Homma, 2024, Jacobi; Guivant; Teixeira; Aversa, 2025).

Aprofundam-se tais problemáticas no âmbito local, com desafios infraestruturais da capital paraense, somados aos fenômenos de gentrificação e exclusão socioespacial de periferias em Belém (Castro; Dias, 2025) e no âmbito regional-nacional com os desmatamentos ilegais, queimadas e incêndios na região (Homma, 2024).

Para este estudo, desenvolvido como resultado da disciplina “Métodos Digitais para Pesquisas Socioambientais”, ofertada em abril de 2025 pelo programa de pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Pará (UFPA), questiona-se: quais são os conteúdos dos anúncios veiculados no *Instagram* relacionados à COP30, no período pré-evento? O objeto de análise foi gerado a partir da Biblioteca de Anúncios da Meta, que se configura como um banco de dados públicos com os anúncios veiculados nas seguintes redes digitais; *Facebook*, *Instagram*, *Messenger* e *Whatsapp*. Justifica-se a escolha do *Instagram* por esta ser, conforme pesquisa realizada por Rocha (2019), a principal rede de marketing de influência, gerando movimentação superior a $5,7 bilhões de dólares referentes a publicação de anúncios.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é identificar os assuntos dos anúncios veiculados no *Instagram* indexados com a *hashtag*COP30 no período pré-evento, por meio dos seguintes objetivos específicos: a) Categorizaros assuntos dos

[8]Tratado internacional de combate às mudanças climáticas.

anúncios indexados com a *hashtag* COP30; b) Analisar as estratégias comunicacionais empregadas nos anúncios, incluindo segmentação de público e apelos persuasivos; c) Avaliar a predominância dos assuntos identificados nos anúncios.

O presente artigo estrutura-se primeiramente com esta introdução, seguindo do referencial teórico adotado e preliminar sobre eventos globais e cidades-evento e plataformização digital, segue com a metodologia adotada, apresentação dos resultados e discussões, e finaliza com as considerações finais e referências.

2 COMUNICAÇÃO NAS REDES DIGITAIS

A comunicação nas redes digitais apresenta-se como elemento estruturante das sociedades contemporâneas, marcado pela convergência entre tecnologias da informação e produção de conteúdo orientada por lógicas algorítmicas. Nesse cenário, a internet não deve ser compreendida apenas como um instrumento de comunicação, mas como o próprio espaço onde os processos comunicacionais ocorrem (Castells, 2003).

Redes digitais como *Facebook, Instagram*, X (antigo *Twitter*), *TikTok* e *YouTube* são utilizadas como dispositivos estratégicos para a construção de visibilidade, imagem institucional e engajamento público, especialmente em contextos de eventos internacionais e políticas públicas. A circulação de sentidos nesses ambientes digitais é influenciada tanto pela estrutura das conexões quanto pelas dinâmicas interacionais entre os atores sociais (Recuero, 2009).

Lévy (2010) destaca que o ciberespaço, enquanto meio de comunicação estruturado pela internet, incide no desenvolvimento de uma “cibercultura”, que se molda a partir de técnicas, práticas, atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolvem neste novo ambiente. Nesse sentido, as redes digitais se constituem em espaços comunicacionais híbridos, onde coexistem discursos informativos, promocionais e ativistas que fazem parte da dinâmica social da vida fora do ambiente digital.

Organizações socioambientais e eventos internacionais, como a COP30, utilizam redes digitais para articular apoios e incidir em políticas climáticas. Para Silva *et al*. (2024), a conferência em Belém é uma oportunidade para a cidade implementar inovações e projetar soluções, mesmo diante de graves desafios estruturais e sociais, como a falta de saneamento para mais de 76% da população

metropolitana e os baixos índices de qualidade de vida (Castro; Dias, 2025; Painel Saneamento Brasil; 2026).

Assim, a identificação dos assuntos contidos nos anúncios do *Instagram* indexados com a hashtag COP30 demanda a compreensão das formas de produção e circulação das mensagens observando os interesses que direcionam sua difusão.

3 COP30: ANTECEDENTES, CONTEXTO PRÉVIO E ALGUMAS RELAÇÕES

Para compreender a realização da COP30 em Belém, faz-se necessário apresentar um breve histórico do evento promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). A primeira edição ocorreu na Alemanha em 1995, estabelecendo-se como um evento anual voltado à discussão de questões climáticas em escala global (Homma, 2024).

Após as edições que aconteceram em Dubai (COP28, Emirados Árabes Unidos) e Baku (COP29, Azerbaijão), no eixo Ásia-Europa, a edição 30 da COP foi construída em meio a desafios de escalas global, nacional e local, exigindo atenção ampla. Durante a COP28, os resultados apontaram como insuficientes os compromissos atuais para limitar o aquecimento global a 1,5° C, meta estabelecida no Acordo de Paris (Jacobi; Guivant; Teixeira; Aversa, 2025). Além disso, houve o anúncio oficial do Governo Trump do abandono deste acordo pelos Estados Unidos da América (EUA), atual segundo maior emissor global de gases do efeito estufa (WRI Brasil, 2024).

Nesse sentido, é necessário relacionar o papel crescente das redes digitais na comunicação institucional e ambiental, especialmente quando se trata de eventos de alcance global, como foi o caso da COP30, bem como temáticas e conceitos que podem ser relacionados à promoção de eventos de grande porte.

Conceitos como *Marketing* Territorial[9] e Cidades Inteligentes[10] (Silva *et. al*, 2024) ganham destaque ao relacionar Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) a exemplo das redes digitais em torno de cidades-evento e apontam impactos

[9] Ou Marketing de Lugares, envolve a aplicação de técnicas de marketing tradicionais, como segmentação de mercado, posicionamento e branding (gestão de marca), para criação de imagens positivas e diferenciadas de determinado lugar (Silva *et. al.*, 2024, Tovma *et. al.* 2020).

[10] Ou *Smart Cities*, são cidades que abrangem as necessidades dos habitantes sem comprometer as capacidades de outras pessoas ou gerações futuras de atenderem às suas necessidades de acordo com as limitações ambientais, locais e planetárias, tendo como apoio as TICs (Hojer; Wangel, 2014, Silva *et. al.*, 2024).

promissores bem como problemáticas no uso e acesso de tais ferramentas, o que ocasiona fenômenos em disputa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adota uma abordagem mista, com o intuito de ampliar a compreensão tanto da extensão quanto da profundidade dos dados analisados (Creswell, 2010). Trata-se de um estudo de natureza básica, de caráter exploratório e descritivo, considerando os objetivos de identificar e categorizar os conteúdos veiculados em anúncios digitais sobre a COP30 (Gil, 2010).

Os dados foram coletados por meio da Biblioteca de Anúncios da Meta, uma base de dados pública que disponibiliza informações sobre anúncios políticos, eleitorais e de interesse público veiculados no *Instagram, Facebook, Messenger e Whatsapp* (Meta, 2023).

Para este estudo, foram escolhidos apenas os anúncios no *Instagram*, totalizando 359 registros coletados. O período de publicação dos anúncios, conforme o objetivo deste trabalho de analisar os anúncios veiculados pré-COP30, foi de 1º de janeiro a 17 de maio de 2025, que delimita a data de início do ano em que ocorreu o evento e data limite de coleta de dados para fins da disciplina “Métodos Digitais”, que resultou no presente trabalho. A escolha do *Instagram* se justifica por ser, hoje, a principal rede digital de marketing de influência (Rocha, 2019).

A coleta dos dados foi realizada na Biblioteca de Anúncios da Meta, utilizando critérios previamente definidos para delimitar o universo de análise. Foram selecionados anúncios associados aos termos de busca “COP30” e “#COP30”, considerando exclusivamente anúncios veiculados no Brasil, com recorte geográfico para o estado do Pará. A coleta contemplou conteúdos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol, sem restrição quanto ao perfil do anunciante, abrangendo todos os anunciantes disponíveis na biblioteca. Foram incluídos anúncios divulgados no Instagram, independentemente do formato de mídia utilizado, abrangendo imagens, vídeos e carrosséis. Além disso, foram considerados tanto anúncios ativos quanto inativos no momento da coleta. Adicionalmente, a base de dados disponibiliza informações demográficas que permitem identificar o perfil do público alcançado pelos conteúdos veiculados, incluindo a distribuição dos usuários

por faixa etária e sexo, possibilitando a análise dos grupos que apresentaram maior nível de exposição aos anúncios.

Os dados foram organizados em planilha eletrônica no Microsoft Excel, estruturada para sistematização das informações, com as seguintes colunas: *page_name, ad_creative_bodies, demographic_distribution, delivery_by_region e languages*. Foram mantidos os nomes das colunas atribuídos pela Biblioteca de Anúncios da Meta no momento do download dos dados. Essa organização permitiu tanto análises qualitativas, via análise de conteúdo, quanto quantitativas, via estatística descritiva por distribuição de frequências absolutas e relativas.

A categorização dos dados foi realizada com base na técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). Inicialmente, procedeu-se à leitura flutuante das legendas dos anúncios, permitindo um contato preliminar com o material e a definição dos assuntos dos anúncios a partir de elementos textuais relevantes nas legendas (expressões-chave, temas e objetivos comunicacionais).

Em seguida, foi realizada a análise das legendas dos 359 anúncios para criação das categorias dos assuntos. Foram identificadas 11 categorias, sendo 7 (sete) de assuntos alinhados às temáticas centrais da COP30 (sustentabilidade e meio-ambiente, realização de eventos, obras, turismo, mensagem institucional, povos tradicionais e agronegócio), 4 (quatro) categorias são de outros assuntos não relacionados às temáticas da COP30, entre estas foi possível identificar 3 (três) categorias de assuntos (comercialização, apoio a candidatos e figuras públicas e propaganda de partido político) e 1 (uma) categoria geral (outros assuntos) para todos os demais anúncios que não se encaixaram nas categorias definidas. Essa lógica de classificação dialoga com a proposta de Bardin (2016), no que se refere à construção de categorias a partir de critérios semânticos e funcionais.

A distribuição de frequências (absoluta e relativa) permitiu analisar as quantidades e percentuais de anúncios por categoria temática e para traçar o perfil do público consumidor desses anúncios, conforme será explicado no próximo tópico.

5 ANÁLISES E DISCUSSÕES

A partir da exposição metodológica, apresentam-se os resultados com as respectivas análises, iniciando pelas 11 categorias de assuntos que foram organizadas com as respectivas frequências absolutas (quantidades) e relativas (percentuais), considerando tanto a intencionalidade comunicacional quanto os

conteúdos explícitos veiculados. As temáticas centrais relacionadas à Agenda de Ação da COP30 (COP30 BRASIL, 2025) são as seguintes:

a) Sustentabilidade e meio ambiente, com anúncios que tratam de práticas sustentáveis, conservação ambiental ou críticas a decisões com implicações ecológicas. Quantidade de anúncios: 59. Percentual: 16%;
b) Realização de eventos, com anúncios de promoção de eventos preparatórios à COP30, como fóruns, capacitações, debates e atos. Quantidade de anúncios: 55. Percentual: 15%;
c) Obras, com anúncios que divulgam ou criticam obras realizadas pelos governos federal, estadual ou municipal relacionadas à COP30. Quantidade de anúncios: 42. Percentual: 12%;
d) Turismo, com anúncios que promovem o turismo no Brasil, no Pará ou na cidade de Belém, vinculando-o ao contexto da COP30. Quantidade de anúncios: 30. Percentual: 8%;
e) Mensagem institucional, com anúncios de caráter institucional, publicados por perfis oficiais ou agentes públicos, com foco na divulgação da COP30. Quantidade de anúncios: 30. Percentual: 8%;
f) Povos tradicionais, com anúncios que destacam a participação ou a exclusão de povos tradicionais e originários nas discussões da COP30, ressaltando sua contribuição ao enfrentamento climático. Quantidade de anúncios: 10. Percentual: 3%;
g) Agronegócio, composto de anúncios que abordam seus impactos nas mudanças climáticas ou promovem práticas agrícolas sustentáveis. Quantidade de anúncios: 8. Percentual: 2%.

Ao todo, foram contabilizados 234 anúncios relacionados às temáticas, o que corresponde à 65,18% do total de anúncios. Também foram detectados 125 anúncios, correspondendo a 34,82% que não são centrais, mas que possuem a menção COP30, sendo identificado da seguinte forma:

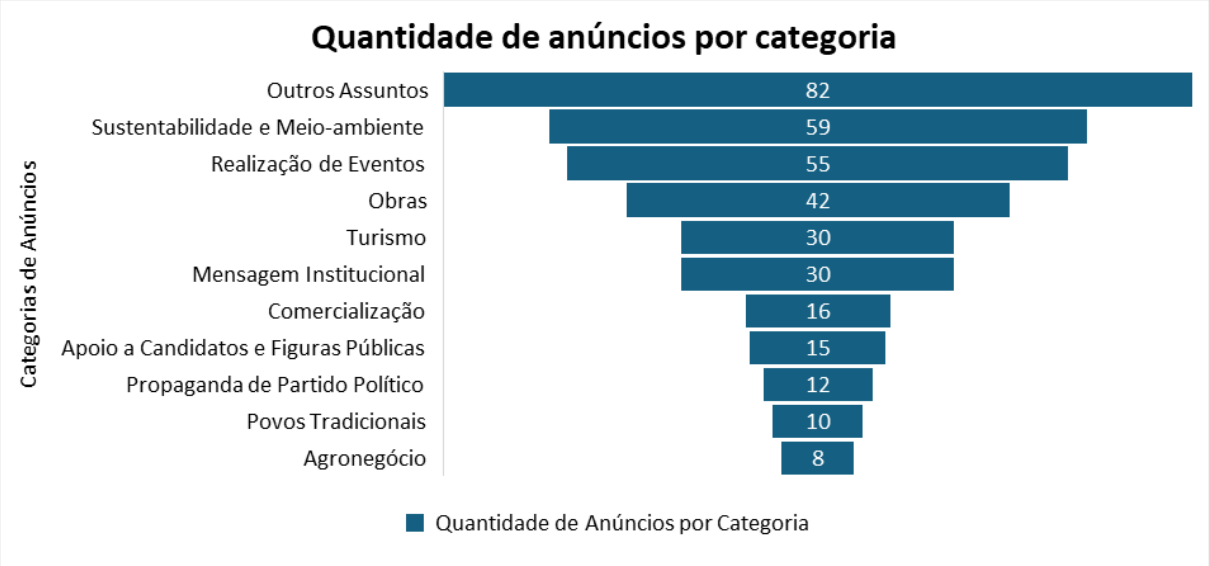
a) Outros assuntos, com anúncios que, embora indexados com o termo “COP30”, tratam de temas desconectados do evento e não se enquadram nas

demais categorias (propagandas diversas, prêmios, aulas). Quantidade de anúncios: 82. Percentual: 22,84%;

b) Comercialização, com anúncios voltados a venda de produtos ou serviços diversos, incluindo hospedagens, alimentação etc. Quantidade de anúncios: 16. Percentual: 4,45%;
c) Apoio a candidatos e figuras públicas, composto de anúncios que demonstram adesão a candidatos a cargos eletivos, lideranças políticas, parlamentares e representantes da sociedade civil. Quantidade de anúncios: 15. Percentual: 4,17%;
d) Propaganda de partido político, com anúncios focados na divulgação de ações partidárias e convites à filiação. Quantidade de anúncios: 12. Percentual: 3,34%.

A seguir, a figura 1, apresenta a quantidade de anúncios por categoria, bem como a concentração de conteúdos, e os temas mais recorrentes nas estratégias comunicacionais associadas ao termo COP30.

Figura 1 - Distribuição de anúncios indexados com o termo COP30 por categoria



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Os resultados evidenciam um predomínio de anúncios sobre a categoria "Outros Assuntos" (82 anúncios), com conteúdo não diretamente relacionados às temáticas esperadas para a COP30, a exemplo de propagandas de escritórios de advocacia, prêmios de jornalismo, aulas particulares de inglês, etc.Fica evidenciado

que a inserção do termo “COP30” pode ter sido uma escolha do anunciante para ampliar o alcance da publicação, dada a iminência do debate e da comunicação de conteúdos sobre o evento no *Instagram*.

A categoria “Sustentabilidade e meio-ambiente” é a segunda, com 59 anúncios, sendo ela diretamente relacionada ao tema central da COP30. Em seguida, temos Eventos, Obras, Turismo e Mensagem institucional com 55, 42, 30 e 30 anúncios, respectivamente, que indicam a indexação dos anúncios com o termo “COP30” para divulgar ações preparatórias para a realização da Conferência.

Com base em Silva *et al.* (2024), observa-se que a utilização da *hashtag* COP30 nem sempre está associada à divulgação de conteúdos favoráveis à conferência ou à promoção territorial de Belém, sendo também apropriada como recurso simbólico de engajamento no ecossistema das mídias sociais. Além disso, revela-se um panorama favorável a uma alienação crítica e de conteúdos informativos para assuntos coletivos, como os promovidos pelo evento.

Entre as categorias com menos anúncios, verifica-se a baixa representatividade de anúncios da categoria “Povos tradicionais” (10 anúncios), mesmo eles sendo frequentemente mencionados nas mídias como de importância indissociável no combate às mudanças climáticas e a conservação ambiental.

O mesmo acontece com “Agronegócio” (8 anúncios), sendo este um tema sensível para o Brasil no que se refere às mudanças climáticas, visto o impacto do tema no desmatamento, como informa Homma (2024), o que também aponta que a publicidade digital está atrelada aos potenciais ganhos financeiros e publicitários com o evento de modo individualizado e com foco em indivíduos, do que com o interesse efetivo de promoção de debates voltados ao meio ambiente e clima, de modo coletivo.

As demais categorias, “Comercialização” (16 anúncios), “Apoio a candidatos e figuras públicas” (15 anúncios), “Propaganda de partido político” (12 anúncios), também estão presentes como temáticas paralelas à COP30, reforçando as críticas de Medeiros *et. al.* (2024) acerca de desinformação promovida em redes digitais, especialmente no Instagram.

Por outro lado, os dados também indicam que a maior parte dos anúncios analisados está associada aos temas centrais da COP30, que totalizam 234 registros (65%). Esse resultado demonstra que, de modo geral, a utilização da *hashtag* indexa conteúdos relacionados ao debate climático e com agendas

relacionadas ao evento, por inclusive ser um assunto em evidência no momento. Entre essas categorias, destaca-se “Sustentabilidade e Meio Ambiente”, com 59 anúncios (16%), configurando-se como o principal eixo temático identificado.

Também, a tabela também evidencia a presença de temas paralelos à conferência, que correspondem a 125 anúncios (35%). Entre esses conteúdos, destaca-se a categoria “Outros Assuntos”, com 82 registros (23%), sugerindo que a *hashtag* #COP30 é utilizada, em alguns casos, como estratégia de ampliação de visibilidade ou de associação simbólica ao evento, mesmo quando o conteúdo não apresenta relação com a conferência climática.

Em seguida, observa-se a categoria “Realização de Eventos”, com 55 anúncios (15%), o que evidencia a presença de comunicações voltadas à divulgação de seminários, encontros, projetos e atividades preparatórias para a conferência.

A categoria “Obras”, soma 42 anúncios (12%). Esses conteúdos, em geral, apresentam informações sobre investimentos em infraestrutura urbana e intervenções estruturais vinculadas à preparação da cidade para sediar o evento. Castro e Dias (2025) pontuaram que tais obras refletem um desenvolvimento urbano permeado por interesses econômicos e turísticos, com concentração de investimentos em determinadas áreas denominadas centrais da cidade em detrimento de áreas periféricas (segregação social - Santos; Martins; Santos, 2025) e consequentemente impulsionamento da valorização fundiária, o que vai de contraponto inclusive com o conceito de *Marketing* Territorial (Silva *et. al.*, 2024).

As categorias “Turismo” e “Mensagem Institucional”, ambas com 30 anúncios (8%), reforçam a dimensão estratégica da COP30 na promoção da imagem institucional e territorial. No caso do turismo, os anúncios exploram a visibilidade internacional do evento para promover a região amazônica como destino turístico, como indicado por Castro e Dias (2025). Já as mensagens institucionais tendem a destacar ações governamentais, compromissos ambientais ou posicionamentos institucionais relacionados à agenda climática, indicando o discurso publicitário do *marketing* territorial de Belém como a cidade da COP30 (Silva *et. al.*, 2024).

Com menor frequência, aparecem as categorias “Povos Tradicionais” (3%) e “Agronegócio” (2%), indicando que, embora esses temas estejam presentes no debate sobre clima, Amazônia e desenvolvimento sustentável, sua presença no conjunto de anúncios analisados é relativamente limitada, embora haja discussões e debates sobre os desafios da agropecuária e seus impactos na Amazônia Legal

(Homma, 2024), o que indica promoção maior de assuntos focados na concepção e estruturação do evento e na cidade-sede do que nas finalidades e objetivos do evento, como os da Agenda de Ação da COP30.

Adicionalmente, observa-se a presença de conteúdos classificados como “Comercialização” (4%), “Apoio a candidatos e figuras públicas” (4%) e “Propaganda de partido político” (3%). Esses dados indicam que a *hashtag* #COP30 também foi apropriada em estratégias de comunicação voltadas à promoção de produtos, serviços ou posicionamentos políticos.

De modo geral, os resultados analisados a partir da amostra coletada, sugerem que a *hashtag* COP30 tende a se consolidar como um marcador discursivo estratégico na veiculação de conteúdos no *Instagram*, sendo mobilizada predominantemente em conteúdos alinhados à agenda climática e institucional. Contudo, a presença expressiva de anúncios relacionados a temas paralelos indica que o evento também é apropriado por diferentes atores como estratégia disseminação de conteúdo, evidenciando a ampliação do seu uso simbólico no ambiente digital.

Quanto ao perfil do público, a tabela 1 apresenta a faixa etária e o sexo das pessoas que mais consumiram os conteúdos veiculados:

Tabela 1 - Perfil do público consumidor dos anúncios veiculados por categoria

Categorias	Faixa Etária(anos)	Sexo (percentual)		Total
		Feminino	Masculino	
Povos Tradicionais	25-34	58%	42%	100%
Propaganda de Partido Político	18-24	37%	63%	100%
Turismo	55-64	62%	38%	100%
Sustentabilidade e Meio-ambiente	25-34	45%	55%	100%
Mensagem Institucional	18-24	51%	49%	100%
Realização de Eventos	25-34	67%	33%	100%
Apoio a Candidatos e Figuras Públicas	25-34	28%	72%	100%
Comercialização	18-24	55%	45%	100%
Obras	25-34	22%	78%	100%

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A análise dos dados mostra uma variação de perfis etários e sexo associados às diferentes categorias. De modo geral, observa-se que a faixa etária entre 25-34 anos predomina na maioria das categorias, como Povos Tradicionais, Sustentabilidade e Meio Ambiente, Realização de Eventos, Apoio a Candidatos e Figuras Públicas e Obras. Por outro lado, categorias como Propaganda de Partido

Político, Mensagem Institucional e Comercialização apresentam predominância da faixa etária 18-24 anos.

Já com relação à categoria Turismo, a faixa etária dominante é 55-64 anos, o que está possivelmente associado ao perfil de público considerado mais aderente a esse tipo de anúncio.

Quanto ao sexo, o público feminino foi o que mais consumiu anúncios sobre Povos Tradicionais (58%), Turismo (62%), Mensagem Institucional (61%), Realização de Eventos (67%) e Comercialização (55%), revelando maior engajamento das mulheres em conteúdos ligados à cultura, participação institucional, eventos e atividades comerciais.

Em contrapartida, o público masculino recebeu mais anúncios em categorias como Propaganda de Partido Político (63%), Sustentabilidade e Meio Ambiente (55%), Apoio a Candidatos e Figuras Públicas (72%) e Obras (78%).

Esses dados refletem padrões de consumo específicos para os diferentes perfis de usuários presentes no *Instagram* que permitem tecer reflexões sobre as regras socioculturais vigentes. Além disso, os dados indicam que o público feminino tende a demonstrar maior interesse sobre causas coletivas que o masculino.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar os anúncios publicados no Instagram relacionados à COP30, buscando identificar os assuntos veiculados na referida rede digital indexados com a *hashtag* COP30. A partir da categorização desenvolvida na pesquisa, foram analisados 359 anúncios, classificados em 11 categorias temáticas, permitindo observar padrões discursivos associados ao uso da *hashtag* COP30 no ambiente digital.

Os resultados indicam que 65,18% dos anúncios estão relacionados a temas centrais da COP30, como sustentabilidade, realização de eventos, obras de infraestrutura, turismo e mensagens institucionais. Esse resultado evidencia que a pauta ambiental permanece como eixo estruturante da comunicação digital vinculada à conferência, reforçando a centralidade da sustentabilidade como principal enquadramento discursivo associado ao evento. Além disso, a presença de anúncios voltados à realização de eventos indica o papel das redes sociais na mobilização, divulgação e articulação de iniciativas institucionais, acadêmicas e

organizacionais relacionadas às discussões sobre mudanças climáticas e às agendas preparatórias da conferência.

Outro aspecto identificado refere-se à presença de anúncios relacionados à categoria obras, que apontam para a utilização da COP30 como elemento discursivo associado à legitimação de políticas públicas e projetos de infraestrutura urbana sustentável, conectando o evento internacional a narrativas de desenvolvimento, modernização e preparação da cidade de Belém para sediar a conferência. E, categorias como turismo e mensagens institucionais evidenciam a utilização do evento como estratégia de propagação da imagem institucional da cidade-sede.

Por outro lado, os resultados também revelam que34,82% dos anúncios analisados tratam de temas diferentes à COP30, com destaque para a categoria “Outros assuntos”, além de conteúdos relacionados à comercialização de produtos e serviços, apoio a figuras públicas e propaganda político-partidária. Esse achado indica que o termo “COP30” tem sido utilizado, em alguns casos, como estratégia de visibilidade e ampliação de alcance no *Instagram*mesmo quando o conteúdo divulgado apresenta pouca ou nenhuma relação com a agenda climática, além de promover um cenário para uma alienação crítica para conteúdos informativos, priorizando causas individualizadas em detrimento de motivações coletivas.

Destaca-se, como limitação deste estudo, o fato de a coleta de dados ter sido realizada exclusivamente a partir da biblioteca de anúncios da Meta, a qual disponibiliza apenas conteúdos patrocinados. Dessa forma, não foram contempladas publicações orgânicas, que são parte da dinâmica comunicacional nas redes sociais.

Essa restrição metodológica pode introduzir um viés nos resultados, ao privilegiar conteúdos que envolvem investimento financeiro e que, em geral, apresentam maior incidência de estratégias promocionais, institucionais ou comerciais. Nesse sentido, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem as estratégias de coleta de dados, observando métodos de captura de publicações orgânicas, ainda que mais complexos do ponto de vista operacional, a fim de possibilitar uma compreensão mais abrangente dos conteúdos veiculados no instagram, relacionados à COP30 e às mudanças climáticas, seja sob uma perspectiva convergente ou divergente.

De forma geral, o estudo contribui ao oferecer um panorama da visibilidade da COP30 e da cidade-evento, Belém, no contexto do *Instagram*, evidenciando como o evento é mobilizado em diferentes estratégias comunicacionais no ambiente

das redes sociais. Os resultados demonstram que a COP30 se consolida como um marcador discursivo relevante no ecossistema digital, sendo apropriada por diferentes atores institucionais, comerciais e políticos como elemento de legitimação, visibilidade e engajamento.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIANCHI, T. Brazil: number of Facebook users in Brazil from 2018 to 2027. **Statista**.2023.Disponível em: https://www.statista.com/statistics/244936/number-of-facebook-users-in-brazil/. Acesso em: 26 maio 2025.

CASTRO, A. B. A.; DIAS, D. M.S. Belém, COP 30 e o direito à cidade: megaeventos, gentrificação e exclusão socioespacial. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 2, p. 9062-9079, 2025. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3493. Acesso em: 26 maio 2025.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

COP30 BRASIL. **Agenda de Ação**. 2025. Disponível em: https://cop30.br/pt-br/agenda-de-acao. Acesso em: 30 maio 2026.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

EVANGELISTA, S. Entre a divulgação científica e o mercado: dilemas éticos de influenciadores digitais de ciência. **RECIIS**, v. 18, n. 4, p. 763-767, 2024. DOI: 10.29397/reciis.v18i4.4871. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/4871. Acesso em: 27 maio 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HÖJER, M.; WANGEL, J. Smart sustainable cities: definition and challenges.*In:*HILTY, L.M.;AEBISCHER, B. (eds.).**Advances in Intelligent Systems and Computing 310**,[*S. l.*]:Springer International Publishing, 2014 (*in press*).

HOMMA, A. Amazônia pré-COP 30: quais oscaminhos? **Revista de Política Agrícola**, [*S. l.*], v. 33, e01988, 2024. Disponível em DOI: https://doi.org/10.35977/2317-224X.rpa2024.v33.01988. Acesso em: 22 maio 2025.

JACOBI, P. R.; GUIVANT, J. S.; TEIXEIRA, R. L. P.; AVERSA, M. COP 30 em Belém/Pará: mais uma COP? **Ambiente &Sociedade**, São Paulo, v. 28, 2025, Editorial. Disponível em: https://www.scielo.br/j/asoc/a/kRqzDjJWgwqvjrwMbhr54jC/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 maio 2025.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MEDEIROS, P.; SALLES, D.; MAGALHÃES, T.; MELO, B.; SANTINI, R. M. Greenwashing e Desinformação: A Publicidade Tóxica do Agronegócio Brasileiro nas Redes. **Comunicação e Sociedade**,[*S. l.*], v. 45, 2024.

META. **Ferramentas da Biblioteca de Meta Anúncios**. 2023. Disponível em: https://transparency.meta.com/researchtools/ad-library-tools/. Acesso em: 26 maio 2025.

PAINEL SANEAMENTO BRASIL. **Região Metropolitana**: Região Metropolitana de Belém. 2026. Disponível em: https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/index?id=151. Acesso em: 19 mar. 2026.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROCHA, P. I. **Influenciadores digitais e publicidade nativa no Instagram**: um estudo de neuromarketing sobre a influência na geração Z da revelação de conteúdo pago na percepção de transparência de patrocínio e na atitude em relação ao anúncio. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2019. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-11112019-113820/. Acesso em: 30 maio 2026.

SANTOS, C. M. M. S. dos; MARTINS, I. C. dos A.; SANTOS, A. E. N. dos. Entre racismo ambiental e injustiça social: as contradições do Estado e a realidade das favelas na preparação da COP30 em Belém (PA). *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL NA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DA UFJF, 8, 2025, Juiz de Fora. **Anais** [...]. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF): 2025.

SILVA, F. C. da *et. a*l. Marketing Territorial em Cidades Inteligentes: abordagens estratégicas para Belém-PA no contexto da COP 30. *In*: COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE, 15, 2024, Belém. **Anais eletrônicos** [...]. Universidade da Amazônia (UNAMA): 2024. p. 1-25. Disponível em: https://codsunama.org/ojs/index.php/br/article/view/46/53. Acessoem: 27 maio 2025.

TOVMA, N. *et. al.* Territorial marketing and its role in determining regional competitiveness. Evaluating supply chain management. **Uncertain Supply Chain Management**, [*S. l.*], v. 8, n. 1, p. 1-16, 2020.

WRI BRASIL. **Os países que mais emitiram gases de efeito estufa**. 2024. Disponível em: https://www.wribrasil.org.br/noticias/os-paises-que-mais-emitiram-gases-de-efeito-estufa. Acesso em: 22 mai. 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsa de estudos. O presente trabalho foi realizado com apoio da CAPES – Brasil – Código de Financiamento 001.

Agradecemos à professora da disciplina “Métodos Digitais para Pesquisas Socioambientais”, que contribuiu bastante com suas observações e correções para o incremento deste trabalho (informa-se que ela não é (co)autora deste estudo).



POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E ARQUIVOLOGIA: MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS NA BRAPCI – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Information policies and Archival Science: mapping of scientific production in BRAPCI – concepts and definitions

Políticas de información y Archivística: mapeo de las producciones científicas en BRAPCI – conceptos y definiciones

Eddie Carlos Saraiva da Silva
Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
eddiesaraiva@gmail.com

Gilberto Gomes Cândido
Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
ggcandido@ufpa.br

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as produções científicas indexadas na Base de Dados em Ciência da Informação que abordam políticas de informação e Arquivologia, com foco nos conceitos e definições empregados ao longo do tempo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva, de abordagem qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico sistemático, com aplicação de critérios de inclusão e exclusão e posterior análise de conteúdo. O *corpus* foi examinado a partir de procedimentos bibliométricos e conceituais, com categorização temática e extração de enunciados definidores. Os resultados indicam que a produção científica concentra-se predominantemente em abordagens normativas e institucionais, enfatizando governança, regulação e direitos, especialmente em políticas públicas setoriais e na gestão documental. Observam-se convergências na compreensão da política de informação como conjunto de princípios, diretrizes e ações que incidem sobre o ciclo de vida da informação, mas persistem divergências quanto ao escopo conceitual e às abordagens adotadas. Conclui-se que a polissemia terminológica e a coexistência de diferentes perspectivas analíticas impactam a cumulatividade do campo, reforçando a necessidade de maior densidade conceitual nas pesquisas em Arquivologia e Políticas de Informação.

Palavras-chave: políticas de informação; Arquivologia; governança informacional; produção científica; conceitos.

Abstract

This research aims to analyze scientific production indexed in the Information Science database that addresses information policies and Archival science, focusing on the concepts and definitions employed over time. Methodologically, this study adopts an exploratory-descriptive qualitative approach based on a systematic bibliographic review, applying inclusion and exclusion criteria and content analysis procedures. The corpus was examined through bibliometric and conceptual analyses, including thematic categorization and the extraction of defining statements. The results reveal that the scientific production is predominantly oriented toward normative and institutional perspectives, emphasizing governance, regulation, and rights, particularly within sectoral public policies and records management. Convergences are observed in the understanding of information policy as a set of principles, guidelines, and actions that shape the information life cycle; however,

divergences persist regarding conceptual scope and analytical approaches. These findings indicate that terminological polysemy and the coexistence of multiple perspectives affect the cumulative development of the field. The study concludes that greater conceptual clarity and theoretical density are necessary to strengthen research, practice, and education in Archival Science and Information Policy studies.

Keywords: *information policies; Archival science; information governance; scientific production; concepts.*

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo analizar las producciones científicas indexadas en la Base de Datos en Ciencia de la Información que abordan políticas de información y Archivística, con énfasis en los conceptos y definiciones utilizados. Metodológicamente, se trata de una investigación exploratoria y descriptiva, de enfoque cualitativo, basada en un levantamiento bibliográfico sistemático, con la aplicación de criterios de inclusión y exclusión y análisis de contenido. El corpus fue examinado mediante análisis bibliométricos y conceptuales, con categorización temática y extracción de enunciados definitorios. Los resultados muestran una predominancia de enfoques normativos e institucionales, con énfasis en gobernanza, regulación y derechos, especialmente en políticas públicas sectoriales y gestión documental. Se identifican convergencias en la comprensión de la política de información como un conjunto de principios, directrices y acciones que inciden en el ciclo de vida de la información, así como divergencias en cuanto al alcance conceptual y las perspectivas analíticas. Se concluye que la polisemia terminológica y la coexistencia de distintos enfoques impactan la acumulación del conocimiento, señalando la necesidad de mayor precisión conceptual en los estudios de Archivística y Políticas de Información.

Palabras clave: *políticas de información; Archivística; gobernanza informacional; producción científica; conceptos.*

1 INTRODUÇÃO

As políticas de informação constituem um eixo estratégico para compreender as relações entre informação, poder e Estado, especialmente a partir do conceito de regime de informação, que evidencia como estruturas, normas e atores organizam a produção, circulação e uso da informação (González de Gómez, 2002, 2015). Nesse contexto, a Arquivologia assume papel central ao garantir gestão, preservação e acesso aos documentos, sustentando direitos, memória e transparência com base em princípios como proveniência e organicidade (Bellotto, 2004; Paes, 2004).

No cenário brasileiro, a literatura aponta avanços, mas também lacunas conceituais e institucionais nas políticas arquivísticas, destacando a necessidade de maior densidade teórica e instrumentos de governança (Jardim, 2018). Além disso, observa-se polissemia entre os termos “política de informação” e “regime de informação”, o que pode dificultar a precisão analítica, enquanto o próprio conceito de políticas arquivísticas ainda carece de maior sistematização (González de Gómez, 2015; Jardim, 2018).

No contexto amazônico, iniciativas como a Plataforma Digital de Preservação, Acesso e Difusão de Documentos Arquivísticos da Universidade Federal do Pará (UFPA) reforçam a relevância social do tema ao democratizar o acesso a acervos históricos e fortalecer a memória institucional, alinhando gestão documental e transparência (UFPA, 2024). Nesse cenário, torna-se pertinente mapear, na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPC), como “políticas de informação” e “arquivologia” são conceituadas e definidas, contribuindo com uma visão consolidada para a área. Com isso, surge a questão: Como as produções científicas indexadas na BRAPCI conceituam e definem políticas de informação e Arquivologia, e em que medida há convergências, divergências ou lacunas terminológicas que impactam a cumulatividade do campo? Essa questão decorre da polissemia e da coocorrência de termos na literatura e da baixa densidade conceitual apontada para políticas arquivísticas.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar as produções científicas indexadas na BRAPCI que tratam de políticas de informação e Arquivologia, com foco nos conceitos e definições empregados, caracterizando seu uso ao longo do tempo, autores, periódicos e instituições, e sistematizando convergências e divergências terminológicas. Para esse fim, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) recuperar e constituir o *corpus* na BRAPCI por meio de estratégias de busca e refinamento, garantindo reprodutibilidade; b) extrair e sistematizar os conceitos e definições de “políticas de informação” e “arquivologia” presentes nos textos (análise de conteúdo), identificando escolas/abordagens; e c) avaliar convergências, divergências e lacunas terminológicas e suas implicações para pesquisa, gestão e ensino.

2 POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO, REGIMES DE INFORMAÇÃO E GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA

Segundo González de Gómez (2002; 2015), as políticas de informação devem ser compreendidas no interior dos regimes de informação, entendidos como arranjos socioinstitucionais e sociotécnicos que organizam a produção, a circulação e o uso da informação. Esses regimes se estruturam a partir da articulação entre dispositivos normativos, infraestruturas técnicas, atores sociais e práticas informacionais, evidenciando que as políticas não se restringem a instrumentos legais, mas se materializam em processos históricos e relacionais.

A aproximação entre política de informação e regime de informação amplia o potencial analítico das pesquisas, ao permitir a observação conjunta de decisões políticas, práticas institucionais e dinâmicas sociotécnicas. No entanto, conforme apontam Alves e Bezerra (2019), essa aproximação exige atenção às escolhas teóricas, uma vez que a polissemia dos conceitos pode dificultar a delimitação dos níveis de análise e a comparação entre estudos. Assim, torna-se necessária a explicitação dos referenciais adotados e da escala analítica mobilizada no desenho da pesquisa.

No campo da Arquivologia, as políticas arquivísticas são fundamentadas em princípios como proveniência, organicidade, cumulatividade e autenticidade, que orientam a gestão, a preservação e o acesso aos documentos arquivísticos (Paes, 2004). Conforme Bellotto (2004), essas políticas consistem em diretrizes e decisões que regulam o ciclo de vida dos documentos, desde a produção até a destinação final, assegurando valor probatório, continuidade administrativa e acesso no longo prazo.

Entretanto, há fragilidades conceituais no uso do termo “política arquivística”, muitas vezes empregado de forma genérica. Para superar isso, Jardim (2018) propõe a noção de governança arquivística, que integra dimensões macro e micro. Assim, políticas de informação, regimes informacionais e governança arquivística constituem dimensões interdependentes, especialmente em contextos digitais, nos quais a articulação entre normas, tecnologias e práticas institucionais é essencial para garantir transparência, acesso e preservação da memória social (Jardim, 2018).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como exploratória-descritiva, com abordagem qualitativa e natureza básica, estruturada a partir de levantamento bibliográfico. A pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, enquanto a descritiva visa descrever as características de determinado fenômeno (Gil, 2002). Por sua vez, o levantamento bibliográfico dá as diretrizes para o levantamento de toda a bibliografia presente na BRAPCI sobre a temática, sendo o primeiro passo e a base referencial da pesquisa (Marconi; Lakatos, 2003). A análise consistiu na Análise de Conteúdo, fazendo uso das técnicas de análise das comunicações por

meio das etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 2011).

A recuperação foi realizada sem delimitação temporal, dada a baixa quantidade de artigos inicialmente retornados quando aplicado o recorte de tempo. Utilizaram-se as expressões de busca “política de informação” e “arquivologia”, em português, diretamente no mecanismo de busca da BRAPCI, visando ocorrências em título, resumo e palavras-chave. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos e trabalhos em evento recuperados pela BRAPCI que tratassem diretamente de política(s) de informação e/ou da Arquivologia; disponibilidade do texto completo ou, no mínimo, do resumo com definição/conceituação explícita ou implícita; e idioma português. Para os critérios de exclusão: duplicatas; textos com menções periféricas aos termos sem discussão conceitual; e editoriais, resenhas e notas sem conteúdo analítico/conceitual. A triagem ocorreu em duas rodadas: leitura exploratória de títulos, resumos e palavras-chave para eliminar registros fora de escopo; e leitura analítica do texto com foco na aderência temática e objetivo.

Nos textos selecionados, foram realizadas análise textual para observar convergências entre os trabalhos, categorização (eixos: regimes de informação, práticas informacionais e atores sociais; arquivologia, gestão documental e políticas públicas setoriais [ênfase em saúde]; políticas de informação, políticas arquivísticas e governança; memória, acervos e preservação do patrimônio informacional; e formação profissional, educação e institucionalização do campo informacional) e discussão. Além disso, a análise conceitual foi dirigida à identificação e extração de enunciados definidores e unidades de significado relativos. As definições extraídas foram categorizadas por proximidade semântica e por recorrência de atributos, como: definição; contexto; objetivos; abordagem; elementos; implicações; e desafios.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

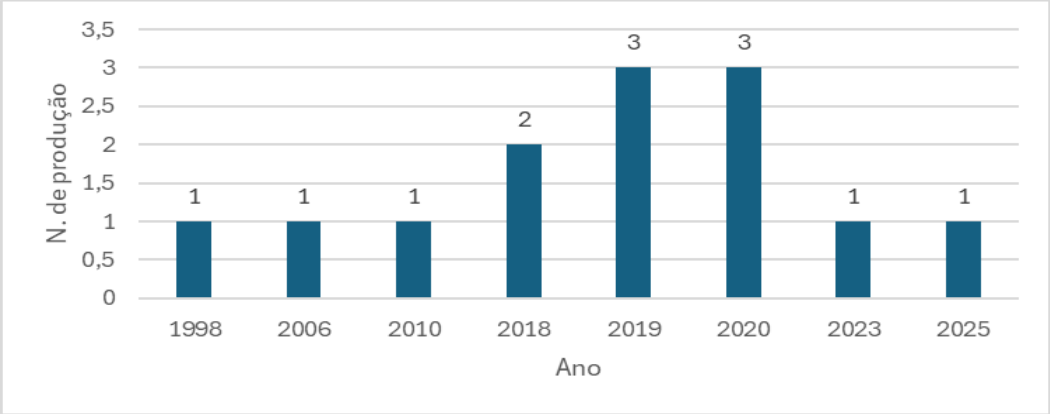
As publicações recuperadas foram desenvolvidas na temática de Política de Informação na área da Arquivologia e categorizadas em cinco eixos para melhor otimização da análise de convergência, sendo os eixos: saúde; administração pública municipal; governança, regulação e direitos; formação e epistemologia; e acervos, preservação e curadoria. Em outro momento da leitura analítica, foram

observados e mapeados conceitos e definições interligados à temática Política de Informação presentes nos trabalhos mapeados, e a posteriori classificados entre: definição, contexto, objetivos, abordagem, elementos, implicações e desafios.

4.1 Análise bibliométrica da produção científica

A busca na base de dados recuperou o total de 13 publicações entre artigos (dez documentos) e trabalhos em evento (três documentos), distribuídas entre 1998 e 2025 conforme o gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição da produção mapeada por ano



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O levantamento tem como destaque os anos de 2019 e 2020, com três publicações em cada ano, sendo seguidos por 2018 com duas publicações e os demais intervalos com uma publicação cada (1998, 2006, 2010, 2023). Os dois trabalhos em evento estão mapeados nos anos de 2018 e 2019, conforme o quadro 1 nos apêndices, publicados no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB).

Os dados do gráfico 2 indicam a predominância de estudos voltados às “Políticas de informação, políticas arquivísticas e governança” (5 trabalhos), evidenciando o interesse do *corpus* pelas dimensões normativas, institucionais e jurídicas da informação. Em seguida, destacam-se os estudos sobre “Arquivologia, gestão documental e políticas públicas setoriais (ênfase em saúde)” (3 trabalhos), enquanto as categorias “Memória, acervos e preservação do patrimônio informacional” e “Regimes de informação, práticas informacionais e atores sociais” apresentam menor frequência (2 trabalhos cada). A categoria “Formação profissional, educação e institucionalização do campo informacional” aparece de forma pontual, com apenas um estudo.

Gráfico 2 – Distribuição da produção mapeada por categoria



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

No campo da formação, Cunha (1998) analisa comparativamente os sistemas francês e brasileiro de Ciência da Informação, evidenciando a formação e a certificação profissional como dimensões estruturantes das políticas de informação. Os estudos sobre memória e acervos ressaltam o papel dos arquivos e da digitalização na preservação e difusão da memória social, seja por meio de acervos fotográficos digitais (Silva, 2006), seja pela valorização de documentos orais como fontes arquivísticas (Brito, 2020).

A categoria mais expressiva reúne estudos que abordam a política de informação como espaço de governança e disputa. Kroeff (2010) analisa modelos organizacionais centralizados; Silva e Venâncio (2018, 2019) discutem a política arquivística como elemento essencial à transparência e à gestão pública; Mallet-Poujol (2019) problematiza as tensões entre acesso à informação e proteção de dados; e Campos e Rodrigues (2020) analisam a consolidação da Lei de Acesso à Informação como marco jurídico das políticas informacionais no Brasil.

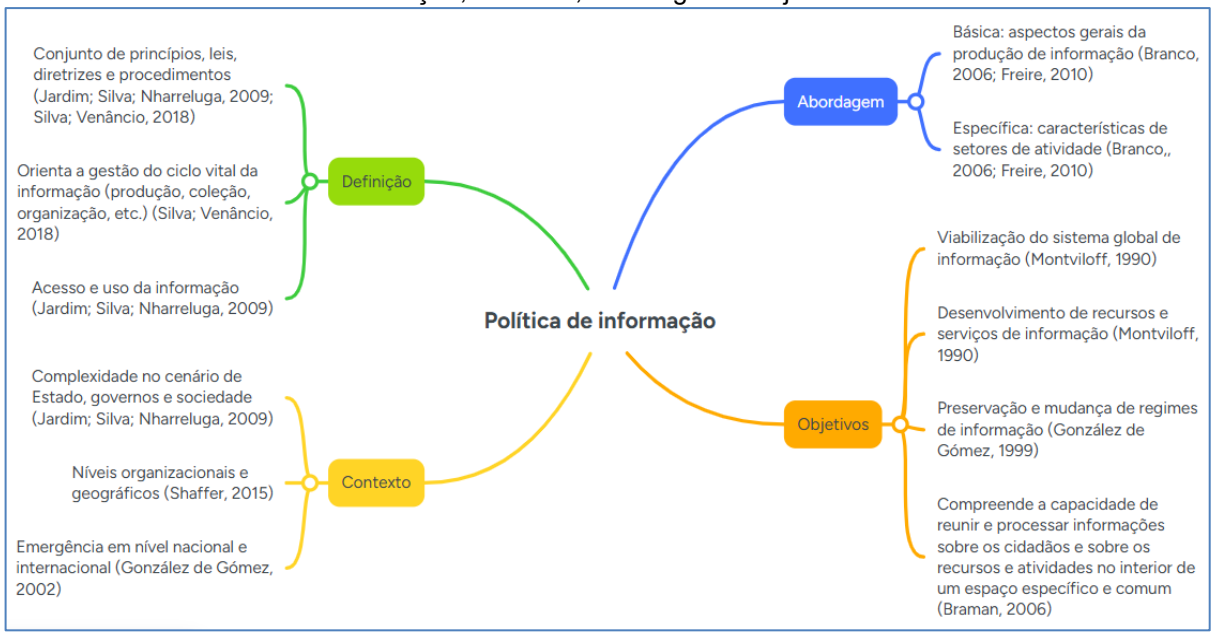
Os trabalhos voltados às políticas públicas setoriais em saúde destacam a necessidade de integração entre Arquivologia, gestão documental e políticas de informação, apontando lacunas normativas e operacionais em planos e políticas do SUS (Farias Neto; Gueiroga; Cunha, 2013; Gerbasi; Dorneles; Maia, 2023; Queiroga, 2020). Por fim, os estudos sobre regimes de informação enfatizam as práticas informacionais e o papel dos atores sociais, tanto no contexto acadêmico (Rocha; Freire, 2019) quanto no exercício do controle social e da defesa de direitos

humanos (Sousa; Vitoriano, 2025). Em conjunto, o *corpus* revela a centralidade das políticas de informação enquanto política pública, articulando governança, memória, práticas informacionais e contextos setoriais específicos.

4.2 Análise conceito sobre Política de Informação na produção científica

No que se refere à definição, observa-se que a política de informação é apresentada como um conjunto de princípios, leis, diretrizes e procedimentos que orientam todo o ciclo vital da informação, desde a produção até o acesso e o uso, conforme a figura 1. Esse achado reforça a compreensão de que as políticas de informação não se limitam a instrumentos normativos formais, mas incorporam decisões estratégicas que incidem diretamente sobre o direito à informação e sobre os modos de circulação do conhecimento. A centralidade do acesso e do uso da informação aponta para uma visão que reconhece a informação como recurso estratégico e bem público, fortemente relacionada à cidadania e à participação social.

Figura 1 – Conceitos e definições sobre política de informação em Arquivologia organizados em: definição, contexto, abordagem e objetivos



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os resultados indicam que as políticas de informação se configuram em contextos marcados pela complexidade do Estado, pela atuação de governos em diferentes escalas e por dinâmicas geopolíticas em constante transformação. A multiplicidade de níveis organizacionais e territoriais evidencia que tais políticas são

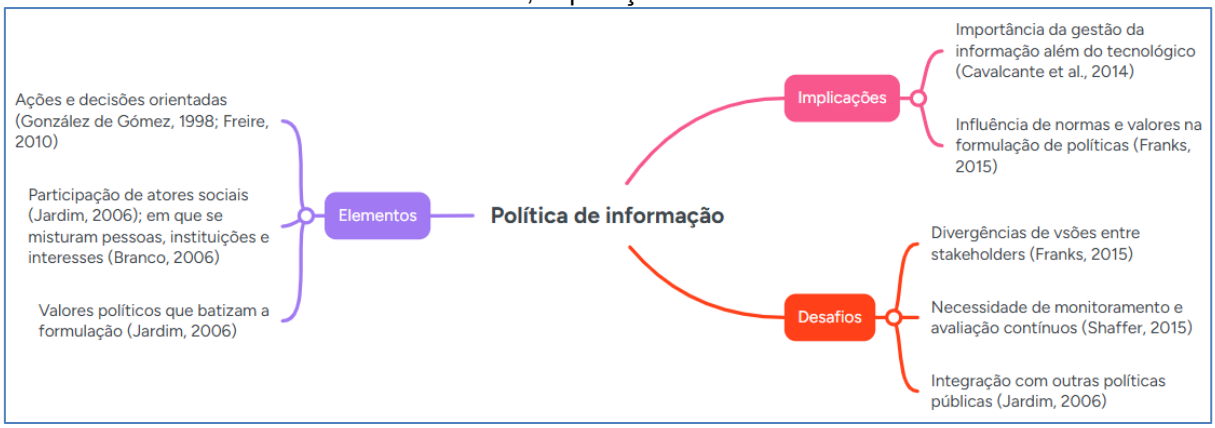
atravessadas por relações de poder, interesses institucionais e assimetrias regionais, que incidem diretamente sobre seus processos de formulação e implementação. A presença do nível internacional reforça sua articulação com agendas globais, como governança da informação, desenvolvimento científico e circulação transnacional do conhecimento.

Quanto à abordagem, observa-se a coexistência de perspectivas complementares: uma abordagem geral, orientada aos fundamentos da produção da informação, e outra específica, direcionada a setores, atividades e domínios informacionais particulares. Essa articulação evidencia a necessidade de modelos analíticos capazes de operar simultaneamente em níveis macro e micro, considerando tanto estruturas quanto contextos locais.

No que se refere aos objetivos, a política de informação visa viabilizar sistemas informacionais, promover o desenvolvimento de recursos e serviços e assegurar a estabilidade e a transformação dos regimes de informação. Essa atuação pressupõe um equilíbrio entre a manutenção de estruturas informacionais e sua adaptação às demandas sociais, tecnológicas e culturais, destacando-se a dimensão formativa voltada ao fortalecimento das capacidades informacionais dos cidadãos.

A formulação (elementos) das políticas de informação envolve ações e decisões orientadas, participação de múltiplos atores sociais e a incorporação de valores políticos que condicionam seus rumos (Figura 2). Instituições, indivíduos e grupos de interesse atuam como agentes centrais, revelando que tais políticas resultam de processos de negociação e disputa, e não de decisões técnicas neutras.

Figura 2 – Conceitos e definições sobre Política de informação em Arquivologia organizados em: elementos, implicações e desafios



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

As implicações evidenciam que a gestão da informação em ambientes tecnológicos exerce influência direta sobre a concepção e a operacionalização das políticas, especialmente diante da intensificação dos processos digitais. Normas, valores e escolhas éticas moldam os modos de produção, organização e disseminação da informação.

Por fim, os principais desafios identificados concentram-se nas divergências entre *stakeholders*, na necessidade de monitoramento e avaliação contínuos e na articulação das políticas de informação com outras políticas públicas. A efetividade dessas políticas depende, portanto, da integração intersetorial, da capacidade de diálogo entre atores diversos e da adaptação a contextos dinâmicos e socialmente desiguais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a Política de Informação na Arquivologia é tratada predominantemente sob uma perspectiva normativa e institucional, com ênfase em governança, regulação e garantia de direitos, reafirmando seu papel estratégico na organização do Estado, na transparência e no acesso à informação.

A análise temática demonstrou a transversalidade do conceito, especialmente em sua articulação com a gestão documental e políticas públicas setoriais, destacando-se a área da saúde. Contudo, foram identificadas lacunas na integração entre políticas informacionais e práticas arquivísticas, sobretudo no que se refere à efetivação do acesso e aos desafios da preservação digital.

No plano conceitual, observa-se convergência na compreensão da Política de Informação como conjunto de diretrizes e ações que incidem sobre o ciclo de vida informacional, embora persistam divergências quanto ao seu escopo e abordagem, evidenciando seu caráter relacional, dinâmico e contextual.

De modo geral, a Política de Informação configura-se como um campo em consolidação na Arquivologia, marcado por tensões conceituais, desafios tecnológicos e demandas sociais, cuja sistematização contribui para o fortalecimento teórico e metodológico da área.

Como continuidade da pesquisa, propõe-se investigar empiricamente a implementação de políticas de informação em instituições arquivísticas, buscando compreender a relação entre os marcos normativos e as práticas efetivamente desenvolvidas. Além disso, recomenda-se explorar a interface entre política de

informação, preservação digital e soberania de dados, com atenção especial aos contextos públicos e amazônicos, onde essas dimensões assumem relevância estratégica diante dos desafios informacionais contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. S.; BEZERRA, A. C. Informação, política e poder: 20 anos do conceito de regime de informação em Maria Nélida González de Gómez. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*S. l.*], v. 12, n. 1, p. 1-23, 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/143778. Acesso em: 10 fev. 2026.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2011.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRITO, M. L. V. Entrevistas orais com pilotos do correio aéreo nacional: estudo de caso. **ÁGORA**: Arquivologia em Debate, Florianópolis, v. 30, n. 60, p. 346-371, 2020. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/895 Acesso em: 10 maio 2026.

CAMPOS, F. F.; RODRIGUES, G. M. A construção da lei de acesso à informação no congresso nacional brasileiro: sistematização de sua tramitação legislativa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 1-30, 2020. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n4p1. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39099. Acesso em: 10 maio 2026.

CUNHA, M. F. V. O sistema de formação em ciência da informação na França: comparação com o sistema brasileiro. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 1-20, 1998. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/78018. Acesso em: 10 maio 2026.

FARIAS NETO, L. C.; QUEIROGA, G.; CUNHA, F. J. A. P. Pontos de convergência entre as políticas de informação em saúde e a arquivologia: a gestão de documentos no 2º PLADITIS para as inovações nos serviços de saúde. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 96-111, jan./jun. 2018. DOI: https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-6186.2018v6n1.38760. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/38760. Acesso em: 10 maio 2026.

GERBASI, N. T. O. D.; DORNELES, S. L.; MAIA, M. E. Políticas públicas de acesso à informação em saúde: uma análise sob o viés da Arquivologia. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. 1-34, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.126151. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/126151. Acesso em: 10 maio 2026.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975. Acesso em: 20 fev. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Políticas e regimes de informação. *In*: GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G. (orgs.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2015. v. 2, p. 321-351. Versão prévia, sem revisão.

JARDIM, J. M. Governança arquivística: contornos para uma noção. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 31-45, set./dez. 2018. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/987. Acesso em: 25 fev. 2026.

KROEFF, M. S. O modelo monarquista de política de informação na universidade do estado de Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina,** Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 151-161, jul./dez. 2010. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/226030. Acesso em: 10 maio 2026.

MALLET-POUJOL, N. Internet e o direito ao esquecimento digital. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 1-21, 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/107052. Acesso em: 10 maio 2026.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PAES, M. L. **Arquivo:** teoria e prática. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

QUEIROGA, G. Proposição para a incorporação da preservação digital nas políticas públicas de informação em saúde. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Manguinhos, v. 14, n. 3, p. 546-562, 2020. DOI: ttps://doi.org/10.29397/reciis.v14i3.2098. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2098. Acesso em: 10 maio 2026.

ROCHA, M. M. V.; FREIRE, I. M. Os cursos de arquivologia brasileiros à luz do regime de informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 320-352, 2022. DOI: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2022v27n1p320. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44899. Acesso em: 10 maio 2026.

SILVA, L. C.; VENÂNCIO, R. P. A identificação da política arquivística como política de informação: os arquivos públicos municipais da região metropolitana de Vitória - ES. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., Florianópolis, 2019. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/122618. Acesso em: 10 maio 2026.

SILVA, L. C.; VENÂNCIO, R. P. A política de arquivo como política de informação: ações de avaliação de documentos de arquivo na Prefeitura de Vitória - ES. *In.:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., Londrina, 2018. **Anais** [...]. Londrina: UFPR, 2018. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/autores/luiz-carlos-da-silva-ufes. Acesso em: 10 maio 2026.

SILVA, R. R. G. Acervos fotográficos públicos: uma introdução sobre digitalização no contexto político da disseminação de conteúdos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 194-200, set./dez. 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-19652006000300018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/TnxHRvDdfGKLdFq4Zx8SxKp/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 maio 2026.

SOUSA, A. G.; VITORIANO, M. C. C. P. Política de informação e práticas informacionais: análise dos usuários do SIC.SP sobre defesa dos direitos humanos. *In.:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., Rio de Janeiro, 2025. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IBICT, UFRJ, 2025. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/383457. Acesso em: 10 maio 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA). **UFPA lança plataforma digital de preservação, acesso e difusão de documentos**. Belém: UFPA, 3 jun. 2024. Disponível

em: https://ufpa.br/ufpa-lanca-plataforma-digital-de-preservacao-acesso-e-difusao-de-documentos-permanentes/. Acesso em: 10 fev. 2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), com a concessão de bolsa de doutorado – Código de Financiamento 001 - Vinculado ao doutorando Eddie Carlos Saraiva da Silva.

APÊNDICES

Quadro 1 – Produção científica mapeada na BRAPCI: ano e tipo de publicação, autores e título

Ano	Publicação	Autores	Título
1998	Artigo	Miriam Figueiredo Vieira da Cunha	O sistema de formação em Ciência da Informação na França: comparação com o sistema brasileiro
2006	Artigo	Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva	Acervos fotográficos públicos: uma introdução sobre digitalização no contexto político da disseminação de conteúdos
2010	Artigo	Marcia Silveira Kroeff	O modelo monarquista de política de informação na universidade do estado de Santa Catarina
2018	Artigo	Luiz Conrado de Farias Neto; Gillian Queiroga; Francisco José Aragão Pedroza Cunha	Pontos de convergência entre as políticas de informação em saúde e a arquivologia: a gestão de documentos no 2º PLADITIS para as inovações nos serviços de saúde
2018	Trabalho em evento	Luiz Carlos da Silva; Renato Pinto Venâncio	A identificação da política arquivística como política de informação: os arquivos públicos municipais da região metropolitana de Vitória - ES
2019	Artigo	Nathalie Mallet-Poujol	Internet e o direito ao esquecimento digital
2019	Trabalho em evento	Luiz Carlos da Silva; Renato Pinto Venâncio	A política de arquivo como política de informação: ações de avaliação de documentos de arquivo na prefeitura de Vitória - ES
2019	Artigo	Maria Meriane Vieira Rocha; Isa Maria Freire	Os cursos de arquivologia brasileiros à luz do regime de informação
2020	Artigo	Maria Lucia Valada de Brito	Entrevistas orais com pilotos do correio aéreo nacional: estudo de caso
2020	Artigo	Gillian Queiroga	Proposição para a incorporação da preservação digital nas políticas públicas de informação em saúde
2020	Artigo	Fhillipe de Freitas Campos; Georgete Medleg Rodrigues	A construção de lei de acesso à informação no legislativo federal brasileiro: sistematização de sua tramitação legislativa
2023	Artigo	Noadya Tamillys Oliveira Duarte Gerbasi; Sanderson Lopes Dorneles; Manuela Eugênio Maia	Políticas públicas de acesso à informação em saúde: uma análise sob o viés da arquivologia
2025	Trabalho em evento	Antonio Gouveia de Sousa; Marcia Cristina de Carvaho Pazin Vitoriano	Política de informação e práticas informacionais: análise dos usuários do SIC.SP sobre defesa dos direitos humanos

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Quadro 2 – Mapeamento de conceitos sobre Política de Informação encontrados no levantamento bibliográfico na BRAPCI

Autores	Conceitos
Jardim, Silva e Nharreluga (2009)	[…] um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos interrelacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação e eliminação da informação. Política de informação compreende o acesso à, e uso da informação.
Jardim, Silva e Nharreluga (2009)	Tal política abrange [...] científicos, tecnológicos, políticos, organizacionais e sócio-culturais, inerentes a esse processo, têm demandado novas questões e a consequente busca por respostas em todas essas facetas da contemporaneidade. Uma das áreas mais complexas - inclusive pela diversidade e intensidade de informações que acolhe - é o cenário que envolve Estado, governos e sociedade. Sob a égide de uma dimensão informacional cada vez mais densa e complexa, o Estado adquire novos contornos, assim como a cidadania tende a forjar novos mecanismos informacionais para o exercício de direitos políticos, sociais e civis
Silva e Venâncio (2018)	Esses textos apresentam a política de informação como um conjunto de princípios e estratégias, frequentemente interligados e registrados sem leis, regulamentos, regras etc. Esses conjuntos normativos norteiam a produção, coleta, organização, manipulação, armazenamento, distribuição, recuperação, uso, acesso, preservação, e eliminação de informações e documentos.
Shaffer (2015); Franks (2015)	A política de informação pode e deve ser desenvolvida em diversos níveis organizacionais e se distribuir em diferentes níveis geográficos, que podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais.
Montviloff (1990)	[...] las políticas que proporcionan orientación para la concepción de una estrategia y de programas destinados al desarrollo y uso de recursos, servicios y sistemas de información. Lo que llamamos política de información es una serie de políticas de este tipo, una política de información puede formularse a nivel institucional, nacional, regional o internacional.
Franks (2015)	Policies are necessary in order to address the divergent views of multiple stakeholders regarding the management of information and records; policies privilege a particular approach or "set of value priorities" … Values are embedded in laws, regulations, and norms, and agreed upon by society, disciplines, professions, and so on. Policies govern practice and are embedded in the context(s) in which they operate, thus values, perspectives, and norms of these environments will influence the shaping of policies and the process of policy making.
Braman (2006)	[...] uma política de informação compreende a capacidade de reunir e processar informações sobre os cidadãos e sobre os recursos e atividades no interior de um espaço específico e comum a uma esfera pública.
Montviloff (1990)	Outros objetivos dessa política são: a viabilização do sistema global de informação; a melhoria da complementaridade e a compatibilidade entre as diferentes legislações relativas à informação; uma melhor compreensão das implicações das inovações; melhorias no domínio da informação; e uma participação mais eficaz nos sistemas e redes de informação regionais e nacionais [...]. Esse autor acrescenta, ainda, que a finalidade e propósito de uma política nacional de informação é o acesso e uso otimizado dos conhecimentos especializados dos profissionais da informação - conhecimentos técnicos científicos, sociais e econômicos -, desenvolvidos ou disponíveis no país e em outras partes do mundo, como recursos destinados a resolver problemas em todos os setores da sociedade.
Shaffer (2015)	A política de informação organizacional e institucional deve orientar a tomada de decisões e as ações em torno do uso e do gerenciamento de informações dentro de uma organização ou país, a fim de apoiar e alcançar os resultados desejados por metas específicas. O monitoramento e a avaliação contínuos na aplicação da política de informação permitem que uma organização, ou o sistema administrativo nacional, avalie e reaja a rápidas mudanças evolutivas nas paisagens sociais, econômicas, políticas e tecnológicas.
Jardim (2006)	[...] um conjunto de ações governamentais, no campo da informação, não resulta necessariamente na constituição de uma política de informação. Antes é preciso que se defina programas e projetos, assim como um universo geográfico, administrativo, econômico, temático, social e informacional a ser contemplado pela política. Mais ainda, é necessário o estabelecimento de metas que devem ser atingidas, devendo ser responsabilizados atores do Estado e da sociedade para elaborar, implementar, controlar e avaliar essas políticas.

Jardim (2006)	[...] alguns elementos tendem a estar presentes na maioria das políticas públicas de informação: a) O alcance e o conceito de informação [que] identificam a política de informação; b) O alcance de ações da política de informação no Estado [e na] Sociedade; c) O equilíbrio entre atividades normativas e operacionais na sua execução; d) A relação da política de informação com as demais políticas públicas, sua transversalidade [Grifo no original]; e) A participação dos diversos atores sociais que são contemplados por essas políticas de informação.
González de Gómez (1998)	[...] uma "política de informação" constitui-se por "ações e decisões orientadas a preservar, reproduzir ou mudar um regime de informação".
Silva (2006)	[...] uma política de informação não se constitui pelos produtos, serviços, recursos e tecnologias resultantes de sua implementação: seu reconhecimento e sua caracterização se darão mediante orientação e direção da vontade dos sujeitos que a agenciam.
Freire (2010)	[...] "a política de informação pode ser elaborada sob duas abordagens: a básica e a específica". A básica refere-se aos aspectos gerais da produção de informação, enquanto a específica aborda os aspectos característicos de determinado setor de atividade
Branco (2006)	[...] a política de informação se assenta sobre [...] interesses e metas políticas e burocráticas, não necessariamente congruentes, manifestando-se para além do aparato governamental. [...] em que se misturam pessoas, instituições e interesses, cujas manifestações nem sempre se revelam por mecanismos formais.
González de Gómez (2002)	[...] "uma política de informação emerge como tema e domínio relativamente autônomo, em nível nacional e internacional, no cenário do pós-guerra, associada às políticas de ciência e tecnologia".
González de Gómez (1999)	[...] uma política de informação compreende "o conjunto das ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um regime de informação e podem ser tanto políticas tácitas ou explicitas, micro ou macro políticas"
Barreto (2004)	[...] "uma política de informação [...] mostra uma exterioridade de discurso e uma condição interna voltada para a execução de ações [...]. É um ritual de passagem de uma intenção formal de um discurso de Governo para implementação com uma ação coordenada, que induza e convença a terceiros a realizarem o que o Governo julga ser uma necessidade na área".
Branco (2006)	[...] uma política de informação pode ser elaborada sob duas abordagens. A primeira – básica – envolve os aspectos gerais da produção da informação, como os que estão atrelados às TIC, às telecomunicações e à política internacional, dentre outros. A segunda – específica – refere-se aos traços de certo setor de atividade, como, por exemplo, uma política para Gestão da Informação que contemple a produção de conteúdo de identidade cultural e o acesso livre às fontes de informação relevantes na internet, reiterando o livre acesso e o compartilhamento dessas informações em ambientes propícios para esse compartilhamento, construindo o capital intelectual da instituição.
Jardim (2006)	[...] "são norteadas por um conjunto de valores políticos que atuam como parâmetros balizadores à sua formulação e execução. Podem estar 'difusas' no âmbito de outras políticas públicas, mas não implícitas. O Estado democrático é, por princípio, incompatível com políticas públicas de saúde, educação, habitação ou informação, que não sejam explícitas".
Jardim (2006)	Políticas de informação de arquivo "o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, ao uso e à preservação da informação arquivística de natureza pública e privada".
Cavalcante *et al.* (2014)	É necessário considerar no Plano Nacional um modelo de gestão da informação que avance além do imperativo tecnológico, que esteja alinhado com uma política de informação abrangente. Neste sentido, em uma política de informação é imprescindível considerar máquinas e equipamentos, Leis e normas, mas também o ambiente social e humano embebido pela cultura organizacional e a cultura informacional.

Fonte: Dados da pesquisa (2026)



PROMPT PARA IDENTIFICAÇÃO AUTOMÁTICA DE METADADOS RELACIONADOS AOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM DISSERTAÇÕES

Prompt for the automatic identification of metadata related to the Sustainable Development Goals in dissertations

Prompt para la identificación automática de metadados relacionados com los Objetivos de Desarrollo Sostenible en tesis de maestría

Jaqueline A. Vasconcelos Cordeiro
Mestranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
jaqueline.vasconcelos@icsa.ufpa.br

Josilane Costa Rodrigues
Mestranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
Josilane.rodrigues@icsa.ufpa.br

Eddie Carlos Saraiva da Silva
Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
eddiesaraiva@gmail.com

Jacquelin Teresa Camperos Reyes
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
jacquelin@ufpa.br

Cristian Berrío-Zapata
Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
berriozapata@ufpa.br

Vinicius Augusto Carvalho de Abreu
Doutor em Bioinformática
Universidade Federal do Pará, Brasil
vabreu@ufpa.br

Resumo

A organização do conhecimento em ambientes digitais exige fluxos de trabalho eficientes para que repositórios institucionais desempenhem seu papel na visibilidade da produção científica. Nesse contexto, o uso de tecnologias avançadas surge como suporte para profissionais da informação na representação de conteúdos por assuntos. O objetivo desta pesquisa é propor um *prompt* baseado em Inteligência Artificial para extração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de dissertações depositadas no Repositório Institucional do Instituto Tecnológico Vale e comparar aos indicados na dissertação. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa e natureza aplicada realizada em caráter experimental, visando testar o potencial uso da ferramenta do pacote *Microsoft* 365, *Copilot*, para analisar uma amostra de 15 dissertações defendidas no ano de 2025. Os resultados demonstram que a tecnologia identificou corretamente pelo menos um objetivo comum em todos os casos analisados, apresentando uma perspectiva interpretativa mais abrangente do que a indexação manual, embora tenha sugerido itens divergentes em uma parcela da amostra. Conclui-se que a inteligência artificial pode ser uma facilitadora para a atividade de indexação e otimizar o tempo de descrição. No entanto, a supervisão humana permanece indispensável para garantir a precisão, recomendando-se a adoção de fluxos de trabalho que integrem a sugestão automática à validação profissional e à criação de orientações normativas.

Palavras-chave: inteligência artificial generativa; repositórios institucionais; objetivos de desenvolvimento sustentável; indexação automática; organização do conhecimento.

Abstract

The organization of knowledge in digital environments requires efficient workflows so that institutional repositories can fulfill their role in enhancing the visibility of scientific production. In this context, the use of advanced technologies emerges as support for information professionals in the subject representation of content. The objective of this research is to propose an Artificial Intelligence–based prompt for extracting the Sustainable Development Goals from dissertations deposited in the Institutional Repository of the Vale Institute of Technology and to compare them with those indicated in the dissertation. Regarding methodological procedures, this is an exploratory study with a qualitative approach and applied nature, conducted on an experimental basis, aiming to test the potential use of the Copilot tool from the Microsoft 365 package to analyze a sample of 15 dissertations defended during the year. The results demonstrate that the technology correctly identified at least one common goal in all analyzed cases, presenting a broader interpretative perspective than manual indexing, although it suggested divergent items in part of the sample. It is concluded that artificial intelligence can act as a facilitator for indexing activities and optimizing the time required for description. However, human supervision remains indispensable to ensure accuracy, and the adoption of workflows that integrate automatic suggestions with professional validation and the creation of normative guidelines is recommended.

Keywords: *generative artificial intelligence; institutional repositories; sustainable development goals; automatic indexing; knowledge organization.*

Resumen

La organización del conocimiento en entornos digitales exige flujos de trabajo eficientes para que los repositorios institucionales desempeñen su papel en la visibilidad de la producción científica. En este contexto, el uso de tecnologías avanzadas surge como un apoyo para los profesionales de la información en la representación temática de los contenidos. El objetivo de esta investigación es proponer un prompt basado en Inteligencia Artificial para la extracción de los Objetivos de Desarrollo Sostenible de disertaciones depositadas en el Repositorio Institucional del Instituto Tecnológico Vale y compararlos con los indicados en la disertación. En cuanto a los procedimientos metodológicos, se trata de una investigación exploratoria, con enfoque cualitativo y de naturaleza aplicada, realizada con carácter experimental, con el fin de probar el potencial uso de la herramienta Copilot del paquete Microsoft 365 para analizar una muestra de 15 disertaciones defendidas durante el año. Los resultados demuestran que la tecnología identificó correctamente al menos un objetivo común en todos los casos analizados, presentando una perspectiva interpretativa más amplia que la indexación manual, aunque sugirió elementos divergentes en una parte de la muestra. Se concluye que la inteligencia artificial puede ser una facilitadora de la actividad de indexación y optimizar el tiempo de descripción. No obstante, la supervisión humana sigue siendo indispensable para garantizar la precisión, recomendándose la adopción de flujos de trabajo que integren la sugerencia automática con la validación profesional y la elaboración de orientaciones normativas.

Palabras clave*: inteligencia artificial generativa; repositorios institucionales; objetivos de desarrollo sostenible; indexación automática; organización del conocimiento.*

1 INTRODUÇÃO

Organizar o conhecimento é olhar para um domínio e sistematizá-lo para sua representação (Lima, 2020). No contexto de constantes mudanças tecnológicas, verificar de que forma o acesso à tecnologia poderá possibilitar novas formas de

organizar, representar e recuperar o conhecimento produzido, isto é, apoiar atividades de profissionais da informação na organização do conhecimento, é relevante. Os repositórios digitais, fruto do uso de tecnologias de informação e comunicação, contribuem para ampliar e disseminar o acesso à essa informação, pois reúnem, organizam e disponibilizam essas informações em ambientes digitais, refletindo o compromisso das instituições que trabalham essa temática em dar visibilidade às suas produções institucionais (Crown, 2002).

Para que esse acesso ocorra e a informação fique disponível, vários fluxos de trabalho são necessários. O profissional da informação é um participante desses fluxos, sendo o responsável pela etapa de indexação dos documentos recebidos para o devido armazenamento no repositório. Esse processo demanda tempo e análise do conteúdo, e para facilitar essa atividade, uma potencial opção para organizações de informações, aprimoramento da representação e da recuperação por assunto é a Inteligência Artificial Generativa (IAg).

A IAg é um ramo da inteligência artificial especializado na produção de novos conteúdos a partir de um grande banco de dados, que gera uma resposta a partir da solicitação de um usuário (Rodrigues, 2025; Unesco, 2023).

Assim, esta pesquisa busca analisar como uma ferramenta de IAg pode contribuir com o profissional da informação em processos de indexação. Tem por objetivo propor um *prompt* baseado em IA para extração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de dissertações depositadas no Repositório Institucional do Instituto Tecnológico Vale (RI ITV) e comparar os indicados na dissertação. De forma específica, testar como a ferramenta *Copilot* pode auxiliar na indexação de dissertações no RI ITV, analisando sua aplicação no processo de identificação dos ODS de cada dissertação.

Este trabalho estrutura-se por esta Introdução, seção Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2020 e Organização da Informação, seguidas pelos Procedimentos Metodológicos, Resultados (Análise e Discussão) e Considerações Finais.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AGENDA 2030 E ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Desenvolvimento sustentável é definido como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras

atenderem a suas próprias necessidades" (CMMAD, 1991, p. 46). Este conceito se popularizou na década de 1980, a partir da publicação do Relatório Brundtland, denominado Nosso Futuro Comum, pela Organização das Nações Unidas (ONU). (Aurélio Sobrinho, 2016).

Esse desenvolvimento englobaria três dimensões, sendo estas: a dimensão econômica, a dimensão social e a dimensão ambiental. Assim, nos anos 2000, os Objetivos do Milênio constituíram uma experiência de formulação de objetivos e metas abrangentes para o desenvolvimento em suas três dimensões. Os ODS, compõem o documento "Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável", popularmente conhecido como Agenda 2030 (ONU, 2015).

Essa temática passa a ser discutida em diversificadas áreas do conhecimento e no contexto da Ciência da Informação (CI) é interessante estudar qual tem sido a contribuição dessa ciência na implementação de cada um dos objetivos da Agenda 2030. Torna-se importante que as pesquisas realizadas no âmbito da CI tragam essa perspectiva dos ODS.

Do ponto de vista desta pesquisa, a biblioteca contribui direta ou indiretamente para o alcance das metas contidas na Agenda 2030. No âmbito do ODS 4 - Educação de Qualidade, contribui para a meta 4.3, ao promoverem acesso equitativo à educação superior, técnica e profissional por meio do suporte informacional às atividades de ensino e pesquisa; para a meta 4.4, ao favorecerem o desenvolvimento de competências relevantes, especialmente no que se refere ao letramento informacional e digital (IFLA, 2015)

Destacamos a contribuição para a meta 4.7, ao viabilizar o acesso e a disseminação de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento sustentável, à cidadania e à responsabilidade social, aos quais este trabalho está relacionado. No contexto do ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, as bibliotecas contribuem para a meta 9.5, ao fortalecerem a pesquisa científica mediante o acesso à informação qualificada, bases de dados e repositórios institucionais, além de promoverem a gestão e organização do conhecimento; bem como para a meta 9.c, ao ampliarem o acesso às tecnologias de informação e comunicação, especialmente por meio de ações de inclusão digital (IFLA, 2015).

No que se refere ao ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, contribui para a meta 16.10, ao assegurar o acesso público à informação, elemento essencial

para a transparência, cidadania e fortalecimento das instituições democráticas. De forma complementar com a meta 16.6, ao apoiarem práticas institucionais baseadas na gestão, preservação e disseminação da informação (IFLA, 2015).

Nesse contexto em que a biblioteca colabora com o desenvolvimento de pesquisas concatenadas aos objetivos da Agenda 2030 e principalmente colocando tais pesquisas acessíveis e em evidência, é interessante destacar a importância da organização da informação. Assim, o profissional da informação poderá utilizar-se de recursos como o uso da IAg para otimizar o tempo de descrição e análise de dados e informações (IFLA, 2015).

Em se tratando de repositórios digitais, as demandas estão em torno de descrever o conteúdo dos documentos para o devido armazenamento e otimização dos processos de divulgação da produção técnico-científica da Instituição. Assim, é interessante compreender como a IAg poderá ser utilizada para facilitar o desenvolvimento dessas atividades.

A IA atualmente emerge com alto impacto tecnológico perante a popularização de ferramentas, como o ChatGPT, que em pouco tempo alcançou um número considerável de usuários. Essa evolução tecnológica da IA já alcançou diversos setores da sociedade, transformando a interação entre as pessoas, desde o âmbito profissional e acadêmico, até em unidades de informação, como as bibliotecas (Pinheiro; Oliveira, 2022).

Com a presença cada vez mais comum de serviços e produtos voltados à organização da informação, tais como as observadas em bibliotecas digitais, bases de dados e repositórios, é importante que as bibliotecas disponham de uma estrutura tecnológica e também de capacitação profissional adequada para uso da inteligência artificial (Sousa; Fujita, 2025).

2.1 Repositório Institucional do Instituto Tecnológico Vale (RI ITV)

Um Repositório Institucional (RI) pode ser definido como um conjunto de serviços de gestão e disseminação de materiais digitais produzidos no âmbito institucional oferecidos aos membros de sua comunidade (InterPARES, c2025). A sua estrutura organizacional constitui-se “[...] em centros, departamentos e unidades acadêmicas especializadas, de modo a refletir o arranjo institucional”. Hierarquicamente organiza-se em comunidades, subcomunidades e coleções (Marques, 2020, p. 144).

Os RI permitem o controle e a preservação dos documentos e contribuem para dar visibilidade à produção científica desenvolvida no âmbito institucional, pois facilita a recuperação e o acesso à informação. Para que um documento fique disponível no RI, algumas atividades são necessárias, como: “[...] cadastro de usuários ou login via credenciais autorizadas; depósito de documentos; análise e disponibilização desses depósitos” (Marques, 2020, p. 144-145).

Nesse contexto, destaca-se a atividade de indexação desenvolvida pelos profissionais da informação, que consiste na descrição dos dados das dissertações para recuperação posterior pelos usuários.

Nesta pesquisa, por meio da utilização de um *prompt*, isto é, “um texto em linguagem natural (em oposição à linguagem de programação) que especifica uma instrução sobre o que deve ser feito” (Paes; Vianna; Rodrigues, 2024, p. 30), buscou-se verificar como a IA pode favorecer o processo de indexação realizado pelos bibliotecários no RI ITV (Castilho; Rodriguez; Herrera, 2024).

O ITV fundado em 2010 é uma instituição de ciência e tecnologia privada, dedicado à pesquisa científica em duas unidades, a do Desenvolvimento Sustentável (ITV DS), em Belém do Pará, e a da Mineração (ITV MI), em Ouro Preto. Em Belém, no coração da Amazônia, o ITV DS atua de forma interdisciplinar nas áreas de: Biodiversidade e Soluções Ambientais, Genômica Ambiental, Inteligência Ambiental e Territórios e Recursos Naturais. E oferece o curso de Mestrado Profissional em Uso Sustentável dos Recursos Naturais em Regiões Tropicais para qualificar profissionais para atuar na interface entre ciência e sociedade (ITV, 2026).

Para acompanhar as práticas de acesso aberto, o ITV deposita toda a produção científica e acadêmica no RI, como forma de estimular a inclusão social, acesso à informação e o desenvolvimento sustentável na região, além da preservação digital (Silva *et al*., 2025). Nesse processo, o bibliotecário faz a leitura técnica das pesquisas e conferência dos ODS contidas nas dissertações. Assim, no contexto deste artigo, buscou-se utilizar uma IAg para apoiar a realização desse processo de indexação das dissertações com relação aos ODS.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, de abordagem qualitativa e natureza aplicada. Foi realizada em caráter experimental, visando testar o potencial uso do *Copilot* no apoio ao processo de indexação, por meio da utilização de um

prompt para extração de ODS das dissertações depositadas no RI ITV. Para isso, os procedimentos metodológicos foram realizados nas seguintes etapas:

I. Elaboração de um breve referencial teórico sobre os ODS, RI e IA a partir da leitura de materiais bibliográficos sobre os referidos assuntos;
II. Seleção da IAg: Foi utilizada a versão paga do *Copilot*, ferramenta do pacote *Microsoft* 365, selecionada pois já se tinha uma assinatura vigente dessa ferramenta;
III. Definição do *prompt*: “Analise a dissertação em anexo e identifique quais os três principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU estão relacionados ao tema abordado. Liste os ODS correspondentes pelo número e pelo título oficial, e explique brevemente a relação entre o conteúdo da dissertação e cada ODS identificado. Apresente uma tabela com colunas de número do ODS, título do ODS e a relação com o conteúdo da dissertação:”;
IV. Seleção da Amostra: Conjunto de 15 dissertações defendidas no Programa de Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais do ITV DS em 2025, acessadas no RI ITV;
V. Elaboração de uma planilha com os dados compilados utilizados na leitura técnica das dissertações, sendo estes: nome do autor, título da dissertação, resumo e palavras-chave e o ODS indicado na dissertação.
VI. *Download* das 15 dissertações acessadas no RI ITV e a exclusão da folha de rosto. Para isso, utilizou-se o atalho Ctrl+P, com a opção Salvar como PDF na destinação, permitindo assim a remoção apenas da folha de rosto contendo a indicação de ODS, sem alterar o conteúdo subsequente.
VII. Aplicação do mesmo *prompt* definido para cada dissertação individualmente.
VIII. Obtenção dos resultados e organização dos dados em uma planilha única (nome do autor, título da dissertação, ODS indicados na dissertação e ODS indicado pela IA);
IX. Comparação dos resultados automáticos gerados pela IA com os ODS indicados na dissertação.
X. Análise dos Resultados: Avaliação da eficácia do *prompt* e identificação de limitações.

Durante o processo foram necessárias algumas adaptações do *prompt* como: especificação de resposta em tabela; indicativo de números de ODS; substituição da avaliação inicial que utilizou apenas os resumos das dissertações pelo documento completo com exclusão da folha de rosto. Observou-se um tempo de resposta maior a partir do 10º resumo enviado, bem como a diferença de resposta nos textos automáticos, alguns mais completos e com destaques, e outros mais simplificados.

4 RESULTADOS (ANÁLISE E DISCUSSÃO)

Seguem os resultados da utilização do *prompt* para apoiar o processo de indexação das dissertações por meio da identificação de metadados de ODS, comparando com os resultados da IA com os ODS indicados nas dissertações.

Destaca-se que a IA deveria indicar 3 ODS para cada dissertação enviada, conforme o *prompt* definido, enquanto as dissertações continham entre 1 e 4 indicações de ODS conforme o quadro 1.

Quadro 1 - Apresentação dos ODS indicados nas dissertações em comparação aos indicados pela IAg

Autor	Título Dissertação	ODS indicado na dissertação	ODS indicado pela IAg
Souza, Adriana (2025)	Plano de monitoramento de reabilitação em áreas de disposição de resíduos de bauxita com metodologia “CAP AND STORE”		
Cavalcante, Alice (2025)	Metaproteômica como ferramenta de monitoramento da qualidade do Tucupi (*Maninhot esculenta Crantz*)		
Cavalcante, Allysson (2025)	Abundância e distribuição espacial em áreas de especiação alopátrica de *Ipomoea cavalcantei* D.F.Austin, espécie endêmica e ameaçadas das cangas amazônicas		

Jesus, Ana (2025)	Análise socioeconômica da pesca artesanal do Sururu (*Mytella guyanensis*) e o papel das mulheres nas comunidades da Ilha de São Luís, Maranhão		
Rodrigues, Caio (2025)	Inteligência Artificial aplicada na modelagem chuva-vazão na Bacia Hidrográfica do Rio Itacaiúnas		
Portilho, Clarice (2025)	Variação populacional na dormência e viabilidade de sementes de Jaborandi (*Pilocarpus microphyllus Stapf ex Wardleworth*) na Floresta Nacional de Carajás, Pará, Brasil		
Silva, Danielle (2025)	Mapeamento dos níveis de severidade do fogo em campo rupestre		
Santos, Douglas (2025)	Previsão de fogos de queimadas na microrregião de Parauapebas, estado do Pará		
Oliveira, Gabriela (2025)	Panorama do desmatamento na Região Sudeste do estado do Pará: uma perspectiva sobre as áreas protegidas		
Pereira, Gabriela (2025)	Escória metalúrgica e biocarvão no condicionamento de solos de áreas mineradas na Amazônia		

Souza, Luciana 2025)	Análise da qualidade ambiental da região do terminal marítimo de Ponta da Madeira através da composição planctônica local		
Magalhães, Maria (2025)	Reintrodução assistida de *Stephanopodium engleri*.		
Oliveira, Maria (2025)	Análise da concentração dos poluentes atmosféricos na Região Sudeste do Brasil: uma avaliação a partir dos produtos Sentinel-5P		
Mello, Pedro (2025)	Proposição e caracterização de corredor ecológico na Bacia do Rio Piracicaba, MG: análise fundiária e áreas prioritárias para restauração florestal		
Rodrigues, Rodrigo (2025)	Análise multitemporal da perda e fragmentação de áreas naturais em uma área no Arco do desmatamento da Amazônia		

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Na dissertação de Souza, Adriana (2025) o ODS indicado foi o 13, enquanto a IA indicou os ODS 12, 13 e 15. Observa-se que dentre as três indicações da IA e a única indicação contida na dissertação o ODS 13 é comum a ambos. O mesmo ocorre nas dissertações de Silva, Danielle (2025) e Oliveira, Gabriela (2025).

Nas dissertações de Silva, Danielle (2025) e Oliveira, Gabriela (2025) o ODS indicado foi o 15 e a IA indicou para ambos os ODS 15, 13 e 9.

Observa-se que na indicação dos ODS a IA foi mais abrangente, pois os autores limitaram-se a uma indicação, apesar de não haver uma regra clara quanto a quantidade de ODS indicados seria interessante a indicação de ODS complementares.

Na dissertação de Cavalcante, Alice (2025), os ODS indicados foram dois, sendo respectivamente, o 12 e 3, e a resposta da IA corresponde aos mesmos ODS, com o acréscimo do 9. Há um consenso entre ambos na indicação de dois ODS. De forma semelhante, acontece com os autores Cavalcante, Allysson (2025), Magalhães, Maria (2025) e Oliveira, Maria (2025):

a) Cavalcante, Allysson (2025) os ODS contidos são 15 e 12 e a IA acrescentou o 11;
b) Magalhães, Maria (2025) os ODS contidos são 15 e 9 e a IA acrescentou o 13;
c) Oliveira, Maria (2025) os ODS contidos são 11 e 13 e a IA acrescentou o 3.

Constata-se que todos os ODS indicados nas dissertações foram também indicados pela IA.

Já nas dissertações de Jesus, Ana (2025) e Mello, Pedro (2025) a IA identificou corretamente três dos quatro ODS contidos nas dissertações: os ODS 5, 8 e 1 foram confirmados nas indicações de Jesus, Ana (2025) e da IA e os ODS 15, 13 e 6 também foram confirmados nas indicações de Mello, Pedro (2025) e a IA.

Destaca-se que a quarta indicação da dissertação não é coberta pela IA pois no *prompt* solicitaram-se apenas três indicações.

A dissertação de Portilho, Clarice (2025) apresentou um resultado distinto dos demais, sendo este: ODS em comum: 15; ODS identificados nas dissertações: 2 e 13 e ODS indicados pela IA: 12 e 8. Assim, dos três ODS indicados, apenas um foi recuperado pela IA, além de acrescentar outros dois ODS distintos.

Observou-se que, em 5 das 15 dissertações, a IA identificou igualmente dois ODS; porém, na terceira escolha, sugeriu um objetivo diferente do contido nas dissertações (Quadro 2).

Quadro 2 – Casos de coincidência de dois ODS e divergência na terceira indicação identificados nas dissertações e sugeridos pela IA

Dissertação	Em comum	Identificado apenas na dissertação	Divergência indicada pela IA
Rodrigues, Caio (2025)	6 e 13	15 e 12	9
Santos, Douglas (2025)	13 e 15	11	9
Pereira, Gabriela (2025)	12 e 15	2	9
Souza, Luciana (2025)	14 e 6	3 e 15	12
Rodrigues, Rodrigo (2025)	15 e 13	11	6

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Diante disso, em todos os resultados analisados, a IA gerou pelo menos um ODS igual aos identificados nas dissertações. O que demonstra um alinhamento entre as respostas da IA e as indicações originais, nesta pesquisa inicial não houve validação humana, sendo realizada apenas a comparação dos resultados obtidos da IA com os contidos nas dissertações. Assim, a partir do aprimoramento do *prompt* aplicado será possível a utilização da IA pelo profissional da informação para facilitar o processo de indexação dos documentos depositados no RI.

O estudo mostra que a IA pode ampliar a descoberta de ODS associados às dissertações, mas destaca-se a necessidade da supervisão humana na realização dessa atividade para manter a precisão e a segurança nos resultados obtidos. Por isso, propõem-se ajustes leves no procedimento: pré-sugestão automática de ODS + validação bibliotecária + registro da justificativa + política de indexação atualizada para ODS e palavras-chave. Construir uma normativa ou algo orientador para alinhar o processo da IA ao processo humano amplia e fortalece a segurança e a precisão da atividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este artigo pretendeu-se verificar a possibilidade do uso da IA como facilitadora da atividade de indexação de dissertações para depósito no RI ITV. Por meio da criação e uso de *prompt* e da disponibilização à IA nas dissertações, fez-se um comparativo dos ODS contidos na dissertação com os indicados pela IA. Notou-se que há predominância de indicações iguais entre ambos, com a ampliação pela IA das possibilidades de indicações de ODS e, nos casos divergentes, percebeu-se uma maior amplitude de cobertura da IA ao relacionar os temas complementares das dissertações.

A IA pode ser uma facilitadora da atividade de indexação e otimizar o tempo de descrição. Destaca-se a importância da supervisão humana para garantir a precisão, recomendando-se a adoção de fluxos de trabalho que integrem a sugestão automática à validação profissional, bem como normativas ou políticas de uso de IA na atividade bibliotecária.

REFERÊNCIAS

AURÉLIO SOBRINHO, C. **A falácia do desenvolvimento sustentável:** uma análise a partir da sociedade de consumo. [*S. l.*]: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1 nov. 2016.

CASTILHO, G. U.; RODRIGUEZ, C. L.; HERRERA, V. A. S. Um Relato de Experiência de aplicação de Engenharia de *Prompt* no Ensino Superior em STEM. *In*: WORKSHOP EM ESTRATÉGIAS TRANSFORMADORAS E INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO (WETIE), 2., 2024, Rio de Janeiro/RJ. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação ,2024. p. 69-78. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/wetie/article/view/31826. Acesso em: 17 mar. 2026.

CAVALCANTE, A. B. **Abundância e distribuição espacial em áreas de especiação alopátrica de *Ipomoea cavalcantei* D.F.Austin, espécie endêmica e ameaçada das cangas amazônicas.** 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais) – Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2025. Disponível em: https://repositorio.itv.org/handle/123456789/3271. Acesso em: 12 maio 2026.

CAVALCANTE, A. P. S. **Metaproteômica como ferramenta de monitoramento da qualidade do tucupi (Maninhot esculenta Crantz).** 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável dos Recursos Naturais em Regiões Tropicais) – Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2025. Disponível em: https://repositorio.itv.org/handle/123456789/2114. Acesso em: 12 maio 2026.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/portaleducacaoambiental/sites/11/2024/05/Nosso-Futuro-Comum.pdf . Acesso em: 17 mar. 2026.

CROWN, R. The case for institutional repositories: a SPARC position paper. Washington: SPARC, 2002. Disponível em: https://www.utsc.utoronto.ca/~chan/oaindia/pdf_files/SPARC_positionpaper_IR.pdf. Acesso em: 17 maio. 2026.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS - IFLA. **Conjunto de ferramentas:** as bibliotecas e a implementação da Agenda 2030 da ONU. Haia (Holanda): IFLA, 2015. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf . Acesso em: 18 maio. 2026.

INSTITUTO TECNOLÓGICO VALE (ITV). **Quem somos**. 2026. Disponível em: https://www.itv.org/quem-somos/. Acesso em: 25 mar. 2026.

INTERPARES. InterPARES 3 terminology database. Vancouver: InterPARES Project, c2025. Disponível em: https://www.interpares.org/ip3/ip3_terminology_db?team=4. Acesso em: 12 maio 2026. Acesso em: 12 maio 2026.

JESUS, A. R. B. **Análise socioeconômica da pesca artesanal do sururu (Mytella guyanensis) e o papel das mulheres nas comunidades da ilha deSão Luís, Maranhão**. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais) – Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2025. Disponível em: https://repositorio.itv.org/handle/123456789/3278. Acesso em: 12 maio 2026.

LIMA, G. A. Organização e representação do conhecimento e da informação na web: teorias e técnicas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, número especial, p. 57-97, fev. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22283 . Acesso em: 25 mar. 2026.

MAGALHÃES, M. C. C. N. **Reintrodução assistida de Stephanopodium engleri.** 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais) – Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2025. Disponível em: https://repositorio.itv.org/handle/123456789/3273. Acesso em: 12 maio 2026.

MARQUES, C. A. G. Gerenciamento de repositórios digitais: apontamentos práticos para o desenvolvimento dos repositórios institucionais. **Convergência em Ciência da Informação**, Aracaju, v. 3, n. 2, p. 135-162, 2020. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/142255 . Acesso em: 2 dez. 2025.

MELLO, P. C. G. S. **Proposição e caracterização de corredor ecológico na Bacia do Rio Piracicaba, MG**: análise fundiária e áreas prioritárias para restauração florestal. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável dos Recursos Naturais em Regiões Tropicais) – Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2025. Disponível em: https://repositorio.itv.org/handle/123456789/2973. Acesso em: 12 maio 2026.

OLIVERA, G. P. **Panorama do desmatamento na região sudeste do estado do Pará: uma perspectiva sobre áreas protegidas.** 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais) – Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2025. Disponível em: https://repositorio.itv.org/items/7e8678b3-1db6-4ef2-8cf5-85b60fa8feb0 . Acesso em:

OLIVEIRA, M. R. S. **Análise da concentração dos poluentes atmosféricos na região sudeste do Brasil:** uma avaliação a partir dos produtos Sentinel-5P. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável dos Recursos Naturais em Regiões Tropicais) - Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2025. Disponível em: https://repositorio.itv.org/handle/123456789/3269. Acesso em: 12 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando o nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. Acesso em: 26 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO (UNESCO). **Para aproveitar a era da inteligência artificial na educação superior**: um guia às partes interessadas do ensino superior. Paris: Unesco, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000386670_por . Acesso em: 18 maio 2026.

PAES, A.; VIANNA, D.; RODRIGUES, J. Modelos de Linguagem. *In:* CASELI, H. M.; NUNES, M. G. V. **Processamento de Linguagem Natural**: conceitos, técnicas e aplicações em Português. 2. ed. São Carlos: BPLN, 2024. cap. 15, p. 317-365. Disponível em: https://brasileiraspln.com/livro-pln/2a-edicao/Livro_PLN_BPLN_2ed.pdf . Acesso em: 19 maio 2026.

PEREIRA, G. V. A. **Escória metalúrgica e biocarvão no condicionamento de solos de áreas mineradas na Amazônia**. 72 f. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais) – Instituto Tecnológico Vale, Belém. 2025. Disponível em: https://repositorio.itv.org/handle/123456789/3272. Acesso em: 12 maio 2026.

PINHEIRO, M.; OLIVEIRA, H. Inteligência artificial: estudos e usos na Ciência da Informação no Brasil. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 3, p. 950-968, 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/42767 . Acesso em: 26 abr. 2025.

PORTILHO, C. C. **Variação populacional na dormência e viabilidade de sementes de jaborandi (Pilocarpus microphyllus Stapf ex Wardleworth) na Floresta Nacional de Carajás, Pará, Brasil**. 2025. 50 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável dos Recursos Naturais em Regiões Tropicais) – Instituto Tecnológico Vale, Belém. 2025. Disponível em: https://repositorio.itv.org/handle/123456789/3277. Acesso em: 12 maio 2026.

RODRIGUES, C. C. **Inteligência artificial aplicada na modelagem chuva-vazão na Bacia Hidrográfica do Rio Itacaiúnas**. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais) – Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2025. Disponível em: https://repositorio.itv.org/handle/123456789/2978. Acesso em: 12 maio 2026.

SANTOS, D. M. N. **Previsão de focos de queimadas na microrregião de Parauapebas, Estado do Pará.** 72 f. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicas) – Instituto Tecnológico Vale, Belém. 2024. Disponível em: Acesso em: https://repositorio.itv.org/items/96601ecd-73ee-46d3-bba3-c3230f4795dc . Acesso em: 19 maio 2026.

SILVA, E. C. S. *et al.* Publicação institucional em acesso aberto no Instituto Tecnológico Vale, Belém, Pará: um caminho para democratização da Ciência. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 23., 2025, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: FEBAB, 2025. Disponível em: https://portal.febab.org.br/snbu2025/article/view/3962/3345. Acesso em: 7 dez. 2025.

SILVA, D. C. F. **Mapeamento dos níveis de severidade do fogo em campo rupestre**. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais) – Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2025. Disponível em: https://repositorio.itv.org/handle/123456789/3274. Acesso em: 12 maio 2026.

SOUSA, N. M. T.; FUJITA, M. S. L. Utilização da inteligência artificial como apoio aos bibliotecários. *In:* ISKO BRASIL, 8., 2025. **Anais** [...]. VIII ISKO Brasil, 2025. Disponível em: https://isko.org.br/ojs/index.php/iskobrasil/article/view/23 . Acesso em: 05 mar. 2026.

SOUZA, A. C. C. **Plano de monitoramento de reabilitação em áreas de disposição de resíduo de bauxita com metodologia "cap and store"**. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais) – Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2025. Disponível em: https://repositorio.itv.org/handle/123456789/2979 Acesso em: 12 maio 2026.

SOUZA, L. P. S. **Análise da qualidade ambiental da região do Terminal Marítimo de Ponta da Madeira através da composição planctônica local**. 2025. Dissertação (Mestrado Profissional em Uso Sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais) – Instituto Tecnológico Vale, Belém, 2025. Disponível em: https://repositorio.itv.org/handle/123456789/3270. Acesso em: 12 maio 2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), com a concessão de bolsa de doutorado – Código de Financiamento 001 – Vinculado ao doutorando Eddie Carlos Saraiva da Silva.



TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO PODER EXECUTIVO: RECONFIGURAÇÃO ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

Digital transformation in public administration of the executive branch: organizational and work reconfiguration based on the implementation of the electronic administrative process

Transformación digital en la administración pública del poder ejecutivo: reconfiguración organizacional y del trabajo a partir de la implementación del proceso administrativo electrónico

Natany Soares Leite
Especialista em Gestão Pública com Ênfase em Gestão do Conhecimento
Universidade Federal do Pará, Brasil,
natanyleite@gmail.com

Emanuelle Caroline Silva da Silva
Graduada em Administração
Universidade Federal do Pará, Brasil,
emanuellecsilva1@gmail.com

Moana de Jesus Padilha Pinheiro
Especialista em Gestão e Governança Pública
Universidade Federal do Pará, Brasil,
moana@ufpa.br

Resumo

O artigo analisa a Transformação Digital na administração pública, com foco em seus efeitos sobre a reconfiguração organizacional e da força de trabalho, a partir da implementação do Processo Administrativo Eletrônico no Poder Executivo do Estado do Pará. O objetivo é compreender como a transformação digital, materializada pelo uso do Processo Administrativo Eletrônico, influencia os fluxos informacionais, a organização do trabalho e as práticas administrativas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e explicativa, com base em entrevistas semiestruturadas analisadas por meio de análise de conteúdo temática. Os resultados indicam que a digitalização promove maior celeridade, transparência e reorganização dos fluxos informacionais, além de impactar a dinâmica organizacional e a execução do trabalho, favorecendo maior autonomia e flexibilidade. Também foram identificadas limitações relacionadas à resistência organizacional, à necessidade de capacitação e à dependência tecnológica. Conclui-se que a transformação digital ultrapassa a adoção tecnológica, configurando-se como processo contínuo de reorganização das práticas organizacionais e do trabalho.

Palavras-chave: administração pública; transformação digital; reconfiguração organizacional; trabalho; processo administrativo eletrônico.

Abstract

This article analyzes digital transformation in public administration, focusing on its effects on organizational and workforce reconfiguration, based on the implementation of the Electronic Administrative Process in the Executive Branch of the State of Pará, Brazil. The objective is

to understand how digital transformation, materialized using the Electronic Administrative Process, influences information flows, work organization, and administrative practices. The study adopts a qualitative approach, with an exploratory and explanatory nature, based on semi-structured interviews analyzed through thematic content analysis. The results indicate that digitalization promotes greater efficiency, transparency, and reorganization of information flows, in addition to impacting organizational dynamics and work execution, fostering greater autonomy and flexibility. Limitations related to organizational resistance, the need for training, and technological dependence were also identified. It is concluded that digital transformation goes beyond technological adoption, constituting a continuous process of reconfiguring organizational practices and work.

Keywords: *public administration; digital transformation; organizational reconfiguration; work; electronic administrative process.*

Resumen

Este artículo analiza la transformación digital en la administración pública, centrándose en sus efectos sobre la reconfiguración organizacional y del personal, a partir de la implementación del Proceso Administrativo Electrónico en el Poder Ejecutivo del Estado de Pará. El objetivo es comprender cómo la transformación digital, materializada mediante el uso del Proceso Administrativo Electrónico, influye en los flujos de información, la organización del trabajo y las prácticas administrativas. La investigación adopta un enfoque cualitativo, exploratorio y explicativo, basado en entrevistas semiestructuradas analizadas mediante análisis temático de contenido. Los resultados indican que la digitalización promueve mayor velocidad, transparencia y reorganización de los flujos de información, además de impactar la dinámica organizacional y la ejecución del trabajo, favoreciendo una mayor autonomía y flexibilidad. También se identificaron limitaciones relacionadas con la resistencia organizacional, la necesidad de capacitación y la dependencia tecnológica. Se concluye que la transformación digital va más allá de la adopción tecnológica, configurándose como un proceso continuo de reorganización de las prácticas organizacionales y laborales.

Palabras clave: *administración pública; transformación digital; reconfiguración organizacional; trabajo; proceso administrativo electrónico.*

1 INTRODUÇÃO

A transformação digital (TD) e o avanço das tecnologias têm promovido mudanças significativas no funcionamento das organizações públicas, reconfigurando processos organizacionais, fluxos informacionais e formas de prestação de serviços, com foco na transparência, eficiência e eficácia no setor público (Alves; Imoniana; Lopes, 2025).

No contexto governamental, a TD envolve a digitalização de dados e processos, assumindo papel estratégico na organização e circulação da informação e na reconfiguração das dinâmicas organizacionais (Madan; Ashok, 2023). Sua implementação tem gerado melhorias no ambiente de trabalho, como a otimização de processos, maior rastreabilidade, redução de custos e ampliação da transparência (Negrão; Souza; Abreu, 2022; Śliwa; Krzos, 2023).

Apesar desses avanços, persistem lacunas na literatura quanto à compreensão dos impactos da TD sob a perspectiva organizacional, especialmente em contextos subnacionais e a partir da experiência dos servidores públicos diretamente envolvidos em sua implementação (Irani *et al*., 2023).

Diante desse cenário, torna-se relevante investigar como a TD é incorporada no contexto da administração pública e quais efeitos produz no ambiente organizacional. Dessa forma, justifica-se a realização deste estudo pela necessidade de compreender, em contextos organizacionais concretos, como a TD tem impactado os processos de trabalho, a gestão da informação e a reconfiguração organizacional no setor público.

Com base nessas lacunas, este estudo busca responder à seguinte questão: quais são os efeitos da TD na reconfiguração organizacional e da força de trabalho na Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Pará? Para tanto, tem como objetivo geral analisar os efeitos da TD na reconfiguração da força de trabalho e no cenário organizacional nesse contexto.

Como objetivos específicos, pretende-se: (i) identificar os desafios enfrentados durante a implementação da TD utilizando o Processo Administrativo Eletrônico (PAE) nos órgãos estaduais paraenses, especialmente no que se refere às competências demandadas dos servidores e às estratégias de adaptação organizacional; (ii) analisar os benefícios percebidos e os pontos críticos associados ao uso dessas tecnologias; e (iii) examinar seus efeitos sobre os fluxos de informação, a organização da informação e a estrutura do trabalho.

O estudo tem como objeto empírico o Sistema de PAE, compreendido como um sistema de informação governamental voltado à gestão documental digital e à otimização dos processos administrativos (Negrão; Souza; Abreu, 2022). A análise é realizada a partir das percepções de servidores envolvidos em sua implementação e utilização, permitindo compreender como a TD se materializa nos níveis estratégico e operacional da administração pública estadual.

Os resultados pretendem contribuir para o campo organizacional, social e acadêmico, ampliando as discussões sobre TD na administração pública e oferecendo subsídios para o desenvolvimento de competências e práticas organizacionais alinhadas ao contexto digital (Madan; Ashok, 2023).

2 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A TD no contexto organizacional refere-se à incorporação estratégica de tecnologias digitais nos processos, rotinas e modelos de gestão. No setor público, esse movimento assume particular relevância por envolver não apenas a digitalização de serviços, mas também a reorganização dos fluxos informacionais, das práticas administrativas e das formas de interação entre Estado e sociedade. Apesar de sua crescente adoção, ainda persistem lacunas quanto à compreensão de seus impactos, especialmente no que se refere aos processos informacionais e à forma como esses se traduzem em resultados concretos (Irani *et al*., 2023; Kretschmer; Khashabi, 2020).

A TD consolida-se como conceito a partir dos anos 2000, associada à incorporação estratégica de tecnologias digitais nos processos organizacionais, ultrapassando a mera digitalização de atividades e promovendo mudanças estruturais nos modelos de gestão. No setor público, esse movimento relaciona-se à evolução do governo eletrônico (*e-government*), inicialmente voltado à digitalização de serviços e ao acesso à informação, e posteriormente ampliado para abordagens mais integradas, centradas na governança da informação e na reconfiguração dos processos organizacionais (Irani *et al*., 2023; Madan; Ashok, 2023).

De acordo com Madan e Ashok (2023), a TD envolve um conjunto de tecnologias digitais voltadas à resolução de problemas, adotadas a partir de uma abordagem institucional híbrida, alinhada às políticas governamentais vigentes ou futuras. Essas transformações devem ser planejadas e implementadas de forma segura, sendo impulsionadas pelos avanços tecnológicos, pelas demandas da sociedade, pela cultura organizacional e pelos arranjos institucionais, fatores que influenciam diretamente a produção, organização e uso da informação no ambiente organizacional (Madan; Ashok, 2023).

Nesse contexto, destaca-se a estrutura *Technology-Organization-Environment* (TOE), que evidencia a importância dos contextos tecnológico, organizacional e ambiental na adoção da TD nos sistemas de gestão da informação. Para Kempeneer e Heylen (2023), as possibilidades tecnológicas se concretizam por meio de mecanismos organizacionais, políticos e culturais. Os autores destacam ainda que o “Estado Virtual” deve integrar não apenas a internet, mas também outras

tecnologias emergentes, sendo fundamental para a modernização do ambiente organizacional e para uma gestão pública mais eficiente.

A incorporação da TD no setor público tem sido tratada como processo estratégico, especialmente diante da necessidade de reconfiguração dos fluxos informacionais e dos regimes de informação. Nesse cenário, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) desempenham papel central ao viabilizar a oferta de serviços e a disseminação de informações de forma mais ágil e integrada à sociedade (DePaula, 2023).

A TD também implica processos de reconfiguração organizacional, ao alterar estruturas, rotinas e formas de execução do trabalho. Esse processo envolve a redefinição de papéis, a reorganização dos fluxos informacionais e a incorporação de novas competências, impactando diretamente a dinâmica organizacional e o desempenho institucional (Kretschmer; Khashabi, 2020; Madan; Ashok, 2023).

2.1 Desafios e limitações da transformação digital no ambiente organizacional

A TD no setor público envolve questões complexas, exigindo que a administração considere o cumprimento de políticas, a implementação de sistemas confiáveis e a garantia de segurança na gestão da informação e no atendimento aos cidadãos. Esse processo demanda investimentos contínuos em capacitação, suporte técnico e manutenção, a fim de assegurar o funcionamento adequado dos sistemas e evitar falhas no uso da informação (Gasco-Hernandez; Gil-García; Luna-Reyes, 2022; Irani *et al*., 2023).

Nesse contexto, gestores e colaboradores desempenham papel central na implementação da TD, influenciando a reconfiguração dos fluxos informacionais e da gestão da informação organizacional. A TD abrange desde a digitalização de documentos até mudanças institucionais no nível da alta gestão, impactando o ciclo de vida da informação (Crusoe; Magnusson; Eklund, 2024; Madan; Ashok, 2023).

Os desafios organizacionais estão associados às características institucionais e ao ambiente interno, que influenciam a capacidade de gestão e o desempenho dos colaboradores. Destacam-se, nesse sentido, as competências da força de trabalho, especialmente as digitais e informacionais, que envolvem dimensões cognitivas, funcionais e emocionais (Crusoe; Magnusson; Eklund, 2024). Para o avanço da TD, duas competências organizacionais são essenciais: a competência digital, relacionada ao uso de tecnologias, e a competência de TD, associada à liderança e

à condução estratégica do processo, incluindo aspectos de governança da informação (Crusoe; Magnusson; Eklund, 2024).

Além das competências, fatores comportamentais também podem dificultar a adoção da TD. Destacam-se a ignorância estratégica, caracterizada pela escolha deliberada de não buscar informações, e a ignorância intencional, na qual o indivíduo opta por não acessar informações, seja por resistência às mudanças ou por fatores emocionais, impactando diretamente os fluxos e o uso da informação (Crusoe; Magnusson; Eklund, 2024).

Embora associada a ganhos de eficiência, a TD também apresenta limitações no ambiente organizacional, como a dependência tecnológica, a necessidade de infraestrutura adequada, a capacitação contínua dos servidores e a governança da informação. Esses fatores exigem acompanhamento institucional permanente, pois podem comprometer a efetividade das iniciativas digitais quando não são devidamente planejadas e monitoradas (Gasco-Hernandez; Gil-Garcia; Luna-Reyes, 2022; Irani *et al*., 2023).

Diante desse cenário, torna-se relevante analisar como esses desafios e limitações se manifestam em contextos específicos da administração pública. Nesse sentido, destaca-se o Processo Administrativo Eletrônico como exemplo empírico de aplicação da TD, permitindo observar como a digitalização tem reconfigurado a gestão da informação, os processos administrativos e a dinâmica organizacional no setor público.

2.2 Contextualização do campo empírico: o processo administrativo eletrônico

Com o objetivo de contextualizar empiricamente a TD no setor público, apresenta-se o PAE, compreendido como um sistema de informação governamental que materializa, na prática, os efeitos discutidos no referencial teórico.

No âmbito do Poder Executivo do Estado do Pará, a adoção do PAE tem sido associada à reconfiguração da gestão da informação pública, contribuindo para a reorganização dos fluxos informacionais e dos processos administrativos (Negrão; Souza; Abreu, 2022). O sistema foi homologado em 2018, por meio do Decreto nº 2.176, de 12 de setembro de 2018, que instituiu o uso exclusivo de meio eletrônico para a tramitação de processos administrativos entre órgãos e entidades estaduais (Pará, 2018).

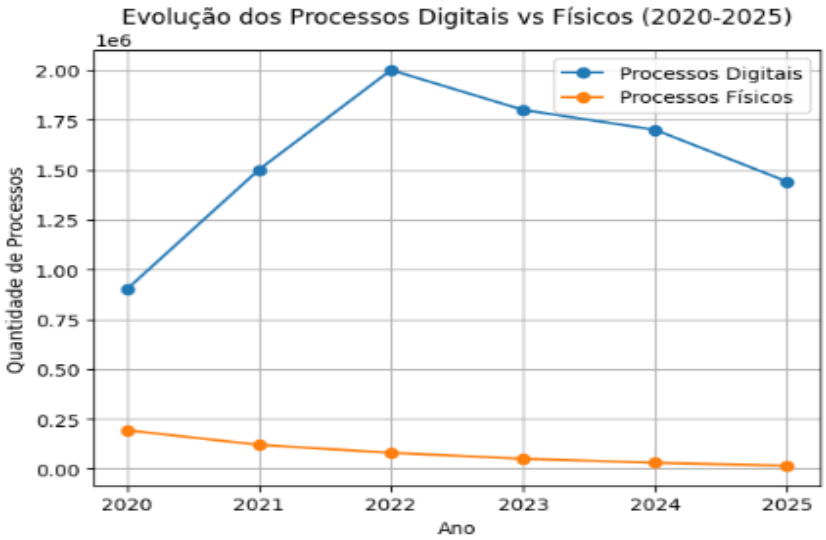
A implementação do PAE resultou em mudanças na rotina administrativa, intensificadas durante a pandemia da COVID-19. O Decreto nº 609, de 16 de abril de 2020, viabilizou a adoção do teletrabalho, permitindo o acesso remoto às atividades e ampliando a digitalização dos fluxos informacionais (Pará, 2020).

O PAE configura-se como uma plataforma web que permite a criação e tramitação de documentos em tempo real, de forma integralmente eletrônica, contribuindo para a otimização dos processos administrativos e a reorganização do ciclo de vida da informação (Negrão; Souza; Abreu, 2022).

Entre 2020 e 2025, observa-se a substituição progressiva dos processos físicos por eletrônicos, intensificada pela adoção do trabalho remoto. Dados da Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará (PRODEPA) indicam a consolidação desse movimento: no período analisado (2020 a outubro de 2025), foram registrados 8.713.065 processos eletrônicos, em contraste com 523.790 processos físicos (PRODEPA, 2025).

A evolução das curvas de tendência reforça esse cenário, com crescimento contínuo dos processos digitais e redução expressiva dos físicos, conforme ilustrado na figura 1. Esses dados evidenciam, no âmbito do PAE, a consolidação de práticas digitais na tramitação processual e a reconfiguração das rotinas administrativas.

Figura 1 – Evolução comparativa entre processos digitais e físicos nos órgãos estaduais (2020–2025)



Fonte: Relatórios Gerenciais PRODEPA e PAE (2025).

Ainda que não abarque a totalidade das iniciativas de TD, o PAE configura-se como um importante indicativo empírico desse processo no contexto do Poder Executivo estadual, em consonância com as discussões sobre TD e reestruturação

organizacional no setor público (Tiwari, 2024). Esse contexto fundamenta a análise empírica desenvolvida nas seções seguintes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para responder à questão central acerca dos efeitos da TD na reconfiguração organizacional e da força de trabalho na administração pública, adotou-se uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e explicativa, adequada à compreensão das percepções dos servidores públicos sobre esse fenômeno no contexto organizacional (Gil, 2002, 2025; Gil; Reis Neto, 2021; Vergara, 2016).

A coleta de dados foi realizada em dezembro de 2025, por meio de entrevistas semiestruturadas, adotadas como principal técnica de coleta de dados empíricos. Esse instrumento permite a combinação de questões previamente definidas com a exploração de aspectos emergentes, sendo adequado para captar as percepções dos sujeitos (Gil, 2002). As entrevistas foram realizadas individualmente, em ambiente virtual, por meio da plataforma *Google Meet*, mediante consentimento das participantes, sendo gravadas e posteriormente transcritas.

O roteiro das entrevistas buscou compreender a participação dos servidores nas ações de TD, suas percepções sobre o uso do sistema eletrônico nas atividades organizacionais, as mudanças na rotina de trabalho decorrentes desse processo, bem como o alinhamento entre práticas organizacionais, normas institucionais e suporte oferecido para adaptação às novas demandas.

A amostragem foi não probabilística por conveniência, considerando a acessibilidade e a pertinência das participantes ao objeto de estudo, sendo adequada a pesquisas qualitativas que priorizam a profundidade analítica (Gil, 2008). A seleção contemplou participantes com atuação estratégica e operacional, garantindo diversidade de perspectivas sobre o fenômeno.

As participantes foram selecionadas por sua experiência na utilização e gestão do Sistema de PAE. A Entrevistada 01 é Diretora de Gestão de Logística da Secretaria de Planejamento e Administração (SEPLAD/PA), com mais de uma década de atuação no PAE, responsável pelo monitoramento e suporte técnico em órgãos estaduais, representando a perspectiva estratégica. A Entrevistada 02 é servidora da Secretaria de Saúde (SESPA/PA), atuando como gestora do PAE no órgão, com aproximadamente seis anos de atuação e usuária cotidiana do sistema, representando a perspectiva operacional.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, na modalidade temática, conforme Bardin (2011). Os eixos analíticos foram definidos a priori, com base nos objetivos específicos e no referencial teórico: (i) competências e desafios na implementação da TD; (ii) benefícios e limitações da TD; e (iii) TD e reconfiguração organizacional e do trabalho. A interpretação dos dados foi orientada pelo referencial teórico, permitindo a articulação entre as evidências empíricas e o contexto institucional da TD.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

A análise foi realizada com base nas entrevistas, orientada pelo referencial teórico e estruturada nos eixos definidos na metodologia: (i) competências e desafios na implementação da TD; (ii) benefícios e limitações; e (iii) reconfiguração organizacional e do trabalho.

4.1 Competências e desafios na implementação da transformação digital

Este eixo analisa as competências e desafios na implementação da TD, considerando a disponibilidade de conhecimentos e habilidades dos servidores para utilização das ferramentas digitais e adaptação às mudanças organizacionais.

Os dados evidenciam que resistência organizacional, limitações estruturais e lacunas de competências influenciam diretamente a efetividade da TD, ao impactarem a utilização dos sistemas e a reorganização dos fluxos informacionais (Irani *et al*., 2023).

Na perspectiva estratégica, a Entrevistada 01 afirma que “houve muita resistência no início (2018 a 2020)”, evidenciando barreiras culturais à adoção do sistema. Essa resistência influenciou o ritmo de implementação, ao dificultar a incorporação das práticas digitais e a adaptação às mudanças organizacionais. Esse achado converge com a literatura, que aponta a cultura organizacional como um dos principais entraves à TD (Irani *et al*., 2023).

A superação dessa resistência esteve associada a fatores institucionais externos, como a obrigatoriedade normativa e a necessidade de continuidade das atividades durante a pandemia da COVID-19. Esses elementos atuaram como indutores da adoção do sistema, indicando que, no setor público, a TD tende a ser

impulsionada por pressões contextuais, mais do que por planejamento estratégico deliberado (Madan; Ashok, 2023).

No que se refere às competências, a Entrevistada 01 menciona a “falta de profissionais especializados”, evidenciando lacunas na capacidade organizacional de conduzir a TD, especialmente no nível gerencial. Essa limitação impacta a coordenação das iniciativas digitais e a governança da informação, reduzindo a capacidade institucional de planejar, implementar e monitorar os processos de transformação, em consonância com o referencial teórico (Crusoe; Magnusson; Eklund, 2024).

Na perspectiva operacional, a Entrevistada 02 aponta a existência de treinamentos e materiais de apoio, evidenciando esforços institucionais de capacitação que contribuem para a redução dessas lacunas e para o uso mais eficiente dos sistemas. A literatura destaca que a formação contínua, aliada ao suporte técnico, é essencial para a efetividade das tecnologias digitais (Gasco-Hernandez; Gil-Garcia; Luna-Reyes, 2022; Irani *et al*., 2023).

A comparação entre as perspectivas estratégica e operacional revela uma assimetria na institucionalização da TD, na qual as práticas operacionais avançam de forma mais consistente do que as diretrizes estratégicas. Esse descompasso resulta em uma condução predominantemente instrumental, com maior ênfase na operacionalização dos sistemas do que na consolidação de uma governança estruturada da informação.

Esse cenário reforça a necessidade de alinhamento entre planejamento estratégico, desenvolvimento de competências e práticas institucionais, uma vez que a efetividade da TD depende da integração entre cultura organizacional, liderança e governança da informação.

4.2 Benefícios e limitações da transformação digital

Este eixo analisa os benefícios e limitações da TD, considerando os impactos do uso do PAE nas rotinas organizacionais e nas condições de trabalho dos servidores.

Os dados indicam que o PAE se consolidou como principal sistema de informação no contexto da TD nos órgãos do Poder Executivo do Estado do Pará, ao estruturar a tramitação de processos e a organização dos fluxos informacionais.

Essa centralidade decorre da adoção do meio eletrônico como padrão institucional, influenciando a execução das atividades administrativas e a gestão da informação.

As entrevistas evidenciam benefícios associados à transparência, sustentabilidade e eficiência. Na perspectiva estratégica, a Entrevistada 01 destaca a “transparência” do fluxo processual, indicando maior visibilidade e controle das etapas administrativas, o que contribui para a confiabilidade dos processos ao reduzir perdas, atrasos e inconsistências.

Na perspectiva operacional, a Entrevistada 02 aponta a “economia de papel e sustentabilidade”, evidenciando que a digitalização contribui para a redução de custos e a racionalização de recursos. Esse efeito está associado à substituição de documentos físicos por digitais, impactando a organização das rotinas e a gestão da informação. Esses resultados dialogam com a literatura que associa a TD à melhoria da eficiência e à redução de entraves burocráticos (Kretschmer; Khashabi, 2020; Madan; Ashok, 2023).

Além dos ganhos operacionais, observam-se impactos na organização do trabalho. A Entrevistada 02 afirma que o sistema “veio somar ao trabalho”, evidenciando maior organização das atividades e autonomia na execução das tarefas. Esse processo contribui para maior flexibilidade na gestão do tempo, indicando efeitos que ultrapassam a dimensão tecnológica.

Por outro lado, emergem limitações relacionadas às condições institucionais de suporte à TD. A Entrevistada 02 menciona a dependência tecnológica e a necessidade de suporte contínuo, indicando que a ausência de infraestrutura adequada e de capacitação pode comprometer a utilização eficiente do sistema. Essas limitações restringem o potencial de uso das tecnologias e dificultam a consolidação das mudanças organizacionais.

Esses achados estão alinhados ao referencial teórico, especialmente quanto à dependência tecnológica, à necessidade de suporte institucional e ao desenvolvimento de competências, indicando que a efetividade da TD depende da articulação entre infraestrutura, capacitação e governança da informação (Gasco-Hernandez; Gil-Garcia; Luna-Reyes, 2022; Irani *et al*., 2023).

Assim, os resultados evidenciam que os benefícios e limitações da TD influenciam diretamente a reconfiguração dos processos organizacionais e das práticas de trabalho no contexto da administração pública.

4.3 Transformação digital e reconfiguração organizacional e do trabalho

Este eixo analisa de que forma a TD influencia a reconfiguração organizacional e do trabalho, considerando mudanças nas rotinas, nos fluxos informacionais e na execução das atividades administrativas.

Os dados evidenciam que a TD influencia a reorganização dos fluxos de informação e das práticas de trabalho, ao redefinir processos administrativos e informacionais. Conforme relatado pela Entrevistada 02, o trabalho tornou-se “gerenciável e remoto” após a implementação do PAE, indicando redução de etapas burocráticas e maior agilidade na tramitação processual. Esse processo favorece a integração dos fluxos informacionais e maior dinamismo nas rotinas administrativas, em consonância com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (DePaula, 2023).

A padronização dos processos, associada ao uso de sistemas digitais, amplia o controle e a rastreabilidade das ações institucionais, contribuindo para maior transparência na gestão da informação. Nesse sentido, o PAE contribui para a reorganização das práticas administrativas, ao ampliar a eficiência organizacional e demandar maior articulação entre órgãos e setores. Ao mesmo tempo, a dependência tecnológica reforça a necessidade de alinhamento entre práticas operacionais e diretrizes institucionais, pois sua ausência pode comprometer a continuidade e a efetividade das mudanças (Yuan *et al*., 2023).

No que se refere à reconfiguração da força de trabalho, a TD amplia a exigência de competências digitais e informacionais, influenciando a execução das atividades. A reorganização das tarefas favorece maior autonomia no uso dos sistemas, ao mesmo tempo em que aumenta a responsabilização dos servidores pelos fluxos informacionais. Esse processo impacta a dinâmica organizacional ao promover mudanças na distribuição das atividades e na gestão do tempo. A Entrevistada 02 destaca que o PAE favoreceu melhor equilíbrio entre vida profissional e pessoal, indicando efeitos que ultrapassam o âmbito organizacional.

A intensificação do uso do sistema evidencia sua centralidade nesse processo. Conforme a Entrevistada 02, cerca de “90% da documentação é recebida em formato online”, indicando a substituição de práticas físicas por digitais. Esse movimento consolida o uso de sistemas eletrônicos como base da gestão da informação, em consonância com a literatura (DePaula, 2023).

Assim, os resultados evidenciam que a TD ultrapassa a adoção tecnológica, configurando-se como processo contínuo de reorganização das práticas organizacionais e do trabalho. Contudo, sua efetividade está condicionada a limitações institucionais, como dependência tecnológica, capacitação e suporte organizacional, conforme discutido no referencial teórico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostram que a TD, materializada pela implementação do PAE, influencia diretamente a reconfiguração organizacional e da força de trabalho na administração pública do Poder Executivo do Estado do Pará. Esse processo se expressa na otimização de processos, na redução de etapas burocráticas, na maior agilidade na circulação da informação e na reorganização dos fluxos informacionais.

Nos eixos analisados, verificou-se que a TD gera benefícios relacionados à transparência, sustentabilidade e eficiência administrativa, ao mesmo tempo em que evidencia desafios como resistência organizacional, lacunas de competências e necessidade de capacitação contínua. Os resultados indicam ainda que a digitalização influencia as práticas organizacionais e a execução do trabalho, exigindo o desenvolvimento de competências digitais e promovendo mudanças nas rotinas.

Os achados reforçam que a TD ultrapassa a dimensão tecnológica, configurando-se como processo contínuo de reorganização das práticas organizacionais e da gestão da informação, cuja efetividade depende da articulação entre competências, cultura institucional e governança da informação.

Como contribuição, o estudo amplia a compreensão dos efeitos da TD na administração pública estadual, ao evidenciar empiricamente seus impactos sobre a gestão da informação, os fluxos organizacionais e o trabalho. Embora haja avanços na literatura nacional, ainda são relevantes estudos que explorem esses efeitos em diferentes contextos institucionais. Como limitações, destacam-se o número reduzido de participantes e o recorte empírico específico, o que restringe a generalização dos resultados.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos comparativos entre órgãos e estados, bem como investigações que aprofundem os impactos da TD na qualidade dos serviços públicos e na gestão da informação. Destaca-se, ainda, a necessidade de estudos quantitativos que analisem, em maior escala, os

efeitos da digitalização sobre o trabalho no setor público, especialmente quanto às condições de trabalho, ao desenvolvimento de competências e à produtividade dos servidores.

REFERÊNCIAS

ALVES, V.; IMONIANA, J.; LOPES, W. eGovernment technology, digital transformation and data stewardship towards sustainable development agenda in Brazil. **Procedia Computer Science**, [*S. l.*], v. 257, p. 1032–1038, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.procs.2025.03.134. Acesso em: 10 nov. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CRUSOE, J.; MAGNUSSON, J.; EKLUND, J. Digital transformation decoupling: the impact of willful ignorance on public sector digital transformation. **Government Information Quarterly**, [*S. l.*], v. 41, n. 3, 101958, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.giq.2024.101958. Acesso em: 29 abr. 2026.

DEPAULA, N. Political ideology and information technology in government online communication. **Government Information Quarterly**, [*S. l.*], v. 40, n. 1101747, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.giq.2022.101747. Acesso em: 29 abr. 2026.

GASCO-HERNANDEZ, M; GIL-GARCIA, J. R; LUNA-REYES, L. F. Unpacking the role of technology, leadership, governance and collaborative capacities in inter-agency collaborations. **Government Information Quarterly**, [*S. l.*], v. 39, n. 3, p. 101710, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.giq.2022.101710 Acesso em: 29 abr. 2026.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. **Pesquisa qualitativa básica**. Petrópolis: Vozes, 2025.

GIL, A.; REIS NETO, A. Survey de experiência como pesquisa qualitativa básica em administração. **Revista de Ciências da Administração**, [*S. l.*], v. 22, n. 56, p. 125-137, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-8077.2020.e74026. Acesso em: 11 jan. 2026.

IRANI, Z. *et al*. The impact of legacy systems on digital transformation in European public administration: lessons learned from a multi-case analysis. **Government Information Quarterly**, [*S. l.*], v. 40, n. 1, 101784, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.giq.2022.101784. Acesso em: 12 dez. 2025.

KEMPENEER, S.; HEYLEN, F. Virtual state, where are you? A literature review, framework and agenda for failed digital transformation. **Big Data & Society**, [*S. l.*], v. 10, n. 1, 20539517231160528, jan. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1177/20539517231160528. Acesso em: 9 dez. 2025.

KRETSCHMER, T.; KHASHABI, P. Digital transformation and organization design: an integrated approach. **California Management Review**, [*S. l.*], v. 62, n. 4, p. 86-104, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0008125620940296. Acesso em: 12 dez. 2025.

MADAN, R.; ASHOK, M. AI adoption and diffusion in public administration: a systematic literature review and future research agenda. **Government Information Quarterly**, [*S. l.*], v. 40, n. 1, 101774, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.giq.2022.101774. Acesso em: 9 dez. 2025.

NEGRÃO, I.; SOUZA, L.; ABREU, R. O Sistema de Processo Administrativo Eletrônico: o PAE e as metodologias de aprendizagem em tempos de isolamento social causado pela pandemia da covid-19 no governo do Estado do Pará. *In*: COLÓQUIO DE GOVERNANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, 3., 2020, Belém. **Perspectivas atuais e futuras da governança pública em tempos de covid-19**. Belém: EGPA, 2022. p. 108-115. Disponível em: https://www.egpa.pa.gov.br/sites/default/files/coloqpa_livro3_final.pdf. Acesso em: 25 abr. 2026.

PARÁ (Estado). Decreto nº 609, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas de enfrentamento da pandemia do coronavírus (COVID-19) no âmbito do Estado do Pará. **Diário Oficial do Estado do Pará**, n. 34.143, 16 mar. 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Kn8WjWL8NGJqHRxbWIiEOGqMtsWaDBlC/view. Acesso em: 16 dez. 2025.

PARÁ (Estado). Decreto nº 2.176, de 12 de setembro de 2018. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito do Poder Executivo do Estado do Pará. **Diário Oficial do Estado do Pará**, n. 33.699, 13 set. 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1yIftcCR-48o3wO390yas-4exwV5_hHqq/view. Acesso em: 16 dez. 2025.

PRODEPA – EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ. **Processo Administrativo Eletrônico**. Versão 4.1. Pará: PRODEPA, 2025. Disponível em: https://www.sistemas.pa.gov.br/pae/#/inbox?pageNumber=0&page Size=10. Acesso em: 29 abr. 2026.

ŚLIWA, P.; KRZOS, G. How to teach artificial intelligence to manage our organizations? **Procedia Computer Science**, [*S. l.*], v. 225, p. 4795-4804, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.procs.2023.10.479. Acesso em: 7 out. 2025.

TIWARI, S. Digital transformation framework for higher education: principles, guidelines, and actionable recommendations. **International Journal of Social Science Research and Review**, [*S. l.*], v. 7, n. 9, p. 132-139, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.47814/ijssrr.v7i9.2299. Acesso em: 3 set. 2024.

VERGARA, S. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

YUAN, Y*. et al*. Government digital transformation: understanding the role of government social media. **Government Information Quarterly**, [*S. l.*], v. 40, n. 1, 101775, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.giq.2022.101775. Acesso em: 10 mar. 2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES)



PANORAMA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

An overview of research on information accessibility in the context of Information Science

Panorama de la producción científica sobre la accesibilidad de la información en el contexto de la Ciencia de la Información

Stela Andrade Vasconcelos
Mestra em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
stela.vasconcelos@icsa.ufpa.br

Marise Teles Condurú
Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental
Universidade Federal do Pará, Brasil
marise@ufpa.br

Suelene Santana Assunção
Mestra em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
suelenesa@ufpa.br

Tania Chalhub
PhD Social Work
Instituto Nacional de Educação de Surdos, Brasil
chalhubtania@gmail.com

Franciele Marques Redigolo
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho', Brasil,
marques.redigolo@unesp.br

Resumo

Acessibilidade informacional se refere a disponibilização da informação com compreensão para pessoas com deficiência, possibilitando o exercício de sua autonomia. Indaga-se qual o cenário de publicação sobre acessibilidade informacional na área de Ciência da Informação? O objetivo do estudo é apresentar o panorama da produção científica sobre acessibilidade informacional no contexto da Ciência da Informação. Na metodologia, usa-se a bibliometria para avaliar os autores mais produtivos sobre acessibilidade informacional com recorte temporal de 2015 a 2025, a publicação anual dos periódicos de Ciência da Informação sobre esse assunto e os temas emergentes em acessibilidade informacional. Conclui-se que, no cenário internacional, as produções são incipientes e os periódicos de Ciência da Informação com as maiores publicações são os nacionais de língua portuguesa. A pesquisadora Daniela Francescutti Martins Hott destaca-se com três artigos publicados; 2021 e 2025 são os anos mais produtivos, com oito e 12 artigos, respectivamente; e "pessoas com deficiência visual" é um dos temas mais abordados nas produções científicas, seguido de "acesso à informação" e "bibliotecas universitárias".

Palavras-chave: Ciência da Informação; bibliometria; acessibilidade informacional; pessoas com deficiência; Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.

Abstract

Information accessibility refers to making information readily available to people with disabilities, thereby enabling them to exercise their autonomy. The research question is: What is the current state of the literature on information accessibility in the field of Information Science? The objective of this study is to provide an overview of scientific research on information accessibility within the field of Information Science. The

methodology employs bibliometrics to identify the most productive authors on informational accessibility within the timeframe of 2015 to 2025, the annual publication output of Information Science journals on this subject, and emerging themes in informational accessibility. It is concluded that, on the international stage, research output is still in its infancy, and the Information Science journals with the highest number of publications are Portuguese-language national journals. Researcher Daniela Francescutti Martins Hott stands out with three published articles; 2021 and 2025 are the most productive years, with eight and 12 articles, respectively; and "people with visual impairments" is one of the most frequently addressed topics in scientific publications, followed by "access to information" and "university libraries".

Keywords: *information science; bibliometrics; information accessibility; people with disabilities; Sustainable Development Goal 4.*

Resumen

La accesibilidad de la información se refiere a la puesta a disposición de la información de forma sencilla para las personas con discapacidad, lo que les permite ejercer su autonomía. La pregunta que se plantea es: ¿cuál es el panorama de las publicaciones sobre accesibilidad de la información en el ámbito de la ciencia de la información? El objetivo del estudio es presentar una visión general de la producción científica sobre la accesibilidad de la información en el contexto de la ciencia de la información. En cuanto a la metodología, se utiliza la bibliometría para evaluar a los autores más productivos en materia de accesibilidad a la información, con un periodo de tiempo comprendido entre 2015 y 2025, la publicación anual de las revistas de Ciencias de la Información sobre este tema y los temas emergentes en materia de accesibilidad a la información. Se concluye que, en el panorama internacional, las producciones son incipientes y que las revistas de Ciencias de la Información con mayor número de publicaciones son las nacionales en lengua portuguesa. La investigadora Daniela Francescutti Martins Hott destaca con tres artículos publicados; 2021 y 2025 son los años más productivos, con ocho y 12 artículos, respectivamente; y las "personas con discapacidad visual" es uno de los temas más abordados en las publicaciones científicas, seguido del "acceso a la información" y las "bibliotecas universitarias".

Palabras clave: *Ciencias de la información; bibliometría; accesibilidad a la información; personas con discapacidad; Objetivo de Desarrollo Sostenible 4.*

1 INTRODUÇÃO

Após 27 anos da Declaração dos Direitos Humanos, foram declarados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975, os direitos das pessoas com deficiência (Declaração… [2026]), as quais têm buscado seu protagonismo no contexto social, econômico e cultural desde então. Para a garantia dos seus direitos, no Brasil, em 2015 é instituída a Lei nº 13.146, em que se destina a "[...] assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania" (Brasil, 2015, não paginado).

Nesse sentido, é fundamental que as pessoas com deficiência tenham a garantia de acesso à informação como uma forma de exercer o direito que lhesgarante a lei brasileira supracitada. A apropriação da informação, como sugerido

por Maia *et al*. (2023), é um passo gigante para a autonomia da pessoa com deficiência.

A acessibilidade informacional, então, surge com o propósito de afirmar ações em unidades de informação para que Pessoas com Deficiência (PcD) possam ter o mesmo atendimento e acesso pleno aos serviços e produtos que uma pessoa sem deficiência tem. Assim, levando em consideração que a Ciência da Informação é uma área do conhecimento que procura investigar a informação e suas manifestações, é possível que esta área possa contribuir para a concretização dos direitos das pessoas com deficiências, não somente, mas também por meio de projetos e pesquisas que discutam o assunto.

Portanto, o trabalho tem como questão-problema: qual o cenário de publicação sobre acessibilidade informacional na área de Ciência da Informação? Para isso, o objetivo é apresentar o panorama da produção científica sobre acessibilidade informacional no contexto da Ciência da Informação, a partir da publicação anual de artigos científicos, dos autores mais produtivos dentro desse assunto e de temas relacionados.

Em síntese, o artigo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira a introdução; na segunda seção, apresenta-se a abordagem da acessibilidade informacional na Ciência da Informação relacionada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS) da Agenda 2030; os aspectos metodológicos são descritos na terceira seção; os resultados da pesquisa e a discussão são desenvolvidos na quarta seção, e, por fim, na quinta seção, as considerações finais.

2 ABORDAGENS SOBRE ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM O ODS

A Ciência da Informação surgiu a partir da necessidade de tornar o acesso possível para um grande volume de conhecimento produzido durante a II Grande Guerra (1939-1945), principalmente sobre ciência e tecnologia (Saracevic, 2008). Esta área do conhecimento tem o dever, então, de investigar e propor novos mecanismos para a organização, recuperação, disseminação e uso da informação registrada. Nesse quesito, tornar acessível o conhecimento para pessoas com deficiência, seja auditiva, visual, intelectual, com mobilidade reduzida, visando o seu uso, é o que preconiza o conceito de acessibilidade informacional.

Acessibilidade informacional “[...] diz respeito à suspensão de impedimentos no acesso à informação, sem necessariamente estar à parte das demais dimensões” (Fernandes, 2018, p. 41). Ou seja, a acessibilidade informacional está relacionada ao acesso à informação sem barreiras para pessoas com deficiência, de forma que elas consigam satisfazer suas necessidades informacionais com segurança, equidade e autonomia. Os outros tipos de acessibilidade podem estar atrelados à acessibilidade informacional, como arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, pragmática e atitudinal (Sassaki, 2009).

Barrio-Martínez (2021, p. 490, tradução nossa) acredita que a acessibilidade informacional “[...] pode chegar a ter maior impacto social, cultural e, inclusive, econômico”, em comparação aos outros tipos de acessibilidade, uma vez que a informacional possibilita a inclusão de pessoas com deficiência, e até mesmo de idosos, numa sociedade em que a informação possui cada vez mais força nas atividades socioeconômicas e culturais.

No âmbito da Ciência da Informação, os estudos sobre acessibilidade informacional abordam o tema em bibliotecas universitárias, como o mapeamento de serviços informacionais em bibliotecas universitárias (Silva; Spudeit, 2021), o acesso à informação para pessoas com diversidade funcional em bibliotecas universitárias (Barrio-Martínez, 2021), o acesso à informação atrelado aos tipos de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, instrumental e físico (Barbosa; Madio, 2022; Castro; Brasil, 2021), o desenvolvimento de projeto de extensão sobre Libras (Muccini *et al*., 2023), e o nível de acessibilidade em sites de bibliotecas de universidade públicas (Vital *et al*., 2024).

Ainda que o foco dos estudos seja as bibliotecas universitárias, na realidade ainda há muito a ser feito para que as bibliotecas se tornem acessíveis, pois há falta de capacitação dos profissionais, barreiras de acessibilidade arquitetônica, atitudinal e informacional (Costa; Oliveira, 2021). Sobre isso, Miranda (2017, p. 1681) relata que as bibliotecas podem “[...] investir na capacitação profissional, no treinamento de usuários, em tecnologias gratuitas, buscar parceiros para implantar equipamentos, ultrapassar os muros da biblioteca” para potencializar a acessibilidade nas bibliotecas universitárias. A capacitação profissional, principalmente o estudo da língua de sinais, poderá derrubar a barreira da comunicação entre os profissionais que atuam na biblioteca e o usuário surdo.

Além do foco nas bibliotecas universitárias, outras abordagens apontam para estudos de usuários e acessibilidade (Fujino, 2017), uso das tecnologias assistivas e a produção de materiais em formatos acessíveis (Souza; Tabosa, 2018; Fonseca; Lima, 2020; Menezes, 2021), a questão ética na representação da informação e o impacto na acessibilidade informacional (Hott; Oliveira, 2021). Também, a questão de acessibilidade, em geral, é estudada sob a perspectiva dos estudos bibliométricos, como o direito de acesso à informação como um direito humano, relacionado à justiça social (Chalhub; Tenaglia; Benchimol, 2023), a produção científica sobre acessibilidade digital (Andrade *et al*., 2024), de maneira a contribuir para a produção e disseminação de conhecimento a respeito dos tipos de acessibilidade.

Nessa perspectiva, há estudos que colocam a experiência do usuário como foco principal junto ao acesso à informação, como a interação de usuários cegos por meio do *Online Public Access Catalogue* (OPAC) de bibliotecas universitárias (Lazzarin; Sousa, 2015) e a dificuldade em navegar no site dos tribunais de justiça dos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná por pessoas com deficiência visual (Soares Filho; Araújo, 2025).

Dessa maneira, o acesso à informação para pessoas com deficiência é previsto também na Agenda 2030, que corresponde a um instrumento da Organização das Nações Unidas (ONU) para o bem-estar da população e para o melhor cuidado com o meio ambiente. No seu ODS 4 (Educação de Qualidade), é proposto assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas (Ipea, 2019a).

Com relação a isso, na meta 4.5, as pessoas com deficiência são consideradas para garantir a igualdade de acesso e de formação profissional para os mais vulneráveis, até 2030, e na submeta 4.a, da meta 4.7, é prevista a construção e melhoria de instalações físicas para a educação, de forma a proporcionar ambientes seguros e não violentos para as pessoas com deficiência (Ipea, 2019a).

Especificamente, no contexto brasileiro, apesar das especificidades regionais, o Brasil, em 2022, obteve um avanço de 97% dos jovens na educação básica na faixa etária de 4 a 17 anos; entretanto, o maior desafio é a inclusão total dos alunos com deficiência nesta mesma faixa etária, que são 91,4% (Ipea, 2019b). Ressalta-se que, em virtude da geografia na Região Amazônica, cercada por rios, longas

distâncias e áreas de difícil acesso às comunidades ribeirinhas, o acesso à energia elétrica e à internet torna-se limitado. Isto está relacionado aos custos elevados para implantação de redes de conectividade e à insuficiência de infraestrutura tecnológica (IDEC, 2022).

Portanto, debates sobre como implementar e disponibilizar a acessibilidade informacional para todas as pessoas sem ou com deficiência são necessárias para que haja avanço em mais espaços inclusivos no contexto nacional, considerando as particularidades regionais da Amazônia, a fim de garantir o acesso à informação de forma equitativa, com objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas, e oferecendo meios para implementar práticas mais sustentáveis, sobretudo para as comunidades mais vulneráveis, através da informação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é bibliográfica e descritiva, tendo em vista fazer o levantamento de produções científicas para elucidar o fenômeno de acessibilidade informacional na Ciência da Informação por meio do método bibliométrico. Para isso, as bases de dados *Web of Science* e a Base de dados em Ciência da Informação (Brapci) foram escolhidas para traçar um panorama das pesquisas no cenário nacional e internacional de Ciência da Informação, com o recorte temporal de 2015 a 2025, justifica-se o ano inicial em virtude da implantação das metas globais da Agenda 2030 da ONU.

O tipo de documento escolhido para análise foi o artigo completo, tendo em vista a sua relevância na comunicação do conhecimento produzido e registrado no meio científico. Assim, na Brapci, a estratégia de busca utilizou aspas nos descritores em três idiomas diferentes, para recuperar de maneira exata: “acessibilidade informacional”; “*informationaccessibility*”; “*accesibilidad de lainformación*”, utilizando os filtros de tempo (2015 a 2025), coleções (revistas brasileiras e estrangeiras) e campo (título e palavras-chave). Foi possível recuperar, ao todo, 162 documentos, dos quais, após a leitura de partes do texto para verificar a sua pertinência com o objetivo desta pesquisa e a eliminação de duplicatas, 36 artigos foram selecionados para a análise e discussão dos dados.

Na *Web of Science*, acessada por meio do Portal de Periódicos CAPES, utilizou-se os filtros de publicação customizada (2015-01-01 a 2025-12-31), busca por *topic* (*title, abstract, keyword plus, andauthorkeywords*), tipo (*article*), *open*

access e categoria (*Informationsciencelibraryscience*) para os três descritores de busca citados anteriormente. Logo, 41 estudos foram recuperados com a soma dos descritores, entretanto, quatro eram pertinentes para a pesquisa. Portanto, o corpus final foi de 40 artigos completos.

A seleção dos artigos que comporiam o corpus de análise foi feita a partir da leitura dos resumos e palavras-chave, que deveriam conter o termo “acessibilidade informacional”, estar relacionadosà Ciência da Informação e ao acesso à informação por pessoas com deficiência. Após a seleção, organizaram-se, em planilha Excel, os dados dos estudos que serviram de indicadores bibliométricos para a análise dos dados.

Desse modo, os indicadores foram: Autor, Título, Ano, Instituição, Periódico, Palavras-chave e Resumo. Os dados contidos nesses indicadores propuseram a utilização dos princípios das três leis da bibliometria, que, em resumo, analisam a produtividade de autores (Lei de Lotka), a publicação de artigos por periódicos científicos (Lei de Bradford) e a frequência de palavras utilizadas num texto (Lei de Zipf), conforme o quadro 1.

Quadro 1 – Leis e indicadores bibliométricos e seus objetivos de análise

Lei bibliométrica	Indicadores bibliométricos	Objetivo de análise bibliométrica
Lei de Bradford	Ano; Periódico	Analisar a dispersão por ano dos artigos sobre acessibilidade informacional em periódicos científicos de Ciência da Informação.
Lei de Lotka	Autor; Vínculo Institucional	Identificar quais autores são mais produtivos sobre acessibilidade informacional no contexto da Ciência da Informação.
Lei de Zipf	Título; Palavras-chave	Verificar os temas emergentes dentro do tema de acessibilidade informacional na Ciência da Informação.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

Para este estudo, os indicadores foram utilizados com o objetivo de identificar e descrever: i. a produção dos periódicos de Ciência da Informação por ano; ii. a produtividade de autores, e iii. os temas emergentes em acessibilidade informacional. Dessa forma, os resultados e a discussão que os seguem estão organizados, respectivamente, conforme a ordem citada acima.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÃO)

Com os indicadores Ano e Periódico, foi possível analisar o recorte de 2015 a 2025 de publicações de artigos sobre acessibilidade informacional, visando analisar

a dispersão por ano dos artigos sobre acessibilidade informacional em periódicos científicos de Ciência da Informação.

Destaca-se o ano de 2025 como o mais produtivo, com 12 publicações, dispersas nos periódicos: Perspectivas em Ciência da Informação, Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, Revista Acervo (Arquivo Nacional), Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Informação & Informação, Biblionline, Revista P2P & Inovação e Infonomy (Espanha), com uma publicação em cada, e os periódicos RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação e Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com duas publicações em cada.

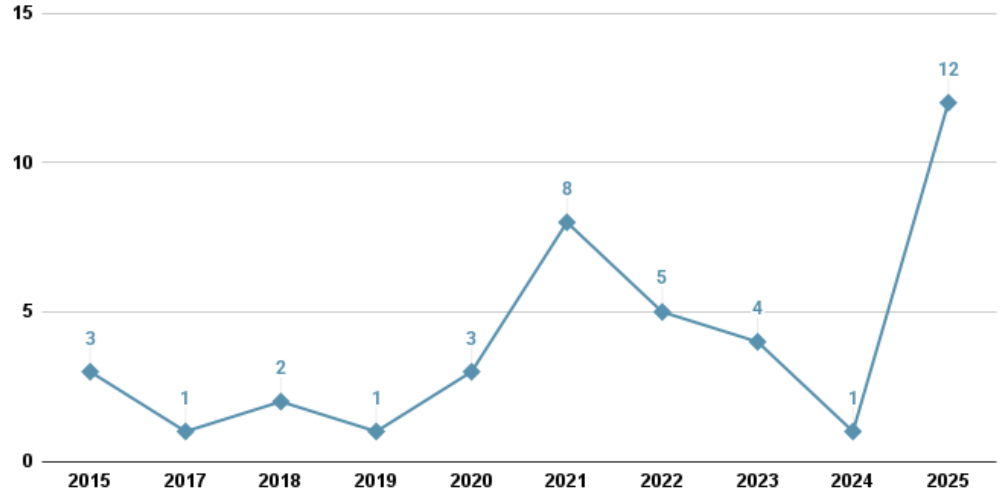
Infere-se que a quantidade significativa de publicações em 2025 é decorrente do cumprimento das metas da agenda global da ONU, tendo em vista que o Estado e a Sociedade Civil estão empenhados em desenvolver ações em prol de um mundo mais sustentável para as futuras gerações, cujo prazo para atender às metas globais é no ano de 2030. Na Ciência da Informação, a Rede de Bibliotecas Inclusivas da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) tem colaborado para esse cenário ao procurar pela ampliação de serviços e produtos para pessoas com deficiência (FEBAB, [2026]).

Em seguida, o ano de 2021 também apresentou uma produtividade expressiva com oito publicações no total, das quais encontram-se nos periódicos: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação; RICI - Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação; LOGEION - Filosofia da informação; Informação & Informação; Palabra Clave (La Plata); InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação; Ciência da Informação em Revista e Revista Fontes Documentais. Infere-se que essa concentração de publicações no ano de 2021 se deu por causa da pandemia de COVID-19 no ano de 2020, o que levou as bibliotecas a repensarem a forma de atendimento em tempo de isolamento social, sobretudo quanto ao seu papel de fornecedoras de acesso a informações seguras e de qualidade (GT-BP/FEBAB, 2021).

O gráfico 1 disponibiliza a visualização de publicação anual de artigos científicos sobre acessibilidade informacional em periódicos científicos de Ciência da Informação, de maneira que, entre 2015 e 2020, anos iniciais após a implantação da Agenda 2030 e dos ODS, as publicações sobre o tema foram diminutas, contudo, o

panorama muda a partir de 2021, com uma crescente no número de publicações, e tem maior índice no ano de 2025.

Gráfico 1 – Publicação anual de artigos sobre acessibilidade informacional (2015–2025)



Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

A produtividade de autores foi analisada levando em consideração os autores que possuíam maior número de ocorrências nos estudos analisados, utilizando os indicadores bibliométricos Autor e Instituição, com o objetivo de identificar quais autores são mais produtivos sobre acessibilidade informacional no contexto da Ciência da Informação, como exposto no quadro 2.

Quadro 2 – Produtividade de autores sobre acessibilidade informacional

Autores (Vínculo Institucional)	Nº de artigos
Daniela Francescutti Martins Hott (Universidade de Brasília - UnB)	3
Ana Paula Lima dos Santos (Universidade Federal Fluminense - UFF)	2
Dalgiza Andrade Oliveira (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)	2
Georgete Medleg Rodrigues (Universidade de Brasília - UnB)	2
IvetteKafure-Muñoz (Universidade de Brasília - UnB)	2
Lais Pereira de Oliveira (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP; Universidade Federal de Goiás - UFG)	2
Marckson Roberto Ferreira de Sousa (Universidade Federal da Paraíba - UFPB)	2
Michelle Karina Assunção Costa (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)	2

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A pesquisadora Daniela Francescutti Martins Hott (UnB) se destaca com três artigos publicados. Os artigos dessa autora abordam o acesso à informação para pessoas com deficiência (Hott; Rodrigues; Oliveira, 2018), o impacto da representação temática da informação na questão da acessibilidade informacional

(Hott; Oliveira, 2021), e a acessibilidade em consultas públicas (Hott; Rodrigues; Kafure-Muñoz, 2022). Além desta pesquisadora, os demais autores possuíam duas publicações cada, sendo que as autoras Dalgiza Andrade Oliveira e Michelle Karina Assunção Costa dividiram a autoria dos seus dois trabalhos, que dizem respeito à acessibilidade em bibliotecas universitárias, em decorrência da relação entre docente e discente no doutorado da segunda autora.

A pesquisadora Ana Paula Lima dos Santos, da UFF, apareceu no panorama com duas publicações recentes, no ano de 2025, que abordaram acessibilidade digital no repositório institucional RIMA, relacionando o tema à organização da informação (Santos, 2025a). Ademais, o segundo artigo aborda o interesse dos bibliotecários na formação voltada à acessibilidade e à inclusão de pessoas com deficiência em bibliotecas universitárias (Santos, 2025b). As produções científicas desta pesquisadora mostram que as problemáticas relacionadas à acessibilidade informacional em bibliotecas podem encontrar soluções no escopo da Ciência da Informação.

Em adição, a Universidade de Brasília (UnB) apareceu com mais frequência, como a afiliação institucional de três autoras, sendo Georgete Medleg Rodrigues e Ivette Kafure-Muñoz docentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UnB, e Daniela Francescutti Martins Hott discente do programa citado, que teve orientação e coorientação de Rodrigues e Kafure-Muñoz no doutorado. Nesse cenário, percebe-se que, os autores mais produtivos publicaram estudos circunscritos para a promoção de conhecimentos e habilidades necessárias para estilos de vida sustentáveis, direitos humanos e para a cultura de paz, conforme previsto na meta 4.7 do ODS 4.

Os temas emergentes relacionados à acessibilidade informacional foram identificados a partir dos indicadores Título e Palavras-chave, de forma que se um artigo utilizasse o mesmo termo nesses dois campos, o termo seria contabilizado apenas uma vez. Termos no plural e no singular, e em outras línguas também passaram por padronização, com o fim de proporcionar um panorama mais objetivo. Foram considerados temas emergentes os termos que fossem utilizados ao menos três vezes, como pode ser visto no quadro 3.

Quadro 3 – Temas emergentes relacionados à acessibilidade informacional

Temas emergentes	Nº de ocorrência
Acessibilidade informacional / *Informationaccessibility* / *Accesibilidad informacional*	23
Pessoas com deficiência visual	14
Acesso à informação	12
Acessibilidade / *Accessibility*	11
Bibliotecas universitárias	11
Pessoas com deficiência (PcD) / *Personas condiscapacidad*	10
Acesso e acessibilidade em ambientes *web* / *Accesibilidad de informaciónenla web* / *Accesibilidad web* / Acessibilidade *web* móvel	5
Acessibilidade digital / *Digital Accessibility*	4
Mediação da informação	4
Tecnologias assistivas	4
Ciência da Informação	3

Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Assim, percebe-se que, além do termo principal “acessibilidade informacional”, o qual foi utilizado 23 vezes, os estudos focam em acessibilidade para pessoas com deficiência visual (14 ocorrências) e em debater, sobretudo, o acesso à informação (12 ocorrências). As bibliotecas universitárias (11 ocorrências) são alvo de pesquisa, uma vez que esse tipo de biblioteca atende muitas pessoas e deve oferecer acessibilidade arquitetônica, atitudinal e informacional, por exemplo. Outros temas, como acessibilidade em ambientes *web* e em dispositivos móveis, acessibilidade digital, tecnologias assistivas e estudos com foco na mediação da informação e na Ciência da Informação para pessoas com deficiência, tendo cinco, quatro e três ocorrências, respectivamente, possuem potencial para contribuir para a igualdade de acesso a todos, conforme a meta 4.5 do ODS 4.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade informacional no contexto da Ciência da Informação tem, em sua maioria, mulheres como autores mais produtivos sobre o tema. O ano com o maior número de artigos publicados foi em 2025, com 12 publicações e oito produções no ano de 2021, e os temas emergentes em acessibilidade informacional são focados em pessoas com deficiência visual, questões de acesso à informação e bibliotecas universitárias. Esse panorama contribui para o avanço de novas pesquisas sobre acessibilidade informacional na Ciência da Informação.

Observou-se ainda que há uma maior presença de publicações em português sobre acessibilidade informacional. As publicações no cenário internacional se encontram em um estado incipiente, de forma que foram obtidas quatro publicações na *Web of Science*, uma com foco numa biblioteca pública no Japão; outra sobre acessibilidade informacional para pessoas com deficiência no Paquistão; a acessibilidade do *site* do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e do Paraná e sobre os aspectos que interferem no acesso à informação por usuários cegos com o sistema de catálogo OPAC em bibliotecas universitárias.

Posto isso, os resultados obtidos a partir do uso de indicadores bibliométricos podem servir para a elaboração de estratégias de políticas públicas, e no desenvolvimento de serviços e produtos em bibliotecas que atendam melhor às pessoas com deficiência, de modo a oferecer o acesso à informação para todos, de forma equitativa, como descrito nas metas 4.5 e 4.7 da Agenda 2030.

Desta forma, o foco das metas 4.5 e 4.7 do ODS 4 é no ensino equânime para todos a partir do acesso igualitário, em virtude da geografia e das assimetrias socioeconômicas da região amazônica, é necessário a criação de políticas públicas conforme as especificidades locais e com a valorização dos saberes tradicionais, segundo o acordo com o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, conforme a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, visando a sua inclusão social e respeito a cidadania (Brasil, 2015).

Nessa perspectiva, alinhar essas iniciativas às metas 4.5 e 4.7 da Agenda 2030 não reduz apenas as desigualdades de acesso à informação, mas também fomenta uma formação crítica na preservação dos saberes locais associado à sustentabilidade na implantação das políticas públicas em prol da acessibilidade e inclusão na Região Amazônica.

Além disso, novos estudos poderiam investigar o panorama de produções científicas sobre acessibilidade informacional em outras bases de dados não contempladas neste estudo, e aumentar o recorte temporal do levantamento bibliográfico. Vale ressaltar a possibilidade de averiguar como se dá a acessibilidade informacional em bibliotecas públicas, escolares e/ou comunitárias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Denise Aparecida Freitas *et al*. Acessibilidade digital na produção científica indexada pelo Portal Oasisbr. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E

CIENTOMETRIA – EBBC, 9., 2024, Brasília. **Anais** [...]. Brasília, 2024. p. 1-8. Disponível em: https://ebbc.inf.br/ojs/index.php/ebbc/article/view/288. Acesso em: 3 jan. 2026.

BARBOSA, Kelly Cristina; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. Acessibilidade nas bibliotecas do Instituto Federal de Sergipe: diagnóstico para alcançar acessibilidade física e informacional. **BIBLOS** - **Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 36, n. 2, p. 143-156, 2022. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/14320. Acesso em: 27 fev. 2026.

BARRIOS-MARTÍNEZ, Cristina. Accesibilidad informacional y diversidad funcional en las bibliotecas universitarias españolas. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 14, n. 2, p. 487-500, maio/ago., 2021. Disponível em: https://periodicostestes.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/36423. Acesso em: 27 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 4 jan. 2026.

CASTRO, Maria José Rodrigues de; BRASIL, Marcus Vinicius de Oliveira. Acessibilidade informacional para pessoas com deficiência visual em uma biblioteca universitária. **InCID**: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 104-124, 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/pt_BR/article/view/178690. Acesso em: 27 mar. 2026.

CHALHUB, Tania; TENAGLIA, Mônica; BENCHIMOL, Alegria Celia. Acessibilidade na Ciência da Informação: até onde avançamos? *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL EM HUMANIDADES DIGITAIS, 3., 2023, Rio de Janeiro. **Resumos** [...]. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Humanidades Digitais, 2023.

COSTA, Michelle Karina Assunção; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Usuários da informação com deficiência e o papel das bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 8, n. 1, p. 95-118, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufal.br/cir/article/view/11238. Acesso em: 27 mar. 2026.

DECLARAÇÃO dos direitos das pessoas deficientes. **Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75**. [2026]. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em: 29 abr. 2026.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DE INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Rede de Bibliotecas Inclusivas.** [2026]. Disponível em: https://www.acoesfebab.com/inclusivas. Acesso em: 10 abr. 2026.

FERNANDES, Joana D'Arc Páscoa Bezerra. **Diagnóstico da acessibilidade informacional na biblioteconomia brasileira**. 2018. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Fortaleza (CE), 2018. Disponível em:https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/33425. Acesso em: 25 mar. 2026.

FONSECA, Grasielle Lopes Menezes da; LIMA, Neuza Rejane Wile. Acessibilidade informacional à pessoa com deficiência visual através do livro falado. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Rio Grande do Norte, v. 4, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/21761. Acesso em: 3 jan. 2026.

FUJINO, Asa. Acessibilidade informacional de PcD no contexto da lei de acesso à informação: desafios para estudo de usuários. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 2, n. esp, p. 237-257, out., 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/28422. Acesso em: 3 jan. 2026.

GRUPO DE TRABALHO DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS FEBAB (GT-BP/FEBAB). **Bibliotecas por um mundo melhor**: ontem , hoje e sempre : guia de ação. São Paulo: Federação Brasileira de Associações de Bibliotecas, Cientistas de Informação e Instituições, 2021. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/6211. Acesso em: 3 jan. 2026.

HOTT, Daniela Francescutti Martins; OLIVEIRA, Lais Pereira de. Questões éticas em tratamento temático da informação e o impacto sobre a acessibilidade informacional. **Logeion: filosofia da informação**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 44-58, 2021. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5494. Acesso em: 3 jan. 2026.

HOTT, Daniela Francescutti Martins; RODRIGUES, Georgete Medleg; KAFURE-MUÑOZ, Ivette. Acesso à informação para pessoas com deficiência: análise das contribuições das consultas públicas do Conselho Nacional De Arquivos (CONARQ). **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44515. Acesso em: 10 abr. 2026.

HOTT, Daniela Francescutti Martins; RODRIGUES, Georgete Medleg; OLIVEIRA, Lais Pereira de. Acesso e acessibilidade em ambientes web para pessoas com deficiência: avanços e limites. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 12, n. 4, 2018. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/8318. Acesso em: 10 abr. 2026.

INSTITUTO DE DEFESA DE CONSUMIDORES (IDEC). **Acesso à Internet na Região Norte do Brasil.** Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor e DerechosDigitales. 2022. Disponível em: https://idec.org.br/pesquisas-acesso-internet. Acesso em: 30 abr. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **ODS 4 - Educação de qualidade**. 2019a. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/ods/ods4_card.html. Acesso em: 10 abr. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Caderno ODS 4 – O Que mostra o retrato do Brasil?** Brasília, DF: Livraria Ipea, 2019b. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190711_cadernos_ODS_objetivo_4.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

LAZZARIN, Fabiana Aparecida; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. Aspectos que interferem no acesso à informação e interação dos usuários cegos com o OPAC em bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação,** Belo Horizonte, v. 20, n. 1, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-5344/1882. Acesso em: 9 abr. 2026.

MAIA, Élida Lopes *et al*. Ciência da Informação, acessibilidade e inclusão às pessoas com deficiência: um levantamento nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Sergipe, Aracaju. **Anais** [...]. Sergipe, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1258. Acesso em: 4 jan. 2026.

MENEZES, Nelijane Campos. Produção de textos acessíveis para pessoas com deficiência visual: a experiência do núcleo de acessibilidade informacional do Sibi/UFBA. **Revista**

Fontes Documentais, v. 4, n. Ed. Especial, 2021. Disponível em:https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/58235. Acesso em: 29 abr. 2026.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de. Acessibilidade em bibliotecas: de Ranganathan à Agenda 2030. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [*S. l.*], v. 13, p. 1669–1683, 2017. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/846. Acesso em: 29 abr. 2026.

MUCCINI, Patrícia *et al.* Libras na BU: uma proposta de biblioteca bilíngue por meio de um programa de extensão. **Revista ACB**: **Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 28, n. 1, p.1-15, 2023. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1920. Acesso em: 27 mar. 2026.

SANTOS, Ana Paula Lima dos. Avaliação da acessibilidade digital no repositório institucional RIMA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: uma análise para além da tecnologia. **Encontros Bibli**: **Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 30, p. 2-24, 2025a. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/105768/60185. Acesso em: 10 abr. 2026.

SANTOS, Ana Paula Lima dos. Capacitação de bibliotecários para acessibilidade e inclusão: desafios e impactos do regime de informação nas bibliotecas universitárias. **RDBCI**: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 23, p. 1-30, 2025b. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8679425. Acesso em: 10 abr. 2026.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308. Acesso em: 23 mar. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, mar./abr., p. 10-16, 2009. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.

SILVA, Arlete Ferreira; SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira. A oferta de serviços informacionais acessíveis para pessoas cegas em bibliotecas universitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** [*S. l.*], v. 17, p. 1-27, 2021. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1560. Acesso em: 27 mar. 2026.

SOUZA, Osvaldo de; TABOSA, Hamilton Rodrigues. Estudo sobre contribuição da ciência da informação em pesquisas sobre tecnologias assistivas. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 70-88, 2018. Disponível em: https://revistas.ufg.br/ci/article/view/45987. Acesso em: 3 jan. 2026.

SOARES FILHO, Carlos de Paula; ARAÚJO, Paula Carina de. As barreiras informacionais enfrentadas pelo interagente da justiça durante o uso do site institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e do Paraná. **Perspectivas em Ciência da Informação,** Belo Horizonte, v. 30, fluxo contínuo, p. 1-24, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-5344/51510. Acesso em: 9 abr. 2026.

VITAL, Luciane Paula *et al*. Análise da acessibilidade em sites de bibliotecas de universidades públicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [*S. l.*], v. 20, p. 1-15, 2024. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2048. Acesso em: 27 mar. 2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa

SICAM 2026
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
18 e 19 de Junho - Belém - PA

PANORAMA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS INDEXADOS NA *WEB OF SCIENCE* 2016–2025

Overview of climate change: bibliometric analysis of articles indexed on the Web of Science 2016–2025

Panorama del cambio climático: análisis bibliométrico de artículos indexados en la Web of Science 2016–2025

Eliane Epifane Martins
Doutoranda em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará, Brasil,
e-mail: jadyeliane@gmail.com

Leandro de Sousa Rocha
Mestrando em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará, Brasil,
e-mail: leandro.rocha@icsa.ufpa.br

Resumo

Esta pesquisa analisou a produção científica sobre mudanças climáticas indexada na Web of Science entre 2016 e 2025, por meio de técnicas bibliométricas. Foram recuperados 6.482 artigos, com predominância do idioma inglês. Observou-se crescimento contínuo da produção, que passou de 282 artigos em 2016 para 1.113 em 2025. Os autores mais produtivos incluem Oliver L. Phillips, Yadvinder Malhi e Luiz E. O. C. Aragão, com forte colaboração internacional entre Reino Unido, Brasil e Portugal. A análise de coocorrência de palavras-chave revelou a centralidade do termo "climate change" e frentes consolidadas em biodiversidade, conservação e desmatamento, além de lacunas em temas sociais e educacionais. Conclui-se que o campo está consolidado e em expansão, mas necessita de maior integração de abordagens interdisciplinares para enfrentar a complexidade do fenômeno climático.

Palavras-chave: mudanças climáticas; análise bibliométrica; Web of Science; produção científica; coocorrência de palavras-chave.

Abstract

This research analyzed scientific production on climate change indexed in the Web of Science between 2016 and 2025, using bibliometric techniques. 6,482 articles were retrieved, predominantly in English. There was continuous growth in production, which went from 282 articles in 2016 to 1,113 in 2025. The most productive authors include Oliver L. Phillips, Yadvinder Malhi, and Luiz E. O. C. Aragão, with strong international collaboration between the United Kingdom, Brazil, and Portugal. The keyword co-occurrence analysis revealed the centrality of the term "climate change" and consolidated fronts in biodiversity, conservation, and deforestation, in addition to gaps in social and educational themes. It is concluded that the field is consolidated and expanding, but requires greater integration of interdisciplinary approaches to address the complexity of climate phenomena.

Keywords: *climate change; bibliometric analysis; Web of Science; scientific production; keyword co-occurrence.*

Resumen

Esta investigación analizó la producción científica sobre cambio climático indexada en la Web of Science entre 2016 y 2025, utilizando técnicas bibliométricas. Se recuperaron 6.482

artículos, predominantemente en inglés. Hubo un crecimiento continuo en la producción, que pasó de 282 artículos en 2016 a 1.113 en 2025. Entre los autores más productivos se encuentran Oliver L. Phillips, Yadvinder Malhi y Luiz E. O. C. Aragão, con una fuerte colaboración internacional entre el Reino Unido, Brasil y Portugal. El análisis de coocurrencia de palabras clave reveló la centralidad del término "cambio climático" y frentes consolidados en biodiversidad, conservación y deforestación, además de vacíos en temas sociales y educativos. Se concluye que el campo se encuentra consolidado y en expansión, pero requiere de una mayor integración de enfoques interdisciplinarios para enfrentar la complejidad del fenómeno climático.

Palabras clave: *cambio climático; análisis bibliométrico; Web of Science; producción científica; coocurrencia de palabras clave.*

1 INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas configuram-se, no cenário contemporâneo, como um dos mais complexos, abrangentes e urgentes desafios globais enfrentados pela humanidade. Os impactos desse fenômeno transcendem fronteiras nacionais e atingem diferentes setores da sociedade, afetando ecossistemas, economias, a saúde pública, a segurança alimentar, a disponibilidade hídrica e a própria estabilidade social e política de nações em todas as regiões do planeta. Eventos extremos, como secas prolongadas, enchentes devastadoras, ondas de calor sem precedentes, tempestades intensificadas e a elevação do nível dos mares, tornaram-se cada vez mais frequentes e severos nas últimas décadas, evidenciando a urgência de ações coordenadas e baseadas em evidências científicas robustas (Organização das Nações Unidas no Brasil, 2026).

Diante desse cenário, a produção científica sobre mudanças climáticas tem se expandido de maneira significativa e acelerada, mobilizando pesquisadores de múltiplas áreas do conhecimento. O tema, que inicialmente pertencia quase que exclusivamente ao domínio das ciências atmosféricas e da climatologia, passou a incorporar, progressivamente, contribuições da ecologia, biologia, química, física, ciências sociais, direito, economia, ciência política, educação, saúde pública e engenharias, entre outras (Salmi; Fleury, 2022). Essa diversificação reflete o reconhecimento de que as mudanças climáticas não são um problema puramente ambiental ou técnico, mas um fenômeno intrinsecamente interdisciplinar, cuja compreensão exige a articulação entre diferentes saberes e perspectivas metodológicas (Salmi; Fleury, 2022).

Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a produção científica sobre mudanças climáticas indexada na base Web of Science (WoS) entre

2016 e 2025, por meio de técnicas bibliométricas, para identificar tendências temáticas, redes de colaboração e o impacto da pesquisa no período recente. Além disso, tem como proposta: a) mapear a evolução temporal das publicações sobre mudanças climáticas, identificando os anos de maior produção; b) identificar os principais autores que lideram a produção científica sobre a temática, bem como as redes de colaboração estabelecidas; e c) analisar a coocorrência de palavras-chave para delinear as principais frentes de pesquisa, tendências emergentes e lacunas temáticas no campo das mudanças climáticas.

2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO CAMPO CIENTÍFICO INTERDISCIPLINAR

No contexto atual, as mudanças climáticas configuram-se como um dos mais complexos e urgentes desafios globais, e diversas áreas do conhecimento buscam compreendê-las. Nesse sentido, trata-se de um tema interdisciplinar, no qual diferentes disciplinas dialogam para explicar e propor soluções para os impactos oriundos desse fenômeno. Destaca-se que o tema “[...] começou a fazer parte da agenda internacional na década de 80 do século passado, a partir de alguns trabalhos científicos que indicavam o aumento da concentração de gás carbônico na atmosfera” (Juras, 2008, p. 35).

Nas Ciências Sociais, pesquisadores buscam compreender o fenômeno em seus múltiplos aspectos, como os padrões de consumo, o uso dos recursos naturais, as desigualdades sociais e os impactos diferenciados das mudanças climáticas sobre populações vulneráveis. Um estudo publicado por Salmi e Fleury (2022) revelou que, na última década, as pesquisas sobre mudanças climáticas nas Ciências Sociais no Brasil foram majoritariamente publicadas em periódicos científicos e apresentaram uma perspectiva normativa, voltada para regras, políticas e orientações de ação.

Pesquisas nas áreas do Direito e da Ciência Política direcionam-se à análise e à formulação de políticas públicas, acordos internacionais e estratégias de governança ambiental. Além disso, discutem-se fundamentos constitucionais que buscam minimizar os efeitos do aquecimento global por meio de políticas públicas (Abrão, 2010). Nesse contexto, leis que exigem licenciamento ambiental, decisões judiciais que impedem atividades potencialmente danosas antes de sua ocorrência e o princípio da inadmissibilidade do ilícito ambiental (Bortolozzi; Freitas, 2010) evidenciam a atuação desses campos na consolidação do Direito Ambiental. Blank

(2015, p. 165) afirma que “[...] o direito deve corrigir as condutas, bem como prevenir os efeitos e transformações que essas condutas não corrigidas tenham provocado ao planeta e à humanidade”, contribuindo, assim, para a adaptação e o enfrentamento das mudanças climáticas já em curso.

Nesse sentido, diversos estudos apontam diferentes perspectivas. Almeida (2020), ao analisar a produção acadêmica sobre o ensino de climatologia com ênfase em mudanças climáticas na educação básica entre 2000 e 2017, identificou maior concentração de publicações na área da educação. Isso reforça a compreensão de que a temática das mudanças climáticas, por seu caráter interdisciplinar, deve ser abordada de forma integrada, articulando diferentes áreas do conhecimento.

Dessa forma, para Mesquita, Curi e Bursztyn (2018), a interdisciplinaridade pode ser utilizada para promover o ensino sobre o clima no ensino superior, por meio de projetos e ações que envolvam diferentes áreas e atividades, especialmente no contexto da educação ambiental, das mudanças climáticas e da responsabilidade social das universidades. Dessa forma, a produção do conhecimento pode contribuir tanto para a formação cidadã quanto para a construção de políticas públicas voltadas ao clima.

2.1 A consolidação da agenda de pesquisa climática

Pesquisas sobre mudanças climáticas consolidaram-se como um dos principais campos científicos contemporâneos, em razão de seus impactos ambientais, sociais e econômicos em escala global. A evolução desse campo está diretamente associada à atuação do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), instituído em 1988 pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (IPCC, 2026). O IPCC tem como objetivo “[...] fornecer aos governos, em todos os níveis, informações científicas que possam ser utilizadas na formulação de políticas climáticas” (IPCC, 2026, tradução nossa), desempenhando, assim, o papel de assessor científico para formuladores de políticas públicas. Suas avaliações refletem o estado da arte do conhecimento produzido por diferentes segmentos da comunidade científica (Silva, 2015) e são sistematizadas em relatórios periódicos que abordam múltiplas dimensões do fenômeno climático.

Esses relatórios têm desempenhado papel central na consolidação de evidências sobre o aquecimento global e na construção de um consenso científico internacional acerca da influência antrópica nesse processo (Silva, 2015). Nesse contexto, pesquisadores de diversas áreas têm concentrado esforços na compreensão do fenômeno, na validação de dados e no estabelecimento de bases teóricas consistentes, reunindo evidências robustas que subsidiam alertas à comunidade internacional sobre as consequências das mudanças climáticas.

O Primeiro Relatório de Avaliação de 1990 concentrou-se na análise das evidências científicas do aquecimento global, suas causas, impactos e na necessidade de estratégias de mitigação. O Segundo Relatório de Avaliação, publicado em 1995, constituiu um marco relevante ao subsidiar a proposição do Protocolo de Kyoto, em 1997. O Terceiro Relatório de Avaliação, lançado em 2001, ampliou o escopo analítico ao incorporar dimensões científicas, técnicas, ambientais, econômicas e sociais da mitigação das mudanças climáticas, aprofundando conclusões anteriores (Silva, 2015).

No Quarto Relatório de Avaliação (2007), evidenciou-se com maior robustez que o aquecimento global decorre predominantemente de atividades humanas. Posteriormente, o Quinto Relatório de Avaliação (2014) reforçou essa conclusão, demonstrando que as emissões antrópicas de gases de efeito estufa constituem a principal causa do aquecimento do sistema climático (Clemente, 2025). No contexto brasileiro, a Amazônia assume papel de destaque, sobretudo nos relatórios mais recentes, que enfatizam os impactos do desmatamento e suas implicações para o equilíbrio climático global.

Em 2023, foi publicado o Relatório Síntese (SYR) do Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do IPCC, que reúne, de forma integrada, o conhecimento científico mais atualizado sobre as mudanças climáticas desde 2014. O documento afirma de maneira inequívoca que a mudança do clima é causada por atividades humanas. Destaca, ainda, que os impactos já se manifestam de forma generalizada e intensa, afetando ecossistemas, economias e populações em todas as regiões do mundo. Ademais, evidencia que os riscos aumentam a cada fração adicional de aquecimento, com intensificação de eventos extremos, como secas, enchentes e ondas de calor (Juras, 2008). Nesse sentido, o relatório ressalta a necessidade de ações imediatas, coordenadas e em escala global para a redução de danos e a promoção de um futuro sustentável.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa classifica-se, quanto à natureza, como aplicada, pois visa gerar conhecimentos para aplicação prática orientada à identificação de tendências, redes de colaboração e impacto da produção científica sobre mudanças climáticas (Freitas; Prodanov, 2013). Quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritiva e exploratória. Descritiva, uma vez que pretende descrever características da produção científica indexada na WoS, como evolução temporal, periódicos relevantes, autores, instituições, países e redes de colaboração (Gil, 2021). Exploratória, por buscar identificar tendências emergentes, lacunas temáticas e frentes de pesquisa no campo das mudanças climáticas, proporcionando maior familiaridade com o problema e permitindo sua delimitação (Gil, 2021).

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa adota o delineamento bibliográfico, operacionalizado por meio de revisão integrativa da literatura combinada à análise bibliométrica. A revisão integrativa permite a síntese de conhecimento produzido sobre o tema, reunindo e avaliando criticamente estudos publicados, o que contribui para a compreensão de fenômenos complexos e interdisciplinares (Gil, 2021). Já a análise bibliométrica possibilita a aplicação de métodos estatísticos e matemáticos à produção científica, viabilizando a identificação de padrões de publicação, redes de colaboração, impacto de autores e periódicos, bem como a coocorrência de palavras-chave (Nogueira; Paulo, 2024).

3.1 Estratégia de busca na WoS

A coleta de dados foi realizada na base de dados WoS Coleção Principal, considerada uma das mais abrangentes e relevantes para análises bibliométricas, por indexar periódicos de alto impacto e cobrir um amplo espectro de áreas do conhecimento (Clarivate, 2026). A busca abrangerá o período dos últimos 10 anos de pesquisa, partindo do dia 01/01/2016 até 31/12/2025, com vistas a capturar tanto os primeiros registros científicos dentro do período sobre mudanças climáticas quanto a produção mais recente.

A estratégia de busca será construída com base em termos controlados e palavras-chave relacionadas ao tema "mudanças climáticas", considerando sinônimos e variações terminológicas em três idiomas (português, inglês e espanhol), conforme os critérios de inclusão estabelecidos. Será utilizado o operador

booleano “OR” para combinar os sinônimos e “AND” para vincular os termos principais. A *string* de busca será aplicada no campo "Tópico" (TS), que abrange título, resumo e palavras-chave dos artigos. Dessa forma, foi utilizada a seguinte expressão de busca (Quadro 1):

Quadro 1 - Estratégia de busca utilizada na WoS

TS = (("climate change" OR "global warming" OR "climatic change" OR "climate variability" OR "anthropogenic climate change") OR ("cambio climático" OR "calentamiento global" OR "variabilidad climática" OR "cambio climático antropogénico") OR ("mudanças climáticas" OR "aquecimento global" OR "variação climática" OR "mudança climática antropogênica"))

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Além disso, foram aplicados os seguintes filtros na WoS: tipo de documento = "Article" (excluindo resenhas, editoriais, cartas, anais de conferências, capítulos de livros); período = 2016–2025; idiomas = português, inglês e espanhol; publicação realizada no Brasil e indexadas em acesso aberto. Os resultados foram exportados em formato de arquivo de texto completo (*plaintext*) com registros completos e referências citadas, para posterior processamento em *softwares* de análise bibliométrica (VOSviewer).

3.2 Fluxo de seleção dos estudos

Para realizar a seleção dos trabalhos, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: artigos originais revisados por pares, com textos completos disponíveis, nos idiomas português, inglês ou espanhol, publicados entre 2016 e 2025 e indexados em acesso aberto, e como critérios de exclusão: documentos duplicados, resenhas, editoriais, cartas, anais de conferências, capítulos de livros, teses, dissertações e artigos cujo foco principal não fosse mudanças climáticas. Dessa forma, os trabalhos considerados relevantes compuseram o corpus final da pesquisa, sendo submetidos à análise bibliométrica e à síntese integrativa.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

A presente seção apresenta os resultados da análise bibliométrica da produção científica sobre mudanças climáticas indexada na WoS no período de 2016 a 2025, organizados de acordo com os objetivos específicos da pesquisa.

Foram recuperados 6.482 artigos, sendo a maioria em inglês (6.163 artigos), seguida por português (286 artigos) e espanhol (33 artigos), conforme demonstra a tabela 1. Esse predomínio do inglês reflete o papel desse idioma como língua franca da comunicação científica internacional, especialmente em áreas de alto impacto e colaboração global (Van Eck; Waltman, 2014).

Tabela 1 - Distribuição dos artigos por idiomas

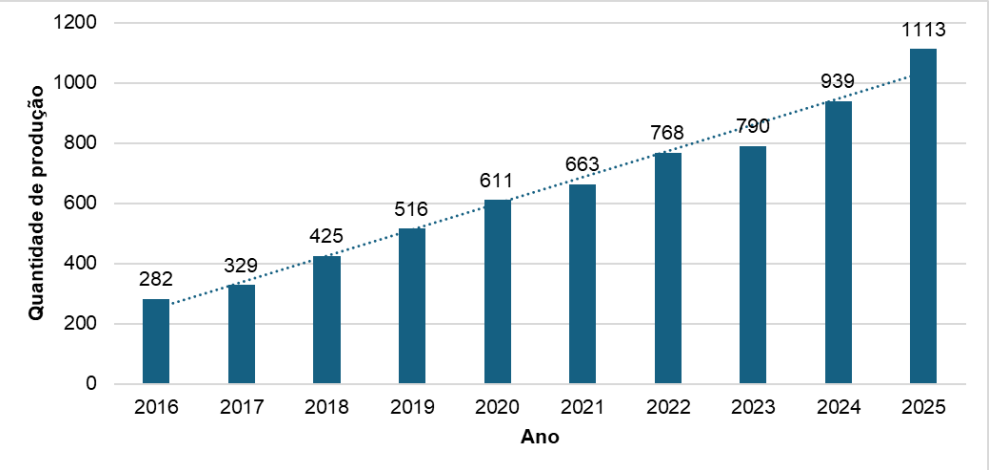
Idioma	Quantidade
Inglês	6.163
Português	286
Espanhol	33
Total	6.482

Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

4.1 Evolução temporal das publicações

Com relação ao primeiro objetivo específico, que foi mapear a evolução temporal das publicações sobre mudanças climáticas, identificando os anos de maior produção, a figura 1 apresenta a distribuição anual dos artigos publicados entre 2016 e 2025.

Figura 1 – Evolução temporal das publicações sobre mudanças climáticas (2016-2025)



Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

Observa-se uma trajetória de crescimento contínuo e acentuado da produção científica no período analisado. Em 2016, foram registrados 282 artigos; já em 2025, o número alcançou 1.113 publicações, representando um aumento de aproximadamente 295% em uma década. Esse crescimento não foi linear, mas progressivo, com incrementos anuais expressivos a partir de 2020, quando a

produção ultrapassou 600 artigos, e especialmente após 2022, com saltos superiores a 100 publicações por ano.

Esse padrão ascendente está alinhado com a consolidação da agenda de pesquisa climática observada por Silva (2015) e com a intensificação dos alertas científicos veiculados pelos relatórios do IPCC, particularmente o Sexto Relatório de Avaliação (AR6) publicado em 2023, que reafirmou de maneira inequívoca a influência antrópica sobre o sistema climático (IPCC, 2023). O aumento expressivo nos últimos anos do período (2023-2025) também pode ser associado à crescente visibilidade dos eventos extremos (secas, enchentes, ondas de calor) e à urgência de soluções mitigadoras e adaptativas, conforme destacado por Clemente (2025).

4.2 Produção científica dos autores

Quanto ao segundo objetivo específico que foi identificar os principais autores que lideram a produção científica sobre a temática, bem como as redes de colaboração estabelecidas, o quadro 2 apresenta os dez autores mais produtivos no período de 2016 a 2025.

Quadro 2 - Autores mais produtivos em mudanças climáticas (2016-2025)

Autor	Documentos
Oliver L. Phillips	40
Yadvinder Malhi	37
Luiz E. O. C. Aragão	37
Rafael S. Oliveira	36
Ricardo M. Trigo	34
Jos Barlow	33
Ted R. Feldpausch	30
Roberto Schaeffer	29
Yuming Guo	25
Hans ter Steege	24

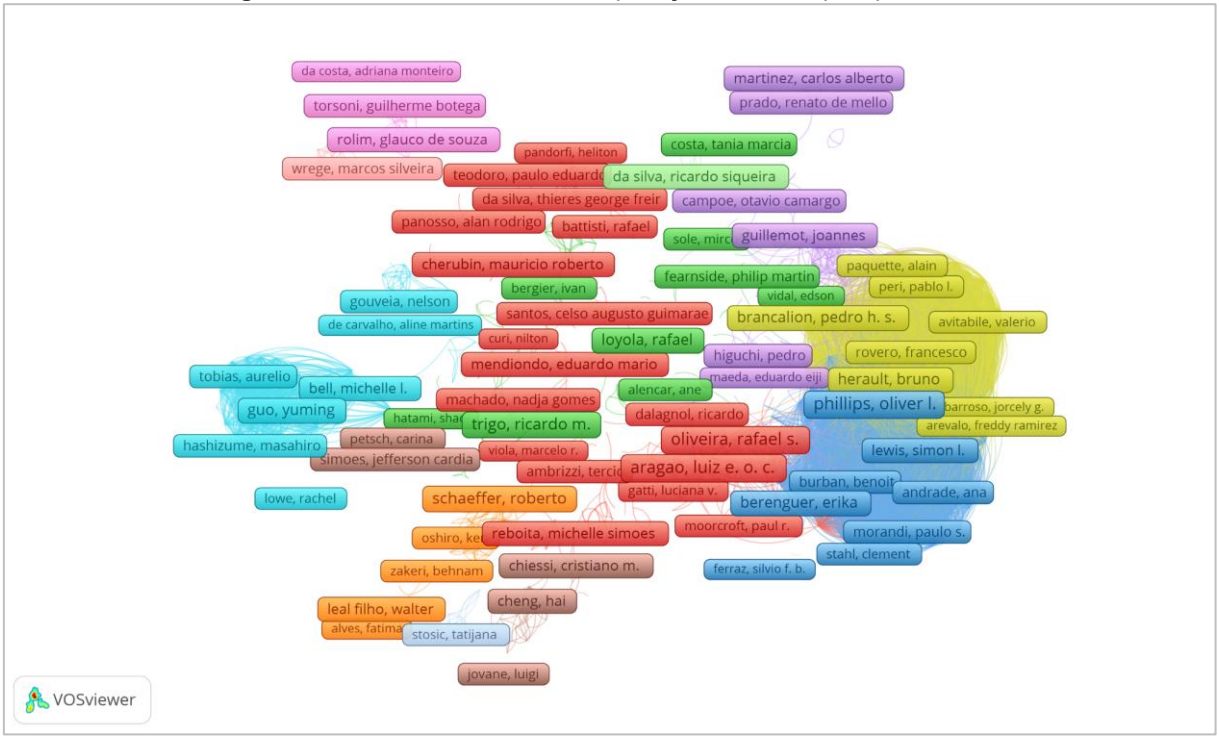
Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A lista revela um predomínio de pesquisadores vinculados a instituições do Reino Unido (Phillips, Malhi, Barlow), Brasil (Aragão, Oliveira, Schaeffer) e Portugal (Trigo), com forte atuação em temas como ecologia de florestas tropicais, ciclagem de carbono, impactos do desmatamento e vulnerabilidade climática. A presença expressiva de autores brasileiros reflete a relevância da Amazônia e do Cerrado nos debates sobre mudanças climáticas, conforme apontado por Silva (2015) e pelo

próprio IPCC (2023), que enfatizam os impactos do desmatamento no equilíbrio climático global.

As redes de colaboração internacional, a serem visualizadas por meio de mapas de coautoria na figura 2, indicam forte cooperação entre instituições do Reino Unido, Brasil, Estados Unidos e países da Europa Ocidental. Estudos anteriores, como o de Salmi e Fleury (2022), já haviam evidenciado a crescente internacionalização da pesquisa climática brasileira, o que se confirma nos dados aqui apresentados. A colaboração entre Oliver L. Phillips, Yadvinder Malhi e Luiz E. O. C. Aragão, por exemplo, sugere a existência de redes consolidadas em torno da Rede Amazônica de Inventários Florestais (RAINFOR) e de projetos de monitoramento de carbono.

Figura 2 - Análise da rede de cooperação entre os pesquisadores



Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

A análise das redes de colaboração será aprofundada na seção de discussão final, mas desde já se observa que a pesquisa sobre mudanças climáticas é altamente colaborativa e internacionalizada, característica típica de grandes desafios globais que demandam ações coordenadas entre países e instituições (Blank, 2015).

4.3 Coocorrência de palavras-chave: frentes de pesquisa, tendências e lacunas

Em relação ao terceiro objetivo específico, que foi analisar a coocorrência de palavras-chave para delinear as principais frentes de pesquisa, tendências emergentes e lacunas temáticas, a tabela 2 apresenta os dez termos mais frequentes nas palavras-chave dos artigos analisados, ordenados pelo número de links (conexões) com outros termos.

Tabela 2 - Palavras-chave mais frequentes e suas conexões

Termo	Ocorrência	Links
climate change	2.900	19.409
temperature	483	3.522
impacts	449	3.493
biodiversity	399	3.308
conservation	359	3.020
patterns	310	2.607
diversity	318	2.605
drought	304	2.539
brazil	358	2.539
deforestation	272	2.310

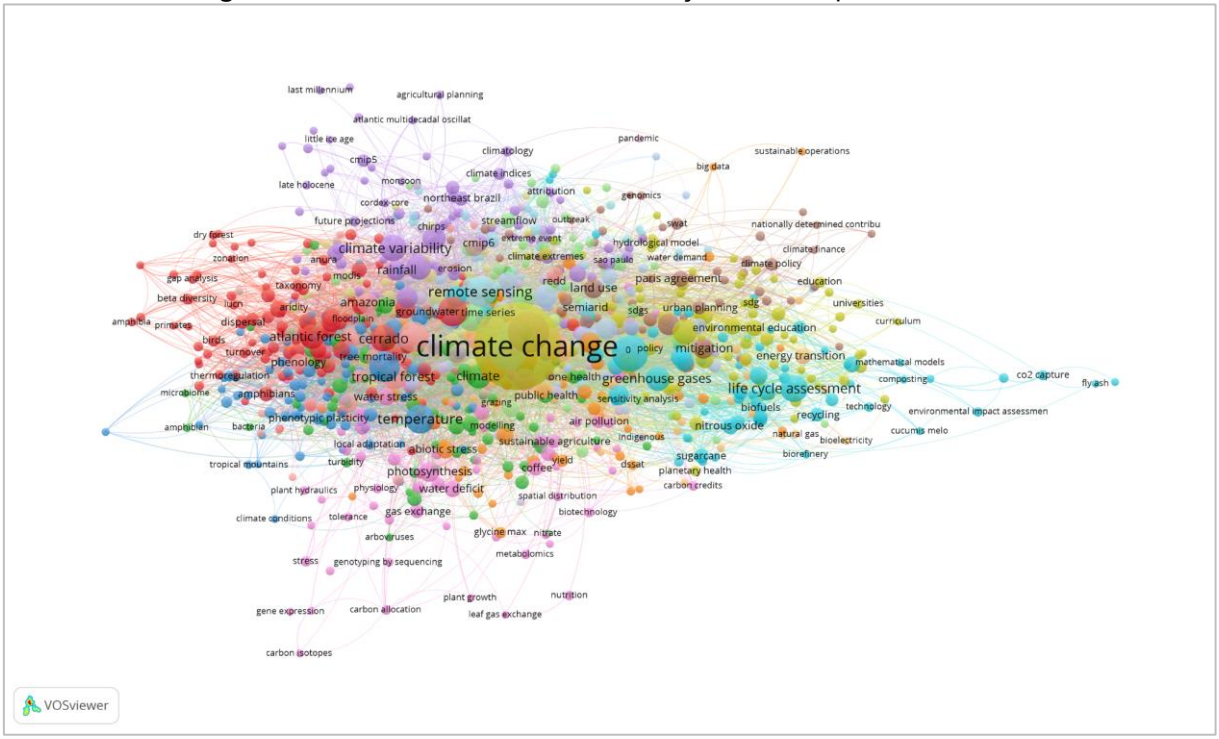
Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

O termo "climate change" destaca-se não apenas pelo elevado número de ocorrências (2.900), mas especialmente pelo expressivo número de *links* (19.409) com outros termos, indicando que as mudanças climáticas funcionam como um conceito central e articulador de uma ampla gama de subtemas (Figura 3). Esse padrão confirma o caráter interdisciplinar do campo, conforme discutido por Mesquita, Curi e Bursztyn (2018) e por Almeida (2020), abrangendo desde a biodiversidade e conservação até impactos socioambientais e políticas públicas.

As frentes de pesquisa mais consolidadas no campo das mudanças climáticas incluem os efeitos da temperatura sobre ecossistemas e serviços ambientais, os impactos sobre a biodiversidade, as estratégias de conservação em cenários de aquecimento, os padrões de seca e o papel do desmatamento, com destaque para o Brasil. A forte presença dos termos "Brazil", "deforestation" e "biodiversity" evidencia a centralidade da Amazônia nas pesquisas globais sobre o tema, corroborando análises anteriores. Como tendências emergentes, observa-se a crescente articulação entre "climate change" e conceitos como adaptação, vulnerabilidade,

serviços ecossistêmicos, mudança no uso da terra, estoque de carbono e sensoriamento remoto, indicando uma evolução do campo para soluções baseadas na natureza, governança climática e justiça ambiental.

Figura 3 - Análise da coocorrência e relação entre as palavras-chave



Fonte: Elaborada pelos autores (2026).

Como lacunas temáticas, identificam-se a baixa frequência e a fraca conexão de termos relacionados a aspectos sociais, econômicos e educacionais, tais como pobreza, gênero, políticas públicas, justiça climática, educação climática e vulnerabilidade em saúde. Essa desproporção reforça que, embora as ciências sociais tenham avançado, sua produção ainda é numericamente inferior e menos integrada às redes centrais de pesquisa climática. Trabalhos recentes têm chamado a atenção para os impactos das mudanças climáticas na saúde, indicando uma possível área de expansão futura para o campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou que a produção científica sobre mudanças climáticas na WoS, entre 2016 e 2025, cresceu expressivamente, saltando de 282 para 1.113 publicações, um aumento de aproximadamente 295%. Esse crescimento, especialmente acentuado a partir de 2020, reflete a urgência do tema, impulsionada

pelos alertas do IPCC e pela intensificação de eventos climáticos extremos. O predomínio do inglês confirma seu papel como língua franca da ciência, enquanto a presença de publicações em português e espanhol evidencia a contribuição significativa de países como o Brasil.

Entre os autores mais produtivos, destacam-se Oliver L. Phillips, Yadvinder Malhi e Luiz E. O. C. Aragão, com forte atuação em ecologia de florestas tropicais, ciclagem de carbono e impactos do desmatamento. A expressiva presença de pesquisadores vinculados a instituições do Reino Unido, Brasil e Portugal evidencia a consolidação de redes de colaboração internacional em torno da Amazônia, demonstrando que a pesquisa climática é altamente colaborativa e internacionalizada, característica essencial para enfrentar um desafio global.

A análise de coocorrência de palavras-chave revelou domínio das ciências naturais, com ênfase em temperatura, biodiversidade, conservação, seca e desmatamento, sendo "climate change" o termo central articulador da área. Como tendências emergentes, observa-se articulação com adaptação, vulnerabilidade e serviços ecossistêmicos, mas persistem lacunas em aspectos sociais, econômicos e educacionais. Conclui-se que o campo está consolidado e em expansão, porém necessita de maior integração das ciências sociais e humanas, além de abordagens interseccionais que considerem justiça climática e vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, B. F. F. A necessidade de medidas para reduzir os efeitos do aquecimento global: o projeto de lei Estadual e a lei Municipal nº 14.933/2009, de São Paulo, para a criação de uma política de mudanças climáticas*. In:* LAVRATTI, P.; PRESTES, V. B. (orgs.). **Direito e mudanças climáticas**: inovações legislativas em matéria de mudanças climáticas. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2010. p. 67-93. Disponível em: https://www.academia.edu/12276829/Dano_ambiental_e_a_pol%C3%ADtica_do_Estado_do_Amazonas_para_as_mudan%C3%A7as_clim%C3%A1ticas. Acesso em: 30 mar. 2026.

ALMEIDA, D. A. **O estado da arte na pesquisa em ensino de climatologia com ênfase no tema mudanças climáticas**: análise de artigos científicos no período de 2000 a 2017. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino e História de Ciências da Terra) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_ff5c7dd7e39b8fa0cd04d167b484d4e7. Acesso em: 28 mar. 2026.

BLANK, D. M. P. O contexto das mudanças climáticas e as suas vítimas. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 157-172, maio/ago. 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/SgzwvyFQvzynyM8ZhdtRzjr/?format=html&lang=pt. Acesso em: 27 mar. 2026.

BORTOLOZZI, M. L.; FREITAS, V. P. Constitucionalidade e reflexos das iniciativas legislativas do Estado e do Município de São Paulo relativas às mudanças climáticas. *In:* LAVRATTI, P.; PRESTES, V. B. (org.). **Direito e mudanças climáticas:** inovações legislativas em matéria de mudanças climáticas. São Paulo: Instituto O Direito por um Planeta Verde, 2010. p. 35-66. Disponível em: https://www.academia.edu/12276829/Dano_ambiental_e_a_pol%C3%ADtica_do_Estado_do_Amazonas_para_as_mudan%C3%A7as_clim%C3%A1ticas. Acesso em: 30 mar. 2026.

CLARIVATE. **[Página inicial]**. [*S. l.*], 2026. Disponível em: https://clarivate.com/. Acesso em: 10 abr. 2026.

CLEMENTE, L. R. G. Impactos das mudanças climáticas: reflexões sobre os desastres ambientais e a saúde no Brasil. **RECIIS (Online)**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, e5362, out./dez. 2025. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/5362. Acesso em: 30 mar. 2026.

FREITAS, E. C.; PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Mudança do clima 2023:** relatório síntese, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc/arquivos/pdf/copy_of_IPCC_Longer_Report_2023_Portugues.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **[Página inicial]**, 2026. Disponível em: https://www.ipcc.ch/. Acesso em: 28 mar. 2026.

JURAS, I. A. G. M. Aquecimento global e mudanças climáticas: uma introdução. **Plenarium**, Brasília, v. 5, n. 5, p. 34-46, out. 2008. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstreams/0b29e886-7110-46a1-a7c0-244bdb201f66/download. Acesso em: 30 mar. 2026.

MESQUITA, P. S.; CURI, M. V.; BURSZTYN, M. A interdisciplinaridade e a percepção de estudantes universitários sobre as mudanças climáticas. **Fronteiras:** Journal of Social, Technological and Environmental Science, [*S. l.*], v. 7, n. 1, p. 306-325, 2018. Disponível em: https://revistas2.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/2412. Acesso em: 28 abr. 2026.

NOGUEIRA, A. S.; PAULO, A. F. Análise bibliométrica de publicações científicas sobre visualização de dados e tomada de decisão. **Brazilian Journal of Information Science**, Brasília n. 18, p. 20, 2024. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/15650. Acesso em: 30 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **[Página inicial]**, 2026. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/. Acesso em: 18 maio 2026.

SALMI, F.; FLEURY, L. C. Mudanças climáticas e Ciências Sociais: análise bibliométrica do campo (2011-2021). **Bib:** Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, v. 1, n. 97, p. 1-19, 2022.

SILVA, C. M. L. F. **Mudanças climáticas e ambientais:** contextos educacionais e históricos. Natal: IFRN, 2015. 329 p. Disponível em: https://memoria.ifrn.edu.br/discover. Acesso em: 28 mar. 2026.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Visualizing bibliometric networks. *In*: FRENKEN, Koen *et al.* **Measuring scholarly impact**: methods and practice. Cham: Springer International Publishing, 2014. p. 285-320.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



O INSTAGRAM COMO DISPOSITIVO INFORMACIONAL DIGITAL NA MEDIAÇÃO DE FLUXOS DE INFORMAÇÃO NA ECONOMIA CRIATIVA AMAZÔNICA

Instagram as a digital information tool in the mediation of information flows in the amazonian creative economy

Instagram como dispositivo informativo digital en la mediación de los flujos de información en la economía creativa amazónica

Priscila de Nazaré Castro Progene
Doutoranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
priscila.progene@icsa.ufpa.br

Maika Rodrigues Amorim
Doutoranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
maikamorim@gmail.com

Resumo

As transformações digitais têm redefinido os processos de produção, circulação e apropriação da informação na sociedade contemporânea, especialmente a partir da consolidação das plataformas digitais como infraestruturas informacionais. Nesse contexto, as redes sociais digitais passaram a desempenhar papel estratégico na economia criativa, na medida em que permitem a mediação de fluxos informacionais essenciais para desenvolvimento de atividades empreendedoras baseadas no conhecimento. Na região amazônica brasileira, caracterizada por desafios socioeconômicos estruturais e desigualdades de acesso a oportunidades, o uso estratégico dessas plataformas pode contribuir para o fortalecimento do empreendedorismo informacional e para a geração de renda por meio de atividades criativas. Este estudo tem como objetivo analisar o Instagram como dispositivo informacional digital na mediação de fluxos de informação na economia criativa amazônica. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza aplicada e caráter descritivo, utilizando o estudo de caso como estratégia investigativa e análise de conteúdo. A coleta de dados ocorreu por meio da observação das práticas informacionais desenvolvidas em ambiente digital, considerando a produção de conteúdo, interação com usuários e estratégias de organização da informação profissional. Os resultados demonstram que o Instagram atua como ambiente de mediação informacional, permitindo a organização de fluxos de informação que reduzem assimetrias informacionais entre profissional e clientes, fortalecem a confiança e contribuem para a consolidação de atividades econômicas baseadas na informação. Conclui-se que as redes sociais digitais podem ser compreendidas como dispositivos informacionais relevantes para o desenvolvimento da economia criativa amazônica, evidenciando o papel estratégico da informação como recurso de desenvolvimento econômico e social.

Palavras-chave: mediação da informação; dispositivos informacionais digitais; fluxos informacionais; economia criativa; desenvolvimento regional amazônico.

Abstract

Digital transformations have redefined the processes of production, circulation, and appropriation of information in contemporary society, particularly with the consolidation of

digital platforms as informational infrastructures. In this context, digital social networks have come to play a strategic role in the Crea tive economy, as they facilitate the flow of information essential for the development of knowledge-based entrepreneurial activities. In the Brazilian Amazonas region, characterized by structural socioeconomic challenges and inequalities in access to opportunities, the strategic use of these platforms can contribute to strengthening informational entrepreneurship and generating income through creative activities. This study aims to analyze Instagram as a digital informational tool in mediating information flows within the Amazonian creative economy. Methodologically, this is a qualitative, applied, and descriptive study, utilizing case studies as an investigative strategy and content analysis. Data collection was conducted through the observation of informational practices developed in a digital environment, considering content production, user interaction, and strategies for organizing professional information. The results demonstrate that Instagram acts as an environment for informational mediation, enabling the organization of information flows that reduces

Keywords: *information mediation; digital information systems; information flows; creative economy; regional development in the amazon.*

Resumen

Las transformaciones digitales han redefinido los procesos de producción, circulación y apropiación de la información en la sociedad contemporánea, especialmente a partir de la consolidación de las plataformas digitales como infraestructuras informativas. En este contexto, las redes sociales digitales han pasado a desempeñar un papel estratégico en la economía creativa, en la medida en que permiten la mediación de flujos de información esenciales para el desarrollo de actividades emprendedoras basadas en el conocimiento. En la región amazónica brasileña, caracterizada por desafíos socioeconómicos estructurales y desigualdades en el acceso a las oportunidades, el uso estratégico de estas plataformas puede contribuir al fortalecimiento del emprendimiento informativo y a la generación de ingresos a través de actividades creativas. El objetivo de este estudio es analizar Instagram como dispositivo informativo digital en la mediación de flujos de información en la economía creativa amazónica. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, de naturaleza aplicada y carácter descriptivo, que utiliza el estudio de caso como estrategia investigativa y el análisis de contenido. La recopilación de datos se llevó a cabo mediante la observación de las prácticas informacionales desarrolladas en el entorno digital, teniendo en cuenta la producción de contenidos, la interacción con los usuarios y las estrategias de organización de la información profesional. Los resultados demuestran que Instagram actúa como un entorno de mediación informacional, permitiendo la organización de flujos de información que reducen.

Palabras clave: *mediación de la información; dispositivos informativos digitales; flujos de información; economía creativa; desarrollo regional amazónico.*

1 INTRODUÇÃO

A sociedade da informação é marcada pela centralidade dos fluxos informacionais e pelo papel estratégico da informação no desenvolvimento econômico e social (Castells, 2016). Nesse cenário, as tecnologias digitais reconfiguram práticas comunicacionais e produtivas (Valentim, 2013), destacando-se as redes sociais como ambientes informacionais complexos.

Plataformas como o Instagram são apropriadas como instrumentos de visibilidade e organização da informação em contextos profissionais. Sob a perspectiva da Ciência da Informação, podem ser compreendidas como dispositivos informacionais digitais, por estruturarem processos de produção, mediação e circulação da informação (Capurro, 2007).

A mediação da informação constitui elemento central nesse processo, sendo compreendida como interferência que possibilita a apropriação informacional pelos sujeitos (Almeida Júnior, 2009). Na economia criativa, essa mediação é intensificada pela circulação de conteúdos simbólicos, visuais e técnicos, fundamentais à produção de valor.

Na região amazônica, pequenos empreendimentos utilizam redes sociais para ampliar visibilidade e circulação informacional, reforçando o papel estratégico dessas plataformas. Assim, o estudo tem como objetivo analisar o Instagram como dispositivo informacional digital na mediação de fluxos de informação na economia criativa amazônica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Ciência da Informação dedica-se à compreensão dos processos de produção, organização, mediação e uso da informação. Nesse campo, a mediação da informação representa elemento essencial para compreender como a informação adquire significado social. Almeida Júnior (2009) afirma que a mediação ocorre sempre que há interferência, intencional ou não, no processo de apropriação da informação, ampliando sua compreensão para além de espaços institucionais formais. Nessa mesma direção, Capurro (2007) destaca a necessidade de acompanhar as transformações tecnológicas, especialmente no que se refere ao impacto dos dispositivos digitais na construção do conhecimento.

No que se refere aos fluxos informacionais, Valentim (2013) ressalta que esses fluxos constituem estruturas essenciais para o funcionamento das atividades organizacionais, ao viabilizarem a circulação de conhecimentos necessários à tomada de decisão. No contexto da economia criativa, essa dinâmica se intensifica, uma vez que a informação se configura como um dos principais insumos econômicos, assumindo caráter estratégico na geração de valor.

A economia criativa configura-se como um campo dinâmico fundamentado na criatividade, no conhecimento e na valorização de ativos culturais e simbólicos,

assumindo papel central nas discussões contemporâneas sobre desenvolvimento. Conforme aponta Howkins (2013), trata-se de um modelo em que as ideias constituem o principal insumo produtivo, deslocando a lógica econômica para dimensões intangíveis. Nessa perspectiva, a criatividade não se esgota com o uso, mas se expande continuamente, ampliando o valor agregado dos bens e serviços (Izerrougene; Coelho; Mata, 2012). Além disso, o valor simbólico emerge como elemento estruturante, ao incorporar significados culturais e identitários aos produtos e articular cultura, inovação e geração de riqueza (Brasil, 2011). Sua natureza multissetorial reforça essa complexidade, abrangendo desde as indústrias culturais até setores intensivos em conhecimento, conforme sistematizado pela UNESCO (2013).

Em contextos do Sul Global, a economia criativa ultrapassa a dimensão estritamente econômica e passa a ser compreendida como prática social e territorial. Nesses espaços, marcados por desigualdades históricas, a criatividade é mobilizada como estratégia de resistência, geração de renda e (re)apropriação do território, evidenciando seu potencial transformador (Pinheiro; Ipiranga; Lopes, 2023). No contexto amazônico, essa abordagem ganha relevância estratégica ao propor alternativas ao modelo tradicional baseado na exploração intensiva de recursos naturais, favorecendo práticas alinhadas ao desenvolvimento sustentável.

No campo do desenvolvimento regional, Boisier (2026) destaca a importância dos fatores endógenos e da valorização das potencialidades locais, enquanto Santos (1996) enfatiza o papel do território, das redes e dos fluxos na configuração das dinâmicas socioeconômicas. Sob essa ótica, a economia criativa apresenta-se como uma alternativa capaz de mobilizar saberes locais, identidades culturais e práticas sociais como base para a geração de renda e inclusão produtiva.

A compreensão dessas dinâmicas é aprofundada a partir do papel dos fluxos informacionais, que estruturam a circulação de conhecimentos e sustentam processos de inovação (Valentim, 2008). Nesse contexto, a mediação da informação torna-se central, ocorrendo sempre que há interferência na apropriação da informação, seja por sujeitos ou por tecnologias (Almeida Júnior, 2009). Com o avanço das tecnologias digitais, essa mediação é ampliada e reconfigurada por plataformas que organizam e distribuem conteúdos em larga escala.

Entre essas tecnologias, as redes sociais digitais destacam-se como ambientes informacionais que articula produção, circulação e consumo de conteúdos

em rede. Conforme Van Dijck, Poell e De Waal (2020), tais plataformas funcionam como infraestruturas sociotécnicas que moldam práticas sociais e econômicas. Nesse ambiente, observa-se a redução de assimetrias informacionais, a ampliação do acesso a conteúdos especializados e a transformação de conhecimentos técnicos em linguagem acessível, fortalecendo relações de confiança entre produtores e públicos.

Além disso, o Instagram consolida-se como uma importante infraestrutura da economia criativa ao permitir que a informação circule como ativo econômico. Em setores baseados em estética, cultura e simbolismo, a visibilidade digital torna-se determinante para a geração de valor, conectando produtores locais a mercados ampliados e reduzindo barreiras geográficas (Howkins, 2013; UNCTAD, 2010). No contexto amazônico, essas dinâmicas impulsionam o empreendedorismo em áreas como estética, artesanato, moda e design, promovendo a valorização das identidades regionais e ampliando oportunidades de inserção econômica (UNESCO, 2013).

Nesse cenário, a economia criativa dialoga diretamente com a Agenda 2030, especialmente no que se refere aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Destaca-se sua contribuição para o trabalho decente e o crescimento econômico ODS 8, ao fomentar atividades baseadas no conhecimento e na inovação, bem como para a promoção da indústria e da infraestrutura ODS 9, ao incorporar tecnologias digitais como suporte à produção e circulação de conteúdos (ONU, 2015). Além disso, ao valorizar identidades culturais e práticas locais, contribui para a construção de cidades e comunidades mais sustentáveis e inclusivas ODS 11, (ONU, 2015; UNESCO, 2013).

No âmbito ambiental, a economia criativa apresenta-se como alternativa a modelos produtivos intensivos em recursos naturais, ao priorizar ativos intangíveis como conhecimento e cultura, alinhando-se a padrões mais sustentáveis de produção e consumo ODS, 12 (UNCTAD, 2010). Essa característica é particularmente relevante na Amazônia, onde a valorização de saberes tradicionais e da biodiversidade pode ocorrer de forma integrada à conservação ambiental UNESCO, 2013).

Adicionalmente, a articulação entre criatividade, informação e tecnologias digitais fortalece a disseminação de práticas sustentáveis e amplia o alcance de iniciativas locais, contribuindo para o enfrentamento de desafios globais (Castells,

2016). Assim, a economia criativa se consolida como um campo estratégico para a promoção de um desenvolvimento mais inclusivo, resiliente e sustentável.

Em síntese, a aplicação da Ciência da Informação no contexto da economia criativa amazônica fundamenta-se na capacidade de gerir, de forma estratégica, os fluxos informacionais que convertem elementos culturais e recursos naturais — compreendidos como insumos imateriais — em conhecimento e inovação. Tal dinâmica contribui para a valorização da memória social e do patrimônio cultural amazônida brasileiro, promovendo sua inserção qualificada no mercado global, em consonância com princípios de sustentabilidade.

Dessa forma, compreender o Instagram como dispositivo informacional permite ampliar o entendimento sobre o papel das tecnologias digitais na reorganização das práticas profissionais contemporâneas (Castells, 2016).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, por buscar compreender práticas informacionais a partir da interpretação de fenômenos sociais, analisando significados e dinâmicas na economia criativa digital. Quanto à natureza, classifica-se como aplicada, uma vez que visa à produção de conhecimentos orientados para a resolução de problemas concretos e com potencial de utilização no contexto profissional. Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, pois se propõe a identificar, analisar e descrever práticas informacionais no campo empírico.

Adota-se o estudo de caso como estratégia metodológica, por ser adequado à investigação de fenômenos contemporâneos em contexto real (YIN, 2015), permitindo a compreensão aprofundada das práticas informacionais no Instagram, considerado um dispositivo informacional da economia criativa. O campo empírico abrange perfis profissionais da economia criativa amazônica, nos segmentos de estética, artesanato, moda e produção de conteúdo digital, selecionados por amostragem intencional com base na localização, atuação profissional e uso ativo da plataforma para fins informacionais e comerciais.

Para a definição do corpus, consideraram-se perfis com regularidade de publicações, presença de conteúdos com dimensão informacional e interação com o público, bem como indícios de práticas de mediação da informação. Foram excluídos perfis inativos, exclusivamente pessoais, com baixa frequência de postagens ou com conteúdo predominantemente promocional, sem dimensão

informativa relevante, além daqueles sem interação com usuários ou sem evidências de práticas de mediação informacional. No Quadro 1, apresentam-se os perfis selecionados.

Quadro 1 – Perfis selecionados da economia criativa amazônica

Categoria	Perfil/Empreendimento	Descrição	Instagram (endereço)
Estética	Estética Cleia Santos	Serviços estéticos com conteúdos sobre procedimentos e cuidados	https://instagram.com/esteticacleiasantos
Estética	Cris Amaral Studio	Studio de beleza com conteúdos educativos	https://instagram.com/crisamaralstudio
Estética	Escovei Belém	Serviços de beleza com presença digital ativa	https://instagram.com/escovei.belem
Estética	Studio Prihil	Estúdio de estética com produção de conteúdos informacionais	https://instagram.com/studioprihil
Moda	Capitu Moda Feminina	Moda feminina com alta frequência de postagens	https://instagram.com/capitubelem
Moda	Big Loja Belém	Moda e acessórios com conteúdos informacionais	https://instagram.com/biglojabelem
Moda	Só Modas Tecidos	Loja de tecidos com conteúdos técnicos e informativos	https://instagram.com/somodastecidos
Moda	Vértice Belém	Moda autoral com curadoria estética e narrativa visual	https://instagram.com/verticebelem
Conteúdo digital	Aline Araújo	Conteúdo sobre estética e autocuidado com caráter educativo	https://instagram.com/alinearaujo_makeup
Conteúdo digital	Higor Palheta	Criador de conteúdo com forte interação regional	https://instagram.com/higorpalheta
Conteúdo digital	Isis Vleira	Conteúdo digital com foco em cotidiano e engajamento local	https://instagram.com/isisvieirareal

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

A coleta de dados ocorreu por observação sistemática não participante, entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026, analisando *posts, reels* e comentários. Utilizou-se protocolo estruturado de observação com categorias como: tipos de conteúdos informacionais, frequência de publicações, estratégias de comunicação, dúvidas recorrentes e práticas de mediação da informação.

A coleta de dados ocorreu por meio de observação sistemática não participante, realizada entre dezembro de 2025 e fevereiro de 2026. Foram analisados *posts*, *reels* e comentários, com base em um protocolo estruturado de observação composto pelas seguintes categorias: tipos de conteúdo informacionais, frequência de publicações, estratégias de comunicação, interação com usuários, demandas informacionais e práticas de mediação da informação.

O Quadro 2 destaca quais as categorias analíticas e indicadores de análise:

Quadro 2 – Categorias analíticas e indicadores para análise dos fluxos informacionais no Instagram

Categoria analítica	Indicadores de análise	Descrição operacional
Interação com usuários	Comentários; respostas; engajamento	Observação das interações entre produtores e público, evidenciando a dimensão dialógica dos fluxos informacionais
Demandas informacionais	Dúvidas recorrentes; temas frequentes	Identificação das necessidades informacionais dos usuários a partir de perguntas e interações
Mediação da informação	Seleção; organização; adaptação; contextualização	Análise dos processos de transformação da informação técnica em conteúdos acessíveis e socialmente circuláveis
Organização dos fluxos informacionais	Linearidade; não linearidade; continuidade	Compreensão da dinâmica de circulação da informação entre produção, compartilhamento e recepção
Dimensão sociotécnica	Uso da plataforma; práticas digitais; apropriação tecnológica	Análise da relação entre tecnologia e práticas sociais na produção e circulação da informação
Dimensão econômica	Promoção de serviços; visibilidade; geração de valor	Identificação do papel da informação na economia criativa e na construção de oportunidades de mercado
Dimensão simbólica	Identidade cultural; linguagem regional; representações sociais	Observação de elementos culturais e simbólicos presentes nos conteúdos, relacionados ao contexto amazônico

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento/interpretação dos resultados, orientados pela mediação da informação e pelos fluxos informacionais.

Essa abordagem garantiu rigor metodológico e possibilitou identificar padrões e significados das práticas informacionais na economia criativa digital.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados evidenciam que o Instagram se configura como um dispositivo informacional digital complexo, desempenhando papel estruturante na organização, mediação e circulação de fluxos de informação no contexto da economia criativa da Amazônia brasileira. A análise empírica indica que a plataforma ultrapassa sua função de rede social, constituindo-se como um ambiente sociotécnico no qual a informação é continuamente produzida, reorganizada, interpretada e apropriada por diferentes atores sociais.

No âmbito operacional, a interação com usuários foi observada por meio de comentários, respostas e formas de engajamento. As demandas informacionais foram identificadas a partir das manifestações dos usuários nas interações. A mediação da informação foi considerada a partir dos processos de seleção, organização, adaptação e contextualização dos conteúdos. A organização dos fluxos informacionais foi analisada considerando aspectos de linearidade, não linearidade e continuidade. Também foram contempladas a dimensão sociotécnica, relacionada ao uso da plataforma e às práticas digitais; a dimensão econômica, associada à promoção de serviços e visibilidade; e a dimensão simbólica, referente a elementos culturais e representações sociais presentes nos conteúdos.

Na observação, estruturada a partir de um protocolo que reunia categorias como tipos de conteúdo informacional, frequência de publicação, estratégias comunicacionais e interação com usuários, identificou-se que, na categoria tipos de conteúdo informacional, há predominância de conteúdos explicativos, descritivos e demonstrativos, voltados à apresentação de procedimentos, esclarecimento de resultados, orientações técnicas e cuidados associados aos serviços ofertados. Esses conteúdos evidenciam uma forte dimensão informacional, ultrapassando a lógica meramente promocional e contribuindo para a redução de incertezas e para a tomada de decisão dos usuários.

Na categoria frequência de publicação, observou-se a existência de fluxos informacionais regulares e sistemáticos, caracterizados por alta recorrência de postagens em diferentes formatos, o que indica uma gestão contínua da informação. Essa regularidade atua como elemento estratégico para a manutenção da

visibilidade digital, fortalecimento do engajamento e consolidação da presença informacional dos perfis analisados.

Nesse cenário, observa-se que os fluxos informacionais no Instagram são caracterizados por dinâmicas não lineares, marcadas por interações constantes entre produção, circulação e recepção da informação. Esses fluxos são mediados por práticas intencionais dos sujeitos analisados, que atuam como mediadores informacionais ao selecionar, organizar e traduzir conteúdos especializados para formatos compreensíveis e socialmente circuláveis, favorecendo sua ampla disseminação no ambiente digital.

No que se refere aos tipos de conteúdos informacionais produzidos, identifica-se predominância de conteúdos explicativos, descritivos e demonstrativos, voltados à apresentação de procedimentos, esclarecimento de resultados esperados, indicação de cuidados posteriores, durabilidade dos serviços e diferenciações técnicas entre práticas. Esses conteúdos operam como mecanismos de organização da informação, contribuindo para a redução de incertezas e para a qualificação dos processos de decisão dos usuários.

Verifica-se, ainda, que a produção de conteúdo não se restringe a uma lógica promocional, mas se estrutura a partir de uma forte dimensão informacional, na qual a circulação de conhecimento técnico é adaptada a diferentes níveis de compreensão do público. Essa adaptação envolve processos de simplificação discursiva, seleção de elementos relevantes e construção de narrativas visuais e textuais que facilitam a apropriação da informação.

Quanto à frequência e continuidade das publicações, os resultados indicam a existência de fluxos informacionais regulares e sistemáticos, caracterizados por alta recorrência de postagens em diferentes formatos. Essa constância contribui para a manutenção da visibilidade dos perfis analisados e para a consolidação de uma presença informacional contínua, elemento central nas dinâmicas da economia criativa digital.

A regularidade das publicações evidencia também uma organização estratégica dos fluxos informacionais, na qual a temporalidade da produção de conteúdo é utilizada como elemento de sustentação da circulação informacional e da manutenção do engajamento do público. Esse aspecto reforça a compreensão do Instagram como um ambiente em que a informação é gerida de forma contínua e orientada por objetivos comunicacionais específicos.

No âmbito das estratégias de comunicação informacional, identificam-se práticas que combinam linguagem acessível, recursos visuais, demonstrações práticas e narrativas descritivas. Essas estratégias são utilizadas para viabilizar a circulação da informação em diferentes níveis de complexidade, permitindo sua compreensão por públicos diversos.

Além disso, observa-se a presença de interações diretas com os usuários, especialmente por meio de comentários e respostas a dúvidas, o que evidencia a natureza interativa dos fluxos informacionais. Essa interação contribui para a reconfiguração contínua dos conteúdos, que passam a incorporar demandas emergentes do público, caracterizando um processo dinâmico de ajustamento informacional.

A análise das dúvidas recorrentes dos usuários revela padrões consistentes de questionamentos, especialmente relacionados a aspectos técnicos dos serviços, tais como dor associada aos procedimentos, durabilidade dos resultados, naturalidade estética, diferenças entre técnicas, cuidados posteriores e contraindicações. Esses elementos funcionam como indicadores das necessidades informacionais que orientam a produção e a reorganização dos conteúdos na plataforma.

Essas demandas demonstram que os fluxos informacionais são fortemente influenciados pelas interações com os usuários, configurando um ciclo contínuo entre emissão, recepção e reconfiguração da informação. Nesse processo, o conteúdo produzido é constantemente ajustado a partir das lacunas informacionais identificadas nas interações digitais.

No que se refere às práticas de mediação da informação, os resultados indicam que os perfis analisados desempenham funções de mediação ao realizar processos de seleção, organização, adaptação e contextualização de conteúdos especializados. Essa mediação envolve a transformação de informações técnicas em formatos socialmente circuláveis, o que demanda competências relacionadas à curadoria informacional e à gestão de conteúdos digitais.

A mediação observada é marcada por intencionalidade e estratégia, sendo orientada pela construção de autoridade informacional, confiabilidade e valorização da presença digital. Nesse sentido, o Instagram se configura como um espaço em que a mediação da informação é operacionalizada por meio de práticas comunicacionais contínuas e estruturadas.

No contexto da Amazônia brasileira, esses fluxos informacionais mediado-digitalmente assumem relevância ampliada em razão das desigualdades históricas de acesso à informação e às tecnologias. Os resultados indicam que o Instagram atua como um dispositivo de ampliação da circulação informacional, contribuindo para a visibilidade de iniciativas da economia criativa e para a inserção de seus agentes em redes mais amplas de interação e circulação econômica.

Essa dinâmica favorece a articulação entre diferentes atores sociais e econômicos, fortalecendo conexões, ampliando possibilidades de interação e potencializando a circulação de informações em escala regional e extra-regional. Observa-se, assim, a constituição de redes informacionais digitais que estruturam novas formas de visibilidade e interação no contexto amazônico.

Adicionalmente, os resultados evidenciam que os fluxos informacionais analisados também incorporam dimensões simbólicas, na medida em que contribuem para a valorização de práticas culturais, identidades locais e narrativas territoriais. Essa dimensão reforça o caráter situado da informação, que se inscreve em contextos sociais específicos e contribui para a construção de significados associados à economia criativa regional.

De forma integrada, os achados demonstram que o Instagram opera como um dispositivo informacional digital que estrutura fluxos complexos de informação, articulando dimensões técnicas, sociais, econômicas e simbólicas. A plataforma não apenas viabiliza a circulação de conteúdos, mas organiza e condiciona a forma como a informação é produzida, mediada e apropriada pelos atores envolvidos.

Assim, os resultados evidenciam que a mediação informacional realizada no Instagram desempenha papel central na dinâmica da economia criativa amazônica, ao estruturar fluxos de informação que influenciam diretamente a circulação de conhecimento, a organização das interações sociais e a configuração das práticas econômicas no ambiente digital.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos permitem compreender o Instagram como um dispositivo informacional digital estruturante, no qual se organizam e se dinamizam fluxos de informação no contexto da economia criativa da Amazônia brasileira. Evidencia-se que a plataforma não atua apenas como meio de divulgação, mas

como um ambiente sociotécnico que condiciona, orienta e reconfigura a circulação da informação a partir de interações entre sujeitos, conteúdos e lógicas algorítmicas.

Verificou-se que os fluxos informacionais são mediados por práticas intencionais dos sujeitos analisados, que desempenham funções de curadoria, seleção e adaptação de conteúdos especializados. Esse processo de mediação é central para a configuração da dinâmica informacional observada, uma vez que possibilita a tradução de conhecimentos técnicos em formatos acessíveis, favorecendo sua circulação e apropriação no ambiente digital.

A análise também demonstrou que os conteúdos informacionais produzidos são predominantemente explicativos, descritivos e demonstrativos, voltados a esclarecer aspectos técnicos dos serviços ofertados. Esses conteúdos contribuem para organizar a informação disponível e reduzir incertezas, ao mesmo tempo em que estruturam a presença digital dos perfis analisados dentro da lógica de visibilidade da plataforma.

Outro aspecto relevante refere-se à regularidade das publicações, que evidencia a necessidade de produção contínua de conteúdo como condição para manutenção da visibilidade e do engajamento. Essa constância indica que os fluxos informacionais são sustentados por uma lógica de atualização permanente, característica do ambiente informacional digital contemporâneo.

As estratégias de comunicação observadas, baseadas no uso de linguagem acessível, recursos visuais e interações diretas com os usuários, reforçam o caráter interativo da mediação informacional. Essas estratégias possibilitam a circulação da informação em diferentes níveis de compreensão, ao mesmo tempo em que respondem às demandas emergentes do público, evidenciadas pelas dúvidas recorrentes relacionadas a aspectos técnicos dos serviços.

No contexto amazônico, os resultados indicam que o Instagram contribui para a ampliação da circulação de informações vinculadas à economia criativa, favorecendo a visibilidade de empreendimentos locais e a inserção de seus agentes em redes mais amplas de interação. Nesse sentido, a plataforma atua como um dispositivo de mediação que potencializa fluxos informacionais em contextos marcados por desigualdades de acesso à informação e às tecnologias.

Contudo, também se observa que essa mediação informacional está condicionada por limites próprios da plataforma, especialmente aqueles relacionados à lógica de visibilidade algorítmica e à necessidade de adaptação constante dos

conteúdos aos formatos digitais. Esses fatores indicam que os fluxos informacionais não são plenamente neutros, sendo atravessados por dinâmicas de seleção, priorização e restrição próprias do ambiente digital.

De forma geral, os achados permitem concluir que o Instagram exerce papel central na estruturação dos fluxos informacionais da economia criativa amazônica, funcionando como um dispositivo que organiza, média e condiciona a circulação da informação. Ao mesmo tempo, evidencia-se que essa mediação é marcada por tensões entre ampliação do acesso à informação e limitações impostas pelas lógicas da plataforma, o que reforça a complexidade do fenômeno analisado

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Mediação da informação**. Londrina: EDUEL, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOISIER, Sergio. **Desarrollo (local):** ¿de qué estamos hablando? Santiago: CEPAL, 2001. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/handle/11362/10733 Acesso em: 14 fev. 2026.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa:** políticas, diretrizes e ações 2011–2014. Brasília: MinC, 2011. Disponível em: https://www.cultura.gov.br/documents/10913/636523/Plano+da+Secretaria+da+Economia+Criativa.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, 2007. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/294/1/HELIAEnancib2007.pdf. Acesso em: 31 mar. 2026.

HOWKINS, John. **The creative economy:** how people make money from ideas. London: Penguin, 2013.

IZERROUGENE, Bouzid; COELHO, Lielson A. de Almeida; MATA, Henrique Tomé da Costa. Economia criativa: conceitos e classificações. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 22, n. 4, p. 665-675, out./dez. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/42578/1/Izerrougene%2C%20Bouzid%20et%20al.%20Economia%20criativa%20-%20conceitos%20e%20classifica%C3%A7%C3%B5es..pdf. Acesso em: 15 mar. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 13 mar. 2026.

PINHEIRO, Vanessa Pereira; IPIRANGA, Ana Sílvia Rocha; LOPES, Luma Louise Sousa. A economia criativa enquanto prática de espaço no contexto das cidades criativas do sul global: o caso do Poço da Draga. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 57,

n. 6, e2023-0416, nov./dez. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-761220220416. Acesso em: 10 fev. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Creative Economy Report 2010***: a feasible development option*. Geneva: UNCTAD, 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Creative economy report 2013**: widening local development pathways. Paris: UNESCO, 2013. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000225836. Acesso em: 10 abr. 2026.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Fluxos de informação em ambientes organizacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2008.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society**: public values in a connective world. Oxford: Oxford University Press, 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2015

FOMENTO À PESQUISA PELA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL: FOCO EM DADOS DO CENTRO DE PESQUISA E EDITORAÇÃO

Research Funding by the National Library Foundation: Focus on data from the Research and Publishing Center

Fomento a la Investigación por la Fundación Biblioteca Nacional: Enfoque en datos del Centro de Investigación y Edición

Fernanda de Carvalho Pinheiro
Graduanda em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
fernanda.pinheiro@icsa.ufpa.br

Jacquelin Teresa Camperos Reyes
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
e-mail: jacquelin@ufpa.br

Resumo

O estudo analisa a distribuição das bolsas de pesquisa do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional, com base no recurso Dados abertos 2025 – CPE – Bolsas de Pesquisa (2021–2025), disponível no Portal Brasileiro de Dados Abertos. A investigação insere-se na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, pois destaca o uso de dados abertos como ferramenta de transparência, mediação informacional e análise de políticas públicas de fomento científico. A pesquisa adota abordagem quantitativa, com procedimentos de coleta, tratamento e análise exploratória dos dados. Foram consideradas variáveis como ano de seleção, categoria do bolsista, área do conhecimento e localização geográfica. Os dados foram organizados e representados por meio de gráficos, que permitiu identificar padrões e tendências ao longo do período analisado. Os resultados indicam predominância de bolsas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além de concentração de investimentos em determinados níveis de formação acadêmica e regiões, especialmente no Sudeste. Evidenciam-se assimetrias regionais que refletem desafios históricos na descentralização do fomento científico no Brasil. Observa-se também investimento em repositórios institucionais, indicando avanços na gestão e disseminação da informação científica. A análise aponta à necessidade de ampliar o acesso às políticas de financiamento à pesquisa em regiões menos contempladas, como na região Norte, reforçando a importância de iniciativas que promovam maior equidade na produção e circulação do conhecimento. Conclui-se que o uso de dados abertos contribui para compreender as dinâmicas de fomento à pesquisa, possibilitando análises críticas sobre desigualdades regionais e apoiando reflexões sobre a democratização do acesso ao conhecimento.

Palavras-chave: fomento à pesquisa; dados abertos; desigualdades regionais; Amazônia.

Abstract

This study analyzes the distribution of research grants from the National Research Support Program of the National Library Foundation, based on the resource "Open Data 2025 – CPE – Research Grants (2021–2025)", available on the Brazilian Open Data Portal. The research falls within Library Science and Information Science, as it highlights the use of open data as a tool for transparency, informational mediation, and analysis of public policies for scientific funding. The research adopts a quantitative approach, with procedures for data collection,

processing, and analysis. Variables such as selection year, grant category, area of knowledge, and geographic location were considered. The data were organized and represented through graphs, which allowed the identification of patterns and trends throughout the analyzed period. The results indicate a predominance of grants in the areas of Humanities and Applied Social Sciences, as well as a concentration of investments in levels of academic training and regions, especially in the Southeast. Regional asymmetries are evident, reflecting challenges in the decentralization of scientific funding in Brazil. Investment in institutional repositories is observed, indicating advances in the management and dissemination of scientific information. The analysis points to the need to expand access to research funding policies in less-served regions, such as the North region, reinforcing the importance of initiatives that promote equity in the production and circulation of knowledge. It is concluded that the use of open data contributes to understanding the dynamics of research funding, enabling analyses of regional inequalities and supporting reflections on the democratization of access to knowledge.

Keywords: *research funding; open data; regional inequalities; Amazon.*

Resumen

Este estudio analiza la distribución de las subvenciones a la investigación del Programa Nacional de Apoyo a la Investigación de la Fundación Biblioteca Nacional, con base en el recurso "Datos Abiertos 2025 – CPE – Subvenciones de Investigación (2021–2025)", disponible en el Portal Brasileño de Datos Abiertos. La investigación se enmarca en los campos de la Biblioteconomía y la Ciencia de la Información, ya que resalta el uso de datos abiertos como herramienta para la transparencia, la mediación informativa y el análisis de políticas públicas de financiación científica. La investigación adopta un enfoque cuantitativo, con procedimientos para la recolección, el procesamiento y el análisis exploratorio de datos. Se consideraron variables como el año de selección, la categoría de la subvención, el área de conocimiento y la ubicación geográfica. Los datos se organizaron y representaron mediante gráficos, lo que permitió identificar patrones y tendencias a lo largo del período analizado. Los resultados indican un predominio de subvenciones en las áreas de Humanidades y Ciencias Sociales Aplicadas, así como una concentración de inversiones en ciertos niveles de formación académica y regiones, especialmente en el Sudeste. Se evidencian asimetrías regionales, que reflejan desafíos históricos en la descentralización de la financiación científica en Brasil. También se observa inversión en repositorios institucionales, lo que indica avances en la gestión y difusión de información científica. El análisis subraya la necesidad de ampliar el acceso a las políticas de financiación de la investigación en regiones menos favorecidas, como la región Norte, reforzando la importancia de iniciativas que promueven una mayor equidad en la producción y circulación del conocimiento. Se concluye que el uso de datos abiertos contribuye a comprender la dinámica de la financiación de la investigación, permitiendo análisis críticos de las desigualdades regionales y fomentando la reflexión sobre la democratización del acceso al conocimiento.

Palabras clave: *fomento a la investigación; datos abiertos; desigualdades regionales; Amazonía.*

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a disponibilização de dados abertos governamentais tem ampliado as possibilidades de análise das políticas públicas relacionadas à ciência, tecnologia e cultura. A abertura de bases de informação desse tipo, permite maior

transparência na gestão pública, favorecendo a realização de estudos que investigam padrões de investimento, distribuição de recursos e dinâmicas de produção do conhecimento. Além disso, os dados abertos possibilitam compreender como se estruturam as políticas de fomento à pesquisa, evidenciando prioridades institucionais, tendências e desigualdades regionais (Janssen; Charalabidis; Zuiderwijk, 2012).

No campo da Ciência da Informação, o uso de dados abertos tem se consolidado como ferramenta relevante para compreender fluxos informacionais, práticas institucionais e políticas de acesso a dados e informações (Camperos Reyes; Sant'Ana, 2024). O uso de plataformas de dados abertos permite, entre várias opções, observar como os recursos para a ciência são distribuídos e quais áreas ou regiões são contempladas por programas de fomento à pesquisa, pois as políticas de ciência e tecnologia influenciam diretamente a organização dos sistemas de pesquisa e a definição de estratégias institucionais (Janssen; Charalabidis; Zuiderwijk, 2012).

No Brasil, a distribuição da infraestrutura científica e dos investimentos em pesquisa apresenta fortes desigualdades regionais. Historicamente, as regiões Sudeste e Sul concentram a maior parte das universidades, centros de pesquisa e programas de pós-graduação, o que mostra um processo de centralização do sistema científico nacional. Em contraste, regiões como a Amazônia enfrentam desafios relacionados à infraestrutura acadêmica, ao financiamento científico e à circulação do conhecimento, como destaca Barros (2000), que os investimentos em ciência e tecnologia no Brasil permanecem fortemente concentrados em determinadas regiões, ampliando as assimetrias do sistema científico nacional.

Nesse contexto, torna-se relevante investigar como programas de fomento à pesquisa se distribuem no território nacional e quais perfis de pesquisadores são contemplados por essas iniciativas. A Fundação Biblioteca Nacional (FBN), localizada no Rio de Janeiro, constitui uma das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio bibliográfico brasileiro e pela promoção de pesquisas relacionadas à memória documental do país. Por meio do Centro de Pesquisa e Editoração (CPE), a instituição oferece bolsas destinadas ao desenvolvimento de estudos baseados em seu acervo. Essas bolsas contribuem para estimular a produção científica nas áreas de história, literatura, cultura e informação, além de promover a valorização do patrimônio documental brasileiro, já que o financiamento

científico exerce papel essencial na produção e circulação dos resultados das pesquisas (Mueller, 2000).

Sob a perspectiva da Ciência da Informação, a análise de dados de fomento também se configura como prática de mediação informacional, diante da possibilidade de transformar dados em conhecimento acessível e interpretável, conforme afirmam Almeida Júnior e Santos Neto (2014).

O presente estudo tem como objetivo analisar a distribuição das bolsas de pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional/CPE entre os anos de 2021 e 2025, a partir de dados abertos disponibilizados pelo governo federal, buscando identificar padrões relacionados à distribuição temporal das bolsas, ao perfil acadêmico dos bolsistas, às áreas do conhecimento contempladas e à distribuição geográfica dos pesquisadores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fomento à pesquisa e produção de conhecimento

As políticas de fomento à pesquisa e a circulação do conhecimento científico podem ser analisadas a partir de diferentes perspectivas da Ciência da Informação. Destacam-se estudos sobre comunicação científica e produção do conhecimento (Mueller, 2000), acesso aberto e democratização da informação científica (Kuramoto, 2006), dados abertos governamentais e transparência pública (Janssen; Charalabidis; Zuiderwijk, 2012), além das discussões sobre desigualdades estruturais no campo científico (Rodrigues; Vasconcellos Sobrinho, 2018; Barros, 2000).

Particularmente, Saracevic (1996) destaca que a Ciência da Informação se ocupa das relações entre informação, tecnologia e usuários, buscando compreender como a informação é estruturada e acessada em diferentes contextos sociais e institucionais. Para o autor:

> A Ciência da Informação é um campo dedicado aos problemas da comunicação eficaz do conhecimento e de seus registros entre seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação (Saracevic, 1996, p.47).

Essa perspectiva permite compreender que os sistemas de informação e as políticas institucionais relacionadas à produção científica fazem parte de um

ecossistema amplo para a circulação do conhecimento. Assim, programas de fomento à pesquisa podem ser analisados como mecanismos que influenciam diretamente a produção e a visibilidade da informação científica (Muller, 2000).

No âmbito da comunicação científica, Mueller (2000) ressalta que a produção do conhecimento depende de estruturas institucionais que garantam condições para sua realização e disseminação. Segundo a autora, o sistema científico é sustentado por um conjunto de práticas que envolvem financiamento, publicação e avaliação da pesquisa. Por isso, as políticas de fomento exercem papel relevante para o desenvolvimento da ciência.

Além disso, o crescimento das iniciativas de acesso aberto e de disponibilização de dados governamentais tem ampliado as possibilidades de análise das políticas para o desenvolvimento da ciência. Para Kuramoto (2006), o movimento de acesso aberto representa uma transformação significativa na forma como o conhecimento científico é compartilhado, ao defender que os resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos devem estar disponíveis para toda a sociedade. Nesse sentido, o autor afirma que:

> Em um país cujos investimentos em educação e pesquisa são limitados, contrapondo-se com o seu alto potencial de desenvolvimento científico e tecnológico, a implantação de uma política nacional de acesso livre à informação científica deixa de ser uma simples proposta e passa a ser uma ação de governo obrigatória (Kuramoto, 2006, p.101).

No contexto das políticas de acesso à informação, os dados abertos governamentais vêm ampliando as possibilidades de análise, reutilização e produção de conhecimento a partir de informações públicas. A abertura de dados públicos permite que pesquisadores e cidadãos analisem informações governamentais de maneira autônoma, o que contribui para o monitoramento de ações públicas, e para a produção de novos resultados em pesquisas; investigadores defendem que dados abertos governamentais podem gerar valor social e econômico ao apoiar processos de inovação e tomada de decisão (Camperos Reyes; Santarém Segundo; Sant’Ana, 2018; Janssen; Charalabidis; Zuiderwijk, 2012).

Dessa forma, a análise de conjuntos de dados sobre financiamento científico torna-se uma estratégia relevante para compreender como os recursos destinados à pesquisa são distribuídos e quais áreas ou regiões são mais beneficiadas.

Outro aspecto importante refere-se às desigualdades estruturais na produção do conhecimento. Estudos demonstram que a produção acadêmica costuma se concentrar em regiões e instituições com maior acesso à infraestrutura, financiamento e incentivos à pesquisa. Essa concentração acaba dificultando a participação e a visibilidade científica de instituições localizadas em áreas menos favorecidas. Memória e Caminha (2022), afirmam que a distribuição desigual dos investimentos em ciência e inovação contribui para a manutenção das desigualdades regionais no Brasil.

Essa perspectiva ajuda a compreender por que a produção científica muitas vezes se concentra em determinados centros acadêmicos, especialmente aqueles que possuem maior acesso a recursos institucionais e financiamento para pesquisa.

2.2 Desigualdades regionais e o contexto amazônico

Ao discutir a produção científica no Brasil, é necessário considerar as desigualdades regionais que historicamente marcam o desenvolvimento da pesquisa no país. Na Amazônia, desafios relacionados à infraestrutura acadêmica, à formação de pesquisadores e ao acesso ao financiamento científico impactam diretamente a produção e a circulação do conhecimento. Segundo Rodrigues e Vasconcellos Sobrinho (2018), as políticas de fomento em ciência e tecnologia na região ainda apresentam fortes assimetrias na distribuição de recursos e oportunidades de pesquisa.

De acordo com Becker (2005), a Amazônia ocupa uma posição estratégica no cenário nacional e internacional, não apenas por sua biodiversidade e diversidade sociocultural, mas também pelo papel que desempenha nas discussões sobre desenvolvimento sustentável e políticas territoriais. Entretanto, Barros (2000) destaca que o desenvolvimento científico e tecnológico na região ainda ocorre de forma desigual quando comparado a outras regiões do país. Nesse sentido, o autor afirma que:

> As diferenças na distribuição regional dos recursos científicos e tecnológicos são também muito acentuadas. Basta salientar, por exemplo, que 82% dos grupos atuantes em pesquisa, no país, estão nas Regiões Sudeste e Sul. A base técnico-científica instalada no Brasil tem, assim, sua expressão mais potente nessas duas regiões, para onde é canalizado a maior parte dos investimentos em ciência e tecnologia realizados pelo Estado brasileiro (Barros, 2000, p.12).

Nesse contexto, a produção de conhecimento sobre a Amazônia não depende apenas da existência de objetos de pesquisa relevantes, mas também da presença de políticas públicas que fortaleçam as instituições científicas locais e ampliem as oportunidades de financiamento à pesquisa especialmente diante das desigualdades territoriais em ciência e tecnologia existentes na Amazônia (Rodrigues; Vasconcellos Sobrinho, 2018).

Outro aspecto relevante diz respeito à relação entre informação, desenvolvimento regional e produção científica. Para Barreto (2002), a informação desempenha papel fundamental nos processos de desenvolvimento social, uma vez que permite ampliar a capacidade de análise e tomada de decisão das sociedades. Segundo o autor.

> Por conseguinte, tem-se procurado caracterizar a essência do fenômeno da informação como a adequação de um processo de comunicação que se efetiva entre emissor e receptor da mensagem. As configurações, que relacionam a informação com a geração de conhecimento, são as que melhor explicam sua natureza, conforme finalistas, pois são associadas ao desenvolvimento do indivíduo e à sua liberdade, pelo poder de decidir sua vida. Aqui a informação é qualificada como instrumento modificador da consciência do homem. Quando adequadamente apropriada, produz conhecimento e modifica o estoque mental de saber do indivíduo; traz benefícios para seu desenvolvimento e para o bem-estar da sociedade em que ele vive (Barreto, 2002, p.70).

No contexto amazônico, essa perspectiva demonstra que o acesso à informação científica e às políticas de incentivo à pesquisa é fundamental para fortalecer as instituições acadêmicas da região. Além disso, a ampliação da produção científica local permite que pesquisadores amazônicos desenvolvam estudos mais conectados às experiências, necessidades e características sociais, culturais e ambientais da Amazônia.

Em razão da concentração relacionada à presença histórica de universidades, centros de pesquisa e programas de pós-graduação em regiões como Sul e Sudeste, tem-se como consequência que pesquisadores vinculados a instituições situadas em regiões periféricas do sistema científico nacional, como a Amazônia, frequentemente enfrentam maiores dificuldades de acesso a recursos de financiamento e redes de pesquisa (Rodrigues; Vasconcellos Sobrinho, 2018).

Segundo dados da Plataforma Sucupira, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a distribuição dos programas de pós-graduação no Brasil apresenta forte concentração regional. A

Região Sudeste concentra 1.997 programas, seguida pela Região Nordeste, com 1.007; após a Região Sul, com 975, Região Centro-Oeste, com 422 programas, e no último lugar, a Região Norte com 347 programas cadastrados. Esses dados evidenciam desigualdades estruturais no desenvolvimento científico nacional e refletem diferenças no acesso à infraestrutura acadêmica e ao financiamento da pesquisa (Brasil, 2026).

Além disso, a Amazônia também representa um espaço estratégico para a produção de conhecimento interdisciplinar. Segundo Nobre *et al.* (2016), compreender os desafios ambientais e sociais da região exige a integração entre diferentes áreas do conhecimento, incluindo ciências naturais, ciências sociais e estudos sobre dados, informação e conhecimento produzido nas pesquisas.

Assim, ao investigar a distribuição de bolsas de pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional, este estudo também contribui para ampliar o debate sobre a democratização do acesso ao financiamento científico e sobre a necessidade de políticas públicas que promovam maior equidade na produção e circulação do conhecimento no território brasileiro, especialmente em regiões historicamente menos contempladas, como a Amazônia.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como quantitativa, de natureza aplicada e segundo o objetivo, exploratória, uma vez que busca analisar padrões de distribuição das bolsas de pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional a partir de dados abertos governamentais. Como procedimento técnico, utilizou-se pesquisa documental de dados abertos do governo do Brasil. O conjunto de dados analisado corresponde ao arquivo “Dados Abertos 2025 – CPE – Bolsas de Pesquisa (2021–2025)”, disponibilizado no Portal Brasileiro de Dados Abertos, em formato Comma-Separated Values (CSV), formato amplamente utilizado para armazenamento e compartilhamento de dados. O conjunto de dados continha 49 registros e 13 variáveis, incluindo informações sobre ano de seleção, categoria do bolsista, área do conhecimento, unidade federativa, valor da bolsa e título do projeto.

A coleta dos dados foi realizada em fevereiro de 2026. O recorte temporal entre 2021 e 2025 foi definido por corresponder ao conjunto mais atualizado disponibilizado pela Fundação Biblioteca Nacional no momento da coleta.

As etapas metodológicas envolveram: a) coleta da base de dados; b) organização e padronização das informações; c) identificação de categorias de análise; d) tratamento de inconsistências; e) análise estatística descritiva. Os dados foram organizados no Microsoft Excel, utilizado para limpeza da base, geração de tabelas e elaboração dos gráficos. Posteriormente, realizou-se análise descritiva dos dados, considerando variáveis como ano de concessão, categoria das bolsas, área do conhecimento, distribuição regional e titulação.

Durante o tratamento dos dados, observou-se a existência de registros incompletos, ausência de preenchimento em determinados campos e divergências no preenchimento textual. Essas inconsistências foram tratadas por meio da padronização manual dos registros e exclusão de entradas duplicadas. Contudo, tais limitações podem impactar parcialmente a precisão dos resultados apresentados.

Os resultados foram representados por meio de tabelas, com o objetivo de facilitar a visualização das informações e apoiar a interpretação dos dados. A análise foi orientada pela perspectiva da Ciência da Informação, considerando o uso de dados abertos como ferramenta de mediação informacional e de avaliação de políticas públicas.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

A análise dos dados referentes às bolsas de pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional revelou padrões relacionados à distribuição temporal e geográfica das bolsas, áreas do conhecimento contempladas e perfil acadêmico dos pesquisadores selecionados. Tais resultados dialogam com as discussões sobre políticas de fomento científico e desigualdades regionais na produção do conhecimento, considerando a concentração histórica dos investimentos científicos em determinados centros institucionais do país (Barros, 2000; Velho, 2011).

Tabela 1 – Distribuição das Bolsas de Pesquisa por Ano (2021–2025)

Ano	Número de bolsas concedidas
2021	13
2022	11
2023	6
2024	13
2025	6
Total:	49

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos (Brasil, 2026).

A distribuição das bolsas entre 2021 e 2025 se mostrou relativamente equilibrada, com maior concentração em 2021 e 2024 e uma queda em 2023 e 2025. Essa oscilação pode estar relacionada a questões orçamentárias, o que, conforme Gomez (2002), reflete as mudanças nos procedimentos de controle e nas prioridades do Estado. Contudo, essa variação também evidencia como a organização e preservação de dados históricos são fundamentais para análises comparativas ao longo do tempo.

Tabela 2 – Distribuição das Bolsas por Categoria de Bolsista

Categoria do bolsista	Quantidade
Doutor	35
Graduando	14
Total:	49

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos (Brasil, 2026).

Quanto à categoria dos bolsistas, há predominância de doutores, o que demonstra valorização da pesquisa de maior nível, especialmente no tratamento de acervos e na produção científica qualificada. Esse aspecto também se relaciona ao aumento dos valores das bolsas no período analisado: valores registrados no conjunto de dados analisado informam que bolsas de doutorado passaram de R$ 30 mil para R$ 31 mil, enquanto as destinadas a graduandos passaram de R$ 6 mil para R$ 7 mil, isto segundo dados disponibilizados pelo Portal Brasileiro de Dados Abertos (Brasil, 2025)[11]. Observa-se a ausência de registros na categoria de mestrado, indicando priorização institucional. Ao mesmo tempo, a presença de graduandos indica incentivo à formação inicial, reforçando o papel da mediação informacional em diferentes níveis acadêmicos.

Tabela 3 – Distribuição das Bolsas por Área do Conhecimento

Área do conhecimento	Número de bolsas
Ciências Humanas	24
Linguística, Letras e Artes	10
Ciências Sociais Aplicadas	7
Interdisciplinar	1

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos (Brasil, 2026).

[11] Nos metadados do recurso analisado não há indicação explícita sobre o período considerado para os valores das bolsas.

Em relação às áreas contempladas, predominam as Ciências Humanas, seguidas por Linguística, Letras e Artes e Ciências Sociais Aplicadas, o que dialoga diretamente com o perfil institucional da FBN.

Além de preservar o patrimônio documental brasileiro, a Fundação Biblioteca Nacional também desempenha um papel importante no incentivo à pesquisa, ao promover estudos em várias áreas do conhecimento, desenvolvidos a partir de seus acervos. Por meio das bolsas oferecidas pela instituição, pesquisadores têm acesso a fontes documentais que contribuem para investigações nas áreas de memória, cultura, informação e produção intelectual. De acordo com a Fundação Biblioteca Nacional (2025), o Programa Nacional de Apoio à Pesquisa busca incentivar pesquisas realizadas com base no acervo mantido pela instituição.

Ao longo do período analisado, observam-se projetos relacionados à preservação documental, memória, digitalização de acervos e gestão da informação, evidenciando a diversidade temática contemplada pelas bolsas. Em 2025, destaca-se a presença de projeto voltado ao Repositório Institucional, indicando avanço nas discussões sobre gestão digital da informação e acesso aberto. E em razão que os repositórios institucionais buscam “maximizar a visibilidade, o uso e o impacto da produção científica e acadêmica da instituição por meio do acesso aberto”, o apoio financeiro mediante bolsas, a esse tipo de projetos dialoga com a disseminação da informação relacionada às pesquisas em determinada instituição (Costa; Leite, 2015, p.4).

O destaque ao projeto relacionado ao Repositório Institucional ocorre por sua aproximação com debates da Ciência da Informação, especialmente aqueles relacionados ao acesso aberto, preservação digital e disseminação científica, não representando, centralidade quantitativa no conjunto total de bolsas analisadas.

Tabela 4 – Distribuição das Bolsas por Região

Região	Número de bolsas
Sudeste (RJ, SP, MG)	42
Sul (PR, SC)	3
Nordeste (CE, PI)	2
Norte	0
Exterior (EUA)	1

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em dados do Portal Brasileiro de Dados Abertos (Brasil, 2026).

Quanto à distribuição geográfica, embora existam bolsistas de diferentes estados e até de outros países, como dos Estados Unidos, permanece a

concentração no Sudeste, especialmente no estado de Rio de Janeiro, onde está sediada a FBN. Essa assimetria regional reforça debates atuais sobre democratização do acesso à informação e descentralização do fomento científico, na visão de Gomez (2002), é o reflexo de regimes de informação que ainda favorecem os grandes centros de poder. É um cenário que desafia diretamente a democratização do conhecimento e direciona reflexões sobre como o fomento a pesquisa no Brasil é distribuído.

A ausência de bolsas destinadas à Região Norte evidencia a permanência de desigualdades no sistema científico brasileiro, perceptíveis na concentração do financiamento científico em determinadas regiões do país. Como consequência, esse cenário dificulta a ampliação da produção científica amazônida e reduz a diversidade regional na circulação de dados e informações produtos de projetos de pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a distribuição das bolsas de pesquisa da Fundação Biblioteca Nacional entre os anos de 2021 e 2025, utilizando dados abertos disponibilizados pelo governo federal do Brasil. A análise permitiu identificar caraterísticas relacionadas à distribuição das bolsas, ao perfil acadêmico dos pesquisadores contemplados e às desigualdades regionais presentes em processos de financiamento científico.

Os resultados indicam predominância de pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, além de maior participação de pesquisadores com níveis mais elevados de formação acadêmica. Observou-se também forte concentração geográfica de bolsistas em instituições localizadas nas regiões Sudeste e Sul do país, evidenciando que se mantém assimetrias na distribuição de recursos científicos e para infraestrutura de pesquisa. Como limitação da pesquisa, apresenta-se a amostra escolhida, um dataset analisado, a presença de inconsistências em alguns registros desse recurso, tais como a ausência de informações e divergências de padronização textual. Ainda assim, os dados permitiram compreender tendências relevantes sobre a distribuição do fomento científico no período analisado.

No contexto amazônico, essa discussão se torna particularmente relevante, uma vez que o fortalecimento da ciência regional depende da ampliação das

políticas de financiamento, da expansão das infraestruturas acadêmicas e do fortalecimento das redes de pesquisa.

Para estudos futuros, sugere-se ampliar a análise para outros programas de fomento científico, integrar outras instituições, bem como incorporar abordagens qualitativas que investiguem os impactos das bolsas na trajetória acadêmica dos pesquisadores e no desenvolvimento científico regional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: inter-relações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, 2014. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/33565. Acesso em: 15 fev. 2026.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/5Q85NCzRFvJ8BLjjd54jLMv/?format=html&lang=pt. Acesso em: 15 fev. 2026.

BARROS, Fernando. Os desequilíbrios regionais da produção técnico-científica. **São Paulo em Perspectiva**, [*S. l.*], v. 14, n. 3, p. 12-19, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/spp/a/5M93h4T63wkpBJCNCFxYM9x/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 30 mar. 2026.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/abstract/?lang=pt. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plataforma Sucupira**. Brasília, 2026. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/programas. Acesso em: 13 maio 2026.

BRASIL. Portal Brasileiro de Dados Abertos. **Dados abertos 2025 – CPE – Bolsas de Pesquisa (2021–2025)**. Brasília, 2025. Disponível em: https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/fbn-bolsas-de-pesquisa. Acesso em: 12 fev. 2026.

CAMPEROS REYES, Jacquelin Teresa; SANT'ANA, Ricardo Cesar Gonçalves. Uso da mineração de texto em fontes informacionais para grupos de produtores rurais. Anales de Documentación, v. 27, 2024. Disponível em: https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/611661. Acesso em: 30 abr. 2026.

CAMPEROS REYES, Jacquelin Teresa; SANT'ANA, Ricardo Cesar Gonçalves; SANTARÉM SEGUNDO, Jose Eduardo. Estudio comparativo de datasets gubernamentales de Brasil y de Colombia, con datos de Agricultura y Desarrollo Rural. **Anales De Documentación**, v. 21, n. 2, 2018. DOI: https://doi.org/10.6018/analesdoc.21.2.302381. Acesso em: 30 abr. 2026

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica: proposta de modelo de avaliação. **RECIIS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 1-18, 2015. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/996. Acesso em: 15 fev. 2026.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Programa Nacional de Apoio à Pesquisa (PNAP-FBN)**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/pesquisa-e-editoracao/programa-nacional-de-apoio-a-pesquisa. Acesso em: 13 maio 2026.

GOMEZ, Maria Nélida González de. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/fqMHsc5GNhFTgczMMnNkvDS/abstract/?lang=pt. Acesso em: 15 fev. 2026.

JANSSEN, Marijn; CHARALABIDIS, Yannis; ZUIDERWIJK, Anneke. Benefits, adoption barriers and myths of open data and open government. **Information Systems Management**, v. 29, n. 4, p. 258-268, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262276711_Benefits_Adoption_Barriers_and_Myths_of_Open_Data_and_Open_Government. Acesso em: 28 mar. 2026.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/RcPCvVSyQ6dx7RcmJFLnbxL/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 mar. 2026.

MEMÓRIA, Caroline Costa; CAMINHA, Uinie. *A política de inovação como instrumento de redução das desigualdades regionais no Brasil*. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 18, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/358980118_A_politica_de_inovacao_como_instrumento_de_reducao_das_desigualdades_regionais_no_Brasil. Acesso em: 13 maio 2026.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Comunicação científica e o movimento de acesso aberto ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 27-38, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/nGD3MkKfNxtjnnWshf3YVjP/abstract/?lang=pt. Acesso em: 28 mar. 2026.

NOBRE, Carlos A. *et al*. Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 113, n. 39, p. 10759-10768, 2016. Disponível em: https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1605516113. Acesso em: 30 mar. 2026.

RODRIGUES, Diana Cruz; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mario. Políticas de Ciência & tecnologia e desigualdades territoriais: estudo exploratório sobre descentralização e fomento no estado do Pará. **Perspectivas em Políticas Públicas**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 223–265, 2018. Disponível em: https://revista.uemg.br/revistappp/article/view/2893. Acesso em: 13 maio. 2026.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/37415. Acesso em 30 mar. 2026.

VELHO, Léa. Conceitos de ciência e a política científica, tecnológica e de inovação. Sociologias, Porto Alegre, n. 26, p. 128-153, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/q5SC5wGHhpGpzL86NZyDgDS/?format=html&lang=pt. Acesso em: 28 mar. 2026

EIXO II

GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO



MULHERES PIONEIRAS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: UM ENSAIO SOBRE PROTAGONISMO E LIDERANÇA CIENTÍFICA

Pioneer women in Information Science: an essay on protagonism and scientific leadership

Mujeres pioneras en la Ciencia de la Información: un ensayo sobre protagonismo y liderazgo científico

Íris Alves Miranda Negrão
Doutoranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
iris.miranda@icsa.ufpa.br

Fernando de Assis Rodrigues
Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
deassis@ufpa.br

Tadeu Varela da Silveira
Mestrando em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
tadeu.silveira@icsa.ufpa.br

Resumo

Discute a constituição histórica da Ciência da Informação a partir de uma leitura crítica que evidencia a participação feminina na formação da área de conhecimento, articulando essa análise com agendas contemporâneas como o desenvolvimento sustentável. Apresenta a consolidação da área ao longo do século XX e destaca que sua memória foi construída de forma seletiva, frequentemente invisibilizando pesquisadoras que exerceram papel decisivo na organização do conhecimento e na formulação de fundamentos epistemológicos. O objetivo é analisar como a história da área pode ser revisitada à luz da presença feminina, evidenciando trajetórias de liderança científica e institucional e discutindo a relação entre ciência, gênero e reconhecimento acadêmico. Trata-se de pesquisa básica, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica para elaboração de ensaio teórico. Foram examinadas produções nacionais e internacionais sobre a história da área, estudos de gênero e liderança científica, com mapeamento de trajetórias de pesquisadoras e análise crítica de narrativas historiográficas. Os resultados indicam que a liderança feminina foi estruturante para a consolidação epistemológica e institucional da área, ainda que marcada por processos recorrentes de invisibilidade. Conclui-se que incorporar essas trajetórias à narrativa histórica não é apenas um gesto reparador, mas uma condição para compreender a área de forma mais inclusiva, crítica e socialmente comprometida, apontando para a necessidade de agendas futuras orientadas à equidade de gênero, à valorização da diversidade e ao fortalecimento do papel da Ciência da Informação frente aos desafios do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: estudos de gênero; liderança acadêmica; história da ciência; memória científica; liderança feminina.

Abstract

This study critically examines the historical constitution of Information Science, highlighting the role of women in shaping the field and linking this analysis to contemporary agendas such as sustainable development. It presents the consolidation of the discipline throughout the twentieth century while arguing that its institutional memory has been selectively

constructed, often rendering invisible the contributions of women who played decisive roles in knowledge organization and in the development of epistemological foundations. The objective is to analyze how the history of the field can be revisited through the lens of women's participation, emphasizing trajectories of scientific and institutional leadership and discussing the relationship between science, gender, and academic recognition. This is a basic, exploratory, qualitative study developed through a bibliographic review to support a theoretical essay. National and international literature on the history of Information Science, gender studies, and scientific leadership were examined, including the mapping of women researchers' trajectories and a critical analysis of historiographical narratives. The findings indicate that women's leadership was fundamental to the epistemological and institutional consolidation of the field, despite recurring processes of invisibility. It is concluded that incorporating these trajectories into the historical narrative is not merely reparative, but essential for a more inclusive, critical, and socially engaged understanding of the discipline. This perspective also highlights the need for future agendas focused on gender equity, diversity, and the strengthening of Information Science in addressing the challenges of sustainable development.

Keywords: *gender studies; academic leadership; history of science; scientific memory; female leadership.*

Resumen

Este estudio examina críticamente la constitución histórica de la Ciencia de la Información, destacando la participación femenina y su relación con agendas como el desarrollo sostenible. Señala que la consolidación del campo en el siglo XX se apoyó en una memoria selectiva que invisibilizó contribuciones clave de investigadoras en la organización del conocimiento y en la construcción de fundamentos epistemológicos. El objetivo es analizar la historia del área desde la perspectiva de la participación femenina, enfatizando trayectorias de liderazgo científico e institucional y la relación entre ciencia, género y reconocimiento académico. Se trata de una investigación básica, exploratoria y cualitativa, desarrollada mediante revisión bibliográfica para la elaboración de un ensayo teórico. Se analizaron estudios sobre la historia de la Ciencia de la Información, género y liderazgo científico, con mapeo de trayectorias de investigadoras y análisis crítico de narrativas historiográficas. Los resultados indican que el liderazgo femenino fue fundamental para la consolidación del campo, aunque marcado por procesos de invisibilidad. Se concluye que incorporar estas trayectorias en la narrativa histórica es esencial para una comprensión más inclusiva, crítica y socialmente comprometida, destacando la necesidad de agendas futuras orientadas a la equidad de género, la diversidad y el fortalecimiento del papel de la Ciencia de la Información frente a los desafíos del desarrollo sostenible.

Palabras clave: *estudios de género; liderazgo académico; historia de la ciencia; memoria científica; liderazgo femenino.*

1 INTRODUÇÃO

A constituição histórica e científica da Ciência da Informação (CI) é caracterizada por um conjunto de marcos conceituais e institucionais que remontam à documentação de Paul Otlet, às proposições de Vannevar Bush e à consolidação do campo no pós-Segunda Guerra Mundial (1945-) em países como Estados Unidos da América (EUA), União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Inglaterra (Barreto, 2008; Pinheiro, 2005; Santos Junior, 2012).

Ao longo desse percurso, conceitos fundamentais como os de documento, informação, interdisciplinaridade e sociedade da informação foram sendo formulados, discutidos e ressignificados (Bicalho; Oliveira, 2011; Capurro; Hjorland, 2007; Ortega; Saldanha, 2019). Todavia, uma leitura crítica desse material historiográfico revela um fenômeno recorrente: a invisibilidade das mulheres que contribuíram de maneira decisiva para a constituição da CI.

Embora a narrativa predominante da CI esteja associada a nomes masculinos, pesquisadoras e profissionais desempenharam papéis centrais na organização do conhecimento, na biblioteconomia e na documentação. Um exemplo emblemático é Suzanne Briet (1894–1989), considerada pioneira da documentação e apelidada de *Madame Documentation*. Uma das primeiras mulheres bibliotecárias profissionais em Paris, Briet destacou-se pela liderança na União Francesa de Organizações de Documentação e foi a primeira diretora de estudos do Instituto Nacional de Técnicas de Documentação, o primeiro curso formal de Documentação na França (Buckland, 1995).

Ainda que sua obra seja central para a epistemologia da Ciência da Informação, Briet permaneceu por muito tempo desconhecida até mesmo no contexto francês da CI. Buckland (1995) ressalta que na década de 1990, a autora era ignorada pela maioria dos pesquisadores franceses da CI, o que evidencia a profundidade de sua marginalização historiográfica. Esse esquecimento revela não apenas barreiras linguísticas, já que sua principal publicação, *Qu'est-ce que la documentation?* (1951), não havia sido traduzida para o inglês, mas também havia um padrão estrutural de invisibilidade de mulheres na ciência, que comprometeu o reconhecimento de sua liderança intelectual.

Sua publicação permanece como obra central para a epistemologia da CI, ao propor que qualquer entidade que funcione como evidência pode ser considerada documento, como no célebre exemplo do antílope, ampliando radicalmente os limites da disciplina (Buckland, 1995; Ortega; Saldanha, 2019).

A trajetória de Briet demonstra como a inserção de mulheres em instituições científicas foi marcada por preconceito e resistência. Em 1924, ao ingressar na *Bibliothèque Nationale*, Briet encontrou um ambiente considerado exclusivamente masculino, onde colegas homens defendiam que mulheres não poderiam ocupar cargos de liderança. Ainda assim, Briet superou barreiras e se tornou referência

internacional, ao articular a modernização bibliográfica, a criação de serviços de orientação e a institucionalização da documentação como disciplina (Maack, 2004).

Esse padrão de invisibilidade não se restringe ao contexto europeu. No contexto brasileiro, destaca-se a atuação de Lena Vania Ribeiro Pinheiro, paraense, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e uma das principais responsáveis por desenvolver um sólido arcabouço epistemológico sobre a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade na CI.

Desde a década de 1990, Pinheiro produziu estudos consistentes que articularam influências de autores como Hilton Japiassú, Edgar Morin, Julie Thompson Klein e Olga Pombo, consolidando uma abordagem inovadora sobre as interfaces da CI com outras áreas do saber (Santos Junior, 2011). Sua contribuição foi decisiva para consolidar a CI como campo interdisciplinar e fortalecer a pesquisa no Brasil, destacando-a como uma liderança feminina pioneira na América Latina.

A importância de sua trajetória foi recentemente reafirmada na Edição Especial do Periódico Ciência da Informação (1972-) em homenagem à Lena Vania Ribeiro Pinheiro, que reuniu depoimentos, análises e balanços de sua produção acadêmica. O dossiê destacou não apenas o impacto teórico de suas pesquisas em bibliometria, comunicação científica e epistemologia, mas também seu protagonismo institucional no IBICT e no Programa de Pós-Graduação em CI da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI/UFRJ), locais onde exerceu papel fundamental na consolidação de programas de pós-graduação e redes de pesquisa no campo da ciência da informação (Braga, 2023; Sayão, 2023). A Edição Especial evidencia que sua liderança ultrapassou fronteiras acadêmicas, ao inspirar gerações de pesquisadores e ao reafirmar a interdisciplinaridade como marca constitutiva da CI brasileira.

Diante desse cenário, este artigo tem como hipótese que, embora fundamentais, as mulheres pioneiras da CI foram historicamente invisibilizadas, o que reduziu o reconhecimento de suas contribuições científicas e institucionais. O objetivo é analisar como a constituição histórica da CI pode ser revisitada à luz da presença feminina, evidenciando sua liderança científica e acadêmica.

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com objetivo exploratório e abordagem qualitativa, utilizando como método a pesquisa bibliográfica para formulação de ensaio, buscando fontes informacionais secundárias sobre pesquisadoras em CI nacionais e internacionais. Utilizou-se como recurso

informacional o *SciSpace AI Research Agent*; como estratégia de recuperação, empregou-se a combinação dos termos “liderança feminina” e “ciência da informação”. Em um segundo momento, utilizaram-se esses mesmos termos combinados no *Scopus* para validação e complementação dos resultados da primeira estratégia. Os dados foram coletados entre agosto e setembro de 2025.

A produção científica orientada à sustentabilidade demanda abordagens interdisciplinares e socialmente comprometidas, nas quais a diversidade de perspectivas, incluindo a de gênero, tem sido reconhecida como elemento estratégico para a construção de soluções mais inclusivas e inovadoras (Nielsen *et al*., 2017).

2 A CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA E CIENTÍFICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ao longo do século XX, a CI emergiu como campo interdisciplinar que buscava responder às transformações sociais, políticas e tecnológicas decorrentes da sociedade contemporânea – mais tarde denominada Sociedade em Rede por Castells (2021) – fortemente influenciada por modelos das ciências exatas e naturais, como a cibernética de Wiener e a teoria matemática da comunicação de Shannon e Weaver. A CI busca leis universais para explicar o fenômeno informacional (Araújo, 2003).

Contudo, a maturidade da consolidação da CI deu-se à medida que passou a dialogar com as ciências sociais, reconhecendo a informação como fenômeno social, histórico e relacional, o que permitiu seu enquadramento como ciência social aplicada e, posteriormente, como ciência contemporânea, marcada pela interdisciplinaridade.

Mais do que um simples domínio técnico, a CI articula dimensões sociais, institucionais e individuais do uso da informação, sendo profundamente influenciada pela evolução tecnológica e pela transformação da Sociedade em Rede (Castells, 2021). Nesse processo, dialoga com áreas como Administração, Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência Cognitiva, Comunicação Social, Direito, Filosofia, Lógica e Museologia (entre outras), destacando-se pela busca de métodos capazes de organizar, recuperar e dar sentido ao crescente volume de informações que marca a vida contemporânea (Saracevic, 1995).

Como supramencionado, as origens da CI estão intrinsecamente vinculadas ao movimento da documentação, desenvolvido por Paul Otlet e Henri La Fontaine no

final do século XIX. Em 1895, os dois fundaram o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), responsável pela criação do Repertório Bibliográfico Universal (RBU), cujo objetivo era compilar todo o conhecimento registrado em fichas padronizadas de 7,5 x 12,5 cm, utilizando a Classificação Decimal de Dewey (CDD) como base de organização. Dessa iniciativa resultou, em 1905, a publicação da Classificação Decimal Universal (CDU), que permanece até hoje como um dos sistemas de classificação mais duradouros e utilizados no mundo (Pozzatti *et al.*, 2014).

A expressão mais ambiciosa desse projeto foi o *Mundaneum*, concebido como um centro mundial de documentação destinado a reunir, preservar e difundir a memória registrada da humanidade. Essa proposta, sustentada por um ideal universalista e pacifista, antecipava preocupações com a circulação global da informação que somente seriam retomadas em escala ampliada no contexto das tecnologias digitais contemporâneas (Barreto, 2008).

Outro marco fundamental foi a publicação *As We May Think* (1945) por Vannevar Bush, que introduziu a ideia do *Memex*, dispositivo teórico de armazenamento e recuperação de informação (Medeiros; Vanti, 2011). Bush inaugurou um imaginário técnico-científico que inspirou o desenvolvimento dos sistemas de informação modernos (Smit, 2024). O *Memex*, ao propor a recuperação da informação por meio de trilhas associativas, antecipou debates que mais tarde seriam formalizados no conceito de hipertexto (Medeiros; Vanti, 2011).

Rabello (2012) argumenta que a constituição da CI deve ser compreendida como um processo em disputa e não como um produto acabado. Segundo o autor, a CI é continuamente redefinida pelas condições históricas, políticas e institucionais que a sustentam, o que a caracteriza como um campo em permanente reconfiguração.

Após a Segunda Guerra Mundial, a CI consolidou-se em diferentes contextos nacionais. Nos EUA, vinculou-se ao avanço tecnológico e à interdisciplinaridade, com forte apoio governamental e a institucionalização de cursos, periódicos e instrumentos como o *Science Citation Index*. Na URSS, assumiu caráter centralizado e estatal, consolidado pelo *VINITI* e pela formulação da *Informatika* (1966), com ênfase na padronização e na produção massiva de literatura secundária (Santos Junior, 2012).

Já na Inglaterra, os Congressos de Londres (1946 e 1948) e a criação do *Institute for Information Scientists* (1949) marcaram a adoção do termo *Information Science* e sua institucionalização em âmbito britânico-europeu (Pinheiro, 2005). Apesar das trajetórias distintas, esses movimentos convergiram para a legitimação internacional da área.

A consolidação epistemológica da CI, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, ocorreu em meio ao debate em torno da própria definição de informação, conceito central, e de múltiplas interpretações na área. Como destaca Bates (2005), a noção de informação não pode ser reduzida a uma única perspectiva, mas deve abarcar desde suas dimensões físicas e biológicas até as sociais e culturais.

No Brasil, a constituição da CI esteve associada à criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), em 1954, e posteriormente ao IBICT, que se tornaram espaços centrais de formulação de políticas de informação e pesquisa científica (Oddone, 2006).

Essa evolução da Ciência da Informação, marcada pela ampliação de seus objetos e métodos, cria as bases para sua atuação em temas contemporâneos, como a sustentabilidade. Ao estruturar sistemas de organização e recuperação do conhecimento, a área torna-se fundamental para a circulação de informações estratégicas relacionadas a questões ambientais, sociais e econômicas, evidenciando seu papel na construção de sociedades mais sustentáveis.

3 CIÊNCIA, GÊNERO E LIDERANÇA

A liderança deve ser entendida como um fenômeno que se desenvolve em contextos sociais e institucionais marcados por valores culturais e normas de gênero. O conceito de teto de vidro evidencia que, mesmo diante de trajetórias acadêmicas ou profissionais altamente qualificadas, as mulheres enfrentam barreiras invisíveis que dificultam acesso a posições de maior prestígio (Samuelson *et al.*, 2019).

Tais barreiras são reforçadas por estereótipos persistentes, pela predominância de culturas organizacionais masculinizadas e por políticas institucionais pouco inclusivas, o que contribui para a reprodução das desigualdades de gênero na ocupação de espaços de liderança científica e administrativa (Taparia; Lenka, 2024).

Eagly e Carli (2007) argumentam que a ascensão feminina a posições de liderança ocorre em meio a um verdadeiro labirinto, marcado por barreiras invisíveis, resistências institucionais e normas de gênero que dificultam a trajetória das mulheres, mesmo quando apresentam qualificações equivalentes ou superiores às de seus pares masculinos.

Esse cenário também se observa na ciência, onde o reconhecimento de lideranças femininas muitas vezes é minimizado. Ao compreender a liderança como fenômeno social e de gênero, torna-se possível analisar criticamente como a presença das mulheres não apenas desafia estruturas históricas de exclusão, mas também introduz novas formas de organizar, produzir e difundir conhecimento.

No contexto do desenvolvimento sustentável, a liderança feminina assume relevância ainda maior, uma vez que estudos indicam que mulheres tendem a adotar abordagens mais colaborativas e orientadas ao longo prazo, características essenciais para enfrentar desafios complexos e sistêmicos (Eagly; Carli, 2007; Nielsen *et al*., 2017). Assim, a presença feminina na ciência não apenas amplia a diversidade, mas também fortalece a capacidade de resposta da produção científica às demandas globais contemporâneas.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Apesar de seu caráter interdisciplinar e de sua orientação para a democratização do conhecimento, a CI não escapou ao fenômeno recorrente da invisibilidade feminina na história da ciência. Estudos sobre gênero e ciência, desenvolvidos a partir das décadas de 1970 e 1980, demonstram que a prática científica, embora apresentada como universalista e neutra, foi historicamente marcada por preconceitos e discriminações que relegaram às mulheres papéis secundários e pouco reconhecidos (Costa, 2008).

Essa exclusão simbólica se reflete também na produção científica contemporânea. Análises bibliométricas (Marinho *et al.*, 2023) apontam que, embora o interesse pela temática de gênero na CI tenha crescido significativamente a partir de 2017, esse debate ainda enfrenta resistências acadêmicas e não ocupa centralidade nas agendas de pesquisa da área.

No contexto internacional, o caso de Briet ilustra a dinâmica da invisibilidade feminina na CI. Apesar de sua atuação pioneira na Biblioteca Nacional da França, da liderança na União Francesa de Organizações de Documentação e da formulação

inovadora sobre a noção de documento em *Qu'est-ce que la documentation?* (1951), sua obra permaneceu largamente ignorada no contexto francês até a década de 1990.

Fayet-Scribe (2018) ressalta que, enquanto na França seu nome era marginalizado, nos EUA e em países anglo-saxões Briet já era celebrada como referência fundamental, sendo reconhecida como uma das líderes da modernização da biblioteconomia e da documentação. Esse descompasso entre a relevância de sua contribuição e o atraso em seu reconhecimento evidencia não apenas barreiras linguísticas e institucionais, mas sobretudo um padrão estrutural de silenciamento das mulheres na história da ciência como um todo – alinhando a CI a esta perspectiva.

A invisibilidade feminina internacional na CI, entretanto, não se limita ao caso de Briet. Como demonstra Leleu-Merviel (2014), outras pesquisadoras tiveram impacto decisivo na constituição epistemológica da área, mas por muito tempo não receberam o devido reconhecimento. É o caso, por exemplo, de Brenda Dervin, cuja *Sense-Making Methodology* deslocou a ênfase da informação como entidade objetiva para a informação como construção situada, centrada na experiência dos sujeitos.

Da mesma forma, Marcia Bates se consolidou como referência, ao propor uma abordagem evolutiva do conceito de informação e ao desenvolver estudos fundamentais sobre comportamento informacional. A presença dessas figuras femininas revela que o apagamento histórico não decorreu da ausência de contribuições relevantes, mas de uma seleção narrativa que privilegiou atores masculinos, relegando ao segundo plano produções intelectuais fundacionais para a área (Leleu-Merviel, 2014).

No contexto brasileiro, Espírito Santo (2008) ressalta que entre 2000 e 2007 a produção acadêmica brasileira sobre gênero na CI foi incipiente, revelando uma lacuna importante em um campo que se apresenta como orientado à democratização do saber. Para a autora, a dimensão de gênero precisa ser incorporada não apenas como objeto temático eventual, mas como categoria analítica fundamental, capaz de iluminar as formas pelas quais relações de poder, desigualdades e silenciamentos atravessam a constituição e as práticas da área do conhecimento.

Por outro lado, a trajetória da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) revela experiências significativas de protagonismo feminino. Estudo recente demonstra que, entre 1989 e 2024, 67% dos cargos de Diretoria foram ocupados por mulheres, incluindo a Presidência e a Vice-Presidência, o que evidencia não apenas sua presença numérica, mas também sua capacidade de liderança e formulação política no campo da CI. Esse dado contrasta com a invisibilidade que ainda marca muitas narrativas fundacionais da área, mostrando que, embora persistam assimetrias de gênero, as pesquisadoras têm atuado como protagonistas sociais, responsáveis pela consolidação institucional e epistemológica da disciplina no Brasil (Cardone; Côrtes; Silva, 2024).

A trajetória de Lena Vania Ribeiro Pinheiro evidencia como o protagonismo feminino, embora decisivo, nem sempre ocupa lugar de centralidade nas narrativas sobre a CI. Seus estudos sobre interdisciplinaridade e epistemologia (Pinheiro, 2007) e sua atuação institucional, especialmente na ANCIB, demonstram a relevância de sua contribuição para a consolidação do campo no país (Cardone; Côrtes; Silva, 2024). Entretanto, como apontam análises críticas sobre gênero na ciência (Costa, 2008; Espírito Santo, 2008; Marinho *et al.*, 2023), a memória disciplinar da CI ainda privilegia majoritariamente autores masculinos.

Especificamente sobre liderança feminina na CI, ainda constitui um campo de análise pouco explorado, mas cujas evidências já revelam contribuições decisivas para a consolidação e expansão da área, embora a trajetória das mulheres tenha sido historicamente marcada por invisibilidade e marginalização (Costa, 2008; Espírito Santo, 2008). A presença das mulheres no campo da Biblioteconomia e CI no Brasil é historicamente incontestável e majoritária (Bufrem; Nascimento, 2012).

Um número significativo de mulheres assumiu papéis centrais na produção de conhecimento, na organização institucional e na formulação de políticas de informação. Marinho *et al.* (2023) confirmam que, mesmo enfrentando resistências, o debate sobre gênero tem ganhado maior relevância na área a partir de 2017, demonstrando que a liderança feminina vem se consolidando de forma mais visível. No entanto, o protagonismo feminino, especialmente em posições de liderança científica e autoria, é um fenômeno mais recente, em parte devido às controvérsias históricas sobre os propósitos científicos da área (Silva; Romeiro, 2018).

Nesse contexto, torna-se fundamental sistematizar quem são as pesquisadoras que, ao longo das últimas décadas, contribuíram para a consolidação

epistemológica, institucional e política da Ciência da Informação. O quadro 1, de Gomes (2023), apresenta nomes de mulheres nacionais e internacionais, bem como suas principais contribuições, evidenciando que a liderança científica feminina na área não é circunstancial, mas estruturante.

Quadro 1 – Pesquisadoras destacadas na CI, suas contribuições e país de atuação

Pesquisadora	Principais contribuições	País
Louise Noëlle Malclès	Estudo do papel da bibliografia, sendo uma das pioneiras na defesa da primeira experiência de organização e representação da informação.	França
Suzanne Briet	Traçou um histórico da evolução das casas de cultura, que hoje denominamos dispositivos de mediação cultural e informacional.	França
Margaret Mann	Biblioteca como espaço cultural, social e mediador.	EUA
Margaret Egan	Formulou a epistemologia social da Biblioteconomia/CI.	EUA
Lenyra Fraccaroli	Inauguraram uma tradição de bibliotecas infantojuvenis no Brasil, com forte compromisso com inclusão social, cultura e formação cidadã.	Brasil
Denise Tavares		
Lydia Sambaquy	Inovou na catalogação, classificação e serviços bibliográficos no Brasil.	Brasil
Jannice De Mello Monte-Mór	Avançou na documentação, informatização e cooperação bibliográfica nacional.	Brasil
Laura Russo	Criação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB).	Brasil
Ingetraut Dahlberg	Criou a Teoria do Conceito na organização da informação.	Alemanha
Célia Zaher	Criou o primeiro mestrado em CI no Brasil e fortaleceu o IBBD.	Brasil
Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti	Pioneira na biblioteconomia brasileira, criou currículo mínimo, inovou indexação e tesauros.	Brasil
Neusa Dias de Macedo	Docente da ECA-USP, destacou-se em referência, orientação bibliográfica e educação.	Brasil
Nice Menezes de Figueiredo	Docente e pesquisadora do IBICT; pioneira em coleções, referência e centralidade do usuário.	Brasil
Hagar Espanha Gomes	Fundadora da Biblioteconomia na UFF; referência em classificação, indexação e terminologia.	Brasil
Lena Vania Ribeiro Pinheiro	Referência em interdisciplinaridade, liderança institucional na ANCIB e no IBICT.	Brasil

Fonte: Autores (2026), adaptado a partir de Gomes (2023).

Assim, a liderança científica feminina na CI mostra-se como uma força transformadora em três dimensões: epistemológica, ao propor novas categorias e abordagens conceituais (Bates, 2005; Pinheiro, 2007); institucional, ao ocupar cargos e consolidar associações científicas (Cardone; Côrtes; Silva, 2024); e política, ao formular agendas críticas que dialogam com as desigualdades estruturais de gênero (Costa, 2008; Marinho *et al*., 2023). Incorporar essas contribuições na narrativa historiográfica da área significa não apenas corrigir lacunas de memória, mas reposicionar a CI como disciplina que se constrói a partir de epistemologias inclusivas e socialmente comprometidas.

Rosener (1990) demonstrou que estilos de liderança associados às mulheres na administração estão fortemente relacionados à inovação, colaboração e flexibilidade, qualidades que ampliam a capacidade adaptativa das organizações. De modo semelhante, Kouzes e Posner (2012) destacam que líderes eficazes são capazes de inspirar, desafiar processos estabelecidos e estimular novas formas de pensar.

Esse padrão encontra paralelo claro na CI: Briet rompeu com a visão estritamente bibliográfica ao propor uma concepção social do documento; Dervin deslocou o foco da informação objetiva para a informação situada na experiência; Bates ampliou a definição de informação para integrar múltiplas dimensões; Pinheiro promoveu a interdisciplinaridade como eixo estruturante da área e assim por diante.

Esses exemplos revelam que a liderança científica feminina não apenas resistiu ao silenciamento histórico, mas também redesenhou epistemologias, consolidando a CI como área do conhecimento interdisciplinar. No entanto, persistem desafios: a sub-representação nas narrativas históricas, a menor visibilidade em publicações de impacto e os mecanismos sutis de exclusão que configuram o chamado labirinto da liderança (Eagly; Carli, 2007).

Diante desse cenário, uma agenda futura de pesquisa precisa integrar de modo mais sistemático os referenciais da CI, explorando como estilos de liderança femininos, frequentemente associados à colaboração, inovação e visão sistêmica (Rosener, 1990; Kouzes; Posner, 2012), podem redefinir não apenas as práticas organizacionais, mas também os fundamentos epistemológicos da disciplina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo demonstrou que a história e a epistemologia da CI ganham novos contornos quando revisitadas à luz da presença feminina. A investigação evidenciou que, embora a disciplina tenha se consolidado a partir de marcos clássicos como a documentação de Otlet e La Fontaine ou as proposições visionárias de Bush, sua trajetória também foi marcada por invisibilidades que reduziram o reconhecimento de contribuições decisivas de mulheres.

Ao recuperar casos como os de Briet, de Pinheiro, bem como de outras pesquisadoras que ampliaram os horizontes epistemológicos e institucionais da área, tornou-se possível compreender que a liderança científica feminina não

apenas resistiu à invisibilidade, mas foi central para a consolidação da área. Essa constatação aponta para a necessidade de reposicionar gênero e liderança como categorias analíticas estruturantes, capazes de enriquecer a memória disciplinar e de orientar a CI para práticas científicas mais inclusivas, críticas e socialmente comprometidas.

Do ponto de vista historiográfico, a análise demonstra que a mesma modernidade técnica organizacional que habilitou a disciplina, os repertórios, as classificações, os padrões, as máquinas e as redes de pesquisadores também produziu zonas de sombra. A trajetória de Briet condensa esse paradoxo: liderança intelectual e institucional que, por décadas, não converteu capital simbólico em reconhecimento memorial, ao menos em seu próprio contexto nacional. O caso brasileiro, a trajetória de Pinheiro, exemplifica como uma liderança feminina pode ser decisiva para a consolidação epistemológica e institucional da área, articulando redes de pesquisa e fortalecendo a ANCIB. Seu percurso evidencia que, quando devidamente reconhecidas, as contribuições femininas não apenas enriquecem a memória disciplinar, mas também reorientam a própria compreensão da constituição da CI.

No plano epistemológico, o mapeamento das autoras e dos debates evidencia que a liderança feminina não é apenas quantitativa (ocupação de cargos), mas qualitativa, redefine problemas, amplia categorias e desloca fronteiras. É o que se vê quando Briet recoloca o documento como fato social, Dervin reposiciona a informação como construção situada e Bates integra múltiplas dimensões (físicas, biológicas, sociais, culturais) em um quadro evolutivo do conceito de informação; no Brasil, quando Pinheiro institucionaliza a interdisciplinaridade como eixo de leitura da CI.

Os dados contemporâneos (descritos por meio da apresentação de trajetórias associativas e das redes) complexificam o diagnóstico. Se, por um lado, cresce a produção sobre gênero e multiplicam-se experiências de protagonismo institucional (*e.g.* ANCIB), por outro, persistem labirintos de reconhecimento: desigualdades de citação, sub-representação em narrativas de síntese, assimetrias na distribuição de prestígio e autoridade.

Há, aqui, implicações operacionais para a área. Currículos e programas de Pós-Graduação em CI podem: (1) revisar bibliografias obrigatórias, incorporando autoras e debates; (2) instituir repositórios públicos de trajetórias e acervos de

pesquisadoras, com metadados interoperáveis; e (3) estimular programas de mentoria e redes interinstitucionais que convertam presença em poder de agenda.

Reconhecem-se limitações na análise, que privilegiou casos e fontes secundárias, com recortes que não esgotam a diversidade regional, racial e interseccional das trajetórias femininas na CI – o que é permissivo em um ensaio introdutório.

Por fim, ao reconhecer a centralidade da liderança feminina na constituição da Ciência da Informação, amplia-se também a compreensão do papel da área frente aos desafios do desenvolvimento sustentável. Incorporar a diversidade de gênero como elemento estruturante da produção científica não é apenas uma questão de equidade de gênero, mas uma condição para a construção de conhecimento mais inovador, inclusivo e alinhado às demandas sociais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

BARRETO, A. A. Uma quase história da ciência da informação. **Datagramazero**: Revista de Ciência da Informação, [*S. l.*], v. 9, n. 2, 2008.

BATES, M. J. Information and knowledge: an evolutionary framework for information science. **Information Research**, [*S. l.*], v. 10, n. 4, 239, 2005.

BICALHO, L. M.; OLIVEIRA, M. A teoria e a prática da interdisciplinaridade em Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [*S. l.*], v. 16, p. 47-74, 2011.

BRAGA, G. O. Trajetórias de Lena Vania: epistemologia e interdisciplinaridade na Ciência da Informação. **Ciência da Informação em Revista**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 15-28, 2023.

BUCKLAND, M. K. The centenary of “Madame Documentation”: Suzanne Briet, 1894–1989. **Journal of the American Society for Information Science**, [*S. l.*], v. 46, n. 3, p. 235-237, 1995.

BUFREM, L. S.; NASCIMENTO, B. S. do. A questão do gênero na literatura em Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, edição especial, p. 199-214, dez. 2012.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. v. 1

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [*S. l.*], v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

CARDONE, R. K.; CÔRTES, G. R.; SILVA, I. F. O protagonismo social das mulheres nas diretorias da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação. *In*: **XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB**, Vitória, ES, 04–08 nov. 2024. Vitória: ANCIB, 2024.

COSTA, M. C. da. Divulgando a visibilidade das mulheres na ciência. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 289-293, jun. 2008.

EAGLY, A. H.; CARLI, L. L. **Through the labyrinth**: the truth about how women become leaders. Boston: Harvard Business School Press, 2007.

ESPÍRITO SANTO, P. do. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, jul./dez. 2008.

FAYET-SCRIBE, S. Você conhece Suzanne Briet? **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 805-815, set./dez. 2018.

GOMES, H. F. A Mulher na Sociedade e na Ciência da Informação. **Brazilian Journal of Information Science**: Research Trends, [*S. l.*], v. 17, 2023.

KOUZES, J. M.; POSNER, B. Z. **The leadership challenge:** how to make extraordinary things happen in organizations. 5. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2012.

LELEU-MERVIEL, S. Figuras femininas nas ciências da informação e da documentação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 43-61, 2014.

MAACK, M. N. A dama e o antílope: Suzanne Briet e sua contribuição para a documentação francesa. **Library Trends**, [*S. l.*], v. 52, n. 4, p. 719-747, 2004.

MARINHO, C. S.; VIANA, A. R. L.; CAVALCANTE, G. F. F.; SILVA, R. T. ; LIMA, I. F. Estudos de gênero em Ciência da Informação: análise bibliométrica de artigos indexados na BRAPCI. *In*: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 23., 2023, Aracaju, SE. **Anais** [...]. Aracaju, SE: ANCIB, 2023.

MEDEIROS, A. L.; VANTI, N. Vannevar Bush e as matrizes discursivas de As we may think: por uma possível história da Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**, v. 21, p. 31-39, 2011.

NIELSEN, M. W. *et al*. Gender diversity leads to better science. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 114, n. 8, p. 1740-1742, 2017.

ODDONE, N. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a Ciência da Informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, p. 45-56, 2006.

ORTEGA, C. D.; SALDANHA, G. S. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, p. 189-213, 2019.

POZZATTI, V. R. O.; OLIVEIRA, A. A.; POLONINI, J. F. G.; RUBIM, R. S. S. O trabalho visionário de Paul Otlet e Henri La Fontaine. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 202-209, jul./dez. 2014.

PINHEIRO, L. V. R. Pilares conceituais para mapeamento do território epistemológico da Ciência da Informação: disciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e aplicações. *In*: BENTES PINTO, V.; CAVALCANTE, L. E.; SILVA NETO, C. (org.). **Abordagens transdisciplinares da ciência da informação**: gênese e aplicações. Fortaleza: Edições UFC, 2007. p. 71-104.

PINHEIRO, L. V. R. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da

Informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 15, n. 1, 2005.

RABELLO, R. de S. A Ciência da Informação como objeto científico: contribuições para uma teoria social da área. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 84-103, jan./mar. 2012.

ROSENER, J. B. Ways Women Lead. **Harvard Business Review**, v. 68, n. 6, p. 119-125, 1990.

SANTOS JUNIOR, R. L. Análise sobre o desenvolvimento do campo de estudo em informação científica e técnica nos Estados Unidos e na antiga União Soviética durante a Guerra Fria (1945-1991). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 8, p. 130-157, 2012.

SANTOS JUNIOR, R. L. A abordagem teórica de Lena Vania Ribeiro Pinheiro sobre os conceitos inter e transdisciplinaridade. **Transinformação**, v. 23, p. 227-234, 2011.

SAMUELSON, H. L.; WESSEL, J. L.; LEVINE, B. R.; BARTH, S. E.; GRANDE, J. A. Exploring the labyrinth of women's leadership: effects of hiring and development. **The Leadership Quarterly**, v. 30, 2019.

SARACEVIC, T. A natureza interdisciplinar da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 36-41, 1995.

SAYÃO, L. F. Edição Especial em Homenagem à Lena Vania Ribeiro Pinheiro. **Ciência da Informação em Revista**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 1-4, 2023.

SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. (org.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: ABECIN, 2018.

SMIT, J. W. Ciência da Informação, Vannevar Bush, Oppenheimer, a bomba atômica e o Brasil, todos juntos e misturados. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 17, n. 3, p. 635-646, 2024.

TAPARIA, M.; LENKA, U. A bibliometric overview of research on the glass ceiling for women managers. **International Journal of Disclosure and Governance**, v. 21, p. 147–172, 2024



INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E SECRETARIADO: UM TRAÇADO TEÓRICO E HISTÓRICO ENTRE OS ANOS 1950 E 2020 EM DIÁLOGO COM A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Information, technology and secretariat: a theoretical and historical path between the years 1950 and 2020 in dialogue with Artificial Intelligence

Información, tecnología y secretariado: un trazado teórico e histórico entre los años 1950 y 2020 en diálogo con la Inteligencia Artificial

Priscila Eny Souza Oliveira
Doutoranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil,
priscilaesl@ufpa.br

Raul Vitor Oliveira Paes
Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil,
raulpaes@ufpa.br

Resumo

A informação e a tecnologia encontram-se nos mais variados campos de conhecimento e de atuação profissional, científica e tecnológica, como o secretariado, que possui uma interligação com tais conceitos. Assim, o objetivo geral deste estudo é o de desenvolver um traçado teórico-histórico entre os fenômenos Informação, Tecnologia e Secretariado, como uma tríade conceitual e por meio de uma linha do tempo, associando com o fenômeno da Inteligência Artificial. A metodologia compreende uma revisão sistemática de literatura como procedimento técnico, com o emprego da técnica de análise de conteúdo e realizada durante os meses de novembro e dezembro de 2025. Com os resultados, foi possível construir uma linha do tempo entre os anos de 1950 e 2020 para a análise das articulações entre os fenômenos, focando em conceitos básicos encontrados na literatura revisada, como os de centralização-descentralização informacional, acesso e construção de informações e conhecimentos e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para a compreensão ampliada dos conceitos, com a conclusão que os fenômenos permanecerão intrinsecamente ligados a partir de avanços e reconfigurações profissionais, sociais, informacionais e tecnológicas.

Palavras-chave: informação; tecnologia; secretariado; inteligência artificial.

Abstract

Information and technology are present in various fields of knowledge and professional, scientific, and technological activity, such as secretariat, which has an interrelation with these concepts. Thus, the general objective of this study is to develop a theoretical-historical trajectory between the phenomena Information, Technology, and Secretariat as a conceptual triad, presented through a timeline, in association with the phenomena of Artificial Intelligence. The methodology employed is a systematic literature review as technical procedure, using content analysis, carried out in November and December 2025. Results include the construction of a timeline from 1950 to 2020 for analyzing the joints between the phenomena, highlighting shifts such as informational centralization-decentralization, the evolution of information and knowledge access and construction, and the development of technological tools for a broader comprehension of the concepts, with the conclusion that phenomena will remain intrinsically linked through professional, social, informational, and technological advancements and reconfigurations.

Keywords: *information; technology; secretariat; artificial intelligence.*

Resumen

La información y la tecnología se encuentran en los más variados campos de conocimiento y de actuación profesional, científica y tecnológica, como la secretaría, que tiene una interconexión con tales conceptos. Así, el objetivo general de este estudio es desarrollar un trazado teórico-histórico entre los fenómenos de Información, Tecnología y Secretariado, como una tríada conceptual y por medio de una línea de tiempo, asociándose con el fenómeno de la Inteligencia Artificial. La metodología comprende una revisión sistemática de la literatura como procedimiento técnico, siendo de naturaleza básica, con el empleo de la técnica de análisis de contenido durante los meses de noviembre y diciembre de 2025. Los resultados apuntan a la construcción de una línea de tiempo entre los años 1950 y 2020 para análisis de las conexiones entre los fenómenos, centrándose en puntos como la centralización-descentralización de la información, el acceso y la construcción de información y conocimientos y el desarrollo de herramientas tecnológicas para una comprensión ampliada de los conceptos, con la conclusión de que los fenómenos seguirán estando intrínsecamente vinculados a través de los avances y reconfiguraciones profesionales, sociales, informativas y tecnológicas.

Palabras clave: *información; tecnología; secretariado; inteligencia artificial.*

1 INTRODUÇÃO

A informação e a tecnologia, conceitos amplos e ao mesmo tempo tangíveis, encontram-se nos mais variados campos de conhecimento e de atuação profissional, científica e tecnológica. Dentre estes campos, o Secretariado, enquanto campo de assessoria, gestão, organização e mediação da informação e do conhecimento, configura-se como um dos que possuem uma interligação com tais conceitos, por ser um profissional da informação e precisar acompanhar as mudanças tecnológicas no atendimento às demandas profissionais e sociais.

Nas décadas entre 2010 e 2020 há discussões urgentes acerca de como os fenômenos informacionais e tecnológicos, como a Inteligência Artificial (IA), têm afetado saberes e práticas de diversas profissões e campos do conhecimento, como a Educação, a Arquivologia, a Biblioteconomia, entre outras, em que a IA pode alterar estruturas formais de cargos e empregos, com possíveis exclusões de empregos já existentes e inclusões de novos, gerando transições desafiadoras para a classe trabalhadora (Oliveira; Costa; Silva, 2023, Veiga; Pires, 2018).

No campo do secretariado, há discussões que iniciam na década de 1990 e permanecem na contemporaneidade sobre possíveis substituições de atividades e atribuições profissionais por conta da IA (Aguiar; Cabral, 2017; Almeida; Rogel; Shimoura, 2010; Santos *et al.*, 2025), o que inicialmente aponta para a absorção de atividades e competências técnicas secretariais pelas IA em detrimento das

competências comportamentais e relacionais do campo (Cielo *et al.*, 2021, Mesquita; Oliveira; Sequeira, 2019), e exige um debate aprofundado sobre os rumos acadêmicos e profissionais do campo diante do cenário atual.

Em outra análise, pode-se ponderar que, assim como a IA, os demais fenômenos informacionais e tecnológicos contribuíram para a evolução e redesenho do campo secretarial em termos de formação, atribuições e identidades em tempos anteriores (Sabino, 2019; Santos *et al.*, 2025), o que pode apontar, inicialmente, para o fato de que há uma ligação estreita no desenvolvimento desses fenômenos ao longo do tempo, com os devidos contextos e particularidades referentes a cada um.

Este ensaio teórico visa responder: quais as relações teórico-históricas entre os conceitos de Informação, Secretariado e Tecnologia entre os anos 1950 e 2020, focando na Inteligência Artificial? O objetivo geral é o de desenvolver um traçado teórico-histórico entre Informação, Secretariado e Tecnologia, como uma tríade conceitual e por meio de uma linha do tempo, associando com o fenômeno da IA.

Justifica-se o presente estudo diante da necessidade de elucidar teoricamente como os conceitos aqui apresentados pela perspectiva secretarial, bem como para contribuir com discussões acadêmicas sobre os campos propostos numa ótica de colaboração com áreas afins, além de poder contribuir na perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), particularmente no Objetivo 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura), em razão das temáticas em conjunto se aproximarem deste objetivo de modo empírico (Nações Unidas Brasil, 2026).

Este artigo inicia com esta introdução e continua com tópicos analíticos e conceituais sobre Informação, Tecnologia e Secretariado desde os primeiros relatos, passando pela seção de procedimentos metodológicos a serem apresentados adiante e concluindo com um panorama sobre o tempo presente com uma linha do tempo conceitual. Após, são apresentadas as considerações finais e as referências.

2 INFORMAÇÃO, TECNOLOGIA E SECRETARIADO: UMA TRÍADE COMPLEMENTAR E CONCEITUAL DESDE O INÍCIO

Para Rocha, Jucá e Silva (2019), a produção, o armazenamento e a circulação de informação são aspectos centrais na sociedade, já que há um esforço contínuo de inovações ao longo do tempo-espaço. Apontam para mudanças quanto à maior qualificação e ao expressivo domínio técnico-científico dos trabalhadores, o

que indica que conhecimento e tecnologia são recursos indispensáveis na sociedade, bem como confere poder aos indivíduos para a tomada de decisão.

No secretariado, a tecnologia da informação (TI) acompanhou a atuação desde o seu início, na Antiguidade, relacionada aos escribas (Adelino; Silva, 2012), passando pela 1ª Revolução Industrial (entre os séculos XVIII e XIX), com uma tecnologia emblemática para a área: a máquina de escrever (Sabino, 2019), com destaque para a ascensão das mulheres na área no século XX. Contudo, as primeiras pesquisas que apontam para um profissional de secretariado (PS) que utiliza a informação como recurso estratégico e a tecnologia como aliada para a execução de tarefas complexas surgem apenas no fim dos anos 1990 (Khalid; Swift; Cullingford, 2002; Medeiros; Hernandes, 1999; Ribeiro, 2005; Sabino; Rocha, 2004).

As obras tratam sobre a utilização de novas tecnologias de escritório (aplicativos, sistemas, plataformas de IA, integrações entre equipamentos), com amplo acesso à informação e ruptura quanto às estruturas hierárquicas tradicionais de gestão, tornando os(as) secretários(as) com papéis e responsabilidades, com habilidades e características relacionadas à: confiabilidade, lealdade, paciência, eficiência, iniciativa, comprometimento, liderança, discrição, ética, criatividade, flexibilidade e adaptabilidade, domínio das novas tecnologias, fluência em outros idiomas, conhecimentos de etiqueta, gerenciamento e capacidade de estabelecer relacionamentos interpessoais e grupais satisfatórios com diversos públicos, tomada de decisão e, portanto, um profissional-chave nas organizações (Khalid; Swift; Cullingford, 2002; Medeiros; Hernandes, 1999; Sabino; Rocha, 2004; Ribeiro, 2005).

Em relação às tarefas secretariais relacionadas à gestão da informação, as principais são: (1) a seleção de informações relevantes para as organizações; (2) o estabelecimento de critérios para esta seleção, considerando objetividade e atendimento às demandas organizacionais; e (3) criação, gerenciamento e manutenção de sistemas simples e atualizados de armazenamento e organização de informações, tanto para o uso do profissional quanto para ampla utilização dos demais trabalhadores, o que configura um direcionamento para uma atuação em informações decisórias sendo, inclusive, um *gatekeeper* (guardião) informacional (Albernaz, 2011; Marreiro, 2016; Medeiros; Hernandes, 1999).

Bortolotto e Willers (2007) apresentam um perfil multifacetado da atuação do PS em quatro áreas: (1) assessor executivo, com ação executora e multiplicadora perante executivos; (2) cogestor, ao atuar no planejamento, na organização, na

implantação e na gestão de programas de desenvolvimento; (3) empreendedor, ao propor novas ideias e executar práticas inovadoras; e (4) consultor, ao aperfeiçoar a cultura organizacional, transformando conhecimento em oportunidades e melhorando os objetivos de suporte, intermediação, gerenciamento e tomada de decisões, atributos próprios do profissional (ou da pessoa secretária).

Nonato Júnior (2009) e Giorni (2017) observam que, quanto à assessoria, o profissional pode ser assessor técnico (operacional), executivo (estratégico), intelectual (elaboração) e aberto (relacionado a outras áreas). Assim, a atuação aponta para um profissional complexo e multifacetado, em aprendizagem contínua e com grande capacidade de difundir o conhecimento e informar com precisão e de forma estratégica, o que também é reforçado por Silva e Araújo (2018).

Almeida, Rogel e Shimoura (2010) alegam que cabe ao próprio PS mostrar o seu valor para a organização, demonstrando com quais tarefas e atividades é capaz de contribuir e quais resultados consegue entregar. Nesse sentido, Gatto (2023) aponta a tecnologia como elemento obrigatório no trabalho secretarial, relacionado a quase todas as atividades desenvolvidas pelo profissional.

Adelino e Silva (2012) estudaram a influência da TI nas modificações do perfil do PS ao longo dos anos, em pesquisa de campo realizada com trabalhadores de empresas públicas e privadas. Como resultado, identificaram que o perfil profissional, inicialmente associado ao escriba submisso, reativo e sem poder decisório, atualmente passa a ser cogestor de públicos diversos, com perfil proativo, assertivo, ágil, capaz de liderar e tomar decisões estratégicas com a influência da TI.

Neste cenário, é necessário trazer os impactos da denominada 4ª Revolução Industrial, caracterizada pelo uso de *big data,* internet das coisas e IA na informatização e processos produtivos (Cielo *et al.*, 2021; Tessarini Junior; Saltorato, 2018), com especial foco na IA. Para Silva et al. (2025) a IA se expande rapidamente e modifica a forma como as informações são processadas e analisadas, o que impacta diversas áreas do mercado. Portanto, Arias Hernández e Rockembach (2025) destacam que profissionais que lidam com a gestão da informação nas organizações devem se manter atualizados com os avanços tecnológicos e letrados em IA, de modo a aproveitarem plenamente o potencial dela, o que acontecerá por meio da educação contínua e da colaboração interdisciplinar.

Nesse sentido, Santos *et al.* (2025), em investigação sobre a contribuição da IA para a eficiência profissional do secretariado executivo, enfatizam que a IA não

substituirá o profissional, antes, dará suporte para a ampliação das suas capacidades. Assim, a veem como aliada estratégica, com capacidade para gerar inovações tecnológicas constantes e para a ampliação das possibilidades de aplicação em diferentes estágios da carreira. Atestam que a IA otimiza tarefas rotineiras, gera maior eficiência, automatiza processos, propicia gestão estratégica da informação e auxilia na tomada de decisões. Entretanto, apontam mazelas a sanar, como: a falta de treinamentos e a insegurança no tratamento de dados.

Verifica-se, desde o início, a ligação direta entre informação, tecnologia e secretariado, em que a manutenção, permanência e aproveitamento das potencialidades do ofício dependem do quanto se acompanha as transformações tecnológicas e o desenvolvimento da IA, bem como se lida com a informação e com o conhecimento, além do papel crucial das legislações e instituições na luta pela modificação dos desenhos curriculares, na busca de garantir direitos e subsídios para o pleno desenvolvimento profissional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Devido a proposta do estudo ter um caráter teórico, a metodologia compreende uma revisão sistemática de literatura como procedimento técnico, sendo de abordagem qualitativa e tendo como método de análise, a análise de conteúdo (Gil, 2022; Severino, 2016). A pesquisa ocorreu entre os meses de novembro e dezembro de 2025, com a seleção, leitura e apontamentos de livros e artigos ligados às temáticas em questão em bases como Google Acadêmico, bibliotecas virtuais, como a da Pearson, e acervos pessoais.

O principal critério de seleção foi o de acessibilidade em obras impressas e virtuais relacionadas às temáticas informação, tecnologia e secretariado de modo conjunto e separado, incluindo livros, capítulos de livros, teses e artigos. A amostra englobou 35 trabalhos para a revisão. A categoria proposta para o presente estudo foi: Transformações da ITS em tempos próximos, com uma proposta de linha do tempo conceitual, conforme exposto na próxima seção.

4 AS TRANSFORMAÇÕES DA ITS EM TEMPOS PRÓXIMOS: PROPOSTA DE UMA LINHA DO TEMPO CONCEITUAL

Rocha, Jucá e Silva (2019) refletem que a tecnologia da informação se tornou uma ferramenta importante para implementar a reestruturação socioeconômica, assim como uma forma de organizar as atividades humanas de forma dinâmica, transformando aspectos econômicos e sociais. Assim, a adaptabilidade passa a ser elemento indispensável ao sujeito, que abrange tanto competências cognitivas, práticas ou comportamentais, quanto a aprendizagem e a submissão ao novo.

Nessa seara, surgem discussões no secretariado sobre a extinção dela por conta dos avanços tecnológicos, o que é discutido por estudos como o de Almeida, Rogel e Shimoura (2010), que explicitam que esse discurso inicia na década de 1990, mas, ao contrário disso, expõem o futuro promissor da profissão dado o histórico dela, considerando as suas adaptações aos diferentes cenários e modificações tecnológicas, com alta capacidade de reinvenção e aprimoramento das atividades e funções que exerce, para o pleno suporte aos líderes e gestores.

Ribeiro (2005) analisa que a cogitação de extinção é influenciada tanto por modelos de empresas internacionais: japonesas, norte-americanas, europeias e latinas, quanto pela própria evolução tecnológica, assim, não é recente. Entretanto, discorda da ideia, demonstrando que o papel do profissional se amplia, propiciando condições de valorização e reconhecimento profissional, a partir da incorporação de novas atividades e tarefas, a menos que o profissional não se atualize e capacite para uma atuação que acompanhe as transformações e as utilizem como aliadas.

Aguiar e Cabral (2017) discutiram a possibilidade de extinção do mundo de trabalho para o PS, a partir da implementação da Internet das Coisas, percebendo que a extinção ou não dependerá do próprio profissional, que deverá buscar novos conhecimentos e desenvolver habilidades para utilizar a tecnologia como aliada, favorecendo a evolução de seus serviços aos níveis estratégicos e auxiliando na tomada de decisões. Além do profissional, os autores atribuem a responsabilidade também à legislação, à federação e aos sindicatos, que deverão exigir que os cursos de graduação ofereçam disciplinas relacionadas às evoluções e transformações tecnológicas, preparando o profissional da área para o mundo do trabalho.

Nascimento e Silva (2013) mencionam que não basta o acesso à informação, é necessário desenvolver habilidades e competências para o seu uso de forma

eficaz e eficiente, a partir dos resultados que se espera obter. Nesse sentido, as autoras fazem uma conexão entre conhecimento, impacto e tecnologia como instrumentos que redesenham a era informacional, proporcionando novas ferramentas de trabalho e o aperfeiçoamento da CI. Com isso, espera-se do profissional da informação, entre eles PS, o desenvolvimento da multi e interdisciplinaridade para suprimento das demandas organizacionais.

Corroborando a ideia, Martins *et al.* (2015), em estudo sobre ferramentas de tecnologia da informação e comunicação como suporte às atividades do secretário executivo, verificaram que essas ferramentas tornam os profissionais mais produtivos e agilizam o trabalho dele, facilitando processos e procedimentos relevantes para o assessoramento efetivo aos gestores, o que também é atestado nos estudos de Davies (2010), Duncan (2011), Kossoski, Seliger e Santos (2017) e Oliveira e Nantes (2016). Isso acontece especialmente porque o profissional costuma ser um dos principais responsáveis pela gestão documental nas organizações e atua como comunicador de informações, além de intervir na tomada de decisões organizacionais (Martins *et al.*, 2015; Oliveira; Moraes, 2015). Mas para que consiga desenvolver as suas atividades com precisão, é preciso um reconhecimento das suas próprias capacidades, assim como o desenvolvimento de um interesse pessoal pelo aprimoramento no uso das ferramentas, além do suporte necessário por parte das organizações em que atua (Medeiros *et al.*, 2015).

Ribeiro (2005) analisa o PS como gerenciador de informações, responsável por integrá-las em todos os setores, reduzindo níveis hierárquicos, ampliando habilidades organizacionais e administrativas, e utilizando eficazmente as ferramentas tecnológicas, o que possibilita a ele acesso, arquivamento, processamento e envio de todos os tipos de informação. A autora analisa que o profissional pode dar suporte à comunicação e à coordenação de trabalhos, bem como auxiliar na busca e disponibilização de informações e no suporte tecnológico.

Montezano, Souza e Baeta (2015) veem a informação como instrumento laboral crucial para o PS, o qual deve ser capaz de localizar, receber, selecionar, classificar, ordenar, interpretar e prover informação para proporcionar valor estratégico às organizações. Portanto, a gestão da informação compõe uma das atribuições dele, sendo capaz de auxiliar na tomada de decisões, a partir do embasamento informacional. Rodrigues, Lavarda e Martins (2017) acreditam que,

como gestor de informações, o PS pode atuar no processo de formação da estratégia pelas suas competências e percepções sobre o ambiente organizacional.

Maia e Oliveira (2015, p. 72) tratam o profissional da área como “gestor do fluxo da informação”, podendo ocupar todos os níveis organizacionais, desde que conheça o local de atuação e as suas atribuições dentro dele. Segundo Oliveira e Moraes (2015, p. 91-92), o PS pode “[...] ser o elo gestor e de facilitação do trânsito de informações e conhecimentos ou fomentar as relações intersetoriais que privilegiem o compartilhamento de dados e saberes que conferem maior eficiência e eficácia às instituições”, gerando relevantes benefícios organizacionais, como o desenvolvimento de práticas produtivas e a eliminação das que não são.

Na mesma linha, Silva (2013) afirma que o PS é um gerador de conhecimentos, o qual é compartilhado com os demais atores organizacionais por meio da gestão da informação e do conhecimento, já que o profissional atua como gestor e assessor, otimizando tarefas e transformando suas ações e experiências em valor agregado para a organização. Além disso, acredita que a tecnologia atua como gerenciadora dos mecanismos para transformação dos conhecimentos em novos produtos e serviços, portanto, a tecnologia e os sistemas de informação são cruciais para a inovação e eficiência organizacional, ratificando a relevância do profissional nesse processo, por interagir e atuar em todos os níveis organizacionais.

Sobre a utilização das ferramentas tecnológicas, Lima e Soares (2014) fizeram um estudo em organizações da cidade de Belém do Pará, em que perceberam que o uso delas ocorreu de forma desproporcional, pois a maior parte dos respondentes afirmou utilizar aplicativos de processamento de textos e de comunicação eletrônica, enquanto poucos utilizavam os de gerenciamento de banco de dados e de gestão de projetos, sendo que esses últimos poderiam agregar no aprimoramento do trabalho realizado pelos profissionais.

Para Gatto (2023), a tecnologia está presente em todas as modificações importantes da sociedade, desde sempre, e em constante modificação e atualização. Portanto, o PS, como braço direito do gestor, deve acompanhar as transformações tecnológicas para auxiliar no crescimento organizacional e no alcance de resultados. A autora enxerga a tecnologia não como apoio, mas como meio necessário à melhoria da produtividade, à agilização de tarefas, à melhor comunicação interna e à resolução de problemas e conflitos. Considera, portanto, essencial à profissão o domínio de aplicativos e plataformas que facilitem o trabalho.

Gatto (2023) elenca que as recentes tecnologias, em especial a partir de 2020, estão relacionadas aos *softwares* de compartilhamento de telas; aplicativos de bate-papo internos e externos; aplicativos de videoconferência e reuniões virtuais; ferramentas de gravação de tela; software de desktop remoto; software de gerenciamento de projetos; aplicativos da lista de tarefas; gerenciamento de agendas e compromissos; aplicativos de foco; armazenamento na nuvem; aplicativos para anotações; gestão gráfica; aplicativos de edição de fotos; aplicativos de digitalização; ferramentas de gestão gráfica; ferramentas de mapeamento mental; ferramentas de lista de compras; e ferramentas de gestão contábil ou fluxo de caixa.

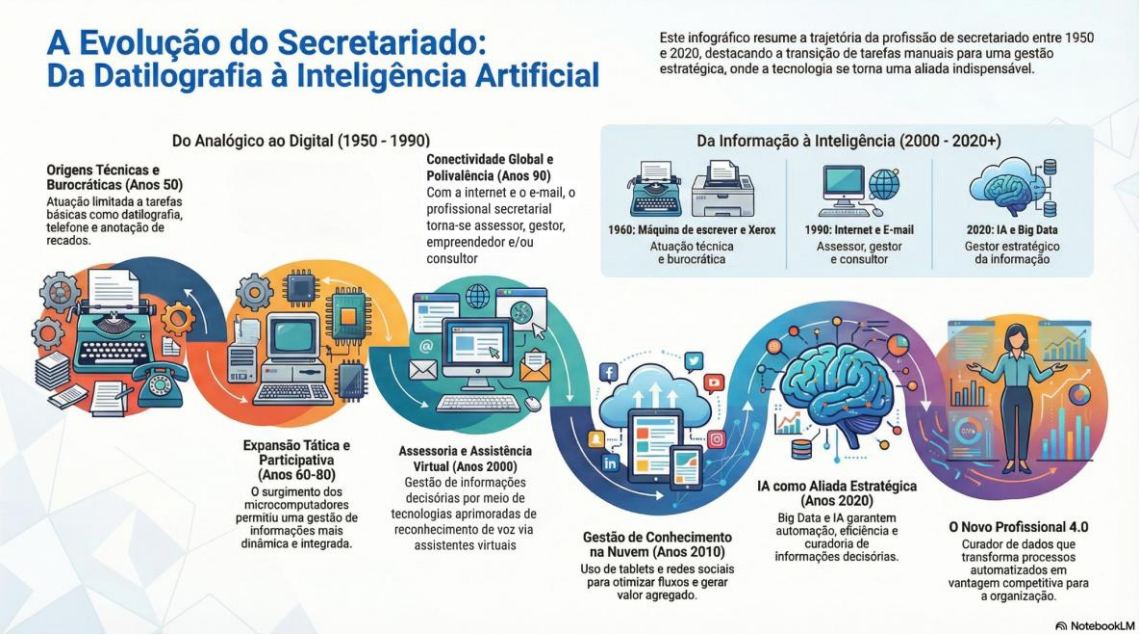
Colaborando com a discussão, acrescenta-se estudos de Mesquita, Oliveira e Sequeira (2019) e Cielo *et al*. (2021), que apontam que atividades e competências secretariais mais técnicas e tecnológicas, com baixo grau de complexidade e interação humana tendem a ser substituídas pelas IA, em detrimento das atividades e competências comportamentais, relacionais e que exigem análise crítica. Acompanhando o raciocínio de Cielo *et al.* (2021) sobre a necessidade de revisão e ajustes do perfil e competências secretariais, observa-se que a adaptabilidade do lócus secretarial perpassa pela construção de capacidades e competências voltadas à curadoria e análise de informações e processos automatizados; assessoria, gestão e organização de grandes grupos de dados e informações decisórias com foco na construção de repositórios virtuais de informações e documentos organizacionais, aprofundando inclusive a gestão e organização do conhecimento por meio das IA e das plataformas virtuais (Mesquita; Oliveira; Sequeira, 2019).

Apresenta-se, na figura 1, uma linha do tempo quanto às relações entre a tríade ITS, evidenciando as modificações ocorridas ao longo do tempo na profissão e mostrando que ela está a cada dia mais ativa e participativa na sociedade, utilizando as novas tecnologias e a IA como aliadas no desenvolvimento e aperfeiçoamento do trabalho. O traçado inicia-se nos anos 1950 por conta da constatação da popularização da profissão no Brasil, que passa por expansão e se relaciona diretamente com os outros conceitos, conforme a literatura consultada.

A figura 1 revela as transformações pelas quais o PS passou e passa ao longo do tempo, acompanhando as modificações tecnológicas e alterando a forma como gere as informações nas organizações, revelando que a profissão não deverá ser extinta, com as devidas reconfigurações. Por outro lado, é válido analisar essa

evolução de modo crítico para compreender com cautela desafios de dependência tecnológica, possíveis assimetrias de poder e precarização do trabalho.

Figura 1 - Traçado teórico-histórico da tríade Informação, Tecnologia e Secretariado



Fonte: Elaborado pelos autores (2026) pela ferramenta de IA NotebookLM da *Google* e: Cielo *et al.* (2021), Nascimento e Silva (2013), Maia e Oliveira (2015), Martins *et al.* (2015), Gatto (2023), Montezano, Souza e Baeta (2015), Ribeiro (2005), Silva (2013), Silva e Araújo (2018), Silva *et al.* (2025).

Nota-se ainda características interessantes de avaliação, como os fenômenos duais da centralização-descentralização informacional, já que as informações organizacionais passam dos aspectos de controle e rigidez em seu tratamento para as práticas de acesso e difusão, o que leva à outro atributo de desenvolvimento tecnológico e das respectivas ferramentas tecnológicas digitais, bem como a uma avaliação da construção de mecanismos e plataformas (plataformização) de acesso e construção de informações e conhecimentos organizacionais. Aspectos estes que compõem a ITS nas organizações e na sociedade.

Por fim, com base em Cielo *et al*. (2021), a reconfiguração no secretariado pode gerar avanços quanto a cargos ou funções ligados às Assessorias Inteligentes (AI), Gestões de Suporte Inteligente (GSI), Secretarias Inteligentes (SI) e afins. Considerando o volume massivo de informações, dados, comandos e documentos gerados por IA, *big data* e afins, resgata-se o alerta de Bush (1945) e Medeiros e Vanti (2011) sobre a necessidade de a CI continuar enfocando em responder como lidar com grandes volumes informacionais. Na perspectiva da tríade ITS, entende-se que os fenômenos permanecerão intrinsecamente ligados por meio de avanços e

reconfigurações profissionais, sociais, informacionais e tecnológicas, associando inclusive com os ODS voltados à inovação (Nações Unidas Brasil, 2026).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio se propôs a analisar como os conceitos de Informação, Secretariado e Tecnologia se relacionam e interagem ao longo do tempo, em que se descobriu que a tríade ITS possui estreitas relações teórico-históricas ao longo do tempo, já que as transformações tecnológicas alteraram a natureza da informação e redesenharam a atuação secretarial de maneira peculiar.

Assim, realizou-se uma linha de tempo sustentada em revisão sistemática de literatura acerca das alterações da profissão de Secretariado Executivo quanto à gestão da informação e às rápidas transformações tecnológicas, que exigem flexibilidade e adaptabilidade para lidar com as exigências atuais, passando a integrar novas competências e desenvolver novas atividades.

Com isso, desenvolveu-se um traçado teórico-histórico entre os conceitos de Informação, Secretariado e Tecnologia por meio de uma linha do tempo, que apontou as principais transformações ocorridas por décadas, focando em pontos como centralização-descentralização informacional, acesso e construção de informações e conhecimentos e desenvolvimento de ferramentas tecnológicas.

Nesse sentido, nota-se que a profissão está em constante atualização e aperfeiçoamento, reconfigurada para atender às demandas informacionais e tecnológicas contemporâneas, fortalecendo as discussões sobre ITS em uma perspectiva ampla e permanente, com ciência de riscos e desafios a serem considerados como a dependência tecnológica e a precarização do trabalho.

O estudo contribui com a literatura secretarial, já que a maior parte das pesquisas são seminais e há poucos estudos que reforçam a importância da informação e da tecnologia para o PS em uma perspectiva histórico-conceitual. Também, com ela é possível pensar no impacto social da profissão para além do domínio técnico, com expansão ao âmbito comportamental e relacional, fazendo a diferença nas esferas social, política, pessoal, econômica e cultural da sociedade.

Como limitações, aponta-se para a escassez de literatura que aborde a temática, especialmente nos últimos cinco anos, no que tange à relação entre informação, tecnologia e secretariado. Sugere-se que novos estudos aprofundem a

discussão, com o auxílio de pesquisas de campo para perceber as percepções de discentes, profissionais e pesquisadores acerca das reflexões aqui iniciadas.

REFERÊNCIAS

ADELINO, F. J.; SILVA, M. A. V. A Tecnologia da Informação como agente de mudança no perfil do profissional de secretariado. **Revista Gesec**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 5–23, 2012. DOI: 10.7769/gesec.v3i2.165. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado /article/view/165. Acesso em: 21 nov. 2025.

AGUIAR, M. E.; CABRAL, A. R. Internet das Coisas e o profissional de secretariado executivo. **Tecnologias em Projeção**, [*S. l.*], v. 8, n. 1, p.112-127, 2017. Disponível em: https://www.pro jecaociencia.com.br/index.php/Projecao4/article/view/838. Acesso em: 21 nov. 2025.

ALBERNAZ, C. B. L. **O secretário executivo como gatekeeper da informação**. 2011. 381 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

ALMEIDA W. G.; ROGEL, G. T. S.; SHIMOURA, A. S. Mudanças de paradigmas na gestão do profissional de secretariado. **Revista Gesec**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 46–68, 2010. DOI: 10.7769/gesec.v1i1.3. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/ view/3. Acesso em: 21 nov. 2025.

ARIAS HERNÁNDEZ, R., ROCKEMBACH, M. Building trustworthy AI solutions: integrating artificial intelligence literacy into records management and archival systems. **AI & Soc 40**, [S. l.], p. 4265–4282, 2025. DOI: https://doi.org/10.1007/s00146-025-02194-0. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s00146-025-02194-0. Acesso em: 6 dez. 2025.

BORTOLOTTO, M. F. P.; WILLERS, E. M. Profissional de secretariado executivo: explanação das principais características que compõem o perfil. **Revista Expectativa**, [Toledo], v. 4, n. 1, p. 45-56, 2007. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/410. Acesso em: 21 nov. 2025.

BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly,** USA, v. 176, n. 1, p. 101-108, 1945.

CIELO, I. D. *et al.* Impactos da Indústria 4.0 na atuação dos profissionais de Secretariado Executivo. **SCRIBES - Brazilian Journal of Management and Secretarial Studies**, Viçosa, MG, v. 2, n. 1, p. 52-73, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/SCRIBES/article/view/12027. Acesso em: 6 dez. 2025.

DAVIES, M. **Woman's place is at the typewriter.** Filadelfia: Temple University Press, 2010.

DUNCAN, M. J. The case for executive assistants. **Harvard Business Review,** [S. l.], v. 89, n. 5, p. 88-91, Massachusetts, Estados Unidos, 2011. Disponível em: https://hbr.org/2011/05/the-case-for-executive-assistants. Acesso em: 15 de mar. 2025.

GATTO, E. A tecnologia como apoio: aplicativos e plataformas. In: AVELINO, C.; RIBEIRO, E.; ALMEIDA, W. **Um novo olhar para o secretariado:** mudanças e transformações. São Paulo: Literature Books Internacional, 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GIORNI, S. **Secretariado:** uma profissão. Belo Horizonte: Editora Quantum Projetos, 2017.

KHALID, H.; SWIFT, H.; CULLINGFORD, C. The new office technology and its effects on secretaries and managers. **Education and information technologies**, Berlim, Alemanha, v. 7, p. 257-274, 2002. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1023/A:1020863731121. Acesso em: 21 nov. 2025.

KOSSOSKI, C.; SELIGER, F.; SANTOS, T.M.D. A importância da tecnologia da informação e comunicação (tics) para os profissionais de secretariado. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 123–137, 2017. Disponível em: https://iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/article/view/33. Acesso em: 21 nov. 2025.

LIMA, M. A.; SOARES, A. de P. L. O Secretário Executivo e a Tecnologia da Informação: Um Estudo Sobre A Utilização de Recursos Tecnológicos pelos Profissionais da Cidade de Belém/PA. **Revista Gesec**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 138–157, 2014. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/254. Acesso em: 21 nov. 2025.

MAIA, F. L.; OLIVEIRA, V. S. de. **Secretariado em pauta:** técnicas de assessoria e métodos de organização. Curitiba: Intersaberes, 2015. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 2 dez. 2025.

MARREIRO, B. A. A. A atuação do profissional de secretariado como gestor de informação: uma análise de conteúdo da Revista GeSec. **Secretariado Executivo em Revist@,** Passo Fundo, p. 5-16, n. 12, 2016. Disponível em: https://ojs.upf.br/index.php/ser/article/view/6434/4297. Acesso em: 2 dez. 2025.

MARTINS, M. M. M. T. S. *et. al*. Ferramentas de tecnologia da informação e comunicação como suporte às atividades do secretário executivo. **Revista Gesec,** São Paulo, v. 6, n. 2, p. 65–87, 2015. DOI: 10.7769/gesec.v6i2.328. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/328. Acesso em: 21 nov. 2025.

MEDEIROS, A. L. ; VANTI, N. Vannevar Bush e as matrizes discursivas de As we may think: por uma possível história da Ciência da Informação. **Informação & sociedade (UFPB. Online)**, João Pessoa, v. 21, p. 31-39, 2011. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/92984. Acesso em: 7 dez. 2025.

MEDEIROS, J. B.; HERNANDES, S. **Manual da secretária.** São Paulo: Atlas, 1999.

MESQUITA, A.; OLIVEIRA, L.; SEQUEIRA, A. The Future of the Digital Workforce: Current and Future Challenges for Executive and Administrative Assistants. In: ROCHA, Á.; ADELI, H.; REIS, L.; COSTANZO, S. (Eds). **New Knowledge in Information Systems and Technologies**. World Conference on Information Systems and Technologies, v. 930, pp. 25-38, Springer, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-030-16181-1_3. Acesso em: 7 dez. 2025.

MONTEZANO, N. S.; SOUZA, R. B. de; BAETA, O. V. A importância da gestão da informação para a atuação profissional do Secretário Executivo – uma revisão de literatura nacional integrativa. **Revista GeSec**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 111–133, 2015. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/356. Acesso em: 21 nov. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2026. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 25 mar. 2026.

NASCIMENTO, M. I. B. do; SILVA, G. L. da. A informação e suas tecnologias: uma análise descritiva e correlativa das ementas das disciplinas de informática em cursos de bacharelado em secretariado executivo de instituições públicas de ensino superior no Brasil. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 01–29, 2013. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/213. Acesso em: 21 nov. 2025.

NONATO JÚNIOR, R. **Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo**: a fundação das ciências da assessoria. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

OLIVEIRA, M. C.; NANTES, E. A. S. Secretariado Executivo: uma Investigação da Influência da Tecnologia no Cotidiano Profissional. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Londrina, v. 17, n. 5, p. 470–477, 2016. Disponível em: https://revistaensino eeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/4548. Acesso em: 21 nov. 2025.

OLIVEIRA, M. A. R.; COSTA, I. V.; SILVA, L. P. O impacto da inteligência artificial no mundo do trabalho. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, Teófilo Otoni, v. 12, n. 1, p.1-13, 2023. DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.1682. Disponível em: https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/1682. Acesso em: 7 dez. 2025.

OLIVEIRA, V. S. de; MORAES, P. E. S. **Gestão da informação e arquivística no contexto secretarial.** 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 2 dez. 2025.

RIBEIRO, N. **Secretariado:** Do Escriba ao Gestor. 2. ed. São Luís: [*s.n.*], 2005.

ROCHA, P. C. S.; JUCÁ, S. C. S.; SILVA, S. A. A evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação na perspectiva de Touraine, Bell e Castells. **Research, Society and Development,** [S. l.], v. 8, n.5, p. 1-12, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5606/560662196019/html/. Acesso em: 4 dez. 2025.

RODRIGUES, L. M. A.; LAVARDA, R. A. B.; MARTINS, C. B. O profissional de secretariado executivo: gestor de informações no processo de formação da estratégia. **Revista Capital Científico**, Guarapuava, vol. 15, n. 3, 2017. DOI: 10.5935/2177-4153.20170025. Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/4772. Acesso em: 4 dez. 2025.

SABINO, R. F.; ROCHA, F. G. **Secretariado:** do escriba ao web writer. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

SABINO, R. F. Secretariado: história e constituição da profissão na sociedade. In: SOUZA, E. C. P (org.). **Educação, ensino e aprendizagem no contexto do Secretariado Executivo**. São Paulo: SINSESP, 2019.

SANTOS, S. *et al.* Evolução no Secretariado Executivo: a Contribuição da Inteligência Artificial para a Eficiência Profissional. **Revista Gesec**, [S. l.], v. 16, n. 8, p. e5011, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i8.5011. Disponível em: https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/5011. Acesso em: 3 dez. 2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, A. C. A atuação do secretariado executivo na gestão da informação e do conhecimento*. In*: D'ELIA, B.; AMORIM, M.; SITA, M. **Excelência no Secretariado:** a importância da profissão nos processos decisórios. Como assessorar e atingir resultados corporativos e pessoais com competência e qualidade. São Paulo: Editora Ser Mais, 2013.

SILVA, V. L.; ARAÚJO, D. S. O profissional de secretariado e o uso das tecnologias de comunicação e informação nas organizações. **Revista Científica Semana Acadêmica.** Fortaleza, ano MMXVIII, Fortaleza, p.1-15, 2018. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/artigo/o-profissional-de-secretariado-e-o-uso-das-tecnologias-de-comunicacao-e-informacao-nas Acesso em: 21 dez. 2025.

TESSARINI JUNIOR, G; SALTORATO, P. Impactos da Indústria 4.0 na organização do trabalho: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Produção Online**. Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 743–769, 2018. DOI: 10.14488/1676-1901.v18i2.2967. Disponível em: https://doi.org/10.14488/1676-1901.v18i2.2967. Acesso em: 7 dez. 2025.

VEIGA, R.; PIRES, C. C. Percepção do impacto da inteligência artificial em contexto ocupacional. **ISLA multidisciplinary e-journal,** Santarém, v. 1, n. 1, p. 47-60, 2018. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/entities/publication/62a18794-4125-414d-96f9-fd8ac4096633. Acesso em: 7 dez. 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

SICAM 2026
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
18 e 19 de Junho - Belém - PA

DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: PESQUISA E PRODUÇÃO MONOGRÁFICA NA FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Collection development: research, and monographic production at the School of Library Science of the Federal University of Pará

Desarrollo de colecciones: investigación y producción monográfica en la Facultad de Biblioteconomía de la Universidad Federal de Pará

Alex Araújo Cardoso
Bacharel em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
alex.cardosu789@gmail.com

Marcos Oliveira da Costa
Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
marcos.oliveira@icsa.ufpa.br

Francilene do Carmo Cardoso
Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Pará, Brasil,
francilenecardoso@ufpa.br

Resumo

O Desenvolvimento de Coleções é uma etapa fundamental no fazer biblioteconômico e tem sido objeto de diversos estudos, dada a sua relevância para a área. Parte dessa produção científica ocorre no âmbito da graduação. Esta pesquisa investigou a produção monográfica da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará, disponível na Biblioteca Digital de Monografias da Universidade, no período de 2011 a 2024, com o objetivo de compreender como a temática do Desenvolvimento de Coleções está representada nas produções dos graduandos. A pesquisa é de natureza descritiva e adota abordagem quanti-qualitativa. Por meio da análise dos componentes das monografias disponíveis na Biblioteca Digital, obteve-se uma amostra de 218 documentos, dos quais 8 foram elegíveis para compor o corpus analítico. Como conclusão, verificou-se que o Desenvolvimento de Coleções é um campo ainda a ser mais explorado entre os graduandos, e que os trabalhos identificados, voltam-se principalmente para bibliotecas universitárias e especializadas, com enfoque em políticas de coleção e estudos de comunidade de usuários, evidenciando maior afinidade com a visão clássica da área.

Palavras-chave: trabalho de conclusão de curso; produção monográfica; desenvolvimento de coleções; Biblioteconomia; graduação.

Abstract

Collection Development is a foundational stage in librarianship practice and has been the subject of several studies, given its importance to the field. Part of this scientific production occurs during undergraduate studies. This research examined the monographs from the Faculty of Librarianship at the Federal University of Pará, available in the University's Digital Monograph Library from 2011 to 2024, seeking to understand how the theme of Collection Development is represented by undergraduate students. This is a descriptive study with a quantitative-qualitative approach. By analyzing the components of the monographs available in the database, a sample of 218 documents was obtained, of which 8 were eligible for this research. The study concludes that Collection Development is a field yet to be further

explored by undergraduates. The analyzed works focus primarily on university and specialized libraries, centering on collection policies and user community studies, with a predominant affinity for the classical view of the field.

Keywords: *undergraduate thesis; monographic production; collection development; Library Science; graduation.*

Resumen

El Desarrollo de Colecciones es una etapa fundamental en la práctica bibliotecológica y ha sido objeto de diversos estudios dada su importancia para el área. Parte de esa producción científica ocurre en el ámbito de la graduación. Esta investigación estudió la producción monográfica de la Facultad de Biblioteconomía de la Universidad Federal de Pará, disponible en la Biblioteca Digital de Monografías de la Universidad, de 2011 a 2024, con el objetivo de comprender cómo la temática del Desarrollo de Colecciones está representada en las producciones de los estudiantes de grado. La investigación es de carácter descriptivo y adopta un enfoque cuanti-cualitativo. Mediante el análisis de los componentes de las monografías disponibles en la Biblioteca Digital, se obtuvo una muestra de 218 documentos, de los cuales 8 fueron elegibles para el análisis. Como conclusión, se verificó que el Desarrollo de Colecciones es un campo aún por explorar entre los estudiantes, y que los trabajos identificados se orientan principalmente a bibliotecas universitarias y especializadas, con énfasis en políticas de colección y estudios de comunidad de usuarios, evidenciando mayor afinidad con la visión clásica del área.

Palabras clave: *trabajo de conclusión de curso; producción monográfica; desarrollo de colecciones; Biblioteconomía; graduación.*

1 INTRODUÇÃO

As universidades são importantes centros onde a produção científica está em desenvolvimento e expansão. Um dos veículos iniciais de publicação mais importantes no âmbito das universidades são os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), que desempenham um papel crucial na disseminação do conhecimento no contexto universitário, representando o ponto culminante do aprendizado dos discentes (Pereira; Silva, 2010).

A diversidade dos TCC se manifesta em diferentes formatos e níveis, que se adaptam às etapas da formação acadêmica: na graduação, são as monografias ou artigos; no mestrado, as dissertações; e no doutorado, as teses. Independentemente do nível de titulação ou da tipologia, os TCC configuram-se como instrumentos para a divulgação científica no contexto acadêmico (Souza; Vogel, 2018).

A questão-problema que motiva esta investigação é: como se dá a pesquisa sobre o tema do Desenvolvimento de Coleções na produção monográfica dos discentes do curso de Biblioteconomia da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (FABIB/UFPA)?

O objetivo deste trabalho é investigar de que forma os conteúdos sobre Desenvolvimento de Coleções (DC), notadamente estudos de comunidade de

usuários, política de seleção, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação, se apresentam nas produções acadêmicas dos formandos, especificamente em seus TCC, utilizando como universo a Biblioteca Digital das Monografias (BDM) da UFPA, no período de 2011 a 2024.

Além desta introdução, o trabalho está organizado da seguinte forma: seções 2 e 3 constituem o Referencial Teórico, que aborda a produção do conhecimento na graduação e conceitos do Desenvolvimento de Coleções (clássicos e contemporâneos); seção 4 Procedimentos Metodológicos; seção 5 Resultados (Análises e Discussões), com a apresentação dos dados levantados na BDM; e seção 6 Considerações Finais.

2 PESQUISA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA GRADUAÇÃO

As universidades contribuem para a construção do conhecimento científico e para a difusão do saber. Para Severino (2007), no contexto universitário, o conhecimento e a pesquisa transcendem seus aspectos cognitivos e fluem pelas dimensões epistemológica, pedagógica e social, sendo validados a partir da aplicação na prática real.

Para Gil (2002), a pesquisa científica é um procedimento racional e sistemático voltado à solução de problemas, utilizando métodos e técnicas científicas para transformar o conhecimento disponível em respostas fundamentadas. No âmbito acadêmico, essa produção se manifesta principalmente por meio de projetos de pesquisa que seguem normas, pressupostos teóricos e modelos previamente estabelecidos (Condurú; Pereira, 2010).

Dentre esses projetos encontram-se os TCC, que, para Pereira e Silva (2010), muitas vezes representam o primeiro contato do discente com a produção científica. O TCC se consolidou como prática acadêmica obrigatória no Brasil, sendo hoje componente obrigatório para conclusão dos cursos de graduação. Para Trindade, Bachur e Oliveira (2018), a produção do conhecimento é, e sempre foi, uma das principais missões das Instituições de Ensino Superior (IES).

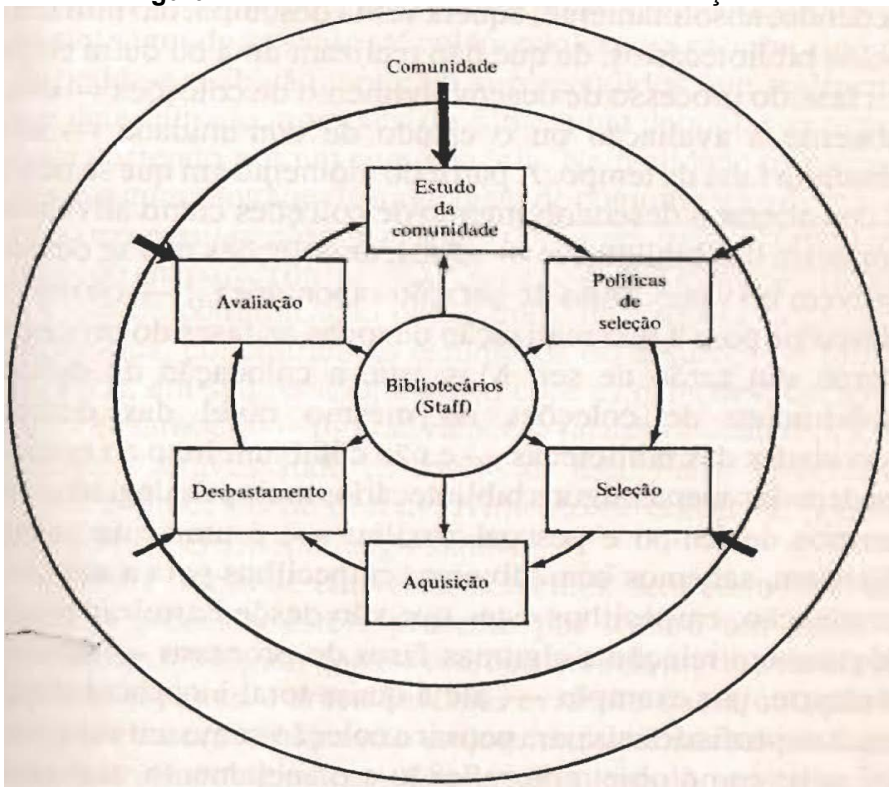
A FABIB/UFPA adotou o TCC como elemento final para obtenção do grau de bacharel. A UFPA, por meio da Instrução Normativa nº 05 de 21 de dezembro de 2023 (UFPA, 2023), alterou a nomenclatura de TCC para Trabalho de Curso (TC), ampliando as modalidades de escrita acadêmica aceitas para conclusão da graduação.

3 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES: PRINCÍPIOS E ABORDAGENS

O DC ganhou impulso após a constatação de que não era racional reunir tudo o que era produzido. Foi então que estudos nessa área se consolidaram, buscando metodologias de processamento técnico da informação (Weitzel,2002). Anteriormente, o processo era tratado apenas como seleção e aquisição (Vergueiro, 1989), mas atualmente compreende-se a complexidade da tarefa e tudo que é necessário para executá-la satisfatoriamente.

O DC foi descrito por Vergueiro (1989) como um trabalho de planejamento que exige comprometimento com metodologias de natureza cíclica, ininterrupta e heterogênea. O autor apresenta o esquema proposto pelo bibliotecário norte-americano G. Edward Evans para pensar a logística do DC (Figura 1).

Figura 1 – Processo de desenvolvimento de coleções



Fonte: Vergueiro (1989).

Observando o esquema (Figura 1), percebe-se que no DC o bibliotecário está no centro e o processo envolve seis etapas: Estudo de comunidade; Política de seleção; Seleção; Aquisição; Desbastamento e Avaliação.

Para Weitzel (2002), o DC tornou-se um recurso fundamental para administrar as coleções de acordo com os interesses e o perfil daqueles que necessitam de

informações específicas. A autora propõe ainda a adição de três políticas ao processo: política de aquisição, política de avaliação de coleções e política de desbastamento e descarte (Weitzel, 2006).

Contemporaneamente, o DC é analisado como processo de mediação da informação implícita, integrando atividades convencionais de estudo de comunidade, seleção, aquisição, desbastamento e avaliação com a ação cultural (Cardoso, 2011). Corrêa (2016) propõe ainda o conceito de Gestão de Estoques de Informação (GEI), que abarca atividades como preservação, restauração, biblioteca 2.0 e repositórios digitais.

Quando se fala em Desenvolvimento de Coleções no contexto da literatura científica nacional, Vergueiro (1989) surge como pioneiro do tema. Nota-se a relevância de seu esforço em compor uma base teórica para o DC no Brasil, pois a matéria Formação e Desenvolvimento de Coleções foi incluída no currículo básico dos cursos de graduação em Biblioteconomia em 1982 (Vergueiro, 1993). Completam esse arcabouço Nice M. Figueiredo (1998) e Simone Weitzel (2006), como referências no ensino de DC na graduação.

Sendo assim, ao refletir sobre as múltiplas abordagens do Desenvolvimento de Coleções e sua importância para o fazer biblioteconômico, percebe-se que a temática permanece como um pilar essencial na formação dos profissionais da informação. Tendo em vista a constante necessidade de adaptação das bibliotecas e dos bibliotecários aos novos cenários informacionais e sociais, justifica-se o interesse desta pesquisa em investigar como esse campo estruturante vem sendo explorado no âmbito acadêmico.

Nesse contexto, ao analisar a produção monográfica dos discentes da FABIB/UFPA, tendo como objeto de estudo os TCC, busca-se compreender de que forma esses conhecimentos teóricos e metodológicos têm sido assimilados e representados nas pesquisas de graduação, contribuindo diretamente para a reflexão sobre o ensino e para a consolidação da produção científica regional na área.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adota abordagem metodológica descritiva, com perspectiva quali-quantitativa. Gil (2002) categoriza como pesquisa mista quando há necessidade de correlacionar conceitos qualitativos e quantitativos para melhorar o entendimento

dos resultados. Embora o enfoque principal seja qualitativo, a análise de dados numéricos é utilizada para a apresentação de alguns resultados, complementando a interpretação qualitativa (Prodanov; Freitas, 2013).

Conduziu-se pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica levantou o referencial teórico por meio de buscas no Google Acadêmico e na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), com os seguintes termos: Desenvolvimento de Coleções, conceitos, história, diretrizes, seleção, aquisição, desbastamento, avaliação de coleções, preservação, trabalho de conclusão de curso, Biblioteconomia e ensino de DC.

A pesquisa documental foi realizada na BDM da UFPA. A busca recuperou arquivos de 2011 a 2024. Os resultados foram catalogados em planilha Excel, organizada pelos seguintes campos: ano, título, autor, tipologia, orientador, palavras-chave e resumo.

Após a exploração dos 218 trabalhos encontrados na BDM, verificou-se que 8 TCC tratavam do DC e seus conceitos. Esses trabalhos foram analisados por meio de análise descritiva-analítica.

5 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Dos 218 trabalhos encontrados na BDM, 206 foram monografias e 12 artigos. Percebeu-se uma quantidade maior de depósitos em três anos específicos (2016/2017/2018), com pico em 2017, com 75 depósitos, fato possivelmente relacionado à maior adesão dos graduandos à autorização de disponibilização de seus trabalhos no repositório.

Ressalta-se que os artigos só foram aceitos a partir de 2021, por conta da flexibilização do retorno pós-pandemia, conforme a Instrução Normativa nº 01/2022 (UFPA, 2022). Não houve recuperações no ano de 2020 em razão da suspensão das atividades acadêmicas durante a pandemia. Desses 218 trabalhos, apenas 8 tratavam a temática de Desenvolvimento de Coleções.

5.1 Monografias com a temática de DC

Dentre os trabalhos disponíveis na BDM, o quadro 1 apresenta os oito TCC que atenderam aos critérios da pesquisa, organizados por ano de publicação, título, orientador e palavras-chave.

Quadro 1 – Monografias que contêm DC na temática

Ano	Título	Orientador(a)	Palavras-chave
2017	Obras raras como patrimônio histórico-cultural e seu uso como fonte informacional: um estudo de caso na Biblioteca Fran Paxeco	Condurú, Marise Teles	Obras raras. Patrimônio histórico-cultural. Preservação e Conservação. Digitalização.
2017	O processo de seleção em bibliotecas universitárias: algumas considerações	Silva, Luiz Otavio Maciel da	Biblioteca Universitária. Desenvolvimento de Coleções. Seleção de Coleção. Política de Seleção.
2017	Avaliação da bibliografia básica do curso de Biblioteconomia da UFPA: acervo da Biblioteca Central	Silva, Luiz Otavio Maciel da	Avaliação de coleção. Biblioteca Universitária. Desenvolvimento de Coleção.
2017	Os deficientes visuais e o acesso à informação na seção Braille da Biblioteca Pública Arthur Vianna e Biblioteca Central da UFPA: um estudo de usuários	Cruz, Jane Veiga Cezar da	Estudo de usuários. Pessoas com deficiência visual. Acessibilidade. Braille.
2018	Estudo de usuários da biblioteca da Universidade Federal Rural da Amazônia	Sampaio, Maria Raimunda de Sousa	Estudo de usuário. Serviço de referência. Biblioteca universitária.
2018	Aplicação dos critérios de desenvolvimento de coleções em biblioteca especializada: o estudo de caso da biblioteca do Banco da Amazônia	Araújo, Oderle Milhomem	Desenvolvimento de coleções. Acervo. Biblioteca especializada.
2018	O comportamento informacional de usuários da Biblioteca do SENAC	Oliveira, Hamilton Vieira de	Estudo de Usuários. Comportamento Informacional. Usuários da Informação.
2019	O processo de seleção e aquisição da biblioteca da Procuradoria da República no Pará: um olhar sob o prisma do método Conspectus no acervo bibliográfico	Barros, Lucivaldo Vasconcelos	Desenvolvimento de Coleção. Conspectus. Seleção. Aquisição.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Analisando o quadro 1, percebe-se que a área de DC precisa ser melhor explorada na FABIB/UFPA em comparação com outras temáticas. Em 2017, com 75 inserções na BDM, cinco tinham DC como cerne, menos de 7% do total. Em 2018, com 61 inserções, três eram sobre DC, menos de 5%. Em 2019, com 20 depósitos, um corresponde à temática, representando 0,5% do total.

Os professores que mais orientaram trabalhos envolvendo DC foram o professor Luiz Otavio Maciel da Silva (dois trabalhos em 2017) e Hamilton Vieira de

Oliveira (dois trabalhos em anos consecutivos). Sabe-se que o professor Luiz Otavio era o docente da disciplina no período em que constam os TCC sob sua orientação. A professora Maria Raimunda de Sousa Sampaio também lecionou DC em 2013, o que explica sua participação como orientadora de um dos trabalhos com a temática.

Figura 2 – Palavras-chave dos TCC com temática de DC



Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Na figura 2, visualizam-se as palavras-chave utilizadas nos TCC. Percebe-se que “Desenvolvimento de Coleções” é recorrente, como esperado. Logo em seguida, destacam-se “Biblioteca Universitária”, “Seleção” e “Estudo de Usuário”, o que demonstra a interconexão dos trabalhos com seus descritores, quase sempre se repetindo ou correlatos entre si.

5.2 Tipologias de bibliotecas analisadas e abordagens do tema nos TCC

Identificaram-se dois tipos principais de bibliotecas como foco de estudo dos oito trabalhos: três correspondem a bibliotecas universitárias e cinco a bibliotecas especializadas. Miranda (2007) classifica as bibliotecas especializadas como instituições onde o acervo tem foco específico e intrinsicamente ligado às instituições que integram, sendo importantes provedoras de informações para estudos e tomadas de decisão. Dias, Silva e Cervantes (2013) conceituam as bibliotecas universitárias como aquelas que têm como missão satisfazer as necessidades informacionais dos estudantes e pesquisadores, focando no ensino, pesquisa e extensão.

Percebe-se que as bibliotecas universitárias têm seu enfoque nas aplicações clássicas do DC seleção, aquisição ou avaliação do acervo, enquanto nas especializadas há uma atenção maior à adaptação aos novos tipos de acervos, como Corrêa (2016) sugere com o conceito de Gestão de Estoques Informacionais. Weitzel (2006) afirma que as bibliotecas universitárias têm enfoque institucional, com usuários específicos, voltando sua atenção principalmente para a etapa de seleção e aquisição.

A análise das temáticas revela o aspecto em que o DC está sendo explorado. O Estudo de Usuário é o tema mais recorrente, com ênfase que se acentuou na visão contemporânea do DC, sendo percebido como índice primal para desenvolver o acervo de forma harmoniosa com a comunidade usuária. A temática de Conservação uma visão atual do DC, também aparece nos trabalhos, o que pode contribuir para o processo de apropriação da informação e construção da identidade negra, como aponta Cardoso (2011). As temáticas de Política de DC, Seleção e Avaliação do acervo estão voltadas para as bibliotecas universitárias, onde a literatura já consolidou sua relevância (Weitzel, 2006; Dias; Silva; Cervantes, 2013).

5.3 Orientadores da FABIB na BDM

Ao analisar a cronologia dos TCC disponíveis na BDM, foi elaborado o quadro 2, que lista os professores e seus respectivos números de orientação encontrados na base, de 2011 a 2024.

Quadro 2 – Orientadores FABIB/UFPA dos trabalhos disponibilizados na BDM entre 2011 e 2024

Nome	Quant.	Anos orientados
Carlos Alberto Souza do Nascimento Junior	1	2017
Carlos Antônio Braga de Souza	2	2022 / 2023
Diego Bil Silva Barros	3	2016
Ediane Maria Gheno	1	2024
Elisangela Silva da Costa	1	2012
Franciele Marques Redigolo	25	2016 / 2017 / 2018 / 2019
Hamilton Vieira de Oliveira	14	2013 / 2016 / 2017 / 2018 / 2022
Jane Veiga Cezar da Cruz	8	2016 / 2017 / 2018 / 2019
Joana Célia do Socorro Gomes de Andrade Martins	1	2017
João Arlindo dos Santos Neto	2	2022
Lucivaldo Vasconcelos Barros	15	2013 / 2016 / 2017 / 2018 / 2019 / 2023

Nome	Quant.	Anos orientados
Luiz Eduardo Ferreira da Silva	3	2016
Luiz Otavio Maciel da Silva	2	2017
Maika Rodrigues Amorim	1	2021
Maria Izabel Moreira Arruda	8	2015 / 2016 / 2017 / 2019
Maria Odaísa Espinheiro de Oliveira	1	2016
Maria Raimunda de Sousa Sampaio	15	2016 / 2017 / 2018 / 2019 / 2022
Marise Teles Condurú	25	2016 / 2017 / 2018 / 2019 / 2021
Maurila Bentes de Mello e Silva	2	2021 / 2022
Merabe Carvalho Ferreira da Gama	7	2017
Nara Raimunda de Almeida Santos	10	2018 / 2019
Oderle Milhomem Araújo	10	2017 / 2018 / 2019
Rubens da Silva Ferreira	13	2011 / 2013 / 2018 / 2019 / 2021 / 2022
Telma Socorro da Silva Sobrinho	23	2012 / 2016 / 2017 / 2023
Wendia Oliveira de Andrade	1	2022
Williams Jorge Corrêa Pinheiro	24	2016 / 2017 / 2018 / 2019
Total de TCC	**218**	**2011 a 2024**

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Analisando a contribuição dos professores como orientadores de TCC, os índices de orientações flutuam a depender do período, justificados por possíveis afastamentos por saúde ou para aperfeiçoamento (pós-graduações), bem como pela presença de professores substitutos ou que não integram mais o corpo docente da faculdade. Destacam-se as professoras Franciele Marques Redigolo, Marise Teles Condurú, Telma Socorro da Silva Sobrinho, Maria Raimunda de Sousa Sampaio e o professor Williams Jorge Corrêa Pinheiro como os cinco que mais tiveram orientações disponibilizadas na BDM.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que o Desenvolvimento de Coleções ainda ocupa um espaço reduzido na produção acadêmica da graduação em Biblioteconomia da UFPA. Assim, uma primeira perspectiva consiste no incentivo à ampliação das pesquisas sobre a temática, sobretudo em contextos amazônicos pouco explorados, como bibliotecas públicas do interior, bibliotecas comunitárias, bibliotecas escolares rurais, bibliotecas indígenas, ribeirinhas e quilombolas. A segunda, refere-se à incorporação de abordagens contemporâneas, para além da visão tradicional

centrada na seleção, aquisição e políticas de coleção. Questões relacionadas à diversidade informacional, inclusão social, justiça epistêmica, preservação dos saberes tradicionais e acesso à informação em comunidades amazônicas podem ampliar significativamente o escopo das investigações. E a terceira perspectiva, o avanço das tecnologias digitais e dos repositórios institucionais aponta para a necessidade de estudos voltados ao DC híbridas e digitais, tema cada vez mais relevante diante das transformações nos processos de produção, acesso e uso da informação.

Os resultados podem auxiliar docentes e coordenadores de cursos na revisão de conteúdos curriculares relacionados ao DC, tendo em vista a baixa adesão dos discentes a estudos na área e o apego a visão clássica do DC podem estagnar a evolução do DC no fazer biblioteconômico. Explorar os novos conceitos que surgem como a Mediação da Informação e a GEI, levaram a expansão do campo de estudo e da área de atuação do bibliotecário. O estudo fortalece a Biblioteconomia regional ao fornecer evidências que podem subsidiar políticas de acervo, práticas de gestão da informação e futuras agendas de pesquisa na região Norte. Contribuindo diretamente para a evolução do campo do DC no Pará e, eventualmente, no Brasil.

Percebeu-se ainda a necessidade de conscientizar os graduandos sobre a importância de autorizar o depósito de suas monografias na BDM, para que seus estudos contribuam para o avanço da ciência. Em conclusão, aponta-se como limitação desta pesquisa a análise exclusiva da BDM, sendo necessário futuramente um aprofundamento no acervo físico da faculdade, o que pode ampliar consideravelmente o *corpus* analisado.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, F. C. **A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra**. 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2011.

CONDURÚ, M. T.; PEREIRA, J. A. R. **Elaboração de trabalhos acadêmicos**: normas, critérios e procedimentos. Belém: Edufpa, 2010.

CORRÊA, E. C. D. **Gestão de estoques de informação**: novos termos e novas posturas para um novo contexto. São Paulo: FEBAB, 2016. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br. Acesso em: 28 mar. 2025.

DIAS, G. D.; SILVA, T. E.; CERVANTES, B. M. N. Políticas de informação nas bibliotecas universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 39-54, 2013. DOI:

10.20396/rdbci.v11i1.1650. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs /index.php/rdbci/article/view/1650. Acesso em: 25 mar. 2025.

FIGUEIREDO, N. M. **Desenvolvimento & avaliação de coleções**. Brasília: Thesaurus, 1998.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MIRANDA, A. C. C. Formação e desenvolvimento de coleções em bibliotecas especializadas. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 87-94, jan./abr. 2007. Disponível em: http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/463. Acesso em: 18 mar. 2025.

PEREIRA, A. A. C.; SILVA, M. L. R. O trabalho de conclusão de curso: constructo epistemológico no currículo formação, valor e importância. **Laboratório de Pesquisa Multimeios**, Salvador, Bahia. [2012, 2010].

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, L. Q.; VOGEL, M. M. J. Gestão da Informação: análise bibliométrica dos trabalhos de conclusão de curso de Biblioteconomia da UFF e UFRJ. **Informação@ Profissões**, [*S. l.*], v. 7, n. 1, p. 31-57, 2018. DOI: 10.5433/2317-4390.2018v7n1p31. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/33451. Acesso em: 22 mar. 2025.

TRINDADE, A. P. N. T.; BACHUR, J. A.; OLIVEIRA, F. B. TCC: um momento obrigatório ou uma oportunidade construída? **Revista Triângulo**, Uberaba, v. 11, n. 1, p. 225-234, 2018. DOI: 10.18554/rt.v0i0.2720. Disponível em: https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/2720. Acesso em: 14 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Instrução Normativa Nº 01/2023**. Belém: UFPA**,** 2023. Disponível em: https://proeg.ufpa.br/images/Artigos/Editais/IN_05_2023_PROEG _Rev.pdf. Acesso em: 20 fer. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Instrução Normativa Nº 01**. Belém: UFPA, 2022. Disponível em: https://proeg.ufpa.br/images/instrucoes-normativas/InstruoNormativa_ 001_2022_PROEG_TCC.pdf: Acesso em: 19 fev. 2024.

VERGUEIRO, W. C. S. **Desenvolvimento de Coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989. (Coleção Palavra-chave, 1).

VERGUEIRO, W. C. S. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 13-21, 1993. Disponível em: https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/000858910.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

WEITZEL, S. R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, 2002. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23411. Acesso em: 13 jan. 2025.

WEITZEL, S. R. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da concessão de bolsa de doutorado ao autor Marcos Oliveira da Costa (Processo nº 141536/2024-1).



PRESERVAÇÃO DIGITAL, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SOBERANIA DIGITAL: DA DEPENDÊNCIA À EMANCIPAÇÃO DIGITAL NO BRASIL

Digital preservation, artificial intelligence, and digital sovereignty: from dependence to digital emancipation in Brazil

Preservación digital, inteligencia artificial y soberanía digital: de la dependencia a la emancipación digital en Brasil

Caitto Arroyo Vasconcellos
Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
caitto.arroyo@gmail.com

Cristian Berrío-Zapata
Doutor em Ciência da Informação Universidade Federal do Pará, Brasil
berriozapata@ufpa.br

Moana de Jesus Padilha Pinheiro
Mestranda em Administração
Universidade Federal do Pará, Brasil
moana@ufpa.br

Resumo

Este ensaio teórico, de abordagem qualitativa, analisa, por meio de revisão narrativa da literatura, o paradoxo da preservação digital no Brasil. Embora ferramentas de inteligência artificial e computação em nuvem ampliem a gestão de acervos digitais, também podem aprofundar a dependência de infraestruturas controladas por *big techs*. Argumenta-se que essa dependência expressa formas contemporâneas de colonialismo digital, ao submeter dados e patrimônio informacional a interesses e jurisdições externas. A análise aponta fragilidades nas políticas públicas brasileiras relacionadas à governança de dados e à autonomia tecnológica. Defende-se que a preservação digital seja tratada como política de Estado, articulada a estratégias de infraestrutura pública, regulação e fortalecimento de capacidades nacionais. O ensaio sustenta que a autonomia informacional depende da integração entre preservação digital, governança de dados e soberania tecnológica.

Palavras-chave: preservação digital; soberania digital; inteligência artificial; colonialismo digital.

Abstract

This theoretical essay, based on a qualitative approach, analyzes, through a narrative literature review, the paradox of digital preservation in Brazil. Although artificial intelligence tools and cloud computing expand the management of digital collections, they may also deepen dependence on infrastructures controlled by big techs. It is argued that this dependence expresses contemporary forms of digital colonialism by subjecting data and informational heritage to external interests and jurisdictions. The analysis highlights weaknesses in Brazilian public policies related to data governance and technological autonomy. The study argues that digital preservation should be treated as a State policy, articulated through strategies involving public infrastructure, regulation, and the strengthening of national capacities. The essay sustains that informational autonomy depends on the integration between digital preservation, data governance, and technological sovereignty.

Keywords: *digital preservation; digital sovereignty; artificial intelligence; digital colonialism.*

Resumen

Este ensayo teórico, de enfoque cualitativo, analiza, mediante una revisión narrativa de la literatura, la paradoja de la preservación digital en Brasil. Aunque las herramientas de inteligencia artificial y la computación en la nube amplían la gestión de acervos digitales, también pueden profundizar la dependencia de infraestructuras controladas por las big techs. Se argumenta que esta dependencia expresa formas contemporáneas de colonialismo digital al someter datos y patrimonio informacional a intereses y jurisdicciones externas. El análisis señala fragilidades en las políticas públicas brasileñas relacionadas con la gobernanza de datos y la autonomía tecnológica. Se defiende que la preservación digital debe ser tratada como una política de Estado, articulada mediante estrategias de infraestructura pública, regulación y fortalecimiento de capacidades nacionales. El ensayo sostiene que la autonomía informacional depende de la integración entre preservación digital, gobernanza de datos y soberanía tecnológica.

Palabras clave: *preservación digital; soberanía digital; inteligencia artificial; colonialismo digital.*

1 INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias digitais e da inteligência artificial (IA) transformou profundamente as condições de produção, armazenamento e preservação da informação, tornando a preservação digital (PD) um desafio técnico, institucional e político (Fratini, 2025). Assim, o aumento dos objetos digitais e a rápida obsolescência das tecnologias de suporte impuseram desafios que extrapolam o campo arquivístico, exigindo políticas e infraestruturas capazes de garantir preservação, interoperabilidade e acesso de longo prazo (Santos; Mazuco; Flores, 2020).

Nesse contexto, a IA e a computação em nuvem passaram a ocupar papel relevante na gestão de grandes volumes informacionais, ao mesmo tempo em que ampliaram a dependência de infraestruturas digitais especializadas (Santos; Grácio, 2024). Embora relevantes, essas tecnologias dependem de infraestruturas como *data centers*, cuja implantação envolve altos custos econômicos, impactos socioambientais, e implicações políticas (Faria; Silva, 2024).

No entanto, essa infraestrutura também se tornou um ponto de disputa geopolítica e econômica, baseado no controle e na capacidade de processar grandes volumes informacionais (Couldry; Mejías, 2019). Atualmente, o ecossistema digital global está concentrado em grandes corporações estrangeiras, como *Amazon, Google, Microsoft, OpenAI e Oracle* (*big techs*[12]). Essas empresas controlam

[12] Embora o conceito também englobe empresas de outras regiões, especialmente da China, o termo ainda é mais associado às corporações estadunidenses, que permanecem predominantes no mercado digital global.

plataformas, serviços de nuvem e tecnologias estratégicas, ampliando sua influência sobre a cadeia de valor dos dados e da IA (Prates; Chiarini, 2024). Essa concentração aprofunda a dependência tecnológica de países do sul global, convertendo-os em espaços estratégicos para a expansão da economia digital (Furtado; Cunha, 2024).

No Brasil, a expansão dos *data centers* foi expressiva entre 2013 e 2023, chegando a cerca de 200 instalações (Brasil, 2023). Entretanto, mais de 80% dessa infraestrutura pertence a conglomerados internacionais atraídos por incentivos fiscais e disponibilidade energética (Máximo, 2025). Essa predominância reforça dinâmicas associadas ao colonialismo digital (CD), sobretudo quando a dependência tecnológica limita a autonomia dos Estados sobre seus dados e infraestruturas (Mejías; Couldry, 2024). Dados nacionais, inclusive os provenientes de órgãos públicos, podem ficar sujeitos a ambientes técnicos e jurídicos controlados por agentes externos (Polido, 2024).

Nesse cenário, a ausência de uma governança pública de dados e de marcos regulatórios voltados às infraestruturas digitais amplia a vulnerabilidade brasileira diante das grandes corporações tecnológicas. A PD, portanto, não se restringe à conservação técnica de documentos e acervos, mas envolve disputas relacionadas ao controle da informação, à autonomia tecnológica e à soberania do Estado sobre seu patrimônio informacional (Neves; Grácio, 2024).

Assim, emerge a seguinte questão de pesquisa: como a dependência de infraestruturas digitais estrangeiras reconfigura as condições de soberania digital (SD) no Brasil e quais são suas implicações para a preservação digital (PD) de informações estratégicas? O objetivo é discutir a relação entre PD e IA analisar seus impactos sobre a SD, e propor caminhos para políticas públicas voltadas à emancipação digital. Defende-se que a adoção crítica e regulada da IA, associada ao desenvolvimento de tecnologias nacionais, pode contribuir para reduzir a concentração global de poder informacional e fortalecer a autonomia digital do país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Preservação digital

A preservação digital (PD), tradicionalmente associada à gestão e ao armazenamento de informações, compreende estratégias, políticas e práticas voltadas à manutenção da autenticidade, integridade, acessibilidade e confiabilidade de objetos

digitais ao longo do tempo (Hedstrom, 1998). Esses objetos, digitais ou resultantes de processos de digitalização, estão sujeitos a constantes mudanças e à instabilidade dos meios nos quais são produzidos, transmitidos ou preservados. Além disso, dependem fortemente de infraestrutura tecnológica, sistemas, formatos e suportes de armazenamento sujeitos à obsolescência ou à deterioração física (Duranti, 2010).

Conway (2001) já alertava que a PD requer planejamento institucional, recursos técnicos e políticas duradouras, sob pena de perda irreversível do patrimônio informacional. Santos, Mazuco e Flores (2020) ressaltam que a simples realização de cópias de segurança (*backups*) é insuficiente para garantir a PD, sendo necessário implementar sistemas robustos de gestão arquivística digital, que incluam metadados, autenticação, interoperabilidade e controle contínuo dos documentos digitais. Portanto, os desafios da PD vão além do domínio técnico e envolvem também questões organizacionais, jurídicas, políticas e epistemológicas. Por isso, a PD deve ser concebida como política pública de Estado, apoiada em infraestruturas permanentes, interoperáveis e financeiramente sustentáveis (Gava; Flores, 2022).

2.2 IA e infraestruturas digitais

A IA é compreendida como um conjunto de sistemas computacionais capazes de reconhecer padrões, processar linguagem, classificar informações e apoiar decisões automatizadas (Silva; Paniago, 2025). Sua relevância não está apenas nas aplicações técnicas, mas também nas infraestruturas de dados e processamento que tornam essas aplicações possíveis. Para instituições que lidam com grandes acervos digitais, a computação em nuvem passou a oferecer escalabilidade e eficiência operacional (Furtado; Cunha, 2024).

Porém, essa solução desloca parte do controle técnico e jurídico dos acervos para infraestruturas externas, frequentemente privadas e transnacionais (Pinheiro, 2025). No caso dos modelos de IA de maior escala, como os modelos de linguagem de larga escala (LLMs), essa dependência envolve também capacidade computacional, semicondutores, energia e infraestrutura de supercomputação, fatores que aproximam o debate técnico das disputas geopolíticas por autonomia tecnológica (Grohmann; Schneider; Silveira, 2024).

2.3 Colonialismo digital

O CD pode ser compreendido como um regime contemporâneo de exploração baseado na extração contínua de dados da vida social, em escala mundial, operado por conglomerados tecnológicos majoritariamente sediados no Norte Global (Mejías; Couldry, 2019). Tal como no colonialismo histórico, trata-se de um processo estrutural de apropriação de recursos, concentração de poder e produção sistemática de desigualdades, agora mediado por tecnologias digitais (Khauaja, 2024).

Segundo Mejías e Couldry (2024), os dados são submetidos a lógicas extrativistas que aprofundam relações de dependência tecnológica e desigualdade global. Essa dinâmica não se restringe apenas à coleta de dados, mas envolve também a imposição de modelos tecnológicos, infraestruturais e epistemológicos que limitam a autonomia dos países e subordinam suas capacidades informacionais aos interesses de corporações privadas (Furtado; Cunha, 2024).

2.4 Soberania digital (SD)

A SD é a capacidade de um Estado definir e aplicar políticas sobre o uso, o armazenamento e a circulação de dados dentro de seu território, garantindo o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção dos direitos fundamentais (Polido, 2024). Nessa perspectiva, os dados assumem valor estratégico semelhante ao de recursos naturais e energéticos, tornando o controle das infraestruturas digitais elemento central para a autonomia dos países (Fratini, 2025). Por isso, segurança informacional, governança de dados e IA passam a integrar disputas geopolíticas sobre infraestrutura, regulação e autonomia tecnológica. A consolidação de uma SD efetiva, depende da existência de políticas públicas capazes de articular inovação tecnológica, ética e desenvolvimento de infraestruturas nacionais (Medeiros *et al.*, 2025).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como um ensaio teórico de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir de uma revisão narrativa da literatura, com o objetivo de discutir as relações entre PD, SD, IA e CD. A escolha dessa abordagem decorre do caráter interdisciplinar do tema e da ainda limitada sistematização empírica dessas discussões no contexto brasileiro (Ogassavara *et al.*, 2023). A revisão concentrou-se

em produções científicas e documentos institucionais relacionados à preservação digital, governança de dados, infraestrutura digital e IA.

A busca bibliográfica foi realizada em bases e indexadores acadêmicos, especialmente *Semantic Scholar*, Google Acadêmico, SciELO, Scopus e Portal de Periódicos CAPES, além da consulta a documentos normativos, planos governamentais e relatórios técnicos. Foram utilizados descritores em português e inglês, entre os quais: “preservação digital”, “soberania digital”, “colonialismo digital”, “inteligência artificial”, “governança de dados”, “*data centers*”. A seleção priorizou publicações produzidas entre 2020 e 2026, sem excluir obras anteriores consideradas referenciais para a discussão teórica do tema.

Por fim, a análise do material foi orientada por quatro eixos analíticos: PD, dependência infraestrutural, SD e CD. A partir desses eixos, buscou-se identificar aproximações, tensões e lacunas presentes na literatura sobre a relação entre infraestrutura digital, autonomia tecnológica e preservação de informações estratégicas no contexto brasileiro.

4 PRESERVAÇÃO DIGITAL E OS DESAFIOS DA IA

No cenário nacional, a PD tornou-se uma demanda estratégica diante do crescimento contínuo de informações produzidas por instituições públicas, científicas e culturais (Brito; Brito, 2024). Apesar da ampliação de iniciativas institucionais e acadêmicas voltadas à PD, ainda persistem fragilidades relacionadas à continuidade das políticas públicas e à existência de infraestruturas permanentes de armazenamento e gestão de dados (Formenton; Gracioso, 2020).

Diante disso, Neves e Grácio (2024) destacam que ferramentas de IA já vêm sendo utilizadas para automatizar atividades relacionadas à preservação digital, como classificação documental, descrição de acervos, tradução de metadados e restauração de documentos digitalizados. Entretanto, a incorporação dessas ferramentas também levanta preocupações relacionadas à transparência algorítmica, aos critérios de classificação automatizada e à ausência de regulamentações específicas para uso de IA em acervos públicos, podendo, em determinados contextos, afetar processos de representação da informação e autenticidade documental (Silva; Paniago, 2025).

Outro aspecto relevante envolve a segurança informacional, pois grande parte das ferramentas de IA e dos serviços de computação em nuvem utilizados por

instituições brasileiras, são desenvolvidas e controladas por *big techs* estrangeiras. A partir dessa compreensão, quando redes, plataformas e *data centers* permanecem sob controle de corporações estrangeiras, parte da capacidade estatal de definir critérios de armazenamento, circulação e processamento de dados passa a depender de infraestruturas externas, ampliando vulnerabilidades relacionadas à segurança informacional e à governança pública dos dados (Polido, 2024).

Autores como Fratini (2025) argumentam que a exploração massiva de dados pode ser compreendida como continuidade de dinâmicas históricas de extração e concentração de poder, agora reconfiguradas no ambiente digital. E apesar do reconhecimento da importância estratégica da IA, a implementação de políticas públicas tem sido fragmentada e, em muitos casos, capturada por interesses privados. As estruturas de governança no Brasil se concentram mais em respostas regulatórias posteriores do que na construção antecipada de capacidades tecnológicas e infraestruturas próprias (Santos; Grácio, 2024). A ausência de políticas nacionais integradas de governança de dados amplia essa fragilidade institucional e mantém o país vulnerável à perda de controle sobre informações e acervos digitais estratégicos.

5 O CONTEXTO BRASILEIRO E A SOBERANIA DIGITAL

No Brasil, a captura expressiva de dados de milhões de cidadãos por plataformas estrangeiras, em áreas como saúde, educação, trabalho, consumo, mobilidade e comunicação política, constitui uma transferência contínua de valor estratégico, informacional e econômico, sem controle público efetivo e sem retorno proporcional à sociedade nacional (Grohmann; Schneider; Silveira, 2024). Segundo Mejías e Couldry (2024), combater esse regime exige três frentes simultâneas: regulação estatal forte, contestação política ao poder das plataformas e construção de alternativas sociais ao modelo extrativista.

Nesse sentido, a segurança nacional e a SD deixam de ser apenas temas técnicos e passam a integrar o núcleo da soberania política, econômica e informacional do país (Prates; Chiarini, 2024). Embora a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a atuação da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), representem avanços institucionais importantes, esses instrumentos se concentram predominantemente na proteção de dados pessoais e ainda não configuram, por si só, uma política abrangente de soberania infraestrutural, algorítmica e informacional. A segurança digital, nesse sentido, não se restringe à privacidade individual, mas

envolve a capacidade do país de controlar seus fluxos de dados estratégicos, suas infraestruturas críticas (*data centers*, cabos, nuvens, sistemas de IA) e os critérios algorítmicos que estruturam decisões públicas e privadas (Furtado; Cunha, 2024).

Nessa ótica, há um debate regulatório sobre IA sendo realizado por meio do Projeto de Lei (PL) n.º 2338/2023 introduz diretrizes para o desenvolvimento, a governança e o uso responsável da IA no Brasil, incluindo transparência, segurança da informação, proteção de direitos fundamentais e incentivo à inovação tecnológica nacional (Brasil, 2025a). Embora o projeto avance na definição de parâmetros éticos e regulatórios para o uso da IA, sua efetividade dependerá da articulação com políticas de infraestrutura, capacidade computacional e governança pública de dados.

Paralelamente, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) incorpora a preocupação com a autonomia tecnológica ao defender o desenvolvimento de soluções próprias, uso de dados nacionais e orientação ao interesse público. No entanto, seu alcance dependerá da capacidade de transformar diretrizes gerais em infraestrutura efetiva, financiamento contínuo e mecanismos de governança capazes de reduzir a dependência de plataformas estrangeiras (Brasil, 2025b).

Cabe ressaltar que a construção de uma política nacional de IA não depende apenas do desenvolvimento de *softwares* ou modelos algorítmicos abertos. A expansão dos modelos de LLMs mostra que a soberania em IA também está relacionada ao controle das infraestruturas físicas necessárias ao treinamento, processamento e armazenamento de dados, especialmente GPUs, semicondutores e sistemas avançados de supercomputação. A IA, portanto, não se sustenta apenas em dados e algoritmos, mas em cadeias materiais de produção. Dessa forma, o rápido avanço da IA tem intensificado disputas globais por minerais estratégicos e terras raras utilizados na fabricação de componentes eletrônicos e infraestruturas de *data centers*, ampliando pressões econômicas, ambientais e geopolíticas sobre países do sul global, especialmente o Brasil, que detém a segunda maior reserva mundial desses minerais (Fachin, 2026).

Há, contudo, um descompasso entre o discurso político de soberania tecnológica e as práticas recentes. Em 2025, o governo brasileiro anunciou uma política de isenção tributária e de estímulo ao investimento em *data centers*, estimando a atração de até R$ 2 trilhões em investimentos na próxima década, entretanto, tais medidas foram criticadas por sua limitada transparência pública e pela ausência de debate mais amplo sobre seus custos e benefícios para o país (Máximo,

2025). Tal política, ao priorizar a atração de capital estrangeiro sem exigir transferência de tecnologia ou integração com o ecossistema nacional de inovação, reproduz uma lógica neocolonial, na qual o território nacional é transformado em infraestrutura de suporte à economia digital global (Furtado; Cunha, 2024).

Nesse viés, a simples instalação física de *data centers* no território nacional não assegura soberania. Sem exigências de governança pública, transferência tecnológica, controle sobre os dados processados e integração ao ecossistema informacional nacional, tais infraestruturas podem apenas reposicionar o Brasil como base periférica de processamento da economia digital (Medeiros *et al.*, 2025). Esse cenário revela um paradoxo para a PD no Brasil, onde as infraestruturas privadas globais oferecem eficiência e escalabilidade no curto prazo, mas podem comprometer o controle público, a sustentabilidade e a preservação de longo prazo do patrimônio informacional, científico e arquivístico. Assim, a PD passa a depender não apenas de soluções técnicas, mas também de decisões políticas sobre infraestrutura, governança e soberania de dados.

6 PROPOSTAS PARA A EMANCIPAÇÃO DIGITAL

Fica evidente que a PD e a SD no Brasil estão relacionadas à capacidade do país de reduzir sua dependência de infraestruturas e modelos tecnológicos controlados pelas *big techs*. Considerando que o CD não será enfrentado por soluções meramente técnicas nem pela atração acrítica de investimentos, torna-se necessário pensar a emancipação digital como um projeto político, institucional e infraestrutural de longo prazo. Portanto, propõem-se quatro eixos articulados voltados ao fortalecimento da autonomia informacional, tecnológica e científica do país.

6.1 Infraestrutura pública e IA de interesse nacional

A SD não se limita à localização física de servidores no território nacional; envolve também a capacidade política e institucional de decidir como os dados são produzidos, utilizados e apropriados socialmente (Mejías; Couldry, 2024; Grohmann; Schneider; Silveira, 2024). As lacunas do PBIA indicam a necessidade de políticas complementares voltadas ao controle democrático das infraestruturas digitais, à soberania comunitária dos dados e à redução da dependência de modelos de negócios extrativistas das *big techs*. Nesse contexto, a experiência chinesa demonstra

que políticas estatais voltadas ao fortalecimento de infraestruturas próprias, ao investimento público em semicondutores e à integração entre universidades, centros de pesquisa e empresas nacionais podem ampliar a capacidade de resistência à dependência tecnológica externa (Pinheiro, 2025).

Diante disso, propõe-se a consolidação de uma infraestrutura nacional de nuvem e *data centers* soberanos, ampliando capacidades já existentes, como a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o SERPRO e a DATAPREV, para hospedagem de serviços públicos, acervos digitais e dados estratégicos relacionados à saúde, previdência, ciência e defesa. Um exemplo recente disso é o Centro de Inteligência Artificial do Nordeste (CIAN), lançado pelo Consórcio Nordeste em parceria com a Dataprev, a Huawei Brasil e universidades da região. O projeto busca articular transferência tecnológica, formação de pesquisadores e desenvolvimento de soluções públicas em IA fortalecendo capacidades locais de inovação e infraestrutura digital (Consórcio Nordeste, 2025).

Propõe-se, ainda, a criação de um Instituto Público de IA voltado à pesquisa aplicada, ao treinamento de modelos com dados nacionais, à auditoria de sistemas algorítmicos e ao desenvolvimento de ferramentas para PD. A viabilidade dessa proposta, contudo, dependeria de investimentos contínuos em capacidade computacional, redes de pesquisa, formação especializada e infraestrutura energética suficiente para sustentar operações de treinamento e supercomputação, com mecanismos de retenção de propriedade intelectual no país e regras claras para compartilhamento de dados, códigos e modelos desenvolvidos com recursos públicos.

No entanto, o financiamento de uma estrutura dessa natureza não poderia depender de iniciativas isoladas. Seria necessário combinar orçamento público, fundos de ciência e tecnologia, encomendas tecnológicas, consórcios universitários e parcerias público-privadas nacionais orientadas por interesse público. Essa integração poderia favorecer a construção de ecossistemas cooperativos de inovação, reduzindo a dependência de plataformas estrangeiras e ampliando a autonomia científica e tecnológica do país.

6.2 Marco regulatório e governança de dados

No campo jurídico, o direito internacional ainda carece de mecanismos eficazes para proteger a soberania digital dos países. Embora as legislações de proteção de dados representem avanços, elas ainda são insuficientes para conter a concentração

de poder econômico e informacional das *big techs*, que operam em redes trans-jurisdicionais e controlam parte significativa das infraestruturas digitais globais (Medeiros et al., 2025; Polido, 2024). No caso brasileiro, uma política de soberania digital poderia assumir a forma de um marco regulatório articulado à LGPD, ao PL 2338/2023 e às políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação. Tal política deveria contemplar mecanismos voltados à proteção de dados estratégicos, à interoperabilidade obrigatória de plataformas, à transparência algorítmica e esteja subordinado ao interesse nacional.

Propostas relacionadas à localização física de dados e à construção de infraestruturas soberanas precisam considerar debates internacionais sobre “fluxo livre de dados com confiança” (*Data Free Flow with Trust – DFFT*), modelo defendido em fóruns multilaterais como forma de equilibrar circulação internacional de dados, segurança jurídica e proteção regulatória. A questão central não é impedir a circulação internacional de dados, mas definir quais informações possuem caráter estratégico, sob quais condições podem circular e quais garantias jurídicas, técnicas e institucionais devem acompanhar esse fluxo. Essas medidas podem gerar tensões comerciais e resistência das *big techs*, ainda assim, experiências recentes da China e da União Europeia demonstram que a regulação digital vem sendo utilizada como instrumento estratégico de governança estatal e de redução de assimetrias tecnológicas diante da hegemonia estadunidense (Bolaño; Barreto; Rivero, 2025).

Outro aspecto desse marco regulatório envolve o fortalecimento da ciência aberta como política de Estado. Nesse sentido, seria necessário ampliar mecanismos de depósito obrigatório de dados e publicações resultantes de pesquisas financiadas com recursos públicos em repositórios nacionais mantidos sob infraestrutura soberana. Inclusive, o PL 2338/2023 reconhece a necessidade de estímulo à pesquisa científica, à interoperabilidade de sistemas e ao fortalecimento da competitividade tecnológica nacional, incluindo a possibilidade de regimes regulatórios simplificados para projetos estratégicos de interesse público (Brasil, 2025b). Entretanto, a efetividade dessas medidas dependerá da articulação entre regulação, infraestrutura computacional, financiamento contínuo e governança pública dos dados.

6.3 Sistema Nacional de Preservação Digital

A ausência de políticas de PD integradas no Brasil expõe o patrimônio informacional público a riscos de perda e obsolescência, especialmente em

instituições culturais e científicas (Formenton; Gracioso, 2020; Santos; Grácio, 2024). Nesse sentido, propõe-se a criação de um Sistema Nacional de Preservação Digital (SNPD), concebido como uma estrutura de coordenação nacional voltada à articulação entre bibliotecas, universidades, centros de pesquisa e órgãos públicos responsáveis pela custódia de acervos digitais estratégicos. Sua função não seria substituir iniciativas institucionais já existentes, mas criar parâmetros comuns para preservação de longo prazo, reduzir assimetrias entre instituições e garantir continuidade técnica e financeira a acervos digitais de interesse público.

Caberia ao SNPD estabelecer padrões obrigatórios para formatos digitais, metadados e políticas de armazenamento; organizar uma rede federada de repositórios públicos de preservação; e manter um laboratório nacional voltado à migração de formatos obsoletos, emulação de softwares e restauração de mídias deterioradas, utilizando tanto técnicas tradicionais quanto ferramentas de IA desenvolvidas nacionalmente para essas finalidades. Além disso, a PD deve ser compreendida como parte da infraestrutura estratégica do Estado, especialmente diante da crescente dependência de plataformas privadas estrangeiras para armazenamento, processamento e circulação de informações públicas e científicas.

6.4 Parcerias soberanas e sustentabilidade

A expansão acelerada das infraestruturas digitais e dos *data centers* exige que o debate sobre soberania tecnológica também considere seus impactos ambientais e econômicos (Prates; Chiarini, 2024). Apesar da matriz energética brasileira ser predominantemente renovável, o crescimento do setor de *data centers*, aliado à ausência de planejamento integrado e de políticas regulatórias específicas, tende a agravar problemas relacionados ao consumo hídrico, à demanda energética e à sustentabilidade de longo prazo dessas infraestruturas (Furtado; Cunha, 2024).

Nesse sentido, recomenda-se revisar a política de atração de *data centers*, condicionando novos empreendimentos à realização de avaliações de impacto ambiental, ao uso prioritário de energia renovável, à vedação de instalação em regiões com estresse hídrico e à adoção de contrapartidas obrigatórias de transferência tecnológica e integração ao ecossistema nacional de inovação. A sustentabilidade dessas iniciativas requer a combinação entre investimento estatal direto, financiamento público à pesquisa, formação de consórcios universitários e parcerias público-privadas nacionais orientadas por interesse público.

Além disso, estratégias de cooperação regional entre países do Sul Global, especialmente no âmbito dos BRICS, podem contribuir para compartilhamento de infraestrutura, desenvolvimento de nuvens regionais e fortalecimento da capacidade de negociação internacional de países periféricos (Bolaño; Barreto; Rivero, 2025). Contudo, iniciativas desse tipo exigem salvaguardas contratuais claras, transferência efetiva de tecnologia e controle sobre componentes críticos, para que a cooperação internacional não substitua uma dependência tecnológica por outra.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio mostrou que a dependência brasileira de infraestruturas digitais estrangeiras, associada à expansão da IA e da economia de dados, amplia vulnerabilidades relacionadas ao armazenamento, processamento e controle de informações estratégicas. Nesse contexto, o CD atualiza relações históricas de dependência por meio do controle de plataformas, dados e infraestruturas digitais, tornando a PD uma questão que ultrapassa o domínio técnico e alcança dimensões políticas, econômicas e institucionais.

Ademais, a análise evidenciou que iniciativas recentes voltadas à SD e à IA, como o PBIA, representam avanços importantes, mas ainda insuficientes diante da ausência de políticas integradas de infraestrutura, governança de dados e PD. Embora o país avance em marcos regulatórios e no debate sobre autonomia tecnológica, persistem limitações relacionadas à dependência de plataformas privadas, à concentração das infraestruturas digitais e à baixa capacidade nacional de processamento e armazenamento de dados em larga escala.

As reflexões desenvolvidas reforçam que a PD, a SD e a IA não podem ser tratadas como dimensões isoladas, mas como campos de disputa política, econômica e civilizatória. Sem infraestrutura pública, governança de dados e capacidade tecnológica própria, práticas de preservação e sistemas de IA tendem a permanecer subordinados a interesses externos. Assim, consolidar uma SD efetiva depende da articulação entre políticas de Estado, fortalecimento institucional, investimento público contínuo e desenvolvimento de tecnologias nacionais. Desse modo, as propostas aqui delineadas apontam para um caminho de ruptura estrutural, reconhecendo que a SD não se decreta, mas constrói-se através de vontade e coragem política, e uma visão estratégica de nação à longo prazo.

Por fim, defende-se que a PD deve ser reconhecida como política de Estado e

componente da segurança nacional, especialmente diante da crescente centralização global das infraestruturas digitais. Preservar informações científicas, arquivísticas e institucionais implica também garantir condições de continuidade, acesso e controle público sobre o patrimônio informacional produzido nacionalmente.

Como limite deste ensaio, reconhece-se que a argumentação se apoia predominantemente em revisão bibliográfica e análise interpretativa, sem incorporação de estudo empírico sobre contratos, infraestruturas ou políticas institucionais específicas. Pesquisas futuras podem avançar mediante análise documental, mapeamento de infraestruturas públicas e estudo comparado de políticas de soberania digital em países do Sul Global.

REFERÊNCIAS

BOLAÑO, C. R. S.; BARRETO, H. M. do R.; RIVERO, E. A. Regulação de plataformas e soberania digital: a União Europeia e a China diante da hegemonia do modelo estadunidense. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, e7530, 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). **IA para o bem de todos**: Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PIBIA). Brasília, DF: MCTI; CGEE, 2025a. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/06/publicada-versao-final-do-plano-brasileiro-de-inteligencia-artificial-sob-coordenacao-do-mcti. Acesso em: 19 nov. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei n.º 2338/2023**. Dispõe sobre o desenvolvimento, o fomento e o uso ético e responsável da inteligência artificial com base na centralidade da pessoa humana. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2025b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/propos icoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2487262. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial. **Estratégia para a implementação de política pública para atração de Data Centers**. Brasília: MDIC; ABDI, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/ mdic/pt-br/assuntos/sdic/comercio-e-servicos/comercio/. Acesso em: 1 nov. 2025.

BRITO, M. D. P.; BRITO, R. C. Análise das Políticas de Preservação Digital para Documentos de Arquivo das Instituições de Ensino Superior do Brasil. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 18, e024023, 2024.

CONSÓRCIO NORDESTE. **Nordeste lança Centro de Inteligência Artificial e projeta liderança tecnológica no Sul Global**. 2025. Disponível em: https://www.consorcionordeste.gov.br/noticia/nordeste-lanca-centro-de-inteligencia-artificial-e-projeta-lideranca-tecnologica-no-sul-global. Acesso em: 14 maio 2026.

CONWAY, P. **Preservação no universo digital**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. 32 p.

COULDRY, N.; MEJÍAS, U. A. **The Costs of Connection**: How Data Is Colonizing Human Life and Appropriating It for Capitalism. Stanford, CA: Stanford University Press, 2019.

DURANTI, L. Concepts and principles for the management of electronic records, or records management theory is archival diplomatics. **Records Management Journal**, [*S. l.*], v. 20, n. 1, p. 78–95, 2010.

FACHIN, P. Terras raras e a transformação do Brasil em periferia extrativa global: entrevista especial com Ricardo Assis Gonçalves. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 12 maio 2026. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/665834. Acesso em: 14 maio 2026.

FARIA, M. M. de; SILVA, T. C. da. Estudos de custos para preservação digital e repositório digital confiável: o caso do Arquivo Nacional do Brasil. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, SP, v. 5, n. 00, p. e024002, 2024. DOI: 10.20396/rebpred.v5i00.18536.

FORMENTON, D.; GRACIOSO, L. DE S. Preservação Digital desafios, requisitos, estratégias e produção científica. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [*S. l.*], v. 18, p. e020012, 2020.

FRATINI, S. The sociotechnical politics of digital sovereignty: Frictional infrastructures and the alignment of privacy and geopolitics. **Big Data & Society**, [*S. l.*], v. 12, n. 4, 2025.

FURTADO, R. G.; CUNHA, S. E. Inteligência artificial, data centers e colonialismo digital: Impactos socioambientais e geopolíticos a partir do Sul Global. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, e7272, 2024.

GAVA, T. B. S.; FLORES, D. Políticas de Preservação Digital: o caso do Brasil em relação à Colômbia e Austrália. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 3, p. 117999, 2022.

GROHMANN, R.; SCHNEIDER, M.; SILVEIRA, S. A. da. Soberania e inteligência artificial: perspectivas brasileiras. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, e7546, dez. 2024.

HEDSTROM, M. Digital preservation: a time bomb for digital libraries. **Computer and the Humanities**, [*S. l.*], v. 31, p. 189-202, 1998.

KHAUAJA, P. Dependência e Soberania nas Tecnologias de Inteligência Artificial: uma análise a partir dos conceitos de acumulação primitiva de dados e Data Processing Inequality. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. e7316, 2024.

MÁXIMO, W. Haddad viaja à Califórnia para buscar investimentos em data centers. **Agência Brasil**, Brasília, 3 maio 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-05/haddad-viaja-california-para-buscar-investimentos-em-data-centers. Acesso em: 1 nov. 2025.

MEDEIROS, B. *et al*. **Governança Digital**: plataformas de internet, soberania digital e inteligência artificial. Florianópolis: Habitus, 2025.

MEJÍAS, U. A.; COULDRY, N. **Data Grab**: The New Colonialism of Big Tech and How to Fight It. Chicago, IL: The University of Chicago Press, 2024.

NEVES, J. P. P.; GRÁCIO, J. C. A. Estado da arte da preservação digital e as temáticas pesquisadas por pesquisadores brasileiros. **Informação em Pauta**, [*S. l.*], v. 9, p. 1-16, 2024.

OGASSAVARA, D. *et al*. Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 21, n. 3, p. 8-21, 2023.

PINHEIRO, R. S. P. Como a China desafia o colonialismo digital ocidental? soberania tecnológica e implicações para o sul global. **Brazilian Journal of International Relations**,

Marília, SP, v. 14, p. e025018, 2025.

POLIDO, F. B. P. Estado, soberania digital e tecnologias emergentes: interações entre direito internacional, segurança cibernética e inteligência artificial. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 1–30, 2024.

PRATES, B. P.; CHIARINI, T. Dependência na era digital: um ensaio sobre a divisão centro-periferia em inteligência artificial. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, e7305, 2024.

SANTOS, H. M. dos; MAZUCO, F. C.; FLORES, D. Preservação sistêmica de documentos arquivísticos digitais: uma perspectiva holística. **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 244-271, maio/ago. 2020.

SANTOS, G. C.; GRÁCIO, J. C. A. Políticas de preservação digital no Brasil: um panorama do estado da arte. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, Campinas, v. 5, e024006, 2024.

SILVA, R. F.; PANIAGO, R. N. A inteligência artificial não é inteligente nem artificial: a crítica de Nicolelis e a alfabetização científica e tecnológica para desvelar a natureza dessa tecnologia. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [*S. l.*], v. 11, n. 1, p. 411–425, 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA PROTEÇÃO DO SABER DAS ARTESÃS DE SALINÓPOLIS, PARÁ

Information management in the protection of the saber of artisans in Salinópolis, Pará

Gestión de la información en la protección del saber de los artesanos en Salinópolis, Pará

Aelton Dias Costa
Mestre em Cidades, Territórios, Identidades e Educação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
aeltondcosta@gmail.com

Zilah Edelburga Chaves dos Santos
Mestra em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
zilah@ufpa.br

Tairis Dias Costa
Graduada em Desenvolvimento Rural
Universidade Federal do Pará, Brasil,
tairisdiascosta@gmail.com

Resumo

Este estudo, ainda em andamento, objetiva compreender como os saberes tradicionais das artesãs de Salinópolis, expressos na produção artesanal com mariscos, podem ser reconhecidos, preservados e protegidos enquanto patrimônio intelectual, considerando sua relação com a conservação dos ecossistemas de manguezais e os desafios contemporâneos relacionados à gestão da informação e do conhecimento. O estudo tem por base o levantamento bibliográfico sobre a governança de dados de povos e comunidades tradicionais e suas correlações com Sistemas Agrícolas Tradicionais tomando como exemplo as Artesãs de Salinópolis buscando compreender como o registro e salvaguarda de tais saberes contribuem para a conservação dinâmica dos sistemas socioecológicos costeiros. Para tanto, realizou-se visita de campo na associação das artesãs de Salinópolis com aplicação de entrevistas à três artesãs, registros fotográficos e observação participante, foram ainda levantadas informações com dois ostreicultores e traçada as interseções entre o artesanato e as atividades da ostreicultura no município, demostrou-se uma relevante integração entre as atividades e a conservação dos ambientes locais associados aos saberes tradicionais dentro dos circuitos da sociobioeconomia local.

Palavras-chave: gestão da informação; saberes tradicionais; artesãs de Salinópolis, Pará; patrimônio biocultural.

Abstract

This ongoing study aims to understand how the traditional knowledge of the artisans of Salinópolis, expressed in their artisanal production with shellfish, can be recognized, preserved, and protected as intellectual heritage, considering its relationship with the conservation of mangrove ecosystems and the contemporary challenges related to information and knowledge management. The study is based on a literature review on the data governance of traditional peoples and communities and its correlations with Traditional Agricultural Systems, using the artisans of Salinópolis as an example, seeking to understand how the recording and safeguarding of such knowledge contributes to the dynamic conservation of coastal socio-ecological systems. To this end, a field visit was conducted at

the association of artisans in Salinópolis, involving interviews with three artisans, photographic records, and participant observation. Information was also gathered from two oyster farmers, and the intersections between handicrafts and oyster farming activities in the municipality were traced. A significant integration between the activities and the conservation of local environments associated with traditional knowledge within the circuits of the local socio-bio-economy was demonstrated.

Keywords: *information management; traditional knowledge; craftswomen from Salinópolis, Pará; biocultural heritage.*

Resumen

Este estudio, aún en curso, tiene como objetivo comprender cómo los saberes tradicionales de las artesanas de Salinópolis, expresados en la producción artesanal con mariscos, pueden ser reconocidos, preservados y protegidos como patrimonio intelectual, considerando su relación con la conservación de los ecosistemas de manglares y los desafíos contemporáneos relacionados con la gestión de la información y del conocimiento. El estudio se basa en un levantamiento bibliográfico sobre la gobernanza de datos de pueblos y comunidades tradicionales y sus correlaciones con los Sistemas Agrícolas Tradicionales, tomando como ejemplo a las artesanas de Salinópolis, con el fin de comprender cómo el registro y la salvaguarda de tales saberes contribuyen a la conservación dinámica de los sistemas socioecológicos costeros. Para ello, se realizó una visita de campo a la asociación de artesanas de Salinópolis, con la aplicación de entrevistas a tres artesanas, registros fotográficos y observación participante; asimismo, se recopilaron informaciones con dos ostricultores y se delinearon las intersecciones entre la artesanía y las actividades de la ostricultura en el municipio, evidenciando una relevante integración entre dichas actividades y la conservación de los entornos locales asociados a los saberes tradicionales dentro de los circuitos de la sociobioeconomía local.

Palabras clave: *gestión de la información; saberes tradicionales; artesanas de Salinópolis, Pará; patrimonio biocultural.*

1 INTRODUÇÃO

A modernização conservadora da agricultura introduziu pacotes tecnológicos que, embora prometendo desenvolvimento econômico, têm alterado sistemas culturais e ambientais essenciais para a regulação ecológica. Essa modernização, focada na produtividade financeira e nas *commodities*, tem gerado uma preocupação crescente com a amnésia biocultural, negligenciando os conhecimentos e inovações agrícolas tradicionais em favor de interesses agroalimentares hegemônicos (Hernandez, 2022).

Os Patrimônios Bioculturais dizem respeito à propriedade coletiva dos saberes e conhecimentos associados aos sistemas agrícolas tradicionais (SATs) relacionados às práticas ancestralmente desenvolvidas pelos povos e comunidades tradicionais (PCTs). Dessa forma, a conservação dos saberes tradicionais corrobora para manutenção dos complexos ecológicos (Teixeira; Andrade; Costa-Barros, 2026).

No controle e gestão desses patrimônios, evocam-se a autonomia dos povos e sua soberania no que se refere à manutenção e conservação de tais territórios. Dessa forma, não há conservação sem a proteção dos direitos intelectuais, epistemológicos e culturais, assim como reconhecer os bens e serviços gerados e a justa repartição desses benefícios (Olivé *et al.*, 2009; Pérez Peña, 2021). Reconhecer e valorizar essas práticas, em especial sob a ótica dos patrimônios imateriais chancelados, não é apenas uma questão de preservação cultural, mas também uma estratégia essencial para a sustentabilidade ecológica e a segurança alimentar (Silva; Barros; Bezerra, 2020).

Este trabalho espera contribuir para o debate sobre a importância de políticas públicas que reconheçam e apoiem esses patrimônios, integrando-os às estratégias de desenvolvimento regional, garantindo que as futuras gerações possam se beneficiar da sabedoria e da adaptabilidade forjadas ao longo de gerações.

O objetivo deste estudo é analisar a partir das experiências das artesãs de Salinópolis a necessidade de estabelecer modelos de governança que garantam a autodeterminação e a soberania dos povos, em consonância com os princípios do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI).

Os objetivos específicos são: observar a contribuição e relevância dos patrimônios intelectuais associados aos sistemas socioecológicos locais e discutir a implementação de possíveis instrumentos de gestão da informação de tais patrimônios.

2 SATS E GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO BIOCULTURAL NO BRASIL

Os SATs são definidos como um conjunto estruturado e interdependente, composto por plantas e animais cultivados, redes sociais, saberes, normas, direitos e outras manifestações culturais. Eles são mais do que técnicas de cultivo; são sistemas complexos de conhecimento, práticas, cultura e biodiversidade que garantem a resistência, a conservação da biodiversidade e a segurança alimentar. O Brasil abriga uma vasta diversidade de SATs, com mais de 230 povos indígenas e cerca de 3 mil comunidades quilombolas (Simoni; Udry, 2019).

Os patrimônios associados aos SATs são plurais e interligados, podemos apontar os seguintes: a) patrimônio biológico: a biodiversidade local, as sementes crioulas e as espécies cultivadas; b) patrimônio cultural e social: as práticas de

manejo, rituais, festas, e a organização social que estruturam a produção e o compartilhamento de saberes; c) patrimônio do conhecimento: o "saber-fazer" transmitido intergeracionalmente, que envolve técnicas de manejo do solo, plantio e colheita, além do conhecimento sobre as interações ecológicas (Eloy *et al*., 2020).

A digitalização e a expansão de iniciativas de *bigdata* representam ameaças aos patrimônios associados aos SATs. A legislação atual, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), foca principalmente em dados pessoais, não abordando adequadamente a natureza coletiva dos dados e saberes tradicionais. Isso cria um risco de biopirataria digital e de apropriação intelectual, onde dados sobre o conhecimento tradicional podem ser utilizados sem o devido reconhecimento ou repartição de benefícios. A lacuna na proteção de dados coletivos e na propriedade intelectual torna as comunidades vulneráveis à exploração por agentes externos, sejam eles pesquisadores, empresas ou governos (Torino *et al*., 2024).

Na perspectiva de Araújo (2018), a ciência da informação afasta-se de uma visão restrita e tecnicista, passando a compreender a informação como fenômeno intrinsecamente ligado às dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas dos modos como produzimos, organizamos e preservamos registros de conhecimento. Esse enquadramento dialoga com este estudo na medida em que a gestão da informação relativa aos saberes das artesãs de Salinópolis envolve disputas sobre quais conhecimentos são legitimados e protegidos como patrimônio intelectual, incidindo sobre a memória social, a identidade territorial e a capacidade de ação das artesãs nos sistemas socioecológicos costeiros.

No campo da Ciência da Informação, Fonseca e Zaninelli (2022) demonstram que a gestão do conhecimento articulada aos saberes tradicionais estrutura cadeias produtivas de sociobiodiversidade na Amazônia como ecossistemas de inovação. Nessa perspectiva, os saberes tradicionais funcionam como ativos de conhecimento que conformam fluxos entre sujeitos, territórios e mercados, integrando uma "economia do conhecimento da natureza". Esse enquadramento aproxima-se do presente estudo ao indicar que a gestão da informação sobre o saber-fazer com mariscos das artesãs de Salinópolis integra circuitos da sociobioeconomia amazônica e exige instrumentos que assegurem reconhecimento, rastreabilidade e governança coletiva desse patrimônio intelectual.

Os saberes tradicionais e patrimônios bioculturais possuem uma dimensão política e ética ligada à territorialidade, identidade e direitos culturais. Por isso, a

gestão desse conhecimento deve respeitar regras próprias de acesso e a soberania dessas comunidades sobre seus dados (Kukutai; Taylor, 2016). Nesse cenário, tornam-se centrais o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) e os Princípios CARE de governança de dados: benefício coletivo, autoridade de controle, responsabilidade e ética, essenciais para proteger e qualificar o uso desse patrimônio intelectual coletivo (Torino *et al.*, 2024).

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A presente pesquisa ancora-se em uma abordagem qualitativa, delineada sob o método de estudo de caso (Gil, 1999). Para subsidiar a análise empírica, realizou-se inicialmente um levantamento de dados secundários por meio de revisão bibliográfica sistemática em plataformas indexadas, periódicos e revistas científicas. A busca concentrou-se na governança de dados de PCTs e suas intersecções com os SATs. Como recorte empírico, toma-se o caso das artesãs do município de Salinópolis (PA), buscando compreender de que maneira o registro e a salvaguarda de seus saberes tradicionais atuam como vetores para a conservação dinâmica dos sistemas socioecológicos costeiros.

A seleção dos colaboradores da pesquisa pautou-se na identificação de atores-chave e na técnica de amostragem por "bola de neve" (*snowball sampling*), em que contatos iniciais sugerem novos participantes estratégicos. O ponto de partida deu-se junto à governança local do artesanato, entrevistando-se a presidente e os membros da diretoria da Associação de Artesãos de Salinópolis. A partir das articulações institucionais na Prefeitura Municipal e de indicações de lideranças comunitárias, identificou-se e acessou-se o casal de extrativistas residente na comunidade Vila Paulino, inserida na Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Viriandeua sob as coordenadas geográficas -0.65541930, S -47.405988 W.

A imersão nessa realidade permitiu apreender as intrincadas relações entre o artesanato e a ostreicultura, dinâmicas que se amalgamam em redes locais de saberes e práticas desenvolvidas por meio dos projetos Nova Pérola (EMATER-PA) e OstraSal (Prefeitura de Salinópolis). Adicionalmente, o acompanhamento de agendas públicas das Secretarias Municipais de Turismo e de Agricultura fundamentou uma análise integrada do contexto sob a ótica de uma sociobioeconomia inclusiva na Amazônia.

A inserção em campo e o relacionamento com a comunidade seguiram rigorosos protocolos éticos de respeito às territorialidades tradicionais. O primeiro contato formal ocorreu em novembro de 2024, seguido por um período de maturação do vínculo por meio de encontros informais e observação participante, o que permitiu mitigar a assimetria entre pesquisador e pesquisados (Silva; Grigolo, 2002). Essa aproximação gradativa culminou na realização da primeira entrevista estruturada com as artesãs em janeiro de 2026. Em estrita observância aos direitos dos PCTs, todas as etapas de coleta foram condicionadas à obtenção do Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), assegurando a transparência dos objetivos da pesquisa e a salvaguarda dos conhecimentos compartilhados.

O percurso metodológico estruturou-se em três etapas consecutivas: a) estabelecimento de relações e aproximação com o cenário de estudo; b) imersão em campo para o acompanhamento direto das atividades; e c) categorização temática dos dados extraídos de um corpus composto por notas de campo, interações informais e entrevistas semiestruturadas. O trabalho de campo compreendeu o período de setembro de 2024 a janeiro de 2026. Ressalta-se que a pesquisa encontra-se em execução, avançando na triangulação dos dados empíricos com o referencial teórico-normativo.

A análise das observações extraídas em campo seguiu as premissas da observação participante. Na observação participante, o pesquisador é convidado a experimentar junto com os colaboradores no cotidiano da vida em sua prática (Silva; Grigolo, 2002), nesta técnica cria-se o vínculo entre as partes da pesquisa, devendo seguir ao menos as seguintes fases: a) estabelecer relações: ficar conhecido entre os membros, visitar a cena antes do estudo; b) no campo: acompanhar as atividades realizadas pelos colaboradores; c) análise dos dados, que neste caso, corresponde a categorizar em temas os dados levantados na forma de observações, interações informais e entrevistas.

4 ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO DE DADOS DE (PCTS)

A implementação de uma governança de dados justa tem sido elaborada pela construção de estratégias pelas próprias comunidades, como a elaboração de Protocolos de Consulta e Governança. Tais protocolos guiam a interação com pesquisadores e instituições externas, assegurando que o CLPI e que as parcerias sejam baseadas na confiança e na transparência. A tomada de decisões sobre os

dados deve ser feita de forma coletiva, por meio de estruturas de governança próprias das comunidades (Alkmin, 2023).

No Brasil, algumas experiências têm sido apresentadas pelos Protocolos de Consulta Biocultural é o caso das Raizeiras do Cerrado. Para proteger seu saber e garantir a continuidade de suas práticas, as Raizeiras do Cerrado criaram o Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras do Cerrado. Esse documento não é apenas um guia, mas uma ferramenta política e jurídica para formalizar suas regras, valores e a identidade social do grupo. Ele demarca seu ofício como único e confere-lhes maior prestígio e reconhecimento (Dias; Laureano, 2014). Outro exemplo é o Protocolo Comunitário Biocultural do Povo Puri Grupo Uxo Txori da Zona da Mata Mineira (Movimento Indígena de Retomada Puri da Zona da Mata Mineira, 2024. Ainda podemos citar o Povo Ashaninka os quais desenvolveram um "Protocolo de Serviços Ambientais" na Terra Indígena Kampa do Rio Amonea.

Para regular e proteger a biodiversidade e os conhecimentos associados em seu território, as comunidades Extrativistas como é o caso da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio tem lançado mão de protocolos, ela possui um "Protocolo Biocultural Comunitário" para guiar a gestão e o uso sustentável de seus recursos (Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio, 2013). Há também iniciativas em andamento para elaboração de um "Protocolo Biocultural do Baru", envolvendo extrativistas, quilombolas e produtores rurais, com o objetivo de estabelecer diretrizes participativas para o uso sustentável da castanha-do-Baru, aliando conservação do Cerrado à valorização dos saberes tradicionais (Agência GEF, 2024). É importante ainda observar a experiência do Povo do Rio Negro, que elaboraram um Protocolo de Consulta dos Povos e Comunidades Indígenas do Rio Negro para estabelecer as regras sobre como o Estado e terceiros devem consultá-los antes de tomar decisões que afetem seus direitos e territórios (Silva, 2023).

A legislação brasileira, como o decreto nº 6.476/2008, que promulga o Protocolo de Cartagena e o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) no Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2008), já reconhece a necessidade de gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. Contudo, a efetividade dessas políticas depende da incorporação dos princípios de soberania e autodeterminação de dados, para além das legislações que focam apenas em dados pessoais. A busca por parcerias justas e o incentivo à pesquisa

que valorize o conhecimento tradicional são caminhos essenciais para o futuro (Folhes; Folhes, 2023).

O avanço tecnológico e o uso de *bigdata* criam uma tensão, pois a digitalização pode representar uma ameaça de apropriação indevida e biopirataria digital do conhecimento tradicional. A legislação atual, como a LGPD, é insuficiente, pois se foca em dados pessoais e não aborda a natureza coletiva dos saberes e dados tradicionais, deixando as comunidades vulneráveis (Rodrigues Junior, 2009; Gomes, 2024).

A elaboração de protocolos de consulta e governança pelas próprias comunidades tem se mostrado uma estratégia viável. Esses documentos, como os criados pelas raizeiras do Cerrado e pelo povo Puri, são ferramentas políticas e jurídicas que garantem o CLPI e estabelecem regras para a interação com agentes externos, protegendo a identidade e os saberes tradicionais (Kaingáng, 2023).

Dessa forma, para uma governança de dados justa e equitativa, é fundamental ir além das legislações existentes e incentivar parcerias que valorizem o conhecimento tradicional, respeitando a soberania e a autodeterminação das comunidades sobre seus dados e patrimônios, fortalecendo os protocolos de consulta e os relacionando com outros instrumentos e ferramentas nos territórios.

5 SATS E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO INTELECTUAL ASSOCIADO: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO PARA A ZONA COSTEIRA DA AMAZÔNIA ATLÂNTICA

Os espaços costeiros têm concentrado importantes discussões no que diz respeito aos processos de ocupação e gerenciamento territorial por manter sistemas ecológicos essenciais para a manutenção da vida, os quais têm gradativamente sofrido danos pela densa ocupação e empreendimentos pouco preocupados com a conservação e preservação dos mesmos. Dessa forma, a zona costeira é um espaço estratégico, composta por complexos sistemas socioecológicos estendendo-se sobre uma imensa variedade de atividades, além de caracterizar- se por complexas dinâmicas, espaciais e ecológicos tendo como desafio o gerenciamento e ordenamento dos territórios (Moura, 2017).

A ocupação traçada pela incursão colonial e contemporânea provocou mudanças na zona costeira que afetaram significativamente os ecossistemas, alterando suas viabilidades, o que os torna mais vulneráveis aos eventos climáticos

e aumento do nível do mar. Este cenário tem tido atenção de pesquisadores e agentes públicos que vêm tomando várias ações referentes à elaboração de políticas públicas, promoção de implementação de unidades de conservação e criação de instrumentos para o gerenciamento e manejo dos ambientes costeiros (Lopes *et al*., 2018).

Segundo Sousa (2021) existe inabilidade e insuficiência das políticas públicas nos municípios costeiros no território brasileiro, em especial no estado do Pará. Contudo, importantes ações têm sido tomadas para enfrentar a atual crise sistêmica, as quais não podem ser efetivamente realizadas sem compreender os modos de vida dos povos e comunidades tradicionais que ocupam boa parte das áreas ainda conservadas, isso os coloca como os principais agentes na realização e condução das políticas públicas.

No município de Salinópolis, localizado na zona costeira do Salgado paraense, os principais desafios têm sido o conflito entre os usos múltiplos na zona costeira e o enfrentamento de problemas com o crescimento urbano sem planejamento, especulação imobiliária acelerada e a ocupação de áreas ambientalmente frágeis (Souza, 2021). No entanto, o município é composto por grande parte de seu território com áreas de importância ecológica, com uma área considerável de manguezais, assim como ecossistemas essenciais, restingas, florestas e dunas, que merecem atenção especial.

Ao realizarmos uma visita à Associação dos artesãos do Município de Salinópolis é possível observar a presença da ostra como matéria-prima das principais peças dos artesãos (Figura 1), hoje composta por cerca de 30 artesãos, o que nos permite apontar para a relevância da atividade para a construção da identidade salinopolitana e salinense representada nas artes plásticas do saber tradicional associado aos ecossistemas de mangue.

Figura 1 – Artesanatos confeccionados com ostra



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

É possível constatar uma relevante variedade de mariscos utilizados nas confecções das artesãs de Salinópolis como a ostra, o mexilhão, o sarnambi, o sururu, entre outros, os quais estão relacionados aos diferentes ambientes que compõem a rica complexidade da região costeira. Outro ponto importante de se levantar diz respeito aos objetos construídos pelas artesãs: podemos citar sinos de vento, luminárias, animais da região, quadros com referência aos principais pontos turísticos do município.

Em entrevista, com as artesãs, elas comentam [...] “nossa técnica de artesanato tem sido aprimorada a cada ano, aprendemos uma com a outra e também com as mais velhas e na experimentação” (diretora da associação, 2026), assim, apontam para a relevância da troca de informação entre elas.

É importante frisar que têm se desenvolvido nos últimos anos uma organização em torno da economia solidária dos artesãos com destaque para a realização e participação de feiras do artesanato como em 2024 a participação das mesmas no festival da cultura salinopolitana e nas feiras de turismo e do carnaval organizadas pelas secretarias de turismo e agricultura no município de Salinópolis.

Dessa forma é possível constatar a relevância dos saberes das artesãs tanto como patrimônios culturais como geração e movimento da economia local, mas também sua importância para a salvaguarda do sistemas socioecológico por meio de uma atividade que corrobora para a conservação dinâmica das paisagens, isso significa que ao propormos um inventário das peças estamos também contribuindo para o desenvolvimento sustentável uma vez que tais registros busquem

salvaguardar os direitos do patrimônio intelectual das artesãs bem como valorizem suas atividades como guardiãs da sociobiodiversidade.

Outra dimensão que tem chamado a atenção é a gastronomia da ostra como importante vetor de significado para a cultura do município, estando presente em 2024 na feira gastronômica do município e na primeira rota gastronômica da região, atividade que se congrega diretamente aos produtores, uma vez que os mesmos costumam receber turistas no período de veraneio em seus estabelecimentos e têm desenvolvido diferentes pratos típicos da região, os quais têm ganhado destaque (Figura 2).

Figura 2 – Ostras assadas na vila Paulino, prato típico da região



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

O valor sociológico se apresenta no fortalecimento da identidade, uma vez que o artesanato com mariscos, juntamente com a roça e a pesca, consolida a identidade camponesa, pescadora e agrícola, validando um modo de vida agroextrativista. A produção de artesanatos com cascas dos mariscos, ao ser exibida em feiras e integrada ao turismo, torna-se um meio de reconhecimento social da importância desse saber-fazer e dessa identidade. O valor mais profundo é a manutenção e preservação dos ecossistemas costeiros, alinhando-se aos princípios da agroecologia, o que constitui a justificação moral da atividade. O valor econômico medido pelo grau de desejo que o objeto desperta, é alcançado, mas é indissociável do valor linguístico (Graeber, 2001).

Os artesanatos de Salinópolis não são apenas uma mercadoria; ela adquire uma qualidade diferenciada ao ser integrada ao circuito gastronômico, artesão e

turístico local. A transformação das cascas em artesanato é um ato de criação de valor por meio da diferença e da imaginação cultural, convertendo um subproduto em um símbolo da identidade local, portanto, a ampliação da renda (valor de troca) é um resultado direto da capacidade das famílias de atribuir e sustentar um valor simbólico e cultural ao seu produto e modo de vida.

Ao adaptar a noção de “ecologia da informação” proposta por Davenport e Prusak (1998) para além do contexto empresarial em que foi formulada, o contexto das artesãs de Salinópolis pode ser compreendido como um ecossistema informacional, no qual pessoas, saberes, registros, tecnologias e regras de acesso se articulam de forma interdependente. Nessa perspectiva, instrumentos como o inventário digital das peças e um protocolo biocultural dos artesanatos deixam de ser apenas mecanismos de registro, passando a atuar como dispositivos de gestão da informação comunitária, que ordenam, qualificam e regulam o uso e a circulação dos conhecimentos associados ao artesanato com mariscos. Ao serem controlados pelas próprias artesãs, esses instrumentos conferem maior visibilidade e capacidade de mediação às protagonistas do saber-fazer, contribuindo simultaneamente para a valorização econômica de seus produtos e para a proteção dos direitos intelectuais e culturais vinculados a esse patrimônio (Davenport; Prusak 1998).

Neste sentido a criação de um inventário digital das peças tem sido uma proposta que nos parece alinhada com os princípios de governança de dados, uma vez que tal instrumento estaria sobre a guarda das próprias artesãs, outra importante proposta diz respeito à criação de um protocolo biocultural dos artesanatos e outros produtos relacionados ao manejo sustentável da região.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre os saberes das artesãs de Salinópolis revela que a preservação do artesanato com mariscos transcende a esfera estética, configurando-se como um pilar de sustentação dos sistemas socioecológicos e da sociobioeconomia local. A integração observada entre a ostreicultura e o fazer artesanal demonstra uma simbiose onde o "saber-fazer" tradicional atua como garantidor da conservação dos manguezais e da identidade cultural da região.

No entanto, a vulnerabilidade desses saberes diante da digitalização e da expansão de modelos econômicos hegemônicos evidencia lacunas na legislação atual, como a LGPD, que não contempla a natureza coletiva e ancestral desses

dados. Conclui-se que a proteção desse patrimônio imaterial exige a implementação de modelos de governança de dados fundamentados na soberania e na autodeterminação das comunidades.

Dessa forma, podemos apontar como estratégias de governança dos dados locais. A elaboração de um Protocolo Biocultural Comunitário: Um instrumento político-jurídico, inspirado em experiências como a das Raizeiras do Cerrado, para garantir o CLPI em interações com agentes externos.

A criação de um Inventário Digital de Saberes: um dispositivo informacional que funcione como um repositório gerido pelas próprias artesãs, assegurando que o benefício coletivo e a autoridade para controlar, pilares dos Princípios CARE, sejam respeitados.

Em última análise, a salvaguarda dos modos de vida das artesãs de Salinópolis não é apenas uma medida de justiça cognitiva, mas uma estratégia indispensável para o desenvolvimento sustentável e a resiliência biocultural da Amazônia Atlântica frente às crises contemporâneas.

REFERÊNCIAS

ALKMIN, Fábio Márcio. Plantando palavras, colhendo autonomias: os protocolos de consulta na defesa dos territórios indígenas amazônicos. **Élisée***:* revista de Geografia da UEG, Anápolis, v. 12, n. 1, e121235, 2023. DOI: https://doi.org/10.31668/elisee.v12i01.13519. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/13519. Acesso em: 20 mar. 2026.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO RIOZINHO DO ANFRÍSIO. **Protocolo biocultural comunitário da reserva extrativista do Riozinho do Anfrísio**. [*S. l.: s. n.*], 2013. Disponível em: https://observatorio.direitosocioambiental.org/protocolo-biocultural-comunitario-da-reserva-extrativista-do-riozinho-do-anfrisio/. Acesso em: 22 mar. 2026.

AGÊNCIA GEF. Extrativistas, quilombolas e produtores se reúnem para elaborar um protocolo biocultural do baru e discutir boas práticas de manejo e comercialização da castanha. **FUNBIO**, [S. l.], 11 out. 2024. Disponível em: https://www.funbio.org.br/extrativistas-quilombolas-e-produtores-se-reunem-para-elaborar-um-protocolo-biocultural-do-baru-e-discutir-boas-praticas-de-manejo-e-comercializacao-da-castanha/. Acesso em: 20 mar. 2026.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008. Promulga o Tratado Internacional sobre recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 6 jun. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6476.htm. Acesso em: 25 mar. 2026.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo (orgs.). **Protocolo comunitário biocultural das raizeiras do Cerrado***:* direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional. Turmalina, MG: Articulação Pacari, 2014.

ELOY, Ludivine; BARBOSA, Tienne; MOURÃO, Eduardo; OLIVEIRA, Caetano; RAMOS, Henrique; SANTOS, Rodrigo. Os sistemas agrícolas tradicionais nos interstícios da soja no Brasil: processos e limites da conservação da agrobiodiversidade. **Confins**, Belo Horizonte, n. 45, 2020. DOI: https://doi.org/10.4000/confins.28182. Disponível em: https://journals.openedition.org/confins/28182. Acesso em: 20 mar. 2026.

FONSECA, Diego Leonardo de Souza; ZANINELLI, Thais Batista. A gestão do conhecimento e os saberes tradicionais: uma reflexão sobre a economia do conhecimento nos produtos regionais da Amazônia na Plataforma Origens Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: UFRGS, 2022. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/130. Acesso em: 16 mai. 2026.

FOLHES, Eliane Cristina Pinto Moreira; FOLHES, Ricardo Theophilo. O fundo nacional de repartição de benefícios: chegou a vez da biodiversidade amazônica e de seus guardiões. **Papers do NAEA**, Belém, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2023.

GRAEBER, David. **Toward an anthropological theory of value:** the false coin of our own dreams. New York: Palgrave, 2001. 337 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Yuri Pereira. Preservação dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade no Brasil diante do avanço das inteligências artificiais. **Colóquio**: revista do Desenvolvimento Regional, Taquara, v. 21, n. 4, out./dez., p. 125-146, 2024.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo. Memória biocultural: cultura (s)-natureza (s) na contramão do Capitaloceno. **Revista Tramas y Redes**, Buenos Aires, n. 3, p. 25-49, 2022.

KAINGÁNG, Lucia Fernanda Jófej. **Direitos negados, patrimônios roubados: desafios para a proteção dos conhecimentos tradicionais, dos recursos genéticos e das expressões culturais tradicionais dos povos indígenas no cenário internacional**. Ronda Alta: Instituto Kaingáng, 2023. 336 p.

KUKUTAI, Tahu; TAYLOR, John (ed.). **Indigenous data sovereignty**: toward an agenda. Research monograph nº 38. Canberra: Centre for Aboriginal Economic Policy Research, The Australian National University, 2016.

LOPES, Luis Otávio do Canto; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria Albuquerque; CARMO, Taiane Novaes do; ABREU, Adriana Guimarães SOARES, Daniel Araujo Sombra. Conflitos socioambientais e gestão do território em unidades de conservação na zona costeira do Estado do Pará-Amazônia-Brasil. *In*: SILVA, Christian Nunes da; OLIVEIRA NETO, Adolfo da Costa; SOBREIRO FILHO, José. **Perspectivas e análises do espaço geográfico**: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais. Belém: GAPTA/UFPA, 2018. v. 1, p. 87-114. Disponível em: http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/392. Acesso em: 22 mar. 2026.

MOURA, Gustavo Goulart Moreira. Manejo de mundos e gerenciamento costeiro na Amazônia: reflexões a partir de um diálogo entre etnooceanografia e etnodesenvolvimento. *In*: COSTA, Jodival Mauricio da. **Amazônia**: olhares sobre o território e a região. Macapá: Editora da Universidade Federal do Pará, 2017. v. 1, p. 251-289.

MOVIMENTO INDÍGENA DE RETOMADA PURI DA ZONA DA MATA MINEIRA. **Protocolo comunitário biocultural do povo Puri**: do jeito que minha vó contava - expressões da oralidade, memória, identidade e a defesa dos direitos consuetudinários de um povo que resiste. Viçosa, MG : Ed. dos Autores, 2024. Disponível em: https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2025/06/Protocolo-Puri-Digital-2.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.

OLIVÉ, León. Por una auténtica interculturalidad baseada en el reconocimiento de la pluralidad epistemológica. *In*: TAPIA MEALLA, Luis (coord.). **Pluralismo epistemológico**. La Paz: CLACSO, 2009.

PÉREZ PEÑA, Óscar Andrés. Derechos colectivos de las comunidades. **Revista Científica UISRAEL**, Quito, v. 8, n. 2, 2021.

RODRIGUES JUNIOR, Edson Beas. **A proteção internacional do patrimônio biocultural imaterial a partir da concepção de desenvolvimento sustentável**. 2009. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, Marise Borba de; GRIGOLO, Tânia Maris. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. **Caderno Pedagógico**, Florianópolis: Udesc, 2002.

SILVA, Amanda Camylla Pereira; BARROS, Flora Campos; BEZERRA, Juliana Izete Muniz. Sistemas agrícolas tradicionais na perspectiva do patrimônio cultural. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 9, n. 2, p. 201-212, 2020.

SILVA, Ricardo Pinto da. **A força jurídica dos protocolos autônomos de consulta**. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

SIMONI, Jane; UDRY, Consolacion (ed.). **Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil.** Brasília: Embrapa, 2019. 352 p.

SOUSA, Denise Martins de. Patrimonialização do sistema agrícola tradicional quilombola do Vale do Ribeira-SP. **Revista Verde Grande**, Montes Claros, v. 3, n. 2, 2021.

SOUZA, Geisa Bethânia Nogueira de. **Dinâmicas territoriais no município de Salinópolis/PA**. 2021. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

TEIXEIRA, Marina Lages Gonçalves; ANDRADE, Gabriela Delisangela; COSTA BARROS, Kamyla Jannine. Saberes situados: diálogos entre patrimônio biocultural, insurgências epistêmicas e questões climáticas. **Pixo**: revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade, Pelotas, v. 10, n. 36, 2026.

TORINO, Emanuelle; VIDOTTI, Ana Luiza Gregorio; CONEGLIAN, Caio Saraiva; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Princípios CARE para a governança de dados de povos indígenas: fundamentos legais e casos práticos. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 17, 2024. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/699. Acesso em: 16 maio 2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente artigo foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), por meio do financiamento via bolsa de doutorado do autor Aelton Dias Costa



GESTÃO DAS INFORMAÇÕES PÚBLICAS E O DIREITO DE ACESSO À INFORMAÇÃO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, PARÁ

Public information management and the right of access to information: a study in the municipality of Parauapebas, Pará

Gestión de la información pública y derecho de acceso a la información: un estudio en el municipio de Parauapebas, Pará

Francisco Vasconcelos de Souza Filho
Bacharel em Administração
Universidade Federal Rural da Amazônia, Brasil.
chicosouza741@yahoo.com

Leonardo Petrilli
Doutor em Ciências Ambientais.
Universidade Federal Rural da Amazônia, Brasil.
Leonardo.petrilli@ufra.edu.br

Juliana Fernanda Monteiro de Souza
Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.
Universidade Federal Rural da Amazônia, Brasil.
Juliana.souza@ufra.edu.br

Nilzete Ferreira Gomes
Mestre em Ciência da Informação.
Universidade Federal do Pará, Brasil.
Nilzetefgomes2018@gmai.com

Marise Teles Condurú
Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental.
Universidade Federal do Pará, Brasil.
marise@ufpa.br

Luciana Pombo Campos
Mestre em Ciência da Informação.
Universidade Federal do Pará, Brasil.
lupombocampos@gmail.com

Resumo

A gestão pública eficaz e transparente, aliada ao direito de acesso à informação, fortalece a democracia, assegura os direitos estabelecidos à sociedade e possibilita a participação social. A pesquisa teve como objetivo analisar a gestão das informações públicas no município de Parauapebas, por meio da Assessoria de Comunicação, com base no Relatório de Ações Governamentais de 2023, a fim de compreender sua contribuição para a transparência e o acesso à informação pública. A pesquisa é qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, configurando-se como um estudo de caso fundamentado em pesquisa documental, com enfoque no Relatório de Ações Governamentais de 2023 e na revisão teórica. Os resultados evidenciaram que a gestão municipal, por meio da Assessoria de Comunicação, prioriza a divulgação de políticas públicas via redes sociais institucionais, com predominância no Instagram, além de disponibilizar serviços pelo portal institucional e pelo Serviço de Informações ao Cidadão. O direito de acesso à informação foi regulamentado no Município pelo Decreto Municipal nº 2.138/2017. Conclui-se que, apesar dos avanços na transparência ativa digital, ainda persistem desafios e barreiras burocráticas no atendimento presencial que limitam a efetividade plena do acesso à informação e o fortalecimento da cidadania ativa no município.

Palavras-chave: gestão pública; direito de acesso à informação; informação pública; democracia.

Abstract

Effective and transparent public administration, combined with the right of access to information, strengthens democracy, safeguards the rights of society, and fosters civic

engagement. The objective of this study was to analyze the management of public information in the municipality of Parauapebas through the Communications Office, based on the 2023 Government Actions Report, to understand its contribution to transparency and access to public information. The research is qualitative, descriptive, and exploratory, taking the form of a case study grounded in documentary research, with a focus on the 2023 Government Actions Report and a theoretical review. The results showed that the municipal administration, through the Communications Office, prioritizes the dissemination of public policies via institutional social media, predominantly on Instagram, in addition to providing services through the institutional portal and the Citizen Information Service. The right of access to information was regulated by Municipal Decree No. 2,138/2017. It is concluded that, despite advances in active digital transparency, challenges and bureaucratic barriers in in-person service still persist, limiting the full effectiveness of access to information and the strengthening of active citizenship in the municipality.

Keywords: *public management; right of access to information; public information; democracy.*

Resumen

Una gestión pública eficaz y transparente, unida al derecho de acceso a la información, fortalece la democracia, garantiza los derechos de la sociedad y permite la participación social. El objetivo de la investigación fue analizar la gestión de la información pública en el municipio de Parauapebas, a través de la Asesoría de Comunicación, con base en el Informe de Acciones Gubernamentales de 2023, a fin de comprender su contribución a la transparencia y al acceso a la información pública. La investigación es cualitativa, de naturaleza descriptiva y exploratoria, y se configura como un estudio de caso basado en la investigación documental, con enfoque en el Informe de Acciones Gubernamentales de 2023 y en la revisión teórica. Los resultados evidenciaron que la administración municipal, a través de la Asesoría de Comunicación, prioriza la difusión de políticas públicas en redes sociales institucionales, con predominio en Instagram, además de ofrecer servicios a través del portal institucional y del Servicio de Información al Ciudadano. El derecho de acceso a la información fue regulado en el municipio mediante el Decreto Municipal n.º 2.138/2017. Se concluye que, a pesar de los avances en la transparencia activa digital, aún persisten desafíos y barreras burocráticas en la atención presencial que limitan la plena efectividad del acceso a la información y el fortalecimiento de la ciudadanía activa en el municipio.

Palabras clave: *gestión pública; derecho de acceso a la información; información pública; democracia.*

1 INTRODUÇÃO

O direito de acesso à informação é assegurado pelo inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, dentro dos pilares da efetivação de um regime democrático e do direito civil, político e social (Brasil, 1988). Este direito também é reconhecido internacionalmente, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (Organização das Nações Unidas, 1966).

Tais normativas têm como finalidade assegurar a proteção dos direitos humanos, garantindo a democracia, a cidadania, a boa governança e a

transparência dos atos desenvolvidos pela Administração Pública (Lanchotti; Diz, 2016).

No Brasil, a Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamenta o acesso à informação pública e estabelece aos órgãos governamentais o dever de divulgar, de forma clara, acessível e tempestiva, informações de interesse individual ou coletivo (Brasil, 2011). Nesse contexto, a gestão das informações públicas assume papel estratégico na administração pública, ao favorecer a transparência, a *accountability* e o fortalecimento da participação social.

Segundo Jambeiro, Borges e Sobreira (2007), o acesso e o uso das informações públicas favorecem o desenvolvimento social e o exercício da cidadania, o que atribui às instituições públicas a responsabilidade de assegurar mecanismos de acesso à informação para a sociedade. Nesse sentido, a transparência pública permite que a população acompanhe, fiscalize e participe das ações da administração pública.

De acordo com Davenport e Prusak (1998), a gestão da informação engloba processos estruturados de coleta, organização e disseminação da informação, pilares de apoio na tomada de decisão nas organizações. Complementando essa perspectiva, Choo (2003) evidencia que a gestão da informação está diretamente associada à capacidade das organizações de transformar a informação em conhecimento útil para suas atividades.

No contexto de Parauapebas, município situado no sudeste do estado do Pará, o desenvolvimento econômico acelerado, impulsionado pela mineração, gera uma demanda crescente por transparência na gestão pública. A complexidade da administração local e a necessidade de prestação de contas à população tornam essencial a análise das práticas de gestão da informação e do cumprimento das normativas de acesso à informação (Perlingeiro, 2016).

À vista disso, este trabalho possui a pergunta norteadora de pesquisa: de que forma o município de Parauapebas tem estruturado a gestão das informações públicas para promover o direito de acesso à informação?

Este trabalho tem como objetivo analisar os mecanismos adotados pela Prefeitura de Parauapebas, por meio da Assessoria de Comunicação (ASCOM), na gestão das informações públicas para promover o direito de acesso à informação. Para isso, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) identificar as

legislações aplicáveis ao direito de acesso à informação; b) descrever os meios institucionais de divulgação das informações públicas no município; e c) avaliar os mecanismos de transparência e de acesso à informação utilizados nos websites e nas redes sociais institucionais.

A metodologia adotada caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, configurando-se como um estudo de caso, com a utilização da pesquisa bibliográfica e documental.

2 ASPECTOS TEÓRICOS DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PÚBLICA

A Gestão da Informação (GI) constitui um campo da Ciência da Informação (CI), voltado aos processos de produção, organização, armazenamento, disseminação e uso da informação nas organizações. De acordo com Davenport e Prusak (1998), a GI abrange práticas sistemáticas destinadas à coleta, ao tratamento e ao compartilhamento de informações, contribuindo para a tomada de decisão e para a eficiência organizacional.

Na perspectiva da CI, Choo (2003) destaca que a informação desempenha um papel essencial na construção do conhecimento organizacional, possibilitando que as instituições transformem dados e informações em recursos estratégicos para as suas atividades.

No setor público, a Gestão da Informação Pública refere-se ao conjunto de práticas, processos e mecanismos utilizados pelos órgãos governamentais com o intuito de produzir, organizar, preservar, disseminar e disponibilizar informações de interesse coletivo à sociedade. Nesse contexto, relaciona-se aos princípios da transparência, publicidade e acesso à informação, fundamentais para o fortalecimento da democracia e do controle social (Batista, 2010; Jardim, 2009).

No âmbito da administração pública brasileira, a transparência e a publicidade das informações constituem princípios assegurados pela Constituição Federal de 1988, e pela legislação administrativa, como a Lei n. 9.784/99, orientando a atuação dos órgãos públicos na disponibilização das informações de interesse público (Brasil, 1988; Brasil, 1999).

A transparência pública pode ser compreendida como o princípio que assegura a visibilidade das ações governamentais e o acesso da sociedade às

informações produzidas pelo Estado, permitindo o acompanhamento e a fiscalização das atividades da administração pública (Jardim, 2009).

A responsabilização dos agentes públicos constitui elemento essencial da governança democrática, uma vez que estabelece a obrigação dos gestores públicos de prestar contas de suas atividades à sociedade. O conceito de *accountability* relaciona-se aos mecanismos de transparência, controle social e prestação de contas, fortalecendo o acompanhamento das ações públicas pelos cidadãos (Alcântara, 2009).

No Brasil, as primeiras tentativas de organização das informações públicas ocorreram no período colonial, sendo inicialmente restritivas ao controle estatal. Com o avanço tecnológico, especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, houve a ampliação da digitalização e do acesso à informação, embora ainda persistissem desafios relacionados à preservação, segurança e acesso às informações públicas (González de Gómez, 1999).

Atualmente, a Gestão da Informação Pública enfrenta desafios como a atualização contínua das bases de dados, a segurança da informação, a capacitação de servidores públicos e os mecanismos de acesso à informação pela sociedade (Jardim, 2009).

Com a promulgação da LAI, o Brasil avançou na consolidação da transparência pública, estabelecendo diretrizes para a divulgação e o acesso às informações de interesse coletivo. A legislação assegurou a publicidade como regra e o sigilo como exceção, fortalecendo os mecanismos de acesso à informação e controle social (Brasil, 2011).

3 O DIREITO À INFORMAÇÃO PÚBLICA

O direito de acesso à informação constitui um direito fundamental assegurado na Constituição Federal do Brasil, especificamente no artigo 5º, inciso XXXIII, bem como nos artigos 37 e 216, garantindo aos cidadãos o acesso às informações de interesse particular ou coletivo, ou geral produzidas pela Administração Pública (Brasil, 1988). Este direito fundamenta-se no princípio de que o Estado deve assegurar transparência em suas ações, permitindo o acompanhamento e fiscalização das atividades governamentais pela sociedade.

O acesso à informação pública também está relacionado aos princípios da governança democrática, que se referem à atuação do Estado baseada na

transparência, participação social e responsabilidade dos agentes públicos, e à accountability, que está associada aos mecanismos de prestação de contas, controle institucional e à responsabilização das ações governamentais perante os cidadãos (O'Donnell, 1998).

Conforme Bobbio (2004), um governo democrático caracteriza-se pelo “governo do público em público”, no qual as ações do Estado devem ocorrer de forma transparente a toda sociedade. Dessa maneira, o acesso à informação fortalece a democracia ao possibilitar que os cidadãos acompanhem, fiscalizem e participem das decisões e ações governamentais para o estabelecimento de um Estado Democrático de Direito.

Atualmente, a normativa mais recente que trata do direito de acesso à informação é a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão, da Organização dos Estados Americanos, a qual destacou que o acesso à informação é um elemento essencial para o fortalecimento das sociedades democráticas, especialmente diante da ampliação do uso das tecnologias digitais e dos meios de comunicação em rede (Organização dos Estados Americanos, 2019). Nesse contexto, a garantia desse direito não se limita à disponibilização de dados públicos, mas também depende da efetividade dos mecanismos de acesso oferecidos à sociedade.

No Brasil, a LAI regulamentou o direito de acesso à informação, sendo considerada um marco normativo para fortalecer a transparência pública. Além de estabelecer os procedimentos para a divulgação e solicitação de informações públicas pelos cidadãos, a legislação dá ênfase à publicidade da informação (Brasil, 2011).

Conforme Batista (2010), a informação pública constitui um bem coletivo, essencial para o exercício da cidadania e para o fortalecimento do controle social sobre as ações governamentais. Dessa forma, a disponibilização de informações públicas favorece a participação social, amplia a transparência pública e fortalece a relação entre o Estado e a sociedade.

Embora tenham ocorrido avanços normativos e tecnológicos relacionados ao acesso à informação pública no Brasil, ainda existem desafios relacionados à gestão de documentos, à transparência ativa, à preservação da informação e à efetividade dos mecanismos de acesso às informações públicas pelos cidadãos. Esses fatores mostram que assegurar o direito à informação não se baseia somente na presença

de instrumentos legais, mas também na implementação de práticas eficazes de gestão e na promoção da transparência das informações públicas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve como objetivo analisar a gestão das informações públicas no município de Parauapebas, por meio da ASCOM, com base no Relatório de Ações Governamentais de 2023, a fim de compreender sua contribuição para a transparência e o acesso à informação pública.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa, por buscar descrever e compreender os mecanismos de gestão, divulgação e transparência das informações públicas no município. Trata-se de um estudo de caso, tendo como objeto de análise a ASCOM da Prefeitura de Parauapebas, setor responsável pela gestão e divulgação das informações institucionais da administração pública municipal.

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa documental, abrangendo legislações, normativas e produções científicas sobre a temática. Também foram analisados o website institucional da Prefeitura de Parauapebas, o Portal da Transparência e as redes sociais institucionais utilizadas na gestão pública municipal para a divulgação das informações públicas e na promoção do acesso à informação.

A pesquisa documental inclui a solicitação formal de informações à ASCOM, por meio de ofício encaminhado em 17 de outubro de 2024, resultando no fornecimento do Relatório de Ações Governamentais referente ao período de janeiro a dezembro de 2023.

Posteriormente, foram coletadas e analisadas as fontes de informação pública disponibilizadas pela gestão municipal, com o objetivo de identificar os mecanismos de divulgação, transparência e acesso à informação adotados pelo município de Parauapebas.

5 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

O Decreto Municipal n.º 2.138/2017 (Parauapebas, 2017) regulamentou o direito de acesso à informação no município de Parauapebas, estabelecendo os procedimentos para o acesso à informação, conforme determinado na LAI (Brasil,

2011). Entretanto, a análise dos mecanismos de transparência implementados pela Prefeitura demonstra que essa estrutura normativa vai além do referido decreto. Embora ele regulamente a LAI no município, a política de transparência de Parauapebas também se apoia em dispositivos legais anteriores, que foram fundamentais para estabelecer, em nível nacional, os princípios da transparência fiscal e da publicidade administrativa.

Entre esses marcos, destacam-se a Lei da Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) e a Lei da Transparência (Lei Complementar n. 131/2009) (Brasil, 2000, 2009). Esses dispositivos legais foram essenciais para estabelecer a exigência de divulgar informações sobre a execução orçamentária e financeira. Isso forneceu uma base jurídica para a criação do Portal da Transparência, objeto de análise desse estudo (Figura 1). Nesse portal, o cidadão pode acessar informações sobre as receitas arrecadadas, despesas realizadas, licitações e outros processos legais, que devem ser divulgadas para garantir a transparência e cumprir a Lei nº 14.133/2021 (Brasil, 2021).

Figura 1 - Portal da Transparência da Prefeitura de Parauapebas



Fonte: Parauapebas (2024).

Na figura 2, apresenta-se o *site* institucional da Prefeitura Municipal de Parauapebas, no qual se apresenta a divisão de atendimento de informações ao cidadão, à empresa, ao turista e ao servidor.

Em relação aos serviços e informações disponibilizados ao cidadão, variam de acesso à emissão de impostos municipais, taxa de água e urbanização, leis

municipais, informes de licitação, publicação no Diário Oficial e no Portal da Transparência, que constam as receitas e despesas públicas.

Figura 2 - Site institucional da Prefeitura Municipal de Parauapebas

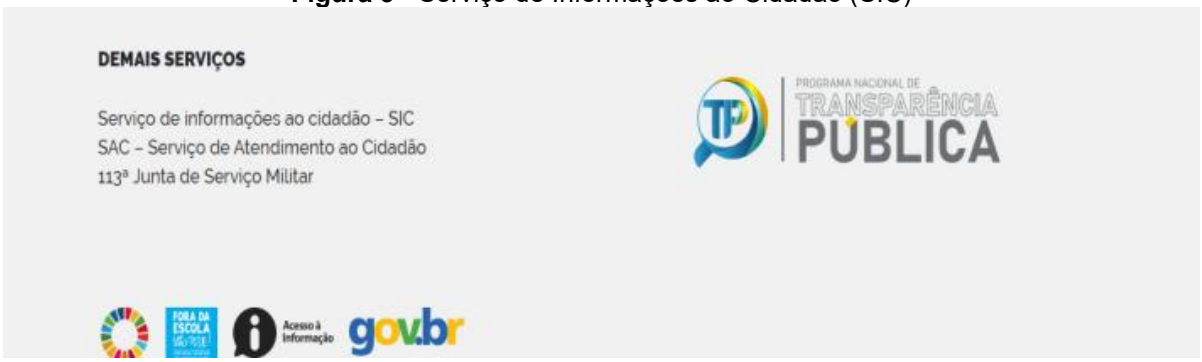


Fonte: Parauapebas (2024).

Conforme demonstrado na figura 3, apresenta-se a disponibilização do departamento de atendimento ao cidadão quanto ao Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), com atendimento presencial das 8h às 14h, cujo objetivo é:

> Atender e orientar o público quanto ao acesso a informações Conceder o acesso imediato à informação disponível Informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades Protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações A Prefeitura de Parauapebas disponibiliza um guiché para atendimento físico [sic] localizado no Centro de Abastecimento de Parauapebas (CAP), rodovia faruk salmem [sic], bairro novo horizonte, quadra especial; local com grande fluxo de pessoas e onde funciona a ouvidoria geral da prefeitura de Parauapebas (Parauapebas, 2024).

Figura 3 - Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)



Fonte: Parauapebas (2024).

Para ter acesso à informação, conforme o artigo 8º do Decreto Municipal n. 2.138/2017, exigem-se dados pessoais do requerente, como o Registro Geral de Identificação (RG), o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e o endereço físico ou eletrônico, além da especificação clara e precisa da informação requerida. Ainda sobre o referido Decreto, o artigo 9º determina que os pedidos de acesso à informação serão negados em solicitações genéricas, desproporcionais ou desarrazoadas, caso exijam trabalhos adicionais ou tratamentos de dados ou não sejam de competência do órgão.

Além disso, o portal da Prefeitura de Parauapebas disponibiliza acesso à Ouvidoria, por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação. Esse mecanismo possibilita ao cidadão registrar solicitações de informação, denúncias e reclamações referentes aos serviços públicos, contribuindo para o fortalecimento do direito à informação, da cidadania e da participação democrática.

Conforme o Relatório de Ações Governamentais da ASCOM (Parauapebas, 2023), apresentado na tabela 1, demonstram-se as ações realizadas no ano de 2023 por meio da ASCOM de acordo com as ações governamentais de Parauapebas. As categorias de análise foram disponibilizadas no relatório e apresentadas na tabela 1: Audiovisual, Mídias, Jornalismo e Publicidade – estas categorias são conceituadas de acordo com a natureza das atividades descritas no relatório institucional.

Tabela 1 - Ações Governamentais da ASCOM em 2023

Ações/Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Audiovisual												
Vídeos	2	3	2	2	5	2	3	2	3	2	6	8
Mídias												
Facebook	37	50	56	73	76	81	43	71	97	76	107	53
Instagram/feed	39	46	53	49	64	62	31	56	49	58	71	50
Instagram/stories/Reels	119	123	182	200	320	270	145	191	220	195	268	202
Twitter	9	8	10	6	3	3	6	7	11	10	0	0
TikTok	4	7	5	7	10	10	7	8	7	6	11	2
Jornalismo												
Releases	24	31	39	34	38	34	32	22	31	26	24	14
Comunicados	9	6	4	7	7	7	10	6	8	7	5	4
Notas de esclarecimentos	18	21	13	9	5	6	11	5	7	6	4	5
Sugestões de pauta	3	3	8	5	7	5	6	3	2	2	3	4
Agendamentos de entrevistas	12	8	15	9	6	9	5	4	3	3	4	3
Acompanhamento de entrevistas					6	6						
Vídeos informativos	8	14	11	24	33	24	6	33	33	33	51	18
Notas de pesar			2									
Publicidade												
Atendimentos	19	19	17	10	12	13	20	28	27	34	34	13

Fonte: Parauapebas (2023).

No audiovisual, refere-se à produção de vídeos institucionais para campanhas educativas e de conscientização. Quanto às mídias, redes sociais institucionais, nesta categoria, compreendem a gestão dos perfis oficiais no *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *TikTok.* Em relação às ações informativas de Jornalismo e Publicidade, englobam atividades de assessoria de imprensa, como a redação de *releases*, comunicados, notas de esclarecimento e o agendamento de entrevistas, que visam dar publicidade aos atos administrativos.

De acordo com a tabela 1, observa-se que, no mês de janeiro, as ações de comunicação institucional foram voltadas nos eixos de saúde pública, educação e na conscientização cidadã, com as produções audiovisuais da campanha “Janeiro Branco”, em prol da saúde mental promovida pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), e à campanha “Volta às Aulas”, da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), evidenciam a utilização da comunicação pública como mecanismo de disseminação de informações voltadas ao interesse coletivo com orientações para população quanto à utilização dos espaços públicos e na promoção de políticas públicas com a promoção de campanhas e eventos públicos.

No mês de fevereiro, as ações da ASCOM foram concentradas nos eixos da saúde, da educação, do turismo e da comunicação institucional. As produções audiovisuais foram relacionadas ao Carnaval, ao Observatório de Parauapebas e à Educação de Jovens e Adultos (EJA) e demonstram o uso da comunicação pública como instrumento de divulgação de serviços e ações do governo.

Quanto ao mês de março, as ações informativas foram voltadas para a educação, cidadania, participação social e saúde pública. Destacaram-se divulgações relacionadas à EJA, ao evento do 33º Encontro da Mulher de Parauapebas e às campanhas relacionadas às políticas públicas para mulheres. Observa-se, ainda, a utilização dos canais institucionais para a divulgação de informações de interesse coletivo, como o Imposto Territorial Urbano (IPTU), a consulta pública da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e ações voltadas à assistência social, cultura e saúde preventiva. O uso das plataformas institucionais como mecanismos de transparência, orientação e no fortalecimento da participação social.

Em abril, as ações da ASCOM foram voltadas aos eixos de cidadania, regularização fundiária e transparência pública. Destacaram-se as campanhas “Eco Páscoa” e “Titula Parauapebas de Regularização Fundiária”, os cursos “Florindo o

Mundo” e “Start 2023” e a divulgação do Processo Seletivo de Escolha de Membros do Conselho Tutelar. Além de informativos sobre os reajustes do IPTU e notas de esclarecimentos relacionadas a processos seletivos e concursos públicos no município, evidenciando o uso da comunicação institucional para prestação de informações à sociedade. Na área da saúde e inclusão social, destacaram-se as campanhas de combate à hipertensão arterial e de conscientização sobre o autismo.

No mês de maio, houve destaque aos informes a respeito dos eventos alusivos ao aniversário do município com o lançamento da campanha “É Feliz Quem Mora Aqui!”, em valorização da identidade local, da cidadania e de políticas sociais. Houve ainda divulgações voltadas às políticas públicas de regularização fundiária, programas de habitação, programa de renda e emprego, campanha de castração de animais, campanha Maio Amarelo, campanha de luta antimanicomial e de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, demonstrando a utilização dos canais institucionais para orientação da população e para o fortalecimento das ações governamentais.

Nos meses de junho e julho, as ações da ASCOM foram concentradas nos eixos de saúde pública, cultura, infraestrutura e regularização fundiária. Destacaram-se as campanhas de prevenção às queimadas, vacinação, doação de sangue e combate à COVID-19. Além da divulgação de obras públicas, do Festival Junino Jeca Tatu e ações voltadas à regularização fundiária no município, sendo utilizados os canais institucionais para a divulgação de políticas públicas e na prestação de informações à população

Quanto aos meses de agosto a outubro, as atividades da ASCOM foram voltadas aos eixos da saúde, educação, infraestrutura, cultura e desenvolvimento social. Destacaram-se as campanhas de vacinação, “Outubro Rosa” e de retorno às aulas da rede municipal e de prevenção às queimadas, evidenciando o caráter educativo e preventivo da comunicação institucional. Também foram divulgadas ações relacionadas à inauguração do campus da Universidade do Estado do Pará (UEPA), às obras na Ilha do Coco, ao Festival Dança Carajás e às iniciativas de incentivo econômico, como a entrega de cheques do Banco do Povo.

No mês de novembro, as ações da ASCOM voltaram-se à campanha de saúde pública, com ênfase na conscientização e prevenção do “HIV/AIDS”. Em dezembro, foram intensificadas as campanhas informativas alusivas ao período natalino e à divulgação de obras de infraestrutura. Demonstrando o caráter

educativo e na promoção de ações governamentais e de informações de interesse coletivo.

Observa-se um padrão recorrente no processo de comunicação das informações divulgadas voltado aos eixos de saúde e educação em quase todos os meses analisados, utilizando a transparência ativa para promover políticas públicas setoriais.

No que se refere às redes sociais institucionais, a Prefeitura de Parauapebas apresenta número moderado de seguidores em relação à população estimada de 267.836 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). Destacam-se o *Instagram* "@prefeituradeparauapebas", com 91,1 mil seguidores; o *Facebook* "Prefeitura de Parauapebas", com 81 mil; e o *TikTok* "Prefdeparauapebas", com 3.128. Em 2023, os conteúdos da ASCOM somaram cerca de 110 milhões de visualizações, com pico entre 22h e 24h, sobretudo aos sábados. O *Instagram* foi a principal plataforma de interação com os informes da Prefeitura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao direito de acesso à informação pública no município de Parauapebas, foi regulamentado pelo Decreto Municipal n. 2.138/2017 e apresenta nos portais institucionais acesso à Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação estabelecida pela LAI.

De acordo com a descrição mensal das informações públicas do município divulgadas pela ASCOM, demonstrou-se a tempestividade da informação e a concentração nas redes sociais institucionais, integrando ações relacionadas às políticas públicas, informes e esclarecimentos direcionados aos cidadãos. Entretanto, a Prefeitura Municipal de Parauapebas apresenta um número reduzido de seguidores em relação ao total da população do município. Apesar do elevado alcance nas publicações, esse cenário demonstra a predominância de acessos realizados por usuários temporários em suas páginas.

Conclui-se que o município avançou na transparência ativa por meio dos *sites* e das publicações nas redes sociais institucionais; porém, a gestão da informação ainda prioriza um caráter educativo-publicitário. A exigência de documentos pessoais e as limitações de horário de atendimento no SIC representam desafios para a efetividade plena do direito à informação e para o fortalecimento da cidadania ativa no município de Parauapebas.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, C. M. Os princípios constitucionais da eficiência e eficácia da administração pública: estudo comparativo Brasil e Espanha: constituição, economia e desenvolvimento. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 24-49, ago./dez. 2009. Disponível em: https://encurtador.com.br/zPsL. Acesso em: 5 maio 2026.

BATISTA, C. L. **Informação pública**: controle, acesso e transparência. Brasília: IBICT, 2010.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2004. 232 p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm. Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de licitações e contratos administrativos. Brasília, DF: 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em: 12 abr. 2026.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 12 maio 2026.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.** Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 12 jun. 2024.

CHOO, C. W. **The knowing organization**: how organizations use information to construct meaning, create knowledge and make decisions. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2003.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Working knowledge**: how organizations manage what they know. Boston: Harvard Business School Press, 1998.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 57-93, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**: população de Parauapebas. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 abr. 2024.

JAMBEIRO, O.; BORGES, J.; SOBREIRA, F. **Informação, cidadania e sociedade**. Salvador: EDUFBA, 2007.

JARDIM, J. M. A construção do acesso à informação no Brasil: aspectos históricos e contemporâneos. **Revista da CGU**, Brasília, v. 4, n. 6, p. 9-24, 2009. Disponível em: https://encurtador.com.br/vQLH. Acesso em: 16 maio 2026.

LANCHOTTI, A.; DIZ, J. B. M. Direito de acesso à informação ambiental: da formalidade à efetividade dos direitos de acesso. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 130-148, jul./dez. 2016. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/1256/1688. Acesso em: 16 maio 2026.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 44, p. 27-54, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/jbXvTQR88QggqcdWW6vXP8j/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 16 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração conjunta do vigésimo aniversário**: desafios para a liberdade de expressão na próxima década. Londres: OEA, 2019. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/expressao/show article.asp?artID=1146&IID=4. Acesso em: 10 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [*S. l.*]: ONU, 1948. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 10 abr. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos**. [*S. l.*]: ONU, 1966. Disponível em: https://www.cne.pt/sites/default/files/dl/2_pacto_direitos_civis_politicos.pdf. Acesso em: 10 abr. 2026.

PERLINGEIRO, R. **O devido processo administrativo e a tutela dos direitos na administração pública**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PARAUAPEBAS (Município). Assessoria de Comunicação. **Relatório de ações governamentais**. Parauapebas: ASCOM, 2023. Documento solicitado via ofício à ASCOM da Prefeitura de Parauapebas.

PARAUAPEBAS (Município). **Decreto nº 2.138, de 2017**. Regulamenta o acesso à informação no município de Parauapebas. Parauapebas: Prefeitura Municipal de Parauapebas, 2017. Disponível em: https://shre.ink/7kRK. Acesso em: 10 mar. 2026.

PARAUAPEBAS (Município). Prefeitura Municipal. 2024. **Portal institucional**. Disponível em: https://parauapebas.pa.gov.br/. Acesso em: 10 mar. 2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Autora 2 (Bolsista CAPES): “O PRESENTE TRABALHO FOI REALIZADO COM APOIO DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - BRASIL (CAPES) – CÓDIGO DE FINANCIAMENTO 001



SUSTENTABILIDADE E PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS SOB A PERSPECTIVA DA SUSTENTABILIDADE INFORMACIONAL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

Sustainability and sustainable practices from the perspective of information sustainability: a literature review

La sostenibilidad y las prácticas sostenibles desde la perspectiva de la sostenibilidad de la información: una revisión bibliográfica

William Felicidade Beckmam
Graduando em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
william.beckmam@icsa.ufpa.br

Maurila Bentes de Mello e Silva
Doutora em História
Universidade Federal do Pará, Brasil,
mau@ufpa.br

Maurício Torres de Matos
Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
mauriciotmatos@gmail.com

Marise Teles Condurú
Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental
Universidade Federal do Pará, Brasil,
marise@ufpa.br

Resumo

A pesquisa analisa a relação entre sustentabilidade e práticas sustentáveis sob a perspectiva da sustentabilidade informacional. A informação é um recurso estratégico para a promoção do desenvolvimento sustentável, especialmente quando organizada, acessível e utilizada de forma ética na gestão pública. O estudo objetiva mapear e caracterizar a produção científica sobre sustentabilidade e práticas sustentáveis, identificando tendências, principais autores, áreas de pesquisa, idiomas e distribuição geográfica das publicações. Adota-se uma abordagem quantitativa com base em análise bibliométrica, utilizando dados da base *Web of Science* no período de 1987 a 2025, considerando artigos científicos revisados por pares. Os resultados 1987-2025 mostram 23.524 documentos publicados na *Web of Science*, com forte aceleração após 2021 (2.403) e pico em 2025 (4.443). Predomina o inglês (23.480) e há concentração de autoria nos Estados Unidos da América (3.375) e China (3.347), com caráter interdisciplinar, sobretudo em Ciências Ambientais e Ecologia (13.146) e Ciência e Tecnologia (11.328). Conclui-se que, à luz da sustentabilidade informacional, os sistemas governamentais de informação se configuram como elemento estratégico para a transparência, o acesso à informação e a participação social. Contudo, os resultados evidenciam desafios na padronização de indicadores e na adaptação às realidades locais, indicando a necessidade de abordagens mais integradas.

Palavras-chave: sistemas governamentais; sustentabilidade; sustentabilidade informacional.

Abstract

This study examines the relationship between sustainability and sustainable practices from the perspective of informational sustainability. Information is a strategic resource for promoting sustainable development, especially when it is organized, accessible, and used ethically in public administration. The study aims to map and characterize scientific output on

sustainability and sustainable practices, identifying trends, leading authors, research areas, languages, and the geographic distribution of publications. A quantitative approach based on bibliometric analysis is adopted, using data from the Web of Science database for the period from 1987 to 2025, focusing on peer-reviewed scientific articles. The results 1987–2025 show 23,524 documents published in Web of Science, with a sharp increase after 2021 (2,403) and a peak in 2025 (4,443). English predominates (23,480), and authorship is concentrated in the U.S. (3,375) and China (3,347), with an interdisciplinary character, particularly in Environmental Sciences and Ecology (13,146) and Science and Technology (11,328). It can be concluded that, in light of informational sustainability, government information systems constitute a strategic element for transparency, access to information, and social participation. However, the results highlight challenges in standardizing indicators and adapting to local realities, indicating the need for more integrated approaches.

Keywords: *government systems; sustainability; information sustainability***.**

Resumen

La investigación analiza la relación entre la sostenibilidad y las prácticas sostenibles desde la perspectiva de la sostenibilidad informacional. La información es un recurso estratégico para promover el desarrollo sostenible, especialmente cuando está organizada, es accesible y se utiliza de manera ética en la gestión pública. El estudio tiene como objetivo mapear y caracterizar la producción científica sobre sostenibilidad y prácticas sostenibles, identificando tendencias, autores principales, áreas de investigación, idiomas y distribución geográfica de las publicaciones. Se adopta un enfoque cuantitativo basado en el análisis bibliométrico, utilizando datos de la base Web of Science en el período de 1987 a 2025, considerando artículos científicos revisados por pares. Los resultados 1987-2025 muestran 23 524 documentos publicados en Web of Science, con una fuerte aceleración después de 2021 (2403) y un pico en 2025 (4443). Predomina el inglés (23 480) y hay una concentración de autoría en EE. UU. (3375) y China (3347), con carácter interdisciplinario, sobre todo en Ciencias Ambientales y Ecología (13 146) y Ciencia y Tecnología (11 328). Se concluye que, a la luz de la sostenibilidad de la información, los sistemas gubernamentales de información se configuran como un elemento estratégico para la transparencia, el acceso a la información y la participación social. Sin embargo, los resultados evidencian desafíos en la estandarización de los indicadores y en la adaptación a las realidades locales, lo que indica la necesidad de enfoques más integrados.

Palabras clave: *sistemas gubernamentales; sostenibilidad; sostenibilidad de la información.*

1 INTRODUÇÃO

Os sistemas governamentais de informação têm se consolidado como elemento estratégico na gestão pública, especialmente na ótica da sustentabilidade informacional, que envolve a organização, recuperação, acesso e uso ético da informação para o desenvolvimento sustentável (Geraldo; Pinto; Duarte, 2022).

Em cenários urbanos cada vez mais complexos e tecnológicos, esses sistemas desempenham um papel fundamental ao integrar dados e auxiliar na formulação de políticas públicas mais eficientes e baseadas em evidências. Segundo Koichiro e Aris (2012), o objetivo da avaliação da sustentabilidade é fornecer aos tomadores de decisão uma avaliação global e local considerando

sistemas integrados natureza-sociedade, em perspectivas de curto e longo prazos, para auxiliá-los a julgar quais ações devem ou não ser realizadas e tomadas para tornar a sociedade sustentável. Portanto, a sustentabilidade urbana depende de abordagens sistêmicas que considerem a relação entre fatores ambientais, sociais e econômicos, por meio de fluxos informacionais organizados.

No contexto urbano, a sustentabilidade também integra dimensões socioeconômicas e ambientais de forma interdependente. No entanto, a definição de sustentabilidade ainda tem a perspectiva de ser considerada ambígua, principalmente em nível urbano no qual é possível conter características distintas, “[...] podendo ser definida em termos populacionais e a propagação de áreas urbanas desenvolvidas [...] fronteiras definidas por critérios políticos, como países, condados e cidades” (Koichiro; Aris, 2012, p. 96-97, tradução nossa). Nessa concepção, os sistemas governamentais possibilitam a criação de indicadores e índices que auxiliam no monitoramento e na avaliação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável.

A literatura aponta desafios relacionados à padronização desses indicadores e a sua adaptação às realidades locais, o que demanda modelos mais específicos e sensíveis levando em consideração as características de cada cidade. Dessa forma, os sistemas governamentais de informação assumem um papel central na promoção à transparência, no acesso à informação e na participação social contribuindo para a construção de cidades mais sustentáveis.

De acordo com Chang, Digiovanni e Mei (2019, p. 1132) as cidades “líderes verdes” na implementação da Iniciativa Global de Sustentabilidade (GSI) foram caracterizadas pela capacidade de aproveitar uma “janela política” para estabelecer a infraestrutura verde aos planos de controle de práticas sustentáveis, combinando inovação, governança eficiente e participação social a fim de reduzir impactos ambientais e melhorar a qualidade de vida.

A identificação de indicadores específicos do cenário urbano local é de grande interesse e relevância, para que seja permitido avaliar e comparar o desempenho de sustentabilidade das cidades e compreender o impacto local e global das cidades, no meio ambiente e na vida humana (Koichiro; Aris, 2012). Assim, considera-se relevante o desenvolvimento de pesquisa para análise da produção científica abordando sustentabilidade e práticas sustentáveis sob a ótica da sustentabilidade informacional.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo mapear e analisar a produção científica sobre sustentabilidade e práticas sustentáveis, a partir de indicadores bibliométricos, sob a perspectiva da sustentabilidade informacional. Especificamente, busca-se: mapear a produção científica sobre a temática na base *Web of Science*; identificar tendências e características do campo, considerando a evolução temporal das publicações, principais autores, áreas de pesquisa, nacionalidade, idiomas e editoras; e sintetizar, a partir da literatura, desafios recorrentes relacionados à padronização de indicadores e à adaptação às realidades locais.

O estudo buscou responder à pergunta: Como a produção científica indexada na *Web of Science* tem abordado a relação entre sustentabilidade, práticas sustentáveis e sistemas governamentais de informação, e em que medida essa produção evidencia dimensões da sustentabilidade informacional?

Além desta introdução, o artigo está estruturado da seguinte forma: a seção 2 apresenta o referencial conceitual, discutindo a relação entre sustentabilidade, sustentabilidade informacional e sistemas governamentais de informação; a seção 3 descreve os procedimentos metodológicos adotados; a seção 4 apresenta e discute os resultados, evidenciando padrões e tendências da produção científica sobre a temática; por fim, a seção 5 reúne as considerações finais, nas quais são retomados os principais achados, suas implicações teóricas e as limitações do estudo, bem como indicadas as possibilidades para pesquisas futuras.

2 PERCEBENDO OS SISTEMAS GOVERNAMENTAIS DE INFORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Geraldo e Pinto (2021) situam as origens da sustentabilidade informacional no âmbito acadêmico na década de 1990, com as pesquisas pioneiras de Amanda Spink, que discutiu a informação no contexto da desindustrialização e do desenvolvimento sustentável, e de Jan Nolin, que introduziu a distinção crítica entre a "informação para o desenvolvimento sustentável" e o "desenvolvimento de informações sustentáveis". Essas abordagens iniciais permitem compreender a sustentabilidade informacional, tanto como instrumento aplicado ao desenvolvimento, quanto como reflexão sobre a própria produção, organização e circulação da informação. Ainda de acordo com Geraldo e Pinto (2021), no Brasil, o tema foi impulsionado por estudos sobre informação ambiental, como os de Albagli

(1995), evoluindo de uma abordagem focada em estratégias para bibliotecas para um paradigma complexo que, alinhado à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), posiciona a informação e o conhecimento como eixos estruturantes para a redução de desigualdades e a promoção da cidadania global.

Na área da Ciência da Informação, a sustentabilidade informacional surge como uma perspectiva que complementa o entendimento comumente propagado sobre sustentabilidade (Souza; Valentim, 2023), além de ressaltar o papel da gestão da informação como recurso essencial para governança pública (Geraldo; Pinto; Duarte, 2022).

Conforme Vitoriano (2020), a popularização do desenvolvimento sustentável remonta ao Relatório Brundtland, na década de 1980. O conceito estabelece a premissa de satisfazer as necessidades do presente preservando a viabilidade dos recursos para as gerações vindouras.

De acordo com Robati e Rezaei (2022), a sustentabilidade é estruturada em três pilares principais: ambiental (conservação dos recursos naturais e redução de impactos ambientais); social (promoção da equidade, qualidade de vida e justiça social) e econômico (crescimento econômico responsável e viável a longo prazo). Segundo Cohen (2017), essa abordagem é conhecida como "*triple bottom line*", organizando indicadores em dimensões econômica, social e ambiental.

Para Geraldo, Pinto e Duarte (2022), a informação não deve ser vista apenas como um insumo técnico, mas como um recurso estratégico essencial para o equilíbrio das dimensões citadas por Cohen (2017), no contexto da sustentabilidade. Sob esse ponto de vista, a gestão da informação em sistemas governamentais assume um papel crítico, pois a sustentabilidade de uma sociedade depende da capacidade desses sistemas em organizar, preservar e democratizar o acesso ao conhecimento de forma ética e transparente, a fim de promover o desenvolvimento sustentável. Ainda segundo os autores, a sustentabilidade informacional busca compreender o funcionamento de sistemas complexos para garantir que a produção e a circulação de dados na gestão pública contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável, mitigando a entropia informacional e fortalecendo a participação cidadã.

A sustentabilidade informacional pode ser compreendida a partir de uma abordagem integrada, na qual os sistemas de informação atuam como mediadores

nesse processo contínuo entre diferentes aspectos do desenvolvimento (Souza; Valentim, 2023).

Nesse cenário, os sistemas governamentais de informação assumem papel central como instrumentos de mediação entre dados, informação e conhecimento no âmbito da gestão pública. Ao apoiarem a oferta de serviços eletrônicos, esses sistemas contribuem para a redução de custos, o aumento da transparência e o fortalecimento do controle social, aspectos fundamentais para uma governança sustentável (Ayachi *et al.,* 2015). A efetividade das políticas de transparência e de governo aberto está diretamente relacionada à capacidade desses sistemas de assegurar a divulgação máxima das informações, promover a publicação ativa de dados de relevância pública e possibilitar o acesso amplo, não discriminatório e reutilizável da informação governamental (Cardoso, 2019).

Os sistemas governamentais de informação não apenas sustentam a transparência e a *accountability*, mas também constituem a infraestrutura informacional que permite a participação cidadã e o controle social, elementos fundamentais para o funcionamento democrático e para a abertura das instituições públicas. Nesse sentido, iniciativas de governo eletrônico, ao promoverem transparência e melhorarem o acesso dos cidadãos aos serviços, atuam como componente importante para a sustentabilidade informacional (Ayachi *et al.,* 2015).

Para Hay, Duffy e Whitfield (2014), em um ciclo sustentável, os seres humanos interpretam o comportamento de ações em um sistema para produzir conhecimento sobre seu comportamento atual; como essas ações deveriam impactar na sustentabilidade; e se esse conhecimento serve como base para implementar ações que devem resultar no cumprimento dos objetivos de sustentabilidade pelas entidades.

O conhecimento gerado pode orientar a implementação de novas ações voltadas ao alcance dos objetivos de sustentabilidade. Dessa forma, modelos baseados em ciclos reforçam que a sustentabilidade não constitui um estado fixo, mas um processo dinâmico e contínuo (Hay; Duff; Whitfield, 2014).

Neste estudo, a sustentabilidade informacional é compreendida a partir de dimensões como acesso e transparência da informação científica, organização e qualidade dos registros informacionais, bem como circulação e visibilidade do conhecimento produzido. Essas dimensões orientam a análise dos indicadores bibliométricos apresentados na seção de resultados, permitindo discutir assimetrias,

padrões de concentração e dinâmicas de produção científica relacionadas aos sistemas governamentais de informação.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os dados utilizados no desenvolvimento e na análise desta pesquisa foram recuperados com base na credibilidade, qualidade dos dados e rigor dos periódicos da base de dados *Web of Science.* A escolha justifica-se pela facilidade que a base oferece para revisões sistemáticas e pela cobertura internacional, o que possibilita uma visão global da produção científica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com recorte bibliométrico, cujos critérios de seleção foram a utilização de artigos científicos revisados por pares, indexados na base *Web of Science*, publicados entre 1987 e 2025 (esse período foi escolhido pelo fato de 1987 ser o ano inicial da base, e 2025, o último ano com dados completos antes do desenvolvimento da pesquisa), e recuperados a partir de buscas nos campos de título, resumo e palavras-chave. Foram excluídos documentos que não se enquadravam na tipologia de artigo científico, não revisados por pares, duplicados ou que não apresentavam aderência temática aos descritores utilizados.

Adicionalmente, foi realizado levantamento bibliográfico de autores com maior número de publicações relacionadas à temática investigada. Como critério de seleção, considerou-se a recorrência dos autores nos resultados obtidos na base de dados, associada à relevância de suas produções para o objeto de estudo. Além disso, utilizou-se o índice H como indicador de impacto científico, de modo a qualificar a seleção dos pesquisadores mais influentes na área. A partir dessa delimitação, foi possível evidenciar os autores com maior produtividade e contribuição para o desenvolvimento do campo da sustentabilidade e das práticas sustentáveis.

A análise foi orientada pela perspectiva da sustentabilidade informacional, discutindo aspectos relacionados à organização, disseminação e circulação do conhecimento científico a partir de indicadores como evolução temporal das publicações, principais autores, áreas de pesquisa, nacionalidade, idiomas e editoras. Os indicadores bibliométricos selecionados foram interpretados à luz da sustentabilidade informacional, especialmente no que se refere à circulação, visibilidade e concentração da produção científica.

Diante disso, os seguintes termos foram aplicados na etapa de busca dos documentos: "*Sustainability*", *"Sustainability and examples"* e *"Sustainable practices and examples"*.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Os dados referentes ao número de publicações por ano, com recorte de 1987 a 2025, na base de dados da *Web of Science,* resultou no quantitativo de 23.524 documentos relacionados aos termos da pesquisa. Nesta análise, os indicadores bibliométricos são interpretados como evidências indiretas de sustentabilidade informacional, ao refletirem condições de circulação, visibilidade e acesso ao conhecimento científico (autores, idioma, editoras e distribuição geográfica).

No gráfico 1 destaca-se os últimos 10 anos de publicações científicas relacionados aos termos aplicados na base de dados.

Gráfico 1 – Evolução das publicações cientificas com destaque para os últimos 10 anos



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Com base no recorte de 2015 a 2025, observa-se a gradativa evolução no número de publicações científicas em destaque na cor "vermelha". Até o ano de 2020, o número de documentos publicados na base seguia um número linear atingindo seu ápice no ano de 2020 com 1.692 publicações. Por outro lado, a partir do ano de 2021, com destaque na cor "verde", o número de publicações relacionadas à temática pesquisada dobrou, atingindo o quantitativo de 2.403 publicações, mantendo o aumento nos anos seguintes, destacando seu pico no ano de 2025 com 4.443 publicações.

No quadro 1, apresenta-se os principais perfis de pesquisadores relacionados aos temos "*Sustainability*", *"Sustainability and examples"* e *"Sustainable practices*

and examples", com foco em "sistemas governamentais de informação como mecanismo de compartilhamento de informação e conhecimento e como contribuem para o desenvolvimento de cidades mais sustentáveis" considerando três dimensões: número de publicações, área de pesquisa e índice-H.

Quadro 1 – Principais autores por número de publicações relacionadas ao tema

Perfis de pesquisador	Número de publicações	Área de pesquisa	Índice-H
Sovacool, Benjamin	31	Ciências Ambientais e Ecologia; Energia e Combustíveis; Ciência e Tecnologia; Economia; Governo e Direito	115
Sharifi, Ayyoob	25	Ciências ambientais e Ecologia; Energia e Combustíveis; Ciência e Tecnologia; Estudos Urbanos; Meteorologia e Ciências Atmosféricas	58
Leal Filho, Walter	24	Ciências ambientais e Ecologia; Energia e Combustíveis; Ciência e Tecnologia; Educação e Pesquisa Educacional; Engenharia; Economia	68
Mabhaudhi, Tafadzwanashe	23	Ciências Ambientais e Ecologia; Ciência e Tecnologia; Agricultura; Recursos Hídricos; Ciência e Tecnologia de Alimentos	44
Ok, Yong Sik	22	Ciências Ambientais e Ecologia; Engenharia; Agricultura; Ciência e Tecnologia; Energia e Combustíveis	162
Zuo, Jian	21	Engenharia; Ciências Ambientais e Ecologia; Ciência e Tecnologia; Energia e Combustíveis; Negócios e Economia	80
Angelakis, Andreas N.	19	Recursos hídricos; Ciências Ambientais e Ecologia; Engenharia; Agricultura; Arqueologia.	36
Aghbashlo, Mortaza	18	Energia e Combustíveis; Engenharia; Ciência e Tecnologia; Ciências Ambientais e Ecologia; Termodinâmica.	78
van Noordwijk, Meine	18	Ciências Ambientais e Ecologia; Agricultura; Silvicultura; Ciência e Tecnologia; Ciências Vegetais.	60
Yigitcanlar, Tan	17	Ciências Ambientais e Ecologia; Estudos Urbanos; Ciência e Tecnologia; Engenharia; Administração Pública	62

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Observa-se que "Sovacool, Benjamin" lidera em número de publicações (31) e apresenta um índice-H elevado (115), indicando não apenas impacto quantitativo em publicações de pesquisas, mas também forte impacto acadêmico e científico. Em seguida, destacam-se "Sharifi, Ayyoob" (25 publicações; índice-H 58) e "Leal Filho, Walter (24 publicações; índice-H 68), evidenciando um grupo de pesquisadores com impacto e relevância no campo de pesquisa. Entretanto, ao comparar impacto e relevância, percebe-se que o pesquisador "Ok, Yong Sik" mesmo não aparecendo com um volume alto no número de publicações (22), apresenta o maior índice-H

(162), o que sugere maior impacto e reconhecimento de suas pesquisas na comunidade acadêmica e científica. Esse dado mostra que o volume de publicações não necessariamente corresponde ao maior impacto acadêmico.

A diferença entre produtividade quantitativa e visibilidade pode ser compreendida através do fenômeno conhecido como 'Efeito Mateus' na ciência (Merton, 1988). De acordo com essa teoria, o sistema de recompensas científicas tende a concentrar de forma desproporcional o reconhecimento e as citações em pesquisadores e trabalhos que já alcançaram um patamar inicial de alta relevância, consolidando um forte impacto que persiste independentemente do volume contínuo de novas publicações. Sob a ótica da sustentabilidade informacional, isso ajuda a explicar assimetrias de visibilidade e circulação do conhecimento, similar ao que observamos no Quadro 1 no qual um pesquisador com menor número de publicações (Ok, Yong Sik) apresenta o maior índice-H entre os perfis analisados.

No que se refere às áreas de pesquisa, observa-se um alto volume de perfis de pesquisadores relacionados a “Ciências Ambientais e Ecologia, Energia e Combustíveis; e Ciências e Tecnologia”. Além disso, observa-se a interdisciplinaridade do assunto, com a inclusão de áreas como “Engenharia, Economia, Estudos Urbanos, Agricultura e Arqueologia” mostrando que a temática investigada é transversal e se relaciona com diversos assuntos do conhecimento.

No quadro 2, observa-se as principais nacionalidades dos perfis dos pesquisadores relacionados à temática, destacando as dez nacionalidades com pelo menos 1.000 autores.

Quadro 2 - Principais nacionalidades dos autores de publicações relacionadas ao tema

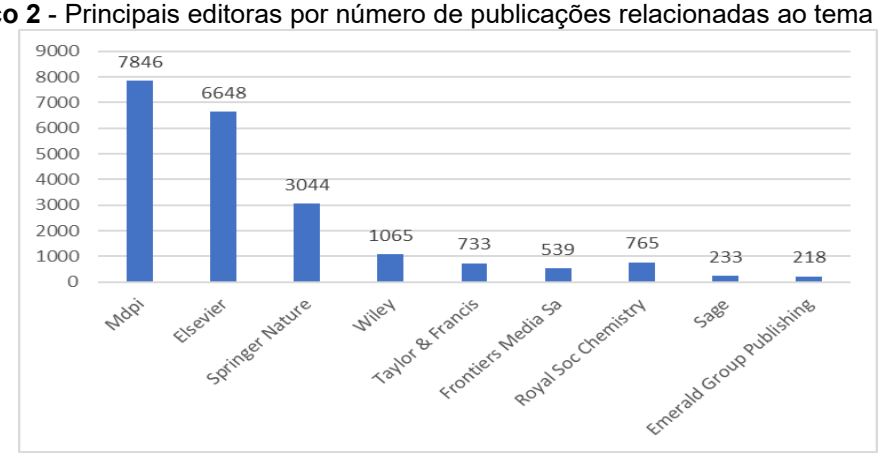
Nacionalidade	Número de autores
Estados Unidos	3.375
China	3.347
Índia	2.509
Inglaterra	1.936
Australia	1.703
Itália	1.507
Alemanha	1.392
Canadá	1.173
Espanha	1.125

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A nacionalidade dos autores mostra uma diversidade geográfica indicando a participação de pesquisadores de diferentes países no desenvolvimento de pesquisas na área. No entanto, também se pode observar uma maior concentração em determinados países, por exemplo: Estados Unidos com 3.375 autores e China com 3.347 autores. Além disso, esse resultado sugere que aqueles países com maior tradição em pesquisa cientificas e investimento em ciência e tecnologia, mostrando tanto a globalização do conhecimento quanto possíveis desigualdades na produção cientifica em um cenário global.

No gráfico 2 apresenta-se as principais editoras de publicações de documentos relacionados ao tema, destacando as dez editoras com maior volume de publicações, considerando apenas artigos científicos revisados por pares.

Gráfico 2 - Principais editoras por número de publicações relacionadas ao tema



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Observa-se a concentração quanto às editoras responsáveis pelas publicações dos estudos científicos em um conjunto específico de editoras científicas, o que sugere a centralização da divulgação do conhecimento científico em periódicos consolidados e de alto impacto como a Mdpi (7.846 publicações) e Elsevier (6.648 publicações).

Larivière, Haustein e Mongeon (2015) demonstram que, a partir da transição para a era digital, as principais editoras comerciais passaram a concentrar a maior parcela de toda a produção científica global. Os resultados encontrados, com destaque para centralidade de editoras como MDPI e Elsevier, convergem para esse cenário de oligopólio na publicação acadêmica, no qual a disseminação encontra-se altamente concentrada e favorece canais mais consolidados.

No quadro 3 tem-se os principais idiomas presentes e em qual as publicações estão disponíveis na base de dados da *Web of Science.* Considerando apenas artigos revisados por pares, destacando-se os três idiomas mais presentes nas publicações.

Quadro 3 - Principais idiomas de publicações relacionadas ao tema

Idiomas	Número de publicações
Inglês	23.480
Espanhol	53
Português	37
Outros	49

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

No que se refere ao idioma das publicações, percebe-se o predomínio do inglês como principal idioma de divulgação científica com 23.480 publicações. Essa evidência reforça a perspectiva de desenvolvimento acadêmico científico, uma vez que o idioma inglês se apresenta como o principal, na divulgação-científica, no cenário global. Ainda que outros idiomas possam estar presentes, como o espanhol (53) e o português (37), sua participação tende a ser significativamente menor, o que mostra possíveis barreiras linguísticas para divulgação de pesquisas locais no cenário internacional.

Essa predominância do inglês é consistente com vieses de cobertura das grandes bases internacionais de indexação científica. Como apontam Mongeon e Paul-Hus (2016), em análise comparativa entre a Web of Science e a Scopus, há uma super-representação de periódicos em língua inglesa nessas plataformas, o que pode contribuir para sub-representação de publicações em outros idiomas. Nesse sentido, os resultados observados, com ampla predominância do inglês (23.480) frente ao espanhol (53) e ao português (37), sugerem barreiras linguísticas relevantes e limitações de visibilidade para a produção científica local.

No quadro 4 observa-se as principais áreas de pesquisa relacionadas à temática, no qual destacam-se as 25 temáticas/assuntos que apresentam maior relação com as publicações presentes nos resultados da coleta, considerando apenas artigos revisados por pares, perfil dos pesquisadores, palavras-chave e os resumos.

Quadro 4 - Principais áreas de pesquisa relacionadas ao tema

Área de pesquisa	Número de publicações
Ciências Ambientais e Ecologia	13.146
Ciência Tecnologia e outros tópicos	11.328
Engenharia	3.774
Energia e Combustíveis	2.498
Agricultura	1.615
Ciência dos Materiais	1.253
Ciências Vegetais	843
Química	749
Recursos Hídricos	742
Tecnologia de Construção Civil	486
Física	415
Ciência da Computação	407
Saúde Pública, Ambiental e Ocupacional	399
Conservação da Biodiversidade	338
Meteorologia e Ciências Atmosféricas	333
Silvicultura	285
Administração Pública	253
Educação e Pesquisa Educacional	251
Geologia	224
Estudos Urbanos	211
Estudos de Desenvolvimento	202
Transporte	185
Ciências Sociais e outros tópicos	170
Biologia Marinha e de água doce	160

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Por fim, ao considerar a coleta da base na coleta de dados até o presente momento do desenvolvimento desta pesquisa, percebe-se uma presente característica interdisciplinar relacionadas aos temos "*Sustainability"*, *"Sustainability and examples"* e *"Sustainable practices and exemples"*, com destaque para áreas de pesquisa como Ciências Ambientais e Ecologia (13.146), Engenharia (3.764), Energia e Combustíveis (2.498), Ciência tecnologia e outros tópicos (11.398). A articulação entre diferentes áreas do conhecimento demonstra a complexidade da temática pesquisada e a necessidade de abordagem integradas e estruturadas, em sistemas governamentais de informação, como mecanismo de divulgação de informação e conhecimento para auxiliar no desenvolvimento de cidades mais sustentáveis.

Os resultados bibliométricos apresentados evidenciam tendências gerais da pesquisa sobre sustentabilidade, mas também permitem situar o tema dos sistemas governamentais de informação. A predominância de áreas técnico-científicas e a concentração das publicações em inglês indicam que a discussão tem sido

conduzida, sobretudo, por campos voltados a soluções ambientais e tecnológicas, abrindo espaço para ampliar análises sobre como a gestão e o compartilhamento da informação, via sistemas governamentais, podem contribuir para a governança urbana e para a sustentabilidade informacional.

Os padrões identificados, com alta concentração geográfica de autores, predominância do idioma inglês e centralidade de determinadas editoras, evidenciam desafios à sustentabilidade informacional, especialmente no que diz respeito à circulação equitativa e ao acesso ampliado ao conhecimento científico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa evidenciam não apenas a relevância crescente da sustentabilidade como objeto de investigação científica, mas também uma expansão consistente ao longo do tempo. No recorte temporal de 2015 a 2025, observa-se evolução gradual no número de publicações, que se manteve em ritmo linear até 2020, quando atingiu 1.692 publicações. A partir de 2021, entretanto, verifica-se uma mudança significativa nesse comportamento, com o volume de produções praticamente dobrando para 2.403 publicações, mantendo uma trajetória ascendente nos anos subsequentes. Esse crescimento contínuo culmina em um número expressivo em 2025, com 4.443 publicações, indicando não apenas a consolidação, mas também a intensificação do interesse científico pela temática.

A análise da base *Web of Science* indica um campo em consolidação e de caráter interdisciplinar, articulando áreas como Ciências Ambientais e Ecologia, Engenharia, Energia e Combustíveis, Ciência e Tecnologia, entre outras. Observa-se, ainda, concentração relevante da produção em países como Estados Unidos, China e Índia, bem como predominância do idioma inglês na divulgação, o que sugere tanto a internacionalização do debate quanto possíveis barreiras linguísticas e assimetrias na circulação do conhecimento.

À luz da sustentabilidade informacional, os achados reforçam que sistemas governamentais de informação podem desempenhar papel estratégico ao favorecer transparência, acesso qualificado à informação e participação social, especialmente quando associados à produção e ao acompanhamento de indicadores urbanos. Entretanto, alguns desafios são apresentados, como a dificuldade na padronização de indicadores e a necessidade de adaptação a características locais. Estudos como

o de Koichiro e Aris (2012) evidenciam que a avaliação da sustentabilidade, especialmente em contextos urbanos, envolve sistemas complexos e multidimensionais, nos quais a definição de indicadores não é universal, mas dependente de variáveis ambientais, sociais, econômicas e políticas específicas de cada localidade. Dessa forma, a dificuldade de padronização decorre da própria complexidade dos contextos urbanos, enquanto a necessidade de adaptação local reflete a exigência de indicadores sensíveis às particularidades territoriais, o que demanda modelos adaptáveis às realidades das cidades e às dimensões da sustentabilidade.

O estudo baseou-se em uma única base de dados e em um conjunto específico de descritores, o que pode restringir o alcance do mapeamento. Pesquisas futuras podem ampliar as buscas para outras bases, refinar estratégias de recuperação e incluir análises qualitativas dos trabalhos mais relevantes, de modo a aprofundar como os sistemas governamentais de informação são conceituados, operacionalizados e avaliados em diferentes cenários urbanos.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Informação e desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 119-125, 1995.

AYACHI, Raouia; BOUKHRIS, Imen; MELLOULI, Sehl; ELOUEDI, BEN AMOR, Nahla; ELOUEDI, Zied. Proactive and reactive e-government services recommendation. **Universal Access in the Information Society**, [*S.l.*], v. 15, n. 4, p. 681-697, 2015. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10209-015-0442-z. Acesso em: 10 abr. 2026.

CARDOSO, Paulo Henrique. **Ciência de dados aplicada a dados governamentais abertos sob a ótica da Ciência da Informação**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1039. Acesso em: 10 abr. 2026.

COHEN, Matthew. A systematic review of urban sustainability assessment literature. **MDPI**, [*S.l.*], v. 9, p. 1-16, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.3390/su9112048. Acesso em: 15 fev. 2026.

CHANG, Chei-Chi; DIGIOVANNI, Kimberly; MEI, Ying. Sustainability. **Nacional Center for Biotechnology Information**, [*S.l.*], v. 90, p. 1129-1149, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1002/wer.1210. Acesso em: 3 mar. 2026.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza. Aspectos epistemológicos da Ciência da Informação e a construção conceitual da sustentabilidade informacional. *In*: BARBALHO, Célia Regina Simonetti; INOMATA, Danielly Oliveira; FERNANDES, Tatiana Brandão (org.). **Sustentabilidade informacional em ecossistemas de conhecimentos**. Manaus (AM): Edua, 2021. p. 12-23.

GERALDO, Genilson; PINTO, Marli Dias de Souza; DUARTE, Evandro Jair. A sustentabilidade informacional poder ser vista como um novo paradigma da Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 4, p. 229-253, out./dez., 2022. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/228191. Acesso em: 6 mai. 2026.

HAY, Laura; DUFFY, Alex; WHITFIELD, Robert Ian. The Sustainability Cycle and Loop: models for more unified understanding of sustainability. **Journal of Environmental Management**, [*S.l.*], v. 133, p. 232-257, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2013.11.048. Acesso em: 6 fev. 2026.

KOICHIRO, Mori; ARIS, Christodoulou. Review of sustainability índices and indicators*:* towards a new city sustainability index (CSI). **Environmental Impact Assessment Review**, [*S.l.*], v. 32, p. 94-106, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.eiar.2011.06.001. Acesso em: 2 fev. 2026.

LARIVIÈRE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEON, Philippe. The oligopoly of academic publishers in the digital era. **PloS one**, [*S.l.*]*,* v. 10, n. 6, jun. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0127502. Acesso em: 8 maio 2026.

MERTON, Robert K. The Matthew Effect in Science, II: Cumulative advantage and the symbolism of intellectual property. **Isis**, [*S.l.*]*,* v. 79, n. 4, p. 606-623, dez. 1988. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/234750. Acesso em: 8 maio 2026.

MONGEON, Philippe; PAUL-HUS, Adèle. The journal coverage of Web of Science and Scopus: a comparative analysis. **Scientometrics**, [*S.l.],* v. 106, n. 1, p. 213-228, jan. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s11192-015-1765-5. Acesso em: 8 maio 2026.

ROBATI, Maryam; REZAEI, Fatemeh. Applying the Sustainability Barometer Approach to Assess Urban Sustainability. **MDPI**, [*S.l.*], v. 6, n. 4, p. 1-27, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.3390/urbansci6040085. Acesso em: 10 de mar. 2026.

SOUZA, Claudia Barbosa dos Santos de; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Contribuição da gestão do conhecimento para a sustentabilidade informacional em bibliotecas universitárias públicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/article/view/1126. Acesso em: 8 maio 2026.

VITORIANO, M. C. DE C. P. Objetivos do desenvolvimento sustentável e políticas arquivísticas: o papel dos arquivos municipais na Agenda 2030. **Revista Íbero-Americana de Ciência da Informação**, [*S.l.*]*,* v. 14, n. 1, p. 349–361, 2020.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

William Felicidade Beckmam – Bolsista do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/ UFPA) – Projeto de pesquisa: Informação para o desenvolvimento sustentável e a Sustentabilidade informacional na Amazônia – Edital PIBIC 07/2025 (01/09/2025 a 31/08/2026), com apoio da PROPESP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/ UFPA



ACESSIBILIDADE EM LIVROS DIGITAIS COM USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DA PRODUÇÃO IBERO-AMERICANA NAS BASES SCIELO E DIALNET (1998-2025)

Accessibility in digital ebooks using artificial inteligence: a bibliometric study of Ibero-american production in the SciELO and Dialnet databases (1998-2025)

Accesibilidad em los libros digitales con uso de inteligência artificial: estudio bibliométrico de la producción iberoamericana en las bases SciELO y Dialnet (1998-2025)

Zilah Edelburga Chaves dos Santos
Mestra em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
zilah@ufpa.br

Tania Chalhub
PhD Social Work
Instituto Nacional de Educação de Surdos, Brasil
chalhubtania@gmail.com

Resumo

Este artigo objetiva analisar a produção científica sobre acessibilidade em livros digitais com uso de inteligência artificial nas bases de dados SciELO e Dialnet, no período de 1998 a 2025, com foco em países ibero-americanos, identificando tendências temáticas, lacunas de pesquisa, inovações e os formatos acessíveis mais discutidos. Trata-se de um estudo bibliométrico descritivo, com análise quanti-qualitativa. Foram recuperados um total de 27 trabalhos, utilizando estratégias de busca organizadas em três eixos temáticos: Acessibilidade Digital, Livro Digital e Inteligência Artificial. Os dados foram analisados mediante técnicas quantitativas: frequências, distribuições temporais e geográficas e combinações de eixos temáticos, bem como interpretação qualitativa dos conteúdos. Os resultados evidenciam um campo fragmentado: apenas 1 trabalho espanhol articula explicitamente os três eixos, 18 abordam acessibilidade digital e livros digitais e 8 relacionam acessibilidade digital e inteligência artificial. Do ponto de vista geográfico, a Espanha concentra 10 dos 27 trabalhos, com ênfase em soluções técnico-aplicadas e processos de automação, ao passo que o Brasil reúne 6 estudos, sobretudo em contextos educacionais, políticas públicas e formatos acessíveis. Conclui-se que, embora existam tecnologias e padrões como DAISY e EPUB 3 e aplicações de inteligência artificial voltadas à síntese de voz, ainda são escassas as pesquisas que demonstrem como utilizar a inteligência artificial na acessibilização ou produção de livros digitais acessíveis no contexto ibero-americano, áreas, por exemplo, como geração automática de descrição de imagens são pouco exploradas, indicando urgência por estudos aplicados.

Palavras-chave: acessibilidade digital; livros digitais; inteligência artificial; estudo bibliométrico.

Abstract

This article aims to analyze the scientific production on accessibility in digital books using artificial intelligence in the SciELO and Dialnet databases for the period 1998–2025, focusing on Ibero-American countries and identifying thematic trends, research gaps, innovations and the most discussed accessible formats. It is a descriptive bibliometric study with a quantitative-qualitative approach. A total of 27 works were retrieved using search strategies

organized along three thematic axes: Digital Accessibility, Digital Book and Artificial Intelligence. Data were examined using quantitative techniques (frequencies, temporal and geographic distributions and cross-tabulation of axes) and qualitative interpretation of contents. The results show a fragmented field: only one Spanish work explicitly articulates the three axes, 18 address digital accessibility and digital books, and 8 relate digital accessibility and artificial intelligence. Geographically, Spain accounts for 10 of the 27 works, emphasizing technical-applied solutions and automation processes, while Brazil contributes 6 studies, mainly in educational contexts, public policy and accessible formats. It is concluded that, although technologies and standards such as DAISY and EPUB 3 and AI applications for speech synthesis exist, empirical research demonstrating how to use artificial intelligence to enable or produce accessible digital books in the Ibero-American context is still scarce; areas such as automatic generation of image descriptions, for example, remain little explored, indicating an urgent need for applied studies.

Keywords: digital accessibility; digital books; artificial intelligence; bibliometric study.

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar la producción científica sobre accesibilidad en libros digitales con uso de inteligencia artificial en las bases de datos SciELO y Dialnet, en el período 1998–2025, con foco en países iberoamericanos, identificando tendencias temáticas, lagunas de investigación, innovaciones y los formatos accesibles más discutidos. Se trata de un estudio bibliométrico descriptivo con un enfoque cuanti-cualitativo. Se recuperó un total de 27 trabajos, utilizando estrategias de búsqueda organizadas en tres ejes temáticos: Accesibilidad Digital, Libro Digital e Inteligencia Artificial. Los datos fueron analizados mediante técnicas cuantitativas (frecuencias, distribuciones temporales y geográficas y combinaciones de ejes temáticos) y la interpretación cualitativa de los contenidos. Los resultados evidencian un campo fragmentado: solo 1 trabajo español articula explícitamente los tres ejes; 18 abordan accesibilidad digital y libros digitales; y 8 relacionan accesibilidad digital e inteligencia artificial. Desde el punto de vista geográfico, España concentra 10 de los 27 trabajos, con énfasis en soluciones técnico-aplicadas y procesos de automatización, mientras que Brasil reúne 6 estudios, principalmente en contextos educativos, políticas públicas y formatos accesibles. Se concluye que, aunque existen tecnologías y estándares como DAISY y EPUB 3 y aplicaciones de inteligencia artificial orientadas a la síntesis de voz, son todavía escasas las investigaciones que demuestren cómo utilizar la inteligencia artificial en la accesibilización o producción de libros digitales accesibles en el contexto iberoamericano; áreas como la generación automática de descripciones de imágenes están poco exploradas, lo que indica la urgencia de estudios aplicados.

***Palabras clave**: accesibilidad digital; libros digitales; inteligencia artificial; estudio bibliométrico.*

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade digital é um direito fundamental para garantir a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. No entanto, a produção e a disponibilização de livros digitais acessíveis ainda enfrentam inúmeros desafios, especialmente no que diz respeito à aplicação das Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdos Web 2.2 (*Web Content Accessibility Guidelines* - WCAG) do *World Wide Web Consortium* (W3C), a adoção de formatos acessíveis como o EPUB 3 e o uso

de inteligência artificial (IA) para automatizar processos de acessibilização (Brasil, 2015).

Apesar da existência de legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) - 13.146/15 e as diretrizes nacionais e internacionais de acessibilidade, muitas editoras ainda não disponibilizam livros digitais acessíveis. As instituições de ensino enfrentam dificuldades para atender à crescente demanda por adaptações, pois dependem, em grande parte, de bibliotecas, laboratórios e núcleos de acessibilidade que funcionam com poucos recursos humanos e tecnológicos e operam processos manuais para atender as complexidades de acessibilização de conteúdo de diversas áreas do conhecimento (Menezes; Silva, 2024).

A produção e/ou acessibilização manual de materiais acadêmicos exige tempo, múltiplos recursos, experiência e conhecimentos específicos, tornando o processo lento e pouco escalável. Nesse contexto, a IA emerge como um recurso promissor para apoiar e otimizar a produção e/ou acessibilização de livros acadêmicos, tornando o processo mais ágil e alinhado às normas técnicas (Silva Junior; Vidal, 2023).

Técnicas como o reconhecimento de imagens têm contribuído para a geração automatizada de audiodescrição, enquanto recursos como o Processamento de Linguagem Natural (PLN), o Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) e o Aprendizado de Máquina oferecem possibilidades para automatizar etapas e ampliar o acesso à informação (Corrêa, 2021; Villari, 2024).

Diante desse contexto, coloca-se a seguinte questão: **Em que medida existe e como se caracteriza a produção científica sobre o uso de inteligência artificial na acessibilização de livros digitais, no contexto ibero-americano, a partir de publicações indexadas nas bases SciELO e Dialnet, entre 1998 e 2025?**

Este artigo tem como objetivo analisar, por meio de um estudo bibliométrico descritivo, a produção científica sobre acessibilidade em livros digitais com uso de inteligência artificial nas bases de dados SciELO e Dialnet, no período de 1998 a 2025, com foco em países ibero-americanos, identificando tendências temáticas, lacunas de pesquisa, inovações e os formatos acessíveis mais discutidos.

Devido à escassez de estudos diretamente voltados a livros digitais para pessoas com deficiência visual, foram incluídas pesquisas sobre outros públicos e

contextos de acessibilidade digital, utilizadas aqui como pistas indiretas das tendências e lacunas do campo.

2 ACESSIBILIDADE DIGITAL NO ENSINO SUPERIOR

A LBI determina que obras intelectuais devem ser oferecidas em formatos acessíveis, vedando recusa com base em direitos autorais. No entanto, editoras acadêmicas oferecem nenhum ou poucos títulos acessíveis, e as instituições de ensino superior enfrentam dificuldades técnicas e operacionais para atender à demanda por materiais adaptados.

Apesar do Projeto Livro Acessível (PNLD/PNBE), voltado para a educação básica e o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Livro Acessível, firmado entre o MPF e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros, que garantem acesso a livros para pessoas com deficiência, o ensino superior ainda carece de políticas específicas e estruturadas para a acessibilização de livros digitais.

Para orientar a quebra dessas barreiras, as WCAG, são a referência internacional para garantir que conteúdos digitais sejam acessíveis a todos. Elas se baseiam em quatro princípios: perceptível, operável, compreensível e robusto. No Brasil, a NBR 17225:2025 estabelece requisitos técnicos para acessibilidade em conteúdos e aplicações web. Ambas as diretrizes são fundamentais para orientar a produção de livros digitais acessíveis, mas sua aplicação ainda é limitada no contexto acadêmico.

3 LIVROS DIGITAIS ACESSÍVEIS: O FORMATO EPUB 3 E OUTROS PADRÕES

Tavares (2023) reforça que é preciso adotar uma mentalidade *"digital first"*, ou seja, compreender o livro digital não como mera transposição do impresso, mas como um recurso com potencialidades próprias. Essa visão posiciona o livro acessível como protagonista da nova leitura acadêmica.

O formato EPUB 3 tem se consolidado como padrão para a produção de livros digitais acessíveis devido à sua compatibilidade, flexibilidade e capacidade de incorporar recursos como marcação semântica, sumário eletrônico e áudio sincronizado. Segundo o World Wide Web Consortium (2023), o EPUB 3 integra tecnologias como HTML, CSS e SVG para criar uma leitura fluida e interativa.

Flatschart (2014) destaca que a fluidez do texto é um dos seus principais diferenciais, permitindo personalização da leitura.

Apesar da robustez do formato EPUB 3 e das diretrizes de acessibilidade, a sua aplicação plena ainda enfrenta desafios, especialmente no contexto acadêmico. Pesquisas demonstram crescente interesse acadêmico pela IA, mas seu uso voltado à acessibilidade de livros digitais ainda é incipiente.

De acordo com Ribera *et al*. (2023), o formato EPUB permite a criação de conteúdos digitais que atendem a diferentes necessidades de acessibilidade, contemplando aspectos como personalização visual, metadados específicos, suporte à leitura por voz e inclusão de recursos multimídia acessíveis.

4 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA À ACESSIBILIDADE

Usuários com deficiência visual enfrentam diversas barreiras em ambientes digitais, como ausência de texto alternativo em imagens, falta de audiodescrição em vídeos e documentos mal formatados para leitores de tela (Berrío Zapata; Santos; Oliveira, 2020). Esses obstáculos comprometem a autonomia e a experiência de leitura, especialmente no contexto acadêmico.

A aplicação da IA na acessibilidade já se manifesta em assistentes virtuais de uso geral (Siri, Alexa), aplicativos de reconhecimento de cena e leitura de textos (Seeing AI, Google Lookout, OrCam MyEye, Be My Eyes), organizadores de conteúdo como o NotebookLM, voltado à transformação de textos em áudio e soluções voltadas à produção e avaliação de conteúdos acessíveis, incluindo scripts automatizados para audiodescrição em vídeos e ferramentas de testes automáticos com base nas WCAG (Utilização [...], 2021; Villari, 2024).

Apesar do avanço e do potencial transformador, Villari (2024) alerta para o uso ético e crítico da IA na acessibilidade. Algoritmos mal treinados podem reforçar exclusões, e testes automatizados ainda não substituem a análise humana.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, com abordagem quanti-qualitativa, voltada a oferecer um panorama geral da acessibilidade em livros digitais com uso de inteligência artificial e identificar características da produção

acadêmica, como áreas do conhecimento, países, autores e termos mais recorrentes (Gonsalves, 2003; Richardson, 2012).

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo adotou um levantamento bibliográfico com delineamento bibliométrico e documental. Com base em Narin (1976), entende-se aqui a bibliometria descritiva como o uso de indicadores quantitativos para caracterizar a produção científica no tempo, no espaço e outros, observando, por exemplo, quando e onde os trabalhos são publicados. Neste estudo, essa abordagem é aplicada à produção sobre acessibilidade digital em livros com uso de inteligência artificial, analisando autores, anos de publicação, países, bases de dados e eixos temáticos.

A análise de dados foi realizada de forma mista, combinando técnicas quantitativas (contagem e categorização) e interpretativas (análise de conteúdo). (Hernández Sampieri; Fernández Collado; Baptista Lucio, 2013). O processo de pesquisa foi estruturado nas seguintes etapas: i) Estratégia de Busca e Seleção de Documentos; ii) Critérios de Inclusão e Exclusão; iii) Processo de Seleção e Análise dos Dados, detalhados nas subseções a seguir.

Inicialmente, o estudo pretendia comparar a produção entre **Brasil e Espanha**, selecionando, para isso, uma base brasileira (SciELO - Scientific Electronic Library Online)) e uma espanhola (Dialnet). Contudo, a escassez de trabalhos recuperados levou à ampliação do escopo, resultando em um recorte **ibero-americano**, no qual Brasil e Espanha seguem em destaque.

Inicialmente, o recorte temporal deste estudo foi de **2020 a 2025**, considerando a recente popularização da IA generativa. Entretanto, a etapa exploratória de busca revelou **um número reduzido de publicações tanto** sobre o uso de IA, quanto sobre acessibilidade em livros digitais. Com isso, o recorte temporal foi **ampliado** para recuperar o máximo de trabalhos recuperáveis, o período ficou de **1998 a 2025**.

5.1 Estratégia de Busca e Seleção de Documentos

A coleta de dados foi realizada por meio de buscas sistemáticas nas bases de dados acadêmicas SciELO e Dialnet, contemplando toda a produção disponível no período de 1998 a 2025. As estratégias de busca foram organizadas em três eixos temáticos: Acessibilidade Digital (AD), Livros Digitais (LD) e Inteligência Artificial (IA)

e utilizaram descritores em português, espanhol e inglês, combinados em diferentes variações, incluindo singular e plural.

No total, os eixos contemplaram 15 descritores de AD, 11 de LD e cinco de IA, combinados em diferentes estratégias de busca nas bases SciELO e Dialnet. Para cada combinação, registrou-se o número total de resultados recuperados e o número de publicações consideradas úteis para o estudo.

Em diversos casos, descritores mais amplos, como “acessibilidade digital ou accesibilidad digital”, retornaram muitos documentos (115 resultados na SciELO e mais de 1.600 na Dialnet), exigindo refinamentos com termos como “livro digital”, recuperando 1 resultado útil na SciELO. Na Dialnet, a combinação “Accesibilidad digital AND Libros digitales” reduziu os resultados para 162, dos quais apenas 2 foram considerados úteis após a leitura de títulos e resumos. Já descritores como “WCAG”, “interface acessível/interfaz accesible”, “desenho universal ”e“ Libro digital accesible AND EPUB” geraram poucos ou nenhum resultado útil.

Dentre as diversas combinações testadas, apenas algumas estratégias de busca produziram resultados diretamente alinhados aos eixos definidos, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1: Estratégias de busca que geraram resultados úteis (SciELO e Dialnet)

Termo da Pesquisa	Base	Resultados úteis
Acessibilidade digital AND livro digital	Scielo	1
Livro acessível	Scielo	3
Reconhecimento Óptico de Caracteres	Scielo	1
Accesibilidad digital AND Libros digitales	Dialnet	2
Accesibilidad digital AND Libro accesible	Dialnet	4
Accesibilidad digital AND Formatos accesibles	Dialnet	1
Accesibilidad digital AND PDF	Dialnet	2
Automatización de la accesibilidad	Dialnet	6
Libro digital accesible	Dialnet	1
Formatos accesibles	SciELO/ Dialnet	2/2
Acessibilidade OR Accessibility OR Accesibilidad AND EPUB	SciELO/Dialnet	1/1

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

5.2 Critérios de Inclusão e Exclusão

Para a seleção dos documentos, foram aplicados os seguintes critérios:

Critérios de Inclusão:

- Idiomas: português, espanhol e inglês.
- Documentos que abordem pelo menos dois dos três eixos temáticos

- Estudos que tratem de acessibilidade digital em livros

Critérios de Exclusão:

- Documentos que abordem apenas um dos eixos temáticos
- Trabalhos duplicados.
- Estudos que utilizem “acessibilidade” em sentido genérico, sem relação com acessibilidade digital.

5.3 Processo de Seleção e Análise dos Dados

O processo de seleção ocorreu em três etapas: 1 busca inicial nas bases e registro do número total de resultados; 2 triagem por título e resumo com base nos critérios de inclusão e exclusão; e 3 leitura parcial ou integral dos textos para confirmação da elegibilidade.

As publicações selecionadas foram organizadas no Quadro 2 (referente à SciELO) e no Quadro 3 (referente à Dialnet), ambos estruturados com número de registro, título, autores, ano, país, periódico, base de indexação e indicação dos eixos contemplados. Na base Dialnet, a busca inicial recuperou 7 publicações aparentemente relacionadas aos três eixos; após a leitura dos resumos e, quando necessário, do texto completo, apenas 1 estudo foi classificado como AD + LD + IA, e os demais foram redistribuídos em combinações de dois eixos ou excluídos por não atenderem aos critérios de acessibilidade digital e livro digital.

6 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

A busca sistemática nas bases SciELO e Dialnet recuperou um total de 27 trabalhos sobre acessibilidade em livros digitais com inteligência artificial, publicados entre 1998 e 2025. Estes trabalhos revelam padrões significativos sobre o estado da arte da pesquisa ibero-americana nesta área emergente. Para facilitar a análise, os trabalhos foram classificados conforme a presença dos três eixos temáticos centrais desta investigação. A legenda a seguir explica os símbolos utilizados nos Quadros 2 e 3: Legenda: AD: Acessibilidade digital, LD: Livro Digital, IA: Inteligência Artificial, ✓: Presente (o eixo temático está abordado no trabalho), ✗: Ausente (o eixo temático não está abordado no trabalho).

6.1 Resultados da base SciELO

Todos os oito resultados na base SciELO contemplaram os eixos Acessibilidade Digital e Livros Digitais, não houve nenhum resultado para o eixo IA. Os resultados das publicações foram organizados em quadro, considerando número de registro, título, autores, ano de publicação, país de origem e os eixos temáticos, conforme Quadro 2. Apesar do reduzido número de estudos, observa-se preocupação concreta com a acessibilização de livros digitais.

Quadro 2 – Resultados SciELO (8 trabalhos)

N	Título	Autores	Ano	País	AD	LD	IA
1	Estudo comparativo entre sistemáticas de digitalização de documentos: formatos HTML e PDF	Raabe; Pohlmann Filho	1998	Brasil	✅	✅	❌
2	Accesibilidad de los contenidos en un repositorio institucional: análisis, herramientas y usos del formato EPUB	De Giusti *et al.*	2016	Costa Rica	✅	✅	❌
3	O livro de imagem e a inclusão da criança surda na biblioteca escolar	Pereira *et al.*	2021	Brasil	✅	✅	❌
4	Bê-á-Bá Digital: promovendo conectividade e inclusão digital	Bonetti; Bica	2022	Portugal	✅	✅	❌
5	Inovação pedagógica? Análise sobre o uso de um livro didático digital acessível	Pletsch; Souza	2024	Brasil	✅	✅	❌
6	Inclusão literária: audiobook como recurso para aprendizagem de língua portuguesa para estudantes com dislexia	Ferraz; Pedro	2024	Brasil	✅	✅	❌
7	Las bibliotecas y el Tratado de Marrakech en Paraguay	Chamorro; Giménez; Caballero	2024	Uruguai	✅	✅	❌
8	Retos pendientes del Tratado de Marrakech: una herramienta de inclusión social através de las bibliotecas	Bonilla Calero	2023	Colômbia	✅	✅	❌

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Metade dos achados corresponde a publicações brasileiras, enquanto a outra metade provém de países latino-americanos e europeus. O trabalho do brasileiro Raabe e Pohlmann Filho (1998), embora seja o mais antigo, apresenta um estudo histórico e comparativo das sistemáticas de digitalização (OCR para HTML versus captura em PDF): destacando que, embora a conversão para texto amplie a pesquisa e a realização de conteúdo, a preservação do leiaute em PDF tende a dificultar a acessibilidade e exige revisão manual devido a erros de OCR, sobretudo em fórmulas e figuras.

Quanto ao formato EPUB 3 é tratado na publicação costa-riquenha de De Giusti *et al*. (2016), esse trabalho confirma que o EPUB 3 é o padrão com maior

potencial para acessibilidade em repositórios institucionais, permitindo o acesso à produção acadêmica e científica por pessoas com deficiência visual por meio de diversas funcionalidades do EPUB 3, como a otimização da síntese de voz a partir dos textos TTS: text-to-speech e a incorporação de vozes adicionais e múltiplas vozes.

Os resultados incluíram trabalhos sobre inclusão digital de crianças surdas, de pessoas idosas e de estudantes com dislexia. Estudos mais recentes de Chamorro, Calderón Giménez e Duarte Caballero (2024), do Uruguai e de Bonilla Calero (2023), da Colômbia, reforçam a necessidade de acesso transfronteiriço a obras em formatos acessíveis (Braille, DAISY, audiolivros, EPUB), pois ainda há baixa implementação prática de políticas nas bibliotecas para atender pessoas cegas, com baixa visão e aquelas que não conseguem manipular livros impressos.

6.2 Resultados da base Dialnet

Os resultados da Dialnet totalizaram 19 publicações, das quais apenas 1 contempla simultaneamente os três eixos de análise (acessibilidade digital, livros digitais e inteligência artificial). As demais distribuem-se entre os eixos de acessibilidade digital e livros digitais, com 10 publicações, e acessibilidade digital e inteligência artificial, com 8 publicações, sendo a maioria estudos espanhóis. As publicações estão organizadas no Quadro 3, com número de registro, título, autores, ano, país e eixos temáticos contemplados.

Quadro 3 – Resultados Dialnet (19 trabalhos)

(Continua)

N	Título	Autores	Ano	País	AD	LD	IA
1	Adaptación de libros hablados digitales mediante síntesis de voz en el Servicio Bibliográfico de la ONCE	Sierra Berrocal	2022	Espanha	✅	✅	✅
2	Estudio de la accesibilidad de los documentos científicos en soporte digital	Térmens *et al*.	2008	Espanha	✅	✅	❌
3	La accesibilidad potencial y real del formato pdf: análisis de diarios digitales españoles	Voces; Codina	2008	Espanha	✅	✅	❌
4	Daisy: un libro digital abierto, multimodal y accesible	Ribera et al	2008	Espanha	✅	✅	❌
5	Avaliação de sintetizadores de voz para leitura em livros digitais	Silva Neto; Araújo	2013	Brasil	✅	✅	❌
6	Libros liberados: Sobre accesibilidad, estándares e interoperabilidad en un mercado digital único europeo	Rodríguez López	2015	Espanha	✅	✅	❌
7	Creación de EPUB accesibles desde	Roig; Ribera	2016	Espanha	✅	✅	❌

	editores de texto y WYSIWIG						
8	Comparación de herramientas de autor a partir de evaluaciones de accesibilidad	Sánchez *et al.*	2017	Colômbia	✅	✅	❌
9	Exclusión digital de las comunidades de personas con discapacidad en Brasil	Berrío Zapata; Santos; Oliveira	2020	Brasil	✅	✅	❌
10	El libro digital y la accesibilidad	Balmes	2022	Espanha	✅	✅	❌
11	Panorama de los libros y la lectura para personas con discapacidad en méxico y américa latina	García Valencia	2024	México	✅	✅	❌
12	Avances en automatización de actividades relacionadas con la accesibilidad en el proceso de desarrollo de interfaces web	Arrue Recondo	2008	Espanha	✅	❌	✅

Quadro 3 – Resultados Dialnet (19 trabalhos)

(Conclusão)

N	Título	Autores	Ano	País	AD	LD	IA
13	Mejora de la accesibilidad web mediante el uso de agentes inteligentes	Miranda *et al.*	2013	Argentina	✓	✗	✓
14	Desarrollo de una API basada en servicios web para una herramienta de análisis de accesibilidad web	Timbi	2016	Equador	✓	✗	✓
15	Implementación de herramientas basadas en inteligencia artificial en el ámbito de la educación superior	Chambi Huacani; Choquetarqui Castaño	2024	Bolívia	✓	✗	✓
16	Inteligencia artificial generativa: impactos y dilemas éticos en el ámbito educativo	Torres Díaz; Torres Ortega; Pacheco Barros	2025	Colômbia	✓	✗	✓
17	De la enseñanza tradicional a la educación inteligente: la IA como herramienta de transformación	Novoa Ramíre; Rozo Cardona	2025	Venezuela	✓	✗	✓
18	La integración de la inteligencia artificial en la comunicación digital	Ortega Fernández *et al.*	2025	Espanha	✓	✗	✓
19	Políticas de la vulnerabilidad como marco ético para la traducción audiovisual y la accesibilidad en los médios	Molines-Galarza	2025	Espanha	✓	✗	✓

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

O único trabalho que envolve simultaneamente os três eixos é o trabalho espanhol de Sierra Berrocal (2022), que descreve a evolução do Serviço Bibliográfico da Organización Nacional de Ciegos de España (ONCE) na acessibilização de livros digitais falados em formato DAISY, com uso de síntese de voz “neuronal” gerada por IA (voz Lucía, via Amazon Polly). A única desvantagem é que a geração TTS não é gratuita, já as vantagens da voz Lúcia são: timbre,

vocalização, entonação e pontuação adequados, ótimo ritmo de leitura, boa pronúncia em outros idiomas, acentuação correta. Os próximos passos da ONCE são explorar outros métodos de formatação de texto com EPUB devido as suas diversas vantagens.

O estudo é uma grande contribuição para a área de acessibilidade de livros digitais falados com uso de IA. Seu processo produtivo mostra o passo a passo desde a solicitação dos pedidos, o planejamento das tarefas de adaptação, a adaptação, o controle de qualidade, o pós-produção e a distribuição (Sierra Berrocal, 2022).

Quanto aos resultados envolvendo os eixos Acessibilidade Digital e Livros Digitais, tem-se 10 trabalhos, dos quais 3 de 2008 retratam a importância da acessibilidade em documentos digitais científicos e jornalísticos, especialmente em formatos PDF, HTML e Daisy.

Voces e Codina (2008) e Térmens Graells *et al*. (2008) mostram que, apesar do potencial técnico de formatos como PDF e HTML, muitos documentos digitais permanecem inacessíveis devido a falhas de marcação, conversores e fluxos de produção, destacando que HTML bem estruturado facilita a leitura por leitores de tela em comparação com PDFs mal marcados. Esses resultados reforçam que, no caso dos livros digitais, o uso disseminado do PDF não é suficiente para garantir acessibilidade, dada a limitação de recursos compatíveis com as necessidades dos usuários e com as tecnologias assistivas.

Os brasileiros da Universidade Federal do Pará Berrío Zapata, Santos e Oliveira (2020) analisam as especificidades da exclusão digital de pessoas com deficiência visual, mostrando que os problemas de acessibilidade digital são técnicos, culturais, econômicos e políticos. Ressaltam que a adoção efetiva de diretrizes de acessibilidade é fundamental para reduzir barreiras e garantir inclusão informacional.

Já na publicação de Roig e Ribera (2016), o EPUB 3 é apresentado como formato com grande potencial acessível, mas os testes de conversão de documentos com diversos elementos (cabeçalhos, imagens, listas, tabelas, metadados, notas, estilos de texto, links, vídeos) mostram que nem sempre a estrutura e a informação do arquivo original são preservadas

No contexto dos eixos de Acessibilidade Digital e IA, foram encontrados oito trabalhos, em sua maioria voltados à acessibilidade web e em reflexões críticas e éticas sobre os impactos da IA na inclusão informacional.

Conforme os colombianos Torres Díaz, Torres Ortega e Pacheco Barros (2025), a IA Generativa, em ascensão desde 2022, é capaz de produzir conteúdo em múltiplos formatos (textos, música, códigos, vídeos, imagens e vozes), a partir de redes neurais generativas. Essas capacidades geram descrições textuais para elementos visuais, a síntese de voz a partir de texto e a criação de legendas e transcrições para conteúdos audiovisuais, adaptando e ampliando o acesso à informação.

A publicação venezuelana de Novoa Ramírez e Rozo Cardona (2025) destaca a IA como pilar nos métodos de ensino e aprendizagem, destacam o uso de plataformas adaptativas, bibliotecas digitais e automação de processos administrativos e acadêmicos. Com isso, docentes se concentram em metodologias inovadoras, em vez de tarefas repetitivas. Isso dialoga com a atuação do bibliotecário, que também pode recorrer a IA para otimizar o processo de acessibilização de livros e outros conteúdos, diminuindo o tempo de espera por materiais acessibilizados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados em torno dos eixos acessibilidade digital e livros digitais mostram trabalhos significativos. No entanto, observa-se uma lacuna crítica nos estudos **que abordem o fluxo de acessibilização** que envolve correção de erros de reconhecimento após OCR, validação de estrutura, acessibilização de sumários, notas, metadados e audiodescrição das imagens. Esse processo, realizado manualmente em muitas bibliotecas brasileiras, é intensivo em tempo e recursos humanos, representando exatamente o tipo de tarefa onde **a IA poderia contribuir significativamente**.

Temos que considerar que foram analisadas somente 2 bases de dados. Portanto, é necessário ampliar as fontes informacionais, inclusive utilizando IA, que permitem recuperar resultados com eficiência e em menor tempo.

Este artigo mostra que é necessário que o formato EPUB 3 se torne mais conhecido e utilizado por professores, bibliotecários, agentes de inclusão e pelos

próprios usuários com deficiência. É necessário compreender por que esse formato mais acessíveis, ainda é pouco utilizado em contextos educacionais e acadêmicos. Nesse sentido, é fundamental que universidades, editoras acadêmicas, bibliotecas, laboratórios e núcleos de acessibilidade avancem para além do PDF e passem a testar as conversões e as produções nativas de livros acessíveis em EPUB.

Portanto, sugerem-se ações como políticas de capacitação institucional em formação técnica para produção, validação e uso de EPUB acessível, parceiras institucionais entre universidade e centros de tecnologia, assim como pesquisas que investiguem políticas institucionais e práticas em bibliotecas, editoras acadêmicas e núcleos de acessibilidade que integrem de forma sistemática a Acessibilidade Digital, Livros Digitais e Inteligência Artificial e as aproximem da realidade cotidiana de produção e uso de livros digitais acessíveis.

REFERÊNCIAS

BERRÍO ZAPATA, C.; SANTOS, Z. E. C. dos; OLIVEIRA, T. C. Exclusión digital de las comunidades de personas con discapacidad en Brasil. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, La Habana, v. 31, n. 4, 2020. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7724181. Acesso em: 15 abr. 2026.

BONILLA CALERO, Ana Isabel. Retos pendientes del Tratado de Marrakech: una herramienta de inclusión social a través de las bibliotecas. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 46, n. 3, e347437, sep./dic. 2023. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v46n3/0120-0976-rib-46-03-e347437.pdf. Acesso em: 28 mar. 2026.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão, n° 13.146 de 2015**. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Congresso Nacional, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 abr. 2026.

CHAMORRO, M. F.; CALDERÓN GIMÉNEZ, N. M.; DUARTE CABALLERO, A. Las bibliotecas y el Tratado de Marrakech en Paraguay. ***Informatio***, Montevideo, v. 29, n. 1, e209, 2024. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9615665. Acesso em: 13 abr. 2026.

CORRÊA, A. C. B. **Imagem invisível**: estudo sobre imagem, acessibilidade e inteligência artificial. 2021. Trabalho de Projeto (Mestrado em Design de Comunicação) – Faculdade de Belas-Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/50078. Acesso em: 10 mar. 2026.

DE GIUSTI, M. R.; LIRA, A. J.; RODRÍGUEZ VUAN, J. P.; VILLARREAL, G. L**.** Accesibilidad de los contenidos en un repositorio institucional: análisis, herramientas y usos del formato EPUB. **e-Ciencias de la Información**, San José, v. 6, n. 2, Informe técnico 1, jul./dic. 2016. DOI: 10.15517/eci.v6i2.23690.

FLATSCHART, F. **Livro digital etc**. Rio de Janeiro: Brasport, 2014.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação científica**. Campinas: Alínea, 2003.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R.; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, P. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p. (Métodos de pesquisa).
MENEZES, N. C.; SILVA, S. F. R. da. Publicações acadêmicas digitais acessíveis produzidas por bibliotecas no ambiente acadêmico para discentes cegos e de baixa visão**.** **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [*S.l.*], v. 17, n. 2, p. 1-17, 2024. ISSN 1983-5213. Disponível em: https://doi.org/10.26512/rici.v17.n2.2024.53859. Acesso em: 25 abr. 2026.

NARIN, Francis. **Evaluative bibliometrics:** the use of publication and citation analysis in the evaluation of scientific activity. Springfield, Va.: National Technical Information Service, 1976.

NOVOA RAMÍREZ, O. L.; ROZO CARDONA, J. E. De la enseñanza tradicional a la educación inteligente: IA como herramienta de transformación. **Línea Imaginaria**, [*S. l.*], v. 3, n. 22, p. 29-44, out./dez. 2025. DOI: 10.56219/lneaimaginaria.v3i22.4652. Disponível em: https://doi.org/10.56219/lneaimaginaria.v3i22.4652. Acesso em: 25 fev. 2026.

RAABE, A.; POHLMANN FILHO, O. Estudo comparativo entre sistemáticas de digitalização de documentos: formatos HTML e PDF. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 300-310, set./dez. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/. Acesso em 03 fev. 2026.

RIBERA, M; SALSE, M.; ALCARAZ MARTÍNEZ, R.; SATORRAS FIORETTI, R. M.; COSTA CUBERTA, M.; SOLER BAGES, M.; GRUPO CONSOLIDADO DE INNOVACIÓN DOCENTE ADAPTABIT; UNIVERSIDAD DE BARCELONA. Accesibilidad y libro digital: el formato EPUB 3. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL UNIVERSIDAD Y DISCAPACIDAD – CIUD, 6.,**:** Avanzando hacia modelos universitarios inclusivos. 2023, Barcelona. **Anais** [...]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2023. Disponível em: https://hdl.handle.net/2445/214647. Acesso em: 10 abr. 2026.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

ROIG, J.; RIBERA, M. **Creación de EPUB accesibles desde editores de texto y WYSIWYG**. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DE INTERACCIÓN PERSONA-ORDENADOR – INTERACCIÓN, 17., 2016. Salamanca. **Actas [...]** Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2016. p. 263-264. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/. Acesso em: 10 jan. 2026.

SIERRA BERROCAL, Á. Adaptación de libros hablados digitales mediante síntesis de voz en el Servicio Bibliográfico de la ONCE. **RED Visual**: revista especializada en discapacidad visual, n. 80, p. 106-126, 2022. Disponível em https://dialnet.unirioja.es/. Acesso em: 6 maio. 2026.

SILVA JUNIOR, A. L. da; VIDAL, L. de C. Utilização da inteligência artificial na acessibilidade. *In*: VIDAL, Leonardo de Carvalho; GUIMARAES, Nilmara Almeida; MONTEIRO, Juliana Ribas; LAVIOLA, Maxmiller Silva (org.). **Engenharias**: automação, robótica, metrologia e energia. São Paulo: Editora Científica Digital, 2023. (Estudos e tendências, v. 2. Disponível em: https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/utilizacao-da-inteligencia-artificial-na-acessibilidade. Acesso em: 10 fev. 2026.

TAVARES, F. Acessibilidade: o verdadeiro diferencial dos livros digitais. **PublishNews**, 18 dez. 2023. Disponível em: Site da PublishNews. Acesso em: 23 out. 2025.

TÉRMENS GRAELLS, M. *et al.* Estudio de la accesibilidad de los documentos científicos en soporte digital. **Revista Española de Documentación Científica**, Madrid, v. 31, n. 4, p. 552-572, 2008. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/. Acesso em: 20 fev. 2026.

TORRES DÍAZ, G. A.; TORRES ORTEGA, J. M.; PACHECO BARROS, M. C. Inteligencia artificial generativa: impactos y dilemas éticos en el ámbito educativo. **Revista de Ciencias Sociales**, Maracaibo, v. 31, n. 2, p. 535-543, abr./jun. 2025. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10128648. Acesso em: 1 jan. 2026.

UTILIZAÇÃO de IA (Inteligência Artificial) na acessibilidade. **Brainblog**, 2021. Disponível em: https://inovacaobrain.com.br/blog/inteligencia-artificial/. Acesso em: 14 abr. 2026.

VILLARI, G. Avanços e desafios da inteligência artificial para a acessibilidade digital. **Movimento Web para Todos**, 18 dez. 2024. Disponível em: https://mwpt.com.br/avancos-e-desafios-da-inteligencia-artificial-para-a-acessibilidade-digital/. Acesso em: 5 mar. 2026.

VOCES, R.; CODINA, L. La accesibilidad potencial y real del formato pdf: análisis de diarios digitales españoles. **El profesional de la información**, v. 17, n. 2, p. 200-205, mar./abr. 2008. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/. Acesso em: 1 mar. 2026.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM. **EPUB 3 Overview**. W3C, 2023. Disponível em: https://www.w3.org/TR/epub-33/. Acesso em: 17 fev. 2026.

EIXO III

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

SICAM 2026
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
18 e 19 de Junho - Belém - PA

VIOLAÇÃO INFORMACIONAL EM REGIMES DE INFORMAÇÃO: MEDIAÇÃO INFORMACIONAL E MEMÓRIA SOCIAL NO CASO DA OPERAÇÃO PRATO (1977–1978)

Informational violation in information regimes: Information mediation and social memory in Operation Prato (1977–1978)

Violación informacional en regímenes de información: mediación informacional y memoria social en la Operación Prato (1977–1978)

Jairo Jacques dos Passos Júnior
Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
jairo.passos.junior@icsa.ufpa.br

Larissa Santos de Campos
Bacharel em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
larissa.campos@icsa.ufpa.br

Resumo

Este artigo analisa as relações entre regimes de informação, violação informacional e mediação da informação a partir do caso da Operação Prato, investigação conduzida pela Força Aérea Brasileira na Ilha de Colares (PA) entre 1977 e 1978, durante o período da ditadura empresarial-militar brasileira. Parte-se do pressuposto de que regimes informacionais autoritários podem produzir condições estruturais de opacidade informacional, restringindo o acesso público a registros e evidências documentais. O objetivo do estudo é analisar como esses regimes produziram formas de violação informacional no contexto da Operação Prato e de que modo processos de mediação da informação contribuíram para a circulação e preservação das narrativas sobre o episódio. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. O corpus empírico é composto por matérias jornalísticas publicadas entre 1970 e 1978 nos periódicos *A Província do Pará, O Estado do Pará* e *O Liberal*, disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna, em Belém. Os resultados indicam que o sigilo militar produziu condições de violação informacional que limitaram a circulação de evidências documentais sobre os acontecimentos. Ao mesmo tempo, a atuação da imprensa e a preservação dessas matérias em instituições de memória contribuíram para a construção da memória social sobre o episódio. Conclui-se que a articulação entre regimes de informação, violação informacional e mediação da informação oferece uma chave analítica relevante para compreender a produção social da memória em contextos informacionais marcados por disputas de visibilidade.

Palavras-chave: regimes de informação; violação informacional; mediação da informação; Operação Prato; Amazônia.

Abstract

This article analyzes the relationships between information regimes, informational violation, and information mediation based on the case of Operation Prato, an investigation conducted by the Brazilian Air Force on Colares Island (PA) between 1977 and 1978, during the Brazilian civil–military dictatorship. The study assumes that authoritarian information regimes can produce structural conditions of informational opacity, restricting public access to documentary records and evidence. The objective of the study is to analyze how these regimes produced forms of informational violation in the context of Operation Prato and how

processes of information mediation contributed to the circulation and preservation of narratives about the episode. Methodologically, the research adopts a qualitative approach of exploratory and descriptive nature, based on bibliographic and documentary research. The empirical corpus consists of journalistic articles published between 1970 and 1978 in the newspapers A Província do Pará, O Estado do Pará, and O Liberal, available in the Hemeroteca of the Arthur Vianna Public Library in Belém. The results indicate that military secrecy produced conditions of informational violation that limited the circulation of documentary evidence about the events. At the same time, the role of the press and the preservation of these materials in memory institutions contributed to the construction of social memory about the episode. The study concludes that the articulation between information regimes, informational violation, and information mediation provides an analytical framework for understanding the social production of memory in contexts marked by informational disputes and visibility tensions.

Keywords: *information regimes; informational violation; information mediation; Operation Prato; Amazon.*

Resumen

Este artículo analiza las relaciones entre regímenes de información, violación informacional y mediación de la información a partir de la Operación Prato, investigación realizada por la Fuerza Aérea Brasileña en Colares (PA) entre 1977 y 1978, durante la dictadura empresarial-militar brasileña. Se parte del supuesto de que los regímenes informacionales autoritarios generan opacidad y restringen el acceso a registros documentales. El objetivo es examinar cómo estos regímenes produjeron formas de violación informacional en el caso de la Operación Prato y cómo la mediación de la información contribuyó a la circulación y preservación de narrativas sobre el episodio. La metodología es cualitativa, de carácter exploratorio y descriptivo, basada en investigación bibliográfica y documental. El corpus empírico está constituido por artículos periodísticos publicados entre 1970 y 1978 en los periódicos A Província do Pará, O Estado do Pará y O Liberal, consultados en la Hemeroteca de la Biblioteca Pública Arthur Vianna, en Belém. Los resultados indican que el secreto militar generó restricciones en la circulación de evidencias documentales, configurando formas de violación informacional. Paralelamente, la actuación de la prensa y la preservación de estos registros en instituciones de memoria contribuyeron a la construcción de la memoria social sobre el caso. Concluye-se que la articulación entre regímenes de información, violación informacional y mediación de la información constituye una clave analítica relevante para comprender la producción de memoria en contextos marcados por disputas de visibilidad.

Palabras clave: *regímenes de información; violación informacional; mediación de la información; Operación Prato; Amazonía.*

1 INTRODUÇÃO

A circulação da informação constitui elemento fundamental para a compreensão pública de acontecimentos sociais e históricos. Em sociedades democráticas, o acesso a registros documentais e a publicidade das informações institucionais configuram condições para a construção da memória coletiva e para o exercício da cidadania informacional. Em contextos autoritários, a produção, circulação e acesso à informação podem ser atravessados por práticas de controle e sigilo que restringem sua visibilidade pública (Bobbio, 2004).

Na Ciência da Informação (CI), a informação não é compreendida apenas como recurso técnico ou documental, mas como fenômeno social atravessado por relações de poder que condicionam sua produção, organização e circulação (González de Gómez, 2002; Araújo, 2014). Essa perspectiva fundamenta abordagens críticas voltadas à análise das estruturas sociais que influenciam tais processos (Bezerra; Schneider; Saldanha, 2019). Nesse contexto, os regimes de informação correspondem a arranjos institucionais que organizam a produção, circulação e acesso à informação em determinados contextos sociais (González de Gómez, 2002, 2003).

No Brasil, durante a ditadura empresarial-militar (1964–1985)[13], foram mobilizados mecanismos institucionais como censura à imprensa, sigilo documental e restrição de acesso a informações públicas, resultando em zonas de opacidade informacional que afetaram o reconhecimento de acontecimentos históricos (Netto, 2016).

Nesse cenário insere-se a Operação Prato, conduzida pela Força Aérea Brasileira (FAB) na Ilha de Colares (PA), entre 1977 e 1978. O episódio, marcado por relatos de fenômenos luminosos e supostos ataques associados a objetos voadores não identificados (Carneiro, 2018), permaneceu sob sigilo por décadas, apesar da investigação militar (Carneiro, 2018).

Diante disso, o artigo problematiza como regimes de informação autoritários produzem violações informacionais e de que modo processos de mediação da informação possibilitam a circulação de narrativas sobre acontecimentos silenciados.

O objetivo é analisar como regimes de informação autoritários produziram formas de violação informacional na Operação Prato (1977–1978) e como processos de mediação da informação contribuíram para a circulação e preservação dessas narrativas. O estudo propõe a categoria analítica de *violação informacional* para examinar como regimes autoritários restringem a circulação e o reconhecimento público de registros relacionados à memória social.

[13] O uso da expressão “ditadura empresarial-militar” fundamenta-se em uma vertente historiográfica e analítica que enfatiza a articulação entre agentes estatais e setores empresariais na sustentação do regime instaurado no Brasil a partir de 1964. Tal perspectiva busca evidenciar que o funcionamento do regime não se restringiu às estruturas militares e estatais, envolvendo também a participação de atores econômicos na formulação e na implementação de políticas de repressão, desenvolvimento e controle social. O emprego do termo, portanto, tem caráter analítico, indicando a dimensão institucional e econômica do regime, sem implicar distinção em relação à periodização histórica consagrada na literatura sobre o período.

A escolha da Operação Prato decorre de sua inserção em um contexto de controle informacional durante a ditadura empresarial-militar, no qual a produção de registros institucionais esteve associada a práticas de sigilo. A repercussão do episódio na imprensa regional e a ausência de informações oficiais no período constituem elementos que permitem analisar o papel da mediação informacional na construção da memória social.

2 REGIMES DE INFORMAÇÃO, PODER E VIOLAÇÃO INFORMACIONAL

A compreensão da informação como fenômeno social tem sido amplamente discutida no campo da CI. Estudos recentes da área reforçam que os fenômenos informacionais devem ser analisados em sua dimensão sociopolítica, considerando as disputas de poder que atravessam a produção e a circulação da informação na sociedade contemporânea (Saldanha; Castro; Pimenta, 2022). Diferentes autores têm destacado que a produção, a organização e a circulação de registros informacionais estão profundamente vinculadas às estruturas institucionais e políticas que condicionam o acesso ao conhecimento (Araújo, 2014).

Conforme González de Gómez (2002), os regimes de informação correspondem a arranjos institucionais que organizam as condições de produção, acesso e circulação da informação em determinados contextos sociais. Nessa perspectiva, tais regimes definem quem pode produzir informação, quem pode acessá-la e quais mecanismos regulam sua circulação. Assim, os regimes informacionais não apenas organizam fluxos de informação, mas também estruturam mecanismos institucionais de visibilidade e invisibilidade informacional.

Autores como Buckland (1991) e Frohmann (2004) reforçam essa perspectiva ao destacar a materialidade da informação. Para esses autores, documentos e registros informacionais estão inseridos em sistemas institucionais que condicionam sua produção, organização e preservação.

Sob essa perspectiva, os regimes de informação podem ser compreendidos como arranjos sociotécnicos que organizam não apenas a produção e a circulação da informação, mas também os mecanismos institucionais que regulam sua visibilidade pública. Essa perspectiva aproxima-se das abordagens críticas da CI que analisam a informação como prática social inscrita em contextos históricos e institucionais específicos (Saldanha; Castro; Pimenta, 2022).

Como destaca González de Gómez (2002), os regimes informacionais estruturam as condições de acesso, controle e uso da informação em diferentes contextos sociais, refletindo relações de poder e disputas pela definição do que pode ser registrado, preservado e tornado público. Assim, compreender os regimes de informação implica analisar também as práticas institucionais que condicionam a circulação de determinados registros informacionais.

2.1 Violação informacional como categoria analítica

A partir dessas discussões, propõe-se a categoria analítica de *violação informacional*, entendida como práticas institucionais que produzem impedimentos à circulação, ao acesso ou ao reconhecimento público de registros informacionais relacionados à memória social. A categoria deriva da noção de regimes de informação e permite analisar situações em que mecanismos institucionais de controle produzem restrições estruturais à circulação de registros.

Essa abordagem dialoga com perspectivas críticas da CI que analisam regimes de informação a partir das relações entre informação, poder e emancipação social (Bezerra; Schneider; Saldanha, 2019). Parte-se do pressuposto de que tais regimes não apenas organizam a produção e circulação de documentos, mas também estabelecem mecanismos de controle que afetam sua visibilidade pública.

Na CI, a informação é compreendida como fenômeno social inserido em estruturas institucionais e políticas que condicionam sua produção e circulação (González de Gómez, 2002; Frohmann, 2004). Nesse sentido, os regimes de informação podem operar tanto como infraestruturas de acesso ao conhecimento quanto como dispositivos de regulação e restrição de registros.

A noção de violação informacional indica que a ausência ou restrição de informações não se reduz a lacunas documentais ou falhas administrativas, mas resulta de práticas institucionais que limitam a circulação de registros considerados sensíveis ou inconvenientes. A violação informacional manifesta-se quando mecanismos institucionais impedem o acesso público a documentos, registros ou evidências informacionais[14]. Documentos de arquivo também constituem evidências

[14] Neste estudo, distingue-se entre “registros”, entendidos como inscrições produzidas em contextos sociais, e “evidências documentais”, que são registros validados em regimes de informação como prova histórica. Nem todo registro se torna evidência, pois sua legitimação depende de condições institucionais e relações de poder.

institucionais que expressam relações de poder e disputas sobre o que pode ser reconhecido como verdade documental[15] (Marques; Schneider, 2025).

Essas práticas incluem sigilo documental, classificação restritiva, fragmentação de acervos e destruição de documentos. Em contextos autoritários, tais práticas tendem a ser intensificadas, uma vez que o controle da informação integra estratégias de manutenção do poder. Nesse sentido, a violação informacional pode ser compreendida como efeito dos regimes informacionais que estruturam a circulação da informação em determinados contextos históricos.

A literatura sobre justiça de transição e direito à memória contribui para essa análise. Documentos das Nações Unidas, como os princípios de Joinet (1997) e sua atualização por Orentlicher (2005), destacam o acesso a arquivos como condição para o direito à verdade e à memória histórica. A restrição ou destruição de registros configura, nesse contexto, forma de violação que afeta a reconstrução pública de violações de direitos humanos.

Assim, a categoria de violação informacional permite analisar como práticas institucionais de controle documental produzem efeitos na circulação social da informação e na construção da memória coletiva. Ao restringirem o acesso a registros, tais práticas limitam interpretações públicas de acontecimentos históricos e contribuem para a produção de zonas de opacidade informacional, considerando que práticas documentárias são indissociáveis das relações de poder que estruturam os contextos institucionais de produção e circulação da informação (Frohmann, 2004).

Neste estudo, a categoria é aplicada à análise das condições de circulação de informações sobre a Operação Prato, especialmente no que se refere às práticas de sigilo institucional que limitaram o acesso aos registros produzidos pela FAB durante a investigação em Colares. A partir dessa perspectiva, busca-se examinar não apenas a existência de registros documentais sobre os acontecimentos, mas também as condições institucionais que regularam sua circulação e visibilidade pública, compreendendo como restrições de acesso e mecanismos de controle

[15] “Verdade documental” é empregada de forma analítica, sem pressupor correspondência direta entre documento e realidade. Documentos são produzidos em contextos institucionais e atravessados por relações de poder (Frohmann, 2004; Marques; Schneider, 2025); assim, a noção refere-se às disputas pela legitimidade dos registros como evidência no espaço público.

documental podem constituir manifestações de violação informacional em regimes informacionais autoritários.

Quadro 1 – Dimensões da violação informacional em regimes de informação autoritários

Dimensão	Descrição	Manifestação	Exemplos
Produção informacional	Geração institucional de registros	Produção seletiva de documentos	Produção de relatórios militares sobre os fenômenos
Circulação informacional	Fluxos entre instituições	Circulação restrita	Circulação restrita de informações entre setores militares
Controle informacional	Restrição de acesso	Classificação sigilosa	Classificação sigilosa de documentos da investigação
Supressão documental	Ocultação ou destruição	Não divulgação de registros	Ausência de divulgação pública dos relatórios da investigação militar
Mediação da informação	Ampliação da circulação	Atuação de instituições	Cobertura jornalística nos jornais paraenses

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

O quadro apresentado sintetiza as principais dimensões pelas quais a violação informacional pode se manifestar em determinados regimes de informação. Mais do que uma tipologia descritiva, essas dimensões constituem um modelo analítico que permite interpretar práticas institucionais relacionadas à produção, circulação e controle de registros informacionais. À luz dessas considerações, as categorias apresentadas orientam a análise empírica desenvolvida neste estudo, possibilitando identificar de que modo diferentes mecanismos institucionais podem produzir condições de opacidade informacional e restringir a circulação pública de determinados registros.

3 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E MEMÓRIA SOCIAL

A mediação da informação constitui um dos conceitos centrais da CI para compreender os processos pelos quais a informação é produzida, organizada, interpretada e apropriada socialmente (Pimenta; Almeida Júnior, 2009; Almeida Júnior; Santos Neto, 2014).

Segundo Pimenta e Almeida Júnior (2009) e Almeida Júnior e Santos Neto (2014), a mediação da informação envolve práticas e intervenções institucionais e sociais voltadas ao acesso, à compreensão e ao uso da informação, inseridas em regimes de informação que condicionam sua circulação, visibilidade e acesso em

contextos históricos específicos. Trata-se também de um processo interpretativo que envolve produção e circulação de narrativas, incluindo seleção, enquadramento e interpretação de registros informacionais.

Nesse sentido, a mediação da informação relaciona-se diretamente aos processos de circulação e bloqueio informacional analisados neste estudo, podendo operar tanto como mecanismo de ampliação do acesso quanto como instância atravessada por restrições derivadas de regimes de informação. Assim, articula-se à noção de violação informacional ao evidenciar que a produção de sentidos e narrativas públicas pode ser afetada por condições institucionais que limitam, selecionam ou condicionam a visibilidade de determinados registros.

A mediação da informação contribui, desse modo, para a construção de narrativas públicas e da memória social, ao influenciar a circulação de registros e interpretações no espaço público. Trata-se de um processo social por meio do qual informações são organizadas e difundidas, impactando a construção de sentidos sobre acontecimentos históricos, inclusive em contextos marcados por opacidade informacional.

A mediação não se restringe a um procedimento técnico, configurando-se como prática social que envolve seleção, interpretação e circulação de registros, mediada por diferentes atores e instituições responsáveis pela articulação entre informação e públicos diversos. Nessa dinâmica, pode tanto ampliar o acesso quanto refletir os efeitos de regimes informacionais que produzem restrições estruturais à circulação de registros, aproximando-se das formas de violação informacional discutidas neste trabalho.

Na CI, instituições como bibliotecas, arquivos e centros de documentação são reconhecidas como agentes fundamentais da mediação da informação, atuando na preservação, organização e circulação de registros documentais e ampliando o acesso ao conhecimento e à memória social.

A relação entre informação e memória é discutida por Le Goff (1990), Pollak (1989) e Nora (1993), para os quais a memória coletiva resulta de processos sociais de seleção, interpretação e preservação de acontecimentos, não correspondendo a um simples registro do passado. Nesse quadro, instituições de memória atuam como mediação informacional e enfrentamento parcial da violação informacional, ao preservar registros que possibilitam a reconstrução histórica. Assim, mesmo sob

sigilo institucional, esses acervos e a imprensa viabilizam a circulação de narrativas e a reconstrução pública dos acontecimentos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de conteúdo conforme Bardin (2016). A abordagem qualitativa fundamenta-se na necessidade de compreender processos informacionais e institucionais na Operação Prato (1977–1978), considerando suas dimensões sociopolíticas e simbólicas.

A pesquisa bibliográfica sustentou o referencial teórico da CI sobre regimes de informação, violação informacional, mediação da informação e memória social, com consultas a livros, artigos, dissertações e teses em bases como SciELO, Google Acadêmico e repositórios institucionais. Em paralelo, realizou-se pesquisa documental com matérias jornalísticas da década de 1970 sobre Colares (PA), coletadas na Hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna, em Belém.

O corpus foi composto por 11 matérias dos periódicos *A Província do Pará*, *O Estado do Pará* e *O Liberal*, selecionadas a partir de 59 registros iniciais identificados durante a pesquisa documental. A análise de dados seguiu Bardin (2016), compreendida como um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das comunicações, visando inferências sobre suas condições de produção e recepção. O processo estruturou-se em três fases:

(1) Pré-análise: organização do material por meio de leitura flutuante, definição do corpus e formulação de hipóteses iniciais, com identificação de recorrências como ausência de fontes oficiais, presença de relatos populares e estratégias de enquadramento.

(2) Exploração do material: codificação e categorização sistemática das matérias. A unidade de registro foi temática, com análise de trechos relacionados às dimensões do estudo, enquanto a unidade de contexto correspondeu à matéria completa, permitindo interpretação do fragmento em seu enquadramento global.

Conforme Bardin (2016), adotou-se um sistema de categorias a priori: produção informacional (geração de registros institucionais); circulação informacional (fluxos informacionais); controle informacional (restrições, sigilo e ausência de dados oficiais); supressão documental (ocultação ou não divulgação de registros); e mediação da

informação (interpretação e difusão pela imprensa). Essas categorias foram operacionalizadas como eixos de codificação para identificação de padrões discursivos.

(3) Tratamento dos resultados e interpretação: organização e interpretação dos dados à luz dos conceitos de regimes de informação, violação informacional e mediação da informação, buscando relações entre padrões das matérias e condições institucionais de produção e circulação da informação no contexto da ditadura empresarial-militar. A análise combinou categorias a priori com abertura a elementos emergentes, permitindo compreender como práticas jornalísticas refletem e tensionam regimes informacionais.

Como suporte analítico, utilizou-se a matriz de violação informacional apresentada no quadro 1, que sistematiza dimensões interpretativas do estudo e auxilia na análise de como práticas institucionais de controle e mediação influenciam a circulação e a visibilidade dos registros informacionais.

5 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Os resultados da pesquisa são apresentados a partir da aplicação da análise de conteúdo (Bardin, 2016), orientada por categorias analíticas definidas a priori com base no referencial teórico. A interpretação do corpus foi estruturada conforme as dimensões da violação informacional: produção, circulação, controle, supressão documental e mediação da informação, permitindo, assim, examinar como essas práticas se manifestam nas narrativas jornalísticas sobre a Operação Prato.

5.1 Contextualização da Operação Prato

A Operação Prato consistiu em uma investigação conduzida pela FAB entre os anos de 1977 e 1978 na região do município de Colares, no estado do Pará (Carneiro, 2018). A mobilização militar ocorreu em resposta a relatos recorrentes da população local acerca da presença de fenômenos luminosos no céu, frequentemente associados a objetos voadores não identificados. Tais fenômenos passaram a ser vinculados, no imaginário social, a episódios de medo coletivo e a supostos ataques que teriam causado efeitos físicos em moradores da região.

Diante da repercussão social dos acontecimentos, a atuação da FAB implicou a produção de registros documentais, incluindo relatórios, fotografias e depoimentos.

Entretanto, grande parte desse material permaneceu sob regime de sigilo por décadas, sendo apenas parcialmente divulgado posteriormente (Carneiro, 2018). Esse cenário contribuiu para a constituição de um ambiente informacional marcado por incerteza, ausência de esclarecimentos oficiais e circulação de narrativas fragmentadas.

À luz da perspectiva dos regimes de informação, esse contexto evidencia a presença de mecanismos institucionais de controle que condicionaram a produção e a circulação das informações sobre o episódio, configurando um caso relevante para a análise das relações entre opacidade informacional, mediação da informação e memória social.

5.2 Violação informacional e opacidade institucional

A análise do caso da Operação Prato, à luz da categoria de *violação informacional*, permite observar como práticas institucionais específicas produziram restrições estruturais à circulação de informações. Embora a investigação militar tenha gerado um conjunto significativo de registros, o acesso a esses documentos foi limitado por dispositivos de sigilo, o que reduziu a possibilidade de conhecimento público sobre os acontecimentos.

Essa restrição não se configura apenas como ausência de informação, mas como efeito de um regime informacional que regula a visibilidade dos registros conforme interesses institucionais. Nesse sentido, a opacidade informacional observada no caso analisado pode ser compreendida como manifestação de práticas de controle informacional que limitaram a circulação pública de evidências produzidas no âmbito da investigação.

As matérias jornalísticas analisadas evidenciam esse cenário ao apresentarem recorrentes referências à falta de posicionamento oficial e à dificuldade de obtenção de informações junto às autoridades. A ausência de dados institucionais contribuiu para a construção de narrativas marcadas pela incerteza e pela especulação, reforçando a percepção de um ambiente informacional fragmentado.

Esse achado dialoga com a perspectiva de González de Gómez (2002), segundo a qual os regimes de informação estruturam não apenas os fluxos informacionais, mas também os mecanismos de visibilidade e invisibilidade que condicionam o acesso aos registros. No caso da Operação Prato, observa-se que o

controle institucional da informação produziu efeitos diretos na forma como os acontecimentos puderam ser conhecidos e interpretados socialmente.

5.3 Análise das matérias jornalísticas e enquadramentos narrativos

A análise das 11 matérias selecionadas revelou padrões recorrentes e diferenças significativas nos enquadramentos narrativos adotados pelos periódicos *A Província do Pará, O Estado do Pará* e *O Liberal*. Esses enquadramentos evidenciam distintas formas de mediação da informação, influenciando a construção pública das narrativas sobre os acontecimentos.

No jornal *A Província do Pará*, observa-se uma abordagem centrada nos relatos dos moradores, com ênfase na experiência vivida pela população local. As matérias frequentemente destacam depoimentos diretos, descrevendo os fenômenos luminosos e seus efeitos sobre o cotidiano da comunidade. Esse enquadramento contribui para a construção de uma narrativa marcada pelo medo social e pela sensação de vulnerabilidade, reforçando a dimensão experiencial dos acontecimentos.

Por sua vez, o periódico *O Liberal* apresenta uma abordagem mais heterogênea, alternando entre a reprodução dos relatos populares e tentativas de explicação dos fenômenos. Em algumas matérias, identifica-se a presença de discursos que buscam racionalizar os acontecimentos, recorrendo a possíveis interpretações científicas ou institucionais, ainda que de forma incipiente. Essa oscilação evidencia um esforço de mediação que busca equilibrar o relato social com tentativas de enquadramento explicativo.

Já o jornal *O Estado do Pará* caracteriza-se por uma abordagem mais descritiva e informativa, com ênfase na cronologia dos acontecimentos e na repercussão social do fenômeno. As matérias tendem a apresentar os fatos de forma mais linear, destacando a ocorrência dos eventos e suas consequências imediatas, sem aprofundar significativamente interpretações ou explicações.

Apesar dessas diferenças, observa-se como elemento comum entre os periódicos a recorrência de narrativas marcadas pela ausência de informações oficiais. A falta de posicionamento institucional contribuiu para que os jornais operassem predominantemente a partir de fontes não oficiais, especialmente relatos da população, o que reforça a hipótese de opacidade informacional.

Observa-se variação no sensacionalismo e na construção das manchetes entre os periódicos, indicando distintas estratégias de mediação. Enquanto alguns enfatizam o caráter extraordinário, outros adotam abordagem mais cautelosa. Assim, a imprensa atuou de forma heterogênea, com diferentes enquadramentos, evidenciando a mediação informacional como prática situada por escolhas editoriais e contextos institucionais.

5.4 Mediação da informação e construção da memória social

Mesmo diante das restrições impostas pelo sigilo institucional, a imprensa regional desempenhou papel fundamental na circulação de informações sobre os acontecimentos em Colares. Ao registrar e difundir os relatos da população, os jornais atuaram como mediadores da informação, possibilitando a construção de narrativas públicas sobre o episódio.

Essa mediação não se limitou à divulgação imediata das informações, mas resultou na produção de registros documentais que foram posteriormente preservados em instituições de memória. A presença dessas matérias na Hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Vianna evidencia o papel dessas instituições na preservação e na circulação de registros que permitem a reconstrução histórica de acontecimentos marcados por opacidade informacional.

Sob essa perspectiva, a mediação da informação contribui não apenas para a circulação de conteúdos, mas para a própria constituição da memória social. As matérias analisadas, ao registrarem os acontecimentos sob diferentes perspectivas, tornaram-se elementos fundamentais para a compreensão contemporânea do episódio.

Esse resultado dialoga com autores da área de memória social ao evidenciar que a memória não é um reflexo direto do passado, mas uma construção social mediada por registros, narrativas e instituições. No caso da Operação Prato, observa-se que a memória social foi construída a partir de registros parciais e mediadores, em um contexto marcado pela ausência de informações oficiais.

Assim, a análise evidencia que, mesmo em regimes de informação caracterizados por práticas de controle e sigilo, os processos de mediação podem atuar como mecanismos de ampliação da circulação informacional. Ao preservar e difundir narrativas sobre os acontecimentos, a imprensa e as instituições de

memória contribuem para tensionar as condições de invisibilidade produzidas por tais regimes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da Operação Prato indica que regimes de informação autoritários podem produzir opacidade informacional, restringindo o acesso a evidências documentais e o reconhecimento público de acontecimentos históricos.

Nesse contexto, práticas institucionais de sigilo podem ser compreendidas como formas de violação informacional, ao limitar a circulação de registros fundamentais à memória social. Em contrapartida, processos de mediação da informação realizados por instituições como imprensa e bibliotecas públicas contribuem para a preservação de registros e para a reconstrução histórica.

Do ponto de vista da CI, a análise de regimes de informação permite compreender não apenas a produção e circulação da informação, mas também os mecanismos de visibilidade e invisibilidade de acontecimentos no espaço público.

Para além do caso analisado, o estudo contribui ao propor a categoria de violação informacional como ferramenta analítica para examinar práticas institucionais que restringem a circulação de registros informacionais, ampliando o debate sobre regimes de informação e o papel das instituições na produção de visibilidade ou opacidade informacional em diferentes contextos históricos.

Em termos teóricos, sugere-se que essa categoria pode subsidiar investigações futuras da CI voltadas a contextos em que o controle documental e a restrição de acesso operam como mecanismos de produção de invisibilidade pública. Os resultados também evidenciam que a transformação de registros em evidências documentais não ocorre de forma automática, mas depende de condições institucionais que regulam sua circulação e reconhecimento público.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; SANTOS NETO, J. A. Mediação da informação e a organização: interrelações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-16, maio/ago. 2014. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716. Acesso em: 20 mar. 2026.

ARAÚJO, C. A. A. Fundamentos da Ciência da Informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [*S. l.*], v. 4, n. 1, p. 57-79, 2014. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4801007. Acesso em: 23 mar. 2025.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; SALDANHA, G. S. Competência crítica em informação como crítica à competência em informação. **Informação & Sociedade:** Estudos, Londrina, v. 29, n. 3, p. 5-22, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/47337. Acesso em: 10 mar. 2026.

BOBBIO, N. **Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2004.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, [*S. l.*] v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/(SICI)1097-4571(199106)42:5%3C351::AID-ASI5%3E3.0.CO;2-3. Acesso em: 10 mar. 2026.

CARNEIRO, R. O. **Documentos ufológicos**: o desafio para o acesso à informação. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/35205. Acesso: 10 mar. 2026.

FROHMANN, B. **Deflating information:** From science studies to documentation. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 7-16, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 7–16, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ci/a/fqMHsc5GNhFTgczMMnNkvDS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 fev. 2026.

JOINET, L. **Question of the impunity of perpetrators of human rights violations**. Geneva: ONU, 1997. Disponível em: https://digitallibrary.un.org/record/245520. Acesso em: 25 fev. 2026.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

MARQUES, A.; SCHNEIDER, M. A. Documentos de arquivo: autenticidade, veracidade e disputas de poder. **Officina:** Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, [*S. l.*], v. 4, n. 1-2, 2025. Disponível em: https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivi/article/view/128. Acesso em: 24 mar. 2026.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [*S. l.*], v. 10, p. 7-28,1993.

ORENTLICHER, D. **Updated set of principles for the protection and promotion of human rights through action to combat impunity**. Relatório apresentado à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Genebra: ONU, 2005. Disponível em: https://undocs.org/E/CN.4/2005/102/Add.1. Acesso em: 26 fev. 2026.

PIMENTA, R. M.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*S. l.*], v. 2, n. 1, p.89-103,

2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170. Acesso em: 23 mar. 2026.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, [*S. l.*], v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278. Acesso em: 23 mar. 2026.

SALDANHA, G.; CASTRO, P. C.; PIMENTA, R. M. (org.). **Ciência da Informação**: sociedade, crítica e inovação. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. Disponível em: http://www.ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1243/1/saldanha-castro-pimenta.pdf. Acesso em: 22 mar. 2026



ANÁLISE DIPLOMÁTICA ARQUIVÍSTICA NO ACERVO DE REGISTROS DE CASAMENTO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA)

Archival diplomatic analysis in the marriage records collection of the Amazon Memory Center (CMA)

Análisis diplomático archivístico en el acervo de registros de matrimonio del Centro de Memoria de la Amazonía (CMA)

João Paulo Ferreira Castro
Mestrando em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
joao.castro@icsa.ufpa.br

Iane Maria da Silva Batista
Doutora em História Social da Amazônia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
iane@ufpa.br

Ana Beatriz Progênio Brito
Graduanda em Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
ana.progenio.brito@icsa.ufpa.br

Thammy Luyze Barbosa Ferreira
Graduanda em Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil
thammy.ferreira@icsa.ufpa.br

Resumo

A partir da observação das potencialidades do acervo de registros de casamento custodiado pelo Centro de Memória da Amazônia como fonte de informação representativa da memória coletiva da sociedade paraense e amazônida, este estudo tem como objetivo realizar uma análise diplomática aplicada a um registro específico desse conjunto documental. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, de caráter exploratório e abordagem qualitativa, adotando como procedimento metodológico a análise documental de um registro de casamento pertencente ao livro da Paróquia de Sant'Anna da Campina, considerando seus elementos formais, estruturais e contextuais conforme os pressupostos da Diplomática Arquivística. Para a condução da análise, foi utilizado o método proposto por Tognoli (2013) denominado "Método ideal". Os resultados evidenciaram que a abordagem diplomática possibilita não apenas a verificação da confiabilidade, autenticidade e veracidade do documento, mas também a compreensão de sua relevância informacional, ao permitir a identificação de aspectos relacionados ao contexto de produção e à dinâmica social da época. Conclui-se que o uso desse instrumental teórico-metodológico contribui para a valorização do acervo enquanto fonte histórica, ampliando as possibilidades de acesso, interpretação e preservação da memória social amazônica.

Palavras-chave: análise diplomática; análise diplomática arquivística; Centro de Memória da Amazônia; registros civis de casamento.

Abstract

Based on the observation of the potential of the marriage records collection held by the Amazon Memory Center as a source of information representative of the collective memory of Pará and Amazonian society, this study aims to carry out a diplomatic analysis applied to a specific record within this documentary set. The research is characterized as applied, exploratory in nature, and qualitative in approach, adopting as a methodological procedure the documentary analysis of a marriage record belonging to the book of the Parish of

Sant'Anna da Campina, considering its formal, structural, and contextual elements according to the assumptions of Archival Diplomatics. For conducting the analysis, the method proposed by Tognoli (2013), called the "Ideal Method," was used. The results showed that the diplomatic approach enables not only the verification of the reliability, authenticity, and veracity of the document, but also the understanding of its informational relevance, by allowing the identification of aspects related to the context of production and the social dynamics of the time. It is concluded that the use of this theoretical-methodological framework contributes to the valorization of the collection as a historical source, expanding the possibilities of access, interpretation, and preservation of Amazonian social memory.

Keywords: *diplomatic analysis; archival diplomatic analysis; Amazon Memory Center; civil marriage registries.*

Resumen
A partir de la observación de las potencialidades del acervo de registros de matrimonio custodiado por el Centro de Memoria de la Amazonía como fuente de información representativa de la memoria colectiva de la sociedad paraense y amazónica, este estudio tiene como objetivo realizar un análisis diplomático aplicado a un registro específico de este conjunto documental. La investigación se caracteriza como aplicada, de carácter exploratorio y enfoque cualitativo, adoptando como procedimiento metodológico el análisis documental de un registro de matrimonio perteneciente al libro de la Parroquia de Sant'Anna da Campina, considerando sus elementos formales, estructurales y contextuales conforme a los presupuestos de la Diplomática Archivística. Para la conducción del análisis, se utilizó el método propuesto por Tognoli (2013), denominado "Método ideal". Los resultados evidenciaron que el enfoque diplomático posibilita no solo la verificación de la confiabilidad, autenticidad y veracidad del documento, sino también la comprensión de su relevancia informativa, al permitir la identificación de aspectos relacionados con el contexto de producción y la dinámica social de la época. Se concluye que el uso de este instrumental teórico-metodológico contribuye a la valorización del acervo como fuente histórica, ampliando las posibilidades de acceso, interpretación y preservación de la memoria social amazónica.
Palabras clave: *análisis diplomático; análisis diplomático archivístico; Centro de Memoria de la Amazonía; registros civiles de matrimonio.*

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Memória da Amazônia (CMA), instituição vinculada à Universidade Federal do Pará, constitui um espaço voltado à guarda de registros informacionais com o objetivo de promover a preservação da memória coletiva da sociedade amazônica.

Criado em 2007, a partir do convênio nº 005/2007 entre a Universidade Federal do Pará e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), o CMA surge como instituição destinada a organizar, guardar, conservar e promover a difusão do arquivo inativo do poder judiciário estadual (Martins; Martins, 2013).

O acervo cedido pelo TJPA consiste em uma massa documental com cerca de 35 t (trinta e cinco toneladas) e aproximadamente 2.000 m/l (dois mil metros lineares) de documentação, correspondentes às atividades de natureza cível e

criminal da instituição judicial, abrangendo um intervalo temporal que vai do século XVIII a meados da década de 1970 (Martins; Martins, 2013).

Atualmente, o acervo do CMA tem sob sua custódia, além do arquivo oriundo do TJPA, uma coleção de jornais e revistas antigas (hemeroteca), um conjunto bibliográfico de obras raras, com coleções de acervos pessoais de importantes intelectuais do estado do Pará e o acervo documental Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC) (Centro de Memória da Amazônia, [202?]).

A instituição desenvolve diversos projetos em parceria com diferentes setores da sociedade civil, com o intuito de fomentar o debate histórico e patrimonial sobre a memória da região amazônica, refletida em seu acervo. Entre as iniciativas existentes no espaço, destaca-se o projeto de extensão intitulado “Tratamento Arquivístico do Acervo do Centro de Memória da Amazônia (CMA)”, aprovado por meio do edital PIBEX/PROEX 2024 e pela Portaria número 061/2024 (ICSA/UFPA), executado pela Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (FAARQ/UFPA) no período de 01 de abril de 2024 a 31 de março de 2025. Este projeto teve como objetivo a realização da leitura e transcrição paleográfica dos registros civis de casamento pertencentes ao acervo inativo do TJPA, correspondente ao período de 1888 a 1908 (Centro de Memória da Amazônia, [202?]).

Sob a coordenação dos professores da Faculdade de Arquivologia da UFPA, Iane Maria da Silva Batista e Gilberto Gomes Cândido, com o auxílio de discentes extensionistas do mesmo curso, o projeto de extensão executou as atividades de classificação, conservação, acondicionamento e transcrição paleográfica em 48 livros de registro de casamentos oriundos de cartórios extrajudiciais de diversos notários (Batista *et al*., 2024, p. 94).

A atividade de análise paleográfica realizada na documentação matrimonial do CMA mostrou-se desafiadora, principalmente em razão das formas de caligrafia e da ortografia empregadas nos registros. Essa escrita apresenta características próprias do período pseudoetimológico da língua portuguesa, compreendido entre os séculos XVI e o início do século XX, anterior à reforma ortográfica de 1904. Esse período é marcado, entre outros aspectos, pelo “[...] emprego de consoantes geminadas e insonoras, de grupos consonantais impróprios e de letras como y, k e w” (Queiroz, 2007, p. 231).

Como resultados do projeto de extensão, até o momento foram apresentadas

diversas comunicações em eventos acadêmicos e elaborados trabalhos de conclusão de curso em Arquivologia. Além disso, foi realizado um estudo voltado a transcrição paleográfica nos 48 livros de registros de casamentos encontrados até então, fato que possibilitou a criação de um catálogo, publicado no portal eletrônico do CMA com as descrições de 4 livros de registros de casamento ocorridos nas paróquias da cidade de Belém: Paróquias da Sé, Paróquia de Nossa Senhora de Nazareth, Paróquia da Santíssima Trindade e Paróquia de Sant'Ana da Campina, entre os anos de 1888 e 1890, registrados na Secretaria da Presidência da Província do Pará, assinados pelo secretário do presidente, Julio de Mello Filho (Centro de Memória da Amazônia, 2024).

Constata-se a relevância do acervo de registro de casamento custodiados pelo CMA ao analisar suas potencialidades para a construção da memória coletiva da sociedade paraense e amazônica. Tal importância pode ser compreendida a partir das características que envolvem sua criação, especialmente o contexto social e político da época do final do século XIX e do início do século XX, marcado por profundas transformações políticas no Brasil e na região amazônica.

Entre elas, destaca-se o fim do regime imperial e o início da República em 1889, evento que consolidou a separação entre Igreja e Estado e resultou na implementação de legislações voltadas, entre outros aspectos, à institucionalização do casamento civil a partir do Decreto n° 9.886, de 7 de março de 1888, o qual regulamenta os Registros Civis de Nascimentos, casamentos e óbitos e que tinha como base os ofícios de escrivão, Juiz de paz e secretário da respectiva Câmara Municipal.

Na Amazônia Brasileira, a segunda metade do século XIX é marcada pelo período conhecido como Ciclo da Borracha, caracterizado pelo intenso comércio extrativista do látex (borracha), extraído das árvores de seringueiras que servia de matéria-prima aos países industrializados, a partir do desenvolvimento do processo de vulcanização, que possibilitou dar forma à borracha, tornando possível, entre outras coisas, a fabricação de pneus para a indústria automobilística norte-americana e europeia (Rocha, 2025).

Na cidade de Belém, a economia da borracha contribuiu significativamente para o desenvolvimento urbano e arquitetônico, evidenciado pela construção de pomposos edifícios históricos, como o Teatro da Paz e o mercado de ferro do Ver-o-Peso, além da consolidação de uma elite econômica local e da intensificação do

fluxo migratório proveniente de outras regiões do Brasil e do exterior, sobretudo de Portugal. Nesse contexto, Cancela e Cosme (2016) apontam que, entre os anos de 1858 e 1918, aproximadamente 10.576 imigrantes portugueses desembarcaram na capital paraense.

A partir dos resultados fornecidos no decorrer das atividades de análise e transcrição paleográfica e posterior publicação do catálogo descrevendo parte do acervo de registros de casamento custodiados pelo CMA, este trabalho tem como intenção, continuar os estudos decorrentes dos conteúdos que compõem esta documentação. Para isso, utilizar-se-á as teorias e práticas da Análise Diplomática Arquivística pois entende-se que após a realização da difícil tarefa de leitura dos documentos, a próxima etapa se encontra em analisar as características intrínsecas e extrínsecas que circundam o documento, análise necessária tanto para conhecer o contexto da época no qual a peça se situa, mas principalmente para comprovar sua veracidade e autenticidade.

Portanto, após esta breve apresentação do CMA e do acervo documental que compõe o espaço, as seções seguintes dedicam-se à exposição dos conceitos referentes à Análise Diplomática e à Análise Diplomática Arquivística. Em seguida, proceder-se-á à realização da Análise Diplomática Arquivística de um dos registros de casamento do acervo e, por fim, à apresentação dos resultados obtidos e às considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve como objetivo a realização de análise diplomática aplicada a um registro de casamento pertencente ao *Livro de Registro de Casamentos* da Paróquia de Sant'Ana da Campina (Parochia Sant'Anna da Campina), do Cartório Julio Mello Filho, referente ao período de 1888 a 1890, pertencente ao arquivo inativo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e atualmente custodiado pelo CMA.

Trata-se de uma pesquisa aplicada, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa. O procedimento metodológico adotado foi a análise documental, tendo como objeto o registro de casamento de n° 6, página 5V-6, do livro de registros de casamento da Paróquia Sant'Anna da Campina, considerando seus elementos formais, estruturais e contextuais, conforme os pressupostos da Diplomática Arquivística.

A escolha do respectivo registro se dá pela sua singularidade, que reflete a sociedade paraense do final do século XIX, marcada pelo comércio do látex e pelo intenso fluxo migratório para a região. Esse contexto é evidenciado no próprio conteúdo do documento, ao indicar a origem portuguesa do nubente, bem como a procedência da nubente, natural do município de Cametá, revelando a interação entre populações locais e estrangeiras. O registro datado do ano de 1889, configura-se como sendo um dos primeiros registros civis de matrimônio realizados no Pará. Tais elementos reforçam o valor informacional do documento, permitindo compreender relações sociais, fluxos migratórios e aspectos econômicos que caracterizam o período.

Com o objetivo de fundamentar teoricamente a análise e oferecer suporte interpretativo aos resultados obtidos, será realizado um levantamento bibliográfico, em que se apresenta a formação do pensamento Diplomático Documental e da Diplomática Arquivística

Para a realização da análise diplomática, foi utilizado o modelo proposto por Tognoli (2013), pois compreende-se que este modelo auxilia e converge com os fundamentos de gestão da disciplina arquivística.

O modelo de Análise Diplomática Arquivística (Tognoli, 2013), intitulado pela autora como “método diplomático ideal”, é “capaz de lidar com qualquer tipo de documentação, em qualquer contexto de produção e organização de documentos” (Tognoli, 2013, p. 133). Para isso, a autora realizou uma revisão sistemática de diferentes correntes e abordagens encontradas nos principais teóricos que contribuíram para a construção dos estudos diplomáticos entre os séculos XVII e XXI, oriundos do que a autora intitulou de Diplomática Clássica, Diplomática Moderna e Diplomática Contemporânea (Tognoli, 2013).

3 ANÁLISE DIPLOMÁTICA E DIPLOMÁTICA ARQUIVÍSTICA

A Diplomática é a disciplina que tem como proposta o estudo da forma e estrutura dos documentos. Sua contribuição para a Arquivística e as atividades voltadas à organização de acervos documentais é vital, auxiliando não só na avaliação da autenticidade e veracidade documental, mas também em toda uma cadeia de gestão que permeia o fazer arquivístico.

A origem da análise diplomática remete aos conflitos políticos e religiosos ocorridos na Europa medieval, dentre eles as disputas por terras e falsificação de

documentos pontificais. Medeiros (2021) afirma que naquele período as disputas políticas de ordem religiosas e o crescente aumento de documentos falsificados fizeram surgir a necessidade da elaboração de mecanismos que permitissem a comprovação de autenticidade e veracidade de documentos. Este fato levou o Papa Inocêncio III, no século XIII, a publicar uma série de decretos estabelecendo a padronização de conteúdo dos documentos, determinando a incorporação de elementos legitimadores de sua autenticidade, como selos, estilos de escrita, lacres e outros elementos que conferissem validade aos atos jurídicos as bulas papais (Tognoli, 2013).

No século XVII surgiram os primeiros estudos voltados à elaboração da disciplina Diplomática, a partir da contribuição de teóricos como Jean Bolland, autor de *Acta Sanctorum* (1675)*,* obra crítica que analisou a história da vida dos santos católicos, separando o que era fato de lendas; Daniel Van Papebroch, autor que defendia o rigorismo excessivo da crítica textual e Jean Mabillon, teórico que a partir da publicação de sua obra *De re diplomática* (1681)*,* forneceu as bases da análise diplomática, servindo de ponto de partida para o que viria a ser os estudos da Diplomática Moderna (Tognoli, 2013).

Durante os séculos XIX e XX, os estudos diplomáticos se voltam para a crítica textual dos conteúdos jurídicos e, a partir da II Guerra Mundial, direcionam-se para a análise e verificação da veracidade dos documentos (Berwanger; Leal, 2008). Segundo Tognoli (2013), a partir do século XIX, a escola alemã ganha destaque na área, impulsionado pelos estudos de teóricos com Theodor Von Sickel (1826-1908) e sua contribuição para os estudos sistemáticos da forma documental; Julius Ficker (1826-1902) que ampliou os estudos de Sickel ao aprofundar a relação entre forma documental e ato jurídico e Cesare Paolo (1850-1935) que realizou a transição da Diplomática Moderna para uma perspectiva mais próxima a disciplina Arquivística (Tognoli, 2013).

Segundo Bellotto (2002), a análise diplomática ocupa-se da estrutura formal de atos escritos de origem governamental ou notarial, conferindo fé pública aos documentos que refletem relações políticas, legais e administrativas. Sua finalidade consiste na avaliação da autenticidade dos documentos e interpretação de seus conteúdos, a partir da análise de seus elementos constitutivos (Berwanger; Leal, 2008).

Atualmente, a Diplomática influencia outras áreas do conhecimento como o Direito, a História, a Administração, a Informática, além de sua aplicação no campo da Arquivística, uma vez que sua abordagem auxilia no contexto de produção de documentos e nas relações destes com as atividades/funções dos órgãos produtores, através do estudo dos tipos documentais.

Nesse sentido, Bellotto (2006) afirma que a Diplomática Moderna direciona seus estudos à unidade arquivística elementar, compreendida como espécie documental, cuja análise dos aspectos formais possibilita a definição da natureza jurídica dos atos documentados, tanto no que se refere ao processo de produção quanto aos efeitos que deles decorrem.

A relação dos estudos diplomáticos dentro da disciplina arquivística é notória, uma vez que, mesmo trabalhando de forma distinta, ambas possuem como objeto de seus estudos o documento de arquivo. Souza (2022) afirma que a Diplomática estuda o documento a partir da sua base interna, analisando a veracidade e a informação contida nos suportes de maneira singular, por sua vez a Arquivística se preocupa em analisar o documento como um todo, desde sua concepção, até as técnicas de gestão que melhor oferecem acesso aos mesmos.

A partir de pesquisas fundamentadas nos estudos diplomáticos e nos princípios da disciplina arquivística, consolida-se, ao final do século XX, uma nova abordagem que passa a integrar elementos da diplomática clássica com o objetivo de compreender os procedimentos de criação documental no contexto da burocracia moderna (Cunha; Mascarenhas, 2014). Nesse cenário, emerge a chamada Diplomática Arquivística, também denominada Diplomática Contemporânea ou Tipologia Documental, a qual inaugura uma nova perspectiva para a área ao direcionar suas análises para a gênese dos documentos, considerando-os em estreita relação com as atribuições, competências, funções e atividades da entidade produtora (Nascimento; Konrad, 2016).

Para fins deste trabalho, adota-se a terminologia Diplomática Arquivística, por compreender-se que essa abordagem melhor se adequa ao objeto de estudo proposto.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES

Com base nos pressupostos da Diplomática Arquivística, esta seção apresenta a análise diplomática realizada em um registro de casamento pertencente

ao Livro da Paróquia de Sant'Ana da Campina (Parochia Sant'Anna da Campina), integrante do acervo do Cartório Julio Mello Filho, custodiado pelo CMA.

O método de análise diplomática adotado, Tognoli (2013), é dividido em nove campos que compreendem os elementos formais, funcionais e contextuais do documento, possibilitando a identificação de sua estrutura, finalidade e autenticidade, são eles: 1) Espécie documental, correspondente ao "veículo redacional escolhido para o registro da ação" (Tognoli, 2013, p. 149); 2) Tipo documental, correspondente a espécie documental agregada a sua função; 3) Categoria documental, elemento relacionado ao valor jurídico do documento, podendo ser: Dispositivo, quando o mesmo "nasce para fazer cumprir e dar validade à ação" (Tognoli, 2013, p. 149), Probatório, quando "atesta um fato jurídico já completo" (Tognoli, 2013, p. 149), e Informativo que "esclarece as questões e/ou informações contidas em outros documentos" (Tognoli, 2013, p. 149); 4) Natureza do ato, que "determina a relação entre documento e autor" (Tognoli, 2013, p. 149); 5) Elementos externos, também denominado de elementos extrínsecos, são as características relacionadas ao material do suporte, tipo de escrita, estado de conservação, meio de registro e seus selos e sinais; 6) Elementos internos ou características intrínsecas, estão relacionados em analisar o conteúdo interno do documento, considerando a língua de escrita, o estilo de linguagem, seu protocolo inicial, o texto que compõe o documento e o protocolo final; 7) Descrição das pessoas envolvidas na criação do documento, relacionados aos "sujeitos de deveres e direitos envolvidos no sistema jurídico no qual o documento é criado" (Tognoli, 2013, p. 150); 8) O estado de transmissão do documento, elementos que determinam o "grau de autoridade do documento que está sendo autorizado" (Tognoli, 2013, p. 149); 9) Informações complementares, onde é possível identificar as informações de gestão e classificação documental quanto ao fundo, grupo, série ao qual pertence o documento analisado.

Assim, após a apresentação dos elementos que compõem o modelo "ideal" de análise diplomática, procede-se à sua aplicação no registro de casamento nº 6 localizado no livro de registros matrimoniais da Parochia de Sant'Anna da Campina do cartório Julio de Mello Filho (Folha 5v-6). O documento registra a celebração do matrimônio entre os nubentes Ludovico José de Britto, português, oriundo da Villa da Fronteira, no Reino de Portugal, e Maria de Margareth, brasileira, natural da cidade

paraense de Cametá. O ato foi realizado em 19 de janeiro de 1889, sob a responsabilidade do escrivão e juiz de paz João Vieira de Araujo Azevedo.

O registro segue as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888, que regulamentou os registros civis de nascimentos, casamentos e óbitos no território brasileiro (Brasil, 1888). Este decreto está inserido no contexto político de perda de influência da igreja católica nas questões estatais, que perpassou todo o século XIX e que seria ratificado com a Proclamação da República e o estabelecimento do estado laico a partir da primeira constituição federal do Brasil em 1891.

Quadro 1 - Análise diplomática do registro de casamento

Modelo de análise diplomática
Espécie documental: Registro
Tipo documental: Registro de Casamento
Categoria Documental: Probatório
Natureza do ato: (determina a relação entre documento e autor): Público
Elementos externos: *Material:* Suporte Papel *Tipo de escrita:* Manuscrita cursiva *Qualidade de impressão (visualização, integridade do documento)*: Boa legibilidade. *Meio de registro:* Tinta Ferrogálica de tonalidade escura *Selos e Sinais:* Não consta
Elementos internos: *Língua:* Português *Estilo de linguagem:* Português pseudoetimológico **Protocolo Inicial** *Título:* Não apresenta título explícito *Assunto:* Registro de Casamento *Datas:* 19 de janeiro de 1889 *Invocação:* Não consta *Titulação – nome e predicado do autor:* João Vieira de Araujo Azevedo - Escrivão / Juiz de Paz *destinatário:* Cônjuges *Saudação inicial:* Não consta

Texto *preâmbulo:* Não consta *exposição:* Descrição da apresentação dos declarantes em cartório com identificação completa dos nubentes e testemunhas, incluindo filiação, naturalidade, idade, profissão e residência *notificação:* Ato final que expressa a todos os presentes, incluindo os nubentes, testemunhas e juiz de paz a estarem cientes das informações contidas no registro *dispositivo:* declaração do Escrivão e Juiz de Paz *sanção:* Não consta *corroboração:* validação por meio das assinaturas das testemunhas anúncio dos sinais de validação: Anúncio da assinatura dos envolvidos no ato de registro de casamento **Protocolo Final (precaução)** *Saudação final*: não consta *datas:* não consta *subscrição:* assinatura dos envolvidos
Pessoas envolvidas na criação do documento: *Autor da ação:* Ludovico José de Britto e Maria de Margareth *Autor do documento:* João Vieira de Araujo Azevedo (escrivão / Juiz de Paz) *Destinatário da ação:* Ludovico José de Britto e Maria de Margareth *Destinatário do documento:* Ludovico José de Britto e Maria de Margareth *Escritor:* João Vieira de Araujo Azevedo (escrivão / Juiz de Paz) *Testemunhas envolvidas:* Manuel da Silva Henrique e Antonio da Silva Carvalho
Estado de transmissão: Original
Informações complementares: *Fundo produtor/recebedor:* Arquivo Inativo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará *Grupo:* Cartório Julio de Mello Filho *Série:* Registro de Casamento *Notação:* N° 6 - 5V/6

Fonte: Adaptado de Tognoli (2013).

A partir da análise diplomática do registro de casamento nº 6, observa-se que o documento, considerando a natureza e a intenção do ato, tem por finalidade oficializar a união entre duas partes conforme as exigências civis estatais vigentes à época, em especial o Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888 (Brasil, 1888). No que se refere à categoria documental, verifica-se que o registro possui valor jurídico

de natureza probatória, uma vez que foi produzido para comprovar perante o estado o ato matrimonial.

Em relação à descrição dos elementos externos, constatou-se que o registro foi redigido por meio da técnica de escrita manuscrita cursiva, com linguagem correspondente ao período da língua portuguesa conhecido como pseudoetimológico, com o uso de grafias hoje em desuso, como *parochia, Nazareth, anno, villa etc.* Quanto ao seu estado físico, o documento encontra-se em boas condições de conservação, ainda que com leves desgastes decorrentes do tempo e do manuseio, aspecto comum à documentação antiga em suporte de papel. Por fim, observa-se que a leitura do documento é dificultada em razão do estilo de escrita da época, exigindo o uso de técnicas e ferramentas de transcrição paleográfica para sua adequada compreensão.

No que se refere ao protocolo inicial, o documento não apresenta título explícito, sendo identificado como registro de casamento a partir de seu conteúdo textual, o qual evidencia os elementos característicos dessa tipologia documental, como identificação dos nubentes, a descrição do ato matrimonial, a presença de testemunhas e a validação pelo juiz de paz. Em continuidade, observa-se a ausência de invocação e de saudação inicial, elementos tradicionalmente presentes em documentos de natureza eclesiástica (Tognoli, 2013). Essa ausência pode ser compreendida a partir do contexto histórico de transição no final do século XIX, marcado pelo processo de separação entre Igreja e Estado, com a regulamentação dos registros civis pelo Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888. A partir dessa legislação, consolida-se a adoção de práticas documentais de caráter laico, afastando-se de fórmulas religiosas, justificando assim a inexistência de invocação.

Por fim, no que se refere à corroboração, a validação do documento se efetiva por meio das assinaturas das testemunhas, dos declarantes e do escrivão responsável, constituindo elementos essenciais para a garantia de sua autenticidade e veracidade. Na análise diplomática, a corroboração desempenha papel central na legitimação do ato jurídico, pois atesta a participação das partes envolvidas e consta a conformidade do registro com as exigências legais. As assinaturas funcionam como sinais de validação que conferem fé pública ao documento, assegurando sua eficácia probatória e seu reconhecimento jurídico. Dessa forma, esses elementos reforçam a integridade formal do registro e consolidam sua função como instrumento legítimo de comprovação do ato matrimonial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diplomática constitui-se como disciplina voltada ao estudo da forma, gênese e autenticidade dos documentos, tendo-se consolidado historicamente como instrumento fundamental para a análise crítica dos registros produzidos pelas instituições. Historicamente, a disciplina teve origem nos estudos voltados à verificação da autenticidade documental, especialmente a partir do século XVII, contudo, ao longo de sua evolução, ampliou seu campo de atuação, aproximando-se da Arquivística na segunda metade do século XX, passando a contribuir para a compreensão da produção documental no âmbito das instituições, sistematizando seus elementos formais e contextuais.

Constatando-se a relevância do acervo presente no CMA, especialmente dos livros de registros de casamento custodiados pela instituição, buscou-se nesse artigo analisar as potencialidades da Análise Diplomática Arquivística na compreensão da autenticidade e veracidade, permitindo a difusão e o acesso a essa documentação.

Assim, a partir da aplicação da metodologia de Análise Diplomática Arquivística, proposta por Tognoli (2013) em seu método “ideal”, foi possível identificar as potencialidades dos estudos diplomáticos não apenas na verificação da confiabilidade, autenticidade e veracidade do documento analisado, mas também na compreensão de sua relevância informacional. Observa-se que o conjunto documental analisado reúne registros produzidos em um momento significativo da história administrativa e social do país em geral, particularmente na Amazônia, permitindo compreender aspectos da vida civil da população paraense na transição do século XIX para o século XX. Tais elementos extrapolam o conteúdo do registro em si, contribuindo para a valorização da memória coletiva da sociedade paraense e amazônida.

Por fim, este estudo buscou dar continuidade aos resultados desenvolvidos no âmbito do projeto de extensão Tratamento Arquivístico do CMA, que, desde 2024, vem abordando o acervo sob a perspectiva arquivística, por meio de atividades técnicas como avaliação, classificação, transcrição paleográfica e descrição documental. Tais procedimentos possibilitaram a realização da análise proposta neste artigo. A partir disso, como sugestão para futuras iniciativas, propõe-se a implementação de estratégias voltadas à difusão documental, a partir da

perspectiva arquivística, ampliando o acesso e a visibilidade dessas fontes históricas que compõem o vastíssimo acervo do CMA.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Iane Maria da Silva; ALMEIDA, Alan José dos Santos; FELICIDADE, Carlos Willer Felicidade; FERREIRA, Heloisa de Abreu. Leitura paleográfica de registros civis de casamento: uma experiência extensionista no Centro de Memória da Amazônia (CMA). *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA, 1., 2024. **Anais** [...]. Belém, PA: Universidade Federal do Pará, 2024. p. 89–99. Disponível em: https://livroaberto. ufpa.br/items/38c47c16-dfa8-4999-8896-f89661aa9a09. Acesso em: 5 mar. 2025.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental, 4. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. Disponível em: https://share.google/MFyCICtWlJdvwwln6. Acesso em: 15 abr. 2026.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de paleografia e diplomática**. 3. ed. rev. e ampl. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 9.886, de 7 de março de 1888**. Manda observar o novo Regulamento para a execução do art. 2º da Lei n. 1.829 de 9 de setembro de 1870, na parte que estabelece o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos. Rio de Janeiro, 1888. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-50566-pe.html. Acesso em: 31 mar. 2026.

CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). **Estudos Ibero-Americanos**, [*S. l.*], v. 42, n. 1, p. 232-254, 2016. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/21580. Acesso em: 5 mar. 2026.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. **Catálogo**: registros de casamento (Cartório Julio Mello Filho, 1888-1890). Belém: Universidade Federal do Pará, 2024.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. **Centro de Memória da Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, [202?]. Disponível em: https://www.cma.ufpa.br/. Acesso em: 18 mar. 2026.

CUNHA, Mônica Maria de Pádua Souto da; MASCARENHAS, Fábio Silva. A Diplomática contemporânea como instrumento para a organização da informação em arquivos. **Em Questão**, Porto Alegre v. 20, n. 2, p. 28-43, 2014. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/40919. Acesso em: 15 mar. 2026.

MEDEIROS, Juliana Santos Dinoá. **Análise diplomática das cartas de perdão da Chancelaria de D. Afonso V (1439-1451)**. Orientador: Bernardo Maria Godinho de Sá Nogueira. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: https://www.proquest.com/ openview/66a8dacdd878e25827dabdee4020fadf/1?pq-origsite=gscholar&cbl= 2026366&diss=y. Acesso em: 5 mar. 2026.

MARTINS, Elane Epifane; MARTINS, Eliane Epifane. Centro de Memória da Amazônia no processo de preservação da memória social: a iniciativa que salvou parte da história do estado do Pará, sob o risco de deterioração. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 1–9, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17494. Acesso em: 5 mar. 2026.

NASCIMENTO, Maiara de Arruda; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Da diplomática tradicional para a diplomática contemporânea: trajetória e convergências com a arquivística. **ÁGORA**: Arquivologia em Debate, Florianópolis, v. 26, n. 53, p. 31-59, 2016. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/13830. Acesso em: 5 mar. 2026.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. A escritura autobiográfica e a ortografia do século XIX: variações grafemáticas no diário de Dr. Remédios Monteiro. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 2., 2007, Vitória da Conquista. **Anais** [...]. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007. p. 229-238. Disponível em: https://anais.uesb.br/index.php/periodicos-uesb-br-spel/article/view/1316. Acesso em: 7 mar. 2026.

ROCHA, Rodrigo da Silva. Colonialismo e desenvolvimento na Amazônia: do apogeu ao declínio do ciclo da borracha (1750-1946). **Primeiros Estudos**, São Paulo, v. 12, p. e00123002-e00123002, 2025. Disponível em: https://revistas.usp.br/primeirosestudos/pt_BR/article/view/228052. Acesso em: 5 mar. 2026.

SOUZA, Milena. **Análise comparativa entre duas técnicas**: diplomática e arquivística. Relações Exteriores, 5 jan. 2022. Disponível em: https://relacoesexteriores.com.br/analise-diplomatica-e-arquivistica/. Acesso em: 5 mar. 2026.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da diplomática**: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103383/tognoli_nb_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 mar. 2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A autora Ana Beatriz Progênio Brito é bolsista PIBIC/FAPESPA e a autora Thammy Luyze Barbosa Ferreira é Bolsista PIBIC/UFPA- AF, ambas vinculadas ao projeto de pesquisa “Informação e memória no contexto da Belle Èpoque paraense: os registros civis de casamentos como fontes históricas (1888- 1908)”, código PRO8876-2025, coordenado pela Profª. Dr.ª Iane Maria da Silva Batista, co-autora do paper

SICAM 2026
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
18 e 19 de Junho - Belém - PA

HORIZONTES DE LEITURA: IMPLEMENTAÇÃO E VIVÊNCIAS NA ESCOLA MUNICIPAL ZACARIAS CASTRO DE ARAÚJO, EM SALVATERRA/MARAJÓ

Reading horizons: implementation and experiences at the Zacarias Castro de Araújo municipal school in Salvaterra/Marajó

Perspectivas de lectura: implementación y experiencias en la escuela municipal Zacarias Castro de Araújo de Salvaterra/Marajó

Pâmela Whellen Jerônimo da Silva
Mestranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
pamelawhellen@gmail.com

Misilvane da Silva Cavalcante
Especialista em Gestão de Bibliotecas Escolares e Salas de Leitura
Centro Universitário Leonardo da Vinci,
misilvane.cavalcante@hotmail.com

Resumo

Este trabalho relata a implementação do projeto “Cantinho da Leitura” na Escola Municipal Zacarias Castro de Araújo, em Salvaterra, no arquipélago do Marajó, Pará. A iniciativa surge como uma ação estratégica de gestão escolar para enfrentar os desafios de aprendizagem identificados pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Ministério da Educação. O objetivo é descrever e analisar o planejamento, a execução e os impactos dessa ação no desenvolvimento da competência leitora dos estudantes. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo e exploratório, fundamentado na observação de atividades pedagógicas, no acompanhamento docente e na análise de registros escolares. As intervenções ocorreram no contraturno, focando em alunos com dificuldades de leitura por meio de rodas de conversa, interpretações textuais, dramatizações e práticas de escrita. Os resultados revelam avanços significativos no desempenho leitor, maior engajamento dos alunos e o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade. Conclui-se que a criação de espaços pedagógicos dedicados, aliada ao planejamento coletivo e à participação das famílias, constitui uma estratégia eficaz para a alfabetização plena e a formação de leitores críticos.

Palavras-chave: sala de leitura; prática pedagógica; formação de leitores; educação básica; Marajó.

Abstract

This paper reports on the implementation of the “Reading Corner” project at Zacarias Castro de Araújo Municipal School in Salvaterra, in the Marajó Archipelago,Pará. The initiative emerged as a strategic school management initiative to address the learning challenges identified by the National Commitment to Literate Children of the Ministry of Education. The objective is to describe and analyze the planning, execution, and impacts of this initiative on the development of students’ reading skills. Methodologically, this is a descriptive and exploratory experience report, based on the observation of pedagogical activities, teacher monitoring, and the analysis of school records. The interventions took place during after-school hours, focusing on students with reading difficulties through discussion groups, text analysis, role-playing, and writing exercises. The results show significant improvements in reading performance, greater student engagement, and a strengthened bond between the

school and the community. It is concluded that the creation of dedicated educational spaces, combined with collective planning and family participation, constitutes an effective strategy for full literacy and the development of critical readers.

Keywords: *reading room; teaching practice; reader development; primary education; Marajó.*

Resumen

Este trabajo relata la implementación del proyecto "Rincón de la Lectura" en la Escola Municipal Zacarias Castro de Araújo, en el Archipiélago de Marajó, Pará. La iniciativa surge como una acción estratégica de gestión escolar para enfrentar los desafíos de aprendizaje identificados por el Compromiso Nacional Niño Alfabetizado, del Ministerio de Educación de Brasil. El objetivo es describir y analizar la planificación, la ejecución y los impactos de esta acción en el desarrollo de la competencia lectora de los estudiantes. Metodológicamente, se trata de un relato de experiencia de carácter descriptivo y exploratorio, fundamentado en la observación de actividades pedagógicas, el acompañamiento docente y el análisis de registros escolares. Las intervenciones ocurrieron en el contraturno escolar, enfocándose en alumnos con dificultades de lectura mediante ruedas de conversación, interpretaciones textuales, dramatizaciones y prácticas de escritura. Los resultados revelan avances significativos en el desempeño lector, mayor compromiso de los estudiantes y el fortalecimiento del vínculo entre la escuela y la comunidad. Se concluye que la creación de espacios pedagógicos dedicados, aliada a la planificación colectiva y a la participación de las familias, constituye una estrategia eficaz para la alfabetización plena y la formación de lectores críticos.

Palabras clave: *sala de lectura; práctica pedagógica; formación de lectores; educación básica; Marajó.*

1 INTRODUÇÃO

O domínio da leitura é um dos pilares do sucesso escolar e do desenvolvimento cognitivo nos anos iniciais da formação básica. Contudo, a persistência de baixos índices de proficiência leitora em escolas públicas brasileiras revela desafios estruturais no processo de alfabetização (Soares, 2020). Para enfrentar esse cenário, o Ministério da Educação (MEC) instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), que estabelece como meta a alfabetização plena de todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental, prezando pela equidade e pela valorização das diversidades regionais (Brasil, 2025).

Nesse sentido, a leitura nos anos iniciais ultrapassa a decodificação de símbolos, pois envolve processos de compreensão e uso social da linguagem. Como defende Freire (2022), a leitura do mundo precede a da palavra, o que exige que a escola atue como mediadora na formação de sujeitos críticos. No entanto, a promoção da leitura na Amazônia paraense exige um olhar sensível às particularidades do território, onde a literatura e a educação devem atuar como pilares de uma formação humanizadora e contextualizada. Estudos sobre o

letramento literário amazônico de Barbosa e Belo (2024) demonstram que o engajamento do aluno é potencializado quando as práticas pedagógicas incorporam a poética regional, como as obras de Antônio Juraci Siqueira e as narrativas que traduzem o cotidiano ribeirinho e marajoara. Ao considerar a leitura de textos no contexto amazônico como um instrumento de aprendizagem e de afirmação identitária, a escola supera o ensino mecânico e promove uma formação leitora da criança amazônida que é, ao mesmo tempo, crítica e vinculada à sua realidade social e cultural.

No contexto da Escola Municipal Zacarias Castro de Araújo, em Salvaterra (Marajó/PA), os diagnósticos vinculados ao CNCA evidenciaram lacunas significativas nas habilidades leitoras dos estudantes, agravadas pelo fato de a instituição não possuir uma biblioteca para suporte pedagógico. Essa carência contrasta com as diretrizes da International Federation of Library Associations and Institutions; United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2025), que definem a biblioteca escolar como essencial para qualquer estratégia de educação a longo prazo e desenvolvimento cultural. Diante desse déficit e dos desafios socioeconômicos do arquipélago do Marajó, a gestão escolar mobilizou-se para implementar o “Cantinho da Leitura”, um espaço lúdico estratégico concebido para despertar o prazer literário e consolidar a competência leitora.

A justificativa desta pesquisa reside em demonstrar como uma gestão estratégica pode converter diagnósticos desafiadores em oportunidades de inovação pedagógica, validando alternativas que assegurem o direito à literatura em contextos de escassez de infraestrutura. Investigar essas práticas na Amazônia paraense contribui para o debate sobre a efetivação de políticas públicas de alfabetização que respeitem a realidade local e promovam a inclusão social.

Diante disso, este estudo parte do seguinte Problema: Como a implementação do “Cantinho da Leitura” contribui para a formação de leitores em um contexto escolar amazônico marcado pela carência de infraestrutura bibliotecária?

Para responder a essa questão, este estudo define o seguinte Objetivo: Analisar os impactos da implementação do “Cantinho da Leitura” no desenvolvimento de práticas leitoras e no hábito de leitura de estudantes em escolas da Amazônia.

2 LEITURA E FORMAÇÃO DO SUJEITO

A leitura é um processo complexo que envolve dimensões cognitivas, sociais e culturais. Para Freire (2022), ler não se restringe à decodificação de signos, mas implica compreender o mundo e atuar sobre ele. Essa concepção reforça a ideia de que a leitura é um ato político e emancipador.

Nesse sentido, Kleiman (2008) destaca que a leitura deve ser compreendida como prática social, inserida em contextos reais de uso da linguagem. A autora enfatiza que o ensino da leitura precisa considerar os conhecimentos prévios dos alunos e suas experiências de vida.

Essa concepção amplia a compreensão da leitura como prática social, situando-a em contextos históricos e culturais específicos. De acordo com Chartier (1999), as formas de ler não são universais, mas construídas ao longo do tempo, sendo influenciadas por condições materiais, práticas culturais e modos de circulação dos textos. Dessa forma, a formação do leitor está diretamente relacionada às oportunidades de acesso à leitura e às experiências mediadas no ambiente familiar e escolar.

Sob essa perspectiva, o sujeito leitor não apenas compreende textos, mas também os questiona, interpreta e ressignifica, estabelecendo relações com sua realidade. Essa dimensão crítica da leitura é reforçada por Freire (2022), ao destacar que o ato de ler implica uma postura reflexiva e transformadora, capaz de contribuir para a emancipação dos indivíduos.

Além disso, a formação do sujeito leitor está intrinsecamente ligada ao conceito de letramento. Segundo Soares (2003), tornar-se leitor envolve participar de práticas sociais que utilizam a leitura e a escrita de forma significativa, o que exige da escola a promoção de experiências que integrem linguagem, cultura e contexto social. Nesse sentido, a leitura deve ser trabalhada de maneira contextualizada, considerando os interesses, as vivências e os repertórios culturais dos alunos.

Outro aspecto relevante refere-se à dimensão afetiva da leitura. A relação que o sujeito estabelece com o texto é mediada por emoções, experiências e memórias, o que pode influenciar diretamente seu interesse e engajamento. Zilberman (2008) destaca que o contato prazeroso com a leitura é essencial para a formação de

leitores, sendo necessário que a escola proporcione situações em que o aluno se reconheça nos textos e se sinta motivado a ler.

Ademais, a leitura contribui para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, como atenção, memória, inferência e pensamento crítico. Segundo Solé (1998), a compreensão leitora envolve processos complexos de interação entre leitor, texto e contexto, exigindo estratégias que permitam ao sujeito construir sentidos de forma ativa e reflexiva.

No contexto de regiões como o arquipélago do Marajó, a formação do sujeito leitor assume contornos ainda mais desafiadores, devido às desigualdades no acesso a recursos educacionais e culturais. Nesse cenário, a escola desempenha um papel fundamental na democratização da leitura, atuando como espaço de mediação e ampliação de experiências culturais. Conforme Bourdieu (1996), o acesso aos bens simbólicos está relacionado ao capital cultural, o que reforça a importância de práticas pedagógicas que promovam equidade no acesso à leitura.

Dessa forma, a leitura configura-se como um instrumento de inclusão social e de transformação da realidade, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, conscientes e participativos. Ao promover práticas leitoras significativas, a escola possibilita não apenas o desenvolvimento de habilidades linguísticas, mas também a construção de identidades e a ampliação das possibilidades de atuação dos indivíduos na sociedade.

2.1 Letramento e práticas pedagógicas

O conceito de letramento tem ampliado significativamente as discussões no campo da educação, especialmente no que se refere à formação de leitores e ao papel da escola na mediação do conhecimento. Diferentemente da alfabetização, que se refere à aquisição do sistema de escrita, o letramento envolve a capacidade de utilizar a leitura e a escrita em práticas sociais concretas, atribuindo-lhes sentido e funcionalidade no cotidiano (Soares, 2003).

Nessa perspectiva, o letramento não pode ser compreendido como um processo neutro ou exclusivamente técnico, mas como uma prática social situada, que se desenvolve em contextos históricos, culturais e institucionais específicos. Conforme destaca Street (2014), existem múltiplos letramentos, uma vez que as práticas de leitura e escrita variam de acordo com os contextos sociais e as relações de poder que os atravessam. Tal compreensão reforça a necessidade de uma

abordagem pedagógica que valorize a diversidade cultural e os saberes prévios dos alunos.

No ambiente escolar, as práticas pedagógicas desempenham papel central na promoção do letramento. Para Kleiman (2008), o ensino da leitura deve estar articulado a situações reais de uso da linguagem, permitindo que os alunos compreendam a função social dos textos e desenvolvam competências interpretativas. Nesse sentido, o professor atua como mediador, organizando experiências que favoreçam a interação entre o aluno e o texto, pois para que a criança se desenvolva deve-se proporcionar atividades de contação e leitura de histórias para ela estimular sua imaginação.

A mediação pedagógica, por sua vez, é fundamental para transformar a leitura em uma atividade significativa. Segundo Vygotsky (1998), o aprendizado ocorre por meio da interação social, sendo o professor responsável por criar condições que possibilitem o avanço do aluno em sua zona de desenvolvimento proximal. Assim, práticas como rodas de leitura, contação de histórias, leitura compartilhada e produção textual colaborativa tornam-se estratégias eficazes para o desenvolvimento do letramento.

Além disso, a inserção de diferentes gêneros textuais no cotidiano escolar contribui para ampliar o repertório dos alunos e promover uma relação mais dinâmica com a leitura. Lajolo (1993) enfatiza que o contato com a diversidade textual possibilita ao estudante compreender as múltiplas funções da linguagem, favorecendo a construção de sentidos e o desenvolvimento da criticidade.

Outro aspecto relevante diz respeito ao caráter afetivo da leitura. Zilberman (2008) argumenta que o envolvimento emocional com o texto é um fator determinante para a formação do leitor, sendo necessário que a escola proporcione experiências prazerosas e significativas. Nesse contexto, espaços como o “Cantinho da Leitura” tornam-se fundamentais, pois criam um ambiente acolhedor que estimula o interesse e a curiosidade dos alunos.

Ademais, é importante destacar que as práticas de letramento devem considerar as especificidades socioculturais dos estudantes. Em contextos como o da região amazônica, a valorização da cultura local e das narrativas orais pode contribuir para tornar a leitura mais próxima da realidade dos alunos, fortalecendo sua identidade e promovendo maior engajamento nas atividades escolares.

Portanto, o desenvolvimento do letramento depende de práticas pedagógicas intencionais, contextualizadas e mediadas, que promovam não apenas o domínio da leitura e da escrita, mas também a participação ativa dos sujeitos em práticas sociais letradas. Dessa forma, a escola cumpre seu papel de formar leitores críticos, capazes de interpretar o mundo e atuar de maneira consciente na sociedade.

2.2 Leitura em contextos amazônicos

A realidade educacional na Amazônia é atravessada por especificidades geográficas, sociais e culturais que demandam práticas de leitura conectadas ao território. Mais do que enfrentar a escassez de recursos estruturais, a formação leitora na região precisa dialogar com o que se define como letramento literário amazônico, em que a leitura se torna um instrumento de afirmação identitária e humanizadora (Siqueira, 2021). Nesse contexto, ler na Amazônia não é apenas decodificar o padrão nacional, mas integrar as narrativas locais e a poética das águas ao processo de aprendizagem (Dias; Araújo, 2025).

Entretanto, as disparidades educacionais continuam sendo um obstáculo crítico. Segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os estudantes dos territórios amazônicos apresentam um desempenho inferior em avaliações estandardizadas quando comparados aos seus pares de outras regiões, o que sugere uma defasagem no acesso a oportunidades efetivas de aprendizagem (Giambruno *et al.*, 2024). Essa desigualdade é agravada em áreas como o arquipélago do Marajó, onde o isolamento geográfico e a limitação de bens culturais físicos, como bibliotecas, restringem o capital cultural disponível aos discentes (Bourdieu, 1996).

Para reverter esse cenário, a literatura e a educação na Amazônia paraense devem ser pensadas como políticas de resistência e inclusão. A formação leitora da criança amazônida deve ser estimulada por meio de práticas mediadas que valorizem o repertório regional, transformando o ato de ler em uma experiência social significativa que ultrapassa os muros da escola (Lima, 2023). Assim, projetos como o "Cantinho da Leitura" em Salvaterra não apenas suprem a ausência de espaços formais, mas atuam como centros de democratização do conhecimento e de valorização da cultura local, essenciais para reduzir as desigualdades históricas da região.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza descritiva e exploratória. Para Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 102) “os estudos descritivos buscam especificar as propriedades, as características e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que se submeta a uma análise”. Partindo desses pressupostos a referida pesquisa configura-se como um relato de experiência desenvolvido no contexto da Escola Municipal Zacarias Castro de Araújo, localizada no município de Salvaterra, no arquipélago do Marajó/PA.

A presente pesquisa teve início a partir da participação em uma reunião escolar geral com pais e responsáveis pelos estudantes da escola, ocasião em que foi possível acompanhar, na condição de responsável por um aluno matriculado na instituição, a apresentação dos baixos índices de leitura identificados pelo CNCA em junho de 2025. Durante a reunião, a direção escolar e a coordenação pedagógica informaram que, como estratégia para enfrentar as dificuldades de aprendizagem observadas, seria implementado um projeto de reforço em leitura denominado “Cantinho da Leitura”.

A partir dessas informações, surgiram os primeiros questionamentos acerca da estrutura e do funcionamento do projeto. Com o objetivo de compreender melhor a proposta, foi agendada uma visita à escola junto o professor responsável, buscando responder às seguintes questões: Quem tomará conta do espaço? Qual a formação acadêmica dos responsáveis? O projeto será realizado em qual espaço? Todas as crianças irão participar? Quais serão os dias de funcionamento? Quais serão as práticas pedagógicas realizadas?

A primeira visita para a coleta de dados ocorreu em setembro de 2025, período em que o projeto ainda se encontrava em fase de implementação. Na ocasião, observou-se que o espaço ainda contava com um número reduzido de crianças participantes e apresentava uma estrutura em processo de organização.

Posteriormente, em março de 2026, foi realizada uma segunda visita com a finalidade de acompanhar o desenvolvimento das atividades e verificar os avanços do projeto.

No que tange aos preceitos éticos, a pesquisa seguiu as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. A participação foi

voluntária, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos responsáveis legais e pelos profissionais da escola, além do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) assinado pelos alunos, garantindo-lhes o direito de recusa. Todos os termos estão disponíveis no portal de transparência da instituição. Zelou-se pelo anonimato dos envolvidos e pelo uso dos dados estritamente para fins acadêmicos, assegurando que as atividades no contraturno não causassem prejuízos à rotina escolar regular.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Para que as avaliações sejam introduzidas na rotina das escolas e principalmente, na rotina dos professores foi criada uma plataforma de avaliações periódicas do CNCA como uma estratégia de apoio as redes. Segundo Brasil (2025), será proposto um calendário com os períodos avaliativos, que deverão ocorrer nos meses de março, junho e outubro.

Com base nas avaliações realizadas em junho de 2025, a Escola Zacarias de Castro apresentou índices inferiores aos das demais instituições do município. Devido a isso, a direção junto com a coordenação pedagógica decidiu criar um espaço de leitura para reverter os resultados e informou a todos os responsáveis em uma reunião geral.

O projeto, denominado “Cantinho da Leitura” tem como objetivo principal oferecer apoio pedagógico aos alunos que apresentam maiores dificuldades de leitura. Mas, nada impede que ouras crianças utilizem a sala.

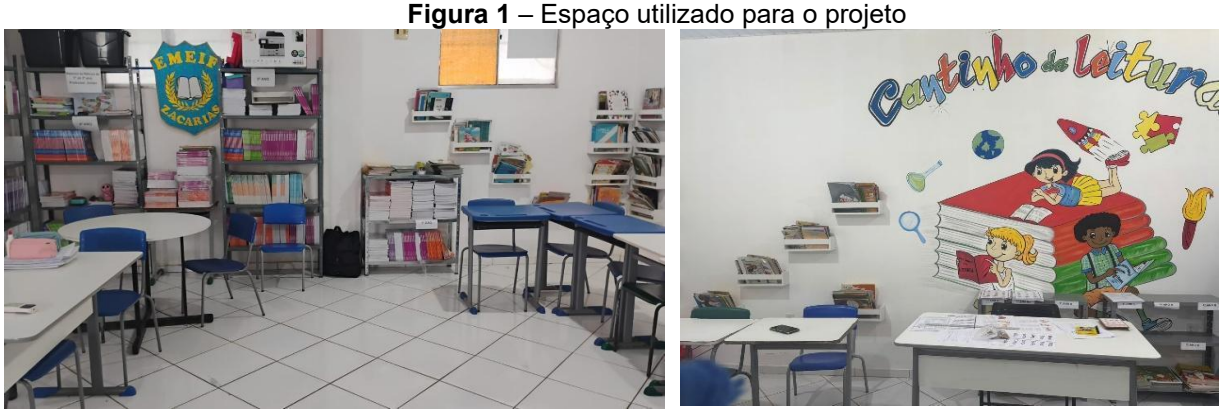
O espaço está sob a responsabilidade do professor Pedro Paulo de Souza Paes Júnior Licenciado em Pedagogia e pela Professora Hellen de Paula da Silva com Magistério em Ciências Sociais, e sua organização segue diretrizes definidas pela equipe gestora. Onde, os professores identificam os alunos que necessitam de reforço escolar e comunicam os pais ou responsáveis, que assumem, por meio de um termo de responsabilidade, o compromisso de levar as crianças ao projeto três vezes por semana, às terças, quartas e quintas-feiras, no contraturno escolar. Além disso, às sextas-feiras, a sala permanece aberta para visitação e utilização por todos os alunos da instituição.

Conforme relatou o professor Pedro Júnior, o espaço utilizado para o desenvolvimento do projeto (Figura 1) já desempenhou diferentes funções no

ambiente escolar, tendo sido anteriormente uma sala de informática, biblioteca e brinquedoteca.

Atualmente, o local conta com um pequeno acervo composto por livros de literatura infantil e materiais didático-pedagógicos utilizados nas atividades de reforço escolar. O ambiente é climatizado, com pintura atrativa e excelente infraestrutura, pensado para garantir boas condições de aprendizado.

Figura 1 – Espaço utilizado para o projeto



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

As atividades ministradas (Figura 2) são planejadas de acordo com o período de formação de cada criança, buscando atender às necessidades específicas de cada estudante. Dessa forma, busca-se garantir a continuidade do projeto.

Figura 2 - Intervenção pedagógica



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

A imagem apresentada corresponde à primeira semana de desenvolvimento do projeto, período em que ainda havia um número reduzido de crianças participantes. Na fase inicial, a proposta da escola era atender aproximadamente 25 alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, selecionados com base nos

resultados das avaliações diagnósticas, priorizando aqueles que apresentavam maiores dificuldades no processo de leitura.

As práticas pedagógicas desenvolvidas incluíram rodas de leitura, atividades de interpretação textual, dramatizações e propostas de escrita criativa, planejadas conforme o nível de aprendizagem dos estudantes.

Em março de 2026 foi realizada uma nova visita à escola com o objetivo de acompanhar a continuidade e o desenvolvimento do projeto. Durante a observação, foi detectado que o projeto passou por ampliação e conta com a participação de 65 alunos, incluindo as turmas do 5º ano do Ensino Fundamental.

Segundo informações fornecidas pela direção e pelos responsáveis pelo projeto, a escola contém um total de 13 turmas distribuídas nos horários de manhã e tarde. Cada turma tem cinco alunos indicados pelo professor da classe, conforme apresentado na tabela 1.

Tabela 1 – Quantitativo de alunos que fazem parte do projeto

Ano	Nº de turmas	Total de alunos no projeto
1º ano	2	10
2º ano	3	15
3º ano	3	15
4º ano	3	15
5º ano	2	10
Total geral	**13**	**65 alunos**

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

De acordo com a tabela, constatou-se um aumento significativo no número de crianças participantes. Observa-se ainda uma distribuição equilibrada entre as turmas participantes, com maior concentração de alunos nos 2º, 3º e 4º anos, cada um contando com 15 estudantes atendidos.

A Direção informou que houve uma ampliação dos materiais pedagógicos e do acervo utilizado nas atividades de leitura. Também foi possível observar que o projeto vinha sendo desenvolvido conforme o planejamento da escola, sustentado pelo esforço da equipe pedagógica e pela colaboração das famílias no processo de incentivo à leitura.

Verificou-se que o projeto favoreceu a construção de vínculos entre os alunos e o universo literário, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia leitora. Esse resultado está alinhado à perspectiva de Kleiman (2008), que enfatiza a importância das práticas sociais de leitura.

A efetivação do “Cantinho da Leitura” também contou com o engajamento da comunidade escolar, evidenciando a importância da participação coletiva no processo educativo. Além disso, as formações continuadas oferecidas aos docentes contribuíram para aprimorar metodologias de incentivo à leitura, tornando o espaço um ambiente dinâmico de trocas e aprendizagens. Essa integração entre gestão, corpo docente e famílias consolidou o projeto como uma ação sustentável e articulada à realidade local, reforçando o compromisso da escola com a alfabetização e a formação de leitores.

Com a intervenção utilizada pela Escola, as atividades avaliativas do CNCA 2026 seguem com mais confiança. Provas de sondagem foram aplicadas para as turmas de 1º a 2º anos e também para as turmas do 3º e 4º anos (Figura 3).

Figura 3 - Flyer de divulgação das avaliações do CNCA ano de 2025 e preparação dos alunos em sala



Fonte: Escola Zacarias de Castro (2025).

Outro aspecto relevante foi a valorização da cultura local, com a inserção de narrativas regionais, o que reforça a identidade dos alunos e amplia seu repertório cultural. Essa abordagem dialoga com Chartier (1999), ao reconhecer a diversidade das práticas de leitura.

Durante o primeiro semestre de funcionamento, o “Cantinho da Leitura” alcançou a sua meta de atender inicialmente 25 alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com foco nos estudantes que apresentaram desempenho abaixo do nível esperado nas avaliações diagnósticas do CNCA. As atividades incluíram rodas de leitura, dramatizações e desafios de escrita criativa. Após seis meses de implementação, observou-se uma melhora no desempenho: aproximadamente 72%

dos alunos atendidos avançaram pelo menos um nível de proficiência leitora, segundo os resultados das sondagens internas. Esses dados evidenciam que o projeto tem alcançado seu propósito de fortalecer a alfabetização. Pois, de acordo com Brasil (2018) na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), referência EF35LP02, a partir do 3º ano a criança possui a habilidade de “selecionar livros da biblioteca e/ou do cantinho de leitura da sala de aula e/ou disponíveis em meios digitais para leitura individual, justificando a escolha e compartilhando com os colegas sua opinião, após a leitura”.

Diante dos resultados alcançados, a continuidade do projeto se apresenta como meta para a consolidação de uma cultura leitora no ambiente escolar.

A experiência tem demonstrado resultados positivos: a sala de leitura tem contribuído para o fortalecimento do hábito de leitura, a ampliação do repertório cultural dos alunos e a melhoria do desempenho escolar. O espaço promove o prazer de ler, a socialização, refletindo positivamente nos indicadores da instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação do projeto “Cantinho da Leitura” revelou que a qualidade da leitura na escola depende de uma combinação entre ambiente organizado, mediação ativa dos professores e engajamento dos alunos. A pesquisa demonstrou que a organização desse espaço foi determinante para transformar a leitura em uma prática social real e significativa dentro da rotina escolar.

Os dados coletados apontaram um aumento expressivo no interesse dos estudantes, refletido na maior participação em rodas de leitura e contação de histórias. Mais do que um local físico, o "Cantinho" consolidou-se como um ambiente pedagógico vivo, que estimulou a imaginação e a construção de sentidos, ampliando visivelmente o repertório textual dos alunos ao longo do estudo.

O corpo docente também relatou avanços importantes no comportamento leitor, notando maior autonomia e interesse espontâneo pelos livros. Esses resultados confirmam que a mediação pedagógica orientada e contextualizada é eficaz para formar leitores ativos. Somado a isso, a inclusão da cultura local e de narrativas regionais nas atividades fortaleceu a identificação dos estudantes com os textos, facilitando a compreensão e o aprendizado.

No campo da gestão, o sucesso da iniciativa evidenciou a importância de um planejamento estruturado e do esforço coletivo. A mobilização observada em

Salvaterra para avaliações como o CNCA demonstra que o projeto não foi uma ação isolada, mas parte de um movimento maior de qualificação da educação básica no município. Diante da ausência de uma biblioteca formal na escola, o “Cantinho da Leitura” provou ser uma alternativa eficaz, replicável e capaz de impactar positivamente os indicadores educacionais.

Em suma, a experiência confirma que estratégias bem planejadas podem transformar a formação leitora, mesmo em contextos desafiadores. Este projeto serve como referência para a rede municipal, destacando que uma gestão baseada em diagnóstico e participação comunitária possui alto potencial transformador. Conclui-se, portanto, pela necessidade de dar continuidade a essas ações para garantir o acesso democrático à leitura e o desenvolvimento de cidadãos críticos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Robson Pereira; BELO, Geovane Silva. Letramento literário amazônico**:** análise de prática literária a partir da poética de Antônio Juraci Siqueira. **Revista Missões**: Revista de Ciências Humanas e Sociais, [S. *l.*], v. 10, n. 1, p. 183-197, 2024. Disponível em: https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/399. Acesso em: 6 maio 2026.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/. Acesso em: 30 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada. Acesso em: 6 maio 2026.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro:** do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1999.

DIAS, Alda Sirleni Ribeiro; ARAÚJO, Victor Emanuel Lima. A leitura de textos no contexto amazônico como instrumento de aprendizagem. **Contribuciones a las ciencias sociales,** [S. *l.*], v.18, n. 6, e18551. 2025. Disponível em: https://doi.org/10.55905/revconv.18n.6-077. Acesso em: 6 de maio 2026.

ESCOLA ZACARIAS DE CASTRO. **Perfil no Instagram**: @escolazacariascastro. 2025. Disponível em: https://www.instagram.com/escolazacariascastro. Acesso em: 30 set. 2025.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 52. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

GIAMBRUNO, Cecilia; HERNÁNDEZ CARDOZO, Jenny Carolina; COSSI, João; BOURROUL GONSALVES, Marcela; PÉREZ ALFARO, Marcelo. **Educação na região amazônica**. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2024. Disponível em: http://dx.doi.org/10.18235/0012989. Acesso em: 30 mar. 2026.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS; UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA-UNESCO 2025**. Tradução Rede colaborativa de bibliotecários. Haia: IFLA, 2025. Disponível em: https://repository.ifla.org/items/c9f90a1b-dcb7-4c16-a11c-30b53b7b333d. Acesso em: 10 dez. 2025.
KLEIMAN, Ângela. **Oficina de leitura:** teoria e prática. 13. ed. Campinas: Pontes, 2008.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 1993.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. 5 ed. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso,McGraw-Hill, 2013.

SIQUEIRA, Antônio Juraci. **Leitura e eterário amazônico**: análise de prática literária a partir da poética de Antônio Juraci Siqueira. Belém: Editora Paka-Tatu, 2021.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LIMA, Jeylliane Figueiredo de. **A formação leitora da criança amazônida**: um estudo da prática de leitura na educação infantil em uma escola no Município de Tabatinga. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Amazonas, 2024.

STREET, Brian Vicent. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. São Paulo: Parábola, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1998. 194 p. (Psicologia e pedagogia).

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da literatura**. São Paulo: Contexto, 2008.

SICAM 2026
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
18 e 19 de Junho - Belém - PA

ENTRE A DOMINAÇÃO E A PARCERIA: A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO SOB A LENTE DA MASCULINIDADE FEMINISTA DE BELL HOOKS

Between domination and partnership: information literacy through the lens of bell hooks' feminist masculinity

Entre la dominación y la asociación: la alfabetización informacional bajo la lente de la masculinidad feminista de bell hooks

Priscila Eny Souza Oliveira
Mestra em Gestão Pública
Universidade Federal do Pará, Brasil,
priscilaesl@ufpa.br

Renata Lira Furtado
Doutora em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
renatalira@ufpa.br

Resumo

O desenvolvimento da Competência em Informação pode contribuir para a emancipação dos indivíduos socialmente vulneráveis no contexto de gênero. Assim, o objetivo geral deste estudo é o de propor um diálogo entre a Competência em Informação e a masculinidade feminista, considerando a parceria como princípio político que orienta formas de lidar com a informação no contexto das relações de gênero. Trata-se de um ensaio teórico exploratório-descritivo, pautado na análise crítica de conceitos da Ciência da Informação e da Teoria Feminista, com base na releitura transversal e dialética, por ser um estudo social e reflexivo. Os resultados apontam para a possibilidade de construção de masculinidades saudáveis por meio do diálogo entre as teorias, visando a superação das desigualdades de gênero, ao proporcionar uma visão política voltada ao amor e à justiça social.

Palavras-chave: Competência em Informação; masculinidade feminista; gênero.

Abstract

The development of Information Literacy can contribute to the emancipation of socially vulnerable individuals in the context of gender. Thus, the general objective of this study is to propose a dialogue between Information Literacy and feminist masculinity, considering partnership as a political principle that guides ways of dealing with information in the context of gender relations. It is an exploratory-descriptive theoretical essay, based on the critical analysis of concepts of Information Science and Feminist Theory, based on cross-sectional and dialectical rereading, because it is a social and reflective study. The results point to the possibility of building healthy masculinities through dialogue between theories, aiming to overcome gender inequalities, by providing a political vision focused on love and social justice.

Keywords: *Information Literacy; feminist masculinity; gender.*

Resumen

El desarrollo de la Alfabetización informacional puede contribuir a la emancipación de los individuos socialmente vulnerables en el contexto de género. Así, el objetivo general de este estudio es proponer un diálogo entre la Alfabetización informacional y la masculinidad feminista, considerando la asociación como un principio político que guía las formas de tratar con la información en el contexto de las relaciones de género. Se trata de un ensayo

teórico exploratorio-descriptivo, basado en el análisis crítico de conceptos de la Ciencia de la Información y de la Teoría Feminista, basado en la relectura transversal y dialéctica, por ser un estudio social y reflexivo. Los resultados apuntan a la posibilidad de construir masculinidades saludables a través del diálogo entre las teorías, con el objetivo de superar las desigualdades de género, al proporcionar una visión política centrada en el amor y la justicia social.

Palabras clave: *Alfabetización informacional; masculinidad feminista; género.*

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva da Competência em Informação (CoInfo) enquanto ferramenta que contribui para a emancipação dos indivíduos socialmente vulneráveis no contexto de gênero é cada vez mais difundida por estudos recentes (Lopes; Paiva; Pereira, 2025; Silva *et al.*, 2024; Neri; Mota, 2024; Miranda; Alcará, 2023; Viana *et al.*, 2023; Brisola; Viola, 2022; Viola; Brisola, 2022; Doyle; Oliveira, 2021, 2022; Righetto, 2022; Pellegrini; Vitorino, 2022; Nascimento; Mata, 2021; Pellegrini; Vitorino; Herrera, 2021; Righetto; Vitorino, 2019; Agúndez-Soriano; Cervero, 2018; Romeiro; Silva; Brisola, 2018) na Ciência da Informação (CI), o que sugere a necessidade de ampliar os debates sobre a temática nas mais diversas vertentes e em amplos formatos.

Assim, pretende-se analisar a CoInfo a partir da perspectiva de gênero, com enfoque em um modelo de masculinidade pautado na parceria enquanto ferramenta política de emancipação dos indivíduos. Esse modelo é denominado por hooks[16] (2019a) de masculinidade feminista, cuja perspectiva está voltada à bondade inerentes dos indivíduos e em que os homens estão engajados e comprometidos com a igualdade de gênero, por meio da conexão com os seus sentimentos.

Trata-se de um ensaio teórico norteado pela seguinte questão de pesquisa: de que modo a CoInfo pode dialogar com a masculinidade feminista de hooks (2019a, 2019b, 2025)? Para tanto, o objetivo geral é propor um diálogo entre a CoInfo e a masculinidade feminista, considerando a parceria como princípio político que orienta formas de lidar com a informação no contexto das relações de gênero.

A pesquisa justifica-se pela ausência de outros estudos que relacionem as temáticas na CI, considerando que as obras sobre CoInfo e gênero costumam investigar a situação das mulheres (Silva *et al.*, 2024; Neri; Mota, 2024; Miranda; Alcará, 2023; Viana *et al.*, 2023; Brisola; Viola, 2022; Viola; Brisola, 2022; Doyle;

[16] A autora bell hooks optava pela grafia de seu nome em letras minúsculas como um ato político, enfatizando que suas ideias e o conteúdo de suas obras são mais importantes do que sua identidade pessoal.

Oliveira, 2022; Pellegrini; Vitorino, 2022; Pellegrini; Vitorino; Herrera, 2021; Agúndez-Soriano; Cervero, 2018; Romeiro; Silva; Brisola, 2018). Assim, acredita-se que o debate proposto contribui para a ampliação das discussões sobre gênero difundidas na área, envolvendo outros grupos e articulando teorias que podem auxiliar na superação das desigualdades de gênero. Além disso, pode contribuir com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente quanto aos objetivos: 5 - igualdade de gênero; 10 - redução das desigualdades e 16 - paz, justiça e instituições eficazes (Nações Unidas Brasil, 2026).

O estudo está dividido nesta introdução, seguida do referencial teórico dividido em dois eixos relevantes para a discussão. Após, é apresentado o percurso metodológico adotado, além da realização da análise e da discussão dos resultados encontrados. Por fim, são expostas as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas para sustentação do ensaio.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Competência em Informação na perspectiva social

A CoInfo refere-se à forma como os indivíduos lidam com a informação, e pode ser considerada um recurso de emancipação humana e promoção da inclusão social, já que a partir do seu desenvolvimento é possível alterar realidades e prover diferentes modos de vida. É definida como um processo contínuo de internalização e a interação de conceitos, atitudes e habilidades, a partir da inteligência, autonomia e criatividade, para a compreensão da dinâmica e da abrangência do universo informacional, além de conduzir a um processo de aprendizagem ao longo da vida e auxiliar na fluência e no desenvolvimento de capacidades de geração e aplicação de novos conhecimentos no cotidiano dos indivíduos e das comunidades (Dudziak, 2003; Belluzzo, 2013; Belluzzo; Feres, 2016; Furtado, 2019).

Os avanços tecnológicos reforçam a importância da CoInfo, por implicarem na necessidade de desenvolver habilidades específicas para o bom relacionamento com a informação, no sentido de proporcionar autonomia aos sujeitos e satisfação das necessidades informacionais deles, auxiliando nas demandas informacionais do seu meio social (Furtado; Belluzzo; Vitoriano, 2023).

Righetto (2022) defende a necessidade de um desenvolvimento aprofundado, contextualizado e efetivo da CoInfo, que considere diversidades e especificidades

sociais dos diferentes grupos e sujeitos, potencializando direitos humanos para indivíduos vulneráveis e proporcionando profundas transformações sociais, bem como auxiliando e potencializando a construção cidadã.

Assim, a CoInfo envolve habilidades relativas ao aprendizado, à investigação, à criação, à tomada de decisão e à resolução de problemas. Abrange a capacidade de leitura e escrita, de busca e uso da informação, a organização e a manipulação de dados visando à produção de novas informações e conhecimentos, assim como a disseminação e a preservação para o reuso (Dudziak, 2001; Catts; Lau, 2008).

Righetto, Vitorino e Muriel-Torrado (2018) associam a CoInfo a seis aspectos: (1) é necessária aos grupos vulneráveis socialmente, (2) auxilia na emancipação cognitiva dos indivíduos, (3) está diretamente ligada ao aprender a aprender e à criticidade, (4) é um conjunto de conhecimentos para o devido discernimento sobre quando a informação é útil e pertinente, (5) não se restringe ao uso das tecnologias, abrangendo práticas informacionais, e (6) compõe o processo educacional dos indivíduos, sendo um direito fundamental de todos.

Dudziak (2001) sistematiza a CoInfo a partir de três concepções: (1) Concepção da informação propriamente dita, com ênfase no aprendizado técnico e tecnológico; (2) Concepção do conhecimento, com foco nos processos cognitivos de busca da informação para a construção do conhecimento; e na (3) Concepção da inteligência, com ênfase no aprendizado ao longo da vida, atrelado à dimensão social do indivíduo, com o desenvolvimento de valores como ética, autonomia, responsabilidade, criatividade, pensamento crítico e aprender a aprender.

A partir da perspectiva social da CoInfo, entende-se que a informação pode ser buscada, avaliada e utilizada de forma diversa pelos diferentes sujeitos e grupos, assim, não é neutra em termos de gênero, o que elucida a relevância de relacionar a temática com as masculinidades, aspecto explorado a seguir.

2.2 Masculinidades, dominação e violência de gênero

A dominação e a opressão dos homens às mulheres acontecem desde sempre e em alguma medida (Leacock, 2019), o que atualmente está relacionado, especialmente, ao sistema patriarcal. O patriarcado, segundo Delphy (2009) é uma constituição social em que aos homens é atribuído o poder para dominar, portanto, é um sistema que deve ser combatido. hooks (2025) vê o patriarcado como uma doença social que molda, desde a infância, as identidades masculinas, por meio de

sentimentos como superioridade e dominação, o que reforça comportamentos de violência e intimidação contra as mulheres.

hooks (2019b. p. 20), menciona que o sistema político da sociedade é fundamentado em um “patriarcado capitalista, imperialista e de supremacia branca”, o que reforça parâmetros e comportamentos que desmerecem e diminuem as mulheres, enaltecendo os homens desde sempre. Portanto, Santos e Oliveira (2010, p. 14) defendem que o patriarcado, enquanto “sistema de dominação masculina, com constituição e fundamentações históricas, em que o homem organiza e dirige, majoritariamente, a vida social”, é o que define o que é o ser mulher e o ser homem na sociedade. hooks (2021) afirma que, assim como qualquer outro sistema de dominação, precisa fazer com que os outros acreditem que há um lado dominante, que mantém o poder e o controle sobre o outro lado, o dominado.

Desde muito cedo, as crianças já são condicionadas por papéis de gênero, em que aos homens são atribuídos comportamentos associados à agressividade e força, enquanto às mulheres os de cuidado e submissão, o que faz com que ambos contribuam para a sustentação e manutenção do sistema patriarcal (hooks, 2025). hooks (2019a) menciona que homens são socializados a acreditar que podem ser dominados por outros homens no mundo público, especialmente do mercado de trabalho, mas dentro de casa e nas relações íntimas precisam dominar, o que muitas vezes acontece por meio da violência que valida, estabelece e mantém o poder de controle e dominação. hooks (2019b) vai além na análise quando expõe que não são somente os homens que pensam assim, mas também as mulheres aceitam, perdoam e perpetuam a violência, o que contribui para o que chama de cultura de violência (hooks, 2019a) e só será combatido de forma integrada, por meio também do ensino de crianças, a partir de uma cultura orientada para a não-violência.

hooks (2019a) sugere o diálogo com meninos na fase infantil como ferramenta de construção de identidade que não seja sexista e patriarcal, ancorada na autoestima saudável, no amor, e em políticas feministas sábias de cura, por meio da justiça e da liberdade, em uma perspectiva ética e política. Nesse prisma, Adichie (2015) defende a necessidade de atuar na base, criando e formando meninos de forma diferente e melhor, já que há uma socialização distinta de meninos e meninas, com construção diferenciada de possibilidades para um e outro, desde a infância.

hooks (2025) apresenta a ideia de que os homens não são incentivados pelas normas sociais do patriarcado a demonstrarem vulnerabilidade, o que gera neles

medos e sentimentos de solidão não comunicados, desconectando emocionalmente homens e mulheres. Assim, a violência surge como forma de atender necessidades emocionais não expressadas, portanto, o enfrentamento à questão deve partir dos próprios homens, pela reivindicação dos seus direitos emocionais. No que tange à violência contra a mulher, Saffioti (2011) menciona que ela reflete o patriarcado, que concede direitos sexuais aos homens e se perpetua através da ideologia e da força, portanto, defende a necessidade de transformações profundas no sistema para a emancipação da mulher. Atribui a violência ao sistema social, que marginaliza o trabalho da mulher e perpetua as explorações contra ela (Saffioti, 2011).

Em relação ao papel do feminismo nesse processo, hooks (2019a) expõe que o movimento, à medida em que avança, passa a compreender que os homens não são o problema, mas sim o patriarcado, o sexismo e a dominação masculina. Assim, torna-se necessário pensar em uma visão de masculinidade relacionada à autoestima e ao autoamor enquanto bases da identidade de homens e de mulheres, o que a autora chama de masculidade feminista, em contraponto à masculidade patriarcal, que incentiva homens a serem narcisistas, infantis e dependentes dos privilégios concedidos a eles pelo sistema (hooks, 2019a, 2025).

hooks (2025) vincula a masculinidade patriarcal à ideia de dominação, violência e controle, por meio de disputas de poder externo e da capacidade de manipular o outro, com comportamentos antagônicos e exagerados, em que os homens devem ser temidos e não amados, por não serem confiáveis. Já a masculinidade feminista é uma visão que ama meninos e homens, bem como exige para eles os mesmos direitos que se deseja para meninas e mulheres. Nela, a masculinidade é um modo de ser, não uma performance, representada pela parceria e bondade inerente do indivíduo, em que os homens têm a necessidade de se comprometem com a igualdade de gênero e de se conectarem consigo e com os demais, não de agredirem e dominarem. Essa forma de masculinidade seria recuperada por meio da reconexão com os sentimentos e com a individualidade, do resgate ao garoto perdido e da nutrição da alma por meio do fortalecimento espiritual (hooks, 2019a).

hooks (2019b) afirma que é preciso pensar em um feminismo que engaje homens e mulheres, meninos e meninas, na luta contra a opressão sexista. Considera que o feminismo branco, durante muito tempo, afastou os homens e os enxergou como inimigos, mas eles devem ser vistos como companheiros de luta. A

autora reflete que o separatismo entre homens e mulheres faz não só com que eles não se engajem na luta, mas também gera resistência das próprias mulheres à luta feminista, fazendo com que o movimento pareça uma solução para problemas individuais com os homens apenas, desconsiderando que ele é político e visa a transformação da sociedade. A autora defende a necessidade de criação de estratégias para engajar os homens nas lutas e nos debates.

hooks (2019b) vai além e discorre ainda sobre o fato de que todos os homens apoiam e perpetuam o sexismo e a opressão sexista em maior ou menor escala, entretanto, é possível para eles a não exploração e opressão às mulheres, o que só vai acontecer, porém, por meio da aceitação, por parte deles, de que são os principais responsáveis pela eliminação do sexismo.

hooks (2019b) explora também o fato de que homens podem sofrer, embora não da mesma forma que as mulheres, com o sexismo. Defende a coexistência de duas realidades: a de que os homens oprimem mulheres e a de que indivíduos, de modo geral, podem ser feridos pela inflexível divisão sexual entre papéis sociais. A autora ressalta que reconhecer o problema não implica em reduzir a responsabilidade dos homens, já que eles apoiam e perpetuam seu poder sob o regime patriarcal, explorando e oprimindo as mulheres de modo mais severo, quando se compara aos malefícios da obediência masculina aos padrões da divisão sexual de papéis. Entretanto, hooks (2019b) reflete que homens não possuem o mesmo status social e privilégios entre eles, portanto, são atravessados por hierarquias e desigualdades, inclusive, ressalta que os desfavorecidos socialmente podem ter menos privilégios que mulheres brancas e burguesas, por exemplo.

A autora acredita que o desfavorecimento deles entre os seus pares pode desencadear feridas emocionais rebatidas por meio do ataque, abuso e opressão às mulheres, sendo esta a única forma de poder que lhes foi concedida, embora isso não lhes ofereça nenhum benefício ou privilégio, ao contrário, torne-os opressores e oprimidos ao mesmo tempo, bem como ajude na manutenção do sistema. Porém, o impasse não é resolvido pelo afastamento dos homens, ou pela desconsideração de suas dores, ou pela visão dele como inimigo do movimento feminista, já que isso revelará que passivamente as mulheres aceitam os seus atos (hooks, 2019b).

hooks (2019b) destaca que as feministas do início do movimento na contemporaneidade tratavam o abuso dos homens contra as mulheres como um exercício de privilégios, mas ele na verdade deve ser visto como um colapso moral,

insano e desumano, fruto de relações de poder desequilibradas, ausência de autocontrole e fragilidade emocional. A autora afirma que tanto a ideologia sexista quanto as próprias ativistas feministas faziam com que os homens acreditassem que o abuso violento contra mulheres os beneficia, mas isso não ocorre na prática. Assim, ela acredita que a solução da questão está na mudança de mentalidade dos homens, que devem compreender os danos que causam tanto a si quanto aos outros quando cometem atos de abuso e opressão, para que enxerguem motivos para mudar.

hooks (2019b) acredita que homens que defendem o feminismo enquanto movimento de combate ao sexismo e à opressão sexista devem evidenciar isso publicamente, assumindo a igualdade de responsabilidades na luta de resistência, por meio da transformação da consciência masculina, o que os tornaria companheiros de lutas das mulheres. A autora defende ainda que, no movimento feminista contemporâneo, as mulheres precisam exigir dos homens sua cota de responsabilidade na superação das desigualdades e opressões. O foco, portanto, não deve ser no distanciamento entre homens e mulheres, mas na atuação conjunta orientada à melhoria na relação entre eles e ao combate à educação sexista. A ênfase deve estar na relação saudável entre os gêneros, com a neutralização dos efeitos negativos do sexismo no âmbito público e privado (hooks, 2019b).

hooks (2025) convida homens e mulheres para atuação conjunta no enfrentamento à questão, por meio do reconhecimento coletivo aos danos provocados pelo sistema, contribuindo para a equidade de gênero, especialmente por meio do rompimento com a masculinidade tradicional e da valorização da abertura emocional dos homens. Nesse sentido, em última análise, hooks (2025) aponta a necessidade de redefinir as noções de masculinidade, o que pode acontecer por meio da perspectiva feminista. Nela, a masculinidade não estaria relacionada à violência, ao poder, às hierarquias e ao controle, mas à consciência emocional, à integridade e ao respeito e apoio mútuo nas relações, portanto, a dominação deve dar lugar à parceria interdependente e cooperativa entre os gêneros. Essa mudança proporcionará relacionamentos equitativos, de bem-estar emocional para todos, e o desmantelamento do sistema patriarcal (hooks, 2025).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este ensaio teórico caracteriza-se como um estudo de objetivos exploratórios e descritivos, qualitativo quanto à abordagem, pautado na análise crítica de conceitos da CI referentes à Competência em Informação, bem como na Teoria Feminista voltada ao conceito de masculinidade feminista. Está dividido em duas etapas: a primeira foi a definição do *locus* teórico e a seleção de fontes bibliográficas, durante o mês de fevereiro de 2026. O corpus teórico foi delimitado intencionalmente a partir de duas frentes: (i) autores clássicos e contemporâneos da CoInfo, especialmente aqueles que a situam como prática social e emancipatória; e (ii) as obras de bell hooks, com destaque para O feminismo é para todo mundo (2019a), Teoria feminista: da margem ao centro (2019b) e A vontade de mudar (2025), pela centralidade delas na discussão sobre masculinidades, patriarcado e transformação social.

A segunda etapa relaciona-se ao método de análise de releitura transversal e dialética, que, diferente de uma revisão bibliográfica linear, tensiona a CoInfo sob a lente sociopolítica de hooks, organizando e sintetizando as interconexões entre as teorias, em uma perspectiva interdisciplinar que visa a conexão entre áreas distintas para resolver problemas complexos. Por fim, apresentou-se uma síntese propositiva, na qual foram construídas inferências teóricas sobre o papel da CoInfo na promoção de masculinidades orientadas à parceria, à equidade e à justiça social.

4 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E MASCULINIDADE FEMINISTA

Ao olhar para o desenvolvimento da CoInfo sob a ótica da masculinidade feminista de hooks (2019a, 2019b, 2025), propõe-se uma mudança de paradigma voltada a uma perspectiva mais crítica, ética e relacional da informação, do conhecimento e da aprendizagem ao longo da vida no âmbito de gênero, que não se baseie na dominação masculina tampouco no ódio aos homens, mas na integridade, autoconsciência, autorrealização, reciprocidade, divisão de responsabilidades, interdependência, apoio mútuo e capacidade de conexão com o outro nas relações.

Entende-se que é preciso pensar na forma como se busca, usa, produz, organiza, manipula, dissemina e preserva as informações e o conhecimento, de modo que se teçam relações saudáveis de parceria e emancipação e não de ódio e oposição entre os sujeitos, considerando a CoInfo como prática social situada que

envolve tanto a construção crítica de conhecimentos quanto o rompimento com estruturas de poder que sustentam desigualdades sociais, nesse caso, as de gênero.

A forma como se lida com a informação, o conhecimento e a aprendizagem deve ser pensada desde as fases iniciais da vida de meninos e meninas, já que esses elementos são componentes centrais que ajudam tanto a moldar e construir identidades quanto a conceber relações sociais desde a infância e é a partir desse momento que homens aprendem sobre dominação, controle, agressividade e força, conforme expõem Adichie (2015), hooks (2019a, 2025) e Miguel e Biroli (2014).

hooks (2019b) defende que homens podem ser parceiros de lutas das mulheres e precisam ser chamados aos debates feministas para que tenham a dimensão dos danos ocasionados a si e aos outros quando têm um comportamento abusivo, violento e agressivo perante a mulher. O mesmo reconhecimento deve ocorrer, por eles, quanto ao papel que podem ter no auxílio à superação das desigualdades de gênero, ao lidarem com a informação de forma ética e responsável, enquanto recurso de suporte na luta por equidade. Do mesmo modo, mulheres devem se engajar no debate, atuando de forma integrada com eles. Assim, o diálogo e a demonstração de vulnerabilidades configuram-se como elementos essenciais para ambos.

Nesse sentido, a partir das reflexões realizadas pelo diálogo entre a CoInfo e a Teoria Feminista voltada ao conceito de masculinidade feminista, entende-se que o desenvolvimento da CoInfo pode atuar, na perspectiva feminista, tanto para homens quanto para mulheres, como instrumento de: (1) questionamento e investigação das fontes de informação e dos seus contextos de produção, com responsabilidade, sabedoria e amorosidade; (2) análise crítica de vieses informacionais voltados ao racismo, sexismo, elitismo e outras interseccionalidades que atravessam as relações sociais; (3) desenvolvimento de habilidades críticas de criação, escrita, leitura e interpretação, tornando os indivíduos aptos ao reconhecimento de discursos discriminatórios e a envolverem-se em práticas sociais inclusivas de grupos vulneráveis; (4) busca e uso éticos e políticos da informação, voltados à tomada de decisões e resolução de problemas com base no fortalecimento espiritual, na autoestima saudável, no amor, na reciprocidade, no respeito e na empatia; (5) combate à desinformação e a outros usos nocivos da informação; (6) avaliação e utilização da informação de forma consciente para a desconstrução de narrativas

hegemônicas e potencialização dos direitos humanos para grupos e indivíduos socialmente vulneráveis; (7) exercício de escuta ativa e compreensão entre os sujeitos, independentemente do gênero; (8) cooperação e colaboração entre os gêneros voltada à emancipação coletiva dos sujeitos e à inclusão social; (9) desconstrução de estereótipos de gênero impostos socialmente; (10) reconhecimento das consequências estruturais da dominação patriarcal, por meio especialmente de leituras de teorias feministas, da história do patriarcado e de questionamentos às normas de gênero impostas pela sociedade patriarcal; (11) desenvolvimento de aprendizado ao longo da vida com consciência política, autonomia, inteligência, criatividade, criticidade e foco na cidadania dos sujeitos; (12) desenvolvimento da atuação enquanto agentes de mudança, questionadores de antigos padrões e que sugerem novos modelos de masculinidade alinhados aos princípios feministas, modificando realidades e gerando diferentes modos de vida e (13) desenvolvimento de capacidades de criação e aplicação de novos conhecimentos no cotidiano dos indivíduos e das comunidades.

hooks (2019b) esclarece que o foco da masculinidade feminista deve estar voltado não à polarização entre homens e mulheres, mas ao fortalecimento das relações entre ambos, bem como ao trabalho integrado para o combate à educação sexista. Para a autora, mulheres não devem ser vistas como necessariamente vítimas, assim como homens não são inimigos. O que deve estar em pauta é o combate ao patriarcado, ao sexismo e à opressão sexista. Vê-se, portanto, a necessidade de atuação conjunta de parceria entre homens e mulheres, buscando a superação das diferenças e a união para o alcance de objetivos em comum, que melhorarão a qualidade de vida de todos, sendo a informação um elemento catalisador e apaziguador das relações, ao ativar mudanças e reduzir conflitos.

Assim, o desenvolvimento da CoInfo, no contexto desse ensaio, quando aliado à perspectiva da masculinidade feminista de hooks (2019a, 2019b, 2025), pode se configurar como um relevante instrumento de auxílio na emancipação dos indivíduos, com vistas à ética, ao cuidado e à empatia, a partir de uma construção identitária de homens assentada em políticas feministas que enfatizem a prática da justiça, da equidade e da liberdade.

O tensionamento entre CoInfo, pela dialética de hooks (2019a, 2019b, 2025), revela que a CoInfo não é um apenas um estágio técnico e tecnológico a ser alcançado, envolvendo uma postura ética e política diante do outro, em busca da

alteridade e da compreensão nas relações. Acredita-se, assim, que é possível a construção de masculinidades saudáveis por meio do desenvolvimento da CoInfo, sendo um possível caminho para isso a não culpabilização tampouco a vitimização dos homens, mas o diálogo aberto de reconhecimento de erros e acertos, bem como a parceria entre os gêneros. Unir as duas teorias é uma tentativa de aliar tanto as ferramentas cognitivas e críticas importantes para a análise da realidade social, por meio do desenvolvimento da CoInfo, quanto a perspectiva ética e política nas modificações das relações de gênero, a partir da masculinidade feminista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredita-se que a questão de pesquisa foi respondida e o objetivo atingido, já que foi possível relacionar as teorias da CoInfo e das Masculinidades tanto no que tange à face patriarcal quanto à feminista, demonstrando que a masculinidade feminista é um possível caminho de ressignificação da masculinidade, visando a superação das desigualdades de gênero, ao proporcionar uma visão política voltada ao amor e à justiça social.

Analisar masculinidades, feminismos, relações de poder, dominação e gênero na CI amplia a projeção da informação enquanto elemento social, político, ético, inclusivo e emancipatório, contrapondo a ideia de que aspectos de gênero não influenciam na relação com a informação. Nesse sentido, intervenções que promovem CoInfo a partir de uma abordagem crítica e orientada podem auxiliar na forma como os sujeitos lidam com as informações, de modo que sejam menos prejudiciais e mais conscientes, gerando uma aprendizagem pessoal e social voltada ao amor e à parceria enquanto instrumentos políticos de emancipação e autonomia de todos os sujeitos, democratizando a informação e as relações de poder.

Considerando que este ensaio é parte de uma pesquisa mais ampla, que avalia a possibilidade de criação do conceito de Competência em Informação Feminista, acredita-se que focar na perspectiva dos homens fortalece a necessidade de criação do conceito em questão. Parte-se do pressuposto de que a informação constitui uma ferramenta política essencial para a busca de emancipação dos sujeitos e para a parceria entre os gêneros, mas que também pode possuir uma face relacionada à hegemonia e à opressão, caso esteja vinculada a uma perspectiva patriarcal. Assim, ainda há muito a fazer e investigar quanto ao uso e à apropriação

da informação pelos sujeitos enquanto instrumento de dominação e manutenção do poder coercitivo.

Como limitações do estudo, destaca-se a desconsideração de outras identidades de gênero, como transgênero, não-binário, agênero, entre outras. Para futuros estudos, sugere-se o aprofundamento das discussões propostas aqui, por meio de pesquisas com sistematização teórico-metodológica robustas sobre o tema e análise minuciosa da literatura nacional e internacional, além de outras estratégias, como a observação e a pesquisa de campo, com vistas a compreender os fenômenos aqui expostos e as formas de combate às opressões e desigualdades de gênero envolvendo diversificados atores sociais.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. **Sejamos todos feministas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AGÚNDEZ-SORIANO, M. A.; CERVERO, A. C. Alfabetização informacional para mulheres presas: uma experiência na comunidade de Madrid. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 3, p. 769-788, 2018. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/338312. Acesso em: 27 mar. 2026.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação: vivências e aprendizado. *In*: BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. (org.). **Competência em Informação**: das reflexões às lições aprendidas. São Paulo: FEBAB, 2013. p. 58-74.

BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. Inteligência, criatividade e competência em informação: uma articulação necessária no contexto social contemporâneo. *In*: ALVES, F. M. M.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. de O. (org.). **Competência em Informação**: políticas públicas, teoria e prática. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 125-153.

BRISOLA, A. C. C. A. S.; VIOLA, C. M. M. Dimensão da competência crítica em informação de gênero e feminismos: um aprofundamento necessário. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PPGCI ; UFRGS, 2022. Disponível em: https://enancib.emnuvens.com.br/enancib/pt_BR/article/view/1220/1253. Acesso em: 10 mar. 2026.

CATTS, R.; LAU, J. **Towards information literacy indicators**. Paris: UNESCO, 2008. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000158723. Acesso em: 15 mar. 2026.

DELPHY, C. Patriarcado. *In*: HIRATA, H.; LABORIE, F.; DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DOYLE, A.; OLIVEIRA, G. O. Categorias de análise feministas para o ensino de competências em informação, mídias e tecnologias digitais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PPGCIN ; UFRGS, 2022. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1175/1207. Acesso em: 10 mar. 2026.

DOYLE, A.; OLIVEIRA, G. O. Práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero. **Informação & Informação**, [*S. l.*], v. 26, n. 4, p. 575–594, 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44390. Acesso em: 15 mar. 2026.

DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas.** 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/. Acesso em: 26 mar. 2026.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016. Acesso em: 26 mar. 2026.

FURTADO, R. L. **A competência em Informação no cenário arquivístico**: uma contribuição teórico-aplicada. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/83873ea3-ede5-4d1f-b22a-be1d6f8eafab. Acesso em: 14 mar. 2026.

FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B.; VITORIANO, M. C. de C. P. Dimensões conceituais para inserção da competência em informação no cenário arquivístico brasileiro. **Ágora**: Arquivologia em debate, [*S. l.*], v. 33, n. 66, p. 1–22, 2023. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1173. Acesso em: 17 jan. 2026.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. 3. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

hooks, bell. **Teoria feminista**: Da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor:** novas perspectivas. São Paulo: Editora Elefante. 2021.

hooks, bell. **A vontade de mudar**: homens, masculinidades e amor. São Paulo: Elefante, 2025.

LEACOCK, E. B. **Mitos da dominação masculina**: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. São Paulo: Instituto Lukács, 2019, 416 p.

LOPES, L. P.; PAIVA, G. V.; PEREIRA, P. M. S. Representatividade de grupos minorizados socialmente no acervo de bibliotecas públicas e comunitárias: no contexto do feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [*S. l.*], v. 21, p. 1-23, 2025. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2124. Acesso em: 29 mar. 2026.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRANDA, A. M. M.; ALCARÁ, A. R. Enfrentamento a desigualdade informacional de gênero: ações de competência em informação promovidas em bibliotecas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Sergipe. **Anais** [...]. Sergipe: PPGCI/UFS, 2023. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1556/1442. Acesso em: 22 mar. 2026.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** 2026. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: 25 mar. 2026.

NASCIMENTO, M. A. S.; MATA, M. L. O comportamento informacional e a competência em informação: uma abordagem a partir do contexto das pessoas trans e travestis. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [*S. l.*], v. 17, n. 2, p. 1–19, 2021. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/216942. Acesso em: 25 mar. 2026.

NERI, G. S.; MOTA, F. R. L. Competência informacional com vistas à mulher em situação de violência. **Logeion:** filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1-13, 2024. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/248300. Acesso em: 25 mar. 2026.

PELLEGRINI, E.; VITORINO, E. V. Contribuições da competência em informação para o empoderamento de mulheres rurais: uma visão teórica. **Biblios**, Peru, n. 85, p. 94-114, 2022. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/586. Acesso em: 20 mar. 2026.

PELLEGRINI, E.; VITORINO, E. V.; HERRERA, K. M. Competência em informação e empoderamento feminino: delimitações teóricas para a área de Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*S. l.*], v. 14, 2021. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/586/540. Acesso em: 29 mar. 2026.

RIGHETTO, G. G. Competência em informação às pessoas transgênero: conjecturando diálogos insurgentes frente ao CIStema. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [*S. l.*], v. 27, n. 2, p. 101-128, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/WcQJXj5QBRPR vXnT6LqP84t/?format=pdf. Acesso em: 29 abr. 2026.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V.; MURIEL-TORRADO, E. Competência em informação no contexto da vulnerabilidade social: conexões possíveis. **Informação & Sociedade:** Estudos, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 77-90, 2018. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/download/95395. Acesso em: 5 jan. 2026.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V. The meeting of information literacy with the trans people narratives. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 29, n. 3, p. 109-128, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/45052. Acesso em: 28 abr. 2026.

ROMEIRO, N. L.; SILVA, F. C. G.; BRISOLA, A.C.C., A. S. A página arrumando letras como um espaço para a desconstrução da dominação do patriarcado. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 16, n. 3, p. 616-635, 2018. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/39978. Acesso em: 25 mar. 2026.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2011.

SANTOS, S. M. de M. dos; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 13, p. 11-19, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/HqLvNHVzXPJkDYSCHsb94hP/?format= pdf&lang=pt. Acesso em: 25 mar. 2026.

SILVA, V. V.; CARNEIRO, P. T. V. de M; ALCARÁ, A. R.; TEREZINHA, E.da S. A competência em informação como instrumento para a inovação social: uma análise acerca da vulnerabilidade de meninas e mulheres. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, 2024. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1481/1523. Acesso em: 25 mar. 2026.

VIANA, A. R. L.; VANDERLEY, S. P.; CERVERÓ, A. C.; SILVA, Alzira Karla Araújo da; LIMA, Izabel França de. Análise da competência em informação do movimento ElesPorElas/HeforShe da UFPB. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 26, p. 213–237, 2023. Disponível em: https://revistas.ufg.br/ci/article/view/69319. Acesso em: 25 mar. 2026.

VIOLA, C. M. M.; BRISOLA, A. C. C. A. S. A nona dimensão da competência crítica em informação na práxis e a advocacy coalition: análise de iniciativas brasileiras de gênero. **Revista EDICIC**, San José (Costa Rica), v. 2, n. 4, p.1-15, 2022. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9655553.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.



MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E EMPODERAMENTO FEMININO NA AMAZÔNIA: COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E INCLUSÃO DIGITAL EM CONTEXTOS DE DESIGUALDADE INFORMACIONAL

Information mediation and women's empowerment in the Amazon: information literacy and digital inclusion in contexts of information

Mediación de la información y empoderamiento de las mujeres en la Amazonía: alfabetización informacional e inclusión digital en contextos de desigualdad informativa

Andria Valadares Lima
Graduanda em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil
andria.lima@icsa.ufpa.br

Christian Miguel Silva da Costa
Graduando em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil
christian.costa@icsa.ufpa.br

Angela Karolina da Silva Barata
Graduanda em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil
angela.barata@icsa.ufpa.br

Fernanda de Carvalho Pinheiro
Graduanda em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil
fernanda.pinheiro@icsa.ufpa.br

Wivian Jordana Cardoso de Almeida
Graduanda em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil
wivian.almeida@icsa.ufpa.br

Resumo

A Amazônia apresenta profundas desigualdades informacionais que impactam o acesso, o uso e a apropriação da informação, especialmente entre mulheres em contextos de vulnerabilidade social, limitando sua participação cidadã e inserção nos ambientes digitais. Nesse cenário, a mediação da informação destaca-se como prática sociocultural capaz de contribuir para a redução dessas assimetrias e para o fortalecimento da autonomia feminina. Este estudo tem como objetivo analisar a mediação da informação como ferramenta estratégica de empoderamento feminino na Amazônia, considerando sua relação com o desenvolvimento da competência informacional e com a promoção da inclusão digital. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental, com base em produções da Ciência da Informação e documentos institucionais. Os resultados evidenciam que mulheres amazônicas enfrentam barreiras estruturais, como limitações de acesso às tecnologias, desigualdades socioeconômicas e condicionantes culturais, que dificultam sua inserção nos fluxos informacionais e digitais. Observa-se, ainda, que o acesso às tecnologias, quando existente, não garante o desenvolvimento de competências informacionais necessárias à participação crítica e autônoma. Conclui-se que a mediação da informação, orientada por uma perspectiva formativa, é fundamental para promover inclusão social, fortalecer o protagonismo feminino e contribuir para a redução das desigualdades informacionais na Amazônia.

Palavras-chave: mediação da informação; empoderamento feminino; competência informacional; inclusão digital; desigualdade informacional.

Abstract

The Amazon region presents profound informational inequalities that impact access to, use of, and appropriation of information, especially among women in contexts of social vulnerability, limiting their civic participation and inclusion in digital environments. In this scenario, information mediation stands out as a sociocultural practice capable of contributing to the reduction of these asymmetries and the strengthening of female autonomy. This study aims to analyze information mediation as a strategic tool for female empowerment in the Amazon, considering its relationship with the development of information literacy and the promotion of digital inclusion. This is a qualitative, exploratory, and descriptive research, developed through bibliographic review and document analysis, based on productions from Information Science and institutional documents. The results show that Amazonian women face structural barriers, such as limitations in access to technologies, socioeconomic inequalities, and cultural constraints, which hinder their inclusion in informational and digital flows. It is also observed that access to technologies, when it exists, does not guarantee the development of informational skills necessary for critical and autonomous participation. It is concluded that information mediation, guided by a formative perspective, is fundamental to promoting social inclusion, strengthening female empowerment, and contributing to the reduction of informational inequalities in the Amazon.

Keywords: *information mediation; women's empowerment; information literacy; digital inclusion; information inequality.*

Resumen

La región amazónica presenta profundas desigualdades informacionales que impactan el acceso, el uso y la apropiación de la información, especialmente entre las mujeres en contextos de vulnerabilidad social, limitando su participación cívica e inclusión en entornos digitales. En este escenario, la mediación de la información se destaca como una práctica sociocultural capaz de contribuir a la reducción de estas asimetrías y al fortalecimiento de la autonomía femenina. Este estudio tiene como objetivo analizar la mediación de la información como una herramienta estratégica para el empoderamiento de las mujeres en la Amazonía, considerando su relación con el desarrollo de la alfabetización informacional y la promoción de la inclusión digital. Se trata de una investigación cualitativa, exploratoria y descriptiva, desarrollada a través de la revisión bibliográfica y el análisis documental, basada en producciones de la Ciencia de la Información y documentos institucionales. Los resultados muestran que las mujeres amazónicas enfrentan barreras estructurales, como limitaciones en el acceso a las tecnologías, desigualdades socioeconómicas y restricciones culturales, que obstaculizan su inclusión en los flujos informacionales y digitales. También se observa que el acceso a las tecnologías, cuando existe, no garantiza el desarrollo de las habilidades informacionales necesarias para una participación crítica y autónoma. Se concluye que la mediación de la información, guiada por una perspectiva formativa, es fundamental para promover la inclusión social, fortalecer el empoderamiento de las mujeres y contribuir a la reducción de las desigualdades informativas en la Amazonía.

Palabras clave: *Mediación de la información; empoderamiento de la mujer; alfabetización informacional; inclusión digital; desigualdad informativa.*

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia ocupa posição estratégica nos debates contemporâneos sobre desenvolvimento sustentável, justiça socioambiental e transformação social. Reconhecida globalmente por sua relevância ecológica, a região também é marcada por profundas desigualdades estruturais que atravessam dimensões econômicas,

sociais e informacionais. Em um cenário caracterizado pela centralidade das tecnologias digitais e pela crescente dependência dos fluxos informacionais para participação cidadã, acesso a políticas públicas e inserção no mercado de trabalho, as assimetrias no acesso, na circulação e na apropriação da informação tornam-se fatores determinantes de exclusão social.

Nesse contexto, a desigualdade informacional configura-se como um dos principais desafios para o desenvolvimento regional, especialmente quando analisada sob a perspectiva de grupos historicamente vulnerabilizados. Na Amazônia, tais desigualdades assumem contornos ainda mais complexos em razão de limitações infraestruturais, dificuldades de conectividade, distâncias geográficas e fragilidades nas políticas públicas voltadas à inclusão digital. Contudo, a exclusão informacional não se restringe à ausência de acesso físico às tecnologias da informação e comunicação, envolvendo também limitações relacionadas à apropriação crítica da informação, ao desenvolvimento de competências informacionais e à participação ativa nos sistemas de produção e circulação do conhecimento.

Ao incorporar a perspectiva de gênero, evidencia-se que mulheres amazônicas enfrentam barreiras adicionais no acesso e uso das tecnologias digitais, influenciadas por fatores socioeconômicos, culturais e estruturais. A desigualdade informacional, nesse sentido, não é neutra, pois se articula a marcadores sociais como gênero, território e classe, impactando diretamente as possibilidades de autonomia, participação política e inserção social feminina.

No campo da Ciência da Informação, a mediação da informação é compreendida como uma prática sociocultural que ultrapassa a intermediação técnica entre fontes e usuários, configurando-se como um processo relacional que envolve construção de sentidos, diálogo e formação crítica. Ao favorecer a apropriação consciente da informação, a mediação contribui para o fortalecimento da competência informacional, entendida como a capacidade de reconhecer necessidades informacionais, localizar, avaliar e utilizar informações de maneira ética e estratégica.

A inclusão digital, por sua vez, deve ser compreendida para além da disponibilização de infraestrutura tecnológica. Embora o acesso às tecnologias seja condição necessária, não é suficiente para garantir participação social efetiva, sendo

indispensáveis processos formativos e o desenvolvimento de habilidades críticas para inserção nos fluxos informacionais contemporâneos.

Neste estudo, o empoderamento feminino é compreendido como um processo multidimensional que envolve o fortalecimento da autonomia, da capacidade de tomada de decisão e da participação social das mulheres. Esse processo está diretamente relacionado ao acesso, uso e apropriação crítica da informação, uma vez que a informação se configura como recurso estratégico para o exercício da cidadania e para o enfrentamento das desigualdades estruturais. Assim, competência informacional, inclusão digital e empoderamento feminino constituem dimensões interdependentes.

Essa discussão articula-se aos compromissos globais de desenvolvimento sustentável, especialmente no que se refere à promoção da igualdade de gênero e à ampliação do acesso às tecnologias da informação, evidenciando o papel estratégico da informação na promoção da equidade social.

Delimita-se, neste estudo, a análise da mediação da informação como ferramenta voltada ao empoderamento feminino na Amazônia, com foco na articulação entre competência informacional e inclusão digital em contextos de desigualdade informacional. Parte-se do pressuposto de que a redução dessas desigualdades depende não apenas de investimentos em infraestrutura, mas também de práticas de mediação capazes de promover processos formativos críticos e emancipatórios.

Diante desse cenário, formula-se a seguinte problematização: como a mediação da informação pode contribuir para o empoderamento feminino na Amazônia em contextos de desigualdade informacional?

O objetivo geral é analisar a mediação da informação como ferramenta estratégica de empoderamento feminino, considerando sua contribuição para o desenvolvimento da competência informacional e para a inclusão digital. Como objetivos específicos, busca-se: discutir a desigualdade informacional sob a perspectiva de gênero; compreender a mediação da informação como prática sociocultural; e analisar a relação entre competência informacional, inclusão digital e empoderamento feminino.

A relevância do estudo reside na ampliação do debate sobre mediação da informação em contextos amazônicos, incorporando a dimensão de gênero como categoria analítica fundamental. Do ponto de vista social, o trabalho contribui para a

reflexão sobre estratégias que possibilitem fortalecer a participação feminina nos fluxos informacionais e digitais, condição indispensável para a promoção do desenvolvimento regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Mediação da informação

Na Ciência da Informação, a mediação deixou de ser entendida apenas como um ato técnico de interligar usuários e documentos. Ela passou a ser reconhecida como prática social, cultural e política. Para Almeida Júnior (2009), a mediação está presente em toda ação do profissional da informação que interfere no processo de apropriação informacional. O autor afirma que:

> [...] a mediação da informação ocorre em toda ação de interferência — realizada pelo profissional da informação — direta ou indireta, consciente ou inconsciente, singular ou plural, individual ou coletiva, que possibilite a apropriação da informação (Almeida Júnior, 2009, p. 92).

Essa definição é potente porque evidencia que a mediação nunca é neutra. Ela carrega intencionalidades, valores e escolhas. No contexto amazônico, essa compreensão ganha ainda mais relevância. Não se trata apenas de disponibilizar computadores ou ampliar o acesso à internet, mas de criar condições para que mulheres amazônicas possam compreender, questionar, interpretar e utilizar a informação de maneira autônoma.

Ao aprofundar a dimensão estrutural da informação, Torino, Silva e Berti (2025, p. 3) contribuem com o conceito de regimes de informação. Para as autoras:

> Regime de informação se configura como um campo amplo e mutável, no qual as relações entre políticas inscritas, expressas e subjacentes, formais ou informais e a informação são estabelecidas, construídas, integradas e transformadas nas relações de interesse. Esse fenômeno evidencia o valor e o poder da informação em contextos e circunstâncias envolvendo grupos de interesse.

Tal perspectiva ajuda a compreender que a desigualdade informacional não decorre apenas da falta de infraestrutura, mas de estruturas que organizam o poder sobre a informação. Em outras palavras, existem mecanismos que determinam quais

vozes são legitimadas e quais permanecem invisíveis. Para muitas mulheres na Amazônia, essas barreiras são tanto tecnológicas quanto simbólicas.

No campo teórico, essa visão rompe com modelos rígidos e universais. Ribeiro (2010) destaca que a mediação pós-custodial exige uma postura ativa, voltada para os novos desafios de uma sociedade em rede. Ao trazer esse raciocínio para a realidade amazônica, compreende-se que mediar informação exige considerar as particularidades geográficas e socioculturais da região. Não se trata apenas de disponibilizar dados, mas de uma prática social que reconhece as subjetividades e as dificuldades de acesso das populações locais.

Além disso, a mediação da informação pode ser compreendida como um espaço de disputa simbólica, no qual diferentes interesses, saberes e posições sociais entram em conflito. Nesse sentido, o gênero atua como marcador social que influencia o acesso, a legitimidade e o uso da informação, evidenciando que a mediação pode tanto reproduzir quanto tencionar desigualdades existentes.

Nesse sentido, a mediação da informação assume dimensão emancipatória quando os profissionais pautam as suas ações nos traços culturais e de pertencimento da comunidade usuária, colaborando para que os sujeitos alcancem uma postura protagonista, conforme defendem Nunes e Sousa (2023). Em contextos amazônicos, essa mediação precisa dialogar com realidades ribeirinhas, comunidades periféricas urbanas e territórios marcados por distâncias físicas e fragilidade de políticas públicas.

2.2 Competência informacional

A discussão sobre mediação da informação articula-se diretamente ao conceito de competência informacional, que passou por significativas reformulações nas últimas duas décadas. Se antes era associada predominantemente a habilidades técnicas, hoje é compreendida como prática social vinculada à cidadania e à emancipação.

A *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), em seu documento atualizado sobre, *Media and Information Literacy* (IFLA, 2018), destaca que a competência informacional envolve capacidades críticas para acessar, avaliar, produzir e compartilhar informações de forma ética e responsável. A ênfase desloca-se da mera busca para a participação ativa nos ecossistemas informacionais.

No contexto latino-americano, Gasque (2013) afirma que a competência informacional deve ser compreendida como processo formativo contínuo, que integra dimensões cognitivas, sociais e éticas. Para a autora, desenvolver competência informacional significa fortalecer a autonomia decisória dos sujeitos e ampliar sua capacidade de intervenção social.

Essa abordagem dialoga com a noção de empoderamento, especialmente quando aplicada a mulheres em contextos de desigualdade estrutural. A competência informacional, nesse sentido, não é apenas um conjunto de habilidades, mas uma ferramenta de transformação social. Ao dominar estratégias de busca, avaliação crítica e uso ético da informação, mulheres ampliam suas possibilidades de participação política, inserção profissional e acesso a direitos.

Além disso, estudos recentes sobre desinformação e cultura digital reforçam que a competência informacional se tornou ainda mais central na contemporaneidade, marcada pela circulação acelerada de conteúdos e pela complexidade dos ambientes digitais (Wardle; Derakhshan, 2017). Em territórios como a Amazônia, onde a inclusão digital ocorre de forma desigual, a ausência dessas competências pode aprofundar vulnerabilidades já existentes.

2.3 Desigualdade informacional e inclusão digital

No cenário nacional, Silva (2001) discute como a configuração da sociedade contemporânea exige uma nova compreensão sobre as redes. Para o autor, a exclusão não se limita à falta de aparelhos, mas à incapacidade de participar das redes de interação e dos fluxos que definem a vida social, o que gera um isolamento estrutural. Essa perspectiva ajuda a compreender que a exclusão digital não é um problema periférico, mas central nas dinâmicas atuais de poder e desenvolvimento. Na Amazônia, as limitações de conectividade intensificam esse cenário, criando barreiras adicionais para a participação social.

Entretanto, como alerta Livingstone (2012), a desigualdade digital não pode ser reduzida ao acesso físico às tecnologias. Segundo a autora, “[...] a desigualdade digital não se resume ao acesso físico às tecnologias, mas envolve diferenças nas habilidades, nos usos e nos benefícios obtidos a partir das mídias digitais” (Livingstone, 2012, p. 15, tradução nossa). Isso significa que a inclusão digital precisa ser pensada como processo formativo contínuo. Caso contrário, corre-se o risco de ampliar desigualdades já existentes.

De acordo com os dados da pesquisa TIC Domicílios 2023 (CGI.br, 2024), a região Norte apresenta um dos menores índices de conectividade domiciliar do país (79%), sendo que o custo elevado é o principal impeditivo para 55% dos não-usuários nesta região. Esse cenário agrava-se pelo recorte de género, visto que 66% das mulheres acedem à rede exclusivamente por dispositivos móveis, o que, segundo o Comitê Gestor da Internet, limita o desenvolvimento de habilidades digitais mais avançadas. Dessa forma, as limitações de infraestrutura e conectividade agravam a exclusão digital, sobretudo em áreas rurais e ribeirinhas. Esse cenário reforça a necessidade de políticas públicas que articulem acesso, formação crítica e mediação informacional.

Portanto, pensar inclusão digital na Amazônia requer compreender que o acesso técnico é apenas a primeira etapa. Sem processos formativos que promovam competência informacional, a conectividade pode não se converter em participação social efetiva.

2.4 Gênero e desigualdade estrutural no Brasil

A incorporação da perspectiva de gênero é indispensável para compreender as dinâmicas de desigualdade informacional. Estudos contemporâneos têm demonstrado que a exclusão digital é atravessada por construções sociais que historicamente limitaram a presença feminina em espaços tecnológicos e decisórios. Côrtes (2024, p. 10) afirma que:

> [...] os diálogos entre mediação da informação e gênero são necessários para criar/fortalecer abordagens informacionais que contemplem as experiências das mulheres e sua interação com a informação, que estimulem a construção de masculinidades não violentas e visibilizem ações, já elaboradas na CI, no campo da resistência para o enfrentamento de opressões.

A ONU Mulheres (2022) destaca que mulheres enfrentam barreiras adicionais relacionadas à escolaridade, renda, divisão sexual do trabalho e normas culturais que restringem seu acesso às tecnologias digitais. Tais fatores impactam diretamente sua capacidade de desenvolver competências informacionais e participar de ambientes digitais de forma autônoma.

No contexto amazônico, essas desigualdades são intensificadas por fatores territoriais e socioeconômicos. Mulheres de comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas enfrentam múltiplas camadas de exclusão digital, educacional e econômica, que limitam sua inserção plena na sociedade da informação.

Nesse sentido, o empoderamento feminino é compreendido, neste estudo, como um processo social e político que envolve a ampliação da autonomia, da capacidade de tomada de decisão e do acesso a recursos — incluindo a informação. Conforme discutido por Saffioti (2004), as desigualdades de gênero estão enraizadas em estruturas sociais que limitam o acesso das mulheres a espaços de poder e conhecimento. Assim, o acesso à informação e o desenvolvimento da competência informacional configuram-se como elementos estratégicos para o enfrentamento dessas desigualdades, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades estruturais, como a Amazônia.

2.5 Desenvolvimento sustentável e Agenda 2030

A discussão sobre mediação da informação e empoderamento feminino na Amazônia não pode ser dissociada do debate mais amplo sobre desenvolvimento sustentável. Nas últimas décadas, consolidou-se a compreensão de que o desenvolvimento não se limita ao crescimento econômico, mas envolve justiça social, equidade de gênero, inclusão tecnológica e fortalecimento das capacidades humanas. Nesse cenário, a informação passa a ser reconhecida como recurso estratégico para a transformação social.

A Organização das Nações Unidas, ao instituir a Agenda 2030, estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que orientam políticas públicas e ações globais, e afirma que os países estão “[...] determinados a tomar as medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente” (ONU, 2015, p. 3). Essa declaração evidencia que o desenvolvimento não se limita ao crescimento econômico, mas envolve transformação social e redução de desigualdades.

Nesse contexto, o ODS 5 propõe “[...] alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” (ONU, 2015). Já o ODS 9 estabelece a meta de “[...] aumentar significativamente o acesso às tecnologias da informação e comunicação” (ONU, 2015). Os dois objetivos dialogam diretamente com esta

pesquisa, pois não há empoderamento feminino em uma sociedade digital sem acesso qualificado à informação.

Assim, promover competência informacional entre mulheres amazônicas não é apenas uma ação educativa, mas uma estratégia alinhada ao desenvolvimento sustentável. A informação, quando mediada de forma crítica e inclusiva, transforma-se em instrumento de empoderamento, ampliação de direitos e fortalecimento da cidadania.

Os referenciais teóricos apresentados neste estudo, especialmente as contribuições de Livingstone (2012), Almeida Júnior (2009), Gasque (2013) e Nunes e Sousa (2023), constituem a base analítica desta pesquisa. A partir dessas abordagens, foram definidos os eixos de análise que orientam a discussão dos resultados, permitindo compreender as relações entre mediação da informação, competência informacional, inclusão digital e empoderamento feminino no contexto amazônico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. A opção por essa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender a mediação da informação como um fenômeno social complexo, especialmente em sua articulação com o empoderamento feminino e as desigualdades informacionais no contexto amazônico.

Quanto aos objetivos, a pesquisa assume caráter exploratório ao propor a articulação entre mediação da informação, competência informacional, inclusão digital e gênero em um contexto específico, contribuindo para o aprofundamento de discussões ainda em consolidação no campo da Ciência da Informação. Paralelamente, apresenta caráter descritivo ao sistematizar e analisar criticamente conceitos e abordagens teóricas presentes na literatura.

No que se refere aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de levantamento em bases de dados como BRAPCI, SciELO e Google Acadêmico, utilizando descritores como “mediação da informação”, “competência informacional”, “inclusão digital”, “empoderamento feminino” e “desigualdade informacional”, combinados entre si. Como critérios de seleção, foram priorizados estudos

publicados em português e inglês, com recorte temporal dos últimos 5 anos, além de trabalhos clássicos da área considerados fundamentais para a discussão teórica.

Após o levantamento inicial, os materiais foram submetidos a critérios de inclusão e exclusão, considerando a pertinência temática, a relação com os objetivos do estudo e a contribuição para o campo da Ciência da Informação. Dessa forma, foram selecionados 20 trabalhos para análise.

A pesquisa documental concentrou-se em relatórios e publicações institucionais, com destaque para documentos do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente aqueles relacionados à inclusão digital, acesso à informação e desenvolvimento sustentável.

A análise dos dados foi realizada por meio de abordagem qualitativa, com base na análise temática, buscando identificar, categorizar e interpretar os principais eixos conceituais presentes nos materiais selecionados. A discussão dos resultados foi construída a partir da articulação entre os referenciais teóricos selecionados — como Livingstone, Almeida Júnior, Gasque e Nunes e Souza — e os objetivos da pesquisa, evidenciando relações entre mediação da informação, gênero e desigualdade informacional.

Por se tratar de um estudo de natureza teórica, não houve coleta de dados empíricos. Ainda assim, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa científica, com a devida atribuição de autoria às fontes utilizadas e o compromisso com a fidedignidade das informações apresentadas.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

4.1 Desigualdade informacional e acesso às tecnologias

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que a desigualdade informacional na Amazônia não se configura como um fenômeno isolado ou exclusivamente técnico, mas como uma condição estrutural que atravessa dimensões sociais, territoriais e de gênero. Esse achado dialoga com a perspectiva de Sonia Livingstone (2012), ao indicar que as desigualdades digitais envolvem não apenas o acesso às tecnologias, mas também diferenças nas habilidades, nos usos e nos benefícios obtidos a partir delas.

Os resultados apontam que, embora o acesso às tecnologias da informação e comunicação tenha apresentado avanços nos últimos anos, persistem limitações

significativas relacionadas à qualidade da conectividade, ao custo dos serviços e às condições de uso, especialmente em contextos periféricos, rurais e ribeirinhos. Tais limitações impactam diretamente as possibilidades de inserção das mulheres nos fluxos informacionais contemporâneos.

Observou-se ainda que o acesso à internet, quando existente, ocorre predominantemente por meio de dispositivos móveis, o que restringe o desenvolvimento de habilidades digitais mais complexas. Esse dado reforça que a inclusão digital tende a ocorrer de forma parcial e limitada, não garantindo, por si só, a participação efetiva nos ambientes digitais.

4.2 Gênero e desigualdades no acesso e uso da informação

A incorporação da perspectiva de gênero na análise permitiu identificar que mulheres amazônicas enfrentam barreiras adicionais no acesso e uso da informação. Tais barreiras estão relacionadas a fatores socioeconômicos, à divisão desigual do trabalho e a construções culturais que historicamente restringem a presença feminina em espaços tecnológicos e decisórios.

Esse resultado dialoga com as discussões de Heleieth Saffioti (2004), ao evidenciar que o acesso à informação é atravessado por relações de poder que produzem e reproduzem exclusões. Dessa forma, a desigualdade informacional manifesta-se de maneira mais intensa entre mulheres, aprofundando vulnerabilidades já existentes.

Além disso, evidenciam-se conflitos de natureza informacional, nos quais o gênero atua como marcador social que influencia o acesso, a legitimidade e o uso da informação, reforçando dinâmicas de exclusão e desigualdade.

4.3 Competência informacional e formação crítica

Outro eixo identificado refere-se à dimensão formativa da competência informacional. Os resultados indicam que a ausência de processos educativos voltados ao desenvolvimento de habilidades críticas de busca, avaliação e uso da informação limita a capacidade de atuação autônoma das mulheres nos ambientes digitais.

Tal compreensão está alinhada à perspectiva de Gasque (2013), que concebe a competência informacional como um processo formativo essencial para o

exercício da cidadania. Assim, mesmo quando há acesso às tecnologias, a ausência dessas competências compromete a participação social, o acesso a direitos e a inserção no mercado de trabalho.

4.4 Mediação da informação e potencial emancipatório

A análise evidencia que a mediação da informação emerge como elemento central na redução das desigualdades identificadas. Conforme Almeida Júnior (2009), a mediação consiste em um processo de interferência que possibilita a apropriação da informação e a construção de sentidos.

Os achados demonstram que práticas de mediação orientadas por uma perspectiva sociocultural e crítica favorecem o desenvolvimento da competência informacional e ampliam as possibilidades de inclusão informacional, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Além disso, quando articulada às especificidades do contexto amazônico, a mediação assume um potencial emancipatório, ao considerar saberes locais, pertencimento territorial e condições concretas de acesso. Essa perspectiva dialoga com Nunes e Sousa (2023), reforçando a importância de práticas informacionais situadas.

4.5 Empoderamento feminino e inclusão informacional

Por fim, os resultados evidenciam que a relação entre competência informacional, inclusão digital e empoderamento feminino é intrinsecamente interdependente. A ampliação das capacidades informacionais contribui para o fortalecimento da autonomia econômica, social e política das mulheres.

Nesse sentido, o empoderamento feminino é compreendido como um processo que envolve não apenas o acesso à informação, mas a capacidade de utilizá-la de forma crítica e estratégica. Em contextos de desigualdade informacional, a limitação dessas competências contribui para a manutenção de vulnerabilidades.

A análise também aponta que a superação dessas desigualdades requer uma abordagem integrada, que articule infraestrutura tecnológica, políticas públicas e práticas de mediação da informação voltadas à formação crítica dos sujeitos.

Essa discussão articula-se aos compromissos da Agenda 2030, especialmente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 5 e 9, evidenciando o

papel estratégico da informação na promoção da igualdade de gênero e do desenvolvimento sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a mediação da informação como ferramenta estratégica para o empoderamento feminino na Amazônia, considerando sua relação com o desenvolvimento da competência informacional e com a promoção da inclusão digital em contextos de desigualdade informacional. A partir das discussões teóricas e das análises realizadas, compreende-se que os objetivos propostos foram alcançados, evidenciando a complexidade das dinâmicas informacionais na região e suas interseções com gênero, território e acesso às tecnologias.

Os resultados indicam que a desigualdade informacional na Amazônia configura-se como um fenômeno estrutural multifacetado, que ultrapassa a dimensão do acesso físico às tecnologias, sendo atravessado por fatores socioeconômicos, culturais e territoriais. Nesse contexto, a perspectiva de gênero mostra-se fundamental para compreender como tais desigualdades se intensificam e impactam diretamente a autonomia e a participação social das mulheres.

A análise reforça que a mediação da informação constitui uma prática central no campo da Ciência da Informação, especialmente quando orientada por uma abordagem crítica e sociocultural. Ao promover a apropriação informacional e o desenvolvimento da competência informacional, a mediação contribui para ampliar as possibilidades de inclusão social e fortalecimento do protagonismo feminino.

Evidencia-se, ainda, que a inclusão digital, quando restrita ao acesso técnico, é insuficiente para promover transformação social efetiva. Torna-se necessário compreendê-la como um processo contínuo, que envolve formação crítica, desenvolvimento de habilidades informacionais e participação ativa nos ambientes digitais. Nesse sentido, a articulação entre mediação da informação, competência informacional e inclusão digital revela-se fundamental para o enfrentamento das desigualdades informacionais na Amazônia.

Como limitações do estudo, destaca-se seu caráter teórico e exploratório, sem a realização de investigação empírica, o que restringe uma compreensão mais aprofundada das práticas informacionais nos diferentes territórios da região. Assim, sugere-se que pesquisas futuras invistam em abordagens qualitativas que

contemplem experiências concretas de mulheres amazônicas, bem como análises de práticas de mediação da informação em contextos institucionais e comunitários.

Por fim, reafirma-se que a mediação da informação desempenha papel estratégico na promoção do empoderamento feminino, ao favorecer o acesso qualificado à informação e o desenvolvimento da autonomia. Essa compreensão articula-se aos compromissos da Agenda 2030, especialmente no âmbito da igualdade de gênero e da ampliação do acesso às tecnologias da informação, reforçando a importância de práticas informacionais críticas e socialmente comprometidas para a construção de uma sociedade mais equitativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*S. l.*], v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170. Acesso em: 28 fev. 2026.

CGI.br – Comitê Gestor da Internet no Brasil. **TIC Domicílios 2023**. São Paulo: CGI.br, 2024. Disponível em: https://cgi.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2023/. Acesso em: 28 fev. 2026.

CÔRTES, Gisele Rocha. Mediação da informação e gênero: aproximações conceituais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 24., 2024, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, 2024. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/342922. Acesso em: 28 fev. 2026.

GASQUE, K. C. G. D. Competência em informação: conceitos, características e desafios. **AtoZ**: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, Curitiba, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/15406. Acesso em: 28 fev. 2026.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Global Media and Information Literacy Recommendations**. The Hague: IFLA, 2018. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/files/assets/information-literacy/publications/media-info-lit-recommend-pt.pdf. Acesso em: 28 fev. 2026.

LIVINGSTONE, Sonia. Critical reflections on the benefits of ICT in education. **Oxford Review of Education**, Oxford, v. 38, n. 1, p. 9-24, 2012. Disponível em: https://researchonline.lse.ac.uk/id/eprint/42947/. Acesso em: 28 fev. 2026.

NUNES, Rafael Matos; SOUSA, Ana Claudia Medeiros de. Mediação da informação e mediação cultural: concepções e entrelaçamentos sob a ótica das apropriações e dos protagonismos social e cultural. **RICI**: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 16, n. 2, p. 384-401, maio/ago. 2023. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/47048. Acesso em: 28 fev. 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 28 fev. 2026.

ONU MULHERES. **Progress on the Sustainable Development Goals**: The Gender Snapshot 2022. Nova York: UN Women, 2022. Disponível em: https://www.unwomen.org/sites/default/files/2022-09/Progress-on-the-sustainable-development-goals-the-gender-snapshot-2022-en.pdf. Acesso em: 28 fev. 2026.

RIBEIRO, Fernanda. Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 20, n. 1, 2010. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/91260. Acesso em: 28 fev. 2026.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Marco. Sala de aula interativa: a educação presencial e a distância em sintonia com a era digital e com a cidadania. **Boletim Técnico do Senac**, [*S. l.*], v. 27, n. 2, p. 42–49, 2001. Disponível em: https://bts.senac.br/bts/article/view/567. Acesso em: 28 fev. 2026.

TORINO, Ligia Patricia; SILVA, Terezinha Elisabeth; BERTI, Ilemar Christina Lansoni Wey. Regime de informação e práticas informacionais: entrelaçando conceitos para compreensão dos processos de significação dos sujeitos informacionais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 31, e-141477, p. 1-27, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/emquestao/a/KWnRMfwHKDbSHZfHCVKVDsQ/?lang=pt. Acesso em: 28 fev. 2026.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017. Disponível em: https://edoc.coe.int/en/media/7495-information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-research-and-policy-making.html. Acesso em: 28 fev. 2026.

SICAM 2026
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
18 e 19 de Junho - Belém - PA

PROTAGONISMO DE MULHERES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO NA AMAZÔNIA: PARTICIPAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO *PPGCI/UFPA*

Protagonism of Women in Information Science in the Amazon: Scientific Participation and Sustainable Development at PPGCI/UFPA

Protagonismo de las mujeres en la Ciencia de la Información en la Amazonía: participación científica y desarrollo sostenible en el PPGCI/UFPA

Priscila de Nazaré Castro Progene
Doutoranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
priscila.progene@icsa.ufpa.br

Maika Rodrigues Amorim
Doutoranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
maikamorim@gmail.com

Resumo
A participação de mulheres na ciência constitui eixo relevante nos estudos sobre gênero e produção do conhecimento, especialmente em contextos regionais como a Amazônia. Este estudo tem como objetivo analisar o protagonismo de mulheres na Ciência da Informação, a partir da atuação de docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI/UFPA). Trata-se de uma pesquisa descritiva, de abordagem quanti-qualitativa, fundamentada em análise documental, levantamento de dados na Plataforma Lattes e entrevistas semiestruturadas, com tratamento por estatística descritiva e análise de conteúdo (Bardin, 2016). Os resultados evidenciam predominância de mulheres no programa e a na produção científica, formação de recursos humanos, liderança de projetos e inserção em redes acadêmicas. A análise temática indica diversidade e coerência com as linhas de pesquisa, com destaque para gestão da informação, mediação, competência em informação e estudos de gênero. As entrevistas apontam desafios relacionados à sobrecarga e desigualdades de reconhecimento. Conclui-se que a atuação das mulheres fortalece a consolidação científica regional e contribui para o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Palavras-chave: mulheres na ciência; Ciência da Informação; Amazônia; produção científica; desenvolvimento sustentável.

Abstract
The participation of women in science has become a relevant topic in studies on gender and knowledge production, particularly in regional contexts such as the Brazilian Amazon. This study aims to analyze the role of women in Information Science based on the academic activities of faculty and students from the Graduate Program in Information Science at the Federal University of Pará (PPGCI/UFPA). This is a descriptive study with a mixed-methods approach, based on document analysis, data collected from the Lattes Platform, and semi-structured interviews, analyzed through descriptive statistics and content analysis (Bardin, 2016). The results show a predominance of women in the program and significant contributions to scientific production, human resource training, research leadership, and participation in academic networks. The thematic analysis reveals diversity and alignment with the program's research lines, especially in information management, mediation, information literacy, and gender studies. The interviews highlight challenges related to

workload and inequalities in academic recognition. It is concluded that women play a strategic role in strengthening regional scientific development and promoting sustainable development in the Amazon.

Keywords: *women in science; Information Science; Amazon; scientific production; sustainable development.*

Resumen
La participación de las mujeres en la ciencia constituye un eje relevante en los estudios sobre género y producción del conocimiento, especialmente en contextos regionales como la Amazonía. Este estudio tiene como objetivo analizar el protagonismo de las mujeres en la Ciencia de la Información, a partir de la actuación de docentes y estudiantes del Programa de Posgrado en Ciencia de la Información de la Universidad Federal de Pará (PPGCI/UFPA). Se trata de una investigación descriptiva, con enfoque cuantitativo-cualitativo, fundamentada en el análisis documental, el levantamiento de datos en la Plataforma Lattes y la realización de entrevistas semiestructuradas, con tratamiento mediante estadística descriptiva y análisis de contenido (Bardin, 2016). Los resultados evidencian una predominancia de mujeres en el programa, así como una actuación significativa en la producción científica, la formación de recursos humanos, el liderazgo en proyectos y la inserción en redes académicas. El análisis temático indica diversidad y coherencia con las líneas de investigación del programa, con destaque para áreas como gestión de la información, mediación, competencia en información y estudios de género. Las entrevistas señalan desafíos relacionados con la sobrecarga y las desigualdades en el reconocimiento académico. Se concluye que la actuación de las mujeres fortalece la consolidación científica regional y contribuye al desarrollo sostenible en la Amazonía.

Palabras clave: *mujeres en la ciencia; Ciencia de la Información; Amazonía; producción científica; desarrollo sostenible.*

1 INTRODUÇÃO

A participação das mulheres na ciência constitui um campo relevante de investigação nos estudos sobre gênero, produção do conhecimento e desigualdades no sistema científico contemporâneo. De acordo com o Plano Nacional de Pós-Graduação 2025–2029 (2025), observa-se crescimento da presença de mulheres na pós-graduação, impulsionado pela ampliação do acesso à educação e por políticas de inclusão. Contudo, esse avanço não foi acompanhado, na mesma proporção, pela redução das desigualdades relacionadas ao reconhecimento acadêmico, à ocupação de posições de liderança e à distribuição de capital científico, conforme discutem Schiebinger (2001) e Rossiter (1993).

A literatura indica que a análise da participação das mulheres deve ultrapassar a dimensão numérica, incorporando indicadores qualitativos da atuação científica, como produtividade acadêmica, coordenação de projetos, formação de recursos humanos e inserção em redes de colaboração (UNESCO, 2021; Leta, 2003). Nessa perspectiva, o protagonismo das mulheres pode ser compreendido

como resultado de processos de inserção, permanência e acumulação de capital científico e simbólico no campo acadêmico, à luz de Bourdieu (2004).

Na Ciência da Informação, essa discussão assume especificidades relacionadas à presença histórica de mulheres na área, especialmente em sua origem vinculada à Biblioteconomia. Entretanto, tal presença não implica, necessariamente, equidade nas estruturas de poder científico, evidenciando dinâmicas de desigualdade e processos de invisibilização da produção científica (Louro, 1997; Hirata; Kergoat, 2007).

No contexto amazônico, essa problemática se intensifica diante de desafios estruturais relacionados aos investimentos em ciência e tecnologia e à distribuição das instituições de ensino e pesquisa na região, aspectos que repercutem na consolidação científica regional (Monteiro *et al.,* 2024).

Diante disso, este estudo tem como objetivo analisar o protagonismo de mulheres na Ciência da Informação na Amazônia, a partir da participação docente e discente e dos indicadores de atuação científica de pesquisadoras vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI/UFPA), considerando sua contribuição para a produção do conhecimento, os processos de comunicação científica e o desenvolvimento sustentável regional.

Como objetivos específicos, busca-se: (i) mapear a participação de mulheres no corpo docente e discente; (ii) identificar indicadores de atuação científica; (iii) analisar a relação entre produção científica e linhas de pesquisa; (iv) examinar as temáticas da produção científica; e (v) analisar evidências de contribuição para a consolidação da área na região amazônica.

A relevância do estudo articula-se a agendas contemporâneas da área, dialogando com os Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação - ANCIB, especialmente aqueles voltados às dimensões sociais da informação, mediação e produção do conhecimento (ANCIB, 2023), bem como com a criação do GT12 – “Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades” no ENANCIB (Alves; Cortês, 2023). O estudo também se relaciona às discussões da FEBAB (2021) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015), especialmente o ODS 5 e o ODS 9.

Neste trabalho, o desenvolvimento sustentável é compreendido em sua dimensão científica e informacional, considerando o papel da produção do

conhecimento, da formação de recursos humanos e da circulação da informação na redução de assimetrias regionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A participação das mulheres na ciência insere-se no campo dos estudos de gênero, que analisam como estruturas sociais, culturais e institucionais influenciam o acesso, a permanência e o reconhecimento nos espaços de produção do conhecimento. Nessa perspectiva, a ciência é compreendida como um campo social permeado por relações de poder, disputas simbólicas e processos de legitimação.

Schiebinger (2001) evidencia que a exclusão das mulheres na ciência foi historicamente construída por barreiras estruturais que limitaram o acesso à educação, às instituições científicas e à produção do conhecimento, cujos efeitos ainda se refletem na progressão na carreira, na ocupação de posições de liderança e no reconhecimento acadêmico. Hirata e Kergoat (2007) complementam essa análise ao destacar a divisão sexual do trabalho, que resulta na sobrecarga decorrente da articulação entre atividades profissionais e responsabilidades familiares, impactando as trajetórias acadêmicas.

Na Ciência da Informação, as discussões sobre gênero possuem trajetória consolidada, ainda que marcadas por processos de invisibilização e desigualdades no reconhecimento da produção científica. Nesse contexto, Mueller (2008) compreende a comunicação científica como um processo social que articula produção, circulação e legitimação do conhecimento a estruturas de reconhecimento e capital simbólico.

Essa perspectiva dialoga com a compreensão da área como interdisciplinar e socialmente situada, conforme Saracevic (1996), que destaca sua relação com diferentes campos do conhecimento e com transformações sociais e tecnológicas. Nesse cenário, a produção científica deve ser analisada considerando seus contextos sociais e institucionais.

A mediação da informação constitui elemento central nesse processo, sendo compreendida como prática fundamental para a democratização do acesso ao conhecimento e a redução de assimetrias informacionais. Almeida Júnior (2009) destaca o papel ativo dos profissionais da informação na organização, interpretação e disseminação do conhecimento, enquanto Valentim e Souza (2014) discutem os

fluxos de informação como elementos que subsidiam processos de decisão e planejamento.

Assim, analisar a atuação das mulheres na Ciência da Informação amazônica implica compreender seu papel na mediação do conhecimento, na formação de capital científico regional e no fortalecimento de redes de pesquisa. O protagonismo das mulheres configura-se, portanto, como elemento estratégico para o desenvolvimento científico regional.

A análise da participação das mulheres no PPGCI/UFPA permite compreender sua contribuição para a consolidação da área na Amazônia, por meio da produção científica, da formação de recursos humanos e da articulação em redes acadêmicas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo e exploratório, de abordagem quanti-qualitativa, voltado à análise da atuação de mulheres na Ciência da Informação, a partir de indicadores de produção científica e trajetórias acadêmicas de docentes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI/UFPA). A abordagem mista permite integrar indicadores objetivos de atuação científica e dimensões subjetivas das trajetórias acadêmicas.

Os dados foram coletados no site oficial do PPGCI/UFPA. O universo da pesquisa compreende 23 docentes (permanentes e colaboradores) e 99 discentes ativos dos cursos de mestrado e doutorado. A identificação de gênero foi realizada com base em informações públicas de perfis institucionais e currículos acadêmicos, reconhecendo suas limitações.

Observou-se predominância de mulheres no programa, configurando cenário distinto do padrão histórico de sub-representação em espaços científicos. Essa discussão dialoga com Lima, Braga e Tavares (2015), que analisam os obstáculos estruturais que limitam a participação de mulheres em posições de maior prestígio no campo científico.

Para análise aprofundada, adotou-se recorte composto por três docentes, selecionadas a partir de critérios de tempo de atuação, produtividade científica e participação em atividades de ensino e pesquisa. Trata-se de etapa exploratório-analítica, sem pretensão de generalização.

A coleta de dados envolveu três procedimentos: (i) análise documental institucional; (ii) análise de currículos da Plataforma Lattes; e (iii) entrevistas semiestruturadas. A análise documental permitiu caracterizar o campo empírico, considerando composição docente, linhas de pesquisa e estrutura institucional.

Os currículos Lattes constituíram a principal fonte para levantamento de indicadores de atuação científica, conforme Mueller (2008), incluindo orientações acadêmicas, produção intelectual, coordenação de projetos, participação em grupos de pesquisa e diversidade temática.

Os indicadores foram organizados em quatro dimensões: (i) formação científica; (ii) produção intelectual; (iii) liderança acadêmica; e (iv) inserção científica, conforme sintetizado no Quadro 1.

Quadro 1- Indicadores analíticos

Dimensão Analítica	Indicadores Utilizados	Descrição
Formação científica	Orientações concluídas e orientações em andamento	Avalia a atuação do pesquisador na formação de novos pesquisadores por meio da orientação acadêmica.
Produção intelectual	Artigos, livros e capítulos publicados	Analisa a produção científica publicada como forma de mensurar a contribuição para o avanço do conhecimento.
Liderança acadêmica	Coordenação de projetos e grupos de pesquisa	Observa o papel do pesquisador na condução de iniciativas científicas e na organização de grupos de investigação.
Inserção científica	Participação em redes de colaboração científica	Examina o grau de interação e colaboração do pesquisador com outros pesquisadores e instituições.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Mueller (2008) e Bardin (2016).

Como complemento, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com pesquisadoras selecionadas por amostragem intencional, considerando vínculo ativo com o programa, atuação em ensino e pesquisa e relevância na produção científica. A seleção buscou contemplar a diversidade de trajetórias acadêmicas.

Os dados qualitativos foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2016), considerando categorias como trajetória científica, desafios estruturais, atuação das mulheres e redes de apoio. Os dados quantitativos foram tratados por meio de estatística descritiva.

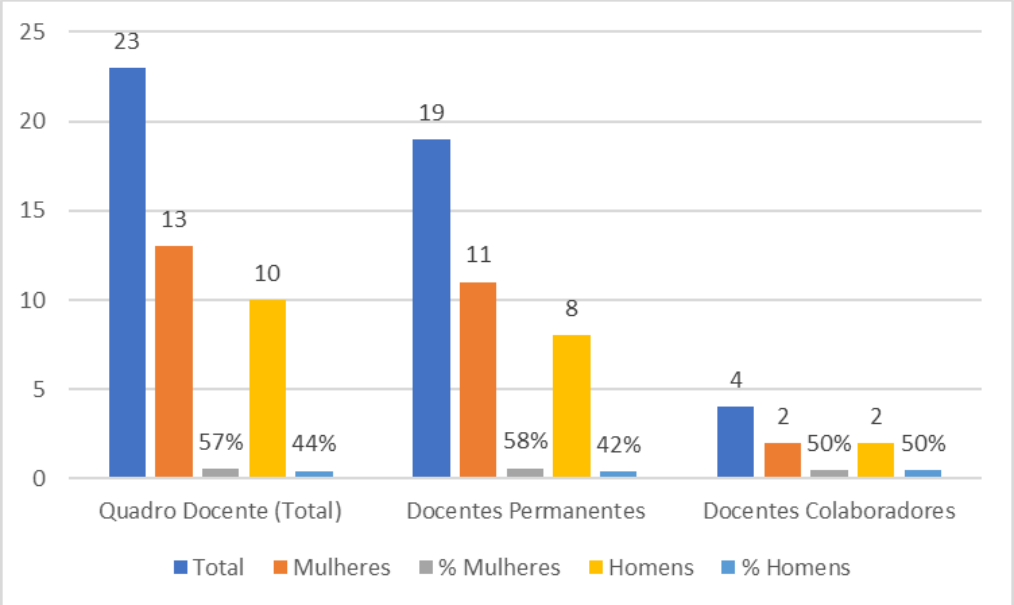
A triangulação entre dados institucionais, currículos Lattes e entrevistas conferiu maior consistência às análises, ao permitir o cruzamento de diferentes fontes empíricas.

A análise foi orientada por referenciais institucionais relacionados à equidade de gênero e desenvolvimento científico, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 5, além de diretrizes de entidades como ANCIB e FEBAB.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

A análise dos dados institucionais do PPGCI/UFPA permite compreender a configuração de gênero no programa, evidenciando a participação de mulheres na estrutura acadêmica. Observa-se predominância de mulheres tanto no corpo docente quanto discente, atendendo ao objetivo específico (i) ao mapear essa participação. No corpo docente, as mulheres representam 57%, enquanto os homens correspondem a 44%. Entre docentes permanentes, a distribuição mantém-se semelhante (58% e 42%), enquanto entre colaboradores observa-se equilíbrio (50% para cada), indicando uma composição relativamente equilibrada, com leve predominância de mulheres.

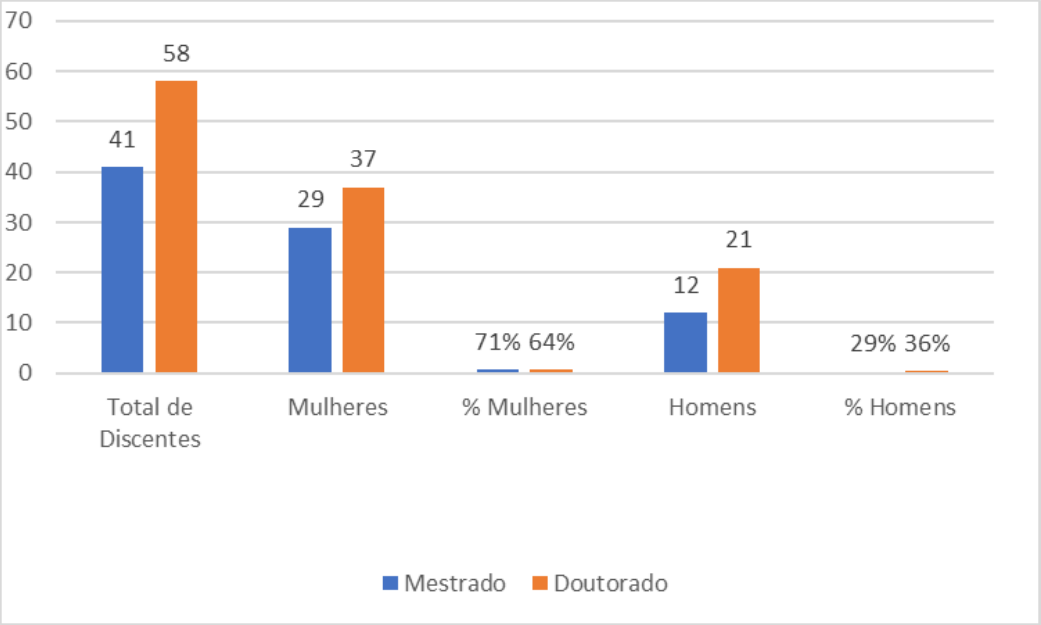
Gráfico 1 - Quadro docente PPGCI/UFPA



Fonte: Elaborada pelas autoras, com base em Mueller (2008) e Bourdieu (2004).

No que se refere ao corpo discente, o Gráfico 2 evidencia a manutenção da predominância de mulheres ao longo dos níveis de formação. As mulheres representam 71% no mestrado e 64% no doutorado, indicando forte inserção na pós-graduação, ainda que com leve redução no nível mais elevado. Esse movimento sugere possíveis barreiras na progressão acadêmica, embora o cenário geral permaneça marcado pela presença expressiva de mulheres. Esse achado também responde ao objetivo específico (i), ao mapear a participação de mulheres entre os discentes, permitindo analisar sua inserção na formação acadêmica no âmbito do programa.

Gráfico 2 - Quadro discente PPGCI/UFPA



Fonte: Elaborada pelas autoras, 2026.

Esse conjunto de dados indica que a atuação de mulheres no PPGCI/UFPA ultrapassa a dimensão quantitativa, configurando presença ativa na formação, produção e organização do campo científico. Tal resultado dialoga com Louro (1997), ao evidenciar a presença de mulheres em determinados campos do conhecimento, e com Schiebinger (2001), ao demonstrar que a presença numérica não garante, por si só, equidade nas estruturas de poder e reconhecimento científico.

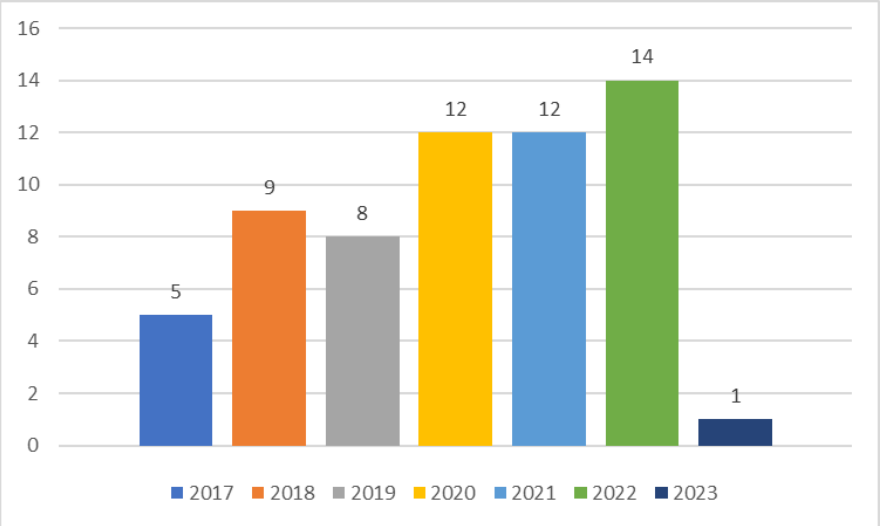
A análise dos currículos Lattes evidencia inserção relevante das docentes em dimensões estruturantes do campo científico, como formação de recursos humanos,

produção intelectual, liderança acadêmica e participação em redes de pesquisa. Essas dimensões configuram indicadores de capital científico, conforme Bourdieu (2004), permitindo compreender a posição ocupada pelas pesquisadoras no campo. Em consonância com Leta (2003), a participação deve ser analisada em articulação com a atuação científica efetiva.

No que se refere à formação científica, observa-se a contribuição expressiva das docentes na orientação de novos pesquisadores. Foram identificadas 61 orientações e coorientações, com destaque para o ano de 2022, que concentrou 14 orientações. Esse resultado evidencia a atuação das pesquisadoras na formação de mestres e na consolidação da área na região amazônica.

Em relação à formação científica e a contribuição no cenário acadêmico regional, o Gráfico 3 apresenta as 61 orientações e coorientações das docentes do PPGCI/UFPA. A análise evidenciou a participação expressiva no ano de 2022 com 14 orientações e coorientações na formação de mestres e expõe forte contribuição para o desenvolvimento da Ciência da Informação na Amazônia. Esse resultado reforça o papel estratégico das pesquisadoras na formação de capital humano qualificado, elemento central para a consolidação e continuidade do campo científico na região.

Gráfico 3 - Orientações e coorientações das docentes do PPGCI/UFPA



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Esse resultado assume relevância estratégica considerando que programas de pós-graduação da região Norte exercem papel fundamental na redução das

assimetrias científicas brasileiras. Segundo Bourdieu (2004), a formação de novos pesquisadores constitui um dos principais mecanismos de reprodução do campo científico, pois assegura a continuidade das agendas de pesquisa e das comunidades acadêmicas. Esse resultado atende ao objetivo específico (ii), ao evidenciar indicadores de atuação científica, especialmente no que se refere à formação de recursos humanos, considerada uma dimensão central da atividade acadêmica.

Sobre a análise da produção científica, o Quadro 2 apresenta dados das três docentes selecionadas a partir dos currículos da Plataforma Lattes, evidenciando regularidade nas publicações, especialmente em artigos científicos em periódicos e anais, bem como participação em grupos de pesquisa e atuação em diferentes linhas de investigação.

Quadro 2– Produção científica das docentes

Docente	Tempo de atuação	Artigos em periódicos	Trabalhos em anais	Grupos de pesquisa	Linhas de pesquisa
Marise Teles Condurú	11	28	26	3	Organização e Representação da Informação Gestão da Informação Ambiental Informação para o Planejamento Ambiental Sistemas de recuperação da informação Informação, Sociedade e Meio Ambiente
Danielly Oliveira Inomata	7	47	50	1	Gestão da Informação e do Conhecimento Mediação e Uso da Informação Mulheres na Ciência Organização da Informação Fluxos de Informação e Redes Colaborativas
Renata Lira Furtado	10	40	22	1	Competência em Informação no contexto da Arquivologia Competência e Inteligência Arquivística Estudos Arquivísticos Críticos Práticas Informacionais Estudos de Usuários

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2026.

A partir dos dados apresentados no Quadro 1, observa-se a inserção das pesquisadoras no sistema de comunicação científica, elemento fundamental para a consolidação do reconhecimento acadêmico (Mueller, 2008). Destaca-se, ainda, a participação em eventos científicos nacionais, evidenciando a presença em redes acadêmicas e a circulação do conhecimento produzido, aspecto que, conforme Meadows (1999), constitui elemento central para a legitimação do conhecimento.

Verifica-se que a produção científica das pesquisadoras se articula de maneira consistente às linhas de pesquisa do programa, revelando coerência entre a atuação acadêmica e a estrutura institucional do PPGCI/UFPA. Essa articulação evidencia não apenas aderência temática, mas também contribuição para a consolidação e o desenvolvimento das agendas de pesquisa. Tais resultados atendem ao objetivo específico (ii), ao identificar indicadores de atuação científica, e ao objetivo (iii), ao evidenciar a relação entre a produção científica e as linhas de pesquisa do programa.

No que se refere às temáticas da produção científica, a Figura 1 apresenta uma nuvem de palavras elaborada na plataforma WordArt.com, construída a partir dos termos recorrentes extraídos dos currículos da Plataforma Lattes e articulados às linhas de pesquisa identificadas no Quadro 1. Observa-se a recorrência de termos associados a eixos estruturantes da área, como competência em informação, gestão da informação, organização do conhecimento, mediação e práticas informacionais, além da presença de temas contemporâneos, como desinformação e estudos de gênero.

Esse resultado atende ao objetivo específico (iv), ao possibilitar a identificação de tendências temáticas e áreas de concentração da produção científica no programa. Destaca-se a centralidade da competência em informação como eixo estruturante, articulada ao campo da Arquivologia, com ênfase na noção de competência arquivística. Observa-se, ainda, a recorrência de termos relacionados à gestão, como informação, documental e conhecimento, bem como conceitos associados aos processos de organização, mediação e uso estratégico da informação.

Figura 1- Temática das publicações



Fonte: Elaborado pelas autoras (2026), com uso do WordArt.com

A presença de termos como “desinformação”, “fenômenos informacionais contemporâneos”, “estudos de gênero” e “mulheres na ciência” evidencia a preocupação com desafios emergentes e dimensões críticas da sociedade informacional. Esses resultados indicam articulação com eixos estruturantes da área, como gestão, organização e mediação da informação, reforçando o caráter interdisciplinar da Ciência da Informação.

As temáticas identificadas apresentam coerência com as linhas de pesquisa do PPGCI/UFPA, evidenciando alinhamento entre a produção científica das docentes e a estrutura acadêmica do programa, em atendimento ao objetivo específico (iii). Essa diversidade temática também indica inserção das pesquisadoras em diferentes eixos do campo, contribuindo para a consolidação científica do programa e para o fortalecimento dos fluxos informacionais na região amazônica.

Os resultados indicam que a atuação das mulheres no PPGCI/UFPA contribui para a circulação do conhecimento, formação de redes acadêmicas e fortalecimento das estruturas informacionais, em consonância com o desenvolvimento sustentável regional e com os ODS 5 e 9 (ONU, 2015). À luz de Saracevic (1996), essa diversidade temática reforça a inserção qualificada no campo científico, especialmente em contextos marcados por desigualdades e assimetrias na produção e circulação do conhecimento (Bourdieu, 2004; Schiebinger, 2001).

A participação das docentes em projetos de pesquisa, incluindo atuação em coordenação, configura importante indicador de protagonismo científico. Na perspectiva de Bourdieu (2004), essa atuação representa forma de capital científico institucionalizado, evidenciando inserção não apenas em espaços de participação, mas também em posições de liderança. A inserção em redes de pesquisa amplia a visibilidade científica e as possibilidades de cooperação acadêmica (Castells, 1999).

Para além dos dados quantitativos, as entrevistas permitiram compreender dimensões subjetivas das trajetórias acadêmicas. A análise de conteúdo (Bardin, 2016) evidenciou tensões entre conquistas e barreiras estruturais. A inserção na pós-graduação é descrita como espaço de afirmação científica e social, sendo caracterizada como um “ato de resistência” em contextos ainda marcados por desigualdades (P1, 2026).

As trajetórias são influenciadas pela participação em grupos de pesquisa e pela formação acadêmica, mas também pela disputa por capital simbólico no campo científico (Bourdieu, 2004). Os relatos evidenciam a “tripla jornada” (Hirata; Kergoat, 2007) como desafio recorrente, especialmente na conciliação entre vida acadêmica, profissional e responsabilidades familiares.

A estrutura acadêmica ainda opera sob lógica de alta exigência de produtividade, frequentemente desconsiderando as especificidades das pesquisadoras. As entrevistas também indicam a importância das redes de apoio, embora apontem a necessidade de maior fortalecimento coletivo em um campo ainda marcado por dinâmicas competitivas.

Por fim, os relatos evidenciam formas sutis de desigualdade, associadas a processos de reconhecimento desigual e desvalorização simbólica. Esses achados indicam que o protagonismo das mulheres no campo científico se constrói em meio a desigualdades estruturais, configurando um processo contínuo de negociação e afirmação, em consonância com as análises de Bourdieu (2004) e Schiebinger (2001).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o protagonismo das mulheres na Ciência da Informação na Amazônia, a partir da atuação de docentes e discentes do PPGCI/UFPA. Os resultados obtidos permitiram atender ao objetivo geral proposto, evidenciando que as mulheres desempenham papel central na

consolidação científica do programa, na produção do conhecimento, na formação de recursos humanos e no desenvolvimento das linhas de pesquisa.

No que se refere ao mapeamento da participação das mulheres no programa, os dados demonstraram predominância tanto no corpo docente quanto discente, atendendo ao objetivo específico (i) e indicando inserção significativa na estrutura acadêmica. Em relação aos indicadores de atuação científica, observou-se produção acadêmica contínua, participação em projetos, atuação em grupos de pesquisa e contribuição na formação de novos pesquisadores, o que atende ao objetivo (ii) e evidencia sua inserção no campo científico.

A análise da produção científica permitiu identificar coerência entre as temáticas investigadas e as linhas de pesquisa do programa, atendendo ao objetivo (iii), bem como evidenciar diversidade temática, com destaque para áreas como gestão da informação, mediação, competência em informação e estudos de gênero, respondendo ao objetivo (iv). Esses resultados indicam uma inserção qualificada e estratégica das pesquisadoras na área.

No que se refere às dimensões qualitativas, as entrevistas revelaram que, apesar dos avanços, persistem desafios relacionados às desigualdades de gênero, especialmente no que diz respeito à sobrecarga decorrente da articulação entre vida acadêmica, profissional e familiar, bem como à necessidade de constante afirmação no campo científico. Por outro lado, destaca-se a relevância das redes de apoio entre mulheres como elemento importante para a permanência e o fortalecimento das trajetórias acadêmicas.

Como contribuição científica, o estudo evidencia empiricamente a atuação de mulheres na Ciência da Informação em contexto amazônico, ampliando a compreensão sobre as dinâmicas regionais de produção do conhecimento e fortalecendo o campo dos estudos de gênero na área. Além disso, oferece subsídios para a reflexão sobre políticas científicas voltadas à promoção da equidade de gênero.

Entre as limitações da pesquisa, destacam-se o recorte analítico restrito a um número reduzido de docentes para análise aprofundada, o quantitativo limitado de entrevistas realizadas e a utilização de dados secundários provenientes da Plataforma Lattes, o que indica a necessidade de cautela na generalização dos resultados. Nesse sentido, sugere-se, como agenda futura, a realização de estudos com amostras ampliadas, análises bibliométricas mais abrangentes, investigações

longitudinais das trajetórias científicas e comparações entre diferentes programas de pós-graduação.

Por fim, compreende-se que o desenvolvimento sustentável, no âmbito deste estudo, está relacionado à produção e circulação do conhecimento, à formação científica e à redução das desigualdades estruturais no sistema científico, especialmente em contextos regionais como a Amazônia. Nesse sentido, conclui-se que o fortalecimento do protagonismo das mulheres na Ciência da Informação constitui elemento estratégico para o desenvolvimento científico regional, contribuindo para a construção de uma ciência mais diversa, inclusiva e socialmente representativa, bem como para a qualificação dos fluxos informacionais e a inserção da produção científica amazônica em circuitos mais amplos do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. **Mediação da informação e múltiplas linguagens**. Londrina: EDUEL, 2009.

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; CÔRTES, Gisele Rocha. Raízes do epistemicídio negro: análise da produção científica do ENANCIB (1994–2019). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. e-124693, 2023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/124693. Acesso em: 29 abr. 2026.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ANCIB). **Grupos de trabalho**. Disponível em: https://ancib.org. Acesso em: 1 maio 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência***:* por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Plano Nacional de Pós-Graduação 2025–2029.** Brasília: CAPES, 2025.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Atuação institucional e políticas informacionais no Brasil.** São Paulo: FEBAB, 2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Cadernos Pagu,** Campinas, n. 20, p. 271–284, 2003.

LIMA, Betina; BRAGA, Maria Lúcia; TAVARES, Isabel. Participação das mulheres nas ciências e tecnologias: entre espaços ocupados e lacunas. **Revista Gênero**, Niterói, v. 16,

n. 1, p. 11–31, 2015. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31222. Acesso em: 29 abr. 2026.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação***:* uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MONTEIRO, Raimunda; ALBUQUERQUE, Esther Bemerguy de; VIEIRA, Ima Célia Guimarães; CANDOTTI, Ennio. Considerações para as políticas de Ciência e Tecnologia no contexto da sustentabilidade da Amazônia. **Sustainability in Debate**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 97–130, 2024. DOI: 10.18472/SustDeb.v15n1.2024.52826. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/52826. Acesso em: 25 ago. 2026.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Comunicação científica**. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo:** a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015.

ROSSITER, Margaret W. The Matthew Matilda effect in science. **Social Studies of Science**, London, v. 23, n. 2, p. 325–341, 1993.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações**. Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41–62, 1996.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência*?*** Bauru: EDUSC, 2001.

UNESCO. **Science report***:* the race against time for smarter development. Paris: UNESCO, 2021.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; SOUZA, Juliete Susann Ferreira de. Fluxos de informação que subsidiam o processo de inteligência competitiva. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, *[S. l.]*, v. 9, n. 1, 2014. Disponível em: https://revistas.usp.br/pbcib/article/view/256253. Acesso em: 25 ago. 2026



TRANSCRIÇÃO PALEOGRÁFICA COMO INSTRUMENTO DE RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL PARAENSE: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA NO ACERVO DE PROCESSOS CRIMINAIS DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA

Paleographic Transcription as a tool for recovering the social memory of Pará: an outreach experience in the Collection of Criminal Proceedings at the Amazon Memory Center

La Transcripción Paleográfica como instrumento para recuperar la memoria social de Pará: un proyecto de extensión en la Colección de actas de Procesos Penales del Centro de Memoria Amazónica

Isabela Letícia Sá de Araújo
Graduanda de Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil
isabela.araujo@icsa.ufpa.br

Laila Barbosa Viana
Graduanda de Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil
laila.viana@icsa.ufpa.br

Iane Maria da Silva Batista
Doutora em História Social da Amazônia
Universidade Federal do Pará, Brasil
iane@ufpa.br

Alan Vitor Guedes Farias
Graduando de Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil
alan.farias@icsa.ufpa.br

Resumo

Esta pesquisa é um desdobramento de um projeto de extensão realizado no acervo de processos criminais de homicídios do Centro de Memória da Amazônia. A partir das evidências produzidas pela atividade extensionista por meio de transcrição paleográfica, a pesquisa buscou demonstrar o potencial da documentação como fonte informacional para a memória social paraense. A pesquisa adotou uma metodologia exploratória, de natureza quali-quantitativa, estruturada a partir de uma revisão bibliográfica de artigos científicos relacionados à Paleografia, normas de transcrição e ao histórico do Centro de Memória da Amazônia, utilizando base de dados como *Scientific Electronic Library Online, Google Scholar e* Base de Dados em Ciência da Informação. Os resultados indicam que as informações contidas nos processos são de relevância histórica, transcendendo a natureza estritamente jurídica dos processos, posto que refletem questões sociais, políticas e econômicas dos períodos analisados. Conclui-se que a transcrição paleográfica é uma ferramenta essencial para a preservação da memória social paraense ao propiciar o acesso ao conteúdo dos processos criminais.

Palavras-chave: Paleografia; processos criminais; Centro de Memória da Amazônia; memória social paraense;

Abstract

This research is an offshoot of an extension project carried out on the collection of criminal homicide cases at the Amazon Memory Center. Based on the evidence produced by extension activities through paleographic transcription, the research aims to demonstrate the potential of documentation as an informational source for social memory of Pará. The research adopted an exploratory methodology, of a nature a qualitative-quantitative study,

structured from a literature review of scientific articles related to Paleography, transcription standards and the history of the Memory Center of Amazonia, using databases such as Scientific Electronic Library Online, Google Scholar and Information Science Databases. The results indicate that the information contained in the proceedings is of historical relevance, transcending the strictly legal nature of the processes, since they reflect issues of social, political and economic aspects of the periods analyzed. It is concluded that paleographic transcription is an essential tool for preserving the social memory of Pará by providing access to the content of criminal proceedings.

Keywords: *Paleography; criminal proceedings; Amazon Memory Center; social memory of Pará.*

Resumen

Esta investigación surge de un proyecto de extensión realizado sobre los expedientes de homicidios del Centro de Memoria Amazónica. A partir de la evidencia obtenida mediante la transcripción paleográfica, la investigación buscó demostrar el potencial de la documentación como fuente de información para la memoria social de Pará. Se adoptó una metodología exploratoria, cualitativa-cuantitativa, estructurada a partir de una revisión bibliográfica de artículos científicos relacionados con la paleografía, los estándares de transcripción y la historia del Centro de Memoria Amazónica, utilizando bases de datos como Scientific Electronic Library Online, Google Scholar y Databases in Information Science. Los resultados indican que la información contenida en los expedientes tiene relevancia histórica, trascendiendo el carácter estrictamente legal de los procesos, ya que refleja problemáticas sociales, políticas y económicas de los periodos analizados. Se concluye que la transcripción paleográfica es una herramienta esencial para la preservación de la memoria social de Pará al facilitar el acceso al contenido de los procesos penales.

Palabras clave: *Paleografía; procesos penales; Centro de Memoria de la Amazonía; memoria social de Pará.*

1 INTRODUÇÃO

Um volume significativo de processos criminais e cíveis produzidos pelo sistema judiciário paraense entre 1785 e 1970 encontra-se atualmente disponível no Centro de Memória da Amazônia (CMA), instituição fundada por meio do convênio 005/2007, celebrado entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), precisamente para salvaguardar aquela massa documental. Essa documentação processual, considerada “inativa” pela entidade produtora, constitui uma importante fonte histórica sobre aspectos socioeconômicos e culturais da região amazônica.

A pesquisa foi desenvolvida no contexto do projeto de extensão “Grafias Amazônicas: edição paleográfica de documentos do acervo de processos criminais do Centro de Memória da Amazônia (1871-1906)”, vinculado à Faculdade de Arquivologia da UFPA no período de 01 de abril de 2025 a 31 de março de 2026 junto ao volume de processos dos Primeiro e Segundo Distritos Criminais.

O *paper* tem como objetivo geral demonstrar o potencial da transcrição paleográfica dos processos criminais sob custódia do CMA no processo de recuperação da memória social paraense através dos documentos analisados, contribuindo, ainda, para a preservação da memória jurídica paraense. Para isso, os objetivos específicos incluíram ler e transcrever os documentos e descrever o tratamento documental realizado nos processos criminais, abrangendo a organização, ordenamento e higienização.

A pesquisa se justifica pela relevância da recuperação informacional dos processos criminais dos séculos XIX e XX, com a finalidade de salvaguardar documentos que se encontravam em estado de degradação devido à falta de tratamento. Estes registros contêm conteúdos informacionais sobre aspectos históricos da sociedade amazônica. Além disso, a pesquisa facilita o acesso à informação, considerando que algumas escritas são de difícil compreensão e os suportes estão em progressiva deterioração.

O *paper* está organizado da seguinte maneira: após esta introdução apresenta-se o referencial teórico que embasou a pesquisa; na sequência, expõe-se os procedimentos metodológicos norteadores; posteriormente, apresenta-se os resultados alcançados, e por fim, sistematiza-se as considerações finais.

2 PALEOGRAFIA: ASPECTOS CONCEITUAIS

A Paleografia é definida como a ciência dedicada aos estudos da escrita em seus diversos marcos temporais, concentrando-se, especialmente, na escrita antiga. A finalidade dos métodos paleográficos reside na análise das escritas, na leitura e na transcrição de documentos (Lehmkuhl; Souza, 2014).

Historicamente, a Paleografia originou-se em meados do século XVII, na Europa, após a Guerra dos Trinta Anos (1618 a 1648). O conflito fomentou um cenário de falsificação de documentos de posse de terras e heranças na Alemanha, França, Inglaterra e Itália (Souza; Krüger, 2017).

Naquele contexto, iniciaram-se estudos dedicados à verificação da autenticidade de documentos. Em 1861, o monge francês Jean Mabillon apresentou a obra “*De re diplomática libri sex”*, aprovada e utilizada para amenizar o alarmante cenário de falsificações. A publicação de Mabillon deu origem a Paleografia e à Diplomática (Souza; Krüger, 2017).

Em sua gênese, a Paleografia e a Diplomática estavam simultaneamente ligadas. Posteriormente, distinguiram-se por seus objetos de estudo. Enquanto a Paleografia volta-se à leitura e transcrição de manuscritos, a Diplomática avalia os caracteres intrínsecos e extrínsecos de um determinado documento, no intuito de avaliar e certificar se se trata de documento verídico ou não (Berwanger; Leal, 2008).

De acordo com Mello e Krüger (2017, p. 258), a Paleografia como disciplina "[...] induz o leitor a um olhar investigativo, a decifrar as nuances da escrita para que o conteúdo se revele entendível e a perceber a peculiaridade do documento em relação ao seu autor, tema e época em que foi produzido". A Paleografia, portanto, não demanda apenas a leitura e transcrição do documento, mas requer, também, a interpretação do documento e a compreensão do contexto de sua produção.

Considerando que em sua atividade profissional o arquivista lida com acervos de documentos históricos, muitas vezes centenários, os métodos paleográficos são fundamentais para sua leitura e posterior descrição desses documentos. Asseguram, desse modo, ao público leigo, o acesso ao teor informacional de uma documentação produzida em contextos históricos pretéritos, em suportes deteriorados, com grafias à primeira vista ilegíveis a olhares não treinados, como no caso do acervo de processos criminais de homicídios do CMA.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão caracterizou-se como uma investigação exploratória de natureza quali-quantitativa, realizada no contexto de um projeto extensionista em Arquivologia realizado ao longo de um ano no CMA. A abordagem exploratória, segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 188) se caracteriza como "[...] uma pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno e modificar e clarificar conceitos".

A pesquisa foi norteada, inicialmente, por uma revisão bibliográfica de artigos científicos relacionados à Paleografia, às normas de transcrição e ao histórico do CMA utilizando bases de dados como *Scientific Electronic Library Online* (*SciELO)*, *Google Scholar* e Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Como suporte teórico complementar, utilizou-se o Guia Prático de Leitura de Documentos Judiciais, elaborado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Esta obra

facilitou a compreensão dos processos, pois contém orientações sobre a leitura e interpretação textual de documentos judiciários, tratando-se de uma ferramenta que possibilita a compreensão crítica de documentos jurídicos, contendo, ainda, um glossário de termos utilizados entre o século XVIII e a década de 1930 (Weimer, 2021).

Numa etapa posterior, localizaram-se os processos nas estantes sinalizadas como “D1 e D2”, seguindo-se da higienização dos documentos, da realização da leitura do conteúdo e, posteriormente, da sua transcrição, utilizando-se as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos definidas pelo Arquivo Nacional. Estas normas foram firmadas no Segundo Encontro Nacional de Normalização Paleográfica, realizado em setembro de 1993, que determinou diretrizes quanto à grafia, convenções e assinaturas (Arquivo Nacional, 1993).

Após a transcrição, no processo de sistematização do teor informacional dos documentos, adotaram-se os “Parâmetros de Catalogação dos Processos Crime-CMA”, utilizados pela instituição custodiadora. Esses parâmetros compreendem as seguintes informações: Procedência (Distrito Criminal) e número da caixa; Identificação (título do processo); Descrição (data; procedência e a descrição do processo); Conteúdo/anexos (totalização de páginas e de documentos anexos); Espaços/regiões (informações de localização, sendo uma escala do maior ao menor-Brasil, Estado, Cidade e etc.); campo de Assuntos e Metadados (dados referentes aos processos); Termos Insultuosos/sensíveis (termos configurados como sensíveis); Observações, e, por fim, o estado de conservação do documento.

As transcrições foram realizadas de forma manual por parte dos extensionistas utilizando lápis e folhas de papel pautado para destacar todas as informações necessárias. Após esse procedimento, as transcrições foram classificadas com etiquetas contendo informações como: número do processo, caixa e distrito de origem. As caixas foram devolvidas ao acervo respeitando a ordem em que estavam anteriormente nas estantes. As informações coletadas foram digitadas e inseridas em uma planilha de *Excel* que subsidiará um instrumento de pesquisa a ser disponibilizado posteriormente no *site* do CMA.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Os resultados obtidos revelaram que as informações registradas nos documentos de processos criminais são de relevância histórica, ilustrando as

questões sociais, políticas, econômicas e culturais do contexto em que aqueles documentos foram produzidos.

No período de execução do projeto, foram manuseadas dez caixas contendo processos catalogados. As caixas estão identificadas com etiquetas contendo as seguintes informações: dados da unidade de arquivamento com código de barras; notação; números de processos; acervo; fundo; série; subsérie; procedência; tipologia; localização e anos contidos. A tabela 1 apresenta o quantitativo dos processos analisados.

Tabela 1 – Processos avaliados

Número da Caixa	Quantidade de Processos	Processos Indisponíveis	Cópias dos Processos	Ano
1	5	3	0	1885/1887
2	11	0	10	1887
3	7	0	0	1887/1889/1892
4	7	0	0	1892/1894
5	10	0	0	1895/1896
6	8	0	0	1897
7	9	0	0	1897/1899
8	14	0	0	1899/1901
9	11	0	0	1901/1906
10	10	0	0	1968
Total	**92**	**3**	**10**	

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Na primeira caixa, foram tratados cinco processos, datados entre 1885 e 1887. Destes, três processos foram considerados indisponíveis para consulta e manuseio, devido ao estado precário de preservação, caracterizado por fragilidade provocada por excesso de umidade, temperatura inadequada, mofo, fungos, folhas secas quebradiças e manchadas. Mas, mesmo nessas condições, com o suporte metodológico da Paleografia, foi possível extrair as informações necessárias para efetuar a descrição dos processos.

Na segunda caixa, foram contabilizados onze processos. No entanto, apenas um processo foi classificado como “original” pois os demais são cópias deste. Devido a isso, foi efetuada somente uma descrição do processo mencionado, datada do ano de 1887. Na terceira caixa, foram contabilizados sete processos referentes aos anos de 1887/1889-1892. Na quarta caixa, foram contabilizados sete processos pertencentes aos anos de 1892 e 1894.

A quinta caixa contava com dez processos entre 1895 e 1896. Na sexta caixa, foram contabilizados oito processos datados de 1897. Na sétima caixa havia nove

processos, compreendidos entre 1897 e 1899. Na oitava caixa, foram contabilizados quatorze processos, abrangendo o período de 1899 a 1901. Na caixa nove foram contabilizados onze processos referentes aos anos de 1901 e 1906. Por fim, na caixa dez foram contabilizados dez processos datados do ano de 1968. No total, foram tratados noventa e dois processos, tendo se efetuado oitenta e duas transcrições, não sendo transcritos os dez processos da segunda caixa por serem cópias, conforme já mencionado.

A realização das transcrições paleográficas destes documentos facilitará o acesso à informação e à memória social paraense e garantirá a preservação dos documentos originais, evitando o manuseio direto, que pode acarretar consequências adversas ao suporte documental, como a aceleração de sua deterioração. Alguns documentos encontram-se em estado crítico de degradação e não podem mais ser consultados, no entanto, as informações contidas neles poderão ser acessadas por meio das transcrições disponibilizadas.

Salienta-se que alguns documentos foram afetados por agentes químicos desencadeados por desinsetizações realizadas nas dependências do CMA, provocando efeitos deletérios aos consulentes. Mesmo utilizando equipamentos de proteção individual (EPI), os extensionistas tiveram reações como prurido e vermelhidão no corpo ao analisarem tais documentos. Com a transcrição paleográfica, isto não afetará futuros interessados/pesquisadores, pois o acesso ocorrerá por meio das transcrições.

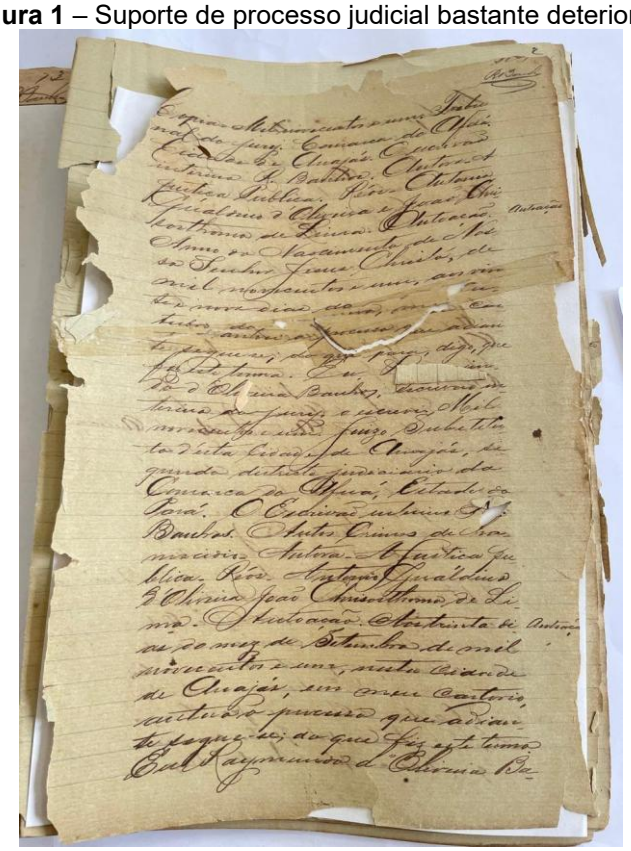
Outrossim, houve o cuidado ao manusear os processos, fazendo a higienização de cada um, retirando-se poeira e vestígios de insetos com auxílio de um pincel de cerdas macias, inserindo-se folhas de papel sem pauta nos processos mais fragilizados no anverso e no verso de cada página. E, os processos estão com uma capa para identificação e proteção.

Durante a leitura dos documentos, observou-se a presença de diferentes estilos de escrita, cada um refletindo as particularidades dos respectivos escreventes. Alguns apresentavam uma caligrafia mais legível, enquanto outros possuíam letras de difícil compreensão. Essa diversidade pode, por vezes, levar a erros na interpretação do texto devido aos estilos gráficos, o que requer bastante atenção no momento da transcrição.

Nesta seção, serão apresentadas imagens evidenciando características físicas de conservação dos processos, além de elementos ortográficos que ajudam a entender o contexto cultural amazônico no qual os documentos foram produzidos.

A figura 1 ilustra o processo de deterioração do suporte presente em um processo criminal datado do ano de 1897 e que passou por uma tentativa de restauro conforme se verifica pela presença de uma fita adesiva. Porém, é possível observar que a oxidação causada pela tinta ferrogálica prejudicou a conservação do papel. Nesses casos, o documento necessitou de uma atenção especial para manuseio com o auxílio de uma folha de papel A4 para evitar possíveis perdas de informação.

Figura 1 – Suporte de processo judicial bastante deteriorado



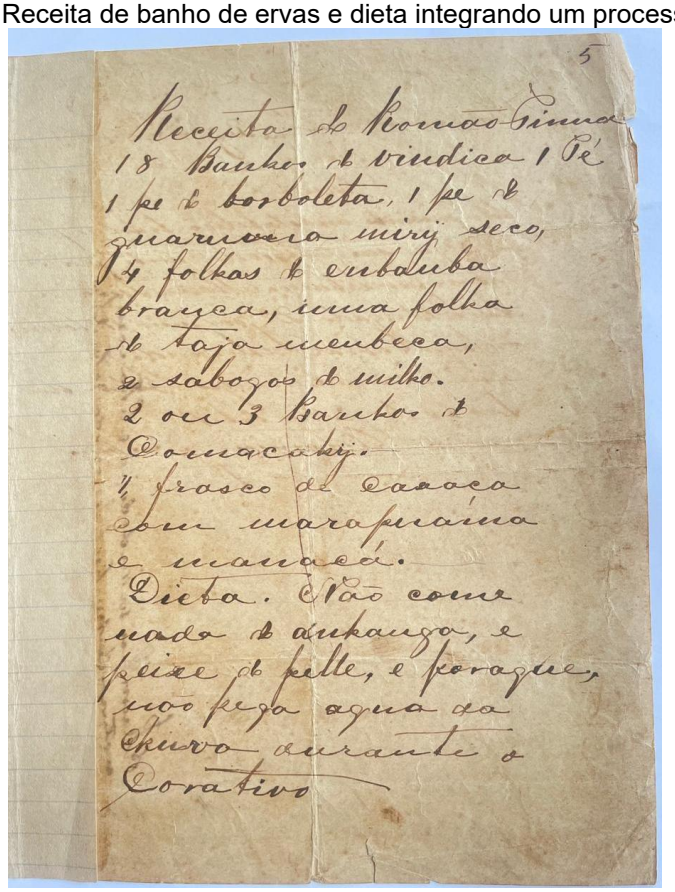
Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A figura 2 alude a uma “receita” encontrada dentro de um processo criminal do ano de 1897. Segundo o relato da denunciante, a receita corresponde a um banho de ervas que foi prescrito por um “pajé”[17] ao seu filho, que se encontrava adoentado, vindo a falecer dias depois, como consequência daquele banho.

[17] Segundo Maués (1994), referência nos estudos antropológicos sobre pajelança cabocla na Amazônia, o pajé amazônico é dedicado à prática de cura baseadas em culto mediúnico, sendo

Nos processos criminais, além das sentenças do juiz, constam diversos elementos, como os depoimentos, permitindo reconstituir a história do crime cometido, numa análise superficial, sob as perspectivas das testemunhas. Por meio dos relatos dessas pessoas comuns diante de uma instância do poder, questiona-se o papel da Justiça na construção das narrativas, considerando que todos os registros escritos eram feitos por agentes do Estado. De acordo com Maggie (1992) nos processos jurídicos, especialmente os criminais, a Justiça não atuaria apenas como um filtro para as falas dos envolvidos, mas seria a própria fonte das informações apresentadas.

Figura 2 – Receita de banho de ervas e dieta integrando um processo criminal



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A partir das análises documentais, verificou-se que, ao registrar as medidas adotadas pelas autoridades judiciais para coibir práticas consideradas delituosas e enquadradas como crimes, as informações contidas nos documentos transcendem a natureza jurídica, pois relatam situações do cotidiano, conflitos entre vizinhos, estratégias de resistência e enfrentamento por parte de pessoas comuns diante de

reconhecido, nesse contexto, como “curador”. Essa prática, segundo o autor, resulta da crença popular, em perspectiva sincrética, em santos católicos e em seres encantados.

autoridades vistas como abusivas etc. Posto isto, a análise dos processos criminais possibilita uma compreensão sobre a cidadania, normas, condutas e procedimentos judiciais ao longo dos séculos XIX e XX, transformando o documento processo criminal em uma fonte histórica relevante para a memória da sociedade paraense.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme constatado na pesquisa, encontra-se em curso um processo de deterioração do suporte documental analisado, agravado não somente pelas condições de acondicionamento da documentação ao longo do tempo, mas, sobretudo, pelas características climáticas da região amazônica, marcada pela umidade. Os processos criminais estão em estado sensível, contendo muitas páginas amareladas, com presença de fungos, umidade, ácaros, folhas secas e quebradiças.

A princípio, para não acelerar esse quadro, a solução imediatista seria a restrição do acesso, inviabilizando, assim, a consulta a essas relevantes fontes históricas. Por sua vez, mesmo diante da manutenção do acesso nas condições atuais, os diferentes níveis de legibilidade da escrita, implicando diversos registros ilegíveis ao olhar não treinado, além do esmaecimento da tinta presente em alguns processos, representam fatores limitadores da recuperação da informação.

Nesse contexto, a transcrição paleográfica de processos criminais do CMA se revelou uma estratégia eficaz para a recuperação do teor informacional de documentos em avançado estado de degradação, contribuindo, desse modo, para a preservação da memória social paraense. As informações recuperadas estão sendo integradas a um catálogo, em processo de produção, que será disponibilizado no *site* eletrônico do CMA, democratizando e ampliando o acesso a essas fontes documentais. Cumpre-se, assim, o princípio fundamental da extensão universitária: a conexão dos conhecimentos acadêmicos com as demandas da sociedade.

Conclui-se, pois, que ao facilitar o acesso ao conteúdo dos processos criminais manuseados, a transcrição paleográfica é uma ferramenta fundamental para a recuperação, preservação e democratização do patrimônio documental paraense. Ao transcender a natureza jurídica, esses documentos consolidam-se como fontes históricas relevantes, apresentando elementos de recuperação da memória social regional, alguns dos quais ainda estão presentes nas práticas cotidianas de parcelas da população amazônica, a exemplo do banho de ervas para

curar as doenças do corpo e da alma, receitado pelo pajé mencionado no contexto de um processo criminal no longínquo ano de 1897.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Normas técnicas para a transcrição e edição de documentos manuscritos**. (1993). Disponível em:http://www.arquivonacional.gov.br/Media/ Transcreve.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

BERWANGER, A. R.; LEAL, E. F. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008.

LEHMKUHL, C. S.; SOUZA, L. M. K. Processamento técnico e transcrição paleográfica de documentos permanentes do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina**. Ágora**: Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 24, n. 48, 2014. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/13867. Acesso em: 11 mar. 2026.

MAGGIE, Y. **Medo do Feitiço**: relações entre poder e magia no Brasil**.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional,1992. Disponível em: https://bdan.an.gov.br/items/9ee583dc-6868-48da-9c35-2e524bc78f27. Acesso em: 12 mar. 2026.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAUÉS, R. H. Medicinas populares e “pajelança cabocla”, na Amazônia. *In*: ALVES, P. C; MINAYO, M. C. S. (Orgs.). **Saúde e doença**: um olhar antropológico. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994, p. 73-81.

MELLO, D. M.; KRUGER, A. C. Análise das características paleográficas de manuscritos do Vice-Rei para a Câmara Municipal da Ilha de Santa Catarina (1781 – 1789). **Ágora:** Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 27, n. 54, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufing.br/index.php/moci/article/view/17494. Acesso em: 11 mar. 2026.

SOUZA, C. M.; KRÜGER, A. C. Transcrição e Análise Paleográfica: manuscritos eclesiásticos do século XIX da Colônia Alemã de São Pedro de Alcântara. **Ágora**: Arquivologia em debate, Florianópolis, v. 27, n. 54, 2017. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/13968. Acesso em: 11 mar. 2026.

WEIMER, R. A. **Guia Prático de Leitura de Documentos Judiciais**. Porto Alegre Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: https://apers.rs.gov.br/publicacoes. Acesso em: 8 abr. 2026



COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA SOBRE A ADULTIZAÇÃO DIGITAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA EM UMA COMUNIDADE EM BELÉM DO PARÁ, AMAZÔNIA, BRASIL

Information literacy and building critical awareness about digital adultization: an experience report in a community in Belém do Pará, Amazon, Brazil

Alfabetización informacional y desarrollo de la conciencia crítica sobre la adultización digital: un informe de experiencia de una comunidad en Belém, Pará, Amazonía, Brasi

Eliane Epifane Martins
Doutoranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
jadyeliane@gmail.com

Jaqueline Alfaia de Vasconcelos Cordeiro
Mestranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
jaqueline.vasconcelos@icsa.ufpa.br

Alexandre Martinho Dias da Fonseca de Sousa
Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
alexandresousa@ufpa.br

Crislene Favacho Serrão
Mestranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
crislenefavachoserrao@gmail.com

Pâmela Whellen Jerônimo da Silva
Mestranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
pamelawhellen@gmail.com

Suely Paraense Vidal
Mestranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
sparaense@ufpa.br

Resumo

O uso intensivo das tecnologias digitais tem transformado as práticas informacionais, especialmente entre crianças e adolescentes, em um cenário de exposição em redes sociais e adultização. Este estudo tem como objetivo promover a compreensão desse fenômeno e desenvolver a consciência crítica dos participantes por meio da competência em informação em contexto comunitário. Trata-se de relato de experiência, descritivo e reflexivo, com abordagem quali-quantitativa, realizado em uma associação de moradores em Belém do Pará, Amazônia, Brasil. A coleta de dados ocorreu por questionário estruturado, e a análise utilizou análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram a centralidade das redes sociais, com destaque para o *WhatsApp* (46,4%), além de percepção de risco, mas com limitações quanto à monetização, plataformas e engajamento. Os achados sugerem que a competência em informação favorece práticas digitais críticas e reflexivas, sobretudo em ações extensionistas voltadas à inclusão social e à problematização da adultização em contextos comunitários vulnerabilizados, ampliando a mediação crítica, educativa e informacional diante das redes sociais.

Palavras-chave: competência em informação; adultização; práticas informacionais; redes sociais.

Abstract

The intensive use of digital technologies has transformed informational practices, especially among children and adolescents, into a scenario of exposure on social networks and adultization. This study aims to promote understanding of this phenomenon and develop the critical awareness of participants through information literacy in a community context. This is a descriptive and reflective experience report, with a mixed-methods approach, carried out in a residents' association in Belém do Pará, Amazon, Brazil. Data collection through a structured questionnaire, and the analysis used Content Analysis. The results highlighted the centrality of social networks, particularly WhatsApp (46,4%), as well as a perception of risk, but with limitations regarding monetization, platforms, and engagement. The findings suggest that information literacy favors critical and reflective digital practices, especially in outreach activities aimed at social inclusion and problematizing adultization in vulnerable community contexts, expanding critical, educational, and informational mediation in the face of social networks.

Keywords: *information literacy; adultization; informational practices; social media.*

Resumen

El uso intensivo de las tecnologías digitales ha transformado las prácticas informacionales, especialmente entre niños y adolescentes, en un escenario de exposición a las redes sociales y adultificación. Este estudio busca promover la comprensión de este fenómeno y desarrollar la conciencia crítica de los participantes por medio de la competencia en información en un contexto comunitario. Se trata de un informe descriptivo y reflexivo, con un enfoque de métodos mixtos, realizado en una asociación de vecinos en Belém do Pará, Amazonía, Brasil. Los datos se recopilaron mediante un cuestionario estructurado y el análisis se realizó mediante análisis de contenido. Los resultados destacaron la centralidad de las redes sociales, en particular WhatsApp (46,4%), así como una percepción de riesgo, pero con limitaciones en cuanto a monetización, plataformas y participación. Los hallazgos sugieren que la alfabetización informacional favorece prácticas digitales críticas y reflexivas, especialmente en actividades de extensión dirigidas a la inclusión social y a la problematización de la adultificación en contextos comunitarios vulnerables, ampliando la mediación crítica, educativa e informativa frente a las redes sociales.

Palabras clave: *competencia en información; adultización; prácticas informacionales; redes sociales.*

1 INTRODUÇÃO

A intensificação do uso das tecnologias digitais e das redes sociais tem transformado as práticas informacionais contemporâneas, com impactos sobre a infância e a adolescência, que passam a ocupar posição central na cultura digital. Nesse contexto, os ambientes online configuram espaços de sociabilidade, nos quais jovens constroem identidades e produzem conteúdos, muitas vezes sem mediação adequada (Boyd, 2014). Essa ausência de mediação torna-se relevante quando se considera que a apropriação crítica da informação não decorre apenas do acesso aos conteúdos, mas depende de processos sociais, educativos e culturais que favorecem a interpretação, a contextualização e a construção de sentidos (Almeida Júnior, 2009; 2015).

Nesse cenário, destaca-se o fenômeno da adultização, entendido como a antecipação de comportamentos e padrões da vida adulta na infância. Além disso, a participação de jovens nas plataformas digitais envolve simultaneamente oportunidades e riscos, no que se refere à exposição e à interpretação crítica da informação (Livingstone *et al*., 2011). No âmbito da Ciência da Informação (CI), a Competência em Informação (CoInfo) tem sido compreendida como um constructo que ultrapassa a dimensão técnica de acesso à informação, incorporando aspectos cognitivos, éticos, sociais e críticos relacionados ao uso e à apropriação da informação (Dudziak, 2003; Belluzzo, 2011), configurando-se como instrumento para o enfrentamento de práticas informacionais que impactam a infância na atualidade.

Nessa perspectiva, emerge a seguinte questão de pesquisa: como promover a conscientização e desenvolver a consciência crítica sobre o fenômeno da adultização no ambiente digital, por meio da CoInfo, em contexto comunitário? Assim, o objetivo geral deste estudo consiste em promover a compreensão crítica do fenômeno da adultização e desenvolver a consciência crítica dos participantes por meio da CoInfo, a partir de uma ação realizada em contexto comunitário. Como objetivos específicos, busca-se: a) discutir os fundamentos da CoInfo em perspectiva sociocultural; b) analisar a relação entre práticas informacionais, ambiente digital e adultização; c) examinar os resultados da intervenção realizada em contexto comunitário.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência de natureza descritiva e reflexiva, com abordagem qualiquantitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado, e a análise fundamentou-se na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016).

A justificativa deste estudo fundamenta-se na relevância social e acadêmica da temática, considerando as lacunas existentes na aplicação da CoInfo em contextos comunitários. Ao abordar o fenômeno da adultização no ambiente digital sob a perspectiva da CI, a pesquisa contribui para ampliar o debate, incorporando dimensões informacionais, sociais e culturais relacionadas à mediação e à apropriação crítica da informação na contemporaneidade. Por fim, o artigo está estruturado em cinco seções: introdução, referencial teórico, procedimentos metodológicos, resultados e discussão, e considerações finais.

2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E SOCIOCULTURAIS

A CoInfo emerge no campo científico a partir das discussões inauguradas por Zurkowski (1974), ao destacar a necessidade de desenvolver habilidades para o uso eficaz da informação em contextos sociais e profissionais. Desde então, o conceito tem sido ampliado e ressignificado, passando de uma abordagem inicialmente instrumental para uma perspectiva mais abrangente, que incorpora dimensões cognitivas, sociais e críticas.

No contexto brasileiro, esse deslocamento teórico é aprofundado por autores como Belluzzo (2011) e Dudziak (2003), que compreendem a CoInfo como um processo formativo contínuo, orientado à construção de sujeitos autônomos e críticos. Para essas autoras, a CoInfo não se limita ao domínio de técnicas de busca, mas envolve a capacidade de interpretar, avaliar e utilizar a informação de forma ética e contextualizada, articulando conhecimento, reflexão e ação. Essa ótica evidencia que o uso da informação está intrinsecamente relacionado à formação cidadã e à participação social, superando abordagens restritas ao âmbito técnico-operacional.

Nesse sentido, a perspectiva da aprendizagem informada proposta por Bruce (2008) amplia a compreensão do conceito ao enfatizar que a CoInfo não se restringe a habilidades técnicas, mas envolve diferentes formas de experienciar e utilizar a informação em contextos variados. Para a autora, o uso da informação está diretamente relacionado aos processos de aprendizagem, nos quais os sujeitos atribuem significado à informação a partir de suas vivências, interações e contextos socioculturais.

Dessa forma, a CoInfo não pode ser reduzida a um conjunto estático de habilidades ou competências técnicas. Ao contrário, trata-se de um fenômeno dinâmico, relacional e contextual, que se manifesta de maneira diversa conforme as condições socioculturais, as experiências informacionais e os ambientes em que os sujeitos estão inseridos. Essa compreensão permite deslocar o debate da dimensão operacional para uma abordagem mais ampla, que reconhece a informação como elemento estruturante das práticas sociais e da construção do conhecimento.

Logo, a CoInfo é compreendida, neste estudo, como um constructo integrador, de natureza crítica e social, que ultrapassa a dimensão técnica e se

insere nas práticas socioculturais dos sujeitos, constituindo-se como elemento fundamental para a formação de indivíduos capazes de atuar de forma reflexiva e responsável em contextos informacionais complexos.

2.1 Perspectiva sociocultural da informação e mediação

A compreensão da CoInfo como prática social encontra sustentação na perspectiva sociocultural da CI, que desloca o entendimento da informação de uma dimensão estritamente técnica para um fenômeno situado, produzido e interpretado em contextos históricos, culturais e institucionais. Nessa direção, Capurro (2003) propõe uma abordagem que reconhece a informação como elemento relacional, cuja significação depende das interações entre sujeitos, sistemas e contextos sociais, afastando-se de concepções universalizantes e neutras.

Essa perspectiva é aprofundada por Perrotti e Pieruccini (2007), ao situarem a informação no campo das práticas culturais e simbólicas, nas quais a produção de sentidos ocorre por meio de processos de mediação. Para os autores, a informação não se constitui de forma autônoma, mas depende da ação de sujeitos mediadores e das condições socioculturais em que está inserida, o que implica reconhecer que o acesso à informação não garante, por si só, sua compreensão ou apropriação crítica.

Nesse sentido, a mediação da informação emerge como categoria central para a análise das práticas informacionais, uma vez que envolve a articulação entre sujeitos, conhecimentos, linguagens e dispositivos informacionais. Conforme Almeida Júnior (2009; 2015), a mediação da informação deve ser compreendida como um processo de interferência intencional que favorece a apropriação, a interpretação e a construção de sentidos pelos sujeitos. Essa compreensão reforça que a mediação não se limita à transmissão de conteúdos, mas constitui um processo ativo de interpretação, negociação e produção de significados.

No contexto da CI brasileira, a mediação assume papel estruturante na formação informacional, ao evidenciar que o desenvolvimento da CoInfo depende das relações estabelecidas entre sujeitos e seus contextos de atuação. Essa abordagem permite compreender que práticas informacionais são atravessadas por dimensões sociais, culturais e políticas, sendo influenciadas por condições de acesso, desigualdades estruturais e formas de organização do conhecimento.

Dessa forma, a articulação entre CoInfo e mediação evidencia que o desenvolvimento de capacidades informacionais está intrinsecamente ligado às condições socioculturais em que os sujeitos estão inseridos. Em contextos de vulnerabilidade social, essa relação torna-se ainda mais relevante, uma vez que a mediação pode atuar como elemento facilitador da inclusão informacional, possibilitando a construção de sentidos, o fortalecimento da autonomia e a ampliação da participação social.

Assim, a mediação da informação não apenas sustenta o desenvolvimento da CoInfo, mas também a qualifica como prática social situada, na qual o acesso, o uso e a interpretação da informação são indissociáveis das relações sociais, culturais e institucionais que os constituem.

2.2 Competência em Informação, cidadania e ambiente digital

No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação das tecnologias digitais e pela centralidade das plataformas informacionais na vida social, a CoInfo assume papel fundamental na formação de sujeitos capazes de atuar de maneira crítica, ética e reflexiva em ambientes informacionais complexos. Conforme Gasque (2010), essa competência está diretamente associada ao desenvolvimento da autonomia intelectual e à participação social, constituindo elemento estruturante para o exercício da cidadania em sociedades mediadas pela informação. Nessa direção, Boyd (2014) destaca que os ambientes digitais configuram espaços de sociabilidade nos quais os sujeitos constroem identidades e interagem sob lógicas de visibilidade e exposição.

A cidadania informacional, portanto, não se limita ao acesso às tecnologias, mas envolve a capacidade de compreender, avaliar e utilizar a informação de forma crítica e responsável. Campello (2003) ressalta que o desenvolvimento da CoInfo depende também das condições sociais de acesso e mediação, evidenciando que desigualdades estruturais impactam a formação informacional dos sujeitos. Esse entendimento dialoga com Livingstone *et al*. (2011), ao apontar que a participação no ambiente digital envolve simultaneamente oportunidades de aprendizagem e riscos associados à exposição, à privacidade e à interpretação da informação.

No ambiente digital, esses desafios tornam-se mais complexos devido à circulação acelerada de conteúdos, à multiplicidade de fontes e à influência de algoritmos, exigindo maior capacidade de interpretação crítica. Nesse contexto, as

práticas informacionais passam a ser influenciadas por dinâmicas de visibilidade e engajamento que, conforme Buckingham (2007), contribuem para a incorporação de padrões culturais mediados pela mídia, especialmente entre crianças e adolescentes.

É nesse cenário que se insere o fenômeno da adultização, entendido como a antecipação de comportamentos, estéticas e papéis sociais típicos da vida adulta na infância, frequentemente mediado por dinâmicas informacionais e culturais do ambiente digital. Para Postman (2005), as transformações nos meios de comunicação contribuem para o enfraquecimento das fronteiras simbólicas entre infância e vida adulta, processo intensificado pela lógica de exposição das plataformas digitais.

A adultização, dessa forma, pode ser compreendida não apenas como fenômeno cultural, mas como resultado de práticas informacionais mediadas por tecnologias digitais, nas quais a produção, circulação e consumo de conteúdos desempenham papel central. Nesse sentido, a CoInfo torna-se fundamental para que os sujeitos reconheçam, analisem e problematizem essas dinâmicas, contribuindo para o fortalecimento da cidadania em contextos digitais.

Além disso, a compreensão da adultização no ambiente digital exige considerar as lógicas informacionais e algorítmicas que estruturam as plataformas digitais. Bruno (2004) contribui para essa discussão ao analisar a relação entre visibilidade, subjetividade e tecnologias comunicacionais, evidenciando que os sujeitos constroem modos de apresentação de si em ambientes marcados pela exposição e pelo olhar do outro. No campo da CI, Bezerra (2017) discute a emergência de um novo regime de mediação da informação nas redes digitais, atravessado pela vigilância, pela cultura algorítmica e pela reorganização dos modos de circulação e acesso aos conteúdos. Assim, a exposição da imagem infantil e a reprodução de padrões adultos não devem ser compreendidas apenas como escolhas individuais ou familiares, mas como fenômenos vinculados a sistemas informacionais que estimulam visibilidade, engajamento, circulação de dados e consumo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência, de natureza descritiva e reflexiva, com abordagem qualiquantitativa. A dimensão descritiva

fundamenta-se na proposta de caracterizar e registrar sistematicamente a intervenção realizada, conforme Yin (2005), enquanto a dimensão reflexiva busca interpretar criticamente os resultados à luz do referencial teórico adotado. Essa abordagem justifica-se pela articulação entre dados numéricos, provenientes de questionário estruturado, e a análise qualitativa das práticas informacionais observadas no contexto da ação.

O estudo foi desenvolvido na Associação de Moradores da Área II da Sacramenta (AMAD II), localizada no bairro da Sacramenta, em Belém do Pará. A escolha do campo empírico justifica-se por possibilitar a realização de uma intervenção em contexto real, permitindo observar dinâmicas de uso da informação em um ambiente socialmente situado. O público participante foi composto por crianças, adolescentes e adultos integrantes da associação, totalizando 15 envolvidos, com faixa etária entre 13 e 63 anos.

Em razão do número reduzido de participantes e da heterogeneidade etária do grupo, os resultados foram analisados em caráter descritivo e exploratório, sem pretensão de generalização. Reconhece-se que crianças, adolescentes e adultos apresentam experiências informacionais distintas, razão pela qual os dados foram interpretados como diagnóstico inicial da realidade observada, e não como representação estatística ampla da comunidade.

A pesquisa foi estruturada em três etapas principais: diagnóstico, planejamento e intervenção. A etapa de diagnóstico consistiu na identificação das necessidades informacionais da comunidade, relacionadas ao uso de redes sociais, o que permitiu delimitar o foco da ação no fenômeno da adultização no ambiente digital. Na etapa de planejamento, foram definidos os objetivos, os conteúdos e as estratégias de mediação da informação, incluindo reunião prévia com representantes da associação para validação da proposta e adequação da linguagem ao perfil dos participantes.

A etapa de intervenção consistiu na realização de uma oficina formativa intitulada “Adultização: entendendo os limites da infância e da adolescência”, desenvolvida em um encontro presencial com os integrantes da associação. A atividade foi conduzida em formato dialógico, combinando exposição oral, roda de conversa, exemplos de situações cotidianas nas redes sociais e discussão coletiva sobre riscos, limites e responsabilidades no ambiente digital.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado, composto por oito questões fechadas, aplicado aos participantes ao final da intervenção. Os dados foram organizados em quatro categorias analíticas, desdobradas em oito subcategorias e 26 indicadores, definidos em consonância com os objetivos da pesquisa e com o conteúdo do instrumento de coleta.

A análise foi estruturada em quatro categorias. A primeira aborda o uso de redes sociais e práticas informacionais, com foco na rede social predominante (*WhatsApp, Instagram, TikTok e YouTube*). A segunda categoria trata da percepção de risco e alfabetização digital, contemplando a verificação de adequação etária (sempre, nunca ou não sabe), a identificação de conteúdo adulto (reconhece, não reconhece ou tem dúvidas) e a percepção de segurança das redes (considera seguras/inseguras ou não sabe). A terceira categoria refere-se às concepções sobre infância, adultização e exposição digital, incluindo a normalização da adultização visual (normal, inadequado ou não sabe julgar) e a responsabilidade parental (atribui aos pais, relativiza ou não sabe responder). Por fim, a quarta categoria aborda a economia digital e influências externas, compreendendo a consciência sobre a monetização da imagem infantil (reconhece, não reconhece ou não sabe) e a influência de empresas e redes sociais na adultização (reconhece, nega ou não sabe).

A análise fundamentou-se na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), desenvolvida nas etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, com construção categorial de natureza mista (dedutiva e indutiva). A unidade de análise foi a resposta dos participantes.

Considerando a participação de adolescentes, a pesquisa adotou cuidados éticos voltados à proteção de menores, com autorização dos responsáveis e assentimento dos participantes, garantindo voluntariedade, anonimato e possibilidade de não resposta. Devido à sensibilidade do tema, a intervenção utilizou linguagem adequada à faixa etária, e os dados foram analisados de forma agregada, exclusivamente para fins acadêmicos, assegurando a privacidade e a integridade dos participantes.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Os dados obtidos na intervenção realizada na AMAD II, em Belém do Pará, evidenciam forte inserção dos sujeitos investigados no ambiente digital,

especialmente por meio das redes sociais. No que se refere à Categoria 1: *Uso de redes sociais e práticas informacionais*; subcategoria 1: *Rede social predominante (*indicadores: *WhatsApp, Instagram, TikTok, YouTube*). A análise das respostas está sistematizada na tabela 1.

Tabela 1 – Plataformas digitais mais utilizadas pelos participantes

Plataforma digital	Percentual de uso
WhatsApp	46,4%
Instagram	28,6%
TikTok	14,3%
YouTube	7,1%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

As redes sociais, de acordo com a tabela 1, constituem meios centrais de comunicação, interação social e acesso à informação no cotidiano dos participantes da pesquisa. Esse padrão de uso dialoga com as contribuições de Boyd (2014), ao afirmar que os ambientes digitais configuram espaços estruturantes de sociabilidade e construção de identidades. Do ponto de vista da CI, os dados revelam que as práticas informacionais dos sujeitos investigados ocorrem em ambientes marcados pela velocidade, informalidade e circulação contínua de conteúdos, sendo também condicionadas por lógicas algorítmicas e de engajamento. Nesse sentido, a maior incidência de uso do *WhatsApp* e do *Instagram* sugere que o acesso à informação ocorre, em grande medida, em plataformas orientadas pela interação imediata, o que exige maior capacidade de avaliação crítica.

A partir desse cenário, a experiência realizada evidenciou que a aproximação entre universidade e comunidade, mediada pela CoInfo, favoreceu a problematização do uso cotidiano das redes sociais, promovendo a reflexão crítica dos participantes sobre suas próprias práticas informacionais no ambiente digital.

Na categoria 2: Percepção de risco e alfabetização digital, subcategoria 1: Verificação de adequação etária (indicadores: Sempre verificar; Nunca verificar; Não sabe), os dados indicam uma configuração heterogênea entre os participantes. Observa-se uma distribuição relativamente equilibrada entre aqueles que afirmam verificar a adequação etária dos conteúdos e aqueles que não adotam essa prática, o que aponta para diferentes níveis de consciência e criticidade no uso da

informação. Já na subcategoria 2: Identificação de conteúdo adulto (indicadores: reconhece conteúdo impróprio; não consegue identificar; tem dúvidas), todos os participantes demonstraram capacidade de reconhecer conteúdos inadequados, o que correspondeu a 100% das respostas nesse item. Por sua vez, na subcategoria 3: Percepção de segurança das redes (indicadores: considera redes seguras/inseguras; considera inseguras; não sabe), os resultados apontam para a percepção dos riscos mais evidentes do ambiente digital, embora isso não represente domínio sobre os mecanismos que orientam a circulação desses conteúdos.

Em conjunto, esses achados sugerem que os participantes apresentam uma CoInfo situada em um nível funcional e perceptivo, marcada pela habilidade de reconhecer conteúdos e identificar riscos imediatos, mas com limitações no aprofundamento analítico. Essa interpretação dialoga com Dudziak (2003), ao destacar que a CoInfo envolve níveis progressivos de desenvolvimento, que vão do acesso à informação à sua interpretação crítica e uso reflexivo. Além disso, os resultados convergem com Livingstone et al. (2011), ao evidenciar que a participação em ambientes digitais envolve simultaneamente oportunidades e riscos, exigindo competências para avaliação e tomada de decisão.

Dessa forma, embora os participantes apresentem uma base inicial de percepção de risco, persistem lacunas na consolidação de uma alfabetização digital crítica, o que reforça a necessidade de ações formativas que articulem o uso da informação à reflexão ética, contextualizada e socialmente situada.

Na categoria 3: Concepções sobre infância, adultização e exposição digital, na subcategoria 1: Normalização da adultização visual (indicadores: acha normal; acha inadequado; não sabe julgar), os resultados evidenciam uma forte rejeição à adultização visual infantil, uma vez que 93,3% dos participantes consideram inadequado que crianças utilizem vestimentas associadas ao universo adulto. Esse dado aponta para a presença de uma concepção protetiva da infância, na qual são reconhecidos limites simbólicos entre o universo infantil e o adulto.

Na subcategoria 2: Responsabilidade parental (indicadores: sim, pois os pais são responsáveis; não, pois devem respeitar e orientar; não sabe responder), quando os dados são analisados em conjunto com as práticas digitais dos participantes, observa-se uma tensão entre o que é declarado e o que é vivenciado no cotidiano. Embora haja rejeição discursiva à adultização, os participantes estão

inseridos em ambientes digitais que favorecem a exposição e a circulação de conteúdos alinhados a padrões adultos, evidenciando uma contradição entre valores expressos e práticas informacionais.

Esse cenário pode ser compreendido à luz das contribuições de Postman (2005), ao argumentar que as transformações nos meios de comunicação contribuem para o enfraquecimento das fronteiras entre infância e adultidade. No ambiente digital, esse processo é intensificado pelas lógicas de visibilidade e performatividade das plataformas, que incentivam a exposição e a reprodução de padrões culturais. De modo complementar, Buckingham (2007) destaca que a participação de crianças e adolescentes na cultura digital está associada à incorporação de referências midiáticas, o que contribui para a construção de identidades influenciadas por padrões externos.

Dessa forma, os resultados indicam que a adultização deve ser compreendida como um fenômeno informacional e sociocultural, produzido nas dinâmicas de circulação de conteúdos digitais. Tal constatação reforça a importância de desenvolver competências informacionais que permitam problematizar essas práticas e compreender seus impactos na construção social da infância.

Na categoria 4: Economia digital e influências externas**,** na subcategoria 1: Consciência sobre monetização de imagens de crianças (indicadores: reconhece que há lucro de terceiros; não reconhece; não sabe responder), os dados evidenciam limites na compreensão crítica dos processos estruturais do ambiente digital. Apesar dos avanços na percepção de risco e na identificação de conteúdos inadequados, observa-se baixo nível de consciência sobre a monetização da imagem infantil, uma vez que 53,3% dos participantes não reconhecem a existência de ganhos econômicos associados à exposição de crianças nas redes sociais.

Esse dado revela uma lacuna na CoInfo quanto à compreensão das dimensões algorítmicas e estruturais das plataformas digitais. A partir de Bruno (2004) e Bezerra (2017), compreende-se que a exposição nas redes sociais envolve dinâmicas de visibilidade, subjetivação e mediação algorítmica, nas quais a circulação dos conteúdos é condicionada por sistemas de seleção, hierarquização e recomendação. Assim, a exposição infantil deve ser analisada como fenômeno informacional atravessado por lógicas de engajamento, consumo e visibilidade.

Na subcategoria 2: Influência de empresas e redes sociais na adultização (indicadores: sim, pois incentiva; não, pois não incentiva; não sabe responder), os

participantes demonstraram reconhecer a influência de empresas e plataformas digitais na disseminação de padrões de comportamento, o que indica uma percepção, ainda que parcial, dessas dinâmicas. Essa aparente contradição evidencia que a CoInfo dos sujeitos investigados se situa em níveis intermediários, uma vez que há reconhecimento de aspectos mais visíveis do ambiente digital, mas persistem limitações quanto à compreensão de seus mecanismos econômicos e algorítmicos mais complexos.

Essa interpretação está alinhada à perspectiva de Bruce (2008), ao indicar que o desenvolvimento da CoInfo ocorre de forma gradual, sendo necessário avançar das dimensões operacionais para níveis mais críticos e reflexivos. Nesse sentido, os achados dialogam com Belluzzo (2011), ao evidenciarem a necessidade de programas formativos que integrem dimensões pedagógicas, sociais e culturais, além do mais dialoga com Capurro (2003), ao afirmar que a informação deve ser entendida em seu contexto social, perspectiva que se articula com Moutinho, Francelin e Almeida (2024), ao destacarem que os fenômenos informacionais só podem ser plenamente compreendidos quando analisados em seus contextos específicos.

Portanto, os resultados indicam que as práticas informacionais são atravessadas por estruturas tecnológicas e econômicas nem sempre perceptíveis aos usuários, o que demanda processos de mediação mais aprofundados. Nesse contexto, a CoInfo mostra-se fundamental tanto para o uso quanto para a compreensão dos sistemas que produzem, organizam e disseminam a informação, devendo ser entendida como um processo contínuo e situado, voltado à formação de sujeitos autônomos e conscientes no ambiente digital e ao fortalecimento da cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo promover a compreensão do fenômeno da adultização e desenvolver a consciência crítica dos participantes por meio da CoInfo, em contexto comunitário. A intervenção realizada na AMAD II favoreceu a problematização do tema e possibilitou reflexões sobre práticas informacionais, exposição digital, riscos nas redes sociais e circulação de conteúdos relacionados à infância e à adolescência.

Os resultados indicaram que as práticas informacionais dos sujeitos são fortemente mediadas pelo ambiente digital, sobretudo pelas redes sociais, que assumem papel central na comunicação, no acesso à informação e na construção de sentidos. Verificou-se que os participantes apresentam percepção de risco e capacidade de identificar conteúdos inadequados, embora ainda revelem limitações quanto à compreensão crítica das estruturas digitais, como os mecanismos de monetização e a atuação das plataformas.

Quanto à adultização, observou-se uma tensão entre percepção e prática: embora os participantes rejeitem a adultização infantil, estão inseridos em dinâmicas digitais que favorecem a reprodução de padrões adultos. Assim, o fenômeno deve ser compreendido como resultado de práticas informacionais mediadas por tecnologias e por lógicas de visibilidade e consumo.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para a CI ao articular a CoInfo à análise de fenômenos socioculturais atuais, reforçando a informação como prática social situada. Como limitações, destacam-se o número reduzido de participantes, o caráter localizado da experiência, a heterogeneidade etária da amostra e o uso de questionário estruturado apenas ao final da intervenção, o que restringe generalizações e dificulta comparações entre adolescentes, pais ou responsáveis.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o escopo empírico, com maior número de participantes e separação por estratos, como faixa etária, escolaridade e papel social na comunidade. Sugere-se também aperfeiçoar o desenho avaliativo, com pré-teste, pós-teste e acompanhamento posterior, como *follow-up* após 30 dias, para verificar mudanças nas práticas informacionais relacionadas à privacidade, checagem de informações, exposição digital e uso crítico das redes sociais.

Por fim, a experiência evidencia o potencial das ações extensionistas mediadas pela CoInfo como estratégias de inclusão social e formação crítica, reafirmando o papel da CI na compreensão e no enfrentamento de problemáticas contemporâneas do ambiente digital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170. Acesso em: 10 dez. 2025.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito

atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo; SILVA, Rovilson José. **Mediação oral da informação e da leitura**. São Paulo: ABECIN, 2015. cap.1, p. 9-32.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Competência informacional**: conceitos, princípios, propostas e ações. São Paulo: Senac, 2011.

BEZERRA, Arthur Coelho. Vigilância e cultura algorítmica no novo regime global de mediação da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 68-81, out./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/zxgymJJ 9DrB6xCKWtRfNHwq/. Acesso em: 28 abr. 2026

BOYD, Danah. **It's complicated: the social lives of networked teens**. New Haven: Yale University Press, 2014.

BRUCE, Christine Susan. **Informed learning**. Chicago, IL: ALA/ACRL, 2008.

BRUNO, Fernanda. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 11, n. 24, p. 110-124, 2004. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/ article/view/3271. Acesso em: 28 abr. 2026.

BUCKINGHAM, David. **Beyond Technology**: children's learning in the age of digital culture. Cambridge: Polity, 2007.

CAMPELLO, Bernadete. **Letramento informacional**: fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 5 dez. 2025.

DUDZIAK, Elizabeth Adriana. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Tradução. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652003000100003. Acesso em: 10 dez. 2025.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Competência informacional**: construção do conhecimento e da cidadania. Brasília: UnB, 2010.

LIVINGSTONE, Sonia *et al.* **Risks and safety on the internet: the perspective of European children**: full findings and policy implications from the EU Kids Online survey of 9-16 year olds and their parents in 25 countries. London: EU Kids Online Network, 2011. Deliverable D4. (EU Kids Online Deliverable D4). Disponível em: http://eprints.lse.ac.uk/33731/1/Risks%20and%20safety%20 on%20the%20internet%28lsero%29.pdf. Acesso em: 10 dez. 2025.

MOUTINHO, Suelene; FRANCELIN, Marivalde Moacir; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Crises, paradigmas e a Ciência da Informação: reflexões a partir do conceito de comunidade científica. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 15, n. 1, p. 1-20, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.incid.2024. 208795. Acesso em: 24 nov. 2025.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. Mediação e apropriação da informação. **Revista da**

USP, São Paulo, n. 75, p. 50-63, 2007. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n2p01. Acesso em: 5 dez. 2025.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Trad. Suzana Menescal de Carvalho e José Laurenio de Melo. Rio de Janeiro: Graphia, 2005.

YIN, Robert Kuo-zuir. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZURKOWSKI, Paul George. **The Information Service Environment Relationships and Priorities**: report 5. Washington, D.C., National Commission on Libraries and Information Science, Nov. 1974. Disponível em: http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001 – Vinculado à doutoranda Eliane Epifane Martins

SICAM 2026
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
18 e 19 de Junho - Belém - PA

DO ACESSO À INCLUSÃO: UM OLHAR EMPÁTICO SOBRE A ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS DO INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ

From access to inclusion: an empathic look at accessibility in the libraries of the Federal Institute of Pará

Del acceso a la inclusión: una mirada empática sobre la accesibilidad en las bibliotecas del Instituto Federal de Pará

Leontina da Cunha Nascimento
Mestra em Ciência da Informação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Brasil
leontina.cunha@ifpa.edu.br

Luana Pereira da Silva
Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Brasil
luana.silva@ifpa.edu.br

Suzana de Nazaré Cézar da Silva Santos
Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Brasil
luana.silva@ifpa.edu.br

Resumo

O aumento das matrículas de estudantes com deficiência no Instituto Federal do Pará, entre 2023 e 2025, evidencia a necessidade de assegurar condições efetivas de acessibilidade, inclusão e permanência nas bibliotecas institucionais. Diante desse cenário, surge a preocupação em verificar se esses espaços estão preparados estrutural e funcionalmente para atender às demandas de um público cada vez mais diverso, consolidando-se como ambientes de aprendizado inclusivos e equitativos. O estudo teve como objetivo analisar as práticas de ações inclusivas das bibliotecas do Instituto Federal do Pará, considerando tanto os recursos físicos e tecnológicos disponíveis quanto as práticas institucionais voltadas à permanência dos estudantes com deficiência. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico e análise de dados institucionais, relatórios de matrícula e documentos de políticas afirmativas, articulados às normas técnicas e legislações vigentes sobre acessibilidade. Os resultados evidenciaram avanços na ampliação do acesso, mas também revelaram lacunas relacionadas à infraestrutura, à ausência de materiais em formatos acessíveis e à limitada aplicação de tecnologias assistivas. Com base nesses dados, foram propostas ações afirmativas voltadas à adaptação dos espaços físicos, à ampliação dos recursos tecnológicos e ao fortalecimento da cultura institucional de acolhimento e empatia. Conclui-se que o aumento do acesso deve vir acompanhado de estratégias que assegurem a participação plena e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência, contribuindo para o aprimoramento das políticas públicas e do planejamento educacional inclusivo no Instituto Federal do Pará.

Palavras-chave: bibliotecas multiníveis; pessoas com deficiência; inclusão.

Abstract

The increase in enrollment of students with disabilities at the Federal Institute of Pará between 2023 and 2025 highlights the need to ensure effective conditions for accessibility, inclusion, and retention in institutional libraries. Given this scenario, the concern arises to

verify whether these spaces are structurally and functionally prepared to meet the demands of an increasingly diverse public, consolidating themselves as inclusive and equitable learning environments. This study aimed to analyze the inclusive action practices of Federal Institute of Pará libraries, considering both the available physical and technological resources and the institutional practices aimed at the retention of students with disabilities. The research adopted a qualitative approach, based on a bibliographic survey and analysis of institutional data, enrollment reports, and affirmative action policy documents, articulated with current technical standards and legislation on accessibility. The results showed progress in expanding access, but also revealed gaps related to infrastructure, the lack of materials in accessible formats, and the limited application of assistive technologies. Based on this data, affirmative actions were proposed aimed at adapting physical spaces, expanding technological resources, and strengthening the institutional culture of acceptance and empathy. It is concluded that increased access must be accompanied by strategies that ensure the full participation and academic success of students with disabilities, contributing to the improvement of public policies and inclusive educational planning at the Federal Institute of Pará.

Keywords: *multilevel libraries; people with disabilities; inclusion.*

Resumen

El aumento de las matrículas de estudiantes con discapacidad en el Instituto Federal de Pará, entre 2023 y 2025, evidencia la necesidad de asegurar condiciones efectivas de accesibilidad, inclusión y permanencia en las bibliotecas institucionales. Ante este escenario, surge la preocupación por verificar si estos espacios están preparados estructural y funcionalmente para atender las demandas de un público cada vez más diverso, consolidándose como entornos de aprendizaje inclusivos y equitativos. El estudio tuvo como objetivo analizar las prácticas de acciones inclusivas de las bibliotecas del IFPA, considerando tanto los recursos físicos y tecnológicos disponibles como las prácticas institucionales orientadas a la permanencia de los estudiantes con discapacidad. La investigación adoptó un enfoque cualitativo, fundamentado en revisión bibliográfica y análisis de datos institucionales, informes de matrícula y documentos de políticas afirmativas, articulados con las normas técnicas y legislaciones vigentes sobre accesibilidad. Los resultados evidenciaron avances en la ampliación del acceso, pero también revelaron vacíos relacionados con la infraestructura, la ausencia de materiales en formatos accesibles y la limitada aplicación de tecnologías asistivas. Con base en estos datos, se propusieron acciones afirmativas orientadas a la adaptación de los espacios físicos, la ampliación de los recursos tecnológicos y el fortalecimiento de la cultura institucional de acogida y empatía. Se concluye que el aumento del acceso debe ir acompañado de estrategias que aseguren la participación plena y el éxito académico de los estudiantes con discapacidad, contribuyendo al perfeccionamiento de las políticas públicas y de la planificación educativa inclusiva en el IFPA.

Palabras clave: *bibliotecas multiniveles; personas con discapacidad; inclusión.*

1 INTRODUÇÃO

A educação pública de qualidade só se concretiza quando garante o acesso, a permanência e o êxito de todos os estudantes, inclusive os que foram excluídos historicamente. Nesse sentido, Carvalho (2014, p. 65) afirma que "[...] a proposta de educação inclusiva traduz uma aspiração antiga, se devidamente compreendida como educação de boa qualidade para todos e com todos buscando-se meios e

modos de remover as barreiras para a aprendizagem". No Brasil, as pessoas com deficiência (PcD) e neurodivergentes ainda enfrentam barreiras concretas e simbólicas que limitam o exercício do seu pleno direito à educação. Diante desse cenário, as bibliotecas do IFPA, por seu caráter multidimensional, surgem como espaços privilegiados para promover equidade, inclusão e acessibilidade.

A criação dos Institutos Federais no Brasil, instituídos pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Brasil, 2008), consolidou uma rede de educação profissional, científica e tecnológica voltada para a formação em diferentes níveis de ensino. Neste cenário, as bibliotecas dos Institutos Federais assumem sua tipologia quanto à sua característica como multiníveis, pois atendem simultaneamente a diferentes níveis de ensino: técnico, médio, superior e pós-graduação. Essa tipologia reflete a diversidade de públicos/interagentes e a necessidade de integrar funções educacionais, culturais e sociais. Nesse sentido, Almeida e Freire (2018) ressalta que as bibliotecas dos Institutos Federais são consideradas multiníveis justamente por contemplarem usuários de todos esses níveis de ensino.

As bibliotecas multiníveis desempenham um papel fundamental na promoção da educação em informação, contribuindo para o desenvolvimento de competências infocomunicacionais. Como destacam Almeida e Freire (2017), não basta oferecer oficinas de capacitação para o uso de tecnologias e fontes de informação; é igualmente necessário proporcionar condições para a formação de cidadãos críticos, criativos e reflexivos.

No IFPA, esse desafio torna-se ainda mais evidente: embora os dados apontem para o aumento no número de estudantes com deficiência matriculados, persistem barreiras estruturais e atitudinais que comprometem a plena vivência desses alunos no ambiente escolar e acadêmico.

Este artigo apresenta os resultados de um mapeamento das bibliotecas do IFPA, com foco no aumento de matrículas de estudantes com deficiência entre 2023 e 2025, e propõe um conjunto de ações afirmativas fundamentadas em marcos legais e normativos, como a Lei nº 14.914/2024, a ABNT NBR 9050:2020, a ABNT ISO 24495-1:2023 e a ABNT NBR 17225:2025. Embora os dados da pesquisa apontem maior crescimento de matrículas de estudantes com deficiência sensorial nos campi analisados, verificou-se também a predominância de estudantes com deficiência intelectual, transtornos de ansiedade e deficiência física. Nesse sentido, o artigo abordará as deficiências de forma ampla e integrada, considerando a

diversidade de necessidades educacionais e informacionais presentes no contexto institucional, com vistas à promoção da acessibilidade, inclusão e equidade no ambiente das bibliotecas. Dentre as ações afirmativas observadas está o projeto Biblioteca das Coisas, iniciativa que pretende ampliar a função tradicional das bibliotecas ao disponibilizar, para empréstimo, itens não bibliográficos que apoiam o cotidiano acadêmico de estudantes com deficiência, neurodivergência ou em situação de vulnerabilidade. O objetivo da pesquisa é analisar as práticas de ações inclusivas nas bibliotecas do IFPA, identificar pontos fortes e fracos, e sugerir caminhos para consolidar uma cultura de acolhimento e empatia institucional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão educacional ultrapassa a mera garantia de acesso aos espaços escolares; ela pressupõe o reconhecimento das diferenças e o compromisso com a equidade. Constata-se que ao verificar os relatórios (IFPA, 2025a; 2025b) nas bibliotecas do IFPA, a presença crescente de estudantes com deficiência entre 2023 e 2025 revela avanços importantes em termos de democratização do ensino, mas também impõe novos desafios à instituição. Diante desse cenário, a empatia emerge como um valor essencial para orientar práticas e políticas voltadas à permanência estudantil e à promoção de um ambiente realmente inclusivo.

A empatia, nesse contexto, vai além de um sentimento individual: constitui uma postura institucional que se reflete na forma como os espaços, os serviços e os recursos são planejados. Uma biblioteca empática, acolhedora é aquela que reconhece as barreiras físicas, comunicacionais ou informacionais e atua de forma proativa para superá-las. Sassaki (2010) destaca que isso envolve desde o início a acessibilidade atitudinal, a adaptação arquitetônica até o uso de tecnologias assistivas, a produção de materiais em formatos acessíveis e a formação de servidores sensíveis à diversidade humana.

Lima (2006) aponta que o processo de inclusão traz muitas implicações e, por isso, ele é desafiador e pleno de possibilidades. Compreende-se que a sociedade está, gradualmente, construindo um processo inclusivo, ainda que permaneça produtora de exclusões em diversas dimensões. Essa contradição revela que a inclusão não se efetiva apenas por meio de políticas ou adaptações estruturais, mas exige uma transformação humana, cultural e ética baseada na valorização do outro e no reconhecimento da diversidade humana.

Essa transformação, segundo Lima (2006), pode ser potencializada com o avanço do humanismo e do conhecimento sobre as possibilidades humanas. À medida que a convivência social se amplia por meio da interação com pessoas com deficiência, torna-se possível vislumbrar uma sociedade mais fraterna, empática e cooperativa. Essa perspectiva reforça que a inclusão é um processo coletivo e contínuo, que depende do comprometimento de todos os sujeitos e instituições na construção de ambientes acolhedores e equitativos.

Considerando que o direito à educação, previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988), não envolve apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes, exigindo práticas pedagógicas que garantam inclusão, acolhimento e condições efetivas de aprendizagem. A Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024) orienta quanto aos Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para ações de inclusão, acessibilidade, alimentação, moradia, acolhimento e bem-estar. A NBR 9050:2020 (ABNT, 2020) define critérios físicos de acessibilidade, enquanto a NBR ISO 24495-1:2023 (ABNT, 2023) recomenda o uso de linguagem simples. Já a NBR 17225:2025 (ABNT, 2025) propõe diretrizes para ambientes informacionais digitais acessíveis.

Além das normas técnicas, a legislação brasileira reúne importantes instrumentos voltados à acessibilidade e à inclusão das pessoas com deficiência nos espaços educacionais e informacionais. As Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000 garantem atendimento prioritário e estabelecem critérios de acessibilidade arquitetônica, comunicacional e tecnológica (Brasil, 2020a; 2020b). O Decreto nº 5.296/2004 regulamenta essas legislações, reforçando a eliminação de barreiras físicas e comunicacionais, aspecto essencial para as bibliotecas (Brasil, 2004).

Outro marco relevante é a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura igualdade de oportunidades, autonomia e participação social às pessoas com deficiência, compreendendo a inclusão como responsabilidade coletiva e institucional (Brasil, 2015). Neste estudo, são consideradas diferentes condições presentes no contexto do IFPA, como deficiência física, visual, auditiva, intelectual, TEA, TDAH, neurodivergências e transtornos de ansiedade, reconhecendo que cada uma demanda estratégias específicas de acessibilidade.

O Decreto nº 9.296/2018 amplia essa discussão ao regulamentar a acessibilidade em livros e publicações digitais (Brasil, 2018). Assim, o conjunto da legislação brasileira oferece bases fundamentais para que as bibliotecas multiníveis

sejam organizadas como espaços acessíveis, inclusivos e comprometidos com a permanência e o êxito estudantil.

Além dos aspectos legais e estruturais, torna-se indispensável considerar a relação humana e relacional no processo de inclusão. Nesse contexto, destaca-se a importância da "política do afeto". Para Cykman (2021, p. 1083), "[...] o afeto é o alicerce da relação pedagógica: sem ele, não há escuta, não há vínculo, não há aprendizagem significativa". Oliveira e Lopes (2021, p. 92) complementam que "[...] a escuta sensível e o acolhimento afetuoso são estratégias pedagógicas que possibilitam o reconhecimento da alteridade e fortalecem o desejo de permanecer na escola". Mantoan (2015, p. 45) defende que "[...] a inclusão escolar é um processo que busca transformar as escolas para responder à diversidade de todos os alunos, promovendo uma cultura de respeito e valorização das diferenças". Jesus, Ristum e Nery (2019) acrescentam que o afeto fortalece o vínculo educacional e potencializa práticas inclusivas ao promover empatia e segurança emocional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo adotou a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, a qual, segundo Creswell (2010), articula diferentes concepções de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados. O *corpus* da pesquisa foi constituído de pesquisas em Bases de Dados científica e de outras três fontes institucionais principais: a) Relatório de Matrículas de Alunos com Necessidades Educacionais Específicas -2023 e atualização de 2025 (IFPA, 2025b), disponibilizado pela Diretoria de Políticas Afirmativas do IFPA; b) Documento de Mapeamento das Bibliotecas do IFPA – Grupo de Trabalho – GT Acessibilidade e Infraestrutura (2025a); c) Dados secundários provenientes de legislações, normas técnicas e relatos de servidores envolvidos em ações de acessibilidade.

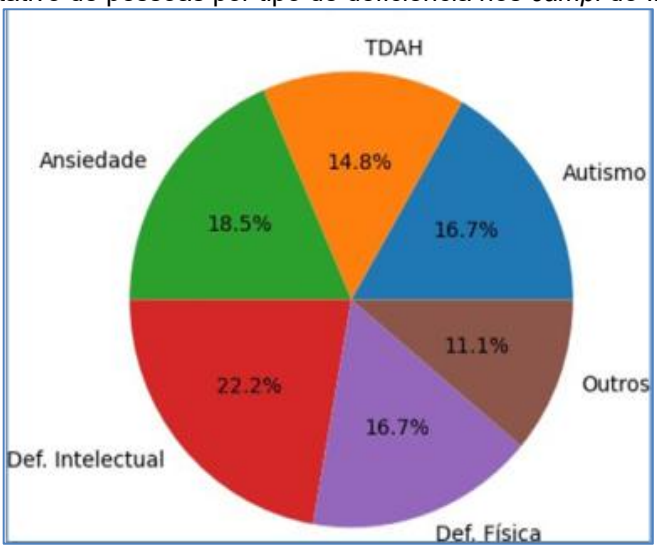
O método de análise integrou a análise documental à análise crítica de conteúdo, utilizando a técnica de triangulação como recurso para validar as informações oriundas de diferentes fontes institucionais. Além disso, foram consideradas diretrizes metodológicas específicas para estudos sobre ações afirmativas no campo da inclusão sociocultural, assegurando maior rigor e consistência na interpretação dos resultados.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

A humanização na mediação do atendimento bibliotecário representa o elo entre a técnica e a empatia, essencial para a inclusão efetiva. O mapeamento realizado nas bibliotecas do IFPA evidencia que a ampliação do acesso precisa vir acompanhada de ações afirmativas e de uma cultura institucional voltada ao acolhimento. A empatia torna-se, assim, um eixo transversal para a construção de práticas inclusivas: ela orienta o atendimento humanizado, inspira o uso ético e socialmente responsável das tecnologias e fortalece os vínculos entre comunidade acadêmica e biblioteca.

Observa-se um quadro preliminar de alunos com deficiência sensorial nos *campi*, no qual se verifica predominância de estudantes com deficiência intelectual, ansiedade e deficiência física. O gráfico 1 ilustra a soma total de pessoas com deficiência nos campi do IFPA entre os anos de 2022 e 2025 por categoria. Segundo o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do IFPA, demonstra um maior percentual de pessoas com deficiência intelectual, seguido por ansiedade, deficiência física, autismo, TDAH e outros.

Gráfico 1 - Quantitativo de pessoas por tipo de deficiência nos *campi* do IFPA de 2022-2025



Fonte: Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE.

Observa-se maior concentração de estudantes nas categorias de deficiência intelectual, transtornos de ansiedade e deficiência física, evidenciando a necessidade de estratégias institucionais que contemplem tanto aspectos cognitivos quanto psicossociais da inclusão.

4.1 Aumento de matrículas de alunos com deficiência

Entre 2023 e 2025, registrou-se crescimento expressivo no número de estudantes com deficiência em diversos *campi* do IFPA. A tabela 1 ilustra essa evolução.

Tabela 1 – Quantitativo de alunos matriculados por campus

Campus	Matrícula em 2023	Matrículas em 2025	Crescimento %
Belém	22	40	81,8
Ananindeua	20	38	90
Abaetetuba	12	31	158,3
Altamira	8	14	75
Bragança	10	21	110

Fonte: Secretaria do IFPA (2025).

Observa-se que todos os *campi* apresentaram crescimento expressivo, evidenciando o processo de interiorização da inclusão no IFPA. Além da expansão quantitativa, destaca-se que esse aumento evidencia o avanço das políticas de acesso, mas também impõe à instituição o desafio de assegurar condições concretas de permanência e êxito educacional. Nesse contexto, as bibliotecas dos Institutos Federais enfrentam obstáculos não apenas em termos de recursos informacionais, mas principalmente quanto à estrutura necessária para acolher estudantes com deficiência, garantindo acessibilidade física, tecnológica e comunicacional.

Conforme destacam Almeida e Freire (2018), é essencial que esses espaços se organizem de maneira a atender às especificidades de um público diverso, contemplando a complexidade de múltiplos níveis de ensino e as demandas inclusivas que emergem desse cenário. Entre os recursos e adaptações necessários estão: tecnologias assistivas, como *softwares* de leitura de tela; mobiliário adaptado para mobilidade reduzida; sinalização tátil e em braille; e materiais didáticos em formatos alternativos, como livros digitais acessíveis e audiolivros. Dessa forma, as bibliotecas podem se consolidar como ambientes acessíveis, acolhedores e efetivamente inclusivos, fortalecendo o aprendizado e a participação de todos os estudantes.

4.2 Convergência: avanços identificados

Análise comparativa e crítica do atendimento a pessoas com deficiência e neurodivergência nas bibliotecas do IFPA, com base no mapeamento institucional realizado em 2025. A análise é orientada pelas diretrizes da NBR 17225/2025 (ABNT, 2025) e pela legislação brasileira de inclusão.

Entre os aspectos positivos identificados, destacam-se a realização de projetos e ações culturais, como a Biblioteca das Coisas (BdC), rodas de leitura, clubes e cinebibliotecas, iniciativas que contribuem para o fortalecimento da convivência, da empatia e da inclusão no ambiente educacional, embora em alguns campi ainda apresentem limitações quanto à acessibilidade. Também foi observada, em parte das unidades analisadas, uma percepção positiva dos estudantes interagentes acerca do papel acolhedor desempenhado pelas bibliotecas, reconhecidas como espaços de apoio, escuta e pertencimento.

Nesse contexto, o projeto Biblioteca das Coisas se destaca como uma prática voltada à inclusão, sustentabilidade e empatia em ação, ao promover o compartilhamento de recursos e experiências de maneira mais humanizada e acessível. Em novembro de 2024, foi iniciado experimentalmente o projeto Biblioteca das Coisas nos *campi* Ananindeua, Breves e Paragominas, com proposta voltada à promoção da acessibilidade, autonomia e pertencimento entre os estudantes. Segundo Sassaki (2010), a acessibilidade permite que qualquer pessoa usufrua, com segurança e autonomia, de espaços, serviços e informações, sendo elemento fundamental para a educação inclusiva.

A iniciativa amplia a função tradicional das bibliotecas ao disponibilizar, para empréstimo, itens não bibliográficos que apoiam o cotidiano acadêmico de estudantes com deficiência, neurodivergência ou em situação de vulnerabilidade. Entre os objetos disponíveis estão: xadrez, régua de leitura com guia, ecobag, cubo mágico, Marajó *eco game*, lupa de mão, caixa de som, calculadora, escalímetro, quebra cabeças, fone de ouvido, *soroban* e *headset*. Tais itens visam atender demandas de estudantes com TDAH, autismo, baixa visão, deficiência intelectual, entre outras condições.

Mais do que compartilhar recursos, a proposta promove empatia institucional. Ao oferecer ferramentas de apoio, a biblioteca reconhece que cada estudante possui formas distintas de aprender e participar da vida escolar. Um fone antirruído, por

exemplo, pode assegurar conforto e permanência a um estudante autista. Ou um aluno com dislexia pode emprestar a régua de leitura com guia para fazer a leitura de livros.

O Projeto Piloto Biblioteca das Coisas, desenvolvido inicialmente no IFPA – Campus Ananindeua e com previsão de expansão para os campi Breves e Paragominas, busca ampliar os serviços das bibliotecas por meio do empréstimo de materiais não convencionais, como sorobans, lupas, jogos educativos e ferramentas pedagógicas. Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o projeto promove acessibilidade, inclusão, sustentabilidade e economia compartilhada, incentivando o uso colaborativo de recursos.

A iniciativa envolve o levantamento das necessidades da comunidade acadêmica, aquisição dos materiais e integração ao sistema Pergamum, além da realização de oficinas e campanhas de conscientização. Dessa forma, a Biblioteca das Coisas fortalece o papel das bibliotecas como espaços de inclusão, inovação e compartilhamento, ampliando o acesso a recursos educacionais, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

4.3 Divergências e desigualdades

Dentre as principais barreiras apresentadas, o quadro 1 evidencia que as barreiras à acessibilidade nas bibliotecas são abrangentes, envolvendo aspectos estruturais, tecnológicos, atitudinais e de gestão.

Quadro 1 - Principais barreiras identificadas

Área	Barreira	Urgência
Acesso físico	Falta de rampas, elevadores, sinalização tátil	Alta
Atendimento	Falta de empatia, falta de formação em Libras e	Alta
Equipamentos	Ausência de tecnologias assistivas e mobiliário acessível	Alta
Projetos	Ações culturais e educativas não adaptadas	Média
Planejamento	Falta de integração da acessibilidade no PDI e relatórios	Média

Fonte: Adaptado do Relatório Técnico (IFPA, 2025).

Por outro lado, persistem desafios significativos como infraestrutura despadronizada entre as bibliotecas, sem observância da NBR 9050:2020 (ABNT, 2020), com forte discrepância entre *campi*; escassez de equipamentos e *softwares* de tecnologia assistiva; ausência de formação continuada em Libras, braille, adaptação de material para baixa visão e empatia institucional na maioria dos *campi*;

documentos institucionais carentes de acessibilidade digital e computacional em redes sociais e no repositório.

A acessibilidade é componente essencial para que todos os usuários, inclusive pessoas com deficiência e neurodivergência, possam acessar recursos e serviços de forma independente. Neste contexto Stroparo e Moreira (2021, p. 3) argumentam que:

> [...] a biblioteca, mais especificadamente a biblioteca universitária, responde por mudanças, ajustes, inovações tecnológicas, reorganização de espaços, adaptação de ações, serviços e formatos de acervos compatíveis com os diferentes interesses e especificidades dos estudantes com deficiência. Levando-se em conta que nenhuma parcela da comunidade deve ser excluída da informação, cabe às bibliotecas a responsabilidade de provimento, seja de forma impressa, áudio e representação digital. Também os recursos e serviços precisam ser inovadores de modo a fazer cumprir o princípio de acesso para todos.

De modo complementar, Pereira (2020, p. 112) ressalta que "[...] uma biblioteca acessível é aquela que garante igualdade de oportunidades, possibilitando que todos os usuários acessem os conteúdos e serviços de maneira independente e autônoma". Galvão (2022) acrescenta que embora a existência de bibliotecas inclusivas ou de seções com acervos acessíveis como materiais em braille, audiolivros e recursos de tecnologia assistiva seja fundamental, ainda há insuficiência desses espaços e recursos para atender, de forma abrangente, as pessoas com deficiência no Brasil. Nesse contexto, destaca a cooperação entre bibliotecas como uma alternativa viável para ampliar o acesso e minimizar essa lacuna.

4.4 Lacunas sistêmicas

Entre as lacunas identificadas, ressaltam-se: a inexistência de políticas institucionais de bibliotecas acessíveis; falta de articulação com a Diretoria de Assuntos Estudantis e NAPNE, e ausência de práticas comunicacionais acessíveis.

As bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais exercem papel central na promoção da educação, inclusão e formação cidadã (Almeida, Freire, 2018; Brandão; Freire; Perucchi, 2023). Sua consolidação como espaços verdadeiramente acessíveis depende, portanto, de estratégias abrangentes que articulem infraestrutura, recursos humanos e políticas institucionais. Essa tipologia de

biblioteca se diferencia por combinar funções educativas, culturais, sociais e de pesquisa, integrando ambientes e recursos para estudantes do ensino médio, técnico e superior, bem como para a comunidade externa.

Portanto, a acessibilidade em bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais não se restringe à eliminação de barreiras físicas, mas envolve uma estratégia abrangente de inclusão, autonomia, desenvolvimento de competências infocomunicacionais e fortalecimento da cidadania. A consolidação de práticas inclusivas, aliada à definição clara de identidade e à multifuncionalidade, permite que as bibliotecas sejam espaços educativos, culturais e sociais de referência, atendendo às demandas da sociedade contemporânea e aos princípios da educação inclusiva no Brasil.

Promover a inclusão com empatia significa compreender que cada estudante possui modos singulares de aprender e interagir com o conhecimento. Quando a biblioteca se transforma em um espaço de pertencimento, onde todas as pessoas se sentem vistas e respeitadas, o acesso à informação deixa de ser um privilégio e torna-se um direito efetivamente exercido. Dessa forma, a inclusão e a empatia não se limitam a princípios teóricos, mas configuram práticas cotidianas que dão sentido à missão pública e educativa das bibliotecas do IFPA. Elas reafirmam a biblioteca como um espaço de diálogo, transformação e cidadania. Um território onde o conhecimento é acessível, humano e compartilhado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas do IFPA encontram-se em um momento de protagonismo diante de sua trajetória institucional. Os dados analisados demonstram um crescimento significativo no acesso de estudantes com deficiência e neurodivergência ao Sistema Federal de ensino entre 2023 e 2025, refletindo avanços importantes nas políticas de inclusão. No entanto, este estudo revela que a garantia efetiva da permanência e do êxito educacional desses estudantes permanece um desafio complexo, que exige respostas institucionais mais articuladas e consistentes.

Os resultados do mapeamento evidenciam um cenário de contrastes: enquanto se observam iniciativas promissoras como o projeto Biblioteca das Coisas que exemplifica concretamente como a inovação pedagógica aliada à empatia institucional pode transformar práticas bibliotecárias, persistem lacunas sistêmicas

profundas. A falta de padronização quanto à infraestrutura conforme a ABNT NBR 9050:2020, a carência de tecnologias assistivas, a insuficiência de formação continuada em acessibilidade e a ausência de uma política institucional específica para bibliotecas acessíveis representam obstáculos substantivos à plena inclusão.

A discussão realizada reforça que a superação desses desafios requer uma abordagem multidimensional, que articule com estas três dimensões fundamentais: a técnico-normativa**,** implementação de Normas Regulamentadoras como ABNT NBR 17225:2025 e ISO 24495-1:2023, a político-institucional quanto a formulação de políticas específicas e articulação entre a Diretoria de Assuntos Estudantis, Setor de Assistência Estudantil, Pró-Reitoria de Ensino, NAPNE e a socioafetiva quanto a valorização da escuta sensível, do acolhimento e da empatia como pilares do serviço bibliotecário. A dimensão afetiva não pode ser tratada como um elemento periférico no contexto educacional, pois ela integra, de forma essencial, os processos de ensino e aprendizagem. Quando considerada de maneira intencional, contribui para a construção de ambientes mais acolhedores, nos quais os estudantes se sentem reconhecidos, respeitados e motivados a participar. Assim, práticas pedagógicas que incorporam o afeto favorecem não apenas o engajamento, mas também a efetivação de uma educação mais inclusiva e significativa.

O caso do projeto Biblioteca das Coisas, em funcionamento experimental em três *campi*, serve como demonstração prática do potencial transformador dessa abordagem integrada. Ao ampliar o conceito tradicional de acervo para incluir recursos de apoio à aprendizagem e ao bem-estar estudantil, essa iniciativa concretiza os princípios de desenho universal, economia colaborativa e empatia institucional, antecipando o que poderia ser implementado em escala institucional.

Em síntese, a construção de bibliotecas verdadeiramente acessíveis obedecendo a NBR 9050/2020 e as Leis, demanda mais do que investimentos em infraestrutura e tecnologia: exige uma mudança cultural que posicione a diversidade como eixo estruturante das práticas bibliotecárias. Isso implica transitar de um modelo reativo de adequação a normas para um modelo proativo de desenho universal e acolhimento à diferença. As bibliotecas multiníveis dos Institutos Federais, pela própria diversidade de públicos que atendem, estão posicionadas para liderar essa transformação, tornando-se espaços de referência não apenas para o acesso à informação, mas para a vivência concreta de uma cidadania plural e democrática.

Os dados atualizados demonstram que o crescimento do número de estudantes com deficiência no IFPA não se limita ao aspecto quantitativo, mas reflete uma ampliação qualitativa do perfil do estudante, especialmente no que se refere à neurodiversidade. Tal cenário exige a reconfiguração das práticas institucionais, com ênfase em acessibilidade pedagógica, tecnológica e atitudinal.

Este estudo não encerra a discussão, mas oferece contribuições práticas para orientar políticas e ações institucionais. Os resultados indicam que a construção de bibliotecas verdadeiramente inclusivas é um processo contínuo, necessário, urgente e viável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. A biblioteca multinível no IFPB Campus Sousa: conceito, descrição e finalidade. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 520-537, maio/ago. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2018v23n2p520. Acesso em: 24 set. 2025.

ALMEIDA, Jobson Louis Santos de; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Competências em informação na biblioteca multinível: uma atividade de rotina ou uma atividade baseada em projetos? *Folha de Rosto*: **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, p. 15-27, dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/251. Acesso em: 24 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 17225:2025**: acessibilidade em conteúdo e aplicações web - Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2025. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara-dos-deputados/responsabilidade-social-e-ambiental/acessibilidade/pdfs/ABNTNBR17225 AcessibilidadeDigitalparaWeb.pdf. Acesso em: 28 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/9974. Acesso em: 18 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 24495-1**: Linguagem simples - Parte 1: princípios e diretrizes norteadores. Rio de Janeiro: ABNT, 2024. Disponível em: https://mwpt.com.br/wp-content/uploads/2025/11/Linguagem-Simples-ABNT.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

BRANDÃO, Jobson Louis Almeida; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; PERUCCHI, Valmira. Biblioteca educativa pública nos Institutos Federais: identidade, finalidade, função, natureza e perspectivas. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 28, p. 1-18, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/89493. Acesso em: 24 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e

10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, Brasília, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)., Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Decreto n. 9.296, de 1 de março de 2018.** Regulamenta o art. 45 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência, Brasília, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9296.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, Brasília, 2000a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10048.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências., Brasília, 2000b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 21 ago. 2026.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 28 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11892.htm. Acesso em: 4 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 4 jul. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 4 dez. 2025.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos "is". 10. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2014.

CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Armed, 2010.

CYKMAN, Noa. Educação com sentido: reflexões sobre o afeto em sala de aula. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, *[S. l.]*, v. 7, n. 2, p. 1079-1096, 2021. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/63454. Acesso em: 2 abr. 2026.

GALVÃO, Michelle Silva. Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um olhar para as pessoas com deficiência visual. **Revista Eletrônica da ABDF**, v. 6, n. 1, p. 96-115, jan./jun. 2022. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/211961. Acesso em: 22 nov. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Comitê Gestor de Bibliotecas. Grupo de Trabalho de Infraestrutura e Acessibilidade. **Relatório técnico de acessibilidade no IFPA**: análise comparativa de estudantes com deficiência e barreiras de acessibilidade (2024-2026). 2025a. (não publicado).

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ. Diretoria de Políticas Afirmativas. **Relatório de Matrículas de Alunos com Necessidades Educacionais Específicas**. Belém: instituição, 2025b.

JESUS, Cícero Ramon Cunha de; RISTUM, Marilena; NERY, Matheus Batalha Moreira. O afeto na relação professor-aluno: uma revisão da literatura brasileira. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 42, p. 415-436, 2019. Disponível em: https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/1378. Acesso em: 21 jan. 2026.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus Editorial, 2015.

OLIVEIRA, Verônica Borges de; LOPES, Alice Casimiro. Por que o afeto é importante para a política? Implicações teórico-estratégicas. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 80-96, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i48.8939. Acesso em: 15 dez. 2025.

PEREIRA, Larissa M. **Bibliotecas acessíveis**: inclusão e autonomia para todos. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

STROPARO, Eliane Maria; MOREIRA, Laura Ceretta. Bibliotecas universitárias federais brasileiras: acessibilidade/avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Educação**, Santa Maria, v. 46, p. 1-20, e40029, jan. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/40029/pdf. Acesso em: 20 nov. 2025

SICAM 2026
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
18 e 19 de Junho - Belém - PA

DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO CULTURAL E ENGAJAMENTO DIGITAL: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA CASA DA CULTURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS NAS REDES SOCIAIS

Cultural information dissemination and digital engagement: analysis of the Casa da Cultura de Canaã dos Carajás' performance on social media

Difusión de la información cultural y compromiso digital: análisis de la actuación de la Casa de la Cultura de Canaã dos Carajás en las redes sociales

Carol Abreu Fragoso
Bacharelanda em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil
carol.fragoso1@gmail.com

Rodrigo da Silva Almeida
Mestre em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
rodrigoalmeida.pub@gmail.com

Surama Maria Oliveira Andrade
Mestra em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
surama_andrade@outloook.com

Eddie Carlos Saraiva da Silva
Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará;
Instituto Tecnológico Vale, Belém, Pará, Brasil
eddiesaraiva@gmail.com

Resumo

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as estratégias de disseminação da informação cultural e os padrões de engajamento do perfil da Casa da Cultura de Canaã dos Carajás em uma rede social digital, no período de janeiro a junho de 2025. Metodologicamente, trata-se de um estudo descritivo e exploratório, de abordagem mista, fundamentado na observação sistemática das publicações, na organização de dados quantitativos e na análise qualitativa dos conteúdos divulgados. Foram examinados os tipos de postagens, os formatos utilizados e os indicadores de engajamento, como curtidas, comentários e compartilhamentos. Os resultados evidenciam a predominância de conteúdos visuais, especialmente imagens simples e vídeos, bem como oscilações significativas no engajamento ao longo do semestre, com destaque para o mês de março, que apresentou os maiores índices de interação. Observa-se que determinados conteúdos possuem maior potencial mobilizador, estimulando respostas imediatas e ações de difusão por parte do público. Conclui-se que a atuação digital da instituição contribui para a disseminação cultural e para o fortalecimento dos vínculos com a comunidade, embora ainda apresente desafios relacionados à sistematização das estratégias comunicacionais e à ampliação do engajamento contínuo.

Palavras-chave: disseminação da informação; mediação da informação; cultura digital; engajamento; instituições culturais.

Abstract

This study aims to analyze the strategies of cultural information dissemination and the patterns of audience engagement of the Casa da Cultura de Canaã dos Carajás profile on a digital social network between January and June 2025. Methodologically, the research adopts a descriptive and exploratory design with a mixed approach, based on systematic observation of posts, quantitative data organization, and qualitative content analysis. The study examines the types of published content, the formats employed, and engagement

indicators such as likes, comments, and shares. The results reveal a predominance of visual content, especially simple images and videos, as well as significant fluctuations in engagement throughout the analyzed period, with March presenting the highest interaction rates. Certain content proved to be more engaging, encouraging immediate reactions and content sharing among users. The findings indicate that the digital presence of the institution plays an important role in cultural dissemination and in strengthening community bonds, while also highlighting the need for more structured communication strategies to enhance sustained engagement.

Keywords: *information dissemination; information mediation; digital culture; engagement; cultural institutions.*

Resumen

Esta investigación tiene como objetivo analizar las estrategias de difusión de la información cultural y los patrones de participación del perfil de la Casa de la Cultura de Canaã dos Carajás en una red social digital durante el período de enero a junio de 2025. Metodológicamente, se trata de un estudio descriptivo y exploratorio, con enfoque mixto, basado en la observación sistemática de las publicaciones, la organización de datos cuantitativos y el análisis cualitativo de los contenidos difundidos. Se examinaron los tipos de publicaciones, los formatos utilizados y los indicadores de participación, como reacciones, comentarios y comparticiones. Los resultados muestran un claro predominio de contenidos visuales, especialmente imágenes simples y videos, así como variaciones significativas en los niveles de participación a lo largo del semestre, destacándose el mes de marzo por presentar los mayores índices de interacción. Se concluye que la actuación digital de la institución contribuye a la difusión cultural y al fortalecimiento del vínculo con la comunidad, aunque persisten desafíos relacionados con la planificación comunicacional y el incremento del compromiso sostenido del público.

Palabras clave: *difusión de la información; mediación de la información; cultura digital; participación; instituciones culturales.*

1 INTRODUÇÃO

A intensificação do uso das redes sociais por instituições culturais tem redefinido as formas de disseminação da informação e de mediação cultural no contexto digital contemporâneo. Plataformas como o Instagram passaram a desempenhar papel estratégico na divulgação de eventos, ações educativas e manifestações culturais, ampliando o alcance institucional e possibilitando novas formas de interação com a comunidade. Nesse cenário, bibliotecas e casas de cultura deixam de atuar apenas como espaços físicos de preservação e acesso à informação, assumindo também a função de agentes comunicacionais ativos, capazes de promover o diálogo, a participação e o fortalecimento identitário por meio das mídias digitais.

A Casa da Cultura de Canaã dos Carajás, enquanto equipamento cultural público, insere-se nesse contexto ao utilizar o Instagram como ferramenta de divulgação de suas ações culturais, educativas e formativas. A diversidade de conteúdos publicados, associada ao uso crescente de recursos audiovisuais,

evidencia esforços institucionais para se adequar às dinâmicas comunicacionais das plataformas digitais. Entretanto, a presença digital, por si só, não garante engajamento efetivo nem interação qualificada com o público, sendo necessário compreender como os conteúdos são organizados, quais formatos são priorizados e de que modo essas escolhas impactam as respostas dos usuários.

Diante disso, emerge o seguinte problema de pesquisa: como se configuram as estratégias de disseminação da informação cultural e os padrões de engajamento do perfil @casadaculturacanaa no Instagram, considerando os tipos de conteúdo, formatos de postagem e indicadores de interação do público? Essa questão orienta a investigação ao buscar compreender não apenas a frequência e o volume das publicações, mas também a relação entre linguagem, formato e engajamento nas redes sociais.

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar as estratégias de disseminação da informação cultural e os níveis de engajamento do perfil @casadaculturacanaa no Instagram, no período de janeiro a junho de 2025. Como objetivos específicos, pretende-se:

a) identificar e categorizar os tipos de conteúdos e formatos de postagens utilizados pelo perfil, considerando sua distribuição ao longo do período analisado;
b) analisar os indicadores de engajamento (curtidas, comentários e compartilhamentos), buscando compreender variações temporais e possíveis relações com os conteúdos publicados.

A relevância da pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar os estudos sobre a atuação de instituições culturais no ambiente digital, especialmente no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, sob a perspectiva da mediação da informação. Ao analisar empiricamente a presença digital de uma instituição cultural localizada fora dos grandes centros urbanos, o estudo contribui para ampliar a compreensão sobre práticas comunicacionais, engajamento cultural e acesso democrático à informação, oferecendo subsídios para o aprimoramento de estratégias institucionais e para o fortalecimento das políticas culturais no contexto digital.

2 DISSEMINAÇÃO CULTURAL, MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E ENGAJAMENTO DIGITAL

A disseminação da informação constitui uma função central da Biblioteconomia, especialmente quando articulada ao fomento da cultura e à mediação informacional. Nesse contexto, o bibliotecário assume o papel de mediador da informação, atuando em ambientes educacionais, culturais e comunicacionais, com vistas à promoção do acesso, da participação social e da valorização das expressões culturais (Salcedo; Silva, 2017). Bibliotecas e instituições culturais, para além de espaços técnicos, configuram-se como agentes socioculturais responsáveis pela preservação da memória, pelo fortalecimento do pertencimento comunitário e pela promoção de identidades coletivas.

Conforme Delfino, Izoton e Silva (2015), o bibliotecário, enquanto agente cultural, exerce influência significativa no desenvolvimento sociocultural das comunidades ao planejar e executar ações culturais que favorecem a autonomia, o pensamento crítico e a integração social. Essa atuação é especialmente relevante em contextos de vulnerabilidade social, nos quais bibliotecas comunitárias emergem como dispositivos de democratização da informação e da cultura, suprindo lacunas deixadas pela ausência de políticas públicas culturais e contribuindo para a formação leitora e o fortalecimento da cidadania (Rosa; Fujino, 2021).

Com o avanço da cultura digital, as bibliotecas passaram a ocupar também os ambientes virtuais, incorporando as redes sociais como ferramentas estratégicas de disseminação cultural e de aproximação com seus públicos. Plataformas como Instagram, Facebook e TikTok ampliam as fronteiras simbólicas das instituições, permitindo o compartilhamento de informações, a divulgação de eventos e a construção de vínculos comunicacionais com usuários e não usuários (Maness, 2007; Rocha, 2024). Nesse sentido, a comunicação digital deixa de ser apenas informativa e assume caráter dialógico, mediado por narrativas, linguagens e práticas culturais compartilhadas.

Estudos empíricos demonstram que o engajamento nas redes sociais está associado a fatores como planejamento comunicacional, regularidade de postagens, adequação da linguagem e relevância temática dos conteúdos (Santos Neto; Barros, 2022; Albuquerque; Paixão, 2020). No campo da Ciência da Informação, a mediação da informação em redes sociais digitais é compreendida como um processo

relacional, marcado pela circulação e apropriação colaborativa da informação. Araújo, Fernandes Júnior e Nunes (2020) destacam que, ao atuarem nessas plataformas, as bibliotecas ampliam suas práticas mediadoras, promovendo interação e participação. Essa perspectiva dialoga com Recuero (2009), ao compreender as redes sociais como espaços de interação mediados tecnologicamente, nos quais os fluxos informacionais ganham significado a partir das relações sociais estabelecidas.

Com isso, permite-se compreender a disseminação cultural em ambientes digitais como prática de mediação que articula fluxos informacionais, contextos sociais e demandas específicas dos usuários. Almeida (2020) destaca que recursos como curtidas, comentários, stories e hashtags ampliam o alcance das publicações, enquanto Nunes (2023) evidencia que bibliotecas universitárias utilizam essas plataformas para valorizar aspectos socioculturais locais, promovendo recomendações culturais e divulgando manifestações artísticas. Fernandes e Farias (2024) apontam que a efetividade dessa presença digital depende de planejamento e competências infocomunicacionais. Nessa perspectiva, o engajamento (expresso por curtidas, comentários e compartilhamentos) configura formas de interação social em rede, que produzem visibilidade e vínculos comunicacionais (Recuero, 2009), exigindo análises contextualizadas para além de interpretações exclusivamente métricas.

Entretanto, a efetividade da presença digital das bibliotecas depende da existência de competências infocomunicacionais e de diretrizes institucionais claras. Fernandes e Farias (2024) apontam a necessidade de capacitação contínua dos profissionais e de políticas formais que orientem o uso ético e estratégico das redes sociais, uma vez que a ausência de normativas pode comprometer a sustentabilidade das ações comunicacionais (Rocha; Soares, 2025). A circulação de conteúdos nas redes sociais digitais constitui processo comunicacional atravessado por disputas simbólicas e condições estruturais das plataformas. Grohmann *et al.* (2021) ressaltam que a visibilidade depende das interações e dos contextos de circulação, e não apenas da emissão das mensagens. Recuero (2014) acrescenta que as práticas de engajamento ampliam essa visibilidade ao promover a circulação dos conteúdos em rede, indicando que os níveis de interação podem ser influenciados por fatores externos às estratégias comunicacionais institucionais.

Dessa forma, a disseminação da informação cultural, tanto em espaços físicos quanto digitais, configura-se como prática social e política que ultrapassa o domínio técnico. Ao promover o acesso à memória, ao conhecimento e às manifestações culturais, bibliotecas e instituições culturais fortalecem identidades, ampliam a participação cidadã e contribuem para a construção de comunidades mais informadas, críticas e inclusivas (Rasteli; Caldas, 2019; Nunes, 2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, na medida em que busca mapear, sistematizar e compreender padrões de publicação e engajamento em redes sociais digitais, fenômenos ainda em consolidação no campo dos estudos de comunicação digital e cultura de plataforma. Conforme Gil (1987), a pesquisa exploratória é adequada quando o objetivo é proporcionar maior familiaridade com um problema pouco estruturado, enquanto a pesquisa descritiva visa observar, registrar e analisar características e regularidades de determinado fenômeno social.

Adota-se uma abordagem quantitativa de natureza descritiva, direcionada à análise dos dados de engajamento do perfil institucional @casadaculturacanaa na plataforma Instagram, com o objetivo de examinar estratégias de disseminação cultural e padrões de interação do público. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a estatística descritiva é indicada para estudos exploratórios, pois permite organizar, resumir e tornar inteligíveis grandes volumes de dados empíricos, sem pretensão de generalização inferencial.

O corpus da pesquisa foi constituído por todas as publicações realizadas no perfil @casadaculturacanaa entre os meses de janeiro e junho de 2025, abrangendo conteúdos de caráter informativo, formativo e cultural. A delimitação do corpus fundamenta-se nos princípios metodológicos das pesquisas em ambientes digitais, que para Fragoso, Recuero e Amaral (2011) compreendem o corpus como uma construção analítica orientada por critérios temporais, técnicos e teóricos, e não apenas como um conjunto empírico dado.

Foram incluídas no corpus publicações do feed em diferentes formatos (imagens simples, imagens com marcação, carrosséis, vídeos simples, vídeos colaborativos e áudios) bem como seus respectivos indicadores de engajamento. Optou-se pela exclusão dos stories em razão de sua natureza efêmera e das

limitações para recuperação retrospectiva sistemática dos dados (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011).

A coleta dos dados foi realizada por meio de observação sistemática direta do perfil no Instagram, com registro manual das seguintes informações: data de publicação; tipo de conteúdo divulgado; formato da postagem; número de curtidas; número de comentários; número de compartilhamentos. Conforme Recuero (2009), a observação sistemática é compreendida como técnica adequada para pesquisas descritivas em ambientes digitais, sobretudo quando se pretende preservar a integridade dos dados publicados.

Com isso, os dados coletados foram organizados em planilhas eletrônicas, possibilitando sua sistematização, quantificação e posterior análise estatística descritiva. A análise quantitativa teve caráter descritivo e concentrou-se na identificação de padrões de publicação e engajamento ao longo do período investigado. Foram elaborados gráficos representando: (a) a distribuição mensal do volume de postagens; (b) a tipologia das publicações segundo os formatos utilizados; e (c) a variação mensal das métricas de engajamento (curtidas, comentários e compartilhamentos), comparadas às médias gerais do semestre[18].

Foram considerados como indicadores de engajamento: curtidas, entendidas como forma de reação imediata; comentários, compreendidos como interação discursiva; e compartilhamentos, interpretados como ação de difusão e apropriação do conteúdo. Essa compreensão parte da concepção de engajamento como prática sociotécnica, relacionada às formas de interação mediadas pelas plataformas digitais (Recuero, 2009; 2014). A análise integrada desses indicadores permitiu avaliar o grau de responsividade do público e identificar conteúdos potencialmente mais mobilizadores.

Reconhece-se como limitação da pesquisa o fato de os dados analisados estarem restritos a um único perfil institucional e a um recorte temporal específico, o que impossibilita generalizações amplas. Ademais, o estudo não contempla a análise do perfil sociodemográfico dos usuários que interagem com a página. Ainda assim, o recorte adotado oferece subsídios consistentes para a compreensão das dinâmicas comunicacionais e das estratégias de disseminação cultural adotadas por instituições culturais no ambiente digital, além de apontar caminhos para

[18] A média geral do semestre foi encontrada por meio do cálculo da soma total do valor de cada mês do semestre, posteriormente dividido pelo número de meses no semestre (6).

investigações futuras que aprofundem o cruzamento entre métricas de engajamento, perfis de público e contextos socioculturais.

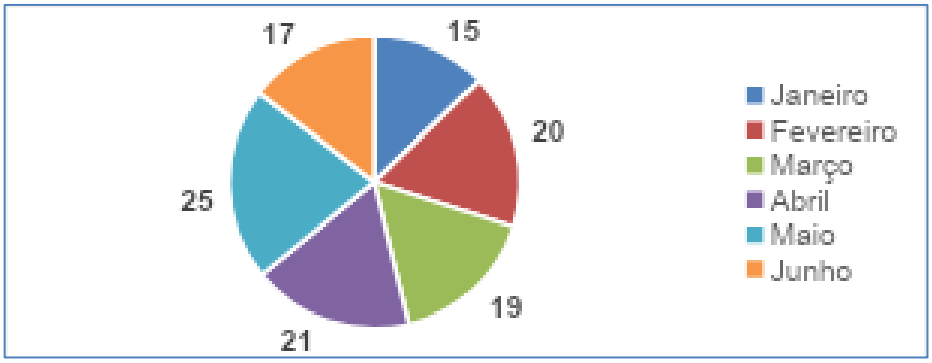
4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

No que se refere aos conteúdos publicados, observa-se que o perfil @casadaculturacanaa disponibiliza uma variedade de postagens de caráter informativo, formativo e cultural. Embora não exista uma frequência fixa de postagens, a análise realizada entre os meses de janeiro a junho de 2025 indica que as publicações se concentram majoritariamente nos dias úteis, sugerindo uma dinâmica comunicacional alinhada ao funcionamento institucional.

Entre os conteúdos divulgados, destacam-se ações como: cinema na rua, rodas de conversa, oficinas, avisos de funcionamento em feriados, exposições, shows, aulas, projetos, editais e a programação mensal. Nota-se, ainda, o uso frequente de imagens e vídeos, evidenciando a adoção de formatos audiovisuais como estratégia de engajamento, da acessibilidade e da diversificação das linguagens de comunicação. Esse predomínio acompanha tendências contemporâneas nas plataformas digitais, nas quais conteúdos em vídeo apresentam maior alcance e taxa de interação.

Conforme demonstra o gráfico 1, é possível identificar a distribuição das postagens ao longo do período analisado. O mês de maio apresentou o maior volume de publicações, totalizando 25 postagens, seguido por abril, com 21, e fevereiro, com 20. Esse comportamento pode indicar maior demanda programática ou intensificação das ações institucionais nesses meses, refletindo picos de produção cultural educativos promovidos pela Casa da Cultura.

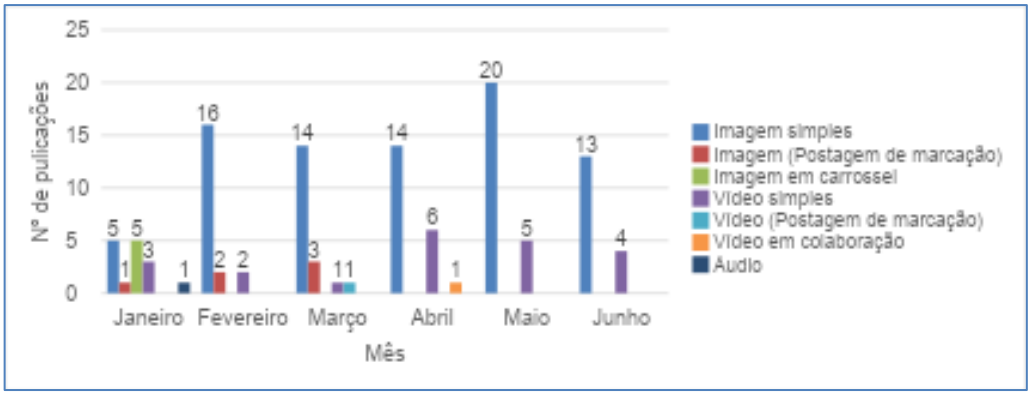
Gráfico 1 – Número de postagens por mês no perfil @casadaculturacanaa



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A análise da tipologia das publicações entre janeiro e junho de 2025 evidencia uma predominância consistente do uso de imagens simples, que representam a maior parcela dos conteúdos divulgados em todos os meses observados. Em janeiro, registraram-se 5 publicações desse tipo, número que aumenta significativamente em fevereiro (16) e mantém níveis elevados nos meses subsequentes, com 14 ocorrências em março e abril, 20 em maio, o maior índice do período, e 13 em junho, conforme apresentado no gráfico 2. Esse padrão sugere que a Casa da Cultura atua com formatos visuais diretos, capazes de transmitir informações de maneira rápida e eficiente.

Gráfico 2 – Número de publicações por tipo no período de janeiro a junho de 2025



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

As postagens de imagem com marcação aparecem de forma menos recorrente, porém presentes ao longo dos primeiros meses: 1 registro em janeiro, 2 em fevereiro e 3 em março. Já o formato imagem em carrossel surge apenas em janeiro, com 5 ocorrências, indicando o uso pontual de recursos que permitem ampliar a quantidade de informações em uma única publicação.

Os vídeos simples[19] também são frequentes, com: 3 publicações em janeiro, 2 em fevereiro, 1 em março, 6 em abril (o maior volume do semestre), 5 em maio e 4 em junho. Esse comportamento revela uma tendência crescente ao uso de vídeos como estratégia de divulgação e engajamento, acompanhando dinâmicas próprias das plataformas digitais. As postagens de vídeo com marcação aparecem apenas em março (1 ocorrência), enquanto os vídeos em colaboração foram identificados

[19] Vídeos simples, para diferenciar dos Vídeos colaborativos, são as postagens de vídeos única e exclusivamente da Casa da Cultura de Canaã dos Carajás sem a participação de terceiros (pessoa física e/ou jurídica);

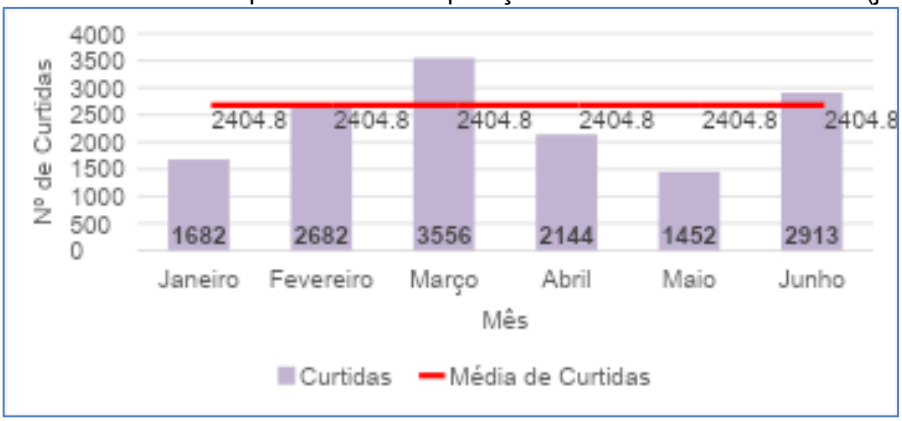
em março e abril (1 cada), indicando parcerias eventuais e ações integradas com outros perfis.

Por fim, o formato áudio[20] foi registrado exclusivamente em janeiro, com apenas 1 postagem, demonstrando baixa utilização desse tipo de conteúdo no período analisado.

De modo geral, o conjunto de dados revela preferência clara por conteúdos visuais, sobretudo imagens simples e vídeos, e uso pontual de formatos colaborativos. Esses padrões oferecem subsídios relevantes para compreender as estratégias de comunicação da instituição e permitem aprofundar a análise qualitativa das linguagens e categorias temáticas desenvolvidas pelo perfil, como será explorado na sequência.

O gráfico 3, que apresenta a distribuição mensal de curtidas em comparação com a média geral do semestre, evidencia que o mês de março se destacou registrando 3.556 curtidas, valor substancialmente superior à média de 2.404,8 interações (média geral do semestre). O mês de fevereiro e junho também ultrapassaram esse patamar, alcançando 2.682 e 2.913 curtidas, respectivamente. Em contraste, os meses de abril (2.144), janeiro (1.682) e maio (1.452) situam-se abaixo da média geral, configurando os menores índices de engajamento por curtidas no período analisado.

Gráfico 3 – Número de curtidas por mês em comparação com a média do semestre (janeiro-junho)



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A análise das interações por comentários, apresentada no gráfico 4, indica que o mês de março novamente se sobressaiu, atingindo 211 comentários, valor que

[20] A postagem de áudio faz alusão a uma entrevista de Gabriela Feitosa, diretora d Casa da Cultura de Canaã dos Carajás, concedida a Rádio Cultura. A postagem é acompanhada de uma imagem visual da entrevistada e com a manchete “NaMídia”.

supera a média semestral de 133,5. Os meses de fevereiro (138) e abril (132) apresentaram números próximos à média, evidenciando estabilidade no engajamento textual nesta semana. Em contraposição, janeiro (115), maio (103) e junho (102) registraram os menores volumes de comentários, situando-se abaixo do índice médio do período.

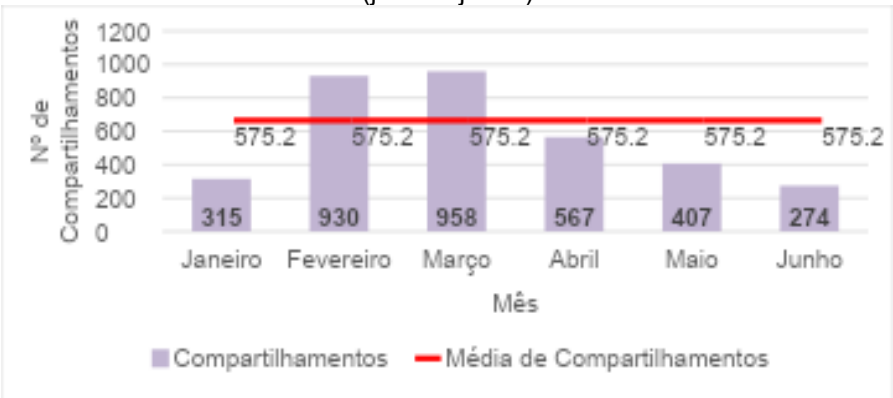
Gráfico 4 – Número de comentários por mês em comparação com a média do semestre (janeiro-junho)



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O gráfico 5 demonstra que março também liderou o engajamento por compartilhamento, acumulando 958 registros, seguido de fevereiro, com 930, ambos acima da média semestral de 575,2 compartilhamentos. O mês de abril apresentou desempenho próximo ao valor médio, totalizando 567 compartilhamentos. Em sentido oposto, maio (407), janeiro (315) e junho (274) apresentaram os menores índices de compartilhamentos, ficando abaixo da média.

Gráfico 5 – Número de compartilhamentos por mês em comparação com a média do semestre (janeiro-junho)



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

De maneira geral, a análise integrada dos três indicadores de engajamento (curtidas, comentários e compartilhamentos), revela que o mês de março se consolidou como o período de maior interação do público, superando de forma expressiva as médias semestrais em todas as métricas avaliadas. Esse desempenho sugere a presença, nesse mês, de conteúdos particularmente mobilizadores, capazes de estimular tanto reações imediatas quanto manifestações discursivas e ações de difusão por parte dos usuários. Fevereiro também apresentou resultados acima ou próximos às médias, indicando um segundo momento de maior responsividade do público.

Em contraste, os meses de janeiro, maio e junho concentraram os índices mais baixos nos três tipos de interação, refletindo menor engajamento relativo e possivelmente períodos com conteúdos menos mobilizadores ou com menor circulação orgânica. Assim, o conjunto dos dados evidencia flutuações importantes ao longo do semestre, permitindo compreender padrões de comportamento do público e oferecendo subsídios para estratégias futuras de comunicação, programação e presença digital da instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas até o presente momento permitem compreender que a atuação da Casa da Cultura de Canaã dos Carajás no ambiente digital, especialmente por meio do perfil @casadaculturacanaa no Instagram, configura-se como uma prática relevante de disseminação da informação cultural e de mediação informacional. Os resultados evidenciam que a instituição utiliza a plataforma como espaço estratégico para divulgação de ações culturais, educativas e institucionais, ampliando seu alcance para além dos limites físicos e fortalecendo sua presença simbólica junto à comunidade.

Observou-se que a comunicação institucional privilegia conteúdos visuais, com predominância de imagens simples e vídeos, acompanhando tendências contemporâneas das redes sociais e favorecendo maior acessibilidade e dinamismo na transmissão das informações. Essa escolha aponta para uma adaptação às lógicas algorítmicas da plataforma e às preferências dos públicos, ainda que a ausência de uma frequência fixa de postagens indique uma dinâmica comunicacional mais alinhada ao calendário institucional do que a uma estratégia digital sistematizada.

No que se refere ao engajamento, os dados demonstram variações significativas ao longo do semestre analisado, com destaque para o mês de março, que apresentou os maiores índices de curtidas, comentários e compartilhamentos. Esse comportamento sugere a existência de conteúdos particularmente mobilizadores nesse período, capazes de estimular tanto reações imediatas quanto interações discursivas e ações de difusão. Em contrapartida, meses como janeiro, maio e junho concentraram os menores níveis de engajamento, o que pode estar relacionado a fatores como menor volume de postagens, conteúdos menos conectados às expectativas do público ou redução da circulação orgânica das publicações. Embora seja possível observar variações temporais nos níveis de engajamento, esta pesquisa não contemplou o levantamento do perfil sociodemográfico dos usuários que interagem com a Casa da Cultura, o que limita interpretações mais aprofundadas sobre os fatores externos que podem influenciar esses indicadores.

A análise integrada dos indicadores de engajamento reforça a compreensão de que a comunicação digital das instituições culturais não se limita à divulgação de informações, mas envolve processos complexos de mediação, nos quais linguagem, formato, temporalidade e relevância temática influenciam diretamente a resposta dos usuários. Nesse sentido, o Instagram mostra-se não apenas como vitrine institucional, mas como espaço de encontro, circulação simbólica e construção de vínculos entre a instituição e diferentes públicos, inclusive aqueles que não frequentam fisicamente a Casa da Cultura.

Essas considerações parciais permitem afirmar que a presença digital da Casa da Cultura de Canaã dos Carajás contribui para o acesso democrático à informação e à cultura, ainda que apresente desafios relacionados à sistematização das estratégias comunicacionais e ao fortalecimento do engajamento contínuo. Os resultados obtidos até aqui oferecem subsídios importantes para aprofundar, em pesquisas futuras do estudo, a análise qualitativa das linguagens, narrativas e categorias temáticas mobilizadas pelo perfil, bem como para refletir sobre o papel das instituições culturais enquanto mediadoras da informação no contexto digital contemporâneo. Além disso, futuras investigações poderão avançar no cruzamento entre dados de engajamento e perfis dos públicos participantes, permitindo a compreensão das dinâmicas sociais, educacionais e institucionais que incidem sobre

o consumo e a participação em conteúdos culturais nas redes sociais digitais, como no caso da Casa da Cultura de Canaã dos Carajás.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. T. S.; PAIXÃO, P. B. S. O Instagram como canal de interação entre as bibliotecas e os usuários da Universidade Federal de Alagoas. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 6, n. 1, p. 50-58, 17 abr. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/475. Acesso em: 10 jan. 2026.

ALMEIDA, A. M. **Uma análise do uso do Instagram pelas Bibliotecas Públicas do Distrito Federal.** 2020. 137 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/27033/1/2020_AlineMesquitaAlmeida_tcc.pdf. Acesso em: 17 nov. 2025.

ARAÚJO, R. L.; FERNANDES JÚNIOR, P. R.; NUNES, M. S. C. Mediação da informação em tempos de pandemia e isolamento social: uma análise da atuação dos sistemas de bibliotecas universitárias nas redes sociais. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 72–89, 2020. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/194. Acesso em: 30 abr. 2026.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010

DELFINO, V. A.; IZOTON, L. M.; SILVA, E. V. O bibliotecário enquanto agente cultural: experiências apresentadas no XXV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 472-482 2015. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/78667fcf-57e8-49f7-a494-2648b6f39303/content. Acesso em: 9 out. 2025

FERNANDES, J. C. P.; FARIAS, G. B. Uso das mídias sociais em bibliotecas universitárias: análise da atuação, desafios e perspectivas bibliotecárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, p. 1–27, 2024. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/2063. Acesso em: 10 jan. 2026.

FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto alegre: Sulina, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1987.

GROHMANN, R.; NONATO, C.; MARQUES, A. F.; CAMARGO, C. A. As estratégias de comunicação das plataformas de trabalho: circulação de sentidos nas mídias sociais das empresas no Brasil. **Comunicação e sociedade** [Online], Braga (Portugal), v. 39, 17-37, 2021. DOI https://doi.org/10.17231/comsoc.39(2021).2879. Disponível em: http://journals.openedition.org/cs/4784. Acesso em: 30 abr. 2026.

MANESS, J. M. Teoria da biblioteca 2.0: web 2.0 e suas implicações para as bibliotecas. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 43-51, jan./abr. 2007. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/7001. Acesso em: 17 nov. 2025.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NUNES, R. M. **A biblioteca universitária como espaço de mediação cultura**l: estudo de caso da Biblioteca Reitor Macedo Costa da Universidade Federal da Bahia. 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38689. Acesso em: 5 nov. 2025.

NUNES, R. M. **O uso das mídias sociais para mediação da informação e mediação cultural pelas bibliotecas universitárias federais do Nordeste brasileiro.** 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38689. Acesso em: 17 nov. 2025.

RASTELI, A.; CALDAS, R. F. Mediação cultural e bibliotecas: perspectivas conceituais na ciência da informação no brasil. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 24, n. 54, p. 1-13, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/147/14763091002/html/. Acesso em: 5 jan. 2026.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, R. Curtir, compartilhar, comentar: trabalho de face, conversação e redes sociais no Facebook. **Verso e Reverso**, v. 28, n. 68, p. 114-124, 2014. DOI https://doi.org/10.4013/ver.2014.28.68.06 Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2014.28.68.06. Acesso em: 30 abr. 2026.

ROCHA, G. M. **Instagram como potencial instrumento de interação entre bibliotecas universitárias e seu não-público:** um estudo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. 2024. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2024. Disponível em: https://bdm.unb.br/handle/10483/40821. Acesso em: 15 jan. 2026.

ROCHA, L. M. B.; SOARES, M. O uso das mídias sociais em bibliotecas universitárias. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 45, p. 68-94, 2025. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/4014. Acesso em: 10 jan. 2026.

ROSA, N. Z.; FUJINO, A. Bibliotecas comunitárias: espaços de informação e cultura em territórios de vulnerabilidade. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1579. Acesso em: 1 jan. 2026

SALCEDO, D. A.; SILVA, J. R. P. A disseminação da informação: o papel do bibliotecário-mediador. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 1-15, 2017. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1274. Acesso em: 20 out. 2025.

SANTOS NETO, J. A.; BARROS, D. B. S. Mediação da informação no Instagram da Biblioteca Central da UFPA: um estudo de caso do perfil @BCUFPA. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1–22, 2022. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1826. Acesso em: 17 nov. 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), com a concessão de bolsa de doutorado – Código de Financiamento 001 – Vinculado ao doutorando Eddie Carlos Saraiva da Silva.



"ME VEJO NELES": A LITERATURA PERIFÉRICA NA BIBLIOTECA ESCOLAR

"I see myself in them": peripheral literature in the school library

"Me veo en ellos": literatura periférica en la biblioteca escolar

Carla Gisely Furtado Matos
Mestra em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
carlamatos2024@gmail.com

Carolina de Souza Cuimar
Mestranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
carolinacuimar@gmail.com

Janaína Vaz Lima
Especialista em Bibliotecas Públicas
Universidade Federal do Pará, Brasil
janaina.vmh@gmail.com

Resumo

A biblioteca escolar pode constituir-se como espaço de acesso à leitura, à cultura e ao reconhecimento de diferentes experiências sociais, sobretudo em contextos marcados por desigualdades. Nesse cenário, a literatura periférica ganha relevância por trazer para o centro da discussão sujeitos, territórios e vivências historicamente marginalizadas. O trabalho tem como objetivo discutir a importância do trabalho com a literatura periférica nas bibliotecas escolares no Pará. Trata-se de uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e selecionados os estudos pela metodologia de leitura documentária. Foram reunidos estudos sobre biblioteca escolar, mediação cultural e literatura periférica, buscando compreender como esses campos se articulam e quais contribuições essa produção literária pode oferecer à biblioteca escolar. Os resultados indicam que a literatura periférica favorece a ampliação do repertório dos estudantes, fortalece identidades culturais, aproxima a biblioteca das realidades vividas pela comunidade escolar e contribui para romper com visões excludentes. Conclui-se que trabalhar com a literatura periférica na biblioteca escolar é uma forma de valorizar vozes historicamente silenciadas, ampliar possibilidades de mediação e fortalecer a biblioteca como espaço de acolhimento, pluralidade e formação crítica.

Palavras-chave: biblioteca escolar; literatura periférica; literatura marginal; mediação cultural.

Abstract

The school library can constitute a space for access to reading, culture, and the recognition of different social experiences, especially in contexts marked by inequalities. In this scenario, peripheral literature gains relevance by bringing to the center of discussion subjects, territories, and experiences that have historically been marginalized. This study aims to discuss the importance of working with peripheral literature in school libraries in Pará. It is basic qualitative research developed through a bibliographic survey, with studies selected using the documentary reading methodology. Studies on school libraries, cultural mediation,

and peripheral literature were gathered in order to understand how these fields are interconnected and what contributions this literary production can offer to the school library. The results indicate that peripheral literature contributes to expanding students' cultural repertoire, strengthening cultural identities, bringing the library closer to the realities experienced by the school community, and helping to challenge exclusionary perspectives. It is concluded that working with peripheral literature in the school library is a way of valuing historically silenced voices, broadening possibilities for mediation, and strengthening the library as a space of inclusion, plurality, and critical education.

Keywords: *school library; peripheral literature; marginal literature; cultural mediation.*

Resumen

La biblioteca escolar puede constituirse como un espacio de acceso a la lectura, a la cultura y al reconocimiento de diferentes experiencias sociales, especialmente en contextos marcados por desigualdades. En este escenario, la literatura periférica adquiere relevancia al colocar en el centro de la discusión a sujetos, territorios y vivencias históricamente marginados. El trabajo tiene como objetivo discutir la importancia del trabajo con la literatura periférica en las bibliotecas escolares de Pará. Se trata de una investigación básica, de enfoque cualitativo, desarrollada mediante un levantamiento bibliográfico y con estudios seleccionados a través de la metodología de lectura documentaria. Se reunieron estudios sobre biblioteca escolar, mediación cultural y literatura periférica, buscando comprender cómo estos campos se articulan y cuáles contribuciones puede ofrecer esta producción literaria a la biblioteca escolar. Los resultados indican que la literatura periférica favorece la ampliación del repertorio de los estudiantes, fortalece las identidades culturales, aproxima la biblioteca a las realidades vividas por la comunidad escolar y contribuye a romper con visiones excluyentes. Se concluye que trabajar con la literatura periférica en la biblioteca escolar es una forma de valorar voces históricamente silenciadas, ampliar las posibilidades de mediación y fortalecer la biblioteca como un espacio de acogida, pluralidad y formación crítica.

Palabras clave: biblioteca escolar; literatura periférica; literatura marginal; mediación cultural.

1 INTRODUÇÃO

A realidade educacional brasileira é marcada por desigualdades que se refletem diretamente no acesso ao livro, à leitura e aos equipamentos culturais, atingindo com maior intensidade as populações que vivem em territórios periféricos. No estado do Pará, esse cenário se torna ainda mais evidente, pois, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023), o estado possui a maior área de densidade demográfica de favelas do país, espaços ocupados majoritariamente por população preta e parda. Nessas áreas concentra-se grande parte das escolas públicas, que, por sua vez, enfrentam limitações estruturais, entre elas a ausência de bibliotecas, realidade que atinge 63% das escolas brasileiras (Brasil, 2025). Paralelamente, a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil aponta a redução do número de leitores no país, com índices mais baixos entre as classes C e D e diminuição da leitura de literatura (Instituto Pró-Livro, 2024). Esse conjunto de

elementos demonstra que o acesso à leitura não é equitativo, estando especialmente limitado para estudantes das periferias.

Esse contexto revela que as desigualdades de acesso à leitura e aos bens culturais atingem, de modo mais intenso, populações historicamente marginalizadas, marcadas por recortes de classe, raça e território. Nesse cenário, a literatura periférica ou marginal se apresenta como uma importante forma de expressão, denúncia e afirmação identitária. Surgida ainda na década de 1970 como contraponto às dinâmicas excludentes do mercado editorial, essa produção ganha maior projeção a partir dos anos 2000, ao tematizar o racismo, a pobreza, a violência e outras experiências vividas por sujeitos colocados à margem, ao mesmo tempo em que valoriza suas memórias, culturas e territórios (Moraes, 2025).

Considerando que a biblioteca escolar deve constituir-se como espaço de democratização do acesso à informação, à leitura e à cultura, torna-se relevante refletir sobre a presença dessa literatura em seus acervos e práticas. Nessa perspectiva, este artigo delimita-se à discussão da literatura periférica ou marginal no contexto das bibliotecas escolares do Pará, buscando responder ao seguinte problema: Por que trabalhar a literatura periférica ou marginal na biblioteca escolar paraense?

Diante disso, o objetivo geral deste artigo é discutir a importância do trabalho com a literatura periférica nas bibliotecas escolares no Pará. Como objetivos específicos, propõe-se: a) reunir autores que abordam biblioteca escolar, mediação cultural e literatura periférica; e b) dialogar sobre a importância dessa literatura para a população paraense.

A justificativa do artigo reside no fato de que, historicamente, o acesso ao livro e à leitura foi negado às populações marginalizadas (Bari, 2023). Nesse sentido, a literatura periférica emerge como forma de dar visibilidade e protagonismo a esses sujeitos, denunciando desigualdades e valorizando raízes culturais e experiências sociais (Moraes, 2025). Assim, ao considerar a biblioteca escolar como espaço de pertencimento, democratização e mediação cultural, torna-se necessário refletir sobre a incorporação de obras e autores que dialoguem com essas realidades.

Quanto à organização do artigo, inicialmente apresentam-se os autores que embasam as discussões; na sequência, são expostos os procedimentos metodológicos, nos resultados a contextualização da biblioteca escolar; a mediação

cultural voltada ao reconhecimento de territórios plurais; e posteriormente a literatura periférica ou marginal, e por fim, as considerações finais.

2 A BIBLIOTECA ESCOLAR E A LITERATURA PERIFÉRICA

A biblioteca escolar enquanto espaço que ultrapassa a função técnica insere-se em disputas que perpassam por eixos sociais, culturais e educacionais. Oliveira e Souza (2020), Santos e Almeida (2021) e Bari (2023) ajudam a compreender sua formação histórica e as desigualdades que marcaram seu acesso, enquanto Ramires e Fujita (2022) permitem reforçar que a restrição à leitura também se relaciona a mecanismos de dominação. Assim, a biblioteca escolar pode ser entendida como espaço de acolhimento, formação crítica e democratização do conhecimento.

No eixo da mediação da informação e da mediação cultural, Viana e Pimenta (2023), Silva e Santos Neto (2017), Sala e Castro Filho (2020) e Pajeú e Almeida (2020) compreendem a mediação como um processo relacional voltado à produção de sentidos e à apropriação da informação. Nesse contexto, a biblioteca escolar atua como espaço de articulação entre saberes, promovendo ações culturais que incentivam o protagonismo dos sujeitos.

Essa perspectiva é ampliada por Carvalho, Sousa e Santos (2025) e Sala e Castro Filho (2020), ao destacarem que a mediação cultural envolve memória, identidade e negociação simbólica. Assim, a biblioteca, como dispositivo cultural, deve considerar as especificidades da comunidade, favorecendo pertencimento e apropriação da informação.

No debate sobre literatura periférica, Ferréz (2005), Botton e Amoedo (2018), Nascimento (2009), por fim, Vaz e André (2015) oferecem base para compreendê-la como expressão de resistência, representação e afirmação de sujeitos historicamente marginalizados. Desse modo, a mediação da literatura periférica na biblioteca escolar é compreendida como uma prática que aproxima leitura, pertencimento e democratização cultural.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é de natureza básica, com abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, caracteriza-se como descritiva e explicativa, tendo como procedimentos a

pesquisa bibliográfica. A análise dos textos fundamentou-se na leitura documentária, conforme proposta de Fujita e Rubi (2006), que possibilitou a recuperação precisa dos estudos relevantes para a discussão.

A literatura sobre biblioteca escolar e mediação cultural foi levantada na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). Realizou-se busca no campo título com o termo “biblioteca escolar”, no recorte temporal de 2020 a 2025, em todas as coleções da base, totalizando 24 trabalhos recuperados, e apenas 6 entraram para a discussão. Foi usado o termo “mediação cultural”, considerando o período de 2015 a 2025, na coleção de revistas brasileiras da base, com a recuperação de 79 trabalhos, dos quais 6 entraram para a discussão. Em relação à literatura marginal/periférica, utilizou-se o Google Acadêmico; a busca foi realizada com a estratégia (“literatura periférica” *OR* “literatura marginal”), considerando publicações em língua portuguesa, ordenadas por data e com recuperação a partir do resumo, totalizando 41 trabalhos, dos quais apenas 6 cabiam na discussão.

O *corpus* documental da pesquisa foi, portanto, constituído a partir da seleção final dos estudos que atenderam aos critérios de inclusão, quais sejam: (i) abordagem direta da biblioteca escolar; (ii) discussão sobre as ações de mediação cultural; e (iii) pertinência ao contexto da literatura periférica. Foram excluídos estudos com enfoque não relacionado ao tema e produções sem aderência conceitual aos objetivos propostos.

Assim, apresentamos no quadro 1 a seguir a síntese dos estudos que foram selecionados a partir leitura documentária (Fujita; Rubi, 2006).

Quadro 1 - Síntese dos estudos selecionados

Eixos	Autores (ano)	Temáticas Principais
Biblioteca Escolar	Oliveira e Souza (2020); Paiva (2020); Siqueira, Trindade; Terra, e Torres, (2021); Santos e Almeida (2021); Bari (2023); Ramires e Fujita (2022)	Surgimento das bibliotecas escolares no Brasil; Legislações e ações voltadas para a biblioteca escolar; Políticas educacionais e atuação da biblioteca escolar; Reivindicação popular na Biblioteca Escolar; relação entre a BNCC e a Biblioteca Escolar
Mediação Cultural	Silva e Santos Neto (2017); Pajeú e Almeida (2020); Sala e Castro Filho (2020); Santos, Sousa e Bortolin, (2022); Silva e Cavalcante (2022) Viana e Pimenta (2023); Carvalho, Sousa e Santos (2025)	Práticas de Mediação Cultural; Mediação e apropriação cultural; Atividades de mediação cultural na pandemia; Mediação e Mediação Cultural; Práticas educativas na biblioteca escolar; Mediação Cultural e traços identitários
Literatura	Nascimento (2009); Botton e	Literatura marginalizada; História da

Periférica	Amodeo (2018); Santos, Sousa e Bortolin, (2022); Ferréz (2005); Ferreira; Saldanha, [201?]); Bergamin (2022)	literatura brasileira; Atividades de mediação cultural na pandemia; Literatura marginal; Literatura marginal para jovens; Literatura periférica

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

4 REFLEXÕES SOBRE A BIBLIOTECA ESCOLAR E A MEDIAÇÃO DA LITERATURA PERIFÉRICA

4.1 A biblioteca escolar como espaço de acolhimento

A biblioteca escolar no Brasil tem sua origem no período colonial com a influência dos jesuítas, conforme Oliveira e Souza (2020). Além disso, sua presença esteve, por muito tempo, mais concentrada em colégios particulares, o que restringia ainda mais o acesso das camadas sociais que não podiam pagar por esse serviço (Santos; Almeida, 2021).

Conforme Santos e Almeida (2021, p. 15), “[...] somente em 1930, com a legitimação de políticas educacionais que incluíam as bibliotecas escolares, que a noção de biblioteca escolar começou a alcançar as escolas públicas”.

No entanto, desde seu surgimento até os dias atuais, a biblioteca escolar tem sido, muitas vezes, gerida de forma velada como aparelho ideológico ou como privilégio de poucos, o que se reflete nas políticas públicas e na produção de indicadores que se mostraram discrepantes de suas funções voltadas à formação de leitores, ao ambiente de pesquisa e à construção do conhecimento (Bari, 2023). Nessa direção, Santos e Almeida (2021, p. 15) compreendem a desvalorização e o inacesso a esse espaço como uma estratégia política que favorece o “analfabetismo”, a “evasão escolar”, a “elitização da leitura” e o “afastamento cultural” como forma de domínio político sobre as classes.

Essa compreensão se articula ao que afirmam Ramires e Fujita (2022, p. 65): “Quanto mais analfabeto for o povo, mais fácil de ser manipulado pelos soberanos”. Historicamente, portanto, o acesso aos espaços de leitura foi construído para um público seleto, em detrimento de outros grupos sociais, sobretudo daqueles que não detinham o capital intelectual. Nesse sentido, é importante considerar que as relações sociais operam tanto para a identificação e a inclusão quanto para a diferenciação e a exclusão (Santos; Almeida, 2021).

Ainda conforme Santos e Almeida (2021), pensar a biblioteca escolar exige compreendê-la para além de sua dimensão técnica ou estrutural. Trata-se de

reconhecê-la como um espaço atravessado por disputas sociais, culturais e políticas. Um dos mecanismos criados para modificar esse processo de exclusão é a Lei 14.837/2024, que considera a biblioteca escolar como equipamento cultural obrigatório, com o objetivo de democratizar o acesso à leitura, ao conhecimento e a outras tecnologias (Brasil, 2024).

Assim, a biblioteca precisa deixar de ser um lugar de exclusão para assumir-se como espaço de empoderamento, libertação e equidade (Bari, 2023). Nessa perspectiva, destaca-se "[...] a importância da biblioteca como espaço de diálogo e fortalecimento da educação e cidadania [...] e a resistência por uma biblioteca visível, participativa e central para dar a fala aos diferentes agentes que interagem na escola" (Paiva, 2020, p. 36).

Além de se constituir como dispositivo pedagógico para a construção do conhecimento (Santos; Almeida, 2021), a biblioteca escolar também deve possibilitar que os sujeitos interpretem as informações a partir de seus próprios contextos (Siqueira *et al*., 2021). Em outras palavras, é preciso ler o mundo antes da palavra, somente assim, os sujeitos conseguem enxergar a si mesmos e ao mundo de forma mais reflexiva e crítica (Freire, 1989). Dessa forma, considerando que a leitura é um ato emancipador, a biblioteca escolar, como espaço que a abriga, também precisa ser emancipatória, para que cumpra sua função social não mais como lugar de exclusão, mas como espaço de acolhimento.

4.2 Mediação cultural e reconhecimento de repertórios plurais

Na Ciência da Informação, a mediação da informação é compreendida como um processo relacional e sociocultural, no qual a produção, circulação e apropriação da informação são condicionadas por determinações históricas e pelas dinâmicas de construção de sentidos.

Nessa perspectiva, Viana e Pimenta (2023, p. 8) exprimem que a mediação, enquanto uma atividade realizada em um dispositivo cultural (biblioteca escolar), tem como objetivo associar "[...] suas ações a [...] outros conhecimentos locais, regionais e populares estabelecendo pontes entre os saberes formais, saberes informais e saberes informacionais". Nessa conjuntura, com o apoio do discurso freireano de leitura (primeiro de si e depois do mundo), a mediação estabelece pontes entre os saberes formais e informais.

Nesse momento, quando adentramos no assunto que diz respeito às ações desenvolvidas em uma biblioteca, podemos concluir que quando há a chamada "ação cultural" definida por Silva e Santos Neto (2017, p. 6) como:

> Prática em que o sujeito possui autonomia e liberdade para escolher as técnicas que serão utilizadas no processo de criação para a produção cultural, assim os membros do grupo se tornam protagonistas do processo de criação. Nela, se visa a apropriação da cultura pelos sujeitos.

Essa concepção evidencia que a ação cultural não se restringe à oferta de atividades, mas implica a construção de condições para que os sujeitos se reconheçam como produtores de cultura, reforçando o caráter participativo da mediação. Colaborando com o que Silva e Cavalcante (2022) defendem sobre a Mediação da Informação. Uma vez que a Mediação Cultural, amplia o debate e facilita a apropriação da informação nos contextos culturais dos sujeitos, fortalecendo vínculos e manifestações culturais. Nesse processo, as relações sociais e profissionais contribuem para o protagonismo dos indivíduos e para o enriquecimento de seu capital cultural, por meio das heranças culturais que os constituem como parte da sociedade.

Partindo da noção de que a prática educativa do bibliotecário está fundamentada na noção de mediação, no acesso à informação e à colaboração, visando a apropriação cultural. Para Sala e Castro Filho (2020), pensar em ações culturais, faz-se necessário compreender a importância da biblioteca escolar para definir os seus projetos, que terão de estar atravessados em cada caso pelas características sociais, pelos hábitos culturais e pelas tradições que fazem parte da vida da comunidade escolar e do entorno.

Assim, para que ocorra a Mediação Cultural, Pajeú e Almeida (2020, p. 12) destacam a atuação de um profissional que eles chamam de "infoeducador", sendo este um profissional que necessita dominar as formas de tratamento e disseminação da informação para então "dialogar com os agentes interessados em se tornar protagonistas da ação de mediação cultural".

A mediação cultural implica a atuação do agente mediador em processos de negociação simbólica, nos quais valores culturais são mobilizados para possibilitar que os sujeitos se apropriem de dispositivos informacionais e culturais vinculados ao seu contexto social (Carvalho; Sousa; Santos, 2025). Essa compreensão reforça a

necessidade de desenvolver ações mediadoras que estão alinhadas aos elementos carregados de significados para os indivíduos, ampliando as possibilidades de identificação e pertencimento.

As identidades culturais, por sua vez, emergem do encontro entre as vivências individuais e coletivas em contextos específicos, sendo continuamente ressignificadas. Trata-se de um processo dinâmico, no qual o pertencimento induz às relações sociais e à participação dos sujeitos em seus grupos e comunidades, articulando valores, referências e experiências construídas ao longo do processo de socialização (Vaz; André, 2015).

Nesse sentido, considerar que os indivíduos são orientados por valores e significados socialmente compartilhados, torna-se fundamental o planejamento e a gestão das ações da biblioteca escolar voltadas ao atendimento das necessidades informacionais dos sujeitos, de modo a possibilitar a transformação do conhecimento e sua apropriação no contexto social (Sala; Castro Filho, 2020).

Em complemento, para Carvalho, Sousa e Santos (2025) os vestígios de memória e identidade manifestam-se em diferentes dispositivos informacionais oriundos das interações sociais, o que evidencia a importância de que mediadores culturais considerem acervos capazes de favorecer processos de apropriação por parte dos sujeitos informacionais. Assim, a seleção e organização desses materiais não devem ser neutras, mas orientadas pelas experiências e referências culturais da comunidade atendida.

Nesse contexto, a mediação cultural configura-se basilar na consolidação do pertencimento, ao favorecer o acesso, a interpretação e a valorização dos saberes locais. A biblioteca escolar, enquanto dispositivo cultural e informacional, amplia as possibilidades de reconhecimento dos sujeitos em seus contextos socioculturais. Assim, deixa de ser apenas um espaço de preservação de acervo e passa a se constituir como um ambiente dinâmico de múltiplas mediações, favorecendo a apropriação da informação e a produção de sentidos vinculados à realidade local (Santos; Sousa; Bortolin, 2022).

4.3 Literatura periférica e a produção cultural marginalizada

A leitura é compreendida como um ato que faculta ao sujeito a interpretação e a apropriação das diversas expressões presentes em seu entorno, resultando em experiências capazes de ressignificar suas relações sociais e simbólicas (Santos;

Sousa; Bortolin, 2022). Ao interagir com o texto, o leitor deixa de ser um agente passivo para tornar-se um construtor de sentidos, desenvolvendo modos particulares de exteriorizar suas interpretações. Dessa maneira, cada exercício de leitura possui o potencial de fomentar novas produções e variadas formas de manifestar percepções subjetivas e coletivas (Santos; Sousa; Bortolin, 2022).

Essa perspectiva dialoga com o conceito freiriano de leitura, segundo o qual esse ato exige do(a) estudante diferentes posturas, entre elas: assumir o papel de sujeito do processo, adotar uma atitude crítica frente ao mundo, apropriar-se de bibliografia diversificada e estabelecer diálogo com os(as) autores(as), além de exercer a humildade no processo de construção do conhecimento (Freire, 1982; Santos; Sousa; Bortolin, 2022).

Nesse contexto, a literatura periférica insere-se como uma importante forma de produção cultural, especialmente por ampliar as possibilidades de representação de sujeitos historicamente marginalizados. A literatura periférica, muitas vezes autodenominada marginal, define-se pela autoria e pelo lugar de fala, Ferréz (2005, p. 12) a expressa como “[...] é uma literatura feita por minorias, sejam elas raciais ou socioeconômicas, [...] alguns dizem que sua maior característica é a linguagem, é o jeito como falamos, como contamos nossa histórias” usando a literatura como "arma" de afirmação identitária. Botton e Amoedo (2018, p. 594) destacam que “[...] ao olhar para a produção periférica, percebe-se que há uma mudança de quem faz literatura, aproximando-se, assim, de uma parte da população brasileira que não teve os mesmos acessos a esse produto cultural”.

Essa mudança mostra um deslocamento significativo no campo literário, ao permitir que grupos sociais tradicionalmente excluídos passem a ocupar espaços de produção e circulação cultural. A marginalização dessa produção cultural, no entanto, não é casual; no livro Vozes marginais na literatura de Nascimento (2009), percebe-se que é fruto de um preconceito estético e linguístico do cânone tradicional, que tende a deslegitimar obras que utilizam a oralidade, a gíria e o dialeto urbano, rotulando-as como "subliteratura". Um dos atores em destaque no livro é Sérgio Vaz, que é citado pelo seu trabalho.

> Em 2002, Vaz criou um projeto para divulgar seus livros e formar novos leitores, o “Poesia contra a violência”. Com o projeto, percorre escolas da Grande São Paulo em bate-papos com os alunos dos ensinos fundamental e médio, sobretudo nas periferias, visando estimular o hábito da leitura e de

> produção de textos e aproximar-se do seu público potencial. (Nascimento, 2009, p. 190).

Em contrapartida, em Belém, temos o autor Preto Michel como referência no movimento de democratização da leitura, com o protagonismo da periferia. Seus trabalhos trazem a familiaridade do cotidiano urbano belenense por meio de contos e poesias. Michel faz parte da Nação de Resistência Periférica (NRP), que busca dar visibilidade aos artistas da periferia da metrópole, como músicos, dançarinos, grafiteiros e escritores, denominados “poetas marginais”. Em entrevista, Preto Michel destaca: “Eu trabalho produzindo oficinas de ‘literatura marginal’ nas escolas e em outros espaços, dedicando-me diretamente a isso. Hoje, escrevo produzindo contos e poesias” (Preto Michel, 2012 *apud* Ferreira; Saldanha, [201?], p. 11).

Ao analisar a produção literária na Região Norte, especialmente na Amazônia, torna-se fundamental considerar os territórios de águas. Nesse contexto, as moradias como palafitas configuram-se como parte dessa paisagem, sendo definidas como “[...] palafitas são tipos arquitetônicos de casas construídas sobre estacas de madeira, comumente adaptadas a áreas fluviais-úmidas” (Areb, 2023, p. 177). Nesses territórios, a vida urbana se articula com rios, canais e igarapés, compondo modos de viver marcados pela relação entre cidade, água, memória e comunidade.

Nesse contexto, o livro “Igara e o povo das águas: uma aventura amazônica”, organizado por Marcela Gomes Fonseca e Maécio Monteiro, nos apresenta Shaira Mana Josy como uma das autoras, rapper e pedagoga, que narra o cotidiano da Terra Firme e sua relação com o rio Tucunduba. Sua escrita evidencia as vivências e a realidade dos moradores em torno do rio; a artista contribui para dar visibilidade à periferia amazônica e às experiências de quem vive nesses espaços, abordando também questões sociais, ambientais e culturais (Fonseca; Monteiro, 2021). Apesar de sua relevância para essa discussão, o livro ainda não está disponível fisicamente nas bibliotecas escolares, estando acessível apenas em formato digital.

Sendo assim, democratizar o acesso a essa literatura possibilita que estudantes periféricos se reconheçam também como sujeitos que produzem cultura, memória e história. Essa aproximação fortalece o vínculo entre a leitura e a realidade vivida, pois permite que a biblioteca escolar dialogue com experiências que muitas vezes ficam fora dos acervos e das práticas de leitura.

Dessa forma, a literatura periférica rompe com os padrões hegemônicos e contribui para ampliar o campo literário, ao inserir vozes, territórios e experiências que o mercado editorial tradicional costuma deixar à margem. Por seu caráter crítico e contestador, essa produção também pode ser compreendida como prática de resistência. A literatura periférica também é:

> [...] sobre levar histórias, poesias, peças de teatro e declamações para onde quase não há incentivo para tal e levar o mesmo dali para outros espaços para mostrar que ela existe e está acontecendo. É sobre o cotidiano, o que acontece ou deixa de acontecer, a violência, o amor, a desigualdade, os sonhos. Sobre as pessoas e a partir delas mesmas. Também é sobre reivindicar espaços de cultura (Bergamin, 2022, p. 3).

Assim, trabalhar com/a literatura periférica na biblioteca escolar paraense é pertinente porque essa produção nasce de temas, experiências, linguagens e autores vinculados aos contextos periféricos. No caso do Pará, essa questão ganha maior relevância, uma vez que se trata de um estado marcado por forte presença de periferias e por elevada densidade de favelas, o que torna necessário reconhecer, no espaço escolar, as histórias e os sujeitos que emergem desses territórios.

Além disso, a inserção dessa literatura também contribui para romper com a concepção mais rígida e excludente historicamente atribuída à biblioteca escolar. Ao incorporar obras que dialogam com a periferia, a biblioteca fortalece-se como espaço de múltiplas mediações, de mediação cultural, de democratização e de acolhimento. Nesse sentido, trabalhar a literatura periférica contribui para a bibliodiversidade do acervo, como também para a pluralidade dos sujeitos, que estão mais próximos da realidade dos estudantes e mais comprometido com o reconhecimento de vozes que por muito tempo permaneceram à margem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a literatura periférica dentro da biblioteca escolar é um elemento de grande valia, tanto pelo seu caráter de autorrepresentação e afirmação das comunidades, quanto pela dimensão de denúncia que carrega, especialmente no contexto paraense. Diante da forte presença de periferias na região paraense, essa literatura ganha ainda mais força ao dar visibilidade a esses territórios e às vivências que os constituem.

Nesse sentido, sua inserção na biblioteca escolar permite que os sujeitos se vejam enquanto parte desse processo, reconhecendo que também podem ocupar esses espaços, produzir, ter autoridade de fala e transformar seu cotidiano em expressão literária e artística.

É importante considerar que a literatura periférica ainda é pouco abordada, sobretudo no campo da Ciência da Informação, o que reforça a necessidade de ampliar esse debate e sua presença nas discussões acadêmicas.

Assim, espera-se que trabalhos futuros avancem nessa direção, discutindo os autores e sujeitos que constroem essa literatura e medeiam, de modo a fortalecer esse campo e ampliar suas possibilidades de análise.

REFERÊNCIAS

AREB, M. V. Geografia(s) da(s) palafita(s): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus (AM). **Ensaios de Geografia**, Niterói, v. 10, n. 22, p. 175–206, 2023. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/58573. Acesso em: 5 maio 2026.

BARI, V. A. A biblioteca escolar como pauta de reivindicação popular no Brasil. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 22, n. 1, p. 98-121, jan./jun. 2023. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/225572. Acesso em: 9 mar. 2026.

BERGAMIN, F. Literatura periférica: contribuições para o fazer literário e a sociedade. **R. Jangada – Ciências e Humanidades**, São Bernardo do Campo, v. 6, n. 1, p. 1-14, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/iande/article/view/618/431. Acesso em: 9 abr. 2026.

BOTTON, A. N. M.; AMODEO, M. T. Literatura periférica: uma análise da história da literatura brasileira como caminho para a sua inserção na literatura brasileira contemporânea. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 587-603, 2018. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/view/12488/pdf1. Acesso em: 9 abr. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024**. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2024. Acesso em: 15 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 abr. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm. Acesso em: 9 abr. 2026.

CARVALHO, M. S.; SOUSA, A. C. M.; SANTOS, R. R. Cultural mediation and identity traces in rincon sapiência musical production. **Brazilian Journal of Information Science**, [*S. l.*], v.

19, p. 1- 23, 2025. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/347076. Acesso em: 10 abr. 2026.

FERREIRA, L. C. L.; SALDANHA, C. M. F. Preto Michel: um jovem entre a literatura marginal e o hip hop em Belém do Pará. *In*: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO NORTE E NORDESTE (REA/ABANNE), **Anais** […]. Alagoas: Universidade Federal de Alagoas, [201?]. Disponível em: https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Carla%20Figueiredo%20Marinho%20Saldanha%20-%201020687%20-%203979%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: 9 abr. 2026.

FERRÉZ (org.). **Literatura marginal: talentos da escrita periférica**. Rio de Janeiro: Agir, 2005. Disponível em: https://tonaniblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/05/literatura-marginal.pdf. Acesso em: 9 abr. 2026.

FONSECA, M. G.; MONTEIRO, M. M. (org.). **Igara e o povo das águas: uma aventura amazônica**. Ananindeua, PA: Ed. dos Autores, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/97622306/IGARA_E_O_POVO_DAS_%C3%81GUAS_uma_aventura_amaz%C3%B4nica. Acesso em: 5 maio 2026.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 1-18, 2006. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/44949. Acesso em: 5 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do Censo 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=N2[1]&tema=7. Acesso em: 15 mar. 2026.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 6. ed. 2024. Disponível em: https://cbl.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Apresentação_Retratos_da_Leitura_2024_13-11_SITE.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.

MORAES, J. A. do N. de. Literatura periférica como proposta pedagógica de formação crítico-social. **Revista Multidisciplinar do UniSantaCruz**, [*S. l.*], v. 3, n. 2, p. 1-19, 2025. DOI: 10.55905/rmuscv3n2-003. Disponível em: https://www.periodicos.unisantacruz.edu.br/index.php/revmulti/article/view/487. Acesso em: 10 mar. 2026.

NASCIMENTO, E. P. d. **Vozes Marginais Na Literatura**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. Disponível em: https://assets-global.website-files.com/6268299db71483579a806ae8/6410765ecb09dbf86170f75a_100.%20Vozes%20marginais%20na%20literatura.pdf. Acesso em: 9 abr. 2026.

OLIVEIRA, D. S.; SOUZA, E. G. Esboço histórico da trajetória da biblioteca escolar no Brasil colônia. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 27-34, 2020. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/150705. Acesso em: 9 mar. 2026.

PAIVA, T. C. L. O papel da biblioteca escolar na alfabetização e no letramento infantil. **Revista Bibliomar**, São Luís, v.19, n. 1, p. 27-37, jan./jun. 2020. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/141824. Acesso em: 9 mar. 2026.

PAJEÚ, H. M.; ALMEIDA, A. H. F. A mediação cultural na biblioteca escolar e o bibliotecário infoeducador. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 18, p. 1-17, 2020. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/147798. Acesso em: 10 abr. 2026.

RAMIRES, A. Q.; FUJITA, M. S. L. A leitura no ensino fundamental na perspectiva da BNCC e a relação com a biblioteca escolar. **Biblioteca Escolar em Revista**, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 1, p. 64-83, 2022. Disponível em: https://revistas.usp.br/berev/article/view/187811. Acesso em: 4 maio 2026.

SALA, F.; CASTRO FILHO, C. M. Biblioteca escolar e as relações de trabalho colaborativo: mediação e apropriação cultural no ambiente educacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-19, 2020. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/145576. Acesso em: 10 abr. 2026.

SANTOS, B. A.; ALMEIDA, C. C. Percalços na educação crítica: o potencial da biblioteca escolar. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 3, p. 27-49, jul./set. 2021. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/165612. Acesso em: 9 mar. 2026.

SANTOS, R. R.; SOUSA, A. C. M.; BORTOLIN, S. Ressignificações das atividades de mediação da leitura na biblioteca escolar em tempos de pandemia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, p. 1-24, 2022. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/229141. Acesso em: 9 mar. 2026.

SILVA, B. D.; SANTOS NETO, J. A. Práticas de mediação cultural nas bibliotecas públicas municipais de londrina/pr. **Biblionline,** João Pessoa, v. 2, p. 30-43, abr/jun., 2017. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/16140. Acesso em: 10 abr. 2026.

SILVA, C. R. S.; CAVALCANTE, L. F. B. Da mediação à mediação cultural da informação: percursos e questionamentos. **Anais** [...]. XXII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Porto Alegre, v. 22, 2022. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/200600. Acesso em: 9 mar. 2026.

SIQUEIRA, T. G. S. *et al*. Panorama da biblioteca escolar no Brasil: legislação e ações. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 1-19, 2021. Disponível em: https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/1754. Acesso em: 4 maio. 2026.

VAZ, A. C. S; ANDRÉ, B. P. Construindo Identidade no Espaço Escolar: percepções de professores sobre o sentimento de pertencimento dos seus alunos e a construção da cidadania. **Anais** [...]. COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO, 2015, Rio de Janeiro: CEDUCE, 2015. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/ceduce/2015/TRABALHO_EV047_MD1_SA7_ID575_19052015193150.pdf. Acesso em: 9 abr. 2026.

VIANA, G. M.; PIMENTA, J. S. Investigando práticas educativas na biblioteca escolar: o acesso ao livro, à leitura e ao protagonismo cultural. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-18, 2023. Disponível em: https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/2004. Acesso em: 4 maio 2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento



MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E FORMAÇÃO CIDADÃ: PRÁTICAS DA BIBLIOTECA CASA CANTO DO RIO

Information mediation and civic education: practices of the Casa Canto do Rio Library

Mediación de la información y formación ciudadana: prácticas de la Biblioteca Casa Canto do Rio

Maria Clara de Sousa Bitencourt
Bacharela em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil
mariaterekjhhf@gmail.com

Eddie Carlos Saraiva da Silva
Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
eddiesaraiva@gmail.com

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar as práticas informacionais, culturais e conviviais desenvolvidas pela Biblioteca Comunitária Casa Canto do Rio, localizada na Ilha do Combu (PA), considerando sua contribuição para a mediação da informação e a formação cidadã. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e interpretativa, fundamentada na observação participante e na análise discursiva de três relatórios de visita realizados nos meses de fevereiro, abril e maio de 2025, complementados por registros fotográficos. Os resultados evidenciam que as ações da biblioteca articulam leitura, produção textual e artística, rodas de conversa, atividades lúdicas e disseminação de informações de interesse público, promovendo a apropriação significativa da informação e a valorização dos saberes locais. As práticas analisadas demonstram a biblioteca como espaço de convivência democrática, produção simbólica e fortalecimento de vínculos comunitários. Conclui-se que a Biblioteca Casa Canto do Rio atua como infraestrutura cívico-cultural da informação, contribuindo para a redução de barreiras de acesso, o fortalecimento do pertencimento territorial e a promoção da cidadania informacional em contexto ribeirinho amazônico.

Palavras-chave: mediação da informação; bibliotecas comunitárias; acesso à informação; formação cidadã; Amazônia.

Abstract

This study aims to analyze the informational, cultural, and social practices developed by the Casa Canto do Rio Community Library, located on Combu Island in Pará, focusing on its contribution to information mediation and civic education. Methodologically, the research adopts a qualitative, descriptive, and interpretative approach, based on participant observation and discursive analysis of three visit reports produced in February, April, and May 2025, supported by photographic records. The results indicate that the library's activities integrate reading practices, textual and artistic production, discussion circles, playful dynamics, and dissemination of public-interest information, fostering meaningful appropriation of information and appreciation of local knowledge. The analyzed practices reveal the library as a democratic space for social interaction, symbolic production, and strengthening community bonds. It is concluded that the Casa Canto do Rio Library functions as a civic-cultural information infrastructure, contributing to the reduction of access barriers,

reinforcement of territorial belonging, and promotion of informational citizenship in an Amazonian riverside context.

Keywords: *information mediation; community libraries; access to information; civic education; Amazonia.*

Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar las prácticas informativas, culturales y conviviales desarrolladas por la Biblioteca Comunitaria Casa Canto del Rio, ubicada en la Isla de Combu, en el estado de Pará, considerando su contribución a la mediación de la información y a la formación ciudadana. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, de carácter descriptivo e interpretativo, basada en la observación participante y en el análisis discursivo de tres informes de visita realizados en febrero, abril y mayo de 2025, complementados con registros fotográficos. Los resultados muestran que las acciones de la biblioteca integran lectura, producción textual y artística, círculos de diálogo, actividades lúdicas y difusión de información de interés público, favoreciendo la apropiación significativa de la información y la valorización de los saberes locales. Se concluye que la Biblioteca Casa Canto del Rio se configura como una infraestructura cívico-cultural de la información, contribuyendo a la reducción de barreras de acceso, al fortalecimiento del sentido de pertenencia territorial y a la promoción de la ciudadanía informacional en el contexto amazónico ribereño.

Palabras clave: *mediación de la información; bibliotecas comunitarias; acceso a la información; formación ciudadana; Amazonia.*

1 INTRODUÇÃO

O acesso democrático à informação e à cultura constitui um dos pilares para o fortalecimento da cidadania e da participação social, especialmente em contextos marcados por desigualdades territoriais e históricas limitações de políticas públicas. No âmbito da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, as bibliotecas comunitárias assumem papel estratégico ao atuarem como espaços de mediação informacional, circulação de saberes e valorização das identidades locais. Em territórios ribeirinhos da Amazônia, onde o isolamento geográfico e a insuficiência de infraestrutura impactam o acesso a direitos básicos, essas iniciativas tornam-se ainda mais relevantes na promoção do conhecimento, da escuta coletiva e da formação cidadã.

A Biblioteca Comunitária Casa Canto do Rio, localizada na Ilha do Combu (PA), insere-se nesse cenário ao desenvolver ações culturais, educativas e conviviais que articulam saberes locais, práticas de leitura, expressão artística e informação de interesse público. As atividades registradas ao longo das visitas realizadas em 2025 evidenciam uma atuação que ultrapassa a função tradicional de acesso a acervos, configurando a biblioteca como infraestrutura social da informação, mediadora de memórias, identidades e direitos. Contudo, apesar da

relevância dessas práticas, torna-se necessário compreender de que forma elas se materializam no cotidiano da biblioteca e quais dinâmicas de mediação e participação comunitária são efetivamente produzidas.

Diante disso, delineia-se o seguinte problema de pesquisa: como as práticas desenvolvidas pela Biblioteca Comunitária Casa Canto do Rio promovem a democratização da informação, a mediação cultural e a participação cidadã no contexto ribeirinho amazônico? A investigação busca analisar tais práticas à luz dos referenciais teóricos da democratização da informação, da mediação cultural e da competência em informação.

O objetivo geral da pesquisa é analisar as práticas informacionais, culturais e conviviais da Biblioteca Comunitária Casa Canto do Rio, identificando seus impactos na mediação da informação e na formação cidadã da comunidade ribeirinha. Como objetivos específicos, busca-se:

a) descrever e interpretar as ações desenvolvidas pela biblioteca, considerando as linguagens, os temas e os dispositivos de mediação mobilizados nos encontros comunitários;
b) analisar de que modo essas práticas contribuem para o acesso significativo à informação, a valorização dos saberes locais e o fortalecimento da participação comunitária.

A justificativa da pesquisa fundamenta-se na necessidade de ampliar os estudos empíricos sobre bibliotecas comunitárias em contextos amazônicos, ainda pouco explorados na literatura científica. Ao evidenciar experiências concretas de mediação informacional em territórios ribeirinhos, o estudo contribui para o campo da Ciência da Informação ao destacar práticas que articulam acesso, convivência, produção simbólica e exercício de direitos, reforçando o papel social das bibliotecas como agentes de inclusão, resistência e justiça informacional.

A pesquisa está organizada em cinco seções. A seção 1 introduz a pesquisa. A seção 2 apresenta o referencial teórico, no qual se discutem as noções de acesso e democratização da informação no contexto das bibliotecas comunitárias. A seção 3 descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. Na seção 4, são apresentados e analisados os resultados da pesquisa de campo, com foco nas práticas desenvolvidas pela Biblioteca Comunitária Casa Canto do Rio. Por fim, a

seção 5 reúne as considerações finais, nas quais são sintetizadas as principais reflexões e contribuições do estudo.

2 ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

O acesso à informação é reconhecido como um direito fundamental e condição indispensável para o exercício pleno da cidadania, estando assegurado em marcos legais nacionais e internacionais. No contexto brasileiro, a Lei nº 12.527/2011 estabelece ser dever do Estado garantir o acesso à informação de forma transparente, clara e em linguagem acessível (Brasil, 2011). Essa compreensão dialoga com o princípio consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que reconhece o direito de toda pessoa buscar, receber e difundir informações por quaisquer meios (ONU, 1948). Assim, o acesso à informação deve ser compreendido não apenas como prerrogativa legal, mas como elemento estruturante da formação crítica, da participação social e da autonomia dos sujeitos.

Apesar desse reconhecimento normativo, o acesso à informação permanece profundamente desigual em diferentes contextos sociais, sobretudo em territórios marcados por vulnerabilidade, onde a presença do poder público é historicamente limitada. Estudos indicam que a implementação desigual das políticas públicas contribui para a manutenção das desigualdades sociais, restringindo o acesso efetivo a direitos como informação, educação e cultura, especialmente em regiões periféricas e de difícil acesso (IPEA, 2017). Nesses cenários, fatores como isolamento geográfico, precariedade de infraestrutura e escassez de investimentos comprometem a concretização do direito à informação de forma equitativa.

É nesse contexto que as bibliotecas comunitárias emergem como espaços estratégicos de democratização da informação e de promoção da cidadania. Ao atuarem de forma autônoma e articulada às necessidades locais, essas bibliotecas frequentemente suprem lacunas deixadas pela ausência de políticas públicas contínuas. Dados da pesquisa “O Brasil que lê” evidenciam a concentração das bibliotecas comunitárias em áreas urbanas, revelando também desigualdades territoriais no acesso a equipamentos culturais e de leitura (Fernandez; Machado; Rosa, 2018). Ainda assim, onde existem, essas iniciativas tornam-se instrumentos de resistência, ao oferecerem acesso gratuito a livros, atividades educativas, ações culturais e espaços de convivência.

A democratização da informação, nesse sentido, ultrapassa a mera disponibilização de conteúdos. Trata-se de um processo que envolve escuta, mediação, participação e valorização dos saberes locais. Como destaca Teixeira (2006), as bibliotecas comunitárias configuram-se como centros de convivência democrática, ampliando o universo cultural e educacional da comunidade e fortalecendo o exercício da cidadania. Essa atuação pressupõe a participação ativa da comunidade na gestão e na programação das bibliotecas, garantindo relevância social e engajamento coletivo.

No contexto amazônico, essas questões assumem contornos ainda mais complexos. A vasta extensão territorial, aliada às especificidades culturais, sociais e ambientais da região, exige que o acesso à informação seja pensado a partir das vivências locais. Reconhecer a Amazônia como território vivo de saberes implica valorizar conhecimentos ancestrais e práticas culturais ribeirinhas, indígenas e caboclas, integrando-os às ações bibliotecárias. Nesse sentido, a biblioteca deixa de ser apenas espaço de guarda e passa a atuar como mediadora cultural, articulando saberes técnicos e conhecimentos comunitários.

A literatura científica reforça que as bibliotecas, ao realizarem diagnósticos das necessidades informacionais da comunidade e ao se vincularem de forma efetiva aos seus usuários, fortalecem seu papel social e ampliam sua legitimidade (Suaiden, 2000). Essa vinculação possibilita a construção de ações planejadas e contínuas, orientadas por demandas reais e voltadas à formação cidadã. Conforme argumenta Milanesi (1983), a biblioteca torna-se agente de transformação social quando promove o acesso democrático à informação e fomenta práticas culturais críticas e participativas.

Nesse processo, o profissional da informação assume papel central como mediador entre o conhecimento formal e os saberes da comunidade, atuando para remover barreiras de acesso, sejam elas geográficas, simbólicas ou cognitivas. A competência em informação, entendida como capacidade de reconhecer necessidades informacionais, localizar, avaliar e utilizar a informação de forma ética e crítica, constitui requisito fundamental para o exercício da cidadania (Dudziak, 2003). Assim, promover o acesso à informação significa criar condições para o uso consciente e transformador do conhecimento, reafirmando a informação como bem comum e instrumento de inclusão social.

Desse modo, as bibliotecas comunitárias, ao articularem acesso, mediação cultural e participação cidadã, consolidam-se como espaços de formação crítica e fortalecimento identitário. Ao democratizar a informação, essas instituições rompem ciclos de exclusão e contribuem para a construção de comunidades mais autônomas, informadas e capazes de intervir em suas próprias realidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza descritiva e interpretativa, orientado pela perspectiva da mediação da informação e da democratização do acesso ao conhecimento em bibliotecas comunitárias. O foco recaiu sobre a análise das práticas informacionais, culturais e conviviais desenvolvidas pela Biblioteca Comunitária Casa Canto do Rio, localizada na Ilha do Combu (PA), considerando sua inserção em um território ribeirinho marcado por desigualdades no acesso a políticas públicas.

O *corpus* foi constituído por três relatórios de visita técnica realizados nos meses de fevereiro, abril e maio de 2025, os quais documentam atividades, dinâmicas, interações e registros fotográficos das ações desenvolvidas pela biblioteca junto à comunidade. Esses relatórios foram produzidos a partir de observação participante, permitindo registrar não apenas as atividades realizadas, mas também os modos de participação comunitária, as linguagens mobilizadas e as formas de circulação de saberes.

Além dos textos dos relatórios, integraram o corpus registros fotográficos produzidos durante as visitas, tratados como documentos visuais de apoio à interpretação das práticas culturais e informacionais observadas, respeitando os princípios éticos da pesquisa social. A coleta de dados ocorreu por meio de:

a) observação direta e participante das atividades realizadas na biblioteca;
b) registro sistemático em relatórios descritivos, contemplando ações, públicos, dinâmicas e objetivos das atividades;
c) documentação fotográfica, utilizada como recurso complementar para a compreensão dos processos de mediação cultural e informacional.

Esses procedimentos permitiram captar dimensões objetivas (atividades realizadas, formatos, temas abordados) e subjetivas (interações, sentidos atribuídos, formas de engajamento e pertencimento).

A interpretação dos dados dialogou com referenciais que compreendem a biblioteca como infraestrutura social da informação, espaço de convivência democrática, produção simbólica e formação cidadã, em consonância com abordagens que defendem a democratização da informação como processo que envolve acesso, apropriação, mediação ativa e participação comunitária. O contexto amazônico foi considerado como elemento estruturante da análise, reconhecendo os saberes ribeirinhos, ancestrais e territoriais como formas legítimas de conhecimento.

A pesquisa respeitou os princípios éticos da pesquisa social, assegurando o caráter coletivo das observações, o uso responsável das imagens[21] e das informações registradas, bem como o reconhecimento da comunidade como sujeito ativo do processo investigativo, e não apenas como objeto de análise.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Este capítulo apresenta uma análise discursiva dos três relatórios de visita realizados à Biblioteca Comunitária Casa Canto do Rio, examinando de forma integrada como as práticas registradas ao longo dos encontros de fevereiro, abril e maio revelam dinâmicas de mediação cultural, participação comunitária e circulação de saberes no contexto ribeirinho.

4.1 Relatório do mês de fevereiro de 2025 – mediação cultural, produção textual e saberes locais

A programação integrou dança terapêutica, “Oficina da Palavra” (leitura e discussão de redações sobre Carnaval e cultura), oficina de máscaras com materiais naturais, café e almoço comunitário, além de brincadeiras e gincanas, conforme figura 1. Em termos de democratização da informação, o conjunto de ações evidencia que o acesso significativo não se restringe à disponibilidade de conteúdos, mas envolve condições de apropriação, isto é, práticas e linguagens que façam sentido para a comunidade (Brasil, 2011; ONU, 1948).

[21] Foi aplicado o Termo de Consentimento e Uso Legal de Imagem, mas optou-se pela anonimização nas imagens.

A Oficina da Palavra e a oficina de máscaras configuram-se como estratégias de mediação que articulam letramentos (leitura, escrita, expressão) e saberes territoriais (uso de folhas e galhos, referências ao Carnaval), aspecto coerente com abordagens que defendem a biblioteca como espaço de convivência democrática, produção simbólica e formação cidadã (Targino, 1991; Teixeira, 2006). A valorização do ambiente amazônico e da estética local alinha-se à compreensão de que saberes ancestrais e ribeirinhos são formas legítimas de conhecimento que devem ser mobilizadas nas práticas informacionais (Kambeba, 2013; Mallmann, 2024). Nesse sentido, as oficinas funcionam como dispositivos de inclusão informacional ao traduzirem conteúdos e expressões culturais em experiências acessíveis, colaborativas e comunitárias (Milanesi, 1983; Sousa *et al.,* 2015).

Figura 1 – Atividades culturais, terapêuticas e lúdicas desenvolvidas na Biblioteca Comunitária Casa Canto do Rio



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Além disso, a mesa compartilhada e as dinâmicas lúdicas reforçam a biblioteca como infraestrutura social da informação, ampliando a confiança, a circulação de enunciados e a capacidade de escuta, condições reconhecidas como centrais para a competência em informação e para o exercício crítico da cidadania (Dudziak, 2003; Suaiden, 2000). Em territórios de acesso desigual a direitos e políticas públicas (IPEA, 2017), essas práticas reduzem barreiras simbólicas (medo, sentimento de inadequação) e logísticas (deslocamento, custos), aproximando o direito de acesso da vida cotidiana (Brasil, 2011).

4.2 Relatório do mês de abril de 2025 – pluralidade de referências, memória e cidadania

Neste encontro, as ações se organizaram em torno de Páscoa e Dia dos Povos Indígenas, com roda de conversa, leitura de redações, café e almoço comunitário, atividades lúdicas e entrega de bombons e artesanatos (produções de Lúcia Nascimento). A abordagem simultânea de dois marcadores culturais, religioso e étnico-ancestral, evidencia uma política de pluralidade informacional: diferentes matrizes simbólicas coexistem, são debatidas e reinterpretadas coletivamente, em consonância com o direito de buscar, receber e difundir informações e ideias (ONU, 1948) e com os princípios de acesso transparente e compreensível (Brasil, 2011).

Ao problematizar ancestralidade indígena e vínculos ribeirinhos, a biblioteca opera como mediadora de memória e identidade, condição que a literatura associa diretamente à democratização da informação, à mediação cultural e à formação cidadã (Milanesi, 1983; Targino, 2020). O reconhecimento e a circulação de artesanatos locais afirmam o valor do conhecimento comunitário como bem informacional, combatendo a invisibilidade de saberes subalternizados (Mallmann, 2024; Teixeira, 2006). Em termos de competência em informação, a roda de conversa e a produção textual desenvolvem habilidades de expressão, avaliação e contextualização de sentidos (Dudziak, 2003), fundamentais para o uso ético e crítico da informação.

Num cenário de desigualdades territoriais e de infraestruturas escassas em áreas ribeirinhas (Fernandez; Machado; Rosa, 2018; IPEA, 2017), os dispositivos conviviais (refeição compartilhada, gincanas) renovam laços e sustentam o engajamento informacional, reforçando que o acesso efetivo requer arranjos sociais e afetivos que garantam a presença continuada das pessoas nos espaços de mediação (Suaiden, 2000; Teixeira, 2006).

4.3 Relatório do mês de maio de 2025 – letramento em múltiplas linguagens e informação de interesse público

A visita dedicada ao Dia das Mães articulou bate-papo afetivo, leitura de textos e poesias, participação do Clube de História em Quadrinhos (HQ) (apresentação, doação de HQs ao acervo e oficina de criação de HQs com as crianças), além de café e almoço comunitário, sorteios e a apresentação da

campanha “Maio Laranja – Por Amor aos Ribeirinhos e Quilombolas” (informações sobre proteção de crianças e adolescentes e encaminhamento para serviços) (Figura 2). A ação, voltada à proteção de crianças e adolescentes contra a exploração e o abuso sexual, foi divulgada por visitantes voluntários e incluiu o compartilhamento de uma cartilha informativa. A campanha visava mobilizar a comunidade para as atividades sociais que ocorreriam no dia 25 de maio, como atendimentos médicos, assistência jurídica, sessões de cinema e oficinas recreativas.

Figura 2 – Evento em alusão ao Dia das Mães e Maio Laranja



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

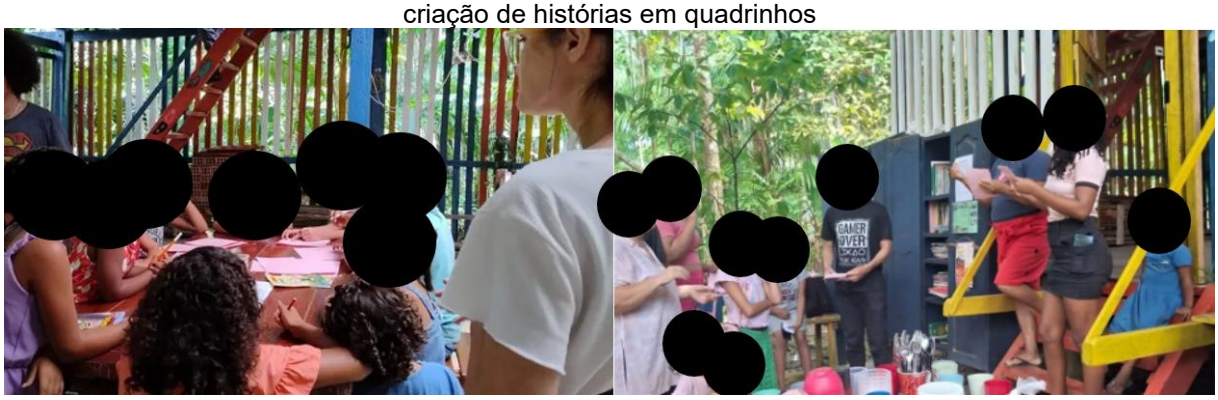
Do ponto de vista da democratização da informação, o encontro evidencia três camadas:

a) Expansão do acervo e dos letramentos: a doação de HQs e a oficina diversificam suportes e linguagens de acesso, facilitando a entrada de públicos infantis e familiares em práticas de leitura e autoria, arranjo alinhado à defesa de acesso equitativo e mediação ativa (Sousa *et al.,* 2015; Teixeira, 2006).
b) Produção e socialização de conteúdos (Figura 3): as crianças produzem narrativas e mensagens, apresentadas às mães/responsáveis, o que desloca a comunidade do lugar de mera receptora para sujeito produtor de

informação, condição central da democratização (Milanesi, 1983; Targino, 1991).

c) Informação de interesse público e direitos: a divulgação do Maio Laranja conecta a biblioteca a redes de proteção e serviços (saúde, assistência, jurídico, cultura), realizando a ponte cívica entre informação e exercício de direitos (Brasil, 2011; Dudziak, 2003).

Figura 3 – Atividades realizadas na Biblioteca Casa Canto do Rio, com participantes da oficina de criação de histórias em quadrinhos



Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A presença do Clube de HQ (discentes da Universidade Federal do Pará [UFPA]) oferece intercâmbio de saberes entre ensino superior e comunidade, fortalecendo a mediação qualificada e o planejamento sensível a demandas reais (Suaiden, 2000), aspecto crucial em contextos periféricos e ribeirinhos nos quais a infraestrutura pública é desigual (Fernandez; Machado; Rosa, 2018; IPEA, 2017). A ênfase nas linguagens híbridas (texto, imagem, performance) conversa com perspectivas que leem a biblioteconomia como prática de resistência e produção de mundos comuns (Kambeba, 2013; Mallmann, 2024).

As três visitas mostram uma política informacional concreta, assentada em:

a) Mediação contínua (rodas de conversa, oficinas, produção textual e artística);
b) Pluralidade de referências (religiosas, étnicas, territoriais, familiares);
c) Arranjos conviviais que sustentam presença e engajamento (refeições, jogos, gincanas);
d) Integração com redes externas (universidade, campanhas e serviços);
e) Produção local de conteúdos (textos, máscaras, HQs, artesanato).

Em conjunto, essas práticas traduzem o direito legal de acesso (Brasil, 2011; Organização das Nações Unidas, 1948) em experiências de apropriação que reduzem barreiras de linguagem, deslocamento e pertencimento, um caminho coerente com a literatura sobre democratização da informação, competência em informação e papel social das bibliotecas (Suaiden, 2000; Targino, 1991; Teixeira, 2006). No contexto amazônico, marcado por assimetrias territoriais (Fernandez; Machado; Rosa, 2018; IPEA, 2017), a Biblioteca Casa Canto do Rio emerge como infraestrutura cívico-cultural que coproduz conhecimento com a comunidade, reforçando autonomia, pertencimento e cidadania informacional (Mallmann, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo desta pesquisa evidenciam que a Biblioteca Comunitária Casa Canto do Rio se configura como um espaço privilegiado de mediação da informação, democratização do acesso ao conhecimento e fortalecimento da cidadania no contexto ribeirinho amazônico. As práticas registradas nos relatórios de visita demonstram que a atuação da biblioteca vai além da oferta de materiais informacionais, estruturando-se por meio de ações culturais, educativas e conviviais que favorecem a apropriação significativa da informação e a produção coletiva de saberes.

As oficinas, rodas de conversa, atividades lúdicas, produções textuais e artísticas, bem como a circulação de informações de interesse público, revelam uma política informacional concreta, alinhada às demandas da comunidade e sensível às especificidades territoriais. Ao mobilizar saberes locais, referências culturais diversas e múltiplas linguagens, a biblioteca reconhece a legitimidade dos conhecimentos ribeirinhos e ancestrais, contribuindo para o fortalecimento das identidades comunitárias e para a redução de barreiras simbólicas historicamente associadas ao acesso à informação.

Os resultados reafirmam que a democratização da informação não se resume à disponibilização de conteúdos, mas envolve processos contínuos de mediação, escuta, participação e construção de vínculos sociais. Nesse sentido, a Biblioteca Casa Canto do Rio atua como infraestrutura cívico-cultural, articulando redes de colaboração, acolhendo a diversidade de experiências e promovendo o exercício crítico da cidadania informacional. A presença de parceiros externos, como a

universidade e campanhas de proteção social, amplia o alcance das ações e reforça o papel da biblioteca como ponte entre informação, direitos e vida cotidiana.

Conclui-se que experiências como a da Casa Canto do Rio evidenciam a potência das bibliotecas comunitárias enquanto espaços de transformação social, especialmente em territórios marcados por desigualdades no acesso a políticas públicas. Ao coproduzir conhecimento com a comunidade e valorizar a participação ativa dos sujeitos, a biblioteca reafirma seu compromisso com a inclusão, a justiça informacional e a construção de sentidos coletivos. Espera-se que este estudo contribua para o fortalecimento de políticas e práticas bibliotecárias comprometidas com o acesso equitativo à informação e com a valorização das múltiplas formas de saber que compõem o tecido social amazônico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 15 jul. 2025.

DUDZIAK, E. A. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23–35, jan./abr. 2003. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/. Acesso em: 6 ago. 2025.

FERNANDEZ, C.; MACHADO, E.; ROSA, E. **O Brasil que lê**: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores. Rio de Janeiro; Recife: Grupo de Pesquisa Bibliotecas Públicas do Brasil (UNIRIO); Centro de Estudos de Educação e Linguagem (UFPE); Centro de Cultura Luiz Freire, 2018. E-book. Disponível em: https://rnbc.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Ebook-OBrasilquele.pdf. Acesso em: 17 jan. 2026.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 13. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/171020_bapi_13.pdf. Acesso em: 7 jan. 2026.

KAMBEBA, M. W. **Ay Kakyri Tama**: Eu moro na cidade. Manaus: Grafisa, 2013.

MALLMANN, P. A Biblioteconomia pode ser resistência: informação social e comunidade. **Divulga-CI**: Revista de Divulgação Científica em Ciência da Informação, Porto Velho, v. 2, n. 4, p. 1–4, abr. 2024. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/handle/1/859. Acesso em: 2 jul. 2025.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris, 1948. Disponível em: https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights. Acesso em: 15 jul. 2025.

SOUSA, A. L. M.; ALENCAR, T. C.; BERNARDINO, M. C. R.; NASCIMENTO, J. B. do. A ação do bibliotecário na garantia do acesso e do direito à informação nas bibliotecas públicas. **BIBLOS** - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, [*S. l.*], v. 28, n. 2, p. 37-46, 2015. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4262. Acesso em: 17 jan. 2026.

SUAIDEN, E. J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação,** Brasília, v. 29, n. 2, p. 52–60, maio/ago. 2000. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/887/922. Acesso em: 6 ago. 2025.

TARGINO, M. G. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149–160, jul./dez. 1991. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/37210. Acesso em: 6 ago. 2025.

TARGINO, M. G. Mediação cultural e da leitura como estratégia de inclusão social: bibliotecas comunitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-17, 2020. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1400. Acesso em: 10 maio 2026.

TEIXEIRA, I. C. **Biblioteca comunitária:** uma alternativa para democratização da informação. 2006. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51802. Acesso em: 2 jun. 2025.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), com a concessão de bolsa de doutorado, – Código de Financiamento 001 – vinculado ao doutorando Eddie Carlos Saraiva da Silva.



ANÁLISE PALEOGRÁFICA E DIPLOMÁTICA DE UM PROCESSO CRIMINAL DE HOMICÍDIO NO ESTADO DO PARÁ: EXPERIÊNCIA DO PROJETO GRAFIAS AMAZÔNICAS

Paleographic and diplomatic analysis of a criminal homicide case in Pará State: experience of the Grafias Amazônicas Project

Análisis paleográfico y diplomático de un proceso criminal de homicidio en el Estado de Pará: experiencia del Proyecto Grafías Amazónicas

Carolina de Souza Cuimar
Mestranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil
carolina.cuimar@icsa.ufpa.br

Iane Maria da Silva Batista
Doutora em História Social da Amazônia
Universidade Federal do Pará, Brasil
iane@ufpa.br

Ayla Trindade dos Santos
Graduanda em Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil
ayla.santos@icsa.ufpa.br

Lidiane Santos Oliveira
Graduanda em Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil
lidiane.oliveira@icsa.ufpa.br

Resumo

O Centro de Memória da Amazônia, em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, custodia processos criminais de homicídio datados entre os séculos XVIII e início do XX, parte dos quais integrou o projeto “Grafias Amazônicas”, da Universidade Federal do Pará. Este artigo teve como objetivo realizar uma análise paleográfica e diplomática de um processo criminal deste acervo do Centro de Memória da Amazônia, buscando compreender sua escrita manuscrita e estrutura documental. Trata-se de uma pesquisa aplicada, descritiva e qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa documental. Os resultados evidenciaram múltiplos escribas, variações gráficas, abreviaturas e elementos diplomáticos, como selos e assinaturas, que asseguram autenticidade e valor jurídico aos documentos.

Palavras-chave: Paleografia; Diplomática; Projeto Grafias Amazônicas; Centro de Memória da Amazônia; processo de homicídio.

Abstract

The Amazon Memory Center, in partnership with the Court of Justice of the State of Pará, holds criminal homicide case files dating from the XVIII to the early XX centuries, some of which were part of the “Amazonian Scripts” project at the Federal University of Pará. The objective of this article was to conduct a paleographic and diplomatic analysis of a criminal case from the Amazon Memory Center’s collection, seeking to understand its handwriting and documentary structure. This is an applied, descriptive, and qualitative study conducted through documentary research. The results revealed multiple scribes, graphic variations, abbreviations, and diplomatic elements, such as seals and signatures, which ensure the authenticity and legal validity of the documents.

Keywords: *Paleography; Diplomatics; Amazonian Scripts Project; Amazon Memory Center; homicide case.*

Resumen

El Centro de Memoria de la Amazonía, en colaboración con el Tribunal de Justicia del Estado de Pará, conserva expedientes penales por homicidio que datan de entre el siglo XVIII y principios del XX, algunos de los cuales formaron parte del proyecto "Grafias Amazónicas", de la Universidad Federal de Pará. El objetivo de este artículo fue realizar un análisis paleográfico y diplomático de un proceso penal de este fondo del Centro de Memoria de la Amazonía, con el fin de comprender su escritura manuscrita y su estructura documental. Se trata de una investigación aplicada, descriptiva y cualitativa, desarrollada mediante investigación documental. Los resultados pusieron de manifiesto la presencia de múltiples escribas, variaciones gráficas, abreviaturas y elementos diplomáticos, como sellos y firmas, que garantizan la autenticidad y el valor jurídico de los documentos.

Palabras clave: *Paleografía; Diplomática; Proyecto Grafías Amazónicas; Centro de Memoria de la Amazonía; proceso de homicidio.*

1 INTRODUÇÃO

O Centro de Memória da Amazônia (CMA) é uma unidade subordinada à reitoria da Universidade Federal do Pará (UFPA), de acordo com a Resolução n° 662, de 31 de março de 2009, do Conselho Universitário (CONSUN). Contudo, a origem da instituição foi em 31 de janeiro de 2007, a partir do Convênio n° 005/2007, entre a UFPA e o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Logo, por ser uma instituição patrimonial, tem por objetivo custodiar e proporcionar um acondicionamento adequado para os documentos sob sua guarda, especialmente os oriundos do Poder Judiciário, assim como tornar acessíveis as informações registradas em seus acervos à sociedade (Centro de Memória da Amazônia, 2009).

Parte do acervo histórico do CMA é formada por aproximadamente 14.000 processos criminais, datados de 1875 a 1970, distribuídos entre 1º, 2º e 3º distritos, a maioria ainda não catalogada. Estes documentos são registros históricos que revelam aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais da época de sua produção.

Os processos criminais dos 1º e 2º distritos foram tratados no contexto do projeto de extensão "Grafias Amazônicas: edição paleográfica de documentos do acervo de processos criminais do Centro de Memória da Amazônia (1871-1906)", executado pela Faculdade de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (FAARQ/UFPA), no período de 1º de abril de 2025 a 30 de março de 2026. Considerando que a compreensão deste acervo vale-se das contribuições da Paleografia e da Diplomática, foram usadas técnicas paleográficas na leitura e transcrição dos processos criminais com vistas a sua catalogação para elaboração de um instrumento de pesquisa, assegurando, assim, maior acessibilidade e

promovendo a visibilidade desse acervo junto à sociedade, atendendo, desse modo, ao caráter extensionista do projeto.

A Paleografia é definida por Lose e Sacramento (2018) como disciplina voltada à leitura e análise das formas gráficas dos manuscritos, enquanto a Diplomática se volta à compreensão da estrutura, função e autenticidade documental. Nesse sentido, a análise integrada dessas disciplinas amplia as possibilidades interpretativas da documentação, permitindo uma abordagem mais ampla.

Diante disso, apresentamos a seguinte questão de pesquisa: como as características paleográficas e diplomáticas se manifestam em processos criminais de homicídio produzidos entre 1795 e 1970 no Estado do Pará? Em consonância com essa problemática, o objetivo deste estudo consiste em analisar, sob as perspectivas paleografia e diplomática, um processo criminal de homicídio tratado pelo Projeto Grafias Amazônicas, visando identificar os aspectos da escrita manuscrita e a estrutura documental, de modo a compreender suas características formais, funcionais e informacionais.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, apresentamos o referencial teórico com autores basilares sobre os assuntos de Paleografia e Diplomática. Posteriormente, apresentamos a metodologia usada para o atendimento do objetivo proposto; por fim, são apresentados os resultados da pesquisa e as considerações finais.

2 PALEOGRAFIA E LEITURA DE MANUSCRITOS HISTÓRICOS

Etimologicamente definida pelo grego *palaios*=antigo e *graphien*=escrita, a Paleografia é a ciência que estuda as escritas antigas (Dias; Bivar, 2005, p. 12). Tem seu surgimento no século XVII, juntamente com a Diplomática, devido ao aumento expressivo de trabalhos como transcrições, traduções, coleções de alfabetos etc., motivada também pela falsificação de documentos de posse ou propriedade sob litígio no contexto da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) entre protestantes e católicos.

Por essa ocasião, o Jesuíta Daniel van Papenbroeck (1628-1714) escreveu a obra *Propylaenum Antiquarium circa Veri ac Falsi Discrimen in Vetustit Membranis*, na Antuérpia, em 1675, em que apresenta critérios para distinguir documentos falsos de verdadeiros. Anos após, em 1681, em Paris, o monge beneditino Jean Mabillon

(1632-1707), escreveu a obra *De Re Diplomatica Libri III*. Por fim, ainda em Paris, em 1708, o monge beneditino Bernard de Montfaucon (1655-1741), a paleografia se firma como ciência, com a escrita do *Paleographia Graeca Sive de Ortu et Processu Litterarum Graecarum* (Cambraia, 2005; Dias; Bivar, 2005).

Quanto à definição de Paleografia, vários autores disseram sob diferentes perspectivas. Para Nuñez Contreras (1994), é a ciência que estuda as escritas antigas, visando à sua leitura, decifração e datação. O autor enfatiza seu caráter técnico, voltado à identificação das características gráficas e à evolução das formas escriturais. Já para Tamayo (1996) é um conjunto de métodos e técnicas voltados à leitura sistemática de manuscritos antigos. Aqui, o domínio paleográfico exige o reconhecimento de abreviaturas, variações ortográficas e particularidades da escrita manuscrita. Com maior precisão, Acioli (2003, p. 5), a define como:

> [...] a ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas, determina o tempo e o lugar em que foi escrito o manuscrito, anota os erros que possa conter o mesmo, com o fim de fornecer subsídios à História, à Filologia, ao Direito e a outras ciências que tenham a escrita como fonte de conhecimento.

Para Berwanger e Leal (2012, p. 16), a Paleografia pode ser considerada arte ou ciência. “É ciência na parte teórica. É arte na aplicação prática. Porém, acima de tudo, é uma técnica”.

Quanto à expansão, domínio e características pluridisciplinares, Lose (2018) enfatiza o caráter interdisciplinar da Paleografia, destacando seu diálogo com áreas como Diplomática, Codicologia e História. Para a autora, a leitura paleográfica exige competências que vão além da técnica, envolvendo também interpretação contextual e análise documental.

Desse modo, a Paleografia consolida-se como uma disciplina essencial para a leitura e interpretação de manuscritos históricos, contribuindo para a preservação, compreensão e difusão do patrimônio documental, sobretudo em acervos que requerem mediação técnica especializada. Em articulação com a análise diplomática, a ser abordada no capítulo seguinte, amplia-se a compreensão dos documentos em seus aspectos formais e funcionais.

3 A ANÁLISE DIPLOMÁTICA DE DOCUMENTOS

A Diplomática surgiu no século XVII com o principal objetivo de verificar a veracidade e a autenticidade dos documentos oficiais também no contexto da Guerra dos Trinta Anos. Na época, a maioria das pessoas chamava esses documentos de terras de diplomas, por isso o nome Diplomática. Assim, a história da Diplomática está ligada a falsificação de documentos, já que sua autenticidade não estava relacionada a alguma característica do documento, mas sim ao local em que ele estava sendo armazenado.

A partir disso, a disciplina procurou estabelecer os métodos pelos quais se assegura a autenticidade dos documentos quanto a sua confecção. Ademais, os primeiros princípios foram definidos em 1681 por Jean Mabillon, que publicou em Paris o primeiro tratado determinando critérios de identificação da veracidade documental através da Crítica Textual (Tognoli, 2014). Nesse viés, surgiram outras grandes obras para a relevância da Diplomática.

Assim, para Duranti (2015), a Diplomática define a forma do documento, como um conjunto de regras de representação que são utilizadas para enviar uma mensagem, isto é, como as características de um documento podem ser separadas da determinação dos assuntos, pessoas e lugares específicos aos quais se refere. Sua forma documental pode ser tanto física, referindo-se ao *layout* externo do documento, quanto intelectual, referindo-se a sua articulação interna, às informações contidas nos documentos.

Para Duranti (2015, p. 197):

> Os elementos da primeira são definidos pelos diplomatistas como externos, ou extrínsecos, enquanto os elementos da segunda são definidos como internos ou intrínsecos. E do ponto de vista conceitual os elementos extrínsecos são os que fazem o documento ser perfeito, ou seja, capaz de atingir o seu objetivo e os elementos intrínsecos são os que fazem que um documento tenha forma legal e que os documentos são completos.

Segundo Duranti (2015, p. 198), os elementos externos indicam a forma do documento; em complemento, a língua e a linguagem de marcação são elementos a serem analisados, e é preciso levar em conta o tipo de suporte em que esses documentos estão escritos: o texto, a linguagem, os sinais especiais, os selos dos

cartórios e as anotações. Todos esses elementos fazem parte de um processo que tem o propósito de analisar esses elementos para comprovar sua autenticidade.

A estrutura da análise diplomática é rígida e reflete uma progressão sistemática do específico ao genérico. Essa direção pode ser tomada quando o contexto do documento sob análise não é conhecido. E a Crítica Diplomática pode parecer somente um exercício estéril de identificação e rotulação de documentos, mas na verdade é o exercício e a chave para a compreensão da ação da qual o documento participa (Duranti, 2015). Nesse sentido, Duranti (2015, p. 214) salienta que a “Diplomática é uma atitude mental, uma abordagem, uma perspectiva e uma maneira sistêmica de pensar sobre os documentos arquivísticos. Como fazer o melhor uso de seus conceitos e metodologias no trabalho de descrição arquivística.”

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa possui natureza aplicada, com objetivos descritivos e abordagem metodológica qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa documental, aplicando a análise paleográfica e diplomática.

Os critérios usados para a seleção do documento a ser analisado consideraram o tamanho do processo, seu estado de conservação e a presença expressiva de elementos diplomáticos-paleográficos.

Para a análise do documento selecionado, combinou-se a análise paleográfica proposta por Berwanger e Leal (2008) e a análise diplomática proposta por Tognoli e Guimarães (2013). A análise paleográfica concentrou-se na identificação dos tipos de escrita, abreviaturas, grafias e aspectos da evolução gráfica dos documentos, enquanto a análise diplomática voltou-se à investigação da estrutura formal, das fórmulas jurídicas e dos elementos constitutivos dos processos.

No processo de transcrição, foram usadas as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos definidas no contexto do II Encontro Nacional de Normalização Paleográfica, ocorrido em 1993, que determinou diretrizes quanto à grafia, convenções e assinaturas, buscando, assim, uma padronização das transcrições de documentos manuscritos brasileiros (Arquivo Nacional, 2000).

Para o registro e sistematização dos dados, foram utilizadas fichas de análise documental, como apoio para a análise da transcrição paleográfica e da descrição

diplomática, possibilitando a organização e interpretação consistentes das informações extraídas do *corpus*.

5 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Do acervo de processos criminais sob guarda do CMA, selecionou-se um processo de homicídio como objeto de análise diplomática e paleográfica desta pesquisa, cujos resultados serão apresentados a seguir. O documento foi selecionado pelo seu nível de legibilidade, pela presença de selos fiscais (estampilhas) e pelo estado de conservação do suporte.

5.1 Análise paleográfica

A análise do processo criminal de homicídio, à luz da Paleografia, fundamenta-se na identificação e interpretação das características gráficas presentes no documento manuscrito, considerando sua materialidade e contexto de produção. Assim, foi possível identificar diferentes mãos escriturárias ao longo do processo, bem como variações no traçado, *ductus* e organização gráfica, evidenciando a atuação de múltiplos agentes na produção documental. Além disso, conforme destacado por Bellotto (2008), a Paleografia, em articulação com a Diplomática, contribui para a compreensão do documento em sua dimensão material e funcional, permitindo situá-lo no contexto jurídico-administrativo em que foi produzido.

5.1.1 Aspectos do suporte

O processo criminal de homicídio estudado, composto por 12 páginas, está registrado em suporte de papel de tamanho A3, com escrita manuscrita realizada por meio de tinta ferrogálica. O documento apresenta estado de conservação fragilizado, com coloração amarelada, bordas quebradiças e perda parcial de suporte, em decorrência do tempo e das condições de acondicionamento, fatores que interferem na sua integridade e legibilidade.

5.1.2 Teor do documento

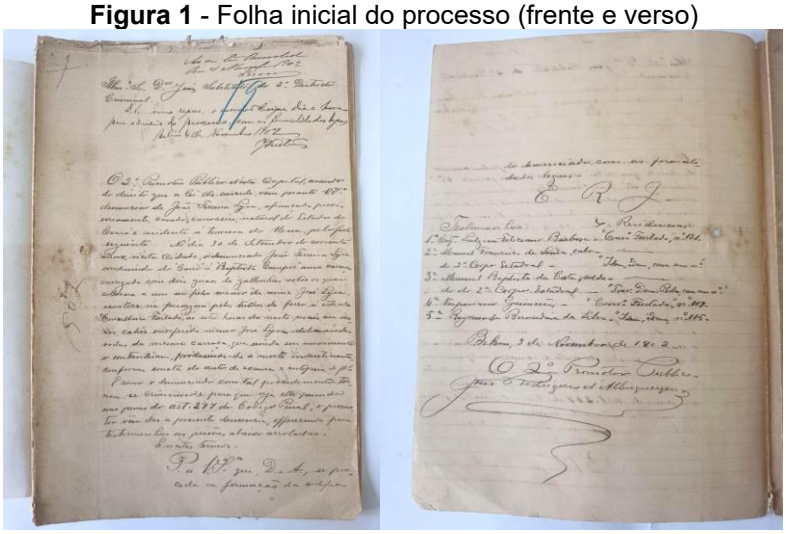
O processo criminal (Figura 1) constitui o objeto de análise desta pesquisa, não sendo transcrito integralmente em razão de sua extensão (12 páginas). Optou-

se, portanto, pela apresentação de um resumo contextual, no qual são preservadas as grafias originais, conforme as Normas Técnicas de Transcrição Paleográfica (Arquivo Nacional, 2000).

Dessa forma, as ocorrências linguísticas mantidas não devem ser interpretadas como desvios ortográficos, mas como resultado da aplicação de critérios metodológicos que visam respeitar integralmente as características da escrita original.

O documento é um processo judicial de crime de homicídio ocorrido na cidade de Belém do Pará no ano de 1902. O crime ocorreu quando, no dia 30 de setembro de 1902, o denunciado João Ferreira Lyra, casado, carroceiro, natural do Estado do Ceará, residente na Travessa do Una, estava “condusindo” do “Curro” a “Baptista Campo” uma carroça com “giraós” de “gallinhas” sobre a qual se encontrava seu filho menor chamado José Lyra, de 2 anos de idade.

Figura 1 - Folha inicial do processo (frente e verso)



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Consta nos autos que, por volta das 19:00 horas, eles estavam passando pelos trilhos de ferro na “estrada Conselheiro Furtado” quando a criança veio a “cahir” por baixo das rodas da carroça que estava em movimento “produsindo-lhe” a morte instantânea. Logo, o caso foi julgado como um crime casual, portanto, acidental, e o denunciado João Lyra foi julgado e teve direito à fiança provisoriamente, uma vez que o caso foi considerado um acidente.

O resumo do documento acima é um dos exemplos de casos ocorridos no estado do Pará no acervo do CMA. Além dos aspectos trágicos da situação, é

possível perceber diversos aspectos socioeconômicos e culturais da época, como as formas de locomoção e a estrutura urbana de Belém etc.

5.1.3 Aspectos gráficos

O texto do processo foi redigido em letra cursiva e evidencia a atuação de múltiplos punhos, sendo possível identificar pelo menos seis escribas distintos, reconhecidos tanto por suas características gráficas quanto por suas assinaturas. Nesse sentido, se trata de um processo lavrado por diferentes agentes, adotou-se como procedimento a análise individualizada de cada parte do processo criminal e de seus respectivos escribas. Foram identificados, na ordem em que aparecem no documento: João Rodrigues Albuquerque, José Alves Maia, Antonio Casulo, Raphael Bezerra, Thomaz Ribeiro e Augusto H.

Assim, tendo em vista essa característica do processo, e conforme a proposta de análise paleográfica proposta por Berwanger e Leal (2008), foi adaptado o uso da tabela recomendada pelas autoras, e será apresentado a seguinte estrutura, de acordo com o quadro 1.

Quadro 1 - Síntese da análise paleográfica dos escribas

Escriba	Grafia diferente da atual	Traços e peso	Inclinação	Observações
João Rodrigues Albuquerque	“anno”; “gallinhas”; “elle”; “offerecendo”; “facto”	Traço contínuo, leve, com boa fluidez	Leve à direita, quase vertical	Escrita regular e padronizada
José Maria da Silva	“autoação”; “mez”; “meo”; “sê”; “commigo”; “cahiu”; “m’esta”	Traço contínuo e leve, com uso frequente de hastes superiores e inferiores, sem prejuízo da legibilidade	Moderada à direita	Responsável pela autuação e auto de prisão; escrita funcional e estável
Antonio Casulo		Traço firme, com uso de filete ornamental	Leve à direita	Finaliza o auto de prisão; presença de marca gráfica distintiva
Raphael da Silva Bezerra.	“affirmação”; “côr”; “séte annos de edade”	Traço firme e regular, com hastes bem definidas e forte presença de ligaduras	Leve à direita	
Thomaz Ribeiro	“remetta-se”	Traço moderado, com menor densidade gráfica	Moderada à direita	Responsável pela conclusão; escrita sintética

Augusto H.	“d’elle”; “mez”	Traço leve, espaçado, com hastes superiores e inferiores bem marcadas	Leve à direita, quase vertical	Escrita mais aberta e espaçada; boa legibilidade

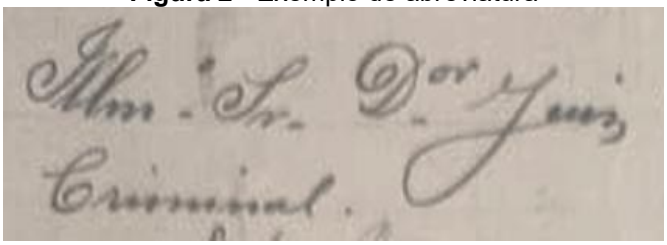
Fonte: Elaborado pelas autoras, adaptado de Berwanger e Leal (2008).

Além das ocorrências já sistematizadas no quadro 1, identificaram-se grafias divergentes da ortografia atual, como “condusindo”, “Baptista Campo”, “giraós” e “produsindo-lhe”, as quais foram preservadas conforme os princípios da Paleografia. Tais variações corroboram o que apontam Dias e Bivar (2005) e Nuñez Contreras (1994), ao evidenciarem que a escrita manuscrita reflete tanto convenções ortográficas de época quanto particularidades individuais dos escribas.

Observou-se, ainda, a presença de intervenções corretivas no texto, marcadas pelo uso da expressão “digo”, seguida da forma considerada adequada, prática comum em documentos manuscritos e indicativa do processo de produção textual. No que se refere à legibilidade, a escrita do escriba Raphael Bezerra apresentou maior grau de complexidade, em razão do uso intensivo de ligaduras e da morfologia de letras como “m” e “n”, com traçado contínuo e arrastado, dificultando a distinção gráfica e, consequentemente, o processo de leitura e transcrição.

Por fim, identificou-se o uso recorrente de abreviaturas, analisadas com o apoio do Dicionário de Abreviaturas (Flexor, 2008), cuja presença, conforme Tamayo (1996), constitui um dos principais desafios da leitura paleográfica e um elemento característico da escrita manuscrita histórica, sendo exemplificada na figura 2 a seguir, que possui o significado de: Ilmo. = Ilustríssimo, Sr.=Senhor, Dor=Doutor.

Figura 2 - Exemplo de abreviatura



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Dessa forma, encerra-se a etapa de análise à luz da Paleografia, avançando-se para a análise diplomática, a qual, neste contexto, concentra-se na identificação

dos elementos formais indispensáveis à atribuição de valor probatório, jurídico e de autenticidade ao processo.

5.2 Análise diplomática

A análise à luz da Diplomática constitui etapa fundamental para a compreensão e validação de documentos jurídicos oficiais, uma vez que permite examinar, de forma sistemática, sua estrutura formal, seus elementos constitutivos e os dispositivos responsáveis por garantir autenticidade, veracidade e valor probatório.

A partir dessa abordagem, torna-se possível identificar a espécie e o tipo documental, a natureza do ato, bem como os elementos internos e externos que conformam o documento, tais como suporte, meio de registro, língua, estrutura textual e sinais de validação. Em documentos dessa natureza, destacam-se especialmente assinaturas, selos, carimbos e estampilhas, que funcionam como mecanismos institucionais de legitimação no âmbito jurídico-administrativo. Assim, a análise diplomática não apenas assegura a correta classificação do documento, como também permite compreender seu contexto de produção, sua função e sua inserção em práticas administrativas e judiciais (Duranti, 2015; Tognoli, 2014).

Nesse sentido, apresenta-se, a seguir, o quadro de análise diplomática do processo criminal de homicídio, elaborado a partir de um modelo adaptado de Tognoli (2014), no qual se sistematizam os principais elementos intrínsecos e extrínsecos do documento, ajustados às especificidades do corpus analisado.

Quadro 2 - Síntese da análise diplomática

Espécie Documental		Autos de Crime
Tipo Documental		Autos de Crime de Homicídio
Categoria documental		Documento Público
Natureza do Ato (Público ou Privado)		Jurídica/Declaratória
Elementos Externos	Selos e Sinais	Carimbo/ Selo; estampilhas; assinaturas.
Elementos internos	Protocolo inicial	Título – Auto de crime de homicídio Assunto - registro oficial e pericial de homicídio Datas - 4 de nov. 1902 Titulação – Doutor Juiz Substituto do 2° Districto Criminal

	Texto	Preâmbulo: Registro oficial de homicídio Exposição: Auto de crime de homicídio é um documento oficial que registra a investigação e o julgamento. O documento oficial tem como réu João Ferreira Lyra contra o crime de homicídio de seu filho José Lyra julgado e finalizado pelo 2° Promotor Público por crime acidental. Sanção: direito a fiança
	Protocolo final	Não consta.
Pessoas envolvidas na criação do documento		Autor - Ilustríssimo Sr. Dr. Juiz Substituto do 2° Districto Criminal. Destinatário - João Ferreira Lyra Escritor - 2° Promotor Público João Rodrigues D´Albuquerque;Escrivães: José Maria da Silva, Raphael da Silva Bezerra.
Estado de Transmissão		Original. Fundo - Tribunal de Justiça do Estado do Pará; Série - Homicídio; Notação - 38.

Fonte: Elaborado pelas autoras, adaptado de Tognoli (2014).

A validação de documentos autênticos fundamenta-se na articulação entre elementos como o sistema jurídico, o ato, as pessoas envolvidas, os procedimentos e a forma documental, conforme destacado por Duranti (2015). Esses componentes constituem um sistema interdependente, no qual cada elemento contribui para a compreensão do todo, permitindo analisar a autenticidade e a função do documento mesmo diante de limitações de acesso ou legibilidade. Nesse contexto, o uso de selos no processo estudado configura-se como um importante mecanismo de validação, admitido como forma de comprovação de sua fidedignidade; observa-se a presença desses elementos em duas partes distintas do documento, as quais serão apresentadas na figura 3 a seguir.

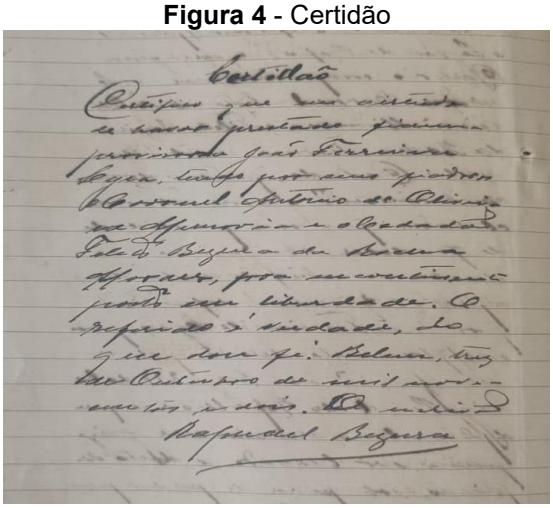
Figura 3 - Selos de pagamento do processo



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Outro elemento relevante para a validação jurídica do processo é a presença da certidão de pagamento de fiança apresentada na figura 4, a seguir. Em conformidade com essa prática, Duranti (2015) explica que a forma documental resulta da articulação entre diferentes componentes que representam a ação administrativa ou jurídica. Assim, a inclusão dessa peça reforça o entendimento, já apontado por Tognoli (2014), de que a autenticidade documental também se constrói pela relação entre os diversos registros que compõem o processo.

Figura 4 - Certidão



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Além disso, a presença de assinaturas de autoridades acompanhadas de data reforça a autenticidade e a validade jurídica do documento. Para Duranti (2015), esses elementos integram a forma intelectual do documento e atuam como garantias institucionais de legitimidade. Dessa forma, os resultados demonstram que a combinação entre elementos extrínsecos e intrínsecos, conforme discutido na literatura diplomática, é determinante para assegurar a fidedignidade do processo analisado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou evidenciar a relevância das análises paleográfica e diplomáticas efetuadas no contexto do projeto de extensão Grafias Amazônicas para a identificação, leitura e análise de documentos históricos da região amazônica. A partir da aplicação dos pressupostos da Paleografia, foi possível compreender as particularidades da escrita manuscrita, como variações gráficas, uso de abreviaturas, ausência de padronização ortográfica e dificuldades de leitura,

especialmente em documentos produzidos entre os séculos XVIII e XX, contribuindo diretamente para o avanço dos estudos paleográficos em âmbito regional.

Além disso, a análise combinada permitiu observar a evolução dos processos judiciais ao longo do tempo, tanto em sua materialidade quanto em sua forma de registro. Verificou-se a transição de documentos integralmente manuscritos, marcados por grafias não padronizadas e pela ausência de regras gramaticais e de pontuação que refletem mudanças nos modos operacionais da produção documental e na própria evolução da língua escrita.

Sob a perspectiva da Diplomática, esses elementos reforçam a compreensão de que a forma documental acompanha as transformações administrativas, jurídicas e linguísticas, evidenciando também a relação entre estrutura documental e contexto histórico.

Por fim, admite-se o potencial desse tipo de estudo para a preservação, difusão e ampliação do acesso aos acervos documentais amazônicos. A sistematização das análises paleográficas e diplomáticas contribui não apenas para a validação e compreensão dos documentos, como também para sua disponibilização como fontes de pesquisa para diferentes áreas do conhecimento. Nesse sentido, o Projeto Grafias Amazônicas consolida-se como uma iniciativa que valoriza o patrimônio documental da Amazônia, promovendo sua organização, visibilidade e uso científico, além de fortalecer a produção de conhecimento sobre a história social, jurídica e cultural da região.

Quanto aos desafios vivenciados, destacamos a presença de múltiplos escribas e, relacionada a esta situação, a dificuldade de entendimento de algumas grafias. No mais, também consideramos que a análise de outros processos exigirá esforço igual ou superior, devido às fragilidades dos suportes, uma vez que o processo selecionado estava em boas condições de manuseio. Assim, destacamos a necessidade de estudar não somente a coleção que propomos neste estudo, mas as demais em sua totalidade, tendo em vista a ampliação das discussões sobre a sociedade paraense da época e o quanto as conjunturas passadas influenciam a sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, V. L. C. **A escrita no Brasil Colônia**. Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 2003. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/A_escrita_no_Brasil_col%C3%B4nia.html?id=Q0vhAAAAMAAJ&redir_esc=y. Acesso em: 7 maio 2026.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Normas Técnicas para a transcrição de documentos manuscritos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. Disponível em: https://labefil.letras.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/05/NORMAS_TRANSCRI%C3%87%C3%83O_Casa-Civil.pdf. Acesso em: 7 mar. 2026.

BELLOTTO, H. L. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/306078979/bellotto-heloisa-liberalli-diplomatica-e-tipologia-documental-em-arquivos-2a-ed-2008-pdf. Acesso em: 7 maio 2026.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3. ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2008. Acesso em: 26 mar. 2026.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de Paleografia e de Diplomática**. 4. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2012. Acesso em: 7 maio 2026.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/343870232/Cambraia-introducao-a-critica-textual-pdf. Acesso em: 7 maio 2026.

CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. **Resolução do Conselho Universitário (CONSUN) No 662/2009, de 31 de março de 2009**. Aprova o Regimento dos órgãos executivos da Administração Superior na Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2009. Disponível em: https://www.cma.ufpa.br/. Acesso em: 14 mar. 2026.

DIAS, M. M.; BIVAR, V. S. B. Paleografia para o período colonial. *In*: SAMARA, E. M.; DIAS, M. M.; BIVAR, V. S. B. **Paleografia e fontes do período colonial brasileiro**. Estudos CEDHAL, Nova Série n. 11. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2005. p. 11-38. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001414051. Acesso em: 7 maio 2026.

DURANTI, L. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte V). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 196–215, 2015. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/600. Acesso em: 6 maio 2026.

FLEXOR, M. H. O. **Abreviaturas**: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: https://bdan.an.gov.br/items/203c1b4f-c57c-4ffd-b640-8e4146bcdaf9/full. Acesso em: 9 abr. 2026.

LOSE, A. D. Paleografia e edição de documentos históricos: a edição dos documentos da construção da Basílica de N. Sra. da Conceição da Praia, Salvador, Bahia. In: LOSE, Alícia D. SOUZA, Arivaldo S. (Org.). **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018. p. 24-37. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26224/3/Paleografia%20e%20suas%20interfaces.pdf. Acesso em: 9 abr. 2026.

LOSE, A. D.; SACRAMENTO, A. **Paleografia e suas interfaces**. Salvador: Memória & Arte, 2018. 332 p. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26224/3/Paleografia%20e%20suas%20interfaces.pdf. Acesso em: 7 maio 2026.

NUÑEZ CONTRERAS, L. **Manual de Paleografía**: fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/578511028/CONTRERAS-Luis-Nunez-Manual-de-Paleografia-Fundamentos-e-Historia-de-La-Escritura-Latina-Hasta-El-Siglo-VIII. Acesso em: 7 maio 2026.

TAMAYO, A. **Archivística, Diplomática y Sigilografía**. Madrid: Cátedra, 1996. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/499482494/Archivistica-Diplomatica-y-Sigi-Alberto-Tamayo. Acesso em: 7 maio 2026.

TOGNOLI, N. B. **A construção teórica da Diplomática**: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/1dfff8fd-6db1-40ba-adb6-15ebf61d71c4/content. Acesso em: 24 mar. 2026.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. Contribuições da metateoria para o método diplomático em Arquivologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 24-34, jan./abr. 2013. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/18486. Acesso em: 7 maio 2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



LEITURA E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: ANÁLISE DE TCC EM BIBLIOTECONOMIA (2011-2025) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reading and information mediation in academic production: analysis of Library Science undergraduate theses (2011-2025) at the Federal University of Pará

Lectura y mediación de la información en la producción académica: análisis de trabajos de fin de grado en Bibliotecología (2011-2025) de la Universidad Federal do Pará

Adria Vitória do Socorro B. Andrade
Bacharelanda em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
adriaandrade87@gmail.com

Graciele Vieira Prestes
Bacharelanda em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
gracie-le@outlook.co

Maria de Jesus Tenório Ribeiro
Bacharelanda em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
maryribeiro0606@gmail.com

Surama Maria Oliveira Andrade
Mestra em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
surama_andrade@outloook.co

Eddie Carlos Saraiva da Silva
Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará;
Instituto Tecnológico Vale, Belém, Pará, Brasil,
eddiesaraiva@gmail.co

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar a produção de Trabalhos de Conclusão de Curso dos cursos de Biblioteconomia e da área de Mediação da Informação, no período de 2011 a 2025, com foco nas temáticas relacionadas ao incentivo à leitura, à formação de leitores e à mediação da informação. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza básica, com abordagem quanti-qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico e na análise de conteúdo dos trabalhos selecionados. O *corpus* foi organizado a partir de critérios de inclusão e exclusão, e os dados foram tratados por estatística descritiva e categorização temática. Os resultados evidenciam crescimento irregular da produção ao longo do período, com picos significativos a partir de 2016, bem como diversificação conceitual das abordagens, especialmente na área de Mediação da Informação. Observa-se a centralidade das categorias formação de leitores, incentivo à leitura e mediação da informação, indicando amadurecimento teórico e ampliação do escopo analítico. Conclui-se que a produção acadêmica analisada reflete um campo em consolidação, sensível às demandas sociais relacionadas à leitura, à inclusão e à mediação do conhecimento.

Palavras-chave: leitura; formação de leitores; mediação da informação; biblioteconomia; produção acadêmica.

Abstract

This study aims to analyze undergraduate theses produced in the fields of Library Science and Information Mediation between 2011 and 2025, focusing on themes related to reading

promotion, reader education, and information mediation. Methodologically, the research adopts a descriptive design of a basic nature, using a mixed quantitative and qualitative approach based on bibliographic survey and content analysis of selected works. The corpus was organized according to inclusion and exclusion criteria, and the data were examined through descriptive statistics and thematic categorization. The results reveal an uneven growth in academic production over the period analyzed, with significant peaks from 2016 onward, as well as a progressive diversification of conceptual approaches, especially within the field of Information Mediation. The predominance of themes related to reader education, reading promotion, and information mediation indicates theoretical maturation and expansion of analytical perspectives. It is concluded that the analyzed academic production reflects a field in consolidation, responsive to social demands concerning reading, inclusion, and knowledge mediation.

Keywords: *reading; reader education; information mediation; library science; academic production.*

Resumen

Este estudio tiene como objetivo analizar los Trabajos de Fin de Grado producidos en los cursos de Bibliotecología y en el área de Mediación de la Información entre 2011 y 2025, con énfasis en las temáticas relacionadas con el fomento de la lectura, la formación de lectores y la mediación de la información. Metodológicamente, se trata de una investigación descriptiva, de naturaleza básica, con enfoque cuantitativo y cualitativo, basada en un levantamiento bibliográfico y en el análisis de contenido de los trabajos seleccionados. El corpus fue organizado mediante criterios de inclusión y exclusión, y los datos fueron analizados a partir de estadística descriptiva y categorización temática. Los resultados muestran un crecimiento irregular de la producción académica, con picos significativos a partir de 2016, así como una diversificación conceptual progresiva, especialmente en el área de Mediación de la Información. Se concluye que la producción analizada evidencia un campo en proceso de consolidación, atento a las demandas sociales vinculadas a la lectura, la inclusión y la mediación del conocimiento.

Palabras clave: *lectura; formación de lectores; mediación de la información; bibliotecología; producción académica.*

1 INTRODUÇÃO

A produção acadêmica constitui um indicador relevante para compreender os movimentos teóricos, metodológicos e temáticos de um campo científico ao longo do tempo. No âmbito da Ciência da Informação, os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) representam um espaço privilegiado de experimentação conceitual e de aproximação entre teoria, prática profissional e demandas sociais emergentes. A análise sistemática dessa produção permite identificar tendências, continuidades e lacunas, especialmente em temas centrais como incentivo à leitura, formação de leitores e mediação da informação.

Nas últimas décadas, tais temáticas têm assumido crescente relevância, tanto em cursos de Biblioteconomia quanto na área de Mediação da Informação, em função das transformações socioculturais, educacionais e informacionais que impactam as práticas de leitura e os modos de acesso ao conhecimento. A leitura,

compreendida como prática social e cultural, aparece recorrentemente associada a processos de inclusão, formação cidadã e mediação informacional, especialmente em contextos educacionais e comunitários. Contudo, apesar da recorrência desses temas, ainda são escassos estudos que sistematizem, de forma longitudinal, como eles se configuram na produção discente ao longo do tempo.

Diante desse contexto, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: como se configura a produção acadêmica dos cursos de Biblioteconomia e da área de Mediação da Informação, entre 2011 e 2025, no que se refere às temáticas de incentivo à leitura, formação de leitores e mediação da informação, e quais tendências, diversificações e lacunas podem ser identificadas nesse percurso?

O objetivo geral da pesquisa é analisar a produção de Trabalhos de Conclusão de Curso do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (UFPA), no período de 2011 a 2025, com foco na área de Mediação da Informação e nas temáticas relacionadas à leitura e formação de leitores. Como objetivos específicos, pretende-se:

a) mapear e caracterizar a distribuição temporal e categorial dos TCCs, identificando oscilações, picos de produção e diversificação temática ao longo do período analisado;
b) analisar as categorias predominantes nos trabalhos, buscando compreender como leitura, formação de leitores e mediação da informação são abordadas e articuladas na produção acadêmica discente.

A justificativa da pesquisa reside na necessidade de ampliar o conhecimento sobre a dinâmica interna da produção acadêmica em Ciência da Informação, especialmente no nível da graduação, frequentemente menos explorado em análises bibliométricas e de conteúdo. Ao sistematizar e interpretar os TCCs produzidos ao longo de quinze anos, o estudo contribui para a compreensão do amadurecimento teórico do campo, para a reflexão sobre a formação profissional e para o fortalecimento de agendas de pesquisa alinhadas às demandas sociais relacionadas à leitura, à inclusão informacional e à mediação do conhecimento.

2 INCENTIVO À LEITURA E FORMAÇÃO DE LEITORES

O incentivo à leitura constitui um campo central nas discussões educacionais e informacionais contemporâneas, especialmente quando considerado como prática cultural, social e mediada. A leitura não se reduz a um ato mecânico de decodificação, mas se realiza no encontro simbólico entre sujeitos, textos e contextos, demandando condições materiais, sociais e afetivas para que se torne significativa (Milanesi, 1986). Nesse sentido, ações de incentivo à leitura, como rodas de leitura, debates, oficinas criativas e projetos temáticos, desempenham papel fundamental ao aproximar leitores em formação do universo literário e ao estimular a curiosidade, a expressão e o engajamento (Fragoso, 2013).

A literatura brasileira recente evidencia que práticas bem-sucedidas de promoção da leitura são aquelas que reconhecem a leitura como experiência situada, atravessada por dimensões afetivas, sociais e culturais. Estratégias que integram diálogo, pertencimento e mediação sensível tendem a favorecer a participação ativa e a significação da leitura para diferentes públicos (Ribas, 2024; Zeni, 2022). Essa abordagem é especialmente relevante em contextos marcados por desigualdades históricas de acesso ao livro e à cultura escrita, nos quais projetos comunitários e ações educativas não formais muitas vezes representam o principal contato contínuo de crianças e jovens com práticas leitoras (Maimone; Oliveira; Paletta, 2024).

Programas estruturados, como clubes de leitura, projetos continuados e atividades que articulam literatura a questões sociais, demonstram potencial para ampliar o engajamento, a autonomia leitora e a percepção da leitura como prática social. Estudos apontam que clubes de leitura alinhados a temáticas de cidadania e integrados ao contexto comunitário favorecem relações dialógicas com os textos e fortalecem a participação dos sujeitos nos processos de construção de sentido (Ramos; Pizarro, 2023). Na educação básica, a mediação intencional em rodas de leitura e conversas sobre textos contribui para a formação de leitores críticos e reflexivos, com efeitos duradouros ao longo da trajetória escolar (Brandão; Bezerra; Silva, 2021).

Na contemporaneidade, a formação de leitores ocorre em meio a profundas transformações tecnológicas e culturais. A emergência de hipertextos, plataformas digitais e conteúdos multimodais redefine os modos de ler, exigindo novas

habilidades interpretativas e cognitivas (Maroto, 2009). Embora tais ambientes ampliem o acesso e a circulação de textos, também impõem desafios relacionados à concentração, à reflexão e à leitura crítica, aspectos associados à noção de leitura profunda (Wolf, 2019). Dados nacionais indicam que, apesar da presença da leitura no cotidiano, ainda persistem barreiras ao engajamento leitor, como a falta de tempo e a concorrência com outras atividades, reforçando a importância de mediações familiares, escolares e comunitárias (Instituto Pró-Livro; Itaú Cultural, 2020).

Nesse cenário, o referencial dos multiletramentos oferece contribuições teórico-metodológicas relevantes ao considerar simultaneamente a multiculturalidade das práticas sociais e a multimodalidade dos textos contemporâneos (Rojo, 2012). Essa perspectiva amplia a compreensão da leitura para além do texto verbal, incorporando imagens, sons, vídeos e linguagens híbridas, e sustenta práticas de incentivo que dialogam com a cultura digital e com os repertórios dos sujeitos. A articulação entre leitura literária, cultura digital e produção de sentidos aproxima-se também das competências gerais previstas em documentos curriculares, ao demandar leitores capazes de transitar criticamente entre diferentes linguagens (Henriques; Porto, 2025).

Associado a esse debate, o letramento informacional emerge como dimensão indispensável à formação de leitores na sociedade contemporânea. A capacidade de buscar, avaliar, interpretar e utilizar informações de maneira ética e crítica torna-se essencial diante da abundância informacional e da diversidade de fontes disponíveis em ambientes digitais (Carvalho; Aguiar Filho; Dutra, 2025). Práticas educativas que integram leitura, mídia e reflexão crítica contribuem para o desenvolvimento da autonomia leitora e do pensamento crítico, ampliando a consciência dos sujeitos sobre os processos de produção, circulação e uso da informação (Fantin, 2011).

Por fim, evidências empíricas indicam que ações continuadas de incentivo à leitura, como clubes de leitura, rodas de conversa e práticas criativas em ambientes digitais, fortalecem o engajamento, a produção autoral e a leitura como prática social. No contexto das culturas participativas, experiências como *fanfictions* demonstram potencial para articular leitura, escrita e circulação de narrativas, ampliando repertórios e competências interpretativas, especialmente entre jovens (Alencar; Arruda, 2017; Martorelli, 2017). Assim, a literatura converge ao afirmar que formar leitores hoje implica promover mediações sensíveis e integradas, capazes de

articular leitura, cultura digital, afetos e competências informacionais, contribuindo para a participação crítica e ativa dos sujeitos na vida social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza básica, com abordagem quanti-qualitativa. O objetivo é compreender práticas, percepções e desafios relacionados ao uso da biblioteca escolar, a partir da produção acadêmica (TCCs) sobre temáticas pertinentes (como incentivo à leitura e formação de leitores). O desenho do estudo é bibliográfico, com foco na análise métrica dos TCCs identificados.

O estudo será desenvolvido em três etapas integradas: levantamento bibliográfico e breve revisão da literatura sobre biblioteca escolar, mediação da leitura e formação de leitores; levantamento e organização do *corpus* composto por TCCs pertinentes ao tema; análise de conteúdo dos TCCs selecionados, segundo Bardin (2011).

Os TCCs foram recuperados e organizados em planilha com os seguintes campos mínimos: autor, título, ano, palavras-chave, resumo e link. A coleta foi realizada diretamente na Biblioteca Digital de Monografias da UFPA na coleção Faculdade de Biblioteconomia - FABIB/ICSA[22], sendo coletados 261 TCCs e não sendo necessária a aplicação de busca por termos ou uso de operadores booleanos. A análise foi realizada com base no *corpus* coletado e organizado considerando a leitura do resumo e, quando necessário, outras partes do documento, sendo analisado (para recorte temático) conforme os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

a) Inclusão: TCCs que tratem explicitamente do incentivo à leitura e/ou formação de leitores (em qualquer nível da educação básica), com resumo disponível e texto integral acessível;
b) Exclusão: estudos fora do escopo temático (leitura e/ou incentivo à leitura); documentos sem acesso ao texto completo (quando

[22] Lista de Comunidades e Coleções > ICSA - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas > Graduação – ICSA > Faculdade de Biblioteconomia – FABIB/ICSA. Disponível em: https://bdm.ufpa.br/community-list. Acesso em: 25 abr. 2026.

imprescindível para análise); duplicatas; trabalhos estritamente teóricos que não dialoguem com a temática.

O recorte temporal foi definido entre os anos de 2011 e 2025, que contemplam todos os registros de TCCs presentes na BDM da UPFA. A análise dos TCCs seguiu a Análise de Conteúdo segundo Bardin (2011), em três momentos:

a) Pré-análise: leitura flutuante dos textos integrais, definição do *corpus* final, elaboração do protocolo de codificação e das unidades de registro (temas, categorias, subcategorias).
b) Exploração do material: codificação sistemática do conteúdo por categorias a posteriori (emergentes), com possibilidade de ajustes iterativos do quadro categorial.
c) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: síntese das categorias, identificação de tendências, padrões e lacunas na produção analisada, com articulação à literatura revisada.

Os dados foram tratados por estatística descritiva para: quantificar a distribuição de TCCs por ano, eixos temáticos etc.; apoiar a triangulação com os achados qualitativos da análise de conteúdo. Dentre as categorias definidas na Análise de conteúdo estão: Biblioterapia; Designação profissional; Epistemologias; Formação de leitores; Incentivo à leitura; Bibliotecas e serviços informacionais; Leitura e inclusão; e Mediação da informação (Quadro 1).

Quadro 1 – Categorias utilizadas na avaliação dos TCCs

Categorias	Descrição
Biblioterapia	Os trabalhos foram classificados nesta categoria quando abordaram a leitura como prática terapêutica, emocional ou de bem-estar incluindo intervenções biblioterapêuticas, projetos de leitura com finalidade terapêutica, usos da literatura no cuidado e ações de mediação voltadas ao apoio psicológico ou social.
Designação profissional	Foram incluídos nesta categoria os TCCs que discutiram o papel, as competências, a formação, a identidade ou a atuação do profissional da informação, especialmente bibliotecários, ressaltando aspectos éticos, técnicos ou sociais da profissão.
Epistemologia	Foram categorizados aqui os trabalhos que trataram dos fundamentos teóricos e conceituais da área, discutindo paradigmas, concepções de informação, mediação, leitura ou conhecimento, bem como reflexões sobre o desenvolvimento científico da Ciência da Informação.
Formação de leitores	Os TCCs foram atribuídos a esta categoria quando abordaram estratégias, práticas ou políticas voltadas ao desenvolvimento de habilidades leitoras, ao

	estímulo de comportamentos de leitura ou à formação de leitores em contextos escolares, comunitários ou institucionais.
Incentivo à leitura	Foram classificados nesta categoria os trabalhos centrados em ações, projetos, campanhas ou atividades culturais voltadas a promover o interesse pela leitura, fortalecer hábitos leitores ou criar ambientes favoráveis ao contato com materiais de leitura.
Bibliotecas e serviços de informação	Os trabalhos foram incluídos aqui quando examinaram a organização, funcionamento, serviços, políticas ou práticas desenvolvidas em bibliotecas (escolares, públicas, comunitárias ou especializadas) e sua relação com o atendimento às necessidades informacionais dos usuários.
Leitura e inclusão	Foram categorizados nesta temática os TCCs que discutiram a leitura como instrumento de inclusão social, cultural ou educacional, abordando acessibilidade, diversidade, grupos vulneráveis, práticas inclusivas, materiais adaptados e ações direcionadas a públicos específicos.
Mediação da informação	Foram classificados nesta categoria os TCCs que abordaram processos, práticas e estratégias de mediação entre sujeitos e informação, considerando o papel do mediador (como bibliotecários ou outros agentes) na facilitação do acesso, apropriação e uso da informação. Incluem-se estudos que tratam a mediação em dimensões culturais, educativas, sociais ou tecnológicas, bem como aqueles que analisam a mediação como processo intencional de construção de sentidos, interação e promoção da autonomia informacional dos usuários.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Com a análise e distribuição categorial, foram selecionados os TCCs categorizados nos eixos: Biblioterapia, Formação de leitores, Incentivo à leitura, e Leitura e inclusão, com a finalidade de se manter no foco temático da pesquisa, sendo Leitura e Formação de leitores.

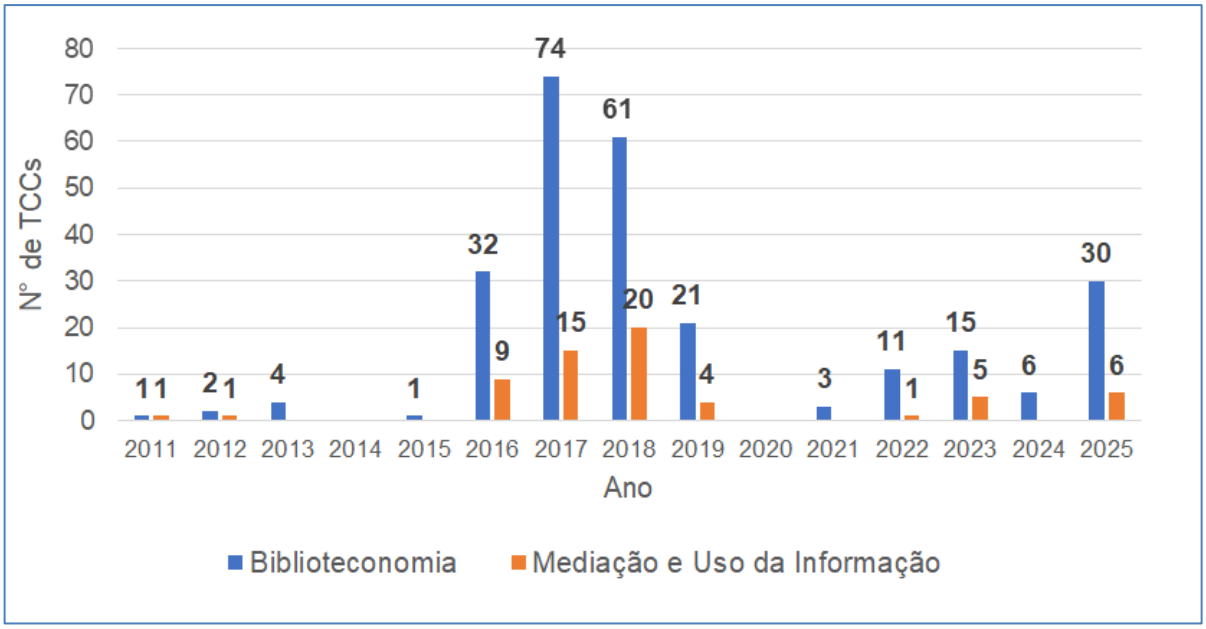
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise longitudinal dos registros referentes ao curso de Biblioteconomia e a área de Mediação da Informação, no período de 2011 a 2025, evidencia um comportamento desigual, porém complementar, no desenvolvimento dessas áreas. Observa-se que a trajetória de ambos não se dá de forma linear; ao contrário, caracteriza-se por oscilações que refletem tanto dinâmicas institucionais quanto contextuais, próprias do campo da Ciência da Informação.

No curso de Biblioteconomia, os dados revelam um crescimento significativo a partir de 2016. De acordo com o gráfico 1, enquanto os primeiros anos da série (2011 a 2015) apresentam números muito modestos (variando entre 1 e 4 registros anuais), há uma inflexão expressiva em 2016, quando o volume sobe para 32. Esse movimento ascendente se consolida de maneira ainda mais intensa em 2017, ano que registra o maior pico da série (74 ocorrências), seguido por um também elevado número em 2018 (61). Após esse período de alta, nota-se uma queda acentuada em 2019 (21), ausência de dados em 2020 e uma retomada tímida entre 2021 e 2024. O

ano de 2025, no entanto, indica um novo avanço, com 30 registros. O total acumulado no período (261) demonstra a robustez da área, ainda que marcada por ciclos alternados de expansão e retração.

Gráfico 1 – Visão geral de TCCs no curso de Biblioteconomia e na área de Mediação da Informação entre 2011 e 2025



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Nos trabalhos da área de Mediação da Informação, a série apresenta uma dinâmica distinta. Os primeiros anos (2011 e 2012) registram números discretos, seguidos de lacunas entre 2013 e 2015, o que pode sugerir descontinuidade de ofertas, baixa procura ou ausência de registros sistematizados nesse intervalo. A partir de 2016, contudo, observa-se um incremento gradual na produção ou participação, alcançando 9 registros naquele ano e crescendo até um pico de 20 em 2018. Ainda que esse patamar não se mantenha nos anos seguintes, com quedas perceptíveis em 2019 (4) e ausência de dados em 2020, há pequenos reagrupamentos posteriores, com destaque para 2023 (5) e 2025 (6). Somando-se todas as ocorrências, o curso atinge 62 registros ao final do período, número bem inferior ao de Biblioteconomia, mas que revela uma presença constante, ainda que mais modesta, no cenário acadêmico analisado.

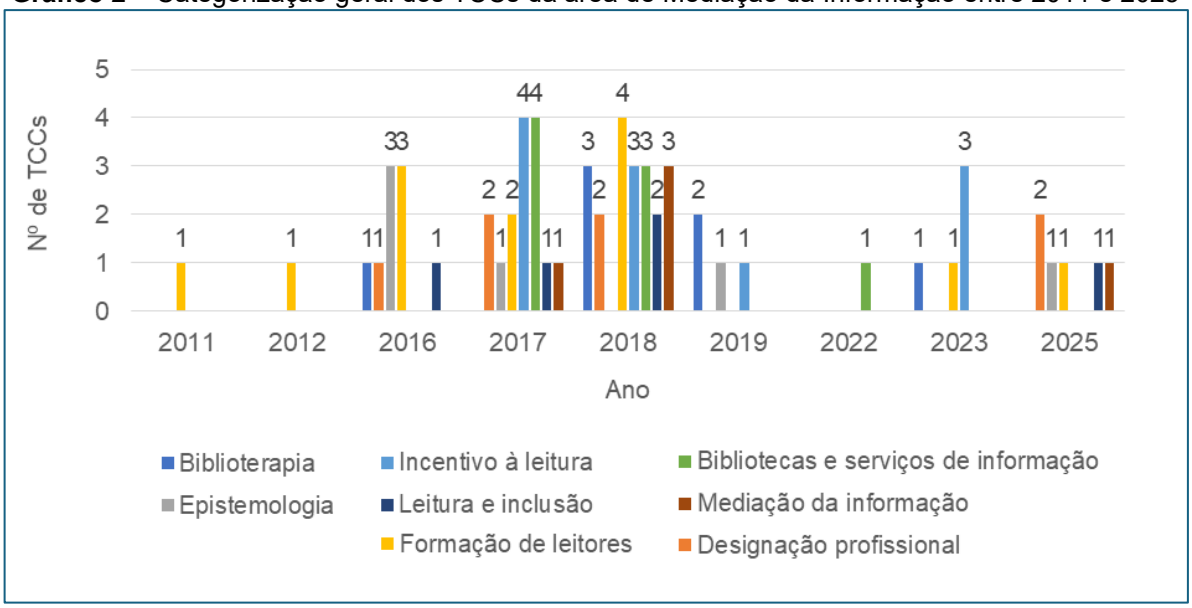
Comparativamente, o curso e a área demonstram trajetórias que se cruzam em intensidade, mas não necessariamente em simultaneidade. Enquanto Biblioteconomia apresenta oscilações mais amplas e picos mais altos, Mediação da Informação tende à estabilidade moderada, com menor variação ano a ano. Esse

comportamento sugere que o primeiro possui maior campo de captação ou manutenção de atividades, enquanto o segundo, embora menor em volume, revela certa consistência na formação de uma base própria.

De modo geral, os dados apontam para um fortalecimento gradual do curso e da área a partir de 2016, com destaque para o período entre 2016 e 2018, que se configura como o mais produtivo para ambos os cursos. Esses resultados permitem inferir que fatores institucionais, estruturais e talvez curriculares podem ter contribuído para a intensificação das atividades nesses anos. Além disso, a queda acentuada em 2019 e a ausência de dados em 2020 coincidem com um período de instabilidade acadêmica em escala nacional, marcado por desafios como cortes orçamentários e, posteriormente, pelo impacto da pandemia, o que pode ter influenciado a redução ou a descontinuidade de registros.

Com relação a análise categorial, nos primeiros anos da série, observa-se a presença exclusiva da categoria Formação de leitores, com um trabalho em 2011 e outro em 2012, conforme o Gráfico 2. Esse início modesto sugere que as discussões sobre mediação estavam fortemente associadas às práticas de promoção da leitura, o que é coerente com a consolidação do conceito de mediação no campo brasileiro naquele período, sobretudo em sua vertente bibliotecária e educativa. Entre 2013 e 2015 não há registros, apontando possível descontinuidade das atividades ou baixa sistematização da produção acadêmica.

Gráfico 2 – Categorização geral dos TCCs da área de Mediação da Informação entre 2011 e 2025



Fonte: dados da pesquisa (2026).

A partir de 2016, entretanto, ocorre uma mudança significativa. Neste ano aparecem trabalhos distribuídos em múltiplas categorias, como Biblioterapia, Designação profissional, Epistemologia, Formação de leitores e Leitura e inclusão, totalizando nove produções. Essa ampliação temática indica um processo de diversificação conceitual, no qual a mediação da informação passa a ser compreendida como fenômeno mais amplo, envolvendo dimensões profissionais, teóricas e sociais.

O período mais robusto da série, 2017 e 2018, com 15 e 20 trabalhos respectivamente, revela um amadurecimento das pesquisas no campo. Em 2017 destacam-se categorias como Designação profissional, Epistemologia, Formação de leitores, Incentivo à leitura, Bibliotecas e serviços de informação e Leitura e inclusão, todas registrando produções. Essa multiplicidade sugere que a mediação foi sendo incorporada de maneira transversal aos debates da Ciência da Informação, desde os fundamentos epistemológicos até as práticas profissionais e comunitárias.

Em 2018, o movimento se intensifica, especialmente nas categorias Formação de leitores (4 trabalhos), Incentivo à leitura (3), Bibliotecas e serviços de informação (3) e Mediação da informação propriamente dita (3). Esse último dado é particularmente relevante, pois indica que o conceito, antes utilizado de forma mais difusa, começa a ser tematizado diretamente, evidenciando uma consolidação teórica no campo.

O ano de 2019, embora com queda para quatro trabalhos, mantém presença em categorias como Incentivo à leitura, Epistemologia e Leitura e inclusão, mostrando que, mesmo em período de retração quantitativa, a produção segue ancorada em temas estruturantes. Assim como no conjunto da série histórica, o ano de 2020 apresenta ausência de registros, possivelmente influenciado pelo contexto nacional e internacional que afetou a atividade acadêmica de forma geral.

Nos anos seguintes, os dados mostram uma retomada gradual. Em 2022, surge um trabalho na categoria Bibliotecas e serviços de informação, seguido de ampliação em 2023, quando cinco trabalhos surgem distribuídos em Formação de leitores, Incentivo à leitura e Mediação da informação. Apesar da ausência de registros em 2024, o ano de 2025 revela novo crescimento (seis trabalhos), especialmente nas categorias Designação profissional, Epistemologia, Leitura e inclusão, Mediação da informação e Formação de leitores. Esse retorno de diversidade indica continuidade da vitalidade temática da área.

Quando observadas de forma agregada, as categorias revelam que os eixos predominantes ao longo de quinze anos foram Formação de leitores, Incentivo à leitura e Mediação da informação, reafirmando a centralidade da leitura como prática social estruturante na mediação. Por outro lado, categorias como Epistemologia, Designação profissional e Bibliotecas e serviços de informação mostram a presença de discussões mais especializadas, apontando para uma maturidade teórica em expansão. A categoria Biblioterapia, embora menos numerosa, evidencia o interesse por abordagens sensíveis e terapêuticas do uso da informação, uma vertente que vem ganhando visibilidade em âmbito internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo desta pesquisa permitiu evidenciar que a produção de Trabalhos de Conclusão de Curso nos cursos de Biblioteconomia e na área de Mediação da Informação, entre 2011 e 2025, apresenta um percurso marcado por oscilações quantitativas, mas também por um progressivo amadurecimento temático e conceitual. Os dados demonstram que, embora o volume de produções não se distribua de forma linear ao longo dos anos, há períodos de intensificação significativa, especialmente a partir de 2016, seguidos por momentos de retração associados a contextos institucionais e nacionais mais amplos.

No curso de Biblioteconomia, observou-se maior robustez quantitativa e picos expressivos de produção, o que sugere uma consolidação institucional e maior capacidade de absorção de temas diversos. Já a área de Mediação da Informação, embora apresente números mais modestos, revela trajetória própria, marcada por maior estabilidade relativa e por uma diversificação temática gradual. A partir de 2016, especialmente, nota-se um deslocamento importante: a mediação da informação deixa de aparecer apenas de forma implícita, associada à promoção da leitura, e passa a ser tematizada diretamente como objeto de investigação.

A análise categorial dos TCCs evidencia que Formação de leitores, Incentivo à leitura e Mediação da informação constituem os eixos predominantes ao longo da série histórica, reafirmando a centralidade da leitura como prática social estruturante no campo da Ciência da Informação. Ao mesmo tempo, a emergência e a permanência de categorias como Epistemologia, Designação profissional, Leitura e inclusão e Bibliotecas e serviços de informação indicam um campo em processo de

complexificação, no qual questões teóricas, identitárias e sociais passam a ocupar lugar mais consistente na produção discente.

Os resultados também sugerem que a consolidação da mediação da informação como categoria específica, observada sobretudo a partir de 2018, representa um marco relevante no amadurecimento conceitual da área. Esse movimento aponta para uma compreensão ampliada da mediação, não restrita às práticas técnicas, mas associada a dimensões culturais, educativas, inclusivas e terapêuticas, como evidenciado pela presença, ainda que minoritária, da categoria Biblioterapia.

Conclui-se que a produção analisada reflete um campo em transformação, sensível às demandas sociais relacionadas à leitura, à inclusão e à formação cidadã. Ao mapear tendências e lacunas, esta pesquisa contribui para fortalecer a reflexão crítica sobre a formação em Biblioteconomia e Mediação da Informação, oferecendo subsídios para o aprimoramento curricular, para o incentivo a pesquisas futuras e para a consolidação de práticas acadêmicas comprometidas com o papel social da informação e da leitura na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, D. A.; ARRUDA, M. I. M. Fanfiction: uma escrita criativa na web. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 88-103, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22504. Acesso em: 27 jan. 2026.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Almedina Brasil, 2011.

BRANDÃO, A. C. P. A.; BEZERRA, A. R. R.; SILVA, J. R. P. Rodas de leitura na educação infantil: a formação de “leitores pensantes”. **Revista da FAEEBA**: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 30, n. 63, p. 310-326, jul./set. 2021. DOI https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2021.v30.n63.p310-326. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432021000300310. Acesso em: 18 jan. 2026.

CARVALHO, A. C. M.; AGUIAR FILHO, A. S.; DUTRA, F. G. C. Competências em informação e digitais necessárias para atuação em ambientes digitais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 30, p. 1-38, 2025. DOI https://doi.org/10.1590/1981-5344/53087. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/6nkkbzqkX9DXyVz8KbkZDtB/?format=html&lang=pt Acesso em: 21 jan. 2026.

FANTIN, M. Mídia-educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 27-40, 2011. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/684/68422119002.pdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

FRAGOSO, G. **Mediação de leitura na escola.** São Paulo: Contexto, 2013.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. ITAÚ CULTURAL **Retratos da leitura no Brasil**. 5. ed. [*S. l.*]: Fundação Itaú, 2020. Disponível em: https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/prd.editor.fundacaoitau.org.br/public/otherfile/348/file/7a69a9710af4256ca1a40eeb9b44f4bc.pdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

HENRIQUES, E. A. N.; PORTO, A. P. T. Cultura digital, mídia e práticas de leitura e escrita no contexto da BNCC. **Revista Foco**, Vila Velha, v. 18, n. 10, p. 1-21, 2025. DOI https://doi.org/10.54751/revistafoco.v18n10-197. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/10319 Acesso em: 18 jan. 2026.

MAIMONE, G. D.; OLIVEIRA, N. B.; PALETTA, F. C. Bibliotecas escolares e salas de leitura como dispositivos fundamentais para o processo educacional: reflexões sobre o cenário brasileiro. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 1-22, 2024. Disponível em: https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/2148. Acesso em: 13 nov. 2025.

MAROTO, M. H. **Leitura na era digital**. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MARTORELLI, C. M. S. G. **Gêneros textuais em ambiente digital**: a fanfiction e seus caminhos de leitura. 2017. 146 f. Dissertação (Mestrado em Literaturas de Língua Inglesa; Literatura Brasileira; Literatura Portuguesa; Língua Portuguesa; Ling) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/6917. Acesso em: 5 fev. 2026.

MILANESI, Luís. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAMOS, J. M.; PIZARRO, D. C. A promoção do Clube de Leitura ODS em bibliotecas escolares brasileiras. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-16, 2023. Disponível em: https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/2051. Acesso em: 17 fev. 2026.

RIBAS, S. F. **Biblioteca escolar:** os projetos de incentivo à leitura identificados no campo da ciência da informação. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Educação, Biblioteconomia. 2024. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/262502. Acesso em: 11 nov. 2025.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. *In*: ROJO, R.; MOURA, E. (orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

ZENI, S. M. **Biblioteca escolar**: um espaço imprescindível para a formação de leitores. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2022. Disponível em: https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/1080. Acesso em: 13 nov. 2025.

WOLF, M. **O cérebro no mundo digital**: os desafios da leitura na nossa era. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), com a concessão

de bolsa de doutorado – Código de Financiamento 001 - Vinculado ao doutorando Eddie Carlos Saraiva da Silva.

SICAM 2026
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
18 e 19 de Junho - Belém - PA

AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS COMO FERRAMENTAS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA: ANÁLISE DOS CARTAZES DA GRANDE COLETA DO MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS

Archival practices as tools for the memory: analysis of the posters of the great collection of the República de Emaús Movement

Las prácticas archivísticas como herramientas de preservación de la memoria: análisis de los carteles de la gran colecta del Movimiento República de Emaús

Rebeca Almeida de Souza
Graduanda de Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
rebeca.souza@icsa.ufpa.br

José Andrey Garcia Baía
Graduando de História
Universidade Federal do Pará, Brasil,
jose.garcia@ifch.ufpa.br

Laryane Dos Passos Cavalcante
Graduanda de Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
laryane.cardoso@icsa.ufpa.br

Gustavo Reis Monteiro
Graduando de História
Universidade Federal do Pará, Brasil,
megaredmrf@gmail.com

Fabiane do Rosario Ferreira
Graduanda de Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
fabiane.ferreira@icsa.ufpa.br

Denilda Maria do Socorro Martins da Silva
Graduanda de Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
denilda.silva@icsa.ufpa.br

Geovanna Figueiredo dos Santos
Especialista em Segurança da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
geovanna.santos@icsa.ufpa.br

Iane Maria da Silva Batista
Doutora em História Social da Amazônia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
iane@ufpa.br

Resumo

O presente artigo analisa a preservação da memória institucional do Movimento República de Emaús, a partir dos cartazes da “Grande Coleta” produzidos anualmente pela instituição, compreendidos como dispositivos de mobilização e engajamento social nesta iniciativa solidária. Parte-se do entendimento de que esses registros, além de sua função comunicativa, constituem suportes de memória ao documentar práticas, experiências e valores vinculados à trajetória da instituição, especialmente os relacionados às campanhas anuais de arrecadação de objetos junto à sociedade civil belenense. O objetivo da pesquisa é compreender de que maneira as práticas arquivísticas contribuem para a preservação da memória visual e oral desenvolvida no âmbito do movimento. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e estudo de caso no acervo da instituição, com ênfase na análise de cartazes e na realização de entrevista semiestruturada. Os resultados evidenciam que esses documentos desempenham papel relevante na construção, preservação e difusão da memória institucional e social, ao mesmo tempo em que promovem processos de adesão da sociedade. Observa-se que a adoção de práticas arquivísticas adequadas contribui para a organização, preservação, e acesso a esses registros, ampliando seu potencial informacional e social. Conclui-se que as práticas arquivísticas são fundamentais não apenas para a gestão documental, mas também para a

mediação da memória institucional, fortalecendo o papel dos arquivos na valorização das experiências sociais e na construção de sentidos sobre a atuação da instituição.

Palavras-chave: Movimento República de Emaús; práticas arquivísticas; cartazes da grande coleta.

Abstract

This article analyzes the preservation of the institutional memory of the Movimento República de Emaús based on the "Grande Coleta" posters produced annually by the institution, understood as devices for social mobilization and engagement within this solidarity initiative. The study is grounded on the understanding that these records, beyond their communicative function, constitute supports of memory by documenting practices, experiences, and values related to the institution's trajectory, especially those connected to the annual campaigns for collecting objects from the civil society of Belém. The objective of the research is to understand how archival practices contribute to the preservation of the visual and oral memory developed within the movement. This is a basic research study with a qualitative approach, exploratory and descriptive in nature, developed through bibliographic review and a case study conducted within the institution's collection, emphasizing the analysis of posters and the application of a semi-structured interview. The results show that these documents play a relevant role in the construction, preservation, and dissemination of institutional and social memory, while also promoting processes of social engagement. It was observed that the adoption of appropriate archival practices contributes to the organization, preservation, and access to these records, expanding their informational and social potential. It is concluded that archival practices are fundamental not only for records management but also for the mediation of institutional memory, strengthening the role of archives in valuing social experiences and in the construction of meanings regarding the institution's activities.

Keywords: *Movimento República de Emaús; archival practices; grande coleta posters.*

Resumen

El presente artículo analiza la preservación de la memoria institucional del Movimento República de Emaús a partir de los carteles de la "Grande Coleta" producidos anualmente por la institución, comprendidos como dispositivos de movilización y compromiso social en esta iniciativa solidaria. Se parte del entendimiento de que estos registros, además de su función comunicativa, constituyen soportes de memoria al documentar prácticas, experiencias y valores vinculados a la trayectoria de la institución, especialmente aquellos relacionados con las campañas anuales de recolección de objetos junto a la sociedad civil de Belém. El objetivo de la investigación es comprender de qué manera las prácticas archivísticas contribuyen a la preservación de la memoria visual y oral desarrollada en el ámbito del movimiento. Se trata de una investigación de naturaleza básica, con enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y descriptivo, desarrollada mediante revisión bibliográfica y estudio de caso en el acervo de la institución, con énfasis en el análisis de carteles y en la realización de entrevista semiestructurada. Los resultados evidencian que estos documentos desempeñan un papel relevante en la construcción, preservación y difusión de la memoria institucional y social, al mismo tiempo que promueven procesos de adhesión de la sociedad. Se observa que la adopción de prácticas archivísticas adecuadas contribuye a la organización, preservación y acceso a estos registros, ampliando su potencial informativo y social. Se concluye que las prácticas archivísticas son fundamentales no solo para la gestión documental, sino también para la mediación de la memoria institucional, fortaleciendo el papel de los archivos en la valorización de las experiencias sociales y en la construcción de sentidos sobre la actuación de la institución.

Palabras clave: *Movimento República de Emaús; prácticas archivísiticas; carteles de la gran recolección.*

1 INTRODUÇÃO

O Movimento República de Emaús (MRE) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, criada na década de 1970, em Belém do Pará, a partir da iniciativa do padre Bruno Sechi. Sua origem está vinculada à experiência da República do Pequeno Vendedor, que reunia meninos vendedores informais do Mercado do Ver-o-Peso em situação de extrema vulnerabilidade social, passando a acolhê-los por meio de ações voltadas à educação, alimentação, lazer e proteção (Movimento República de Emaús, [s.d.]a).

Ao longo do tempo, o movimento consolidou-se como um espaço de defesa dos direitos de crianças e adolescentes, desenvolvendo ações nas áreas de educação, arte-educação, profissionalização e mobilização comunitária. Sua atuação evoluiu para uma rede de ações comunitárias, marcadas pela participação coletiva, assembleias democráticas e incidência de direitos humanos, especialmente no enfrentamento à violência infantil, expandindo-se para diferentes territórios da cidade (Movimento República de Emaús, [s.d.]b; Nascimento, 2022).

Entre suas iniciativas, destaca-se a Grande Coleta de Emaús, campanha anual de arrecadação de objetos que sustenta parte das atividades da instituição e se configura como uma das maiores mobilizações solidárias da Região Norte (Silva, 2025). Para a divulgação dessa campanha, são produzidos cartazes com a finalidade de mobilizar a comunidade e sensibilizar o público. Esses materiais visuais, para além de sua função comunicativa, expressam valores, práticas e narrativas institucionais, podendo ser compreendidos como documentos arquivísticos que contribuem para a construção da memória institucional do órgão produtor. Nesse sentido, permitem observar mudanças nas estratégias de comunicação, nas prioridades institucionais e na trajetória do Movimento de Emaús com o passar dos anos.

A relevância do MRE é evidenciada, inclusive, em registros institucionais, como discursos parlamentares que destacam sua atuação na promoção de direitos e na transformação social, no contexto de proposições legislativas voltadas à proteção infantil ou entidades sociais. Destaca-se abaixo, pronunciamento feito pelo então deputado Paulo Rocha (PT-PA), na sessão do dia 29 de agosto de 2007, que ressaltou a importância dos trabalhos desenvolvidos pela instituição Emaús no estado do Pará.

> Excelentíssimo Senhor Presidente, excelentíssimos deputados [...] Hoje, venho me pronunciar sobre a realização da primeira ExpoEmaús e da 1ª Gincana das frentes de Trabalho do Emaús. Trata-se de dois eventos que compreendem atividades esportivas, cursos profissionalizantes e a metodologia do movimento – um dos melhores exemplos de como é possível transformar exclusão social em oportunidades de futuro. Em 35 anos de existência, o MRE sempre atendeu crianças e adolescentes em situação de risco social na periferia de Belém. Hoje, são mais de 2 mil beneficiados. A maioria moradores dos bairros do Benguí, Jurunas, Condor, Batista Campos e alguns municípios do interior (Brasil, Câmara dos Deputados, 2007).

Do ponto de vista arquivístico, entretanto, a ausência ou fragilidade de práticas sistematizadas de tratamento documental pode comprometer a preservação, organização e acesso a esses registros, resultando em riscos à memória institucional e social da instituição produtora. Nesse contexto, questiona-se: como as práticas arquivísticas podem contribuir para a organização, preservação e acesso aos documentos produzidos pelo MRE?

Assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender de que maneira as práticas arquivísticas contribuem para a organização, preservação e acesso à memória institucional, a partir da análise dos cartazes da Grande Coleta do MRE. Como objetivos específicos, propõe-se: discutir a relação entre patrimônio, memória e arquivos; identificar, nos cartazes, elementos da memória institucional; e analisar a aplicação de práticas arquivísticas no tratamento desses documentos.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre o papel das práticas arquivísticas na preservação de acervos vinculados a instituições sociais, especialmente no contexto amazônico. Além disso, fundamenta-se na participação dos autores no projeto de extensão “Catalogação e Digitalização do Acervo do Movimento República de Emaús (1975-2025), desenvolvido atualmente em parceria entre o Centro de Memória da Amazônia e a Universidade Federal do Pará, o que tem possibilitado a articulação entre teoria e prática no tratamento do acervo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza básica, com abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, a investigação possui caráter exploratório e descritivo, uma vez que busca compreender e discutir a relação entre

patrimônio institucional, memória e práticas arquivísticas no contexto de uma organização social. No que se refere aos procedimentos técnicos, a pesquisa fundamenta-se em revisão bibliográfica e estudo de caso, utilizando como campo empírico o acervo documental da instituição produtora dos cartazes.

A revisão bibliográfica foi realizada utilizando a plataforma Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Foi feito um recorte de produções científicas publicadas no Brasil relacionadas às temáticas de patrimônio, memória e gestão arquivística, e publicações relacionadas à história do MRE. Não foi utilizado um filtro cronológico das obras selecionadas.

No âmbito empírico, foi desenvolvido um estudo de caso no acervo do MRE, com ênfase na análise de cartazes produzidos pela instituição, considerados como documentos que expressam aspectos da memória visual vinculada às atividades desenvolvidas pela instituição. Esses cartazes foram analisados com objetivo de identificar elementos informacionais que evidenciam práticas institucionais, narrativas sociais e representações da atuação da entidade.

Como instrumento complementar de coleta de dados, realizou-se uma entrevista semiestruturada com uma interlocutora que na década de 1970 participou dos cursos profissionalizantes, atividades de lazer, apresentações e trabalhos coletivos desenvolvidos pelo MRE, no sentido de identificar, por meio de suas memórias, os aspectos sociais norteadores da atuação da instituição no seio da sociedade paraense.

A partir disso busca-se compreender aspectos relacionados à produção, utilização e significado dos cartazes no contexto das atividades desenvolvidas. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita, respeitando os princípios éticos da pesquisa, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Para a análise dos dados, adotou-se uma abordagem interpretativa, articulando as informações obtidas na literatura, nos cartazes analisados e na entrevista realizada, de modo a compreender como as práticas arquivísticas podem contribuir para a preservação, organização e difusão da memória institucional.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Patrimônio institucional e memória social

O patrimônio institucional pode ser compreendido como resultado das práticas, experiências e trajetórias construídas no interior das instituições ao longo do tempo, configurando-se como um processo histórico e social diretamente relacionado à memória coletiva (Le Goff, 1994). Nesse contexto, o MRE, marcado pela atuação contra a exclusão social de crianças e adolescentes, contribui para a formação de referências coletivas que orientam sua atuação e identidade.

A memória coletiva, conforme discutido por Pollak (1989), constitui-se a partir de pontos de referência que fundamentam o sentimento de pertencimento e definem as fronteiras socioculturais de um grupo. Nesse sentido, a trajetória do MRE evidencia a construção de uma identidade institucional sustentada por experiências de acolhimento, resistência e transformação social, especialmente vinculadas a sujeitos historicamente marginalizados.

A memória institucional pode ser compreendida como um processo dinâmico, constituído a partir dos registros produzidos e acumulados por instituições (Costa, 1997). Nesse contexto, os documentos arquivísticos desempenham papel central ao registrar práticas e trajetórias organizacionais (Nunes; Souza; Mello, 2024). Contudo, a memória não se configura de forma neutra, sendo atravessada por disputas e seleções (Meneses, 2018), o que reforça a compreensão do patrimônio documental como elemento dotado de valor social e cultural (Albuquerque; Silveira, 2023).

Assim, os registros documentais constituem vestígios dessas memórias sociais, fundamentais para a construção do patrimônio institucional (Funari, 2009). Esses vestígios permitem a leitura das experiências que marcam a trajetória do MRE, tanto para aqueles que participam diretamente quanto para a sociedade em geral, contribuindo para a manutenção da relação entre dimensões internas e externas da instituição.

Nesse contexto os cartazes da Grande Coleta deixam de ser apenas instrumentos de divulgação e passam a ser compreendidos como suportes da memória institucional, ao traduzir visualmente a identidade e a missão do movimento. Desse modo, operam como registros das práticas de acolhimento e das ações desenvolvidas pela instituição, ampliando as formas de preservação e acesso à memória social.

3.2 Memória Visual e Oral

Os registros textuais e as estruturas formais não dão conta, isoladamente, da complexidade da memória institucional. Em instituições como o MRE, cuja trajetória está profundamente vinculada a experiências de exclusão e acolhimento, a memória também se expressa por meio de suportes visuais e orais, que incorporam dimensões simbólicas, afetivas e sociais (Soares; Suzuki, 2009).

Nesse contexto, os cartazes produzidos pelo MRE constituem registros relevantes para a compreensão da identidade institucional, ao documentarem campanhas, discursos e estratégias de mobilização social ao longo do tempo. Ao fixarem elementos visuais e textuais associados às ações da Grande Coleta, esses documentos contribuem para a preservação de práticas e narrativas institucionais.

A articulação entre memória visual e memória oral evidencia um movimento de complementaridade, no qual os registros visuais podem atuar como dispositivos de evocação de lembranças, mobilizando narrativas e experiências dos sujeitos envolvidos. Conforme discutido por Pollak (1989), a memória coletiva é marcada por disputas e seleções, sendo composta tanto por memórias institucionalizadas quanto por memórias subterrâneas, que podem emergir a partir desses processos de rememoração.

Diante disso, a preservação e organização desses acervos tornam-se fundamentais para garantir sua permanência e acesso. Nesse sentido, as práticas arquivísticas assumem papel central na sistematização, conservação e disponibilização desses registros, assegurando sua integridade e potencial informacional.

3.3 O papel das práticas arquivísticas

Considerando a relação entre patrimônio institucional, memória social e as formas de sua expressão, torna-se fundamental compreender o papel das práticas arquivísticas na organização, preservação e acesso aos registros produzidos pelo MRE.

As práticas arquivísticas compreendem um conjunto de procedimentos técnicos e metodológicos aplicados aos documentos ao longo de seu ciclo de vida, com vistas à sua organização, preservação e disponibilização (Schellenberg, 2006; Rousseau; Couture, 1998). No contexto do MRE, essas práticas mostram-se

essenciais para garantir não apenas a integridade física dos documentos, mas também a manutenção de seus vínculos com as atividades que lhes deram origem.

Os cartazes da Grande Coleta, por exemplo, devem ser compreendidos como documentos produzidos no âmbito das ações institucionais, refletindo estratégias de mobilização social e práticas institucionais. Nesse sentido, sua organização e descrição não se limitam a aspectos formais, mas envolvem a contextualização de sua produção, uso e circulação, conforme destaca Bellotto (2004), ao enfatizar o caráter orgânico dos documentos de arquivo.

Para além da dimensão técnica, as práticas arquivísticas contribuem para a mediação da informação ao possibilitar o acesso qualificado aos registros e a compreensão de seus contextos. Ações como higienização, classificação e descrição, desenvolvidas no acervo do MRE, evidenciam a aplicação desses princípios na organização de documentos que expressam experiências sociais e institucionais.

Assim, ao assegurar a preservação e o acesso desses registros, as práticas arquivísticas fortalecem a memória institucional e ampliam as possibilidades de uso dos documentos, permitindo que sejam apropriados tanto para fins de pesquisa quanto para a valorização das experiências sociais vinculadas ao movimento.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Para a construção dos resultados deste artigo, foram considerados os relatos obtidos por meio de entrevista, gravada em áudio e posteriormente transcrita, realizada com uma participante das atividades de lazer e cursos profissionalizantes do MRE na década de 1970, quando tinha 14 anos. Para fins de preservação de sua identidade, será mencionada ao longo do trabalho apenas como “entrevistada” e/ou “interlocutora”.

A entrevista foi conduzida no dia 26 de março de 2026, nas dependências do CMA. A entrevistada foi informada sobre o TCLE a qual assinou concordando em participar e permitindo que as informações fossem utilizadas apenas para fins acadêmicos e de pesquisa.

A partir dessa entrevista, os relatos obtidos subsidiaram a análise dos resultados, permitindo articular as percepções da entrevistada com as práticas realizadas no decorrer da pesquisa. Nesse sentido, realizou-se um planejamento de práticas arquivísticas a fim de preservar e difundir as informações e memórias da

instituição. Tal iniciativa se mostra coerente com a percepção da entrevistada, “se nós não guardarmos todo esse material, a história vai ser perdida” (informação verbal), evidenciando uma consciência sobre a preservação documental.

Além da consciência de preservação documental, a entrevistada relata que “[...] é preciso trabalhar em cima dessa documentação [...] para que a memória não fique apagada” (informação verbal), coincidindo com a primeira etapa do planejamento de práticas arquivísticas: o diagnóstico preliminar, já efetuado junto ao acervo de cartazes, possibilitando compreender suas condições físicas, de organização e volume documental.

Após o recolhimento do material junto ao Centro de Memória da Amazônia, onde estão sendo desenvolvidas as atividades extensionistas, foram realizadas as ações de higienização mecânica dos documentos, com a retirada de sujidades superficiais, poeira e elementos metálicos, como clipes e grampos. Essas intervenções evidenciam a aplicação de práticas arquivísticas voltadas à preservação física do acervo, contribuindo para a estabilidade dos suportes documentais e para a garantia de sua integridade ao longo do tempo.

Simultaneamente, desenvolveu-se uma descrição arquivística provisória, que permitiu a identificação inicial dos documentos, bem como o registro de informações básicas, como tipologia documental, assunto, datas aproximadas e possível origem. Esse processo foi essencial para promover um primeiro nível de controle intelectual do acervo e seus contextos históricos.

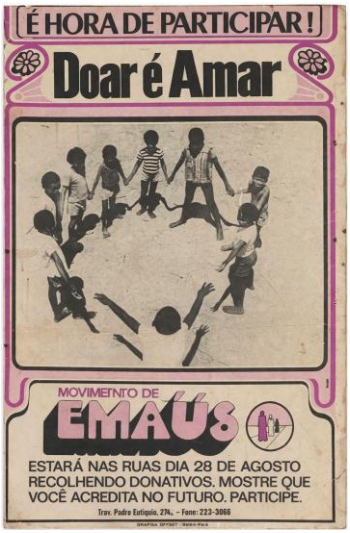
A partir do mapeamento das tipologias documentais, é possível visualizar a diversidade de suportes e gêneros documentais, como cartazes, fotografias e documentos administrativos. Essa ação contribui para uma melhor compreensão das atividades desenvolvidas pela instituição ao longo do tempo, além de evidenciar, conforme a entrevista aponta, que esses materiais “contam a história social, a história econômica, a história de um povo” e “para que essa história vá passando [...] para outras gerações conhecerem como foi fundado o Emaús.

Por sua vez, os cartazes da Grande Coleta podem ser analisados como uma fonte documental e visual para entender o MRE, pois não servem apenas para divulgar a campanha, também registram a forma como o movimento construiu sua imagem pública, mobiliza voluntários e comunica sua causa social. A entrevistada reforçou em sua fala que a campanha de arrecadação sempre foi marcada pela

criação de *slogans* que buscavam sensibilizar a sociedade, como “Solidariedade que transforma”, demonstrando o papel comunicativo e simbólico dos cartazes.

Os cartazes, de modo geral, informam datas, locais de arrecadação, tipos de objetos aceitos e os objetivos da campanha, mas também atuam como dispositivos de mobilização social. A fala da entrevistada reforça essa função ao relembrar que “[...] cada campanha tinha uma frase importante que fizesse a sociedade ver e rever a situação das pessoas”. A figura 1, abaixo, é ilustrativa de dois desses cartazes.

Figura 1 - Chamada social

a) “Doar é repartir”	b) “Doar é amar”
	

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

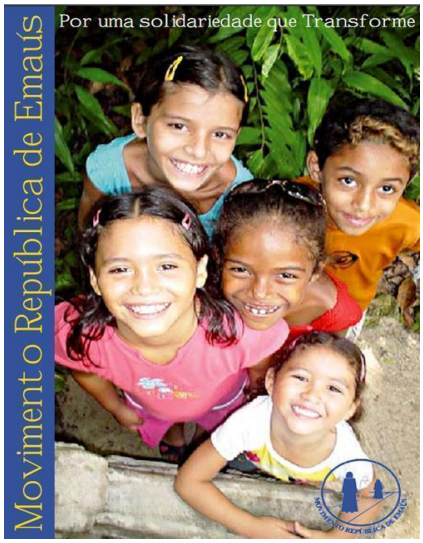
A imagem “a)” reforça valores de solidariedade e, ao mesmo tempo, cuidado com a infância e responsabilidade coletiva. Assim o cartaz não é só uma peça publicitária, é também um documento que conclama à ação. Ao ser analisado na perspectiva da memória institucional, ele revela os valores que embasavam as ações coletivas do MRE naquele contexto.

Ao ter contato visual com os cartazes, no contexto do projeto extensionista, a interlocutora da pesquisa assim se manifestou: “a gente se vê num acervo [...] a gente se lembra”. Isto reforça a representação de sujeitos, vivências e experiências, possibilitando que indivíduos se reconheçam como parte da história da instituição. Assim, o acervo deixa de ser apenas um conjunto documental e passa a constituir um espaço de pertencimento, no qual memórias individuais se articulam à memória coletiva, reforçando vínculos sociais e identitários.

À direita, na Imagem “b)” podemos perceber continuidades e mudanças em cartazes de anos diferentes. Alguns elementos permanecem, como apelo à doação e solidariedade.

A figura 2 descreve o lema mais conhecido do MRE: “Por uma solidariedade que Transforma”, onde podemos observar a mudança com cores, *slogans*, e imagens e chamadas específicas da edição anual. Isso faz dos cartazes uma fonte útil para estudar a história do movimento e a história visual das campanhas sociais em Belém.

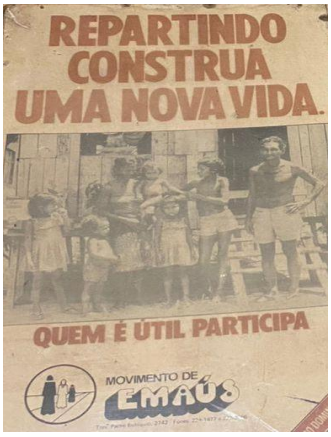
Figura 2 - Capa da Cartilha publicada “Por uma solidariedade que transforma”



Fonte: MRE (2012).

Os cartazes “a)" e "b)" da figura 3, também produzem valor simbólico. Pois a escolha da imagem “a)” na cor preta e os *slogans* utilizados costumam transmitir proximidade com o público e reforçar a ideia de que doar e partilhar é uma ação coletiva. Na imagem “b)”, percebe-se a presença recorrente das crianças, famílias e da comunidade atendida, o que aproxima o material gráfico de uma narrativa de compromisso social. A imagem “b)” destaca sujeitos em situação de vulnerabilidade, mas também sinaliza o acolhimento, cuidado e possibilidade de transformação social. Assim, o cartaz traz uma mensagem visual que valoriza a doação, fazendo com que o ato de contribuir seja percebido não apenas como entrega de bens, mas como participação em um projeto coletivo de justiça social.

Figura 3 - *Slogans* de apelo social nos cartazes

c) Cartaz com uma criança segurando outra criança no colo	d) Cartaz contendo a foto de uma família atendida pelo MRE
	

Fonte: Dados de pesquisa (2026).

Do ponto de vista arquivístico, esse aspecto simbólico é importante porque revela que o cartaz não deve ser lido apenas pelo seu conteúdo aparente, mas também pelo que expressa sobre a cultura institucional, as estratégias de comunicação e a memória social da instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões abordadas no artigo permitiram compreender e expor a relevância da presente temática, evidenciando o papel dos cartazes como dispositivo de sensibilização social e como suportes significativos da memória institucional, especialmente em suas dimensões visual e oral.

No que se refere ao primeiro objetivo específico, que consistia em discutir a relação entre patrimônio, memória e arquivos, verificou-se que esses conceitos se articulam de maneira intrínseca no contexto das instituições sociais, evidenciando o papel dos documentos arquivísticos como suportes fundamentais para a construção e preservação da memória institucional.

Quanto ao segundo objetivo, que buscava identificar, nos cartazes, os elementos constitutivos da institucional, visual e oral, constatou-se que a partir dos *slogans* dos cartazes como “A gente não quer só comida, a gente quer também cidadania e vida”; “Doar é repartir”; e “queremos viver”, expõe símbolos, valores e

práticas sociais que refletem a motivação de fundação e atuação do MRE ao longo do tempo.

No que diz respeito ao terceiro objetivo específico, que consistia em analisar a aplicação de práticas arquivísticas no tratamento desses documentos, observou-se que ações como higienização, identificação e descrição contribuem diretamente para a organização, preservação e acesso aos cartazes, ampliando seu potencial informacional e seu uso como patrimônio documental.

Por fim, no que diz respeito ao último objetivo específico, que buscou inter-relacionar os cartazes, memória e patrimônio, verificou-se que os cartazes da Grande Coleta se configuram como suportes de memória institucional, ao mesmo tempo em que articulam dimensões da memória individual, constituindo-se, assim, como elementos do patrimônio documental do MRE.

Ao registrarem práticas, valores, discursos e formas de mobilização social ao longo do tempo, os cartazes materializam a trajetória da instituição, permitindo não apenas o acesso às informações, mas também a compreensão de seus significados históricos e sociais. Nesse sentido, as práticas arquivísticas tornam-se fundamentais, pois, ao promoverem a organização, preservação e acesso aos cartazes, possibilitam que esses registros sejam reconhecidos e utilizados como patrimônio documental, atuando como mediadores entre a memória institucional e a sociedade.

As proposições dos autores indicam que as práticas arquivísticas atualmente desenvolvidas podem estabelecer uma base consistente para futuras etapas de classificação, descrição aprofundada, digitalização e disponibilização da documentação à sociedade. Ademais, o estudo evidencia que a atuação arquivística em acervos vinculados a instituições sociais não se restringe a uma dimensão técnica, mas envolve também a valorização de experiências coletivas e a construção de sentidos sobre trajetórias institucionais.

Por fim, ressalta-se que o recorte empírico adotado orienta os resultados apresentados, ao mesmo tempo em que evidencia possibilidades para investigações futuras que ampliem a análise para outros conjuntos documentais e interlocutores. Nesse sentido, os resultados apontam caminhos relevantes para o aprofundamento das relações entre práticas arquivísticas, memória institucional e acervos de caráter comunitário, contribuindo para o fortalecimento desse debate no campo da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Daniela Eugênia Moura de; SILVEIRA, Murilo Artur Araújo da. O Patrimônio Documental na literatura científica nacional da Ciência da Informação: pressupostos teóricos e práticos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, p. 126150, 2023. DOI: 10.1590/1808-5245.29.126150. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/126150. Acesso em: 5 maio 2026.

BELLOTTO, Heloisa Liberali. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Tramitação DIS 4641/2007**. Brasília, DF ,2007. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=497816. Acesso em 1 abr. 2026.

FUNARI, Pedro Paulo A. Patrimônio e Memória: considerações sobre os bens culturais. In: SEMANA DE HISTÓRIA, 13., 2009, Ribeirão Preto. **Anais [...]** Ribeirão Preto: Centro Universitário Barão de Mauá, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os museus e as ambiguidades da memória: a memória traumática. In. ENCONTRO PAULISTA DE MUSEUS, 10., São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf. Acesso em: 5 maio 2026.

MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS. *Nossa História*. Belém, PA: Movimento República de Emaús, [s.d.]a. Disponível em: https://movimentodeemaus.org/v2/emaus/?id=118 Acesso em: 7 mar. 2026.

MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS. *Quem somos*. Belém, PA: Movimento República de Emaús, [s.d.]b. Disponível em: https://www.movimentodeemaus.org/v2/emaus/?id=101 Acesso em: 7 mar. 2026.

NASCIMENTO, Andrea do Socorro Aguiar do. **Projeto de intervenção apresentado ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu no Instituto de Ciências da Educação (ICED) do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes como pré-requisito para obtenção do título de especialista em Direitos da Criança e do Adolescente**. Belém, PA: Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, 2022. Disponível em: https://iced.ufpa.br/images/Documentos/Repositorio-SGDCA/ANDRA_DO_SOCORRO_AGUIAR_DO_NASCIMENTO.pdf. Acesso em: 30 mar. 2026.

NUNES, Bianca da Silva; SOUZA, Raul Marques Leite de; MELLO, Ricardo Coutinho. Memória institucional: o papel dos documentos arquivísticos na memória institucional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., Vitória, 2024. **Anais** [...]
Vitória: UFES, 2024. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/1858. Acesso em: 23 ago. 2026.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278. Acesso em: 24 ago. 2026.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

SILVA, Samara Carolina Ferreira da. **A Documentação do Projeto "Memória e cultura da infância na Amazônia: Movimento República Emaús"**. Orientador: Luiz Tadeu da Costa. 2025. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) - Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2025. Disponível em: https://bdm.ufpa.br/handle/prefix/9195. Acesso em: 24 mar. 2026.

SOARES, Fernando Custódio; SUZUKI, Julio Cesar. Fotografia e história oral: imagem e memória na pesquisa com comunidades tradicionais. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA, 5., 2009, Santa Maria. **Anais [...]** Santa Maria: UFSM, 2009. Disponível em: https://escolasaojorge.com.br/site/wp-content/uploads/2016/08/Fotografia-e-Historia-Oral-USP_.pdf. Acesso em: 23 ago. 2026.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: https://ridi.ibict.br/items/8d85671c-5758-47ad-a8f9-9887a190414c. Acesso em: 23 ago. 2026.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A autora Fabiane do Rosario Ferreira é bolsista do Projeto de Extensão "Catalogação e digitalização do Acervo Documental do Movimento República de Emaús: contribuição para a eficácia da instituição em sua atuação a favor da cidadania (1975 a 2025)", parceria entre Centro de Memória da Amazônia e Universidade Federal do Pará.



BIBLIOTERAPIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM BIBLIOTECAS ESCOLARES AMAZÔNICAS

Bibliotherapy and environmental education in Amazonian school libraries

Biblioterapia y educación ambiental en las bibliotecas escolares amazónicas

Fernanda de Carvalho Pinheiro
Graduanda em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
fernanda.pinheiro@icsa.ufpa.br

Andria Valadares Lima
Graduanda em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
andria.lima@icsa.ufpa.br

Resumo

O presente estudo discute a relação entre biblioterapia e práticas de sensibilização ecológica no contexto das bibliotecas escolares amazônicas, considerando o potencial da leitura como instrumento formativo e de conscientização. Diante do agravamento das crises ambientais e da necessidade de fortalecer valores voltados à sustentabilidade, a escola e a biblioteca assumem papel importante na formação crítica dos estudantes. Nesse cenário, a biblioterapia apresenta-se como uma estratégia capaz de estimular reflexão, identificação e diálogo por meio de narrativas literárias, favorecendo a construção de percepções mais sensíveis sobre a relação entre sociedade e natureza. O objetivo do trabalho é analisar o potencial dessa prática como estratégia de mediação da leitura para o desenvolvimento da educação ambiental em bibliotecas escolares na Amazônia. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório, fundamentada na análise de produções acadêmicas das áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Educação. O levantamento teórico foi realizado em bases de dados digitais, priorizando autores que discutem biblioterapia, mediação da leitura e formação socioambiental. Os resultados indicam que atividades de leitura mediada, articuladas a temáticas ambientais e ao contexto sociocultural amazônico, podem contribuir para o desenvolvimento da consciência ecológica, estimulando o pensamento crítico e o envolvimento dos estudantes com questões relacionadas ao meio ambiente. Conclui-se que a biblioteca escolar possui grande potencial como espaço educativo e de mediação da informação, podendo integrar práticas de leitura voltadas à formação de sujeitos mais conscientes e comprometidos com a sustentabilidade.

Palavras-chave: mediação da leitura; sensibilização ambiental; biblioteca escolar; práticas leitoras; Amazônia.

Abstract

This study discusses the relationship between bibliotherapy and ecological awareness practices in the context of Amazonian school libraries, considering the potential of reading as a formative tool for awareness and critical reflection. In the face of increasing environmental crises and the need to strengthen values related to sustainability, schools and libraries play an important role in students' critical development. In this context, bibliotherapy emerges as a strategy capable of fostering reflection, identification, and dialogue through literary narratives, contributing to the development of more sensitive perceptions about the relationship between society and nature. The aim of this study is to analyze the potential of

bibliotherapy as a reading mediation strategy for promoting environmental education in school libraries in the Amazon region. Methodologically, this research adopts a qualitative approach, with a bibliographic and exploratory design, based on the analysis of academic literature in the fields of Librarianship, Information Science, and Education. The theoretical review was conducted through digital databases, prioritizing authors who discuss bibliotherapy, reading mediation, and socio-environmental education. The results suggest that mediated reading activities, when associated with environmental themes and the Amazonian sociocultural context, can contribute to the development of ecological awareness, encouraging critical thinking and engagement with environmental issues. It is concluded that school libraries have significant potential as educational and information mediation spaces, capable of integrating reading practices aimed at fostering more conscious individuals committed to sustainability.

Keywords: *reading mediation; environmental awareness; school libraries; reading practices; Amazon region.*

Resumen

El presente estudio analiza la relación entre la biblioterapia y las prácticas de sensibilización ecológica en bibliotecas escolares amazónicas, destacando la lectura como herramienta formativa y de concienciación ambiental. Frente al agravamiento de las crisis ambientales y a la necesidad de fortalecer valores de sostenibilidad, la escuela y la biblioteca asumen un papel fundamental en la formación crítica de los estudiantes. En este contexto, la biblioterapia es una estrategia capaz de promover la reflexión, la identificación y el diálogo mediante narrativas literarias, favoreciendo percepciones más sensibles sobre la relación entre sociedad y naturaleza. El objetivo es analizar el potencial de esta práctica como estrategia de mediación de la lectura orientada al desarrollo de la educación ambiental en bibliotecas escolares de la Amazonía. La investigación posee un enfoque cualitativo, de carácter bibliográfico y exploratorio, basada en el análisis de producciones académicas de las áreas de Bibliotecología, Ciencia de la Información y Educación. La revisión teórica se realizó en bases de datos digitales, priorizando autores que abordan la biblioterapia, la mediación de la lectura y la formación socioambiental. Los resultados indican que las actividades de lectura mediada articuladas con temáticas ambientales y con el contexto sociocultural amazónico contribuyen al desarrollo de la conciencia ecológica, estimulando el pensamiento crítico y la participación estudiantil en cuestiones ambientales. Se concluye que la biblioteca escolar posee un importante potencial como espacio educativo y de mediación de la información, integrando prácticas de lectura orientadas a la formación de sujetos más conscientes y comprometidos con la sostenibilidad.
Palabras clave: *mediación de la lectura; sensibilización ambiental; biblioteca escolar; prácticas lectoras; Amazonía.*

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o agravamento das crises ambientais tem intensificado os debates sobre a relação entre sociedade e natureza, evidenciando a necessidade de práticas educativas voltadas à formação de sujeitos mais conscientes e comprometidos com a sustentabilidade. Nesse contexto, a educação ambiental assume papel fundamental no ambiente escolar, uma vez que contribui para a construção de valores, atitudes e percepções críticas acerca das questões socioambientais.

Quando essa discussão é direcionada ao contexto amazônico, sua relevância torna-se ainda mais evidente. A Amazônia, além de concentrar uma das maiores biodiversidades do planeta, abriga diferentes comunidades, culturas e formas de relação com o território. Ao mesmo tempo, a região enfrenta desafios relacionados ao desmatamento, às desigualdades sociais e à exploração predatória dos recursos naturais. Dessa forma, pensar em estratégias educativas que dialoguem com a realidade amazônica torna-se essencial para fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes e ampliar sua compreensão sobre os problemas socioambientais presentes em seu cotidiano.

Nesse cenário, a biblioteca escolar ultrapassa a função tradicional de armazenamento de livros e passa a configurar-se como espaço de formação cultural, construção do conhecimento e mediação da informação. Sob a perspectiva da Ciência da Informação, a mediação envolve práticas que favorecem a apropriação crítica do conhecimento, o desenvolvimento de competências informacionais e a formação de leitores capazes de interpretar e refletir sobre a realidade social em que estão inseridos.

É nesse contexto que a biblioterapia ganha destaque. Compreendida como uma prática que utiliza a leitura de maneira orientada e reflexiva, a biblioterapia possibilita que os leitores estabeleçam conexões entre as narrativas e suas próprias experiências, favorecendo processos de identificação, diálogo e ressignificação de vivências. Conforme discute Caldin (2001), a leitura literária pode atuar como instrumento de reflexão e autoconhecimento, enquanto Hynes e Hynes-Berry (1994) ressaltam seu potencial na promoção de mudanças emocionais e sociais. Discussões recentes sobre mediação da leitura no ambiente escolar também ressaltam que a leitura mediada contribui para processos de interação, construção de sentidos e desenvolvimento formativo dos estudantes (Abreu; Bedin; Sena, 2021).

Ao ser articulada às práticas de mediação da leitura, a biblioterapia amplia as possibilidades de abordagem das temáticas ambientais no ambiente escolar. Mais do que transmitir informações sobre preservação ambiental, a leitura passa a estimular envolvimento, empatia e sensibilização diante das relações entre sociedade, cultura e natureza. Discussões recentes sobre educação ambiental também apontam a necessidade de práticas educativas mais participativas e sensíveis às experiências dos sujeitos, capazes de fortalecer o envolvimento com as

questões socioambientais (Sandoval-Escobar; Ortiz-Ramírez, 2025). Essa perspectiva se aproxima da concepção de educação ambiental crítica defendida por Reigota (2009) e Guimarães (2013), que compreendem a educação como prática transformadora e voltada à participação social.

Diante disso, surge a seguinte problemática: de que forma a biblioterapia pode ser aplicada nas bibliotecas escolares amazônicas como estratégia de mediação da leitura para promover a educação ambiental e a sensibilização ecológica entre os estudantes?

Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar o potencial da biblioterapia como estratégia de mediação da leitura no desenvolvimento da educação ambiental em bibliotecas escolares na Amazônia. Como objetivos específicos, busca-se discutir os fundamentos teóricos da biblioterapia, compreender sua relação com a mediação da informação no contexto escolar, analisar como práticas leitoras podem contribuir para a sensibilização ambiental e refletir sobre o papel da biblioteca escolar na formação da consciência ecológica.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório, desenvolvida a partir da análise de produções acadêmicas das áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Educação.

A realização deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre práticas educativas e culturais desenvolvidas nas bibliotecas escolares amazônicas, especialmente aquelas voltadas à integração entre leitura, mediação da informação e educação ambiental. Além disso, a pesquisa busca contribuir para o fortalecimento das discussões no campo da Ciência da Informação acerca da atuação social da biblioteca escolar e das possibilidades de mediação da leitura na formação cidadã e socioambiental dos estudantes.

2 BIBLIOTERAPIA E O POTENCIAL FORMATIVO DA LEITURA

A biblioterapia vem sendo discutida no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação como uma prática que utiliza a leitura de maneira orientada com o objetivo de favorecer reflexão, desenvolvimento pessoal e construção de sentidos. Diferentemente de uma compreensão restrita da leitura como atividade apenas informativa ou recreativa, a biblioterapia compreende o texto literário como um recurso capaz de estimular identificação, diálogo e ressignificação de

experiências.

De acordo com Caldin (2001), a biblioterapia relaciona-se ao uso orientado da leitura como estratégia de apoio à compreensão das experiências humanas. A autora destaca que a literatura possui potencial para despertar sentimentos, promover identificação e estimular reflexões sobre a realidade vivida pelos sujeitos. Nesse processo, a interação entre leitor, texto e mediador favorece o autoconhecimento e amplia as possibilidades de interpretação das experiências individuais e coletivas.

Essa dimensão reflexiva também é destacada por Hynes e Hynes-Berry (1994), ao compreenderem a biblioterapia como um processo interativo que envolve texto, leitor e mediação. Para as autoras, trata-se do “use of literature to help people understand and cope with emotional and social issues” (Hynes; Hynes-Berry, 1994, p. 10). Assim, a literatura deixa de ocupar apenas um espaço de entretenimento e passa a atuar como instrumento de sensibilização, expressão emocional e construção de novos sentidos sobre diferentes aspectos da vida social.

Sob essa perspectiva, a biblioterapia amplia as possibilidades de atuação das bibliotecas escolares ao integrar dimensões cognitivas, emocionais e sociais da leitura. Dessa forma, a leitura mediada não se limita ao acesso à informação, mas contribui para processos de reflexão, interpretação e formação cidadã. Estudos sobre mediação da leitura e formação de leitores também apontam que a leitura mediada favorece a construção compartilhada de sentidos, a troca de experiências e o desenvolvimento da formação leitora no ambiente escolar (Zucchetti; Favero Netto, 2025).

No contexto educacional, sobretudo nas bibliotecas escolares, a biblioterapia pode contribuir para o desenvolvimento da empatia, da consciência social e da sensibilização diante de diferentes realidades culturais e ambientais. Ao trabalhar narrativas relacionadas à natureza, à cultura local e às relações entre sociedade e ambiente, a leitura mediada favorece reflexões sobre pertencimento, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

Na realidade amazônica, tal dimensão se torna ainda mais significativa, uma vez que a relação entre comunidade, território e meio ambiente constitui elemento central das vivências sociais e culturais da região. Nesse sentido, práticas de leitura que dialoguem com o contexto amazônico podem fortalecer a valorização dos saberes locais e ampliar a compreensão dos estudantes acerca dos desafios

ambientais presentes em sua realidade cotidiana. Essa perspectiva se aproxima das discussões de Leff (2001), ao enfatizar a importância da relação entre cultura, território e meio ambiente na construção de uma racionalidade ambiental crítica.

2.1 Mediação da informação e o papel da biblioteca escolar

A discussão sobre biblioterapia nas bibliotecas escolares está diretamente relacionada ao conceito de mediação da informação, amplamente debatido no campo da Ciência da Informação. Segundo Almeida Júnior (2009), a mediação da informação compreende o conjunto de ações desenvolvidas pelos profissionais da informação com o objetivo de facilitar o acesso, a compreensão e a apropriação crítica do conhecimento pelos usuários.

Essa concepção amplia a compreensão acerca do papel do bibliotecário, que deixa de atuar apenas como organizador de acervos e passa a exercer função ativa nos processos de construção do conhecimento e formação dos sujeitos. No ambiente da biblioteca escolar, essa mediação ocorre por meio de práticas de incentivo à leitura, projetos educativos, ações culturais e atividades que aproximam os estudantes do universo da informação e da leitura literária.

Nessa perspectiva, a biblioteca escolar não deve ser compreendida apenas como espaço de armazenamento informacional, mas como ambiente de mediação cultural e formação crítica. Conforme discute Perrotti (1990), a biblioteca escolar constitui espaço capaz de favorecer experiências de leitura, diálogo e construção de sentidos, contribuindo para a formação cultural e cidadã dos estudantes.

Ao discutir o papel social da mediação da informação, Almeida Júnior e Santos Neto (2014, p. 101) afirmam que:

> Entende-se que mediação da informação está diretamente ligada às ações implícitas e explícitas, voltadas para o usuário, e que a mesma é fundamental nas práticas do profissional da informação. O caráter da mediação depende somente das ações realizadas pelos bibliotecários, como também da presença imediata/física ou não dos usuários.

A partir dessa perspectiva, as práticas de leitura mediada desempenham papel relevante na formação crítica dos estudantes, especialmente por meio de ações de incentivo à leitura e projetos educativos. Quando associadas à biblioterapia, essas práticas favorecem o envolvimento emocional e a reflexão sobre

diferentes dimensões da vida social, cultural e ambiental. No ambiente escolar, as práticas biblioterapêuticas também podem fortalecer experiências de cuidado, diálogo e compartilhamento de vivências, ampliando as possibilidades educativas da biblioteca escolar e favorecendo relações mais sensíveis entre leitura, formação humana e mediação da informação (Piaz; Pereira, 2023).

No contexto amazônico, a mediação da leitura pode contribuir significativamente para a valorização das narrativas regionais e dos saberes locais. Obras que abordam a floresta, os rios, as comunidades tradicionais e os modos de vida amazônicos favorecem o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes e ampliam sua compreensão sobre os desafios socioambientais da região.

Assim, a biblioteca escolar consolida-se como espaço estratégico de mediação da informação, formação leitora e construção de consciência socioambiental. Nesse contexto, as práticas biblioterapêuticas também podem ser compreendidas como formas de mediação da informação, uma vez que favorecem processos de interpretação, diálogo e apropriação crítica da leitura (Chaves, 2024). Além disso, a articulação entre biblioterapia, leitura mediada e educação ambiental amplia as discussões no campo da Ciência da Informação acerca da atuação social do bibliotecário e das práticas de mediação voltadas à formação cidadã.

2.2 Educação ambiental e formação da consciência ecológica

A educação ambiental constitui um campo interdisciplinar voltado à construção de valores, atitudes e práticas que contribuam para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável. Ao longo das últimas décadas, essa área tem ganhado destaque nas discussões educacionais, especialmente diante do agravamento das crises ambientais em diferentes regiões do mundo. De acordo com Reigota (2009), a educação ambiental deve ser compreendida como um processo educativo capaz de promover uma visão crítica das relações entre sociedade e natureza, estimulando a participação social e a reflexão sobre os problemas ambientais presentes no cotidiano. O autor destaca:

> A educação ambiental deve orientar-se para a comunidade, para que ela possa definir quais são os critérios, os problemas e as alternativas, mas sem se esquecer de que dificilmente essa comunidade vive isolada. Ela está no mundo, recebendo influências diversas e também influenciando outras comunidades, num fluxo contínuo e recíproco. Assim, a educação

> ambiental entra nesse contexto para auxiliar e incentivar o cidadão e a cidadã a participarem da resolução dos problemas e da busca de alternativas no seu cotidiano de realidades específicas (Reigota, 2009, p. 18).

Sob essa perspectiva, a educação ambiental não se restringe à transmissão de conteúdos relacionados ao meio ambiente, mas envolve a formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente a realidade socioambiental e atuar na construção de práticas mais responsáveis. De forma complementar, Guimarães (2013) defende que a educação ambiental precisa assumir caráter crítico e transformador, promovendo mudanças na forma como os indivíduos compreendem sua relação com o ambiente e com a sociedade. O autor afirma:

> Em uma concepção crítica de Educação, acredita-se que a transformação da sociedade é causa e consequência (relação dialética) da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão, educando e educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais e nesse processo se transformam; portanto, o ensino é teoriaprática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas socioambientais, sendo a intervenção nesta realidade a promoção do ambiente educativo e o conteúdo do trabalho pedagógico (Guimarães, 2013, p. 17).

No contexto amazônico, a educação ambiental assume dimensão estratégica, considerando que a região abriga grande diversidade biológica e cultural, além de enfrentar problemas relacionados ao desmatamento, à exploração predatória de recursos naturais e às desigualdades sociais. Dessa forma, práticas educativas voltadas à sensibilização ecológica tornam-se fundamentais para fortalecer a consciência socioambiental dos estudantes.

A articulação entre biblioterapia, mediação da informação e educação ambiental pode contribuir significativamente para o desenvolvimento dessas práticas educativas. No espaço da biblioteca escolar, a leitura literária pode funcionar como instrumento de reflexão e sensibilização, aproximando os estudantes das discussões sobre sustentabilidade, território e preservação ambiental. Ao trabalhar narrativas relacionadas à floresta, aos rios, às comunidades tradicionais e às culturas amazônicas, a leitura mediada favorece o fortalecimento do sentimento de pertencimento e amplia a compreensão dos estudantes sobre os desafios ambientais presentes em sua realidade social. Dessa forma, a biblioteca escolar

consolida-se como espaço de mediação cultural, formação cidadã e desenvolvimento de consciência ecológica crítica.

Além disso, a valorização de narrativas que representem o contexto amazônico contribui para fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes em relação ao território em que vivem. Diante disso, a leitura mediada pode favorecer a construção de uma percepção mais sensível sobre os desafios ambientais enfrentados pela região. Assim, a biblioteca escolar consolida-se como um espaço de mediação da informação e de formação cidadã, no qual práticas de leitura podem contribuir para o desenvolvimento de sujeitos mais críticos, conscientes e comprometidos com a preservação da Amazônia.

2.3 Práticas leitoras contextualizadas à realidade amazônica

Na realidade amazônica, as práticas de leitura podem assumir papel relevante na valorização cultural e na sensibilização socioambiental dos estudantes. Ao dialogarem com narrativas relacionadas à floresta, aos rios, às comunidades tradicionais e aos modos de vida locais, essas experiências aproximam os leitores de suas próprias vivências sociais e culturais, fortalecendo vínculos de pertencimento e identidade regional.

Estudos recentes sobre formação leitora na Amazônia também destacam a importância de práticas de leitura contextualizadas às experiências culturais e territoriais da região. Oliveira (2021), ao discutir projetos de formação de leitores na Amazônia brasileira, ressalta que o contato com a literatura favorece processos de escuta, reconhecimento cultural e ampliação das experiências sociais dos estudantes. De forma semelhante, Souza (2025) enfatiza que as práticas de mediação da leitura no contexto amazônico precisam considerar as especificidades territoriais, culturais e comunitárias presentes na região, valorizando experiências educativas conectadas às realidades locais.

Nesse contexto, a biblioteca escolar pode atuar como espaço de mediação da informação, valorização cultural e construção de sentidos. Conforme Perrotti (1990), a biblioteca escolar ultrapassa a função restrita de armazenamento informacional e consolida-se como ambiente de formação cultural e desenvolvimento crítico.

Assim, ao promover rodas de leitura, contação de histórias, leitura compartilhada e debates temáticos relacionados ao universo amazônico, a biblioteca amplia as possibilidades de reflexão sobre identidade, território e preservação

ambiental. Segundo Rocha, Coelho e Paes (2025), práticas pedagógicas voltadas ao contexto do bioma amazônico podem contribuir para a conscientização ambiental e para a aproximação dos estudantes com sua realidade local.

Além disso, compreender a educação como prática cultural na Amazônia implica reconhecer os saberes locais, as memórias coletivas e as experiências construídas pelas comunidades amazônicas como elementos fundamentais dos processos educativos. Pereira *et al.* (2021) defendem que práticas pedagógicas contextualizadas fortalecem as relações entre cultura, território e formação social na região amazônica.

Dessa forma, as práticas leitoras relacionadas à realidade amazônica contribuem para o desenvolvimento de ações educativas voltadas à valorização cultural, à participação social e à construção de uma consciência socioambiental mais crítica e sensível às especificidades da região.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter exploratório, configurando-se como uma revisão de literatura com abordagem sistematizada. A escolha desse percurso metodológico ocorreu em razão da necessidade de compreender como a biblioterapia, articulada à mediação da leitura e da informação, pode contribuir para práticas de educação ambiental em bibliotecas escolares amazônicas.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir do levantamento e análise de produções acadêmicas relacionadas aos temas biblioterapia, mediação da informação, biblioteca escolar e educação ambiental. Para a realização das buscas, foram utilizadas as bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Portal de Periódicos da CAPES e Google Acadêmico, utilizado como ferramenta complementar de recuperação de materiais. A escolha dessas bases ocorreu por sua relevância para a Ciência da Informação e áreas correlatas.

O levantamento bibliográfico foi realizado entre os meses de janeiro e março de 2026, considerando produções publicadas entre os anos de 1990 e 2025. O recorte temporal buscou contemplar tanto autores clássicos das áreas discutidas quanto pesquisas recentes relacionadas à mediação da leitura, biblioterapia e educação ambiental no contexto escolar.

Foram utilizados os seguintes descritores nas buscas: “biblioterapia”, “mediação da informação”, “biblioteca escolar”, “educação ambiental”, “mediação da leitura”, “Amazônia” e “bibliotecas escolares amazônicas”. Também foram empregadas combinações booleanas com os operadores AND e OR, tais como: “biblioterapia AND educação ambiental”, “mediação da leitura AND biblioteca escolar” e “biblioterapia AND Amazônia”.

Inicialmente, foram identificadas 42 produções acadêmicas entre artigos científicos, livros, dissertações e trabalhos publicados em periódicos das áreas de Biblioteconomia, Ciência da Informação e Educação. Após leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, foram selecionados 18 trabalhos considerados mais relevantes para os objetivos da pesquisa.

Como critérios de inclusão, foram considerados estudos que abordassem práticas de mediação da leitura, biblioterapia, educação ambiental e atuação da biblioteca escolar, com prioridade para pesquisas relacionadas ao contexto educacional e às discussões sobre formação leitora e sensibilização socioambiental. Foram excluídos trabalhos que não apresentavam relação direta com os objetivos do estudo, produções duplicadas e materiais sem fundamentação teórica compatível com a temática proposta.

A análise do material selecionado ocorreu por meio de leitura interpretativa e categorização temática das produções identificadas. Para sistematização da discussão, foram definidas as seguintes categorias analíticas: biblioterapia e formação leitora; mediação da informação no contexto escolar; e práticas educativas voltadas à sensibilização socioambiental na realidade amazônica. A partir dessas categorias, buscou-se identificar aproximações teóricas, contribuições interdisciplinares e possibilidades de articulação entre leitura, mediação da informação e educação ambiental no contexto das bibliotecas escolares amazônicas.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

A análise das produções selecionadas permitiu identificar aproximações entre biblioterapia, mediação da informação e educação ambiental no contexto das bibliotecas escolares amazônicas. Os estudos analisados evidenciaram que as práticas de leitura mediada apresentam potencial formativo ao favorecer processos

de reflexão, sensibilização socioambiental e construção de sentidos relacionados às experiências culturais e ambientais dos estudantes (Quadro 1).

Quadro 1 – Categorias analíticas identificadas na revisão de literatura

Categoria analítica	Principais aspectos identificados	Autores relacionados
Biblioterapia e formação crítica	reflexão, empatia e identificação entre leitor e narrativa	Caldin (2001); Hynes e Hynes-Berry (1994)
Mediação da informação	apropriação crítica da informação e atuação do mediador	Almeida Júnior (2009); Almeida Júnior e Santos Neto (2014)
Educação ambiental crítica	sensibilização ecológica e formação cidadã	Reigota (2009); Guimarães (2013)
Contextualização amazônica	valorização cultural, pertencimento regional e saberes locais	Leff (2001); Oliveira (2021); Souza (2025)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

As categorias identificadas demonstram que a articulação entre biblioterapia, mediação da leitura e educação ambiental ocorre principalmente por meio de práticas leitoras voltadas à valorização cultural, à sensibilização ambiental e à formação cidadã. Nesse contexto, a leitura mediada ultrapassa a função exclusivamente informativa e passa a atuar como instrumento de construção de sentidos, favorecendo a aproximação dos estudantes com problemáticas sociais, culturais e ambientais presentes em sua realidade cotidiana.

Observou-se, ainda, que as produções analisadas atribuem à biblioterapia um potencial humanizador e formativo, sobretudo por favorecer processos de identificação entre leitor e narrativa. As discussões presentes na literatura evidenciam que a leitura mediada possibilita experiências de acolhimento, escuta e reflexão crítica, contribuindo para a expressão de sentimentos e para a ampliação das percepções dos estudantes sobre diferentes questões sociais e ambientais. Essa compreensão aproxima-se das discussões desenvolvidas por Caldin (2001) e Hynes e Hynes-Berry (1994), ao destacarem a leitura como instrumento de sensibilização e ressignificação de experiências.

Outro aspecto recorrente nas produções analisadas refere-se ao papel da mediação da informação no desenvolvimento dessas práticas educativas. Sob a perspectiva da Ciência da Informação, a mediação ultrapassa a dimensão técnica de organização e acesso aos acervos, passando a envolver processos de diálogo,

interpretação e apropriação crítica da informação. Nesse sentido, a atuação do bibliotecário e da biblioteca escolar assume caráter educativo e social, contribuindo para a formação leitora, para a valorização cultural e para o fortalecimento da consciência socioambiental dos estudantes, conforme discutem Almeida Júnior (2009) e Almeida Júnior e Santos Neto (2014).

No ambiente escolar, observou-se que práticas como rodas de leitura, leitura compartilhada, contação de histórias e debates temáticos favorecem maior aproximação dos estudantes com discussões relacionadas à sustentabilidade, pertencimento e responsabilidade socioambiental. Além disso, a utilização de narrativas relacionadas à floresta, aos rios, às comunidades tradicionais e aos modos de vida amazônicos mostrou-se relevante para fortalecer a valorização dos saberes locais e ampliar a compreensão sobre os desafios ambientais presentes na região amazônica.

As produções analisadas também indicam que práticas leitoras contextualizadas favorecem maior identificação dos estudantes com os conteúdos trabalhados no ambiente escolar, contribuindo para o fortalecimento do sentimento de pertencimento cultural e territorial. Nesse sentido, a valorização de narrativas amazônicas demonstra potencial para aproximar leitura, formação crítica e educação ambiental, promovendo experiências educativas mais conectadas às realidades socioculturais da região.

De modo geral, os estudos analisados demonstram que a articulação entre biblioterapia, mediação da leitura e educação ambiental amplia as possibilidades de atuação da biblioteca escolar, sobretudo em contextos marcados por diversidade cultural e desafios socioambientais, como a Amazônia. Assim, a biblioteca escolar consolida-se como espaço de mediação da informação, formação cidadã e construção de consciência ecológica crítica, evidenciando contribuições relevantes para as discussões desenvolvidas no campo da Ciência da Informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar como a biblioterapia, articulada às práticas de mediação da leitura, pode contribuir para a educação ambiental em bibliotecas escolares amazônicas. A partir da revisão de literatura realizada, foi possível compreender que a relação entre biblioterapia, mediação da informação e educação ambiental amplia as possibilidades educativas da biblioteca escolar,

favorecendo processos de reflexão, sensibilização socioambiental e valorização cultural.

Os resultados indicaram que a leitura mediada pode contribuir para a aproximação dos estudantes com questões ambientais presentes em sua realidade cotidiana, sobretudo quando associada a narrativas relacionadas à cultura, aos territórios e aos modos de vida amazônicos. Nesse contexto, a biblioteca escolar fortalece seu papel como espaço de mediação cultural, formação leitora e construção de experiências educativas mais contextualizadas.

No campo da Ciência da Informação, o estudo também evidencia a importância da mediação da informação nas práticas desenvolvidas em bibliotecas escolares, ampliando as discussões sobre a atuação social do bibliotecário em ações voltadas à leitura, à formação cidadã e à sensibilização ambiental. Como limitação, destaca-se o caráter exclusivamente bibliográfico da pesquisa, o que restringiu a realização de investigações práticas sobre atividades biblioterapêuticas em bibliotecas escolares. Dessa forma, recomenda-se que estudos futuros desenvolvam pesquisas de campo e projetos de leitura mediada voltados ao contexto amazônico, considerando as especificidades sociais, culturais e ambientais da região.

Conclui-se que a biblioterapia, articulada à mediação da leitura e da informação, apresenta potencial para fortalecer ações educativas voltadas à sensibilização socioambiental, ampliando o papel da biblioteca escolar como espaço de formação cidadã, valorização cultural e construção de consciência ecológica.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. C.; BEDIN, J.; SENA, P. M. B. Mediação da leitura e literatura na educação infantil para o desenvolvimento integral. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 89-108, 2021. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v12i2p89-108. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/180362. Acesso em: 16 maio 2026.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170. Acesso em: 23 mar. 2026.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; SANTOS NETO, J. A. Mediação da Informação e a Organização do Conhecimento: inter-relações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, 2014. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/33565. Acesso em: 23 mar. 2026.

CALDIN, C. F. **Biblioterapia**: um cuidado com o ser. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CHAVES, M. Biblioterapia e mediação da informação: aproximações no campo da Ciência da Informação. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. 1-18, 2024.

GUIMARÃES, M. **Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual**. Margens, online, v. 7, n. 9, p. 11-22, set. 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2767. Acesso em: 28 mar. 2026.

HYNES, A. M.; HYNES-BERRY, M. **Biblio/Poetry Therapy**: the Interactive Process. St. Cloud: North Star Press, 1994.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, A. S. Formação de leitores literários na Amazônia brasileira: da escuta à leitura silenciosa. **Literartes**, São Paulo, v. 1, n. 14, p. 118-133, 2021. Disponível em: https://revistas.usp.br/literartes/article/view/168081. Acesso em: 16 maio 2026.

PEREIRA, L. B.; NASCIMENTO, C. A. R.; WEIGEL, V. A. C. M.; SIMAS, H. C. P.; MENEZES, R. O. A educação como prática de cultura na Amazônia. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 3, e46010313605, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/13605. Acesso em: 16 maio 2026.

PERROTTI, E. **Biblioteca escolar**: espaço de ação cultural e mediação da leitura. São Paulo: Global, 1990.

PIAZ, R. C. Z. D.; PEREIRA, G. Biblioterapia como recurso humanizador na biblioteca escolar. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 28, n. 4, p. 1-20, 2023. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1927. Acesso em: 23 mar. 2026.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ROCHA, J. A. S.; COELHO, I. M. W. S.; PAES, L. S. O ensino de ecologia com ênfase no bioma amazônico: uma revisão sistematizada. **Revista Ciências & Ideias**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, e25162684, 2025. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/392138490_O_ENSINO_DE_ECOLOGIA_COM_ENFASE_NO_BIOMA_AMAZONICO_UMA_REVISAO_SISTEMATIZADA. Acesso em: 16 maio 2026.

SANDOVAL-ESCOBAR, M.; ORTIZ-RAMÍREZ, L. Educação ambiental e sensibilização socioambiental em contextos educativos contemporâneos. **Revista Colombiana de Educación Ambiental**, Bogotá, v. 20, n. 1, p. 217-230, 2025.

SOUZA, F. M. R. Territorialidade e mediação de leitura na formação de professores na Amazônia: práticas de extensão em rede. **Revista de Estudos de Cultura**, São Cristóvão, v. 11, n. 28, p. 367-382, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/revec/article/view/23881. Acesso em: 16 maio 2026.

ZUCCHETTI, A. C. C.; FAVERO NETTO, D. A mediação de leitura e a formação de leitores na escola: um estudo de revisão. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 38, 2025. DOI: 10.22456/2595-4377. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/144644. Acesso em: 16 maio 2026

SICAM 2026
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
18 e 19 de Junho - Belém - PA

ALAGAMENTOS URBANOS EM BELÉM E SUSTENTABILIDADE: PERSPECTIVA DE GRUPOS DE PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Urban flooding in Belém and sustainability: perspective of research groups at the Federal University of Pará

Inundaciones urbanas en Belém y sostenibilidad: perspectiva de los grupos de investigación de la Universidad Federal de Pará

Kátia Luciane Macêdo Martins
Doutoranda em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
kmartins@ufpa.br

Carlos Jorge Nogueira de Castro
Doutor em Geografia
Universidade do Estado do Pará, Brasil,
carlos.castro@uepa.br

Kleiciane S. de Souza N. de Castro
Especialista em Gestão de Biblioteca
Faculdade Unyleya, Brasil
kleicianesilva02@gmail.com

Marise Teles Condurú
Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental
Universidade Federal do Pará, Brasil,
marise@ufpa.br

Resumo

Estudo da produção científica sobre alagamentos na perspectiva da sustentabilidade amazônica, com o objetivo de identificar quais grupos da Universidade Federal do Pará, campus Belém, têm trabalhado o tema dos alagamentos em Belém, no estado do Pará e os específicos: mapear os grupos de pesquisa da UFPA (campus Belém), que investigam a temática alagamentos urbanos sob à ótica da sustentabilidade; e verificar os canais e estratégias da divulgação utilizados pelos grupos. A pesquisa é qualitativa, descritiva e bibliográfica, com coleta realizada no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, na Plataforma Lattes e no Repositório Institucional da Universidade Federal do Pará. Os resultados indicam que os grupos atuam de forma interdisciplinar, utilizando artigos, repositórios e redes sociais para a disseminação e divulgação científicas. Conclui-se que a comunicação e a divulgação científica são estratégicas para a democratização do conhecimento e o fortalecimento das pesquisas voltadas à sustentabilidade urbana na Amazônia.

Palavras-chave: alagamentos; Belém-Pará; sustentabilidade; grupos de pesquisa; comunicação científica; divulgação científica.

Abstract

This study examines scientific production on flooding from the perspective of Amazonian sustainability, aiming to identify which research groups at the Federal University of Pará, Belém campus, have been working on flooding in Belém, Pará state; the specific objectives: to map the research groups at UFPA (Belém campus) investigating the topic of urban flooding from a sustainability perspective; and to examine the dissemination channels and strategies employed by these groups. The research is qualitative, descriptive, and bibliographic, with data collected from the Directory of Research Groups of the National Council for Scientific and Technological Development, the Lattes Platform, and the

Institutional Repository of the Federal University of Pará. The results indicate that the groups operate in an interdisciplinary manner, using articles, repositories, and social networks to disseminate and conduct outreach. It is concluded that scientific communication and outreach are strategic for the democratization of knowledge and the strengthening of research from the perspective of urban sustainability in the Amazon.

Keywords: *flooding; Belém-Pará; sustainability; research groups; scientific communication; scientific outreach.*

Resumen

Este estudio examina la producción científica sobre inundaciones desde la perspectiva de la sostenibilidad amazónica, con el objetivo de identificar qué grupos de investigación de la Universidad Federal de Pará, campus de Belém, han trabajado en el tema de las inundaciones en Belém, estado de Pará; Los objetivos específicos son: identificar los grupos de investigación de la UFPA (campus de Belém) que investigan el tema de las inundaciones urbanas desde una perspectiva de sostenibilidad; y verificar los canales de difusión y las estrategias utilizadas por estos grupos. La investigación es cualitativa, descriptiva y bibliográfica, con datos recopilados del Directorio de Grupos de Investigación del Consejo Nacional de Desarrollo Científico y Tecnológico, de la Plataforma Lattes y del Repositorio Institucional de la Universidad Federal de Pará. Los resultados indican que los grupos operan de manera interdisciplinaria, utilizando artículos, repositorios y redes sociales para la difusión científica. Se concluye que la comunicación y la divulgación científica son estratégicas para la democratización del conocimiento y el fortalecimiento de la investigación desde la perspectiva de la sostenibilidad urbana en la Amazonía.

Palabras clave: *inundaciones; Belém-Pará; sostenibilidad; grupos de investigación; comunicación científica; divulgación científica.*

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Belém, no estado do Pará, no seio da grande Amazônia, está localizada na macrorregião Norte do Brasil, entrecortada por rios, visivelmente situados nos bairros periféricos da capital. Entre esses rios, destaca-se o rio Guamá, que margeia o sul da cidade. Dentre os rios de pequena ordem, que entrecruzam os bairros da Terra Firme e do Guamá, há o igarapé do Tucunduba, com canais conectados, que é um dos principais responsáveis por provocar alagamentos no bairro do Guamá.

A região sul de Belém, incluindo o bairro do Guamá, recebeu obras de infraestrutura deficitárias, relacionadas à construção de vias e à canalização de cursos d'água, que ocasionaram desvios em suas margens. "A partir da década de 1980, no bojo do crescimento da preocupação com a questão ambiental, amplia-se o debate sobre a problemática dos rios urbanos" (Tourinho *et al.,* 2021, p. 2). Para esses autores, o município de Belém é formado por uma porção continental (34,36% da área total) e 39 ilhas (65,64% da área total), sendo que, na parte continental, são encontradas 14 bacias de drenagem.

Em tempos chuvosos, ocorrem cheias e alagamentos em partes da cidade, diretamente associados à presença do fenômeno da maré cheia na baía, ao represamento de água nos rios e ao comprometimento de canais urbanos, atenuados por drenagens deficitárias. Quando há elevação dos períodos de chuvas intensas, combinada com a maré alta, Belém torna-se o cenário perfeito para estratégias de sustentabilidade urbana. Porém, com o crescimento demográfico desordenado, percebe-se a falta de sensibilização da população para a educação ambiental.

Neste momento, observa-se a interseção científica ao compreender a importância de pensar a cidade sustentável, entendendo o impacto social do debate para os moradores dos bairros atingidos diretamente pelos eventos climáticos extremos. Assim, esta pesquisa aborda temas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), especificamente ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 que ressalta a cidade e comunidades sustentáveis, e no ODS 13, que aborda as mudanças globais do clima (ONU, 2016).

As principais sub-bacias hidrográficas e os canais urbanos configuram-se como elementos centrais nas intervenções e reformas de vias e ruas dos bairros da cidade de Belém, sobretudo por estarem diretamente associados ao processo histórico de ocupação urbana. Florenzano (2008) define a sub-bacia como a área de drenagem de um tributário (rio afluente) do curso de água principal da bacia. Ela funciona como uma subdivisão territorial que permite um manejo mais detalhado, sendo definida fisicamente pelos divisores de água que encaminham o fluxo para um ponto específico antes de atingir o rio principal.

Porto (2006) apresenta avanço no debate ao apresentar os conceitos de rios, como cursos d'água naturais perenes ou intermitentes que fluem em direção ao oceano, lago ou outro rio, e de canais, que são vias de água artificiais, construídas pelo ser humano, criadas para diversos fins, como irrigação, drenagem, navegação ou para conectar bacias hidrográficas distintas (transposição).

Esses cursos d'água, frequentemente denominados rios urbanos ou canais, segundo estudos de Tourinho *et al.* (2021), correspondem às antigas drenagens naturais, como os igarapés, que, ao longo do tempo, foram aterrados, retificados ou canalizados em função das políticas de saneamento, mobilidade e expansão urbana.

Em Belém, destaca-se a sub-bacia do Tucunduba, que abrange os bairros do Guamá, Terra Firme, Canudos e Marco, que, por sua baixa elevação, com presença

de terrenos alagadiços, apresenta regiões que historicamente enfrentam os alagamentos urbanos.

Para o desenvolvimento de soluções científicas, nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IFES) existem grupos de pesquisa em diversas áreas do conhecimento, investigando causas de alagamentos e inundações com o viés da sustentabilidade ambiental.

Dentre as IFES, está a Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Belém, onde grupos de pesquisa investigam a temática da sustentabilidade na Amazônia. Assim, a relevância desta investigação fundamenta-se na necessidade urgente de que a ciência produzida na Amazônia não fique apenas restrita e armazenada em canais como os repositórios institucionais, mas também possa ser apresentada em eventos e outros meios. Diante de problemas como crises climáticas, alagamentos e inundações, a produção científica gerada nas IFES deve ser disseminada e divulgada para além dos muros das próprias universidades.

Assim, esta pesquisa se insere no eixo temático número 3, “mediação da informação e do conhecimento”, visando apresentar os grupos de pesquisa da UFPA, campus Belém, que investigam a problemática dos alagamentos na cidade de Belém e suas estratégias para comunicar o que pesquisam sobre os principais motivos desses alagamentos.

Pelo exposto, tem-se como questão de pesquisa: como tem sido apresentado o conhecimento científico sobre alagamentos por meio de grupos de pesquisa da UFPA? Para isso, tem-se como objetivo geral identificar a produção científica de grupos de pesquisa do *campus* Belém da UFPA sobre alagamentos em Belém, estado do Pará. E os específicos: mapear os grupos de pesquisa da UFPA (campus Belém), que investigam a temática alagamentos urbanos sob à ótica da sustentabilidade; e verificar os canais e estratégias da divulgação utilizados pelos grupos.

A pesquisa caracteriza-se como descritiva e bibliográfica, sendo realizado levantamento de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) da Plataforma Lattes (CNPq, 2026) e, posteriormente, a leitura dos artigos científicos produzidos pelos grupos de pesquisa identificados no Repositório Institucional (RIUFPA). Também tem abordagem qualitativa, orientada pela necessidade de compreender como o

conhecimento científico sobre os alagamentos urbanos em Belém é produzido, organizado, disseminado e divulgado pelos grupos de pesquisa da UFPA.

O trabalho está dividido em cinco seções, sendo nesta Introdução apresentadas informações sobre a cidade de Belém, sua localização, os problemas de alagamento, contextualizando o tema, a questão de pesquisa e os objetivos. Na segunda seção, apresenta-se o referencial teórico, com definições sobre alagamentos e causas relacionadas aos problemas e o entendimento sobre comunicação científica e divulgação científica. Na terceira, tem-se os procedimentos metodológicos, enquanto na quarta seção, as análises e discussões dos resultados e, na última, as considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O clima em grandes aglomerações, a exemplo da Região Metropolitana de Belém, metrópole amazônica situada em baixas latitudes e de reduzida altimetria, favorece a ocorrência recorrente de enchentes. Tal fenômeno é intensificado por precipitações torrenciais, cujos impactos são agravados pela impermeabilização acelerada do solo. Assim, Ross (2014) destaca que o colapso na rede de escoamento superficial resulta em extravasamentos e danos severos em extensas áreas citadinas, consolidando pontos críticos de inundação.

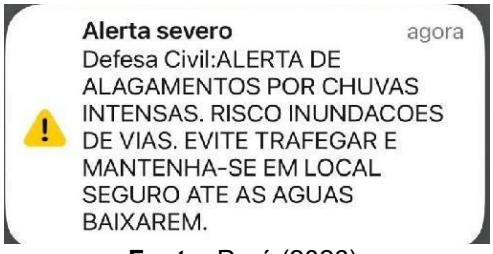
A abordagem da pesquisa de Castro (2020) constitui um importante instrumento analítico para o recorte espacial de Belém. O citado autor analisou os oito Distritos Administrativos da capital, por meio de levantamentos altimétricos, correlacionando áreas de baixa altitude com o número de residências, da população residente e da taxa de ocupação. Adicionalmente, sua cartografia identificou pontos críticos suscetíveis a alagamentos em cotas iguais ou inferiores a cinco metros, evidenciando a vulnerabilidade dessas áreas durante eventos pluviométricos excepcionais.

Segundo Castro (2020), usando a referência do censo de 2010, quando destacou em sua tese, os dados demográficos do Distrito Administrativo do Guamá e seus indicadores de adensamento, o Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA) apresenta 85.722 imóveis permanentemente ocupados (90,9% do total do distrito) e a maior densidade demográfica da capital, com, aproximadamente, 23.630 habitantes por km².

A cidade de Belém é o cenário do estudo, mas dar-se-á relevância aos grupos de pesquisa da UFPA que investigam problemas relacionados à sustentabilidade ambiental no contexto dos alagamentos na cidade. Segundo Brasil (2006), alagamentos são definidos como o acúmulo de água nas vias e logradouros devido à deficiência do sistema de macrodrenagem. Especificamente em Belém, suas causas antrópicas (decorrentes da ação humana nos alagamentos) são potencializadas pela combinação entre a urbanização desordenada e as características geográficas da região, como a baixa altitude e a influência das marés.

Referentes aos pontos de alagamento que causam transtornos à comunidade de bairros com terrenos baixos (Brasil, 2006), obtém-se atualmente a informação com o uso de alarmes desenvolvidos pela Defesa Civil, por exemplo, no município de Belém, com o uso da tecnologia e da comunicação por meio do celular da população, que recebe esses alertas (Figura 1). Isso vem minimizando situações de deslocamento de transeuntes ou de condutores de veículos nas vias de alto fluxo.

Figura 1 - Alerta via SMS sobre alagamentos



Fonte: Pará (2026).

Essas informações promovem a sensibilização para os problemas que causam danos à cidade de Belém. Questões ambientais identificadas pela produção científica dos grupos investigados certamente são articuladas entre as áreas dos grupos de pesquisa e devem ocorrer entre os participantes e a comunidade acadêmica, por meio da comunicação científica entre os próprios pesquisadores. Assim, esclarece nos estudos da Ciência da Informação que, neste sentido, Amaral e Juliani (2020) discorrem que o diálogo entre os processos de comunicação e divulgação científica é essencial para auxiliar na formação de cidadãos críticos e bem-informados e recuperar a credibilidade e a confiança nos fatos científicos,

A comunicação científica, segundo Caribé (2015), entende-se por processo o conjunto de atividades estruturadas, desenhadas e organizadas, através do tempo e do espaço, com início e fim, para produzir determinado *output* (produto, serviço ou informação) para um cliente, a partir dos *inputs* (pessoal, capital, materiais, recursos,

informações, opiniões ou qualquer outra coisa que alimente o processo em suas atividades de transformação).

Na divulgação científica ou popularização da ciência, Mueller (2002, p.1) esclarece que: “Como leigos, não estamos preparados para ler os textos originais, escritos por pesquisadores e dirigidos a outros pesquisadores, incompreensíveis para quem não tem o treinamento necessário” e para Valério e Pinheiro (2008), a divulgação científica visa à comunicação para um público diversificado, fora da comunidade científica.

Nesse sentido, Assiz, Oliveira e Benchimol (2024, p. 16) afirmam que “[...] a divulgação científica tem uma atuação incontestável, pois democratiza o acesso ao conhecimento científico [...]”.

Caribé (2011) aborda que os problemas ou limitações da comunicação da ciência foram consolidados no indivíduo, na comunidade científica e no Estado, ganhando destaque a questão educacional e a necessidade de definição de uma política pública para a comunicação científica.

Assim, a comunicação científica de pesquisas produzidas em universidades e institutos de pesquisa contribui para o conhecimento e a participação da sociedade, atrelada à divulgação científica no intuito de minimizar tais danos referentes ao alagamento, que têm origem nas questões ambientais. Assim, a comunicação científica corrobora entre os grupos de pesquisa e a sociedade, com o conhecimento científico, o que permite a popularização dos artigos do conhecimento científico resultantes dos grupos estudados, disponíveis no Repositório institucional.

Portanto, Pinheiro (2003) afirma que a divulgação científica é considerada uma ferramenta essencial para aproximar a sociedade do conhecimento produzido pela academia, como se levantou nesta pesquisa em grupos de pesquisa, por darem ênfase à sustentabilidade e aos alagamentos na cidade de Belém.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é bibliográfica, com o uso do Diretório de Grupos de Pesquisa e da Plataforma Lattes, e do levantamento bibliográfico realizado no RIUFPA, para obter a produção científica entre artigos, teses, dissertações, incluindo os estudos sobre alagamentos em Belém.

Caracteriza-se, ainda, como pesquisa descritiva, pois busca mapear, identificar e caracterizar os grupos de pesquisa nesta temática, com o objetivo

principal de descrever as características de determinados fenômenos ou populações, podendo identificar relações entre variáveis, sem explicá-las causalmente (Gil, 2019).

Tem abordagem qualitativa, que segundo Minayo (2014) atua no universo de significados, motivações, valores e práticas sociais, sendo indicada para estudos que investigam processos sociais e culturais.

Quanto às etapas de desenvolvimento desta pesquisa, foram realizados os seguintes procedimentos:

a) Levantamento bibliográfico no RIUFPA considerando palavras-chave na busca: “sustentabilidade”, “alagamentos”, sem delimitação cronológica. Posteriormente modelado em uma planilha no Excel, com os seguintes dados: classificação do documento, tipo de documento, título, autor, ano, e área do conhecimento;
b) Levantamento de dados junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa Lattes-CNPq, considerando o tema de sustentabilidade, com o viés de alagamentos. Essa etapa foi realizada por meio de uma consulta parametrizada na base atual, sem delimitação cronológica. Buscou-se o termo "sustentabilidade" e utilizou-se o filtro por região (Norte), por Pará e pela instituição UFPA. E, na pesquisa realizada entre os grupos interdisciplinares dos programas de pós-graduação, encontraram-se 18 grupos, mas somente dois foram selecionados, por representarem explicitamente a pesquisa sobre a temática da sustentabilidade na Amazônia, com ênfase em alagamentos;
c) procedeu-se à seleção dos artigos científicos a partir de dados coletados no RIUFPA com base no levantamento realizado no diretório do grupo de pesquisa e no currículo Lattes dos líderes dos grupos selecionados, sendo identificados no Repositório Institucional da UFPA, 13 produtos entre dissertações e artigos por apresentarem em suas linhas de pesquisa as temáticas "sustentabilidade" e "alagamentos"; e
d) para complementar as produções científicas, foram consultados os sites dos grupos: o Grupo de Pesquisa em Água, Energia e Sustentabilidade da Amazônia (GAES) e o grupo de Aproveitamento de Água da Chuva na Amazônia, Saneamento e Meio Ambiente (GPAC-Amazônia).

Com isso, procurou-se esclarecer o processo de comunicação científica e divulgação científica dos grupos de pesquisa da UFPA, por meio da temática da sustentabilidade, com ênfase em alagamentos e inundações, buscando investigar as causas e os problemas ambientais inerentes a esses fenômenos.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Identificaram-se, por meio das linhas de pesquisa nas áreas ambientais e nas engenharias sanitária e civil, os grupos de pesquisa que desenvolvem estudos sobre alagamentos em Belém, no caso, o GAES e o GPAC-Amazônia, sendo a produção científica desses grupos extraída do RIUFPA.

O primeiro grupo, o GAES, criado em 2012, tem como líder, na área de engenharia sanitária, o Dr. Cláudio José Cavalcante Blanco, que possui produção científica registrada no RIUFPA desde a criação do Grupo. Estuda a água e suas relações com a engenharia e a geração de energia, sendo implementadas ações voltadas aos recursos hídricos e à sustentabilidade. Conforme os estudos de Silva (2022, p. 31), “[...] à medida que a população cresce, a influência das ações antropogênicas sobre a água aumenta, afetando a disponibilidade hídrica, porém outro fator que está crescendo e afeta diretamente a água é o impacto das mudanças climáticas”. Entende-se que os alagamentos decorrem do impacto das mudanças climáticas, no contexto amazônico da cidade de Belém.

O segundo grupo de pesquisa, o GPAC-Amazônia, criado em 2007 e liderado pelo Dr. Ronaldo Lopes Rodrigues Mendes, estuda como a captação da água da chuva nas edificações pode servir como uma estratégia de controle na fonte, ajudando a reduzir o volume de água que sobrecarrega os canais de Belém, durante as fortes chuvas, mitigação de inundações urbanas, voltadas ao aproveitamento da água da chuva, ao saneamento e ao meio ambiente na região. Segundo Flores *et al.* (2012, p. 69):

> Apesar da riqueza de recursos hídricos da região Amazônica, a cidade de Belém é deficitária em abastecimento público e em água, o que evidencia a necessidade de estratégias de gestão das águas pluviais em áreas urbanas submetidas a elevados índices pluviométricos.

O principal meio de comunicação dos grupos de pesquisa foi identificado parcialmente no Repositório Institucional da UFPA, o que corrobora os estudos de

Amaral e Juliani (2020) que enfatizam que o diálogo entre os processos de comunicação e divulgação científica é essencial para auxiliar na formação de cidadãos críticos e bem-informados e recuperar a credibilidade e a confiança nos fatos científicos. Bem afirma Pinheiro (2003) que a divulgação científica aproxima a sociedade do conhecimento produzido pela academia, investigado e disponibilizado nesta plataforma.

Nesse sentido, a sociedade com este conhecimento científico passa a sugerir soluções e interagir com a comunidade científica e acadêmica observando as causas dos alagamentos em Belém, resultados das pesquisas como é o caso do 'inverno amazônico' e das altas marés do rio Guamá, que configuram riscos socioambientais, documentos disponibilizados e apresentados no RIUFPA

Observou-se que o grupo GAES socializa suas pesquisas, principalmente por meio da publicação de artigos científicos, da disponibilização de produções no RIUFPA, e dentre essas ações está o alcance no processo da comunicação científica disponibilizado à comunidade acadêmica e por meio de eventos próprios, da participação em Seminários Integrados do Programa de Pós-Graduação, na área de Engenharias - Engenharia Sanitária, por estar comprometida com as questões ambientais e urbanas, dinamizando os estudos.

Essas estratégias de comunicação científica e divulgação científica são corroboradas por Caribé (2011, p. 6), que argumenta a participação da comunidade acadêmica no processo do diálogo científico, em que “os problemas ou limitações da comunicação da ciência foram consolidados no indivíduo”. Assim, a comunicação científica apresenta a transferência da informação científica para a sociedade; no entanto, a linguagem empregada no processo de divulgação científica deve ser mais simples para compreender as causas e os problemas sobre o tema desta investigação.

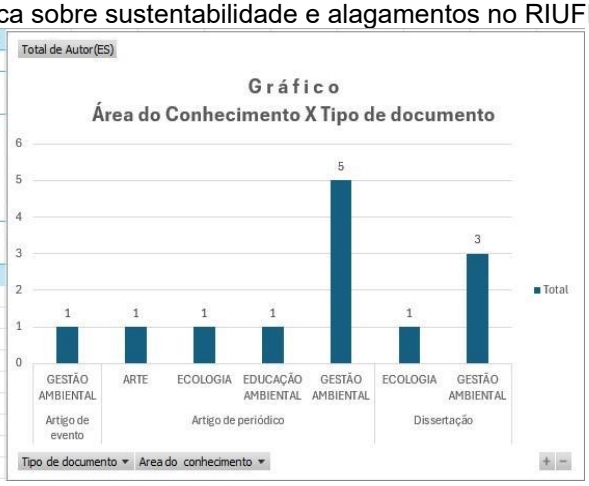
O GPAC-Amazônia, pertencente à área de engenharia civil, concentra, por sua vez, seus estudos no aproveitamento da água da chuva como estratégia de sustentabilidade hídrica e de mitigação dos impactos causados pelas chuvas intensas em áreas urbanas. No contexto dos alagamentos, o Grupo investiga como a captação e o uso da água pluvial em edificações podem contribuir para a redução do volume de água escoada para os sistemas de drenagem urbana. Com esses resultados extraídos do repositório, percebe-se o processo da comunicação científica, mas para o público não especialista na temática. Obtida a informação,

discorrem Amaral e Juliani (2020), a divulgação científica é para a compreensão do público leigo e essencial para auxiliar na formação de cidadãos. Entende-se que a divulgação científica é um instrumento facilitador de ações comunicacionais, promovendo o entendimento, em linguagem simples, em áreas abrangentes do conhecimento, o que possibilita um futuro diálogo com o pesquisador.

Os resultados das pesquisas no RIUFPA trouxeram alertas significativos dos 13 artigos com ênfase na problemática sobre alagamentos, conforme mostrado no gráfico 1. Contudo, evidenciou-se a presença de um artigo vinculado à área de Arte, que não apresentou a informação científica diretamente relacionada às questões ambientais. Em contrapartida, nos demais artigos demonstraram-se discussões na área de gestão ambiental, educação ambiental, ecologia, além das dissertações que predominou a ecologia e gestão ambiental, o que demonstra uma relação interdisciplinar entre os fenômenos dos alagamentos e um direcionamento aos órgãos públicos para minimizar e/ou solucionar o problema.

Gráfico 1 - Produção científica sobre sustentabilidade e alagamentos no RIUFPA

Rótulos de Linha	Total de Autor(ES)
Artigo de evento	1
GESTÃO AMBIENTAL	1
Artigo de periódico	8
ARTE	1
ECOLOGIA	1
EDUCAÇÃO AMBIENTAL	1
GESTÃO AMBIENTAL	5
Dissertação	4
ECOLOGIA	1
GESTÃO AMBIENTAL	3
Total Geral	13



Fonte: Dados da pesquisa, 2026.

Assim, observou-se no RIUFPA dentre os documentos encontrados, incluindo o artigo de Soares e Carvalho (2018), intitulado “renaturalização” de canais, para o fito de conter o problema dos alagamentos e inundações, que avalia as potencialidades do planejamento urbano sustentável em Belém-PA.

Soares (2018, p. 64) destaca:

> [...] o que cabe ao tratamento da problemática dos riscos de inundações e alagamentos nas áreas de planície do município de Belém, se trata de fomentar a valorização do elemento institucional no sentido amplo do uso de suas potencialidades para o fim de uma gestão sustentável.

Destacou-se também a educação ambiental ao se referir aos danos ambientais; é que esta educação ambiental seria uma solução para minimizar os problemas, mas não é uma ferramenta de resolução de problemas.

Nesse sentido, os artigos, dissertações e outros documentos tornam-se acessíveis à comunidade científica, promovendo a democratização da comunicação científica, conforme Bueno (1988 *apud* Bueno, 2010) e atendem às práticas da comunicação científica e à disseminação dos resultados obtidos, que ocorre majoritariamente por meio de artigos científicos e capítulos de livros. A divulgação científica é realizada após a apresentação dessas produções à comunidade acadêmica, contemplando, por meio dos trabalhos apresentados em eventos técnico-científicos e da inserção das produções em repositórios institucionais, configurando um modelo de divulgação voltado principalmente ao público acadêmico e à sociedade em geral.

Ao fim, a pesquisa destaca a presença dos grupos analisados da UFPA, por reconhecer o levantamento de ações condizentes com o recorte espacial sobre alagamentos da cidade de Belém. No entanto, afirma Caribé (2011), a participação da comunidade acadêmica no processo do diálogo aponta que “os problemas ou limitações da comunicação da ciência foram consolidados no indivíduo”. Infere-se o papel importante da divulgação científica dos grupos de pesquisa da UFPA, como reforça Albagli (1996): “[...] ampliação do conhecimento e da compreensão do público leigo”. Assim, mesmo que seja o público leigo, a divulgação científica, como ferramenta, promove o retorno da sociedade nesta questão, para a mobilização popular, não somente do público acadêmico especializado, mas também da comunidade que sofre com os fenômenos do alagamento.

A comunicação científica é inerente à apresentação dos resultados de uma pesquisa. É realizada por pesquisadores e acadêmicos vinculados a uma Instituição de Ensino e Pesquisa para levar o conhecimento científico à sociedade em formatos formais, como apresentados em publicações periódicas, entre outros canais oficiais na cobertura da ciência.

Quanto à divulgação científica, a informalidade é um instrumento e um processo decorrentes da comunicação científica. A estrutura comunicacional é realizada por meio de uma linguagem simplificada para atingir um público leigo, que advém do conteúdo cientificamente escrito por especialistas em comunicação

científica; ambas estão direcionadas para atingir o leitor, porém em apresentações diferentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa possibilitou compreender como o conhecimento científico é produzido, sistematizado, organizado e disponibilizado para a socialização do conhecimento no RIUFPA. Este meio serviu de alicerce para impulsionar e aprimorar a comunicação entre pares e a confiança do pesquisador quanto ao envolvimento com questões ambientais.

O levantamento realizado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq evidenciou a existência de diversos grupos na UFPA com atuação na temática da sustentabilidade na Amazônia, dos quais dois foram selecionados para análise mais aprofundada por apresentarem interfaces diretas com a problemática dos alagamentos urbanos: o GAES e o GPAC-Amazônia. Os grupos buscam soluções tecnológicas, disseminando os resultados da pesquisa no Repositório Institucional, com o menor custo possível e com base na sustentabilidade.

A análise permitiu constatar que, embora os grupos desenvolvam pesquisas relevantes e socialmente implicadas, as estratégias de comunicação e de divulgação científica, sob o olhar da Ciência da informação, são adotadas e na comunicação científica, concentram-se, em grande medida, em canais formais de comunicação acadêmica, como artigos e repositórios, enquanto a divulgação científica tem sido feita de forma tímida por meio de redes sociais, incluindo blogs de divulgação científica. Portanto, as ações voltadas diretamente à divulgação científica para públicos não especializados ainda se apresentam de forma pontual ou pouco direta nos registros analisados.

Embora o RIUFPA assegure visibilidade acadêmica e acesso aberto às produções, os resultados indicam que a circulação desse conhecimento permanece, em grande medida, restrita ao público especializado. Assim, reforça-se a necessidade de ampliação das estratégias de divulgação científica, de modo que os conteúdos disponíveis no repositório possam ser traduzidos, mediados e articulados como ações extensionistas, materiais de divulgação e o uso sistemático das redes sociais digitais — elevando o alcance social dessas pesquisas e contribuindo de forma mais efetiva para a conscientização socioambiental e para o enfrentamento dos alagamentos urbanos em Belém.

Pelo exposto, a visibilidade das ações limitadas e das produções desenvolvidas sobre alagamentos por esses grupos e compartilhada no RIUFPA, mostra-se relevante para futuras discussões no âmbito da Ciência da Informação, especialmente no contexto da sustentabilidade na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Divulgação científica: informação científica para a cidadania? **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 396-404, set./dez. 1996.

AMARAL, F. V.; JULIANI, J. P. Diálogo entre comunicação e divulgação científica: reflexões para o desenvolvimento de habilidades em competência crítica da informação. **BIBLOS** - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 34, n. 1, p. 6-18, jan./jun. 2020. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/146055. Acesso em: 14 maio 2026.

ASSIZ, J.; OLIVEIRA, H.; BENCHIMOL, A. A potencialidade da divulgação científica no enfrentamento à desinformação ambiental: o caso do Jornal *Beira do Rio*. **Biblionline**, João Pessoa, v. 20, n. 2, p. 15-26, 2024. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/323989. Acesso em: 22 mar. 2026.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Manejo de águas pluviais urbanas**. Brasília: Ministério das Cidades, 2006. (Coleção Cadernos Temáticos).

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. esp., p. 1-12, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1espp1. Acesso em: 22 abr. 2026.

CARIBÉ, R. C. V. **Comunicação científica para o público leigo no Brasil**. Brasília, 2011. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília. 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9003/1/2011_RitadeCássiadoValeCaribé.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

CARIBÉ, R. C. V. Comunicação científica: reflexões sobre o conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 25, n. 3, p. 89-104, set./dez. 2015.

CASTRO, C. J. N. **O transporte público enquanto dimensão do processo de metropolização de Belém**. 2020. Tese (Doutorado em geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO (CNPq). Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil. Brasília, DF: CNPq, 2026. Disponível em: https://lattes.cnpq.br/web/dgp. Acesso em: 16 abr. 2026.

FLORENZANO, T. G. (Org.). **Planejamento e gestão de bacias hidrográficas**. São Paulo: Oficina de Texto, 2008.

FLORES, R. A.; MENDES, R. L. R.; OLIVEIRA, D. R. C.; COSTA, T. C. D.; VELOSO, N. S. L. Potencial de captação de água de chuva para abastecimento: o caso da cidade de Belém (PA, Brasil). **Estudos Tecnológicos em Engenharia**, São Leopoldo, v. 8, n. 2, p. 69-80, 2012. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/estudos_tecnologicos/article/view/3373/1509. Acesso em: 13 maio 2026.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p.

MUELLER, S. P. M. Popularização do conhecimento científico. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, abr. 2002. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/990/2/ARTIGO_PopularizacaoConhecimentoCientifico.pdf. Acesso em: 14 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília: ONU, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_amigo_pesso_idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 9 maio 2026.

PARÁ. Defesa civil. **Alerta de alagamentos com chuvas intensas**: riscos de inundações de vias. Belém, 2026. “Mensagem eletrônica (SMS)”. Comunicação pessoal recebida por Kátia Luciane Macêdo Martins, 6 abr. 2026.

PINHEIRO, L. V. R. Comunidades científicas e infraestrutura tecnológica no Brasil para uso de recursos eletrônicos de comunicação e informação na pesquisa. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 62-73, 2003.

PORTO, R. M. **Hidráulica básica**. São Carlos: EESC-USP, 2006.

ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: EdUsp, 2014.

SILVA, F. S. **Influência das mudanças climáticas no balanço hídrico dos lagos de abastecimento de Belém-PA**. Orientador: Claudio José Cavalcante Blanco. 2022. 91 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Belém, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/15696. Acesso em: 14 maio 2026.

SOARES, A. A. S. **Riscos socioambientais de inundações e alagamentos na planície de Belém (PA)**: análise sobre as causas e formas de planejamento urbano para o tratamento da problemática. 2018. 87 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/server/api/core/bitstreams/aeafbe3e-14d9-48cf-a8cb-7fd3042f5d3a/content. Acesso em: 14 maio 2026.

SOARES, A. A. S.; CARVALHO, A. C. Plano de renaturalização de trechos de canais urbanos de Belém–Pará–Brasil: contribuições para o planejamento urbano sustentável e para o tratamento das inundações urbanas. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 11, p. 1-10, nov. 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/13528. Acesso em: 9 abr. 2026.

TOURINHO, H. L. Z.; LOPES, M. S. B.; VIEIRA, M. R. S.; CABRAL, A. C. L. C. Planos diretores do município de Belém (PA) e a questão dos rios urbanos. **Research Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 11, p. 31-85, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/download/19159/17291/237133. Acesso em: 22 mar. 2026.

VALÉRIO, P. M.; PINHEIRO, L. V. R. Da comunicação científica à divulgação. **TransInformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 159-169, maio/ago. 2008.

SICAM 2026
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
18 e 19 de Junho - Belém - PA

MEDIAÇÃO CULTURAL ENTRE LIVROS E FANTOCHES: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE BIBLIOTECÁRIOS EM FORMAÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Cultural mediation between books and puppets: an experience report of librarians in training at Court of Justice of the State of Pará

Mediación cultural entre libros y títeres: un relato de la experiencia de los bibliotecarios en formación en el Tribunal de Justicia del Estado de Pará

Leticia Costa Amaral
Graduada em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
leticia.amaral@icsa.ufpa.br

Cristian Berrío-Zapata
Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
berriozapata@ufpa.br

Paulo Glauber Ferradais
Graduado em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
ferradais.glauber@gmail.com

Tania Chalhub de Oliveira
Doutora em Social Work
Universidade Federal do Pará, Brasil,
chalhubtania@gmail.com

Resumo

Relato de experiência realizado durante a 20ª Semana de Museus e da Memória do Judiciário Paraense em ações no Edifício-sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e no Museu Judiciário, que tem como objetivo descrever e analisar uma ação educativa de mediação da informação realizada nesse espaço no mês de maio de 2022, voltada ao público infantil. A pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa, fundamentada na observação direta e no registro de campo, realizados durante a execução do Projeto Museu Criança, desenvolvido no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Essa abordagem mostra-se adequada à análise de práticas de mediação cultural, por considerar o caráter situado, relacional e processual das interações estabelecidas entre sujeitos, dispositivos e contextos institucionais. A pesquisa tem como foco as atividades de incentivo à leitura que contribuem para o desenvolvimento social da criança, numa abordagem de mediação cultural que se configura como ação ativa e criativa. A atividade analisada visava aproximar crianças dos valores da justiça por meio de contação de histórias com fantoches, articulando mediação explícita (condução, exemplos, participação) e implícita (roteiro, vocabulário, organização do ambiente). O produto final foi um vídeo institucional com recursos de acessibilidade, como intérprete de Libras e legendas, elaborado a partir de roteiro em linguagem simples. O trabalho evidencia que a mediação cultural com crianças, em especial em contextos de vulnerabilidade, exige articular decisões explícitas na condução, perguntas, checagens e implícitas de vocabulário, organização espacial e acessibilidade.
Palavras-chave: mediação cultural; fantoches; mediação implícita; acessibilidade.

Abstract

An experience report carried out during the 20th Museum and Memory Week of the Pará State Judiciary in activities at the Headquarters Building of the Court of Justice of the State of Pará and the Judiciary Museum, aiming to describe and analyze an educational information mediation activity conducted in this space in May 2022, targeting children. The research is

characterized as an experience report with a qualitative approach, grounded in direct observation and field records, carried out during the execution of the Children's Museum Project, developed within the scope of the Court of Justice of the State of Pará. This approach proves appropriate for analyzing cultural mediation practices by considering the situated, relational, and processual nature of interactions established among subjects, devices, and institutional contexts. The research focuses on reading incentive activities that contribute to the child's social development, through a cultural mediation approach configured as an active and creative action. The analyzed activity aimed to bring children closer to the values of justice through puppet storytelling, articulating explicit mediation (guidance, examples, participation) and implicit mediation (script, vocabulary, environment organization). The final product was an institutional video with accessibility resources such as a Brazilian Sign Language (Libras) interpreter and subtitles, developed from a script in simple language. The study highlights that cultural mediation with children, especially in vulnerability contexts, requires articulating explicit decisions in guidance, questions, checks, and implicit decisions regarding vocabulary, spatial organization, and accessibility.

Keywords: *cultural mediation; puppets; implicit mediation; accessibility.*

Resumen

Relato de experiencia realizado durante la 20ª Semana de Museos y Memoria del Judiciario Paraense en acciones en el Edificio-sede del Tribunal de Justicia del Estado de Pará y el Museo Judiciario, que tiene como objetivo describir y analizar una acción educativa de mediación de la información realizada en ese espacio en mayo de 2022, voltada al público infantil. La investigación se caracteriza como un relato de experiencia, de abordaje cualitativo, fundamentada en observación directa y registro de campo, realizados durante la ejecución del Proyecto Museo Criança, desarrollado en el Tribunal de Justicia del Estado de Pará. Ese abordaje se muestra adecuado al análisis de prácticas de mediación cultural, por considerar el carácter situado, relacional y procesual de las interacciones entre sujetos, dispositivos y contextos institucionales. La investigación tiene como foco actividades de incentivo a la lectura que contribuyen al desarrollo social del niño, en un abordaje de mediación cultural que se configura como acción activa y creativa. La actividad analizada visaba aproximar a los niños a los valores de la justicia mediante la contación de historias con títeres, articulando mediación explícita (conducción, ejemplos, participación) e implícita (guion, vocabulario, organización del ambiente). El producto final fue un vídeo institucional con recursos de accesibilidad como intérprete de Libras y subtítulos, elaborado a partir de un guion en lenguaje simple. El trabajo evidencia que la mediación cultural con niños, especialmente en contextos de vulnerabilidad, exige articular decisiones explícitas en conducción, preguntas, verificaciones e implícitas de vocabulario, organización espacial y accesibilidad.

Palabras clave: *mediación cultural; títeres; mediación implícita; accesibilidad.*

1 INTRODUÇÃO

Este artigo, do tipo relato de experiência, tem como objetivo descrever e analisar uma ação educativa de mediação da informação realizada no Museu do Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), em maio de 2022, voltada ao público infantil, culminando na produção do vídeo “A Dona Onça e a Justiça”, com recursos de acessibilidade (Libras, legendas e linguagem simples). Especificamente, busca-se caracterizar o contexto institucional e o público participante, descrever as etapas de planejamento e execução da ação e discutir os

principais resultados observados à luz da literatura da Ciência da Informação sobre mediação.

O relato situa-se na disciplina Mediação da Informação, explorando como decisões explícitas e implícitas influenciam a apropriação de sentidos por crianças. Inserida na 20ª Semana de Museus e da Memória do Judiciário Paraense, a ação integrou contação de histórias com fantoches e registro audiovisual institucional.

As atividades de incentivo à leitura desempenham um papel socioeducativo fundamental, tanto na formação das crianças quanto no enriquecimento das pesquisas voltadas às competências do bibliotecário escolar. Mesmo que a ação não tenha ocorrido no ambiente escolar, sua relevância permanece, pois reforça o papel mediador e educativo do bibliotecário em diferentes contextos informacionais e culturais. Conforme afirmam Trindade e Siqueira (2021, p. 9):

> Tomando a consciência do papel educacional que o(a) bibliotecário(a) escolar apresenta no processo ensino aprendizagem foi, sem dúvida, de grande importância para a parceria estabelecida com os(as) docentes da escola. A visão das bibliotecas como lugar de castigo, certamente, seria substituída por um lugar de construção do conhecimento.

O projeto selecionado para análise nesta pesquisa corresponde ao “Museu Criança”, idealizado e desenvolvido pelo Museu Judiciário “Desembargador Agnano Monteiro Lopes”, realizado em parceria com a Biblioteca “Desembargador Antônio Koury”, ambos os setores afetos ao Departamento de Documentação e Informação (DDI) do TJPA.

Esta edição do Projeto “Museu Criança” foi realizada em parceria com o grupo de estudantes universitários do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (UFPA), que, por sua vez, voluntariamente dispuseram-se a participar do projeto de incentivo à leitura para crianças. O campo de atuação do projeto selecionado é direcionado, sobretudo, às escolas de ensino público infantil.

O projeto foi desenvolvido por meio de diversas atividades a favor do desenvolvimento e aprendizado infantil, como roda de conversa (acolhimento), teatro de fantoche, produção e exibição de vídeos, contação de histórias, visitas mediadas ao prédio histórico (sede do TJPA), desenho e distribuição de brindes. Optou-se pela perspectiva inclusiva em Língua Brasileira de Sinais (Libras) para garantir acessibilidade para crianças surdas ou deficientes auditivas de acordo com a Lei

13.146, de 6 de julho de 2015, que estabelece no Art. 68 parágrafo 3º “O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras” (Brasil, 2015).

Esta ação amplia a qualidade de inovação e criatividade para promover o hábito da leitura no meio educacional infantil, que deve ser realizada de forma agradável e de fácil compreensão, de acordo com Paulo Freire (1982, p. 17), “A sua leitura do real, contudo, não pode ser a repetição mecanicamente memorizada da nossa maneira de ler o real”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A mediação cultural tem-se consolidado como uma categoria teórica central para a compreensão dos processos de produção de sentido, apropriação simbólica e construção de significados nos campos da Cultura, da Museologia e da Ciência da Informação. Diferentemente de abordagens que compreendem a mediação como um mecanismo instrumental ou como simples elo entre sujeito e conteúdo, a literatura especializada a reconhece como um ato autônomo, dotado de lógica própria e inserido em uma ecologia simbólica complexa.

Perrotti e Pieruccini (2014) afirmam que a mediação cultural não pode ser reduzida a um papel funcional ou técnico nos processos comunicacionais. Para os autores, “[...] a mediação cultural não é simples recurso de transferência de dados/informações, mero ‘canal’ ou instância de apoio visando à criação de elos entre sujeitos” (Perrotti; Pieruccini, 2014, p. 1). Nessa perspectiva, a mediação cultural é compreendida como instância essencial dos processos culturais, responsável pela produção de sentidos e não apenas por sua circulação.

Os mesmos autores reforçam essa concepção ao definirem que “[...] a mediação cultural é ato autônomo, com identidade e lógicas próprias, definidas em relação com as esferas da produção e da recepção de informação e cultura” (Perrotti; Pieruccini, 2014, p. 1). Tal entendimento rompe com modelos dualistas e mecanicistas da informação e da comunicação, reposicionando a mediação cultural como categoria central para a análise das práticas culturais contemporâneas.

Rasteli e Cavalcante (2014) ampliam essa discussão ao compreenderem os dispositivos culturais como produtores de sentido. Segundo os autores, “[...] reconhecer a existência dos dispositivos de informação como produtores de sentido é também verificar as ações de mediação cultural como atos de significação”

(Rasteli; Cavalcante, 2014, p. 46). Assim, a mediação cultural é entendida como prática sociocultural que se materializa na interação entre sujeitos, dispositivos e bens simbólicos, possibilitando processos de apropriação cultural.

Nesse contexto, a apropriação cultural não se configura como recepção passiva de conteúdos, mas como ação ativa e criativa. Conforme destacam Rasteli e Cavalcante (2014), apoiados em Roger Chartier (1999), “[...] apropriar-se, portanto, é ação afirmativa, é invenção e criação e não simples recepção mecânica e automática de sinais e mensagens” (Chartier, 1999, p. 77 *apud* Rasteli; Cavalcante, 2014, p. 46). Essa compreensão reforça o papel da mediação cultural como processo que envolve a construção de sentidos a partir da experiência dos sujeitos com os dispositivos culturais.

No campo da Museologia, Carvalho, Miranda e Rocha (2019) evidenciam a amplitude conceitual da mediação cultural e sua aplicação em diferentes contextos institucionais. As autoras compreendem a mediação cultural como “[...] trabalho de aproximação entre sujeitos e os produtos e artefatos culturais, tais como obras de arte, livros, exposições, espetáculos e o acesso aos espaços culturais” (De Paula, 2012, p. 57 *apud* Carvalho; Miranda; Rocha, 2019, p. 317). Essa aproximação envolve processos simbólicos e relacionais que favorecem a construção de significados e a experiência cultural dos sujeitos.

As autoras alertam ainda para a necessidade de distinguir a mediação cultural de outras práticas institucionais, ressaltando que “[...] é recomendado que se separe a mediação cultural da mediação educativa (educação em museus)” (Carvalho; Miranda; Rocha, 2019, p. 317). Tal distinção é fundamental para compreender a mediação cultural como prática específica voltada à produção simbólica, e não apenas à transmissão de conteúdos pedagógicos.

Rasteli (2021) contribui para o aprofundamento conceitual da mediação cultural ao destacar o papel dos dispositivos e das mediações implícitas nos processos de significação. O autor afirma que “[...] a mediação cultural abrange todas as atividades das bibliotecas, espraiando-se em mediações implícitas e explícitas” (Rasteli, 2021, p. 13). A mediação cultural manifesta-se tanto nas ações diretas dos mediadores quanto nas escolhas técnicas, estéticas e organizacionais que estruturam a experiência cultural.

Além disso, Rasteli (2021, p. 13) destaca que “[...] a mediação cultural é um processo que envolve estratégias de comunicação, interferências e dispositivos”,

evidenciando que os dispositivos culturais não são neutros, mas atuam diretamente na produção de sentidos. Assim, a mediação cultural configura-se como processo complexo, relacional e situado, no qual os sujeitos constroem significados a partir de sua interação com os dispositivos culturais e com outros sujeitos.

Dessa forma, a literatura analisada permite compreender a mediação cultural como categoria central para a análise de práticas culturais desenvolvidas em instituições socioculturais, reafirmando o papel desses espaços como ambientes de produção simbólica, apropriação cultural e construção de sentidos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como um relato de experiência (Gil, 2002), de abordagem qualitativa (Minayo, 2014), fundamentada na observação direta e no registro de campo, realizados durante a execução do Projeto Museu Criança, desenvolvido no âmbito do TJPA. Essa abordagem mostra-se adequada à análise de práticas de mediação cultural, por considerar o caráter situado, relacional e processual das interações estabelecidas entre sujeitos, dispositivos e contextos institucionais.

A escolha metodológica justifica-se pelo entendimento de que decisões explícitas, como a condução da atividade, exemplos e participação do público, e decisões implícitas, como roteiro, vocabulário e organização do espaço, configuram as condições de encontro entre sujeitos, suportes e sentidos (Gomes, 2014).

O desenho metodológico foi igualmente orientado pela concepção de mediação cultural como categoria autônoma, capaz de projetar dispositivos e ambientes que habilitam experiências de produção de sentido (Perrotti; Pieruccini, 2014). A atividade foi realizada no período de 17 a 22 de maio de 2022, durante a programação da 20ª Semana de Museus e da Memória do Judiciário Paraense, tendo como público principal crianças participantes de ações educativas institucionais.

3.1 Etapas do percurso metodológico

O percurso metodológico desenvolveu-se em etapas articuladas. Inicialmente, realizou-se um diagnóstico exploratório junto aos mediadores do espaço e à documentação do Projeto Museu Criança, visando identificar temas, regras e

possíveis barreiras de compreensão relacionadas a termos e abstrações do campo jurídico. Em seguida, procedeu-se à elaboração e adaptação do roteiro da atividade, estruturado em cenas e orientado por escolhas lexicais e simbólicas adequadas ao público infantil.

A implementação da atividade envolveu o uso de fantoches e dispositivos narrativos como mediadores simbólicos da experiência, articulando roteiro, interação e organização espacial. A organização do cenário, a disposição dos mediadores e a visibilidade dos personagens atuaram como formas de mediação implícita, estabilizando a atenção e favorecendo a inteligibilidade da ação (Gomes, 2014).

Por fim, a avaliação formativa ocorreu durante e após a atividade, a partir da observação da participação das crianças, de respostas espontâneas e da análise do registro audiovisual, privilegiando a interação como método e a forma como argumento mediador, conforme a perspectiva de Davallon (2007). Ressalta-se que não foram utilizados instrumentos formais de coleta de dados, uma vez que o foco do estudo reside na análise reflexiva da experiência profissional, característica própria do relato de experiência.

Com o objetivo de sistematizar as atividades desenvolvidas ao longo do projeto e evidenciar as diferentes dimensões da mediação cultural mobilizadas em cada etapa, apresenta-se a seguir um quadro-síntese (Quadro 1) que relaciona as ações realizadas às formas de mediação envolvidas.

Quadro 1 – Atividades desenvolvidas e formas de mediação cultural

Atividades Desenvolvida	Formas de Mediação Cultural
Acolhimento e apresentação inicial	Mediação cultural explícita
Visita mediada à biblioteca	Mediação cultural explícita
Contação de histórias	Mediação cultural explícita
Teatro de fantoches	Mediação cultural implícita
Interação orientada com o público	Mediação cultural explícita
Organização do ambiente	Mediação cultural implícita
Participação na produção de material audiovisual acessível	Mediação cultural implícita

Fonte: Elaboração dos autores (2026).

O quadro evidencia a articulação entre mediações culturais explícitas, associadas à condução direta do mediador, e mediações culturais implícitas, relacionadas à organização do espaço, aos dispositivos narrativos e aos suportes utilizados ao longo da experiência.

A figura 1 ilustra as duas formas de mediação cultural do Projeto Museu Criança: à esquerda, ilustrada na cor verde, a mediação implícita abrange

organização espacial, vocabulário adaptado e recursos de acessibilidade; à direita, ilustrada na cor azul, a mediação explícita envolve condução narrativa com fantoches, interação dialógica e exemplos contextualizados. Essas dimensões se articulam para facilitar a compreensão infantil sobre justiça.

Figura 1 – Mediação Cultural: implícita e explícita



Fonte: Elaboração dos autores (2026).

3.2 Aspectos éticos

A atividade analisada ocorreu no âmbito do Projeto Museu Criança, vinculada às diretrizes institucionais do TJPA. Visando garantir a proteção da privacidade e do direito à imagem dos participantes, este manuscrito prescinde de qualquer registro fotográfico ou de identificação nominal das crianças envolvidas. A apresentação e análise dos resultados priorizam estritamente a descrição do processo pedagógico e informacional da mediação cultural, assegurando o completo anonimato dos sujeitos.

3.3 Desenho da experiência e participantes

A experiência ocorreu ao longo de quatro dias (17 a 22 de maio de 2022), durante a programação da 20ª Semana de Museus e da Memória do Judiciário Paraense, com sessões de aproximadamente duas horas e meia cada. Participaram mais de 30 crianças em cada turma recebida, com faixa etária entre 6 e 8 anos, oriundas de escolas públicas de ensino infantil, que chegaram ao espaço por meio de agendamento e convite institucional.

A equipe mediadora foi composta por estudantes voluntários do curso de Biblioteconomia da UFPA, sob supervisão dos profissionais do Museu Judiciário e da Biblioteca do TJPA. Os materiais utilizados incluíram fantoches articulados, roteiro em linguagem simples, cenário temático, recursos de acessibilidade em

Libras e legendas. A sequência de cada sessão envolveu: acolhimento em roda de conversa; teatro de fantoches “A Dona Onça e a Justiça”; interação orientada com perguntas e checagens; visita mediada ao Museu e à Biblioteca; atividades lúdicas; e distribuição de brindes.

O acompanhamento do processo ocorreu por observação direta e registro em diário de campo, contemplando o engajamento/participação, dúvidas e interações durante a mediação, apropriação de vocabulário e compreensão de noções mobilizadas na atividade e resposta às estratégias de acessibilidade empregadas no produto e na condução da sessão. Após a atividade, os registros foram organizados de forma descritiva-analítica, apoiando a discussão dos resultados em diálogo com o referencial teórico sobre mediação.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Os resultados observaram-se em dois planos. Na equipe, destacaram-se competências de curadoria nas habilidades de análise, organização e síntese para selecionar e contextualizar informações e objetos do projeto, além de conhecimento especializado na área de atuação no processo de seleção de narrativas adequadas à faixa etária, tradução interlinguagens do jurídico ao cotidiano, planejamento de dispositivo oral como o cenário, tempo, vocabulário, entradas de personagens e avaliação formativa nas checagens rápidas, tal como recomendado em guias de mediação oral (Bortolin; Santos Neto, 2023; Bortolin; Santos Neto; Silva, 2015).

No plano da mediação explícita, as estratégias adotadas pela equipe condução narrativa com fantoches, perguntas abertas (“O que seria justo?”), turnos de fala orientados e checagens de compreensão produziram engajamento sustentado nas crianças, confirmando a perspectiva de Perrotti e Pieruccini (2014) de que a mediação cultural é ato autônomo, dotado de lógica própria, e não mero canal de transmissão.

A oralidade planejada atuou como dispositivo de ancoragem afetiva e cognitiva, em consonância com as dimensões dialógica, estética, formativa e ética descritas por Gomes (2014). No plano da mediação implícita, a organização do espaço em semicírculo, o vocabulário adaptado (termos jurídicos traduzidos ao cotidiano infantil: “regra”, “justo”, “combinado”) e os recursos de acessibilidade

funcionaram como dispositivos de produção de sentido, conforme apontam Rasteli e Cavalcante (2014).

O roteiro e o cenário não foram elementos neutros, mas mediadores simbólicos que, segundo Davallon (2007), estruturam a interação e possibilitam a apropriação cultural pelo público. As percepções das próprias crianças durante a experiência revelaram indicadores significativos de engajamento e aprendizado. As crianças prestavam atenção nas histórias, pediam para tocar nos fantoches e formulavam diversas perguntas sobre a profissão de juiz.

Durante a visita guiada ao Museu e à Biblioteca, demonstraram entusiasmo ao conhecer esses espaços pela primeira vez, expressando surpresa ao declararem que achavam que a biblioteca era somente um lugar de guardar livros que não podia ter brincadeiras. Tais manifestações espontâneas constituem indícios qualitativos de letramento em contexto mediado (Assis, 2022) e evidenciam a eficácia da mediação cultural para ampliar a percepção das crianças sobre espaços informacionais e culturais.

Como produto da experiência, foi produzido o vídeo institucional “A Dona Onça e a Justiça”, com intérprete de Libras, legendas e roteiro em linguagem simples, publicado na plataforma YouTube no canal oficial do TJPA em 4 de outubro de 2022, acumulando mais de 930 visualizações. Esse produto audiovisual acessível representa uma contribuição à memória institucional do TJPA e à democratização do acesso à informação jurídica, ampliando o alcance da ação para além do público presente nas sessões presenciais e constituindo um recurso de mediação implícita durável para futuras iniciativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho evidencia que a mediação cultural com crianças em contextos de vulnerabilidade exige articular dois tipos de decisões: as explícitas, como a condução da atividade, as perguntas direcionadas, checagens de compreensão e as implícitas, como o vocabulário adaptado, a organização espacial e os recursos de acessibilidade.

A experiência no TJPA demonstrou que a oralidade planejada, combinada ao uso de fantoches como marcadores de fala e emoção, reduz a carga cognitiva, organiza os turnos de interação e ancora afetos, favorecendo a compreensão e a participação ativa das crianças. Nessa perspectiva, a forma é argumento: cada

escolha de suporte, vocabulário e dispositivo altera o modo de apropriação dos conteúdos e produz sentidos que transcendem a transmissão de informações.

Do ponto de vista formativo, as equipes desenvolvem competências de informação dentre curadoria, tradução interlinguagens. Para o público, observam-se ganhos de literacias na produção oral, visual, informacional e o uso de linguagem simples para reter vocabulário-chave ligado à justiça. A institucionalização equipe fixa, parcerias, rubrica orçamentária, repositório de materiais com Libras e legendas mitiga incertezas entre o planejado e o executado e sustenta a arquitetura da experiência, em consonância com as dimensões dialógica, estética, formativa e ética.

Por fim, transformar a ação em prática institucional com ciclos regulares de planejamento, equipe fixa, parcerias consolidadas e repositório de materiais acessíveis amplia o alcance na rede escolar e confere lastro público às políticas de mediação cultural no âmbito do TJPA. O conjunto confirma a relevância da mediação como projeto de dispositivo técnico, pedagógico e estético orientado à autonomia informacional e ao direito de acesso à cultura. Cabe reconhecer as limitações do presente relato: a ausência de instrumento formal de coleta de dados, o viés inerente ao observador participante e o contexto institucional específico do TJPA restringem a generalização dos achados.

Como implicações, a experiência sugere que museus, bibliotecas e instituições judiciárias podem adotar estratégias similares de mediação cultural com públicos infantis em situação de vulnerabilidade, combinando mediação explícita e implícita com recursos de acessibilidade. Como caminhos futuros, recomenda-se ampliar o número de sessões e turmas, aplicar instrumentos simples de avaliação de aprendizagem e comparar os resultados entre diferentes contextos institucionais.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Pamela Oliveira. O ato de ler e a mediação da leitura conscientes. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 106–125. 2022. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43754. Acesso em: 17 out. 2025.

BORTOLIN, Sueli. **Mediação oral da literatura**: a voz do bibliotecário lendo ou narrando. [S.l.]: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 14 dez. 2010. Disponível em: https://unesp.br. Acesso em: 17 out. 2025

BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo. Mediação oral da informação e da leitura. **Revista Folha de Rosto**, [*S. l.*], v. 9, n. 1, p. 259-278, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/220345. Acesso em: 17 out. 2025.

BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2-11, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br. Acesso em: 2 jan. 2026.

CARVALHO, L. F. de. MIRANDA, L. C. de O.; ROCHA, E. C. de F. Formas e definições de mediação cultural no campo da Museologia e suas diferentes aplicações. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 315–322, jan./jul. 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/354774. Acesso em: 2 jan. 2026.

DAVALLON, J. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com**, Porto, n. 4, p. 4–37, 2007. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2100. Acesso em: 22 out. 2025.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982. Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wpcontent/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 17 out. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Henriette Ferreira. A biblioteca pública e os domínios da memória, da mediação e da identidade social. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [*S. l.*], v. 19, p. 151-163, dez. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-5344/226. Acesso em: 18 ago. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1–22, 2014. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992. Acesso em: 17 out. 2025.

RASTELI, Alessandro. Em busca de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas: contribuições conceituais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 120-140, jul./set. 2021. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/158626. Acesso em: 14 jan. 2026.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugênia. Mediação cultural e apropriação da informação em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli***:* Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 19, n. 39, p. 43–58, jan./abr. 2014. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2014v19n39p43. Acesso em: 14 jan. 2026.

TRINDADE, Thaís Lima; SIQUEIRA, Thiago Giordano de Souza (org.). **Por que precisamos de Bibliotecários?** Manaus: EDUA, 2021. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/5897. Acesso em: 14 jan. 2026.

SICAM 2026
II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E DIGITALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA
18 e 19 de Junho - Belém - PA

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DESORDEM INFORMATIVA NA COP 30: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A AMAZÔNIA EM AMBIENTES DIGITAIS

Information mediation and information disorder at COP 30: challenges for building knowledge about the Amazon in digital environments

Mediación de la información y desorden informativo en la COP 30: desafíos para la construcción de conocimiento sobre la Amazonía en entornos digitales

Crystiellen Cristine da Conceição Itapirema da Silva
Graduanda em Biblioteconomia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
crystiellen.silva@icsa.ufpa.br

Resumo

A circulação informacional em ambientes digitais tem-se intensificado. Isso vem reconfigurando as formas de produção, validação e apropriação da informação, ao mesmo tempo em que amplia a visibilidade de conteúdos enganosos e tensiona os critérios de legitimidade do conhecimento. Este artigo analisa, em perspectiva teórica, a relação entre mediação da informação e desordem informacional nas redes sociais, considerando a Amazônia como um espaço atravessado por disputas narrativas e mediações historicamente assimétricas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter teórico-analítico, fundamentada em autores da Ciência da Informação e áreas afins. A análise articula a mediação da informação em suas dimensões dialógica, ética e formativa com as dinâmicas de circulação informacional em redes sociais e com abordagens críticas que tensionam a estabilidade conceitual da desinformação. Argumenta-se que a desordem informacional não pode ser reduzida à presença de conteúdos falsos, mas deve ser compreendida como expressão de transformações mais amplas nas práticas de mediação e nos regimes de produção de sentido. Conclui-se que o enfrentamento desse fenômeno exige o fortalecimento de práticas mediadoras críticas, capazes de articular ética, formação e contexto sociocultural, especialmente no cenário ampliado de visibilidade da Amazônia no ciclo da COP 30.

Palavras-chave: mediação da informação; desordem informativa; Amazônia; COP 30; competência em informação.

Abstract

The intensification of information circulation in digital environments has reshaped the ways information is produced, validated, and appropriated, while also increasing the visibility of misleading content and challenging the legitimacy criteria of knowledge. This article analyzes, from a theoretical perspective, the relationship between information mediation and informational disorder in social networks, considering the Amazon as a space marked by narrative disputes and historically asymmetrical mediations. This is a qualitative, bibliographic, and theoretical-analytical study, grounded in authors from Information Science and related fields. The analysis articulates information mediation in its dialogical, ethical, and formative dimensions with the dynamics of information circulation in social networks, as well as with critical approaches that question the conceptual stability of disinformation. It argues that informational disorder cannot be reduced to the presence of false content, but must be

understood as an expression of broader transformations in mediation practices and regimes of meaning production. It concludes that addressing this phenomenon requires strengthening critical mediation practices capable of articulating ethics, education, and sociocultural context, especially within the expanded visibility of the Amazon during the COP 30 cycle.

Keywords: *information mediation; informational disorder; Amazon; COP 30; information literacy.*

Resumen

La intensificación de la circulación informacional en entornos digitales ha reconfigurado las formas de producción, validación y apropiación de la información, al tiempo que amplía la visibilidad de contenidos engañosos y tensiona los criterios de legitimidad del conocimiento. Este artículo analiza, desde una perspectiva teórica, la relación entre mediación de la información y desorden informacional en las redes sociales, considerando la Amazonía como un espacio atravesado por disputas narrativas y mediaciones históricamente asimétricas. Se trata de una investigación cualitativa, de naturaleza bibliográfica y carácter teórico-analítico, fundamentada en autores de la Ciencia de la Información y áreas afines. El análisis articula la mediación de la información en sus dimensiones dialógica, ética y formativa con las dinámicas de circulación informacional en redes sociales y con enfoques críticos que cuestionan la estabilidad conceptual de la desinformación. Se sostiene que el desorden informacional no puede reducirse a la presencia de contenidos falsos, sino que debe entenderse como expresión de transformaciones más amplias en las prácticas de mediación y en los regímenes de producción de sentido. Se concluye que enfrentar este fenómeno exige fortalecer prácticas mediadoras críticas, capaces de articular ética, formación y contexto sociocultural, especialmente en el escenario de mayor visibilidad de la Amazonía en el ciclo de la COP 30.

Palabras clave: *Mediación de la información; trastorno de la información; Amazon; COP 30; alfabetización informacional.*

1 INTRODUÇÃO

A velocidade com que a informação circula no meio digital já não pode ser explicada apenas pelo aumento no volume de conteúdos disponíveis. O que está em curso é uma transformação mais profunda, que afeta os modos de produção, validação e uso da informação, deslocando critérios que, por muito tempo, estiveram fortemente associados à autoridade científica, à imprensa e a outras instituições reconhecidas no espaço público. Esse deslocamento tornou-se especialmente visível em contextos de alta visibilidade midiática e política, como o que ocorreu com a realização da COP 30 em Belém. A centralidade da Amazônia no debate climático global intensificou a produção e a circulação de informações sobre a região, inserindo-a em um campo ampliado de disputas narrativas. Com isso, grupos diversos — entre eles órgãos oficiais, veículos jornalísticos, atores políticos e usuários comuns das plataformas — disputaram legitimidade para suas interpretações sobre a Amazônia.

A 30ª Conferência das Partes (COP 30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) constituiu-se como o órgão supremo de deliberação global para coordenar a resposta internacional à crise climática. Realizada em Belém, Pará, em novembro de 2025, a conferência celebrou o décimo aniversário do Acordo de Paris e serviu como o espaço decisivo para o ajuste das metas de redução de emissões, conhecidas como as Contribuições Nacionalmente Determinadas. O evento mobilizou uma rede complexa de atores, incluindo delegações diplomáticas, chefes de Estado e o corpo científico do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima. Contudo, o grande diferencial da COP 30 foi o protagonismo sem precedentes dos povos indígenas e comunidades tradicionais, com uma participação histórica de cerca de 5 mil representantes indígenas, que consolidaram o reconhecimento de seus saberes e direitos territoriais como estratégia central e legítima de mitigação climática no chamado "Pacote de Belém" (The Nature Conservancy, 2025).

Esse debate, porém, não se expandiu em terreno neutro. A história da comunicação na Amazônia é marcada por assimetrias, nas quais discursos produzidos fora da região frequentemente obtiveram maior circulação e reconhecimento do que saberes e experiências locais. As redes digitais alteram esse panorama ao abrir espaço para novas vozes, mas a ampliação do acesso à fala não elimina, por si, as desigualdades que estruturam o debate público. É nesse ponto que a discussão sobre desinformação ganha relevo, ainda que o próprio conceito apresente limites para dar conta da complexidade do fenômeno. Ramos Junior e Batista (2022, p. 350) observam que há “uma contradição no termo”, capaz de produzir uma “tábula rasa explicativa” sobre os processos de validação informacional. A observação é importante porque desloca o problema do simples falso versus verdadeiro e obriga a pensar os modos pelos quais sentidos são disputados, legitimados e apropriados.

No campo da Ciência da Informação, a mediação da informação oferece um caminho analítico mais produtivo para compreender essas dinâmicas. Ao deslocar o foco da informação como dado para a informação como prática social, a mediação permite examinar como os sentidos são produzidos, disputados e validados em contextos distintos (Gomes, 2014). Nesta perspectiva, a mediação é entendida em suas dimensões dialógica, ética e formativa, fundamentais para que os sujeitos

desenvolvam capacidades de leitura crítica diante do fluxo informacional contemporâneo.

Com isso, este artigo propõe o seguinte questionamento: como se estruturam as tensões entre mediação da informação e desordem informacional digital na disputa por narrativas amazônicas no ciclo da COP 30? Parte-se da premissa de que a desordem informacional não decorre apenas da circulação de conteúdos inverídicos, mas expressa transformações mais amplas nos regimes de produção de sentido e nas formas contemporâneas de mediação da informação. Assim, o objetivo deste artigo é analisar como a mediação da informação se articula com a desordem informacional digital na disputa por narrativas sobre a Amazônia no contexto da COP 30, à luz de aportes da Ciência da Informação.

2 CIÊNCIA, CONHECIMENTO E INSTABILIDADE EPISTEMOLÓGICA

Pensar a informação, hoje, implica reconhecer que os próprios fundamentos da ciência vêm sendo tensionados. Francelin (2004, p. 26) observa que “[...] o que se chama de ‘estatuto científico’ parece tomar uma forma diferente [...]”, justamente porque a ciência participa das incertezas que atravessam sua própria constituição. Longe de se apresentar como um bloco estável e homogêneo, ela se organiza em torno de disputas, revisões e redefinições conceituais.

Essa instabilidade aparece, entre outros aspectos, na dificuldade de se estabelecer com nitidez o que define a autoridade da ciência em contextos marcados por intensa circulação de informações. Em vez de um sistema fechado, tem-se um campo histórico e contingente, cujos limites são constantemente reposicionados (Francelin, 2004). Essa observação é central para o problema aqui discutido, porque a desordem informacional não emerge fora do campo do conhecimento, mas em um momento em que os próprios critérios de legitimação do saber se encontram tensionados.

Nessa direção, a relação entre ciência e senso comum torna-se decisiva. Santos (2002) chama a atenção para o fato de que a ciência moderna se construiu em oposição ao senso comum, considerado impreciso e pouco confiável. Ao mesmo tempo, o autor afirma que essa fronteira não é absoluta, pois o senso comum continua a participar das formas pelas quais os sujeitos compreendem e organizam a realidade.

Compreender essa tensão é importante porque, em ambientes digitais, a distinção entre saber institucionalizado e narrativa cotidiana perde parte de sua estabilidade anterior. Em outras palavras, a desordem informacional não se instala apenas porque conteúdos falsos circulam mais. Ela também se alimenta de um contexto em que a autoridade dos discursos especializados já não opera de maneira incontestada no espaço público.

3 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: DIMENSÕES E IMPLICAÇÕES

A mediação da informação, conforme proposta por Gomes (2014), não deve ser entendida como simples transmissão de conteúdo. Trata-se de uma prática complexa, atravessada por dimensões dialógica, ética, estética e formativa, por meio das quais o sujeito se relaciona com a informação e com os outros sujeitos implicados nesse processo.

A dimensão dialógica é particularmente relevante porque indica que o sentido da informação não se encontra dado de antemão. A construção do saber ocorre no diálogo e no confronto de visões, fundamentada na resposta ativa do indivíduo diante da circulação informacional. A mediação, portanto, não deve ser vista como um processo externo, mas como um elemento que compõe a própria estrutura do sentido.

A dimensão ética, por sua vez, põe em evidência a responsabilidade envolvida na circulação da informação. Em contextos de alta visibilidade e velocidade, como o das redes sociais, essa dimensão se torna ainda mais relevante. A forma como conteúdos são selecionados, enquadrados e compartilhados incide diretamente sobre a formação dos sujeitos e sobre a qualidade do debate público.

Já a dimensão formativa mostra que a mediação não se limita ao acesso à informação. Ela participa da constituição do sujeito enquanto agente capaz de interpretar, contextualizar e produzir conhecimento. É nesse ponto que o conceito ganha força para pensar a desordem informacional: o problema não está apenas no excesso de conteúdos, mas nas condições concretas de leitura crítica, interpretação e elaboração reflexiva.

4 DESINFORMAÇÃO: CONCEITO EM DISPUTA

O conceito de desinformação tornou-se recorrente no debate contemporâneo, sobretudo para nomear a circulação de conteúdos considerados falsos, enganosos ou manipuladores. No entanto, essa formulação apresenta limites quando aplicada de maneira automática. Ramos Junior e Batista (2022) argumentam que o termo simplifica processos mais complexos, sobretudo quando pressupõe que a informação possa ser claramente dividida entre aquilo que informa e aquilo que desinforma.

Essa crítica ganha consistência quando articulada à discussão sobre as dimensões da informação. Araújo (2010) propõe compreendê-la a partir de três planos: físico, cognitivo e intersubjetivo social. No plano físico, a informação pode ser tratada como dado transmitido. No plano cognitivo, ela depende da relação que o sujeito estabelece com o conteúdo recebido. No plano intersubjetivo, seu sentido é construído nas relações sociais, nos domínios discursivos e nas práticas coletivas de interpretação.

Essa abordagem permite uma inflexão importante. Como sintetiza Araújo (2010, p. 96), “[...] a informação não é apenas a sua manifestação física [...]”, sendo necessário considerar “[...] o que está na mente dos usuários”. A observação é decisiva porque impede uma leitura linear do processo informacional. Um mesmo conteúdo não produz automaticamente o mesmo efeito em todos os sujeitos.

A aproximação com Shannon e Weaver (1975, p. 9) reforça esse argumento. Para os autores, “[...] a palavra informação é utilizada com um sentido especial [...]” e “[...] não deve ser compreendida como significado”. Em outras palavras, a transmissão não esgota o problema do sentido. O que circula nas redes não é apenas conteúdo, mas também enquadramentos, disputas e interpretações.

Desse modo, a noção de desordem informacional mostra-se mais adequada ao artigo do que uma concepção estreita de desinformação. Ela permite nomear um ambiente em que conteúdos diversos — verdadeiros, enganosos, incompletos ou altamente interpretativos — passam a disputar legitimidade em velocidade elevada, sem que a questão se resolva apenas pela checagem factual.

5 REGIME DE INFORMAÇÃO POLIFÔNICO

A noção de regime de informação, formulada por González de Gómez (2012), é especialmente útil para situar o problema em termos mais amplos. Para a autora, um regime de informação define sujeitos, regras, meios e padrões de circulação informacional em determinado contexto histórico.

A partir dessa base, Ramos Junior e Batista (2022) propõem pensar a contemporaneidade em chave polifônica. O argumento não é que as redes sociais tenham criado a pluralidade, mas que elas intensificaram a visibilidade de vozes em disputa. Nesse ambiente, “[...] a palavra (signo social) não é exclusividade de poucas vozes selecionadas dos estratos sociais dominantes” (Ramos Junior; Batista, 2022, p. 352).

A referência a Bakhtin (2003, 2006) permite compreender esse cenário de modo mais preciso. A informação deixa de aparecer como entidade neutra e passa a ser entendida como enunciado atravessado por vozes, perspectivas e posições sociais. Isso não significa que todas as vozes ocupem o mesmo lugar ou detenham o mesmo poder de circulação. Significa, antes, que o processo informacional contemporâneo é marcado por uma coexistência conflitiva de interpretações.

Essa observação é especialmente relevante para o debate sobre a Amazônia. A polifonia digital amplia a possibilidade de circulação de vozes locais, mas não dissolve as assimetrias que favorecem determinados enquadramentos. O ambiente digital é, ao mesmo tempo, espaço de abertura e de reforço de desigualdades. Por isso, a noção de regime de informação polifônico precisa ser mobilizada sem idealização. Múltiplas vozes influenciam a construção de sentido (Bakhtin, 2003, 2006).

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-analítica, ancorada em revisão bibliográfica orientada por um recorte temático específico: as relações entre mediação da informação, desordem informacional e circulação de conteúdos em ambientes digitais.

A seleção do corpus teórico não se deu de forma aleatória, mas a partir de uma escolha intencional de textos que, embora distintos em abordagem, convergem na problematização dos fundamentos epistemológicos da informação e de suas

formas de circulação na contemporaneidade. Foram mobilizados, para isso, três eixos principais de sustentação teórica.

O primeiro eixo reúne autores que discutem a constituição do conhecimento científico e suas tensões internas, com destaque para Francelin (2004) e Santos (2002). Esses trabalhos foram selecionados por permitirem compreender a ciência não como sistema estável, mas como campo marcado por incertezas, disputas conceituais e relações tensas com o senso comum. Esse ponto é importante porque impede uma leitura simplificadora da desordem informacional, como se ela decorresse apenas da invasão do falso em um campo previamente estabilizado.

O segundo eixo contempla reflexões sobre a informação em suas dimensões física, cognitiva e intersubjetiva social, com base em Araújo (2010), Shannon e Weaver (1975) e Ramos Junior e Batista (2022). A escolha desses autores se justifica pela necessidade de deslocar o foco da informação enquanto dado para a informação enquanto processo interpretativo. Esse movimento permite tensionar o uso automático do conceito de desinformação e reposicionar o problema no campo da produção social do sentido.

O terceiro eixo articula estudos sobre circulação informacional em redes sociais e mediação da informação, especialmente a partir de Gomes (2014), Ribas e Ziviani (2008) e González de Gómez (2012). Esses autores contribuem para compreender como a ampliação dos fluxos informacionais altera as práticas mediadoras e como os ambientes digitais reconfiguram os regimes de visibilidade e legitimidade.

A articulação desses eixos permitiu construir um percurso analítico voltado à compreensão da desordem informacional como fenômeno complexo, que não pode ser explicado apenas pela presença de conteúdos falsos, mas deve ser situado no interior de transformações mais amplas nos regimes de produção e validação da informação.

Essa discussão adquire relevância particular no contexto da COP 30 em Belém, que projeta a Amazônia para o centro do debate global. A intensificação da visibilidade da região tende a ampliar também a circulação de informações sobre o território, muitas vezes produzidas por agentes externos e atravessadas por interesses políticos, econômicos e simbólicos. Nessa conjuntura, a desordem informacional não se manifesta apenas como erro ou falsidade, mas como disputa

de sentidos sobre o que é a Amazônia e sobre quais narrativas passam a ocupar lugar de legitimidade.

Com isso, a escolha do corpus teórico buscou fornecer instrumentos conceituais capazes de interpretar esse momento específico, no qual a circulação informacional sobre a Amazônia se intensifica e se complexifica, exigindo abordagens que articulem mediação, contexto sociocultural e regimes informacionais.

7 RESULTADOS (ANÁLISE E DISCUSSÃO)

A articulação entre mediação da informação e desordem informacional revela um cenário que escapa a interpretações simplificadoras. A tendência de associar a desordem informacional exclusivamente à circulação de conteúdos falsos ou enganosos desconsidera o fato de que o sentido da informação não está contido na mensagem, mas é construído na relação entre sujeitos, contextos e repertórios interpretativos (Araújo, 2010).

Nesse ponto, a própria ideia de desinformação torna-se problemática. Como sugerem Ramos Junior e Batista (2022), não é possível afirmar de maneira linear que um conteúdo “desinforma”, pois todo processo informacional envolve interpretação, apropriação e ressignificação. O que está em jogo, portanto, não é apenas a veracidade do conteúdo, mas os modos como ele é recebido, partilhado e incorporado em circuitos sociais de sentido.

Essa perspectiva desloca o debate para o campo da mediação. Se o sentido não está na informação em si, então a mediação assume papel central na produção de significados. Ela não opera de forma neutra nem homogênea. Ao contrário, é atravessada por interesses, valores, enquadramentos e condições socioculturais que influenciam diretamente a forma como a informação circula e se torna socialmente inteligível.

Nas redes sociais, esse processo se intensifica. A descentralização da produção de conteúdos, destacada por Ribas e Ziviani (2008), amplia a diversidade de vozes, mas também fragmenta os espaços de circulação informacional. A multiplicidade, nesse caso, não garante diálogo. Pode, inclusive, favorecer a formação de circuitos fechados, nos quais determinadas narrativas se reforçam mutuamente. Em vez de confronto efetivo entre posições, muitas vezes se observa a

repetição de interpretações que ganham força pela adesão afetiva e pelo compartilhamento contínuo.

É nesse ponto que a noção de regime de informação polifônico se torna útil. Ao reconhecer a coexistência de múltiplas vozes, essa abordagem permite compreender a informação como resultado de disputas de sentido (Ramos Junior; Batista, 2022). Ainda assim, essa polifonia não deve ser romantizada. A presença de muitas vozes não implica equilíbrio, horizontalidade ou justiça informacional. Determinadas narrativas seguem contando com mais recursos de visibilidade, maior capacidade de circulação e maior reconhecimento público.

No caso da Amazônia, essas tensões adquirem contornos ainda mais complexos. A projeção da região no cenário internacional, especialmente com a COP 30, intensifica a circulação de informações sobre o território. No entanto, essa circulação não ocorre em um vazio histórico. Ela se insere em um campo já marcado por mediações assimétricas, no qual discursos externos frequentemente obtiveram maior centralidade do que interpretações produzidas localmente. A história da comunicação na Amazônia, tal como discutida por Munaro, Seixas e Porto Junior (2016), ajuda a entender por que essa assimetria não pode ser tratada como detalhe lateral.

No ciclo da COP 30, essa intensificação tende a ser ainda mais evidente, porque a conferência projeta Belém e a Amazônia como objetos centrais de atenção global. Isso amplia não apenas a circulação de informações científicas, institucionais e jornalísticas sobre o território, mas também a incidência de conteúdos orientados por interesses econômicos, posicionamentos ideológicos e simplificações discursivas. O problema, portanto, não se resume a separar conteúdos verdadeiros de conteúdos falsos. O ponto mais delicado está em entender como diferentes regimes de visibilidade disputam a definição legítima da Amazônia no espaço digital.

É nesse ponto que a desordem informacional não se manifesta apenas como erro. Ela também se expressa como disputa de sentidos. Diferentes interpretações coexistem, competem e se sobrepõem, produzindo um ambiente no qual a estabilização do sentido se torna mais difícil. O que circula como “informação sobre a Amazônia” pode, ao mesmo tempo, ampliar a visibilidade do território e reiterar antigos apagamentos.

A mediação da informação, por isso, não pode ser pensada apenas como filtragem ou correção. Não se trata apenas de identificar conteúdos falsos, mas de

compreender as condições que tornam certas narrativas mais aceitas. Ela deve ser compreendida como processo formativo, no qual o sujeito desenvolve capacidades de interpretação, contextualização e posicionamento diante da informação (Gomes, 2014). Essa formulação é decisiva porque desloca o problema do conteúdo isolado para as condições concretas em que a leitura crítica se torna possível.

Daí decorre uma implicação importante: o enfrentamento da desordem informacional não se resolve exclusivamente por estratégias técnicas, como checagem de fatos ou moderação de conteúdo. Tais procedimentos são relevantes, mas não esgotam a questão. O núcleo do problema diz respeito à maneira como os sujeitos se relacionam com a informação e aos contextos em que certas narrativas se tornam mais plausíveis ou mais mobilizadoras do que outras.

No contexto amazônico, esse desafio se torna ainda mais urgente. Não se trata apenas de garantir acesso à informação, mas de fortalecer práticas mediadoras capazes de promover leitura crítica, contextualização histórica e reconhecimento da pluralidade de vozes envolvidas na produção de conhecimento sobre a região. Se a COP 30 intensifica a visibilidade da Amazônia, ela também intensifica a necessidade de disputar, de forma qualificada, os sentidos que passam a circular sobre esse território.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada demonstrou que a informação em ambientes digitais opera para além da mera transmissão de dados, configurando-se como uma construção de sentido dependente de repertórios prévios, contextos de recepção e práticas sociais. Sob essa perspectiva, a desordem informacional revela-se um fenômeno complexo que envolve as condições sociais, cognitivas e discursivas de legitimidade do conhecimento, deslocando o debate da simples oposição entre verdadeiro e falso para o campo das disputas interpretativas.

A mediação da informação, por sua vez, mostrou-se central para compreender esse cenário. Ao ser entendida como prática dialógica, ética, estética e formativa, a mediação deixa de ser vista como mera intermediação entre sujeito e conteúdo e passa a ser compreendida como elemento constitutivo da própria experiência informacional. Isso significa que a questão decisiva não está apenas em garantir acesso à informação, mas em possibilitar condições de leitura crítica, contextualização e elaboração reflexiva.

No contexto das redes sociais, essa exigência se torna ainda mais aguda. A ampliação da circulação informacional e a multiplicação das vozes não implicam, automaticamente, maior pluralidade crítica. Em muitos casos, o que se observa é a intensificação de circuitos autorreferenciais de sentido, nos quais conteúdos ganham força menos por sua consistência e mais por sua capacidade de adesão afetiva, repetição e engajamento. A noção de regime de informação polifônico é útil justamente porque permite compreender que a presença de múltiplas vozes não elimina desigualdades, nem resolve, por si, os conflitos em torno da legitimidade informacional.

Quando esse debate é situado na Amazônia, ganha espessura histórica e política. A região não ingressa na cultura digital em condição abstrata ou neutra. Ela carrega marcas de longos processos de mediação externa, por meio dos quais foi narrada, enquadrada e simbolicamente apropriada a partir de interesses muitas vezes alheios às experiências locais. A realização da COP 30 em Belém tende a intensificar essa disputa, uma vez que amplia a visibilidade internacional da Amazônia e, com isso, multiplica também os agentes interessados em produzir sentidos sobre ela. O risco, nesse caso, não reside apenas na circulação de falsidades explícitas, mas na consolidação de enquadramentos aparentemente legítimos que reiterem simplificações, apagamentos e assimetrias já conhecidas.

Com isso, o principal argumento deste artigo é que o enfrentamento da desordem informacional exige mais do que checagem pontual de conteúdos. Exige o fortalecimento de práticas mediadoras críticas, comprometidas com a formação dos sujeitos, com a contextualização da informação e com a problematização dos regimes de visibilidade que estruturam o debate público. No caso amazônico, isso implica reconhecer a necessidade de ampliar a legitimidade de vozes locais, sem romantizar a polifonia digital, mas também sem reduzi-la a um problema meramente técnico.

Por fim, é possível afirmar que a COP 30 torna particularmente urgente essa agenda de pesquisa. A visibilidade da Amazônia no debate climático global exige da Ciência da Informação não apenas diagnósticos sobre circulação de conteúdos, mas também reflexão mais fina sobre os modos pelos quais a informação é mediada, disputada e transformada em instrumento de poder. Como limitação deste estudo, registra-se seu caráter estritamente teórico-bibliográfico, o que abre espaço para investigações futuras que examinem empiricamente a circulação de narrativas sobre

a Amazônia em plataformas digitais durante o período preparatório e de realização da conferência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de informação na Ciência da Informação. **Informação & Sociedade**: *Estudos*, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 95-105, set./dez. 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MUNARO, Luis Francisco; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças. História da comunicação na Amazônia: por entre construções e reconstruções. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, n. 5, p. 20-31, set./dez. 2016.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 26-34, set./dez. 2004.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

RAMOS JUNIOR, Gerson Moreira; BATISTA, Patrícia Veronesi. Regime de informação polifônico: por um contraponto à noção de desinformação em Ciência da Informação. **LOGEION**: Filosofia da Informação, Rio de Janeiro, v. 9, ed. esp., p. 349-359, 2022.

RIBAS, Claudia da Cunha; ZIVIANI, Paula. Mediação, circulação e uso da informação no contexto das redes sociais. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 9, n. 2, p. 1-19, jun. 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002.

SHANNON, Claude; WEAVER, Warren. **Teoria matemática da comunicação**. São Paulo: Difel, 1975.

THE NATURE CONSERVANCY. **COP30**: um marco inédito para Povos Indígenas e o Futuro das Negociações climáticas. TNC Brasil, 12 dez. 2025. Disponível em: https://www.tnc.org.br. Acesso em: 18 maio 2026.



A MEDIAÇÃO IMPLÍCITA NA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM PROCESSOS CRIMINAIS DE HOMICÍDIO NO ARQUIVO DO CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA)

The implicit mediation in archival description: the representation of information in criminal homicide cases in the archives of the Amazon Memory Center (CMA)

La mediación implícita en la descripción archivística: la representación de la información en los expedientes penales por homicidio del archivo del Centro de Memoria de la Amazonía (CMA)

Suzanne Oliveira Sousa
Graduanda em Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
suzanne.sousa@icsa.ufpa.br

Fernanda Victória Matos da Costa
Graduanda em Arquivologia
Universidade Federal do Pará, Brasil,
fernanda.matos.costa@icsa.ufpa.br

Gilberto Gomes Cândido
Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará, Brasil,
ggcandido@ufpa.br

Resumo

Busca-se demonstrar a descrição arquivística como prática de mediação implícita, ao descrever o processo criminal de homicídio do 1º Distrito Criminal do ano de 1901, objeto empírico. Deste modo, tem como problema: se e como a descrição arquivística sobre o referido processo, por meio de sua padronização, pode vir a se configurar como mediação implícita da representação da informação? Derivando, assim, como objetivo: analisar o processo de descrição, mapeando elementos descritivos, enquadramentos terminológicos e seu impacto na descrição da memória judicial. Com isto, tem-se como natureza da pesquisa básica, caracterizando-se como qualitativa, de caráter exploratório-descritivo; aplica-se a uma revisão bibliográfica e uma análise documental nos aspectos da mediação implícita por meio da descrição arquivística no processo criminal de homicídio (1901) custodiado no Centro de Memória da Amazônia, cujo pressuposto é que a representação da informação envolve um processo interpretativo que organiza sentidos e pode limitar o acesso à informação. Posto que, mediante a aplicação da descrição arquivística, procura-se, com as escolhas terminológicas, bem como com os ajustes institucionais e as categorias descritivas, construir a memória judicial. Assim, intenciona-se evidenciar a padronização descritiva, pela Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), permitindo representação estruturada de documentos arquivísticos escritos. As análises realizadas demonstram que a descrição arquivística desempenha o desígnio da mediação, auxiliando na recuperação e na compreensão da informação jurídica representada por meio do instrumento de pesquisa elaborado por meio da descrição.

Palavras-chave: descrição arquivística; mediação implícita; ISAD(G); processos criminais; memória judicial.

Abstract

This study demonstrates that archival description functions as a form of implicit mediation by analyzing the 1901 homicide case file of the 1st Criminal District, which serves as the empirical subject. Thus, the research question is whether and how the archival description of the aforementioned case can be configured as an implicit mediation of information representation through its standardization. Consequently, the objective of this study is to analyze the process of description, mapping descriptive elements, terminological frameworks, and their impact on the description of judicial memory. Thus, the nature of the research is basic, qualitative, and exploratory-descriptive, based on the premise that the representation of information involves an interpretive process that organizes meanings and can limit access to information. Given that, the aim is to construct judicial memory through terminological choices, institutional adjustments, and descriptive categories, using archival description. Adopted to highlight descriptive standardization, as it integrates ISAD(G) standards, enabling the structured representation of written archival documents. The analyses demonstrate that archival description serves a mediating function, aiding in the retrieval and understanding of legal information represented through the search tool developed via the description.

Keywords: *archival description; implicit mediation; ISAD(G); criminal proceedings; judicial records.*

Resumen

Se pretende demostrar la descripción archivística como una práctica de mediación implícita, a través de la descripción del caso de homicidio criminal del 1.º Distrito Penal de 1901, objeto de estudio. El problema radica en determinar si la descripción archivística de dicho caso, mediante su estandarización, puede configurarse como una mediación implícita de la representación de la información y de qué manera. Por consiguiente, el objetivo es analizar el proceso descriptivo, identificando elementos descriptivos, marcos terminológicos y su impacto en la descripción de la memoria judicial. Esta investigación básica es cualitativa, exploratoria-descriptiva y aplica una revisión bibliográfica y un análisis documental de los aspectos de la mediación implícita mediante la descripción archivística en el caso de homicidio criminal (1901) conservado en el Centro de Memoria Amazónica, cuya premisa es que la representación de la información implica un proceso interpretativo que organiza significados y puede limitar el acceso a la información. En consecuencia, mediante la aplicación de la descripción archivística, se busca construir la memoria judicial a través de elecciones terminológicas, así como de ajustes institucionales y categorías descriptivas. Así pues, el objetivo es destacar la estandarización descriptiva, conforme a la Norma Internacional para la Descripción Archivística (ISAD(G)), que permite una representación estructurada de los documentos de archivo escritos. Los análisis realizados demuestran que la descripción archivística cumple su función de mediación, facilitando la recuperación y comprensión de la información jurídica representada mediante el instrumento de investigación desarrollado a través de la descripción.

Palabras clave: *descripción archivística; mediación implícita; ISAD(G); procesos penales; memoria judicial.*

1 INTRODUÇÃO

A descrição arquivística constitui um dos eixos centrais da organização e representação da informação ao possibilitar o acesso aos documentos de arquivo. Tradicionalmente, essa é compreendida como um procedimento técnico orientado

por normas, como a ISAD(G); ISAAR (CPF); ISDF; ISDIAH. Contudo, ao preencher os campos descritivos estabelecidos por essas diretrizes, o arquivista também recorre aos processos intelectuais e cognitivos de interpretação sobre o documento de arquivo (Cândido, 2020).

Nessa perspectiva, embora a descrição se estabeleça como instrumento que visa assegurar o contexto e a recuperação da informação, sua dimensão interpretativa nem sempre é explicitada. Pois, ao selecionar termos para definir títulos e/ou sintetizar conteúdos documentais, o arquivista constrói sentidos sobre os documentos. Com isto, o processo pode refletir determinados vieses interpretativos, configurando-se como uma forma de mediação implícita na representação da informação.

No que tange à Ciência da Informação (CI), a mediação interpreta-se como sendo um processo constitutivo da circulação da informação, abrangendo formas estruturais interligadas aos sistemas de organização da informação. Logo, no contexto de processos criminais de homicídio, esses documentos de arquivos se consolidam como narrativas institucionais sobre violência e justiça. Essa mediação se aproxima de delineamentos críticos, pois tal fundo documental carrega consigo aspectos simbólicos e disputas discursivas (Brandão; Borges, 2022).

Diante disso, indaga-se: se e como a descrição arquivística sobre os processos criminais de homicídio do 1º Distrito Criminal, por meio de sua padronização, pode vir a se configurar como mediação implícita da representação da informação? Assim, tem-se como objetivo: analisar o processo de descrição, mapeando elementos descritivos, enquadramentos terminológicos e seu impacto na memória judicial.

De modo que haja visualização da padronização descritiva, utilizam-se padrões apresentados pela norma ISAD(G) para se realizar a representação descritiva do documento de arquivo. Sendo assim, a pesquisa visa analisar o processo de descrição de homicídio e seu impacto na descrição da memória judicial por meio da descrição arquivística com a prática de mediação.

2 A MEDIAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A mediação da informação transcende o atendimento presencial, manifestando-se nas estruturas que selecionam, hierarquizam e enquadram o conhecimento. O conceito de mediação da informação deriva de outras áreas do

conhecimento, como do jurídico e da comunicação. Autores como Almeida Júnior (2009) e Silva (2009) apontam a falta de profundidade do assunto na literatura da CI (Brandão; Borges, 2022).

Segundo o Dicionário Aurélio (Ferreira, 2010), a mediação tem por significado ser uma ação de “efeito de mediar”, “auxiliar como intermediário”; no âmbito do jurídico, busca resolver conflitos entre as partes. A carência de definição conceitual da mediação da informação faz com que a mediação seja relacionada à atuação exercida pelo profissional (Almeida Júnior, 2009).

Conforme Almeida Júnior (2009), a mediação é uma ponte entre duas partes envolvidas. A informação e a comunicação, vinculadas, podem auxiliar os estudos da mediação da informação, posto isso, “[...] a mediação é fruto de um propósito que envolve todo o processo informacional [...]” (Silva; Silva, 2012, p. 4). Assim, a mediação da informação está introduzida na sociedade e na instituição, sendo dialogada entre duas partes. O autor Almeida Júnior (2009, p. 92) conceitua a mediação da informação da seguinte forma:

> Toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação – direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

A apropriação da informação faz parte do método da mediação para ser reformulada, visando “[...] que o mediador da informação é um dos agentes que faz parte desse processo de construção social [...] o seu papel também tem um potencial transformador na relação entre o sujeito e a informação” (Brandão; Borges, 2022, p. 6). Desse modo, a mediação da informação torna-se um método na área da CI.

Almeida Júnior (2009) distingue mediação explícita (interação direta) da implícita (estrutural), na qual decisões técnicas moldam silenciosamente acessos e interpretações. Essa dimensão estrutural posiciona a descrição arquivística como prática mediadora constitutiva.

A mediação implícita (estrutural) efetua-se quando o mediador não está presente no ambiente; o usuário tem acesso à informação sem a intervenção do mediador. Com isso, o espaço onde se retém a informação está organizado para atender o usuário. A mediação explícita (interação direta) é o oposto; é quando o

mediador se faz presente, havendo um contato direto entre o mediador e o usuário (Almeida Júnior, 2009).

Desse modo, a mediação é feita pelo profissional da informação, ou seja, nesse caso, pelo arquivista, o mediador “pós-custodial”. O arquivista gerencia a informação e a organiza para o usuário, pois, ao mediar a informação, exigem-se as habilidades arquivísticas, como aponta Rodrigues (2003, p. 212) em que:

> Em Arquivística, a mediação entre as informações contidas nos documentos de arquivo e os usuários dá-se por meio dos instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos, repertórios, índices, edição de fontes, etc.). A produção desses instrumentos de pesquisa somente é possível como resultado de operações anteriores, principalmente as operações de classificação e de descrição.

Assim sendo, as funções arquivísticas – classificação e descrição – possibilitam que os instrumentos de pesquisa sejam elaborados consoante as necessidades de cada instituição custodiadora. Assim, as informações podem ser recuperadas pelos usuários por meio da representação. Observa-se, deste modo, que essas funções estão interligadas com a representação na Arquivologia, pois a representação tende a facilitar o acesso à informação (Cândido, 2020).

Por conseguinte, parte das práticas arquivísticas está em consonância com o processo de mediação da informação, sendo assim, as atividades de mediação da informação arquivísticas podem sofrer influências desse processo, como as de classificação e descrição (Santos Neto; Bortolin, 2019). Essas técnicas fazem parte da organização da informação. A classificação é um método aplicado para organizar a massa documental, fazendo a identificação do documento.

À vista disso, a descrição pode ser considerada uma mediação implícita, pois a “Descrição é um processo de representação dos elementos intrínsecos e extrínsecos ao Documento de Arquivo e que deve ser fidedigna a esse; no entanto, essa representação não é o documento em si” (Cândido, 2020, p. 32).

Desta forma, a descrição, ao ser observada como instrumento de pesquisa, visa auxiliar na análise documental, sendo um facilitador no acesso à informação. Por isso, a descrição segue a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística ISAD(G), que visa padronizar a descrição arquivística. O termo de representação é aplicado ao processo e ao objeto; especificamente, abordamos o sentido de representar o processo.

Por conseguinte, a representação busca sintetizar e formalizar os conteúdos documentais por meio de escolhas conceituais e terminológicas. No campo arquivístico, esse processo intelectual se articula com os princípios de proveniência e organicidade, entretanto, o preenchimento descritivo exige interpretação subjetiva. Assim, toda representação documentária se constitui por meio da mediação discursiva.

Para que os usuários otimizem seu tempo de busca, a representação informacional deve contemplar as principais informações do documento, seguindo as diretrizes de descrição e as áreas a serem preenchidas, a fim de auxiliar na identificação do documento/processo. Segundo Rodrigues (2003), as consultas aos documentos de arquivo podem ocorrer devido aos “valores” do documento. Esses apresentam dois tipos de valores, implicando, assim, no objetivo inicial da elaboração do documento, seja para servir como prova (valor probatório) ou para informar (valor informacional), que permite a pesquisa de livre acesso.

A descrição tem por finalidade representar a informação da qual o usuário, pesquisador e proprietário podem fazer uso na hora da consulta do documento. Com esses critérios, faz-se possível identificar a representação da informação contida no documento. Esses critérios podem ser aplicados a documentos em suporte tanto físico quanto digital; isso porque, com o avanço tecnológico, houve a necessidade de reestruturar o meio de acesso aos documentos de arquivo.

2.1 Descrição arquivística e os processos criminais judiciais

A descrição arquivística faz parte de um conjunto de sete funções arquivísticas, sendo elas: produção, classificação, avaliação, aquisição, preservação, descrição e difusão. São as atividades desenvolvidas pelo arquivista ao tratar documentos. Para o processo de descrição, o Conselho Internacional de Arquivologia (CIA) estabeleceu uma padronização, respeitando os Princípios Arquivísticos, que são: o princípio da proveniência (fundos), organicidade, unicidade, integridade e cumulatividade. Com os princípios enraizados na instituição, as práticas darão suporte à finalidade da existência do arquivo (Bellotto, 2002).

A descrição arquivística passou por mudanças, sendo padronizada pelas normas, como a ISAD(G), Souza *et al.* (2021, p. 6) pontua que:

> Antes das normas, ela era definida como o processo de criar instrumentos de pesquisa, como por exemplo: guias, catálogos, índices e entre outros. Em momento posterior à padronização de normas, a descrição arquivística passou a concentrar-se em representar as informações não apenas intrínsecas aos documentos, mas também em contextuais, extrínsecas, ou seja, seus produtores (pessoas e instituições) e as razões que os levam a criar os documentos (funções).

Portanto, além de ser um método para representar a informação, a descrição, assim como a classificação, auxilia na organização e recuperação da informação. Por meio da descrição, tem-se conhecimento da informação registrada, servindo de elo entre a informação e o usuário. Desse modo, Cândido (2020, p. 37) considera o processo de descrição com o "intuito [de] auxiliar na extração de elementos/caracteres que sejam fidedignos ao Documento de Arquivo para sua representação, tal processo tem como resultado alguns produtos (inventário, catálogo, sumário, dentre outros)".

Para obter essa informação extraída, seguem as normas que o CIA elaborou: a ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDF e ISDIAH. Orientada pela ISAD(G), a descrição arquivística padroniza elementos como título, datas e âmbito/conteúdo. Contudo, a síntese narrativa desses campos envolve seleção e ênfase, revelando tensão entre normalização e interpretação. A norma controla os sentidos, mas não os elimina.

Dessa forma, a ISAD(G) (CONARQ, 2000, p. 17) representa o contexto e estrutura, identificando o documento e a sua localidade, dispondo de uma descrição multinível, respeitando os fundos e a hierarquia do documento. A descrição multinível possui quatro regras fundamentais: descrição do geral para o particular; informação relevante para o nível de descrição; relação entre descrições; e não há repetição de informação.

A ISAD(G) (CONARQ, 2000) também estabelece os elementos de descrição, que são organizados em sete áreas e 26 elementos da descrição (Quadro 1).

Quadro 1 – Elementos de descrição

Áreas	Elementos
Área de identificação	• Código(s) de referência • Título • Data • Nível de descrição • Dimensão e suporte
Área de contextualização	• Nome(s) do(s) produtor(es) • História administrativa/Biografia • História arquivística • Procedência
Área de conteúdo e estrutura	• Âmbito e conteúdo • Avaliação, eliminação e temporalidade • Incorporações • Sistema de arranjo
Área de condições de acesso e uso	• Condições de acesso • Condições de reprodução • Idioma • Características físicas e requisitos técnicos • Instrumentos de pesquisa
Área de fontes relacionadas	• Existência e localização dos originais • Existência e localização de cópias • Unidades de descrição relacionadas • Nota sobre publicação
Área de notas	• Notas
Área de controle da descrição	• Nota do arquivista • Regras ou convenções • Data(s) da(s) descrição(ões)
Área de identificação	• Código(s) de referência • Título • Data • Nível de descrição • Dimensão e suporte

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base em ISAD(G) (CONARQ, 2000).

Isto posto, as normas de descrição ISAD(G) (CONARQ, 2000) podem ser aplicadas em diversas áreas, inclusive na área judicial. Visto que esses documentos são patrimônio documental da sociedade, necessitam de medidas de preservação. Com o acesso, é preciso ter um mediador que possa manusear corretamente, sem danificar o documento. Conforme a Lei nº 8.159/1991, determina-se que a documentação de origem de órgãos públicos deve ser protegida (Brasil, 1991).

Logo, o arquivo judiciário se apresenta como sendo “[...] fonte de memória, é também uma importante fonte para o conhecimento científico e histórico, sem esquecer da sua função primária que é servir para o bom andamento das atividades administrativas de seus órgãos” (Machado; Konrad, 2020, p. 2). Os registros dos processos criminais possibilitam saber como era a vivência de um certo período determinado.

O acesso aos processos criminais proporciona informação sobre as mudanças sociais que ocorreram e viabiliza compreender todo o processo de tramitação e seus principais desafios. Esses também registram disputas discursivas institucionalizadas, com homicídios carregando forte simbolismo social. Sua descrição arquivística impõe uma segunda camada representacional, reproduzindo racionalidades judiciais.

A memória institucional resulta, portanto, de escolhas técnicas/intelectuais mediadoras. Machado e Konrad (2020) evidenciam que esses processos judiciais são meios de preservar a memória social, por mais que na sua elaboração inicial tenham sido com outra finalidade; mas, devido ao espaço e tempo, a esses também se faz permitido atribuir o valor histórico.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se caracteriza de natureza básica, com aspectos: qualitativa, exploratória e descritiva, analisando os aspectos da mediação implícita por meio da descrição arquivística. O percurso metodológico se deu da seguinte forma: no primeiro momento, foi feito um levantamento bibliográfico e documental com os conceitos de mediação, representação da informação e de descrição arquivística,

Em seguida, analisaram-se as normas de descrição por meio da ISAD(G) com o objetivo de compreender a mediação, a representação da informação e a descrição arquivística no processo criminal de homicídio e o seu impacto na memória judicial e social. Os procedimentos usados foram para coletar as informações do processo, recuperar e facilitar o acesso à informação por meio das áreas e dos elementos de descrição.

Posteriormente, foi retirado um processo para realizar a análise documental de instrumento de coleta de dados arquivísticos referentes ao processo do 1º Distrito Criminal de homicídio de 1901 que está sob custódia no Centro de Memória da Amazônia, pertencente ao fundo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará,

Procedeu-se à identificação de campos descritivos mediante as normas de descrição arquivística, seguida de análise interpretativa das escolhas terminológicas e dos enquadramentos estruturais. O *corpus* compreende processos do Tribunal de Justiça do Pará do século XX, selecionados por representatividade e acessibilidade.

4 RESULTADOS (ANÁLISES E DISCUSSÕES)

Para aprofundar a compreensão do auto de homicídio selecionado para ser discutido nesta pesquisa e das camadas que compõem esse processo, foi elaborado um quadro com as informações principais do ocorrido (Quadro 2).

Quadro 2 – Síntese dos dados do processo de homicídio de 1901

Autos Crime de Homicídio do 1º Distrito Criminal (1901)	
Tipo de Documento	**Série:** Crime **Subsérie:** Homicídio
Ano	8 de junho 1901
Local	Belém do Pará
Autor (Justiça)	A Justiça Pública
Réu	Feliciano Fraga Pimentel, brasileiro, residente em Janypahuba, na Fazenda Burajuba
Vítima	Accacio Antônio Ignácio
Data do Crime	10 de março de 1901
Local do Crime	Ponte da Fazenda Burajuba
Instrumento	Espingarda ou garrucha
Local do Crime	Ponte da Fazenda Burajuba
Instrumento	Espingarda ou garrucha
Descrição	Após uma discussão, o denunciado desferiu um tiro de espingarda ou garrucha contra a vítima na ponte da fazenda Burajuba. Com o intuito de ocultar o crime, o denunciado lançou o cadáver no Rio Guajará, o corpo foi encontrado após a enchente da maré por um agente da subprefeitura.
Camadas do Processo	Abertura do processo; auto de exames e corpo de delito; depoimento das testemunhas; depoimento do réu; tribunal do jury; sentença do réu.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026), com base no processo criminal de 1901 do acervo do CMA.

Ao analisar o processo de autos de homicídio do 1º Distrito Criminal de 1901, percebe-se, em meio à linguagem técnica de juízes e advogados da época, uma estrutura composta por várias camadas: 1) abertura do processo por um juiz ou juiz substituto; 2) autos de exame e corpo de delito; 3) depoimento do réu; 4) depoimento da vítima e/ou de testemunhas na ausência dela; e 5) julgamento e pena do réu.

Nesse cenário, o arquivista atua como um mediador entre o documento e o pesquisador. Ao realizar a descrição, o arquivista não só transpõe dados, mas constrói uma narrativa resumida do crime. Essa prática de representação, conforme Tognoli (2012), deixa de ser um processo neutro e passa a ser uma atividade socialmente construída, em que o documento é interpretado como uma representação moldada pelo arquivista para um fim específico.

Essa mediação é implícita porque o pesquisador final recebe somente um apanhado de todo o processo de homicídio. Mesmo seguindo as normas da ISAD(G), o arquivista acaba reescrevendo a linguagem jurídica sob sua própria perspectiva. Dessa forma, o documento perde sua neutralidade, moldando o olhar do pesquisador para a perspectiva do arquivista no momento da descrição.

Predomina a tipificação penal como eixo titular, com centralidade do réu e menção secundária à vítima. Essa estrutura reforça a perspectiva jurídico-penal como matriz organizadora, delimitando leituras possíveis desde o primeiro contato com o instrumento de pesquisa. Terminologia e enquadramento.

Termos como, por exemplo, "homicídio qualificado" e "réu confesso" carregam enquadramentos normativos consolidados, reproduzindo a racionalidade judicial. Essa terminologia molda interpretações, naturalizando hierarquias institucionais na representação arquivística e configurando mediação implícita na memória judicial.

A escolha desses termos não é aleatória e justifica-se pela necessidade de evidenciar que a linguagem técnica do sistema judicial atue diretamente como um instrumento de mediação implícita. Ao adotar terminologias que reforçam a tipificação penal e a racionalidade jurídica, o arquivista acaba priorizando a narrativa institucional da justiça em detrimento de outras interpretações possíveis, moldando a construção da memória judicial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que a descrição arquivística configura-se como uma prática de mediação implícita, uma vez que a representação da informação em documentos históricos não é um processo neutro. O arquivista, ao escolher quais denominações utilizar para resumir o processo criminal e quais informações mais relevantes, do seu ponto de vista, acaba mediando a história e moldando a forma como, posteriormente, o pesquisador vai compreender o ocorrido daquela época.

Por meio dessa análise do auto de crime de homicídio de 1901 do Centro de Memória da Amazônia, observou-se que o arquivista, ao transpor essas informações, exerceu uma função interpretativa que, ao organizar sentidos, acaba delimitando o acesso à informação. Os resultados mostram que a padronização descritiva, embora foque na recuperação e estruturação de dados, ainda assim cria uma forma de representar o documento; a narrativa acaba sendo reconstruída.

Portanto, a descrição arquivística desempenha um papel importante na mediação entre documento e usuário. A descrição arquivística configura mediação implícita que incorpora enquadramentos jurídicos, centraliza o discurso penal e influencia a recuperação interpretativa da informação. Inserida em estruturas de poder administrativo, não é arbitrária nem neutra, participando da construção simbólica do passado penal. No contexto de homicídios, ganha densidade simbólica, reforçando a necessidade de debate ético sobre representação e responsabilidade arquivística. Reconhecer sua dimensão interpretativa amplia o papel do arquivista como agente na memória institucional, sugerindo pesquisas futuras sobre outros fundos sensíveis e formação profissional reflexiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*S. l.*], v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/170. Acesso em: 11 mar. 2026.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística**: objeto, princípios e rumos. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002. Disponível em: https://arquivistica.fci.unb.br/titulo-da-obra/arquivistica-objetos-principios-e-rumos/. Acesso em: 23 mar. 2026.

BRANDÃO, Gleise; BORGES, Jussara. A mediação da informação: uma revisão conceitual. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 3-16, 2022. Disponível em: https://pbcib.com/pbcib/article/view/61204. Acesso em: 10 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.

CMA. CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA. Belém, [2026]. Disponível em: https://www.cma.ufpa.br/index.html . Acesso em: 02 set. 2026.

CÂNDIDO, Gilberto Gomes. **O ato narrativo e a ética na descrição do documento de arquivo**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020. 160 f. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/192628/candido_gg_dr_mar.pdf?sequenc. Acesso em: 5 abr. 2026.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **ISAD(G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 2000. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isad_g_2001.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

MACHADO, Grasieli Batista; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Processos criminais: uma construção histórica e arquivística dos processos de defloramento no município de Santa Maria – RS na década de 1930. *In*: SEMINÁRIO REGIONAL DE ARQUIVOS, 7., 2020. **Anais** [...]. Santa Maria, 2020. Disponível em: https://static.even3.com/anais/322107.pdf?v=638991797111947184. Acesso em: 7 abr. 2026.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. *In*: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Illza Leite (Orgs.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. v. 2, p. 210-230. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/1442. Acesso em: 20 abr. 2026.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação no campo da Arquivologia. **Transinformação**, Campinas, v. 31, e180067, 2019. Disponível em:https://www.scielo.br/j/tinf/a/X9xTMN3DDwYCvVRb3HfvwQb/?lang=pt. Acesso em: 20 abr. 2026.

SILVA, Armando Malheiro da. Mediações e mediadores em ciência da informação. **Prisma.com** (Portugal), n. 9, p. 68-104, 2009. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/70071. Acesso em: 30 abr. 2026.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Andreia Santos Ribeiro. A mediação da informação como prática pedagógica no contexto da biblioteca escolar: algumas considerações. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 1-30, 2012.

SOUZA, Vanessa Aline Schveitzer; FELLIPPE, Gisele; OLIBONI, Cher; MINTEGUI, Evelin; KARPINSKI, Cezar. Normalização e funções arquivísticas: relato de experiência de aprendizagem. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 1-19, maio/ago. 2021. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1784. Acesso em: 20 abr. 2026.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A representação na Arquivística contemporânea. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 79-92, 2012. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/6841b0c5-8c7c-4f8c-b61d-9d45a0ccbe47. Acesso em: 20 abr. 2026

ISBN: 978-85-61214-55-5



REALIZAÇÃO:

APOIO: